ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLÓGOS PORTUGUESES

# ARQUEOLOGIA
# E
# HISTÓRIA

9.ª SÉRIE DE PUBLICAÇÕES

VOLUME IV




LISBOA MCMLXXII

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

9.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME IV




LISBOA MCMLXXII

# TÁBUA DAS MATÉRIAS


Págs.

Dois compromissos de irmandades de homens pretos - *Isaías da Rosa Pereira* . . . . . 9

A importância da Estação Neolítica de Santa Olaia para o estudo do Neolítico em Portugal - *A. Vítor Guerra* e *O. da Veiga Ferreira* . . . . . 49

Alguns sumários das notas de vários tabeliães da vila de Torres Vedras nos séculos XVI a XVIII - *Rogério de Figueiroa Rego* . . . . . 65

Colecções de armas, e equipamentos, modelos e miniaturas militares - *Gabriel da Rocha Souto* . . . . . 115

A estação pré-histórica de Galapos (Setúbal) sua destruição e sondagens de emergência - *Carlos Tavares da Silva* . . . 141

O paleolítico do povoado pré-romano de Chões de Alpompé (Santarém) - *G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira, M. Leitão e C. T. North* . . . . . 157

Nótulas à margem de um processo célebre - *Francisco Santana* 191

Da prospecção arqueológica - *Manuel Leitão* . . . . . 215

Povoado calcolítico do Moinho da Fonte do Sol (Quinta do Anjo — Palmela) - *Joaquina Soares, Nuno Barbieri e Carlos Tavares da Silva* . . . . . 235

Indústrias paleolíticas da região de Santo Estevão - *G. Zbyszewski* e *O. da Veiga Ferreira* . . . . . 269

Págs.

Procissões de outrora - Elvas - *Eurico Gama* . . . . . 289

O complexo de arte rupestre do Tejo (Vila Velha de Ródão - - Nisa): notícia preliminar - *Eduardo da Cunha Serrão, Francisco de Sande Lemos, Jorge Pinho Monteiro, Maria de los Angeles Querol, Susana Rodrigues Lopes, Vítor de Oliveira Jorge* . . . . . 349

O nível neolítico da Gruta das Salemas (Ponte de Lousa) - *L. de Albuquerque e Castro* e *O. da Veiga Ferreira* . . . . 399

Na comemoração do quarto centenário de os «Lusíadas», recordam-se as cinzas de Camões - *Francisco de Assis de Oliveira Martins* . . . . . 415

Estação Mustierense da Quinta da Rosa (Rio Maior) - *G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira, M. Leitão* e *C. T. North* . . 483

O último combate da Guerra da Restauração na fronteira de Chaves (20-11-1667) - *J. T. Montalvão Machado* . . . . 507

Quelques caratères de l'industrie de l'amás coquillier mésolithique de Moita do Sebastião (Muge) - *l'abbé Jean Roche* 547

Movimento da Associação dos Arqueólogos Portugueses no ano de 1972:

*Relatório da Direcção* . . . . . 557
*Relatório da Secção de Pré-História* . . . . . 564
*Relatório da Secção de História* . . . . . 565
*Relatório do Conservador do Museu* . . . . . 568
*Relatório do Conservador da Biblioteca* . . . . . 568
*Relatório da Direcção relativo ao triénio 1969-1972* . . 573

# DOIS COMPROMISSOS DE IRMANDADES DE HOMENS PRETOS

pelo sócio efectivo

*Isaías da Rosa Pereira*

1. Sem pretendermos discutir nesta ocasião quais as verdadeiras finalidades da nossa expansão marítima nos séculos XV e XVI, é inegável que os reis portugueses tinham intenção de levar a fé cristã aos povos que os navegadores iam descobrindo. E os portugueses fizeram de facto cristandade na África, nas partes do Oriente e no Brasil. Havia certamente outras motivações para as empresas marítimas, mas a dilatação da fé era também uma das razões das descobertas (1).

Interessa-nos neste momento a África.

Gente de cor ouviu falar de Cristo, baptizou-se e viveu como gente cristã desde muito cedo. E tanto na metrópole como no Brasil e na

(1) Neste centenário da publicação dos LUSÍADAS, parece-nos interessante referir alguns versos do épico a este propósito:

> E também as memórias gloriosas
> Daqueles reis, que foram dilatando
> A fé, o império, e as trevas viciosas
> De África e de Ásia andaram devastando.
>
> (Canto I, estância 2)

África os «homens pretos» adquiriram os mesmos hábitos de vida cristã existentes nas cristandades metropolitanas.

É assim que nos aparecem já no século XV irmandades constituídas por homens pretos. O mais antigo compromisso de uma irmandade para pretos, que presentemente conhecemos, está datado de 1565, mas nele se menciona o início da irmandade em 1460. Esta informação não parece poder pôr-se em dúvida. O primeiro documento que se conhece relativo à irmandade é de 1496 e supõe, evidentemente, uma

---

Ou nos mostra a terra que buscamos,
Pois só por teu serviço navegamos.

(Canto II, estância 32)

Não tens junto contigo o ismaelita
Com quem sempre terás guerras sobejas?
Não segue ele do Arábio a lei maldita,
Se tu pela de Cristo só pelejas?

(Canto IV, estância 100)

Por que somos de ti desamparados,
Se este nosso trabalho não te ofende,
Mas antes teu serviço só pretende?

(Canto VI, estância 82)

Depois que a larga terra lhe aparece,
Fim das suas porfias tão constantes,
Onde vem semear de Cristo a Lei,
E dar novo costume e novo rei.

(Canto VII, estância 15)

Ali verão as setas estridentes
Reciprocar-se, a ponta no ar virando
Contra quem as tirou, que Deus peleja
Por quem estende a Fé da Madre Igreja.

(Canto X, estância 40)

instituição bastante anterior (2). A sede desta associação religiosa era no mosteiro de S. Domingos de Lisboa, passando mais tarde para o convento do Salvador. Adiante analisaremos o compromisso de outra irmandade, também de Lisboa, iniciada em 1732.

No Brasil estas irmandades foram muito numerosas sobretudo no século XVIII, como se pode avaliar pela importante colecção de compromissos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Mas eram com certeza anteriores a esta época, se bem que não tenhamos, por ora, documentação a atestá-lo (3).

---

(2) Tivemos conhecimento deste documento pelo livro do Padre António Brásio — *Os pretos em Portugal*, Lisboa, 1944. O autor cita muitos outros documentos sobre esta irmandade, alguns dos quais aproveitámos e reproduzimos, directamente das chancelarias reais, neste nosso estudo, como adiante referiremos.

(3) O nosso eminente confrade Dr. Alberto Iria fez o inventário destes documentos no seu estudo *Inventário dos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil* (Lisboa 1966). Dele extraímos a nota de todos os compromissos de irmandades de homens pretos e pardos, que alcançam o número de vinte e três, dando a seguir os títulos de cada um, com a ortografia modernizada, para informação de quem desejar estudar este assunto mais detidamente:

36) Compromisso da muito venerável Irmandade da Virgem Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos desta freguesia de S. Miguel de Ipojuca 1724 outubro 15.

74) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos homens pardos e cativos — Paraíba do Norte. 1735 abril 13.

101) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos, colocada na sua mesma igreja nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, novamente reformado assim do antigo como dos acordãos das mesas e juntas neste ano de 1759 para o de 1760.

127) Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus com o soberano título de Senhor dos Martírios erecta pelos homens pretos de nação Gege neste convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira este ano de 1765.

132) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento de homens pardos da freguesia de Santo António do Cabo, capitania de Pernambuco. 1767 junho 14.

201) Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios erecta na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos da Vila do Recife

Na metrópole havia confrarias de homens pretos não só em Lisboa, mas também em muitas outras terras, como se pode ver no estudo já citado do Padre António Brásio.

Analisemos agora resumidamente os dois compromissos de irmandades de homens pretos, de Lisboa, que presentemente conhecemos.

## 2. COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS.

Este compromisso encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa no códice iluminado n.º 151, que tem 2 fólios de pergaminho não numerados em que estão escritos o título, enquadrado em fino e ele-

---

no ano de 1773, e transitada para a de Nossa Senhora do Paraíso da mesma Vila no ano de 1775.

216) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos do Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Crixaz das Minas de Goiás feito por autoridade da mesa no ano de 1777.

226) Compromisso que novamente faz a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da Vila do Recife neste presente ano de 1778.

269) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da Vila de Goiana novamente feito no ano de 1733.

284) Compromisso da confraria de Nossa Senhora dos Remédios dos pretos da cidade do Rio de Janeiro de nação Minas, colocada na capela de Santa Efigénia — 1788.

294) Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios dos pobres erecta na capela de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da Vila de Goiana — 1789.

300) Compromisso dos homens pretos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Disterro do Tambe — 1790.

314) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção dos pardos do Rio de Janeiro — 1792.

319) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos libertos e cativos da freguesia da Lagoa, capitania de Minas Gerais — 1793.

324) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos novamente erecta na capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos no

gante desenho à pena, e o prólogo, mais dez fólios de pergaminho numerados em que se contêm os capítulos do compromisso, e no fim dois fólios de papel escritos em época posterior (4).

O documento foi escrito no ano de 1565, mas refere no prólogo que a capela de Nossa Senhora do Rosário no mosteiro de São Domingos e *a confraria e devoção floresceu* no ano de 1460. A data é importante e sobre ela podiam tecer-se muitas considerações.

---

Arraial do Rio Manso, Comarca do Serro Frio, freguesia da Vila do Príncipe do bispado de Mariana — 1794.

344) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos incorporados na sua igreja que eles edificaram, ornaram e paramentaram, na Vila da Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes, bispado de Mariana, capitania de Minais Gerais, Estado do Brasil, instituido no ano de 1800.

347) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos deste Arraial do Pinheiro, freguesia do Simidouro — século XVIII.

365) Compromisso que fazem os irmãos do glorioso Padre São Benedito instuida na capela de Nossa Senhora do Rosário dos pretos deste Arraial de Nossa Senhora do Rosário e Minas da Meia-ponte — 1803.

368) Compromisso de Nossa Senhora do Rosário dos pretos de Vila de Santo Amaro da Purificação do Recôncavo da cidade da Baía — 1803.

375) Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos homens pardos forros e cativos da vila de Nossa Senhora do Rosário de Goiana — 1805.

393) Compromisso da Irmandade da Senhora do Rosário dos pretos da Taibaté — anterior a 16 de abril de 1807.

395) Compromisso da Irmandade dos Irmãos pretos de Nossa Senhora do Rosário sita na freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem. Arraial du Curral de El Rei, Comarca de Sabará, bispado de Mariana — 1807.

400) Compromisso que fazem os homens pardos para o bom governo da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte que erigiram na igreja matriz de S. Francisco das Chagas da Vila de Taibaté — anterior a 16 de Abril de 1807.

(4) O texto deste compromisso não era conhecido do Padre António Brásio quando, em 1944, escreveu o livro citado. Em 1970 o Padre António do Rosário, O. P., publicou este compromisso acompanhado de breves notas, mas o critério de transcrição do texto não o podemos aceitar (Cfr. António do Rosário de Sousa Carvalho — *Das confrarias do Rosário,* in «De Primordiis Cultus Mariani — Acta Congressus Mariologici-Mariani in Lusitania anno 1967 celebrati», Roma, 1970, pág. 366-373).

O compromisso compõe-se de 28 capítulos e foi aprovado em 2 de Dezembro de 1565 pelo Dr. Bartolomeu Pires do Avelar, desembargador do Paço, corregedor da Çasa da Suplicação e «juiz conservador das causas da Irmandade dos Homens pretos de Nossa Senhora do Rosário sita em S. Domingos».

Não eram, porém, todos pretos os irmãos desta confraria, embora a sua existência fosse destinada a auxiliar no exercício da vida cristã e social os homens de côr. Isto vem mais uma vez provar a ausência de diferenciações raciais entre nós desde o início da nossa expansão pela África. Havia até a obrigação de a confraria ter um escrivão branco: «um homem nobre e pessoa de que se tenha respeito quando se houver de fazer alguma coisa». Mas nem todos os irmãos podiam exercer cargos na confraria, pois os «escravos cativos», os «mouriscos brancos», os mulatos e os índios não podiam ser oficiais nem ter mando.

Os indivíduos que ordenaram o compromisso em 1565 foram: o licenciado Rui de Alvim, procurador geral da irmandade, Diogo Lopes, escrivão dela nesse ano, Pedro Cabreira e António Cardoso, mordomo, João Gonçalves, juiz, João de Oliveira, Gaspar Lopes, Manuel Peixoto, Bastião Fernandes, João de Alvim, Pedro de Alvim, Paulo de Faria, Pedro da Costa, Manuel Ribeiro, João do Rego, Bartolomeu da Fonseca, Francisco Pacheco, Domingos Rodrigues, Francisco de Mesquita, Manuel Fernandes, outro Manuel Fernandes, bordador, João Dias, alfaiate, António Voga, Pedro Pardo, calafate, e seu pai morador na Rua dos Cavides, Vicente Dias, preto trabalhador, António Martins, mareante, Gonçalo Alvim, Miguel Rodrigues, mareante, Pedro Jorge, trabalhador, António Afonso, trabalhador, Martim Gonçalves, pedreiro, Francisco Lopes, João Darguim, trabalhador, António Afonso, trabalhador no terreiro, Sousa, marido de Catarina Dias, mareante, Simão Velho, Sebastião Lopes, filho de Diogo Lopes.

Como se vê, só há um homem declarado preto nesta lista, mas é certo que alguns dos outros trabalhadores o eram também, nomeadamente Pedro Pardo (talvez mulato) e João Darguim. Note-se ainda o facto de muitos deles serem mareantes. Ora sabemos que havia bastantes pretos mareantes e «línguas», como de resto se verá pela leitura de alguns documentos que adiante vão publicados.

A padroeira da Irmandade era Nossa Senhora do Rosário. E quase todas eram dedicadas à Virgem, associando, por vezes, S. Benedito, santo de côr preta, cuja invocação era natural nos da sua raça. Assim, a festa principal da confraria era a de Nossa Senhora do Rosário e celebrava-se no mês de Julho. No domingo à tarde havia uma procissão para o convento onde a irmandade estava instituida, sem se explicar onde começava a procissão, mas seria certamente na sua capela. Na procissão os confrades levavam círios acesos e iam rezando o rosário. No dia da festa os mordomos, e possìvelmente os confrades, deviam confessar-se e comungar para terem a alma limpa, assim como preparavam com todo o esmero a capela da Senhora do Rosário.

Todos os domingos do ano a confraria mandava cantar missa pela manhã cedo, depois da qual se dizia um responso pelos irmãos falecidos.

A eleição dos oficiais da confraria realizava-se no dia da festa de Nossa Senhora do Rosário. Eram eles, o juiz, dois mordomos, e um escrivão, devendo este ser branco e homem nobre. Parece que a pessoa mais importante era o escrivão pois se recomendava que todos «lhe guardarão respeito e o que fôr desobediente o poderá prender e depôr da confraria».

Por todos os confrades falecidos celebrava-se no domingo dentro da oitava de Todos-os-Santos uma missa, com vésperas cantadas no sábado. A oferta dessa missa era quatro alqueires de pão cozido, três almudes de vinho e quatro dúzias de pescadas ou o valor delas a dinheiro «com mais que parecer e se contratarem os oficiais da mesa». Ficavam bem convidados os frades de São Domingos!

A festa de Nossa Senhora da Purificação, no dia 2 de Fevereiro, também se celebrava com solenidade. Nela se benziam círios que era costume dar «aos navios que vão para fora do Reino», e nesse dia os oficiais da mesa recebiam também um círio de meio arrátel. A licença para dar estes círios às pessoas que embarcavam para a «Mina e rios da Guiné» fora dada por D. Manuel em 1496, como se vê deste alvará:

> «D. João etc. a quantos esta minha carta virem faço saber que por parte dos mordomos e confrades da confraria de Nossa Senhora do Rosário desta cidade de Lisboa me foi

apresentado um alvará escrito em pergaminho, del Rei meu senhor e padre, que santa glória haja, de que o teor tal é:

Nós el Rei fazemos saber aos que esta virem que os mordomos e confrades da confraria de Nossa Senhora do Rosário nos foi apresentado um nosso alvará do qual o teor de verbo a verbo é o seguinte:

Nós el Rei fazemos saber a quantos este nosso alvará virem a que o conhecimento dele pertencer que a nós praz por devoção de Nossa Senhora do Rosário dar lugar e licença que os mordomos e confrades de sua confraria de São Domingos da nossa cidade de Lisboa possa mandar e dar círios nas caravelas que vão à Mina e aos rios da Guiné que as pessoas que nelas forem quiserem tomar por sua devoção e as esmolas que nas ditas caravelas em suas viagens forem havidas sejam entregues ao capitão da caravela perante seu escrivão que as sobre ele carregue em receita e por seu livro lhe será delo tomada conta quando vier e entregará as ditas esmolas aos mordomos e confrades da dita confraria perante o escrivão dela que as carregará em receita sobre os ditos mordomos para se delas fazerem despesas que comprir à dita confraria e o dito capitão cobrará conhecimento em forma do que lhe assim entregar. Porém mandamos a nossas justiças e oficiais a que pertencer que lhe leixe mandar e dar os ditos círios aos ditos mareantes nas ditas caravelas como dito é e averem em receber suas esmolas como em cima é declarado porque assim o havemos por bem.

Feito em Alcochete a XIIII dias de Julho, Pantaleão Dias o fez, ano de mil quatrocentos e noventa e seis.

Pedindo-nos os ditos mordomos e confrades que porquanto o dito alvará era muito roto lho mandássemos dar em pergaminho e nós lho mandamos dar.

Feito em Lisboa a XXI dias de Junho, Simão de Matos o fez, de mil Vc XVIII. E este passará pela chancelaria.

Pedindo-nos os sobreditos que lhe confirmasse o dito alvará em carta. E visto por mim seu requerimento tenho por bem e lho confirmo por esmola e mando que se cumpra

e guarde assim e tão inteiramente como em ela é conteudo. Gregório do Amaral a fez, em Lisboa a XVIII de Agosto de mil Vc XXIX» (5).

A confraria tinha cuidado dos irmãos doentes, dando-lhes o que pudesse para os ajudar. No caso de algum irmão falecer, iam os confrades obrigatòriamente ao funeral com os seus círios acesos. E se o irmão fosse tão pobre que não tivesse dinheiro para o funeral e missa de corpo presente, a confraria encarregava-se dessa obra de misericórdia (6).

---

(5) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, Livro 22, fl. 100 v (Citado por António Brásio, o. c., p. 76).

(6) A Confraria obteve dos reis, pelo menos desde D. Manuel, muitos privilégios e regalias para os pretos, mesmo que não fossem seus confrades. Os reis seguintes foram sempre confirmando e até ampliando estas mercês. Aqui damos o texto de alguns desses documentos régios:

«Dom João etc a quantos esta minha carta virem faço saber que por parte dos confrades de Nossa Senhora do Rosário desta cidade me foi apresentado um alvará del Rei meu senhor e padre, que santa glória haja, de que o teor tal é:

Nós el Rei fazemos saber a vós vereadores, procurador e procuradores dos mesteres desta nossa cidade de Lisboa que nós temos passado para vós um nosso alvará por que havíamos por bem que nenhumas negras não pudessem ser regateiras e se quisessem comprar e vender o fizessem às portas de seus senhores ou em outras portas e não em praça, e porque somos informado que hi há muitas pretas forras casadas e viuvas e outras que vivem bem e honestamente, havemos por bem e nos praz que o dito alvará se não entenda naquelas que forem forras. Notificamo-vo-lo assim e vos mandamos que leixem comprar e vender as ditas negras que forem forras na praça e onde quiserem sem mais lhe ser posta dúvida nem outra nenhuma contradição e sem embargo do dito alvará porque a nós // praz assim disso.

Feito em Lisboa a XXII dias de março, André Pirez o fez, de mil Vc e V. E este passará pela nossa chancelaria.

Pedindo-nos os sobre ditos por mercê que lhe confirmasse o dito alvará em carta. E visto por mim seu requerimento e querendo-lhe fazer graça e mercê tenho por bem e lho confirmo e mando que se

Os confrades eram «muito importunados de muitos escravos que ficam meios forros e assim escravas que lhe dêm para se acabarem

---

cumpra e guarde assim e da maneira que em ela se contem. Gregório do Amaral a fez, em Lisboa a IX dias de agosto de mil Vc XXIX.»

*(Chancelaria de D. João III, Livro 22, fl. 100v-101r)*

«Dom Sebastião etc. a quantos esta minha carta de confirmação virem faço saber que por parte dos mordomos e confrades da confraria de Nossa Senhora do Rosário dos pretos que está no mosteiro de São Domingos desta cidade de Lisboa me foi apresentada uma carta del rei meu senhor e avô, que santa glória haja, por ele assinada e passada por sua chancelaria de que o treslado é o seguinte:

Dom João etc. a quantos esta minha carta virem faço saber que por parte dos confrades de Nossa Senhora do Rosário desta cidade me foi apresentado um alvará del rei meu senhor e padre, que santa glória haja, de que o teor tal é:

Nós el rei fazemos saber a vós vereadores, procuradores dos mesteres desta nossa cidade de Lisboa que nós temos passado para vós um nosso alvará por que havemos por bem que nenhumas negras não pudessem ser regateiras e se quisessem comprar e vender o fizessem às portas de seus senhores ou em outras portas, não em praça. E porque somos informados que hi há muitas pretas forras casadas, viúvas que vivem bem e honestamente, avemos por bem e nos praz que o dito alvará se não entenda naquelas que forem forras, notificamo-vo-lo assim e mandamos que leixeis comprar e vender os ditas negras que forem forras na praça onde quiserem sem nisso lhe ser posta dúvida nem outra nenhuma contradição e sem embargo do dito alvará, porque a nós praz assim.

Feito em Lisboa, a vinte dois dias de Maio, digo de Março, André Pirez o fez, de mil e cinquenta e cinco (sic). E este passará pela nossa chancelaria.

Pedindo os sobreditos por mercê que lhe confirmasse o dito alvará em carta. E visto por mim seu requerimento e querendo-lhe fazer graça e mercê tenho por bem e lho confirmo e mando que se cumpra e guarde e da maneira que em ele se contem. Gregório do Amaral o fez, em Lisboa, a nove dias de agosto de mil quinhentos setenta e nove (sic).

Pedindo-me os mordomos e confrades da dita confraria que lhe confirmasse esta carta. E visto seu requerimento querendo-lhe fazer

de forrar». A confraria favorecia-os mas não se encarregava de demandas, salvo em casos especiais em que fazia um peditório pelos irmãos

---

graça e mercê, tenho por bem e lho confirmo e ei por confirmado e mando que se cumpra e guarde inteiramente assim e da maneira que nela se contem.

Dada na cidade de Lisboa aos XIX dias do mes de junho, Manuel Franco o fez, ano de mil quinhentos e setenta e quatro. E eu Duarte Dias o fiz escrever. Diz o emendado «nós.»

*(Chancelaria de Filipe II (Doações), Livro 15, fl. 260 v)*

«Dom João etc. a quantos esta minha carta virem faço saber que por parte dos mordomos e confrades da confraria de Nossa Senhora do Rosário desta cidade me foi apresentado um alvará del rei meu senhor e padre, que santa glória haja, de que o teor tal é:

Nós el rei fazemos saber a vós João Gago tesoureiro da nossa Casa da Guiné e aos escrivães desse oficio que a nós praz e havemos por bem darmos daqui em diante à confraria dos pretos que se faz no mosteiro de São Domingos desta cidade quinhentos reais de esmola em cada caravela que vier da Mina assim como os damos às outras casas das confrarias desta cidade, pelo que vos mandamos que de cada caravela que vier da Mina entregueis aos mordomos da dita confraria os ditos quinhentos reais de que lhe assim fazemos esmola e por o treslado deste alvará que se registará nos livros dessa Casa com seus titulos vos sejam levados em conta.

Feito em Lisboa aos XVIII dias de abril, António de Neiva o fez, de mil Vc XVIII anos.

Pedindo-nos os sobreditos por mercê que lhe confirmasse o dito alvará em carta. E visto por mim seu requerimento, tenho por bem e lho confirmo assim e tão inteiramente como se nele contem. Gaspar de Figueiredo a fez em Lisboa a VIII dias de Agosto, ano de mil Vc XXIX.»

*(Chancelaria de D. João III, Livro 22, fl. 100r)*

«Dom João etc a quantos esta minha carta virem faço saber que por parte da confraria dos homens pretos de Nossa Senhora do

para resolver os problemas desse escravos meios forros. Mas dos seus fundos a irmandade só lhes podia dar quinhentos reais (7).

---

Rosário desta cidade me foi apresentado um alvará de el Rei meu senhor e padre, que santa glória haja, do qual o teor tal é:

Nós el Rei fazemos saber a quantos este nosso alvará virem que a nós enviaram dizer os homens pretos línguas e mordomos e confrades pretos de Nossa Senhora do Rosário que nesta cidade havia muitas mulheres pretas que foram casadas com línguas e mareantes e que estando em suas casas muitas vezes os homens do alcaide e assim outras pessoas sem mandado do juiz nem justiça lhe faziam abrir de noite suas portas dizendo que tinham dentro negros fugidos e furtos e lhe faziam abri as arcas e nesta volta lhe tomavam quanto tinham e assim lhe faziam muitos outros desaguisados, pedindo-nos os ditos suplicantes que houvéssemos por bem lhe darmos um alvará para que nenhuma pessoa nem pessoas não entrassem por força nas ditas casas nem lhe tomassem o seu senão por mandado de nossa justiça. E visto por nós seu dizer e pedir havemos por bem e nos praz que nenhum homem do alcaide nem outra nenhuma pessoa se não meta nas ditas casas salvo quando quer que pela dita nossa justiça lhe for mandado porque de outra maneira queremos que as ditas pretas não sejam vexadas nas ditas suas casas.

Notificamo-lo assim aos meirinhos, juízes, justiças a quem o conhecimento disto pertencer e lhes mandamos que cumpram e guardem este nosso alvará sem embargo algum que lhe a elo ponham.

Feito em Lisboa aos XVI dias de dezembro, Pero Ribeiro o fez, de Vc XXI. E este passará pela chancelaria.

Pedindo-nos os sobreditos por mercê que lhe confirmasse o dito alvará em carta. E visto por mim seu requerimento, querendo-lhes fazer graça e mercê, tenho por bem e lho confirmo e mando que se cumpra e guarde assim e na maneira que se em ele contem. Gregório do Amaral o fez, em Lisboa a II dias de Outubro de Vc XXIX.»

*(Chancelaria de D. João III, Livro 22, fl. 101r)*

(7) Sobre a alforria dos escravos, vejamos o seguinte alvará de D. Manuel, confirmado depois por D. João III.

«Dom João etc a quantos esta minha carta virem faço saber que por parte dos mordomos e confrades de Nossa Senhora do Rosário

me foi apresentado um alvará del Rei meu senhor e padre, que santa glória haja, de que o teor tal é:

Nós el Rei fazemos saber a todos os nossos juizes e justiça a que este for mostrado e o conhecimento dele pertencer que os mordomos e confrades dos homens pretos de Nossa Senhora do Rosário nos enviaram dizer que hi há muitos escravos os quais seus senhores leixam forros em seus testamentos e que os herdeiros os sogigam e cativam e os não leixam alegar nem dizer de seu direito, que nos pediam que a elo lhe houvessemos remédio e os provessemos como fosse justiça. E visto per nós seu dizer e pedir havemos por bem e mandamos // que tanto que em algum testamento ficar declarado algum escravo por forro seja o dito escravo logo posto em sua liberdade e esto dando fiança a sua valia que sendo achado por direito que não pode ser forro os herdeiros o poderão haver ou a dita sua valia. Notificamo-lo assim a todos para que inteiramente o cumpram.

Feito em Lisboa a XX de março (maio?), Simão de Matos o fez, de mil Vc e VIII e este passará pela chancelaria. E esto se entenderá nesta cidade.

E pedindo-me os sobreditos por mercê que lhe confirmasse o dito alvará em carta e visto por mim seu requerimento e querendo-lhe fazer graça e mercê tenho por bem e lho confirmo e mando que se cumpra e guarde assim e tão inteiramente como em ele se contem. Gregório do Amaral o fez, em Lisboa a X de março de mil Vc XXIX.»

*(Chancelaria de D. João III, Livro 22, fl. 100r-100v)*

«Dom João etc. a quantos esta minha carta virem faço saber que os confrades e mordomos da confraria de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos nesta cidade de Lisboa que está no mosteiro de São Domingos me apresentaram um alvará que lhes passou el rei meu senhor e padre, que santa glória haja, do qual o treslado de verbo a verbo se segue:

Nós el Rei fazemos saber a todos vós juizes e justiças a que este fôr mostrado e o conhecimento dele pertencer que os mordomos e confrades dos homens pretos de Nossa Senhora do Rosário nos enviaram dizer que aí há muitos escravos os quais seus senhores leixam forros em seus testamentos e que os herdeiros os sogigam e cativam e os não leixam alegar nem dizer de seu direito que nos pediam que a ele lhe houvéssemos remédio e os provessemos como fosse justiça.

As contas da irmandade eram tomadas de modo habitual no fim de cada ano, com o exame dos livros próprios (8).

---

E visto por nós seu dizer e pedir havemos por bem e mandamos que tanto que em algum testamento ficar declarado algum escravo por forro seja o dito escravo logo posto em sua liberdade e isto dando fiança à sua valia para que sendo achado por direito que não pode ser forro os herdeiros o poderão haver ou a dita sua valia. Notifico-vo-lo assim a todos para que inteiramente o cumpram.

Feito em Lisboa a XX de março, Simão de Matos o fez, de mil Vc XVIII. E este passará pela chancelaria. E isto se entenda nesta cidade.

Pedindo-nos por eles usarem do dito alvará e ora lhe não querem guardar por ser por alvará houvesse por bem que lhe fosse passado em carta. E vendo o que assim nos pedem e alegam e por ser serviço de Nosso Senhor ei por bem e mando que o dito alvará del rei meu senhor assim como aqui vai incorporado se cumpra e guarde como nele é conteudo e lhe não ponham mais dúvida porque assim é minha mercê.

Dada em Lisboa aos VI de março, Gomes Anes a fez, ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil Vc XXIX. Não fará dúvida na entrelinha que diz «a todos» porque vai na verdade.»

*(Chancelaria de D. João III, Livro 17, fl. 44v)*

(8) A confraria foi dispensada de prestar contas ao provedor, ouvidor e deputados do Hospital de Todos-os-Santos:

«Eu el Rei faço saber a quantos este meu alvará virem que havendo respeito ao que dizem os mordomos da confraria de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos que está no mosteiro de São Domingos desta cidade de Lisboa na petição atrás feita e visto como a dita confraria não tem renda alguma mais que as esmolas que os confrades e outras pessoas dão por sua devoção e como estão em posse e costume de não dar conta ao provedor e ouvidor do Hospital-de-Todos-os-Santos da dita cidade, e vistas outrossim as mais diligências que se neste caso fizeram e querendo-lhes fazer graça e mercê por esmola, ei por bem e me praz que os ditos mordomos não sejam daqui em diante obrigados nem constrangidos a dar conta das esmolas que se derem e arrecadarem para a dita confraria aos ditos provedor, ouvidor e deputados do dito Hospital. E isto sem embargo da sentença

Um pormenor curioso era a possibilidade de ser mordomo, se o quisesse por sua devoção, Príncipe, Rei, Duque, Conde, Marquês, Cardeal, ou quaisquer outras dignidades. Mas tudo se fazia por votos, o que não é fácil de entender, a menos que estes dignitários pudessem ser excluidos na votação, o que o compromisso não explica.

Em aditamento ao compromisso primitivo há um assento de 1700 assinado pelo escrivão e capelão Manuel Brás Cordeiro, que estabelece a cota anual dos irmãos: para os casados era de seis tostões e para os solteiros era de uma «moeda nova».

Por este assento se vê que a irmandade viveu pelo menos século e meio. Mas é certo que ainda existia em 1782, pois é dessa data a última notícia que o Padre António Brásio dela encontrou. Tinha, contudo, mudado já a sua sede para o convento do Salvador, talvez no fim do século XVII (9).

É, porém, muito provável que se mantivesse até à supressão das ordens religiosas em 1834. Luis Gonzaga Pereira, nos meados do

---

que dizem ser dada no juizo do dito Hospital por que é mandado que se dê a dita conta ao dito provedor e ouvidor dele.

Notifico assim às justiças, oficiais e pessoas a que este alvará fôr mostrado e o conhecimento dele pertencer e mando que o cumpram e façam inteiramente cumprir como se nele contém.

O qual ei por bem que valha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada e passada por minha chancelaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, título XX, que diz que as coisas cujo efeito houver de durar mais de um ano passem por cartas e passando por alvarás não valham. Baltazar da Costa a fez, a XXI de Junho de mil Vc L.a Manuel da Costa a fez escrever.»

| | | |
|---|---|---|
| Concertado | | Concertado |
| João da Costa | Pero Gomes | Luis Carvalho |

*(Chancelaria de D. João III — Previlégios — Livro 4, fl. 132v)*

(9) «A última notícia com que deparámos sobre a confraria do Rosário do Salvador (embora erroneamente chamada ainda de S. Domingos), é uma confirmação de D. Maria I, de 28 de Maio de 1782, de 500 reis por cada caravela que viesse da Mina, em favor da Confraria dos Pretos» — Chancelaria de D. Maria I, Livro 84, fl. 238 (Cfr. António Brásio, o. c., p. 90 e 91).

século XIX, fala ainda na capela da portaria do convento de São Domingos que era da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de que se fazia procissão todos os domingos, dizendo que esta acabara destruindo-se a capela ([10]). Nesta época, porém, a confraria, se existia como parece provável, tinha a sua sede no Convento do Salvador.

## 3. COMPROMISSO DOS IRMÃOS PRETOS DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E ADORAÇÃO DOS SANTOS REIS QUE NO SÉCULO PASSADO SE VENERAVA NA CAPELA DA SENHORA DAS ALMAS NO ANTIGO HOSPÍCIO DE NOSSO PATRIARCA S. DOMINGOS

O único exemplar conhecido deste Compromisso, impresso, pertence ao Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa (Livraria, n.º 11).

É um livro encadernado com sete páginas impressas e no verso da última página o texto da autenticação que reza assim:

> *José Maria de Sousa Couceiro Secretario da Camara Patriarchal de Lisboa pelo Em.mo Snr. Cardeal Patriarcha de Lisboa. Certifico que este livro vai por mim numerado e rubricado com o apellido — Couceiro — com quatro folhas, nas quaes vai impresso o compromisso da Irmandade de N. Senhora do Rosario e Adoração dos Santos Reys Magos dividido em — 17 capitulos — e por ser verdade o refferido passei a prezente por mim assignada em Lisboa a 6 de Sett.c de 1853. José Maria de Sousa Couceiro.*

No fim das páginas impressas tem as seguintes assinaturas autógrafas:

*João Anastaçio, Nação de Congo*
*João Antonio Pereira, Nação de Congo*
*Antonio Joaquim da Costa, Nação de Congo*
*Domingos Pinto, da mesma nação de Congo*

---

([10]) *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa 1927, p. 135-136.

*Antonio Cipriano, da mesma nação*
*Paulino José da Conceição, Naturar da Bahia*
*Todos de cor preta.*

O traçado da letra mostra serem pessoas de pouca cultura. Mas sabiam todos ler e escrever.

No livro foram intercaladas as imagens da Santíssima Trindade, no início, de Nossa Senhora do Rosário, a cores, no meio, e da Adoração dos Reis Magos, no fim. São litografias de origem francesa e sem valor artístico.

Todas as folhas estão, de facto, numeradas e rubricadas com o apelido *Couceiro.*

O Compromisso consta de um prólogo e 17 capítulos. No Prólogo se declara que a Irmandade teve princípio no ano de 1732 para 1733 e os irmãos afirmam que de novo se ia reabilitar por terem requerido ao Cardeal Patriarca D. Guilherme que lhes concedesse licença e mercê, como efectivamente aconteceu através do Secretário da Câmara Patriarcal, como vimos atrás.

A reabilitação da Irmandade fez-se no ano de 1852, aos 10 de Dezembro, e passou a ter a sede no real convento das religiosas de Santa Joana de Lisboa, sendo prioresa do convento Soror Margarida Maria de Jesus.

À primeira vista pareceria que esta Irmandade era uma ressureição daquela de que acabámos de falar e cujo compromisso é de 1565. Contudo, todos os capítulos do compromisso nos indicam uma instituição diferente.

Todos os confrades desta Irmandade seriam de cor preta, admitindo-se excepcionalmente seis irmãos brancos para um deles servir de escrivão, no caso de nenhum irmão de cor saber escrever.

A festa principal da Irmandade era também a de Nossa Senhora do Rosário, que constava de missa cantada, exposição do Santíssimo Sacramento e sermão. Na véspera da festa realizava-se a eleição dos oficiais da mesa e às suas reuniões estaria obrigatòriamente presente o capelão.

A Irmandade faria igualmente com toda a solenidade a festa dos Santos Reis (6 de Janeiro), o segundo patrono da confraria. Com-

preende-se esta devoção numa confraria de homens pretos, pois a Idade Média, desde muito cedo, inventou uma história dos Magos que foram a Belém adorar o Menino Jesus. Eram três Reis Magos e um deles de côr preta, história que não se harmoniza com o Evangelho, nem tem qualquer documento a apoiá-la. Mas acreditava-se nisto. E assim esta festa dos Santos Reis era muito própria para uma irmandade de homens pretos.

As obras de caridade para com os irmãos consistiam em socorrer os pobres na medida do possível. Mas o juiz tinha o especial encargo de harmonizar os irmãos desavindos fazendo-os de novo amigos.

Também se ocupavam do enterro dos irmãos pobres, e por todos os defuntos em geral seriam celebradas 30 missas na altura do seu falecimento. Os irmãos que tivessem servido algum cargo tinham direito a 33 missas. Ainda por todos os irmãos falecidos se celebravam 12 missas na oitava da festa de Todos-os-Santos.

Finalmente os irmãos eram aconselhados a ajudar-se uns aos outros e a fomentar a prática mútua das obras de caridade.

Ficam assim esboçadas sumàriamente as características principais dos estatutos de duas irmandades de homens pretos de épocas diferentes, mas com as finalidades gerais das confrarias das velhas cristandades da Europa. Elas indicam um rumo na evangelização dos povos que os portugueses descobriram: trazê-los à fé de Cristo e dar-lhes os mesmos meios de santificação que os cristãos utilizavam nessas épocas.

A primeira irmandade, iniciada em 1460, aparece-nos aberta a pretos e brancos; a segunda, dos meados do século XIX mas já existente no início do século XVIII, é exclusivamente para homens de cor preta; apenas por condescendência admitia seis brancos e com a condição de um deles, em caso de necessidade, exercer as funções de escrivão.

Duas orientações diferentes que correspondem também a mentalidades diversas. Mas é interessante verificar que a Irmandade mais antiga não tem estas exigências e mistura brancos e pretos na mesma dimensão cristã e em actos de caridade iguais para todos.

# DOCUMENTOS

## COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS

### *PRÓLOGO*

*Depois que os nossos primeiros pais por culpa de seu pecado foram lançados da glória em este vale de lágrimas sujeitos às misérias e trabalhos do mundo e obrigatórios à morte, vendo a Santíssima Trindade o homem sem graça para merecer, o demónio senhor da criatura que ele fizera à sua imagem e semelhança determinou que a pessoa do Filho viesse tomar humana carne em as divinas entranhas da mais puríssima virgem e intemerata santa que no mundo houvesse para que a sua humanidade recebesse o castigo de nossas culpas e em lugar daquela árvore em que pecou Adão levasse às costas ele a árvore da vera Cruz e se pusesse em batalha com o demónio para nos tirar de sua sujeição recebem as vexações e doestos de sua prisão e os tormentos dos açoutes e lança que lhe abriu o seu divino costado e as cinco chagas, insígnias de sua vitória e nosso remédio, subiu aos céus deixando cumpridas e declaradas as figuras de seu testamento velho e de sua divina lei da graça posta em a Santa Madre Igreja para doutrina de nossa salvação, e conhecendo que o homem era tão fraco e débil que por si só não podia resistir ao demónio nem merecer a glória, deu-lhe uma valedora, uma intercessora ornada de todos os dons do Espírito Santo, privilegiada de tanta graça e merecimento que quem se pegasse às abas de sua misericórdia fosse socorrido, perdoado e remediado em suas tribulações. Esta é a sua gloriosa madre a quem ele chamou rosa plantada em o vergel de sua divina vontade ao qual todas as gerações do mundo honram, louvam, adoram, servem, e por este respeito os mosteiros da sagrada Ordem dos Pregadores têm sempre a capela de Nossa Senhora do Rosário a quem servem e celebram sua festa. E porque os homens pretos vindos das*

*longe terras e partes de Etiópia tocados da graça do Espírito Santo vindo em conhecimento de Nossa Senhora do Rosário e dos seus grandes milagres e movidos de católica devoção foram os primeiros edificadores e principiantes e sustentadores da mui santa capela e confraria que ora está edificada e residente em o mosteiro de São Domingos desta mui nobre e leal cidade de Lisboa, a qual capela e confraria e devoção floresceu no ano de mil e quatrocentos e sessenta.*

*Fl. 1r*

*Capítulo 1*

Porquanto nos pareceu coisa conveniente e necessária para bem e prol desta santa confraria por muitos respeitos que nos a isso movem e pelo que cumpre para nossas consciências como para a dita santa confraria será por nós e pelos que adiante forem melhor servida e aproveitada e em crescimento, e nós sempre permaneçamos em paz e amor e conformidade segundo aquela parábola de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo que disse «este é meu mandamento que vos ameis uns aos outros», e noutra parte disse «nisto conhecerá o mundo que sois meus discípulos na paz e amor e concórdia com que vos amardes, tratares e viveres», porém nós querendo tomar este espelho e usar deste santo conselho metidos debaixo da correcção e amparo de nossa Santa / *fl. 1v* / Madre Igreja confiando na graça do Espírito Santo que nos ajudará em tão santa obra sendo todos chamados segundo nosso bom e virtuoso costume dentro no mosteiro do bem-aventurado São Domingos onde ora está situada a dita confraria de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos os aqui nomeados e outros cada dia que ao diante vierem, o licenciado Rui de Alvim procurador geral da dita irmandade e confraria, e Diogo Lopes escrivão dela o presente ano de mil e quinhentos e sessenta e cinco, e Pedro Cabreira e António Cardoso mordomo, e João Gonçalves juiz, e João de Oliveira, Gaspar Lopes, e Manuel Peixoto, Bastião Fernandes, João de Alvim, e Pedro de Alvim, Paulo de Faria, Pedro da Costa, Manuel Ribeiro, e João do Rego, Bartolomeu da Fonseca, e Francisco Pacheco, Domingos Rodrigues, e Francisco de Mesquita, Manuel Fernandes, e Manuel Fernandes bordador, João Dias alfaiate, e António Voga, Pedro Pardo calafate, e seu pai morador na Rua dos Cavides, / *fl. 2r* / e Vicente Dias preto trabalhador, e António Martins mareante, e Gonçalo Alvim, e Miguel Rodrigues mareante, Pero Jorge trabalhador, e António Afonso trabalhador, Martim Gonçalves pedreiro, e Francisco Lopes, e João Darguim trabalhador, António Afonso trabalhador no terreiro, e Sousa marido da Catarina Dias mareante, e Simão Velho, e Sebastião Lopes filho de Diogo Lopes, todos em uma conformidade e com um coração e vontade quanto a eles possivel fôr, ordenaram a sobredita confraria e irmandade na maneira seguinte.

*Capítulo 2*

Acordaram que haja na dita confraria e irmandade um juiz e dois mordomos e um escrivão, o qual será branco e um homem nobre e pessoa de que se tenha respeito quando se houver de fazer alguma coisa, e ajuntar-se-ão para / *fl. 2v* / elegerem os ditos oficiais por dia de Nossa Senhora do Rosário que vem no mês de julho pela visitação de Santa Isabel, e logo ao domingo seguinte depois da visitação, os quais oficiais tanto que elegidos forem assim os irmãos como os mordomos e juiz e escrivão e andador servirão na mesa da dita confraria o seu ano de dia a dia e darão ao escrivão dois mil reis e lhe guardarão respeito, e o que for desobediente o poderá prender e depôr da confraria.

*Capítulo 3*

Ordenamos que na dita confraria e irmandade se diga missa cantada pela manhã cedo todos os dimingos do ano e se acenderão quatro capuchos e toda a cera que se puder acender ao Evangelho e ao levantar do Senhor e se darão círios de mão aos confrades e aos que estiverem à missa o melhor que se puder fazer e se porá um pano de defuntos com suas tochas ou círios acesos em / *fl. 3r* / quanto durar o sacrifício da missa e responso pelos confrades, irmãos, vivos e defuntos, porquanto a missa se dirá e se pagará em cada um ano aos Padres do dito convento a esmola que os irmãos confrades por seu contrato são obrigados, e ao responso da dita missa se acenderá cera que ao depois se arrecadará.

*Capítulo 4*

Acordaram que na dita irmandade e confraria haja uma arca das esmolas a qual terá três chaves, uma terá o juiz, outra um mordomo, outra o escrivão, segundo a forma da irmandade da Misericórdia, e não se abrirá para se tirar dinheiro nem se cerrará a despesa senão pelos ditos oficiais juntos que o presente ano servirem na mesa, e fazendo-se sem o juiz, mordomos e escrivão que naquele ano forem se não leve em conta a tal despesa, a qual será assinada por / *fl. 3v* / um dos mordomos e escrivão. E haverá um livro para esta receita e despesa que se guardará na arca da confraria e se não emprestará dinheiro sem penhores de oiro e prata equivalentes à segurança.

*Capítulo 5*

Acordaram que ao domingo que vem logo passado dia de Todos os Santos em cada um ano os mordomos terão cuidado de concertar uma eça no lugar conveniente na igreja e com toda a cera e mais ornato mandarão dizer as vésperas cantadas e ao dia seguinte se dirá a missa cantada com ladainhas e se dará de oferta quatro alqueires de pão cosido e tres almudes de vinho e quatro dúzias de pescadas ou o valor delas a dinheiro com o mais que parecer e se contratarem os oficiais da mesa.

/ *fl. 4r* /

*Capítulo 6*

Ordenamos que por haver alguns irmãos que são mordomos e acabando de servir o ano na outra eleição tornam a ficar mordomos e não querem dar conta, por evitar estes inconvenientes que se faz em prejuízo da confraria, farão os oficiais que são a festa de Nossa Senhora da Visitação e acabada a festa aquele dia os oficiais velhos entregarão a capela aos oficiais novos e à tarde tomarão os oficiais novos ao procurador da confraria conta com entrega sem intervirem outras pessoas na conta excepto irmãos que entendam bem dela, e não querendo dar conta os poderá o seu escrivão e o Padre Prior prender.

*Capítulo 7*

Acordaram que nenhum escravo cativo possa / *fl. 4v* / ser oficial nem ter mando na confraria, nem mourisco branco, nem mulato, nem índio.

*Capítulo 8*

Ordenamos que por haver alguns irmãos que são prejudiciais na confrario de Nossa Senhora quando alguma vez for mordomo em o dar da conta remisso se lhe não tomem votos na eleição, nem seja oficial na confraria, nem tenha mando algum, sem em tudo haver dado boa conta, o que tudo disporá o escrivão com o Padre Prior ou presidente.

*Capítulo 9*

Acordaram que na confraria não haja deputados nem nomes incertos para oficiais senão sejam por votos todos eleitos presente o escrivão.

*Fl. 5r*

*Capítulo 10*

Acordaram que falecendo qualquer confrade ou irmão da dita confraria ou suas mulheres posto que não estejam assentadas no livro da dita confraria, todos os irmãos e confrades que forem requeridos serão obrigados a irem por seu corpo com os sacerdotes e o trarão à dita igreja, onde quer que se mandarem enterrar, com os círios acesos e os apagarão tanto que o corpo estiver na igreja e se darão duas tochas com capuchos para a missa do defunto e ao responso estará acesa até o corpo ser coberto. E sendo que se enterrem em outras igrejas os acompanharão os irmãos com a cera deixando alguma esmola para a confraria.

*Capítulo 11*

E sendo caso que o irmão ou confrade sendo tão pobre que não tenha / *fl. 5v* / com que se enterrar nem mandar dizer missa, a confraria à sua custa o fará, enterrando, e lhe mandará dizer uma missa rezada e a oferta que puderem e virem que é bem.

*Capítulo 12*

Acordaram que sendo caso que qualquer irmão ou confrade venha a entrevecer ou cair em doença ou em

estreita necessidade, sendo os mordomos e oficiais informados que não tem donde lhe venha remédio para o necessário senão por esmola os irmãos lhe darão a que puderem pois tendo saude ajudou a confraria.

*Capítulo 13*

Acordaram que tanto que os mordomos aca / *fl. 6r* / barem o seu ano e forem elegidos outros, o juiz da dita confraria assinará os mordomos passados dez dias para que dentro neles entregarão tudo o que sobre eles for carregado em receita aos outros novos oficiais que forem elegidos.

*Capítulo 14*

Acordaram que este compromisso se leia em cada um ano cada vez que sairem os ditos oficiais e entrarem outros de novo sendo juntos os ditos oficiais e irmãos.

*Capítulo 15*

Acordaram os oficiais e irmãos comuniquem uns aos outros as coisas da confraria mansa e pacificamente e com muita / *fl. 6v* / humildade e silêncio e cortezia, e o que o contrário fizer o juiz o poderá condenar em um arratel de cera presente o escrivão a quem obedecerão.

*Capítulo 16*

Acordaram os ditos irmãos que quando vier o dia de Nossa Senhora do Rosário que é a nossa festa principal que vem cada ano no mês de julho os oficiais terão a sua cera feita e acabada e a porão em lugar donde convier melhor, e posta em uma mesa com todo o ornato, a irmandade toda ordenará uma procissão ao convento donde esta nossa irmandade está instituida, a qual procissão se fará ao domingo à tarde depois de passado o dia de Santa Isabel, para cujo efeito se buscarão clérigos a que os irmãos darão sua esmola como se concertarem, e virão todos os irmãos / *fl. 7r* / e confrades com círios acesos nesta procissão muito devotamente rezando o Rosário para virem sem nenhum rumor, e assim será nas eleições que fizerem e será castigado o que for perturbador.

*Capítulo 17*

E sendo caso que chamados todos os irmãos e confrades para fazerem eleição e se não puderem ajuntar todos então se fará com doze irmãos e alguns confrades e oficiais que este ano forem e desta maneira será a eleição valiosa.

*Capítulo 18*

Acordaram que os oficiais que hão de servir e o procurador da confraria em cada um ano elejerão uma pessoa que tire para o azeite e outra para as missas e outra para a cera, a qual será de idade de quarenta anos para cima e casado e homem de bom viver e boa consciên / *fl. 7v* / cia. Sendo eleito fazendo o que não deve o possam tirar e dar a caixa a outrem com estas condições.

*Capítulo 19*

Acordaram que o que for oficial um ano o não possa ser daí a tres anos

como se faz na santa Misericórdia, excepto o escrivão sendo pessoa nobre poderá por mais anos querendo servir a Nossa Senhora.

*Capítulo 20*

Acordaram que tanto que for feita a eleição dos oficiais que hão de servir tomarão conta aos mordomos que foram ante eles e achando que por encerramento de contas ficam devendo cousa alguma se carregará o que assim ficarem devendo em receita por lembrança sobre os mordomos que sucederem, os quais serão obrigados a o arrecadar e darão dele como do mais que em / *fl. 8r* / seu ano receberem conta com entrega aos oficiais que lhes sucederem, e pela dita maneira se terá a dita ordem cada ano.

*Capítulo 21*

Acordaram que o juiz e mordomos que servirem serão muito diligentes em seu cargo e todos os domingos e dias santos terão cuidado de vir pela manhã à mesa e assim às tardes e se assentará cada um em seu lugar e terão vestido suas capas brancas para autorizarem seus cargos e por tais conhecidos porque não parece bem estarem com capas pretas, e sendo necessário ir ao altar vão com as ditas capas brancas, e que provoquem a gente à devoção assim na humildade como na limpeza. E somos contentes que o nosso escrivão nos mande e encaminhe ao que lhe obedeceremos em tudo que nos ordenar e ao Rdo. Padre Prior de S. Domingos a quem estamos sujeitos.

*Fl. 8v*

*Capítulo 22*

Acordaram que nenhum dos oficiais da mesa possa por si somente receber dinheiro algum de fora que lhe dessem algum escravo para sua liberdade sem primeiro ser praticado em mesa pelos oficiais dela para ver se é bem aceitá-lo, e achando que é bem se carregará por lembrança em receita e se porá em parte segura. E fazendo qualquer oficial o contrário somente por isso será privado e não servirá mais e elejerão outro que sirva.

*Capítulo 23*

Acordaram que por os irmãos desta confraria são muito importunados de muitos escra / *fl. 9r* / vos que ficam meios forros e assim escravas que lhe dem para se acabarem de forrar, em tal caso a confraria não será obrigada a mais que a favorecer os ditos escravos e falar por eles e não a demandas, salvo alguma pessoa a que a confraria tiver muita obrigação e quiserem tirar pelos irmãos algumas esmolas para isso, mas à custa da confraria querendo-lhe fazer alguma esmola será até à quantia de quinhentos reis, e isto porque a confraria não fique desfraudada.

*Capítulo 24*

Acordaram que dia de Nossa Senhora da Purificaçfo que vem aos dois dias de Fevereiro se diga ao altar de Nossa Senhora missa da própria festa, à qual se benzerão os círios que

é costume darem-se aos navios que vão para fora do Reino e assim para os oficiais da mesa que então forem se dará a cada um seu / *fl. 9v* / círio de meio arratel como se costuma fazer na dita confraria.

*Capítulo 25*

Acordaram que os mordomos que pelo tempo forem serão obrigados a armarem muito bem a capela no dia da festa da confraria e se confessarão e comungarão, e tratando da limpeza da alma, tratarão com todo o cuidado do ornato da capela e de pôr em arrecadação tudo o que nela estiver para darem de tudo boa conta.

*Capítulo 26*

Acordaram que quando algum irmão quiser por sua devoção ser mordomo, Príncipe e Reis, Duque, Condes, Marqueses, Cardeal / *fl. 10r* / e quaisquer outras dignidades se farão os ditos cargos a votos, e ninguém poderá ter os cargos mais que em sua vida, e se estiver ausente em seu lugar se porá outra pessoa e tanto que o ausente vier poderá exercitar o seu cargo.

*Capítulo 27*

Acordaram quando se acabar o ano dois irmãos tomarão conta aos mordomos que então acabarem, do que rendeu a confraria e dos gastos que se fizerem, e os gastos que forem lícitos para se levar em conta se levarão e toda a esmola que derem a Nossa Senhora se lançará em livro e se carregará sobre os mordomos e tesoureiros, o qual será homem de satisfação e verdade.

*Capítulo 28*

Assim acordaram e houveram por bem para serviço de Nossa Senhora e aumento / fl. 10v / desta confraria os capítulos atrás escritos que querem em seus nomes e dos irmãos vindouros se guardem como neles se contém para o que se assinarão para os cumprir e guardar e se sujeitam ao senhor conservador das causas da dita confraria por provisão del Rei nosso senhor que assim lho confirme e ponha sua autoridade para sempre inteiramente se guardar como nele se contém e pedem ao Rdo. Padre Prior de São Domingos lhes faça cumprir e guardar na forma que dito é.

*

O Dr. Bartolomeu Pires do Avelar do desembargo de El Rei nosso senhor seu corregedor dos feitos e causas civeis em esta Corte e Casa da Suplicação juiz conservador das causas da Irmandade dos Homens pretos de Nossa Senhora do Rosário sita em São Domingos desta cidade, faço saber que a mim me foi apresentado o Compromisso atrás cujos capítulos confirmo e hei por confirmados e para que valham e tenham sua força e vigor interponho minha autoridade judicial.

Lisboa dois de Dezembro de mil quinhentos sessenta e cinco anos. E eu Bernardo Nunes o escrevi.

*Bartolomeu Pires do Avelar*

*Assentamos hoje em mesa aos 14 de Dezembro de 1700, sendo juiz Inácio Ferreira, juiz passado João da Cunha, outro juiz passado Benedito Perim, Procurador* (duas palavras riscadas) *e outro Ventura de Matos tesoureiro* (uma palavra riscada) *Misquita, concordamos com todos os nossos como irmãos e oficiais da Senhora do Rosário que estavam obrigados os irmãos e irmãs entre maridos e mulheres de darem cada ano de sua esmola à dita Senhora entre marido e mulher seis tostões, e o solteiro e solteira uma moeda nova, cada pessoa, fazemos isso e assentamos porque dizem entre alguns irmãos que queixam-se que há muitos defuntos e como somos obrigados à concordância de nossos irmãos para não haver entre pendências fazemos este assento dado nesta mesa com os ditos oficiais em mes e era ut supra. Eu como capelão e escrivão desta mesa fiz este assento por consentimento da mesa.*

*P.e Manuel Brás Cordeiro*

*(Biblioteca Nacional de Lisboa — Iluminado 151)*

## COMPROMISSO DOS IRMÃOS PRETOS DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO E ADORAÇÃO DOS SANTOS REIS MAGOS QUE NO SECULO PASSADO SE VENERAVA NA CAPELA DA SENHORA DAS ALMAS NO ANTIGO HOSPICIO DO NOSSO PATRIARCA S. DOMINGOS

O seu principio foi na era e ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1732 a 1733. E declaramos que de novo se vai reabilitar esta Irmandade, por termos requerido a Sua Eminência o Cardeal Patriarca Guilherme I, para nos conceder a devida licença e mercê. — Cuja erecção é hoje no real convento das religiosas de Santa Joana desta cidade de Lisboa.

Teve principio esta Irmandade de novo no ano de 1852, aos 10 de Dezembro, sendo prioreza Soror D. Margarida Maria de Jesus.

Amantissima e Divinissima Santissima Trindade, que é Padre, Filho, e Espírito Santo, tres pessoas distintas em um só Deus verdadeiro. Pai eterno sem principio nem fim, que antes que houvesse mundo, já ereis Deus todo poderoso, que com uma só palavra, fabricasteis esta máquina universal, e nela creasteis diversos coros de Anjos e Profetas que anunciassem a vinda de uma tão admirável Creatura, que é a Mãe de Deus; Senhor dos Homens; donde conhecemos o seu nascimento e adoração dos Santos Reis Magos; e a vinda desta Divina Pessoa nos mostrou os Discipulos e Apóstolos Evangelistas, Cardeais e Patriarcas; para nos admirar o modo do cristianismo; e recebermos todos os dotes e mercês que a Santa Madre Igreja nos ensina a venerar a Santissima Virgem e o seu amado Filho. À sua Santissima Mãe entregamos o Mistério do Santissimo Rosário do nosso Patriarca S. Domingos para ele nos encaminhar a viver nesta fé e conseguirmos por este meio o prémio final que nos está prometido por Nosso Senhor Jesus Cristo, e sua Santissima Mãe seja connosco Irmãos. Amen.

## PROLOGO

Maravilhoso é Deus com os seus Santos — *Mirabilis Deus in Sanctis suis* — e Santo em todas as suas obras, disse David o Profeta, mas contudo ostenta as suas maravilhas mais em uns santos do que em outros; porque como árbitro universal e absoluto da natureza e graça as reparte e divide como quer, dando uma graça a um, outra a outro, a outros muitas, e a outros mais, como à Santissima Virgem as deu juntas. Porque ela é a advogada dos aflitos e desamparados, tanto na vida como na morte, e é o amparo para nossa defesa nas atribulações desta vida. Como ela é santa de nossa devoção, rogamos por intermédio de seu amado Filho e Jesus Cristo Nosso Senhor nos perdoe nossas culpas. Aos santos e santas de nossa devoção como amigos de Deus rogamos pelos seus devotos e principalmete à Santissima Virgem como nossa protectora lhe entregamos esta petição para o seu amado Filho que o trouxe nos braços; e também prometemos ser seus devotos e escravos, professando o maior amor, e não cessando dia e noite em serviço do seu Santissimo Rosário; como disse

a Santa Mãe e Doutora Teresa de Jesus «Em nenhum tempo pedirão à Santissima, que lhe não outorgue a petição» para alcançarmos o seu patrocínio como Mãe dos pecadores, por Gloria eterna. Amen.

CAPÍTULO I

**Do modo que se há de ter no tomar de irmãos**

Primeiramente ordenamos que os irmãos que se houverem de aceitar nesta Irmandade de Nossa Senhora do Rosário sejam homens pretos, e este capítulo a não poderá revogar, mas porque pode suceder que entre nós não haja quem saiba escrever para servir o cargo de escrivão, para o qual queremos se possa eleger outra pessoa branca, com declaração que será nosso irmão, e não poderá servir outro cargo algum, e será tão somente por um ano.

Também poderemos aceitar até seis irmãos brancos, e não passarão deste número, nem eles poderão servir outro cargo algum, porém passados estes seis todos os mais serão pretos, os quais pedirão os aceitem e os oficiais da mesa constando-lhe primeiro que são de boa vida e que servirão bem a confraria os poderão aceitar, e darão de esmola quatrocentos e oitenta reis; e se os oficiais da mesa lhe parecer que é pessoa com que a confraria receba algum aumento, os aceitarão como lhe parecer.

Em quanto às irmãs, não entrarão menos de seis tostões e estas serão pretas, ou brancas que também serão aceites pelo juiz e mais oficiais, e declaramos que as mulheres dos nossos irmãos ficam logo irmãs e gozam de tudo aquilo que pertence a seus maridos, e concorrerão com todas as obrigações como qualquer outro irmão.

CAPÍTULO II

**Da festa que há de fazer a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário**

Antigamente os nossos antepassados faziam o seu festejo em setembro e o seu dia do Santissimo Nome de Maria, e porque pode cair em dia de semana, a sua festa será transferida para o domingo

com toda a solenidade; com missa cantada de tres padres, e Senhor exposto e seu sermão; esta festa serão obrigados a fazê-la o juiz e mais oficiais da mesa conforme as suas posses; para o que mandarão pelo procurador a todos os irmãos e irmãs para que se achem presentes a esta festa, e juntamente mandarão renovar todas as coisas da irmandade para este dia à custa da mesma mesa e do que houver em cofre e entre todos para serviço da Santissima Virgem.

CAPÍTULO III

## Da eleição dos nossos oficiais

Ordenamos que a eleição dos oficiais se faça na véspera da festa do Santissimo Rosário para que possa estar patente no dia da solenidade; para o que se fará estando a maior parte da irmandade junta e o nosso reverendo Padre Capelão que servir na mesma Irmandade, e nunca se fará mesa sem que ele se ache presente para melhor direcção e serviço de Deus. E também assistirá o escrivão que então servir para tomar os votos, e no caso que o tal escrivão não se ache presente em seu lugar servirá o que tinha sido na mesa passada; e juntamente assistirá a todos os actos da mesa o reverendo Padre Capelão para evitar a menor divergência.

Também assistirá o juiz e mordomos e irão votando sendo sempre o juiz primeiro a fazê-lo e depois sucessivamente os mais irmãos que na mesa se acharem, e aqueles que tiverem mais votos ficarão eleitos para a mesa, os quais se não poderão excusar sem causa legítima sob pena de serem riscados da irmandade. Declaramos que o primeiro em que se há de votar será no juiz, e logo no escrivão e mais mordomos, tesoureiro, procuradores e mais oficiais, com condição que todos serão pretos. E havendo algum que seja preto para servir o cargo de escrivão será o preferido, e não havendo será algum dos seis irmãos brancos. E sendo caso que algum irmão por sua devoção queira servir algum cargo nesta confraria, o pedirá publicamente e irá a votos dos mais irmãos para ver se ficam contentes. E o irmão que servir qualquer cargo um ano não poderá tornar a servi-lo dentro

de dois anos, para que assim vá correndo o serviço dos Santos por todos, salvo se parecer que é grande proveito para a confraria e serviço de Deus.

No que toca à eleição do juiz, sendo como fica dito, sempre o poderão eleger (se parecer aos mais irmãos) sem que seja irmão no tal tempo da eleição, com condição que aceitando o dito cargo logo fica assentado como irmão no livro da irmandade; porem os outros cargos não poderão eleger para eles senão irmãos que actualmente o sejam. Este capitulo se lerá sempre na mesa aos irmãos todas as vezes que for preciso haver eleição antes de se tomar os votos, e sendo caso que alguma irmã queira servir de juiza, a poderão eleger, mas sempre será por votos de todos.

## CAPITULO IV

### Da obrigação dos oficiais

O juiz será obrigado todos os domingos e dias santos a assistir à mesa, e sendo necessário tratar alguma coisa conveniente à confraria o fará saber aos outros oficiais e com os seus pareceres se farão os acórdãos de sorte que sejam assinados por todos da mesa; e sendo coisa grave em que haja diferença de votos, chamarão a irmandade e com os seus pareceres se ordenará o que melhor for para serviço de Deus.

O escrivão será muito activo para coisas necessárias pois dele depende o peso da confraria por isso terá um livro para os assentos somente dos irmãs e irmãs; e em cada assento estará assinado o juiz, escrivão e irmãos, e declarará o assento em que tempo foi tomado, quanto deu de entrada, e a quem foi entregue. Terá mais um livro dos acórdãos que se fizerem, outro da receita e despesa do tesoureiro. Terá também em seu poder o Compromisso, assim mais outro livro para o assento dos confrades; e no livro dos acórdãos assentará as pessoas que a confraria tiver em um termo ao pé feito e assinado pelo tesoureiro, de como as tem em seu poder, o qual termo será todos os anos renovado pelo escrivão que entrar de novo. Juntamente

fará termo de como recebe os livros, assim como da entrega ao escrivão que entrar de novo. Os mordomos serão obrigados a servirem com cuidado, não faltando e acompanhando todos os domingos e dias santos a sua missa que se disser na sua capela.

O tesoureiro será obrigado a comparecer em todas as festas na igreja para o que for necessário e acudir ao que for preciso e terá debaixo de chaves tudo aquilo que pertence à Irmandade, com declaração que não poderá emprestar cousa alguma para fora da igreja sem licença da mesa; e logo que elegerem outro tesoureiro lhe entregará todas as peças que houverem, ficando descarregado por termo de como as entregou.

O procurador tambem assistirá pessoalmente e terá cuidado de ornar a capela todos os domingos e dias santos, assistindo à sua missa, e terá obrigação de chamar a Irmandade todas as vezes que for preciso, e terá cuidado de pedir as esmolas pelas casas dos irmãos como no adro da igreja com uma bolsa que haverá da Irmandade. Tambem haverá outra para pedir por fora, a qual trará o irmão que lhe couber por sorte e será uma semana para cada um. No domingo entregará à mesa e assentará no livro a receita da esmola assim como do irmão que tem a bolsa a quem se encomenda muito esta diligência com que há de merecer os agrados e prémios da Senhora do Rosário.

## CAPÍTULO V

### Dos sufrágios que se hão de fazer pelos irmãos defuntos

Primeiramente será obrigada a mesa a mandar dizer trinta missas por cada um dos irmãos ou irmãs que falecerem de esmola de duzentos reis cada uma e os gastos destas missas se levará em conta ao irmão tesoureiro e se lançará em despesa; mas será ele obrigado a não fazer nada disso sem dar conta aos oficiais da mesa. E o dinheiro dos anuais servirá para se mandarem dizer com brevidade as missas dos defuntos pelo Padre Capelão, passando certidão. Falecendo algum irmão desamparado nesta cidade e tendo prestado serviços à confraria se fará a diligência de cuidar no seu enterro à custa da Irmandade,

porém não terá todas as missas. Quando algum irmão faleça, que não esteja corrente no livro da presidência, não serão obrigados a acompanhar nem se dirão as missas sem que se satisfaça o seu débito.

CAPÍTULO VI

**De como se há de acudir aos irmãos pobres**

Sendo caso que algum dos nossos irmãos esteja em tanta pobreza que não tenha com que se sustente, os oficiais da mesa lhe acudirão com o que puderem à custa da confraria, e não havendo dinheiro nela se pedirá pela irmandade. E o mesmo se fará se algum irmão for preso por dívidas (não sendo por roubo) até à quantia de tres mil reis, pois não é bem que padeça por tão pouca quantia, e nisso fazemos uma das obras de misericórdia em acudirmos aos nossos irmãos.

CAPÍTULO VII

**Da amizade com que devem viver os irmãos**

Sendo caso, que Deus não permita, que alguns irmãos estejam em ódio uns com os outros, o juiz os chamará até tres vezes e com palavras brandas conseguirá congraçá-los, porem quando isto não conseguir os poderá riscar da Irmandade e não poderão ser outra vez admitidos sem passarem tres anos, e mesmo assim se não poderão tomar sem que toda a Irmandade vote nisso, e mostrando grande arrependimento e estando já amigo com os outros o poderão aceitar na confraria sem que se faça novo assento.

CAPÍTULO VIII

**Da conta que são obrigados a dar os oficiais**

Ordenamos que os oficiais que de novo entrarem terão obrigação, dentro de vinte dias, de tomar contas aos passados, os quais as

darão de maneira que fiquem satisfeitos logo com a entrega; e não as tomando dentro do dito tempo, ficarão carregadas todas as dividas que se acharem ao tesoureiro que então for.

CAPÍTULO IX

## Da conta que há de dar o tesoureiro aos oficiais da mesa quando fizeram a entrega

Ordenamos que o tesoureiro, procurador e escrivão que acabarem de servir o seu cargo um ano na confraria sejam obrigados a dar contas dele estando presentes o capelão e o juiz que entrar assim como o escrivão. E ficando devendo algum dinheiro e não satisfazendo logo à confraria serão constrangidos a que paguem e entreguem tudo aos oficiais que novamente tomarem posse e entram a servir os ditos cargos, para o que serão admoestados tres vezes para o pagamento, e não o fazendo serão executados sem mais demora alguma. Assim o declaramos porque é da nossa vontade livre servir o Santo Rosário e os Reis Magos, para ornarmos a sua capela com as peças e ornatos que pudermos. Queremos que em nenhum tempo se possa emprestar coisa alguma para fora da igreja, pelo que ficará responsável o tesoureiro perdendo por isso o seu lugar, reunindo-se a mesa para se lhe tomar as contas. Ordenamos que quando se assentar pelo juiz e oficiais da mesa que convem alguma coisa para bem da Irmandade não hajam disturbios, e para esse efeito darão recado ao procurador para chamar a Irmandade e dar o seu parecer naquilo que lhe propuserem, e qualquer dos irmãos que sendo chamado para a reunião faltar, pagará um arratel de cera para a capela.

CAPÍTULO X

## Da obrigação que há de ter o tesoureiro

Queremos que o tesoureiro tenha cuidado em mandar fazer duas bolsas e dois mealheiros para dar na mesa a quem tocar para receber as esmolas das pessoas que forem devotas da Senhora do Rosário

e Santos Reis para aumento e serviço da mesma Irmandade. Ordenamos que sendo necessário acrescentar mais alguns capítulos neste compromisso desta Irmandade, o poderemos fazer chamando todos os irmãos para se assentar no que se deve fazer.

CAPÍTULO XI

**Da obrigação que hão de ter os eleitos**

Ordenamos e havemos por bem que sejam obrigados todos os irmãos e cada um em particular a sustentar quanto em si couber esta Irmandade de Nossa Senhora do Rosário erecta no convento das Religiosas da Princesa Santa Joana, que os nossos antepassados já veneraram desde o ano de mil setecentos cinquenta e cinco, que pela escassez do tempo tinham parado. Todos os irmãos se devem unir em tudo a esta Irmandade para que ela não pereça à mingua e fazer-se todos os anos a sua festa.

CAPÍTULO XII

**Do modo como se há de fazer um rol para a eleição**

Ordenamos e mandamos aos oficiais que todas as vezes que se fizer eleição se faça um rol das pessoas que são bastantes para servir para os irmãos saberem bem em quem hão de votar e sair uma boa escolha para evitar diferenças e desordens. E para remediar isto farão os oficiais um rol em segredo em que irão pondo aqueles que servirem para oficiais; porão também o nome de dois para juiz e ficará o mais votado assim como dois nomes também para o escrivão e ficará também o que mais votos alcançar; porão quatro nomes para os mordomos e os dois mais votados serão. E os mais cargos serão eleitos desta sorte, lendo-se estes rois quando estiver junta a mesa, o presidente, o capelão que servir esta Irmandade, sem o que não será válida a eleição por não ter quem a confirme, o qual capelão será

acompanhado em todos os seus actos todas as vezes que sair e se lhe pagarão as missas dos domingos, dias santos, e que nunca deixe de dizer missa na nossa capela, tanto pelos vivos como pelos mortos.

CAPÍTULO XIII

## Do modo como se há de fazer a festa aos Santos Reis

Ordenamos que a festa dos nossos padroeiros Santos Reis seja feita com toda a solenidade e reverência neste Real Convento das Religiosas da Princesa Santa Joana desta cidade de Lisboa. E quando se não possa fazer no seu próprio dia o será no domingo seguinte. A esta festa também é encarregada toda a nossa corporação de fazer tudo aquilo que possa, como o que diz o capítulo segundo, para o que se fará aviso disso aos oficiais que entrarem de novo. Assim também será obrigada a Irmandade em todas as festas que se fizerem neste Convento das Religiosas da Princesa Santa Joana a ter a nossa capela com a alâmpada do altar acesa para o que estará a cargo do juiz este serviço e será acompanhado dum irmão para o ajudar, em cujo serviço é Deus que lho há de pagar.

CAPÍTULO XIV

## Das condições e obrigações

Esta Irmandade será obrigada a mandar dizer trinta missas por cada irmão ou irmã que falecer, e sendo da mesa ou que tenha servido algum cargo se mandarão dizer trinta e tres missas, de esmola que se puder ajustar com o capelão. E serão ditas na nossa capela e ele passará certidão para constar a todos os irmãos que se não falta com sufrágios das almas.

Também se mandarão dizer no oitavário dos Santos doze missas pelas almas dos nossos irmãos falecidos desta irmandade. E recomen-

damos que não haja descuido ou esquecimento dos oficiais que entrarem de novo que não vejam no livro lançadas as missas dos nossos defuntos o façam cumprir e dar conta a cargo de quem esteve em cumprimento.

CAPÍTULO XV

## Dos depósitos

Se acontecer alguma ocasião que algum irmão queira ajuntar algum dinheiro no nosso cofre em depósito por sair para fora da capital ou fazer alguma viagem fora do Reino, fará um requerimento à mesa para o dito depósito com grande segredo e entregará à mesa o que depositar, para assim se lhe passar recibo do tesoureiro, assinado pelos irmãos da mesa, em que conste o tempo que fez o depósito, e logo que o irmão o peça se lhe entregará pelo mesmo recibo que recebeu da mesa para se rasgar.

CAPÍTULO XVI

## Obras de caridade

Sendo esta irmandade de homens e mulheres de cor preta, pode acontecer que algum embarcadiço regresse a esta capital trazendo na sua companhia algum homem ou mulher que queira transportar para fora do Reino, o juiz e mais oficiais farão todas as diligências de o conseguirem recorrendo às leis de Sua Magestade, e tudo mais que for necessário, porque é da nossa obrigação ajudar-nos uns aos outros porque nisso fazemos um grande serviço ao Santissimo Rosário e nossos Santos Reis que decerto não deixarão sem prémio todas as obras que fizermos de misericórdia a todos os nossos irmãos.

CAPÍTULO XVII

## De algumas advertências para o bom regime desta irmandade

Ordenamos e pedimos a todos os irmãos em veneração de Nossa Senhora do Rosário e Santos Reis que tenham segredo e não declarem a pessoa alguma o que se passa na mesa, e aquele que o contrário fizer a ela será chamado e repreendido até segunda vez porque à terceira será sem remissão expulso da irmandade como indigno. O mesmo se fará aos que forem desobedientes e menos fieis aos seus superiores ou tiverem o vício da embriaguez, faltarem ao respeito para com os irmãos da mesa, ou constar que dizem coisas injuriosas desta irmandade, pondo-lhe alguma infâmia ou mau nome.

Advertimos também que no cofre se não receba dinheiro algum de qualquer irmão como depósito sem primeiro constar como o adquiriu, e sabendo-se que foi pelo trabalho e indústria sem prejuizo de terceiro se lhe aceitará de modo que trata o capítulo 15º pondo-se em verba no Livro dos Acórdos e Segredos da irmandade, com toda a clareza, com o nome de quem é o depositante, se é casado ou solteiro, e o emprego que tem e o ano, mes e dia do depósito.

Se acaso morrer sem dispor do dinheiro depositado, determinamos que primeiro se reparta o dinheiro em tres partes, a primeira se mandará dizer de missas por sua alma, a segunda será para as obras e ornatos da nossa capela e sufrágio da irmandade, e a terceira se dará em mesa a sua mulher, ou não a tendo ao parente mais chegado do falecido, e não os tendo se aplicará também em missas pela sua alma. E esta declaração se lerá antes que no cofre se receba o dinheiro.

Ordenamos também que os irmãos que servirem os cargos desta irmandade se constarem que no seu tempo aumentaram e não destruiram a mesma, se lhe dirão mais por cada ano cinco missas além das que lhe competem, para o que quando fizerem a entrega trarão as suas patentes para nas costas delas se fazer esta advertência que assinará toda a mesa nova.

Advertimos também que assim que falecer algum dos nossos juizes perpétuos se dirá pela sua alma 70 missas; declaramos também

que falecendo algum capelão se mandarão dizer dez missas de esmola que se convencionar.

Ordenamos mais que do cofre se não empresta dinheiro a pessoa alguma ainda que seja irmão, sem primeiro depositar no mesmo valores em dobro do dinheiro emprestado. E os irmãos da mesa que fizerem o contrário ficarão responsáveis por todo o prejuizo que aconteça e não serão mais eleitos para tais cargos como menos zelosos do aumento da irmandade.

Recomendamos muito isto tudo a todos os irmãos presentes e futuros e que tenham sempre em vista o engrandecimento da nossa irmandade, lembrando-se que é um serviço do Santissimo Rosário e dos Santos Reis, que lhe fazemos estas advertências, assim como em serviço de Deus.

Irmãos! Neste Real Convento das Religiosas da Princesa Santa Joana desta cidade de Lisboa costuma haver no ano vários festejos, por isso muito recomendamos que devemos ter no altar a Nossa Sagrada Imagem acesa e ornada para serviço de Deus e dos Santos.

Advertimos mais ao nosso irmão juiz que quando se fizer a festa na nossa capela mandará por escrito avisar o procurador para fazer o mesmo à irmandade de Jesus Maria José, para assistir a ela, fazendo o mesmo na festa dela, e que se praticará o mesmo com a confraria da Senhora do Rosário da Via Sacra, neste Real Convento, tudo na maior harmonia e serviço de Deus a quem rogamos tenha todos os nossos irmãos em paz e sossego. Amen.

FIM

*João Anastaçio Nação de Congo*
*João Antonio Pereira Nação de Congo*
*Antonio Joaquim Da Costa Nação de Congo*
*Domingos Pinto Da mesma nação de Congo*
*Antonio (?) Cipriano da mesma nação*
*Paulino José da Conceição naturar da Bahia*
*Todos de cor preta* (11)

(11) Estas assinaturas são manuscritas, do punho dos próprios.

José Maria de Sousa Couceiro secretário da Camara Patriarcal de Lisboa pelo Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa.

Certifico que este livro vai por mim numerado e rubricado com o apelido — Couceiro — em quatro folhas, nas quais vai impresso o Compromisso da Irmandade de N. Senhora do Rosario e Adoração dos Santos Reis Magos dividido em 17 capítulos, e por ser verdade o referido passei a presente por mim assinada em Lisboa a 6 de Setembro de 1853.

José Maria de Sousa Couceiro ([12])

*(Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Livraria, n.º 11)*

([12]) Este termo de autenticação é manuscrito e assinado pelo secretário da Câmara Patriarcal.

# A IMPORTÂNCIA DA ESTAÇÃO NEOLÍTICA DE SANTA OLAIA PARA O ESTUDO DO NEOLÍTICO EM PORTUGAL

pelos sócios efectivos

*A. Vítor Guerra*

e

*O. da Veiga Ferreira*

## I. PREÂMBULO

O Doutor António dos Santos Rocha publicou alguns materiais neolíticos provenientes das camadas profundas do Castro de Santa Olaia, nos arredores da Figueira da Foz (1).

Estes materiais, sem embargo de estudados, relatados e desenhados pelo seu ilustre descobridor, assumem hoje uma importância relevante, em virtude dos estudos que começam agora a surgir sobre o período neolítico em Portugal, período muito mais vasto e importante do que se pensava fosse até há pouco (2).

Por esta razão decidimos, aproveitando a oportunidade da reclassificação dos materiais arqueológicos do Museu figueirense, com vista

(1) A. dos Santos Rocha, «Estação Neolithica de Santa Olaya», *Bol. da Soc. Archeologica Santos Rocha*, T. I, N.º 3, Figueira, 1906.

(2) Jean Guillaine et Octávio da Veiga Ferreira «Le Neolithique Ancien au Portugal» *Bull. de la Soc. Prèhistorique française*, p. 67, Paris 1970.

à instalação no novo Museu, fazer um estudo pormenorizado deste espólio do Castro de Santa Olaia, que pertenceu a uma das épocas mais interessantes, e de realce, da pré-história portuguesa.

## II. INVENTÁRIO DO MATERIAL

machado de anfibolito;
machado de diorito;
machado de xisto anfibólico;
Restos de 3 instrumentos polidos de anfibolito;
Punhal trabalhado em chifre de veado;
Punhal do mesmo tipo;
Pequeno punhal biselado
4 punhais curvos de chifre de veado;
Furador de ponta de haste de veado;
Punhal direito ou furador feito de uma costela;
Esquírola de osso, polida;
Furador partido no talão;
2 furadores feitos de osso de ave marinha;
Pequeno furador de marfim amarelado;
Furador de marfim amarelo claro, com cabeça espatulada;
Fragmento de um furador de marfim, com caneluras;
Furador de marfim, com ornamentação;
Cabo de machado feito de base dum chifre de veado;
Vários troços de chifre de veado, com vestígios de terem sido serrados;
Percutor esferóidal de granito róseo;
Bordo dum vaso cerâmico ornamentado e com asa em botão;
Fragmento de cerâmica, com ornamentação em «falsa folha de acácia»;
Bordo de vaso cerâmico, com ornamentação em quadrados e em espinha, por incisão;
Placa de osso ornamentada, com dois furos;
Placa espessa lisa, com dois furos;

— Núcleos de quartzite;
— Fragmento de uma peça polida, de uso indeterminado;
— Furador espalmado, com furo de suspensão.

## III. SITUAÇÃO E DESCRIÇÃO DA JAZIDA

Santos Rocha descreve assim Santa Olaia: «é um pequeno outeiro que se ergue sobre os campos da margem direita do Mondego, a nascente da villa de Maiorca, no ponto onde termina esse grande lanço rectilineo da estrada publica que segue da mesma villa, pelo meio dos campos, em direcção a Montemor-o-Velho.

A obra d'esta estrada cortou-lhe o pendor do norte, deixando-lhe apenas uma insignificante parcella, onde se acham as escadas de pedra que dão acesso á capelinha que está no cimo, dedicada a Santa Eulália. Pelo lado do sul a rocha viva (3) ergue-se a prumo n'uma altura superior a 12m,0, e pelos lados do nascente e poente os declives são rapidos, mas acessiveis com algum esforço.

O Mondego passa-lhe ao sul, na distancia d'um kilometro aproximadamente; mas em ocasião de cheias o rio trasborda, e quasi tudo fica inundado em redor d'aquella elevação.

Ahi talvez pelo seculo 11.º da nossa era a inundação era constante, mas pelas aguas do mar. Os campos circumvisinhos faziam parte do proprio estuario do rio, e estavam sujeitos ás marés, como provam o fundo da vasa marinha que se estende, no percurso d'alguns kilometros, para o norte, no sub-solo do Paul de Foja, a profundidade de 1m,50 a 2m.

Isto fez-nos pensar que em tempos muito anteriores, e até durante a epocha neolithica, o sitio seria talhado de molde para habitação do homem. A algumas dezenas de metros, para o lado do Ferrestello, ha agua potavel. Nos montes proximos devia abundar a caça. O rio fornecia o peixe e os molluscos comestiveis; e as condições do logar prestavam-se facilmente á defeza.

De facto viemos a adquirir a certeza de que o homem d'esses tempos alli estacionou. As nossas excavações do lado do N E, pondo a descoberto,

(3) Afloramento de calcário jurássico, com pendores acentuados para Sul.

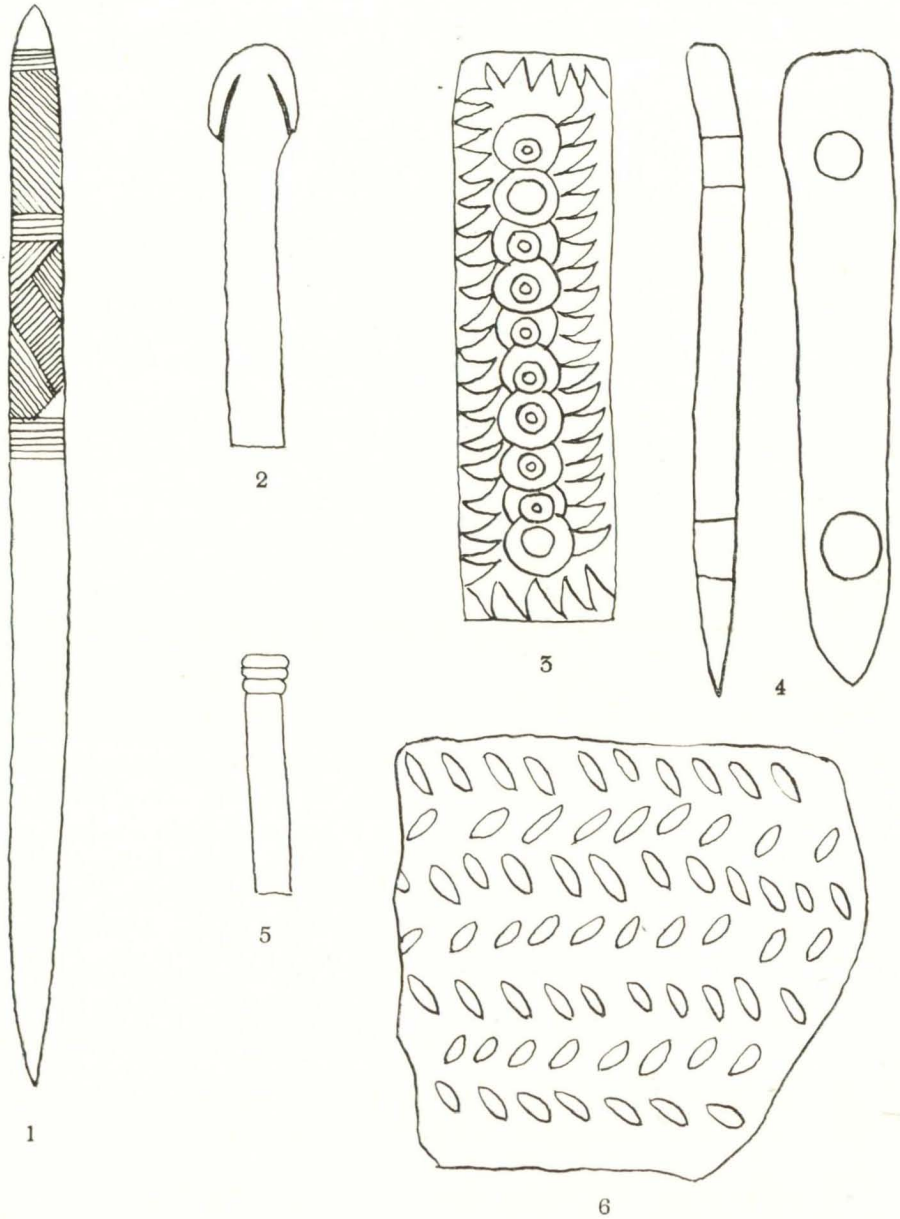



*Fig. 1* - 1, 2, 3, 4 e 5 — Objectos de osso e de marfim em tamanho natural; 6 - fragmento de cerâmica com ornamentação em «*falsa folha de acácia*» no tamanho natural.

uns povoados sobrepostos da segunda idade do ferro, epocha luso-carthagineza (4), e a seguir, para a superficie, uma camada de restos romanos, e por ultimo ruinas de construções que pertencem á Idade Media, permittiram-nos recolher, esparsos principalmente nos entulhos que cobriam o povoado inferior, vestigios inequivocos da sua presença.»

Está assim definida por Santos Rocha a estação neolítica de Santa Olaia. Quer dizer que o Outeiro foi habitado desde os tempos neolíticos até hoje.

## IV. DESCRIÇÃO DO ESPÓLIO

a) *Machados polidos*

— Machado de anfibolito, tosco e mal preparado com o gume embotado (112cm×48cm×28cm);
— Machado de diorito ? muito mal polido e tosco. Partido no gume e no talão (98cm×48cm×24cm);
— Machado de xisto anfibólico negro, estreito e espesso, mal acabado com laivos e manchas amareladas e doira- (104mm×34×21mm);
— Restos de três instrumentos polidos de anfibolito, possìvelmente, machados ou enxós;
— Fragmento de uma peça rectangular polida de anfibolito, que não sabemos para que tivesse servido (Placa?)

b) *Punhais de osso*

— Punhal feito da extremidade de chifre de *Cervus elaphus*. Foi cortada à serra e a ponta toda aguçada (145mm× ×46mm×20mm);

(4) Hoje, lusitano-púnica.

— Punhal do mesmo tipo, mas sem base (é só a ponta). Lembra, pela técnica de trabalho, os punhais de Muge, em especial Cabeço da Arruda ([5]). (108mm×30mm×15mm);
— Pequeno punhal de chifre de *Cervus* cortado na extremidade e talhado à faca na ponta, para lhe dar a forma biselada (70mm×10mm×15mm);
— 4 punhais curvos feitos de chifre de veado (partes mais finas), bem abuçados e polidos. Medidas do maior: 146mm×25mm×17mm; do menor: 95mm×20mm×15mm;
— Punhal direito ou furador espatulado, feito de um osso, possìvelmente também de veado, quase todo afeiçoado e polido (132mm×15mm×8mm).

c) *Furadores de osso ou de marfim*

— Furador feito da ponta de haste de veado, bem serrado na base e lado muito bem polido (45mm×14mm×12mm);
— Furador espatulado feito de uma costela. Partido na base, todo desgastado, polido e aguçado na ponta (98mm× ×12mm×2mm);
— Furador todo polido, partido no talão. (Diâmetros: 5,5mm; comp.: 67mm);
— Furador feito de osso de ave, muito bem desgastado e polido com a ponta muito aguçada (103mm×12mm×4mm);
— Furador feito de osso de ave marinha, partido na ponta. Está muito bem desgastado e polido (82mm×12mm× ×4mm×2mm);
— Pequeno furador de marfim, amarelo claro, muito bem polido, chanfrado na base por fractura natural (62mm× ×6mm×4mm);
— Furador de marfim, amarelo claro. Tem uma cabeça muito curiosa. Partido na ponta. Admiràvelmente bem afeiçoado e polido (93mm × 7mm × 5mm), cabeça: 11mm × 11mm;
— Parte superior dum furador de marfim, com três caneluras

([5]) Colecção dos Serviços Geológicos de Portugal.

finas e mais ou menos paralelas, na parte superior (27mm×5mm×4mm);

— Magnífico furador de marfim, patinado de cinzento, com tonalidades de castanho muito escuro. Completo, da base à ponta, é ornamentado com técnica incisa da usada nas placas de xisto ardosiano e de cerâmica incisa. A partir de cima para a ponta tem: *a)* cinco caneluras finíssimas, paralelas; *b)* espaço preenchido por incisões inclinadas e finas; *c)* cinco caneluras finíssimas, paralelas; *d)* espaço preenchido por incisões finíssimas, em xadrez; *e)* sete caneluras finíssimas, mais ou menos paralelas. Comp.: 142mm; diâmetro superior: 5mm; diâmetro inferior: 1mm. 142mm; diâmetro superior: 5mm; diâmetro inferior: 1mm;

— Fragmento de outro furador de marfim;

— Esquírola de um osso longo polido. Partido nas duas extremidades. Seria. possìvelmente antes, furador.

d) *Cabos de instrumentos*

— Cabo de machado feito da base dum chifre de veado. Foi cortado na extremidade e o interior desgastado para servir de alvado cónico, afim de receber o talão do machado de pedra e, além disso, foi adelgaçado, por corte, na parte exterior de um e outro lado. Cremos ser exemplar único em Portugal (100mm×40mm×30mm). Alvado para o cabo: 21mm×25mm; alvado para o talão do machado: 35mm×19mm.

e) *Cerâmica*

— Bordo de um vaso com ornamentação em falsa folha de acácia. Barro vermelho, grosseiro, com alma clara. A pasta tem muitos grãos de quartzo e feldspato (ortose) (50mm× ×55m×7mm);

— Bordo de um vaso vermelho, acastanhado, com asa em botão cónico ou mamilo, ornamentado com cinco faixas de

incisões grosseiras e profundas, feitas a punção rombo. A pasta tem grânulos grandes de quartzo e feldspato. A alma é vermelha clara (75mm×68mm×10mm);

— Bordo de um vaso de barro vermelho acastanhado, bem cozido, com ornamentação de reticulado em rectângulos incisos e, por debaixo, com incisão em espinha. A alma é de pasta grosseira, com evidentes grãos de quartzo (61mm×46mm×10mm).

f) *Placas de arqueiro ? de osso*

— Placa rectangular pouco espessa, feita duma porção de osso longo, polida na face ornamentada. Esta ornamentação é deveras extraordinária, típica e rara. Na parte central, círculos concêntricos, que se interpenetram formando uma série de oitos. Em toda a volta, ornamentação em «chevron» ou boca de lobo. Todo o trabalho é inciso por meio de delgado e arqueado instrumento de silex. Tem dois furos, um em cada extremidade. Pensamos ter servido como placa de arqueiro? (76mm× ×20,5mm×3mm). Diâmetro do furo: 4mm;

— Outra peça de osso, muito desgastada e polida, espessa e um pouco pontiaguda, de ponta romba, com dois furos largos, um em cada extremidade. À primeira vista, pareceria uma alargadeira ou *tarière* de osso, mas a presença dos dois furos sugere-nos uma placa de arqueiro? possìvelmente votiva, tal como a antecedente (85mm×15mm× ×6mm). Diâmetro dos furos: 7mm.

g) *Diversos*

— Vários troços de chifres de veado *(Cervus elaphus)*, com evidentes sinais de cortes vários e polimentos para servirem de punhais, furadores, cabos de instrumentos, etc. Alguns estão já cortados nas duas extremidades, para

serem esvaziados ou aguçados conforme o fim a que se destinavam;

— Percutor esferoidal, de granito róseo. (Diâmetro: 62mm; espessura: 35 mm).

## V. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPÓLIO, COMPARAÇÕES E CRONOLOGIA

Começamos nestas considerações sobre o espólio dos estratos inferiores do Castro de Santa Olaia por pôr em evidência a extraordinária riqueza de instrumentos feitos em chifre de veado. Com excepção das jazidas mesolíticas de Muge, é esta a estação mais rica em Portugal (6). No estrangeiro Teviec e Hoedic são as mais ricas (6a).

O cabo de chifre de veado, para machado polido, parece-nos único em Portugal e só tem paralelo nas estações lacustres Suissas e numa estação francesa (7a). Os furadores de marfim são únicos, em especial, o furador com ornamentação incisa fina.

As placas que supomos terem sido de arqueiro?, votivas já se vê, são únicas em Portugal. Mesmo além fronteiras não as conhecemos?

A cerâmica tem paralelo no bordo ornamentado em «falsa folha de acácia», nos vasos há pouco descritos por um de nós (V. F.) (8).

---

(6) Jean Roche, «L'industrie préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge). Porto, 1951.

(6a) Jean Roche, «Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião» (Muge-Portugal) — Archéologie. *J. A. C.* Lisboa, 1960.

(6a) Marthe et Saint-Just Pequart, Teviec et Hoedic-deuxième. Songisement la necropole station. Necropole du mesolithique cotier armorican. Edition de Sinkel, Anvers (Belgique).

(7) F. Troyon, «Habitations lacustres», Lausanne, 1860. J. Lubbock — Note sur les anciennes habitations lacustres de Suisse.

(7a) G. Bailloud et M. Brezillon «L'hypogée de l'Homme-mort à Tinqueux (Marne) *Bull. S. P. F.*, T. LXV,» 12 Paris, 1968.

(8) O. da Veiga Ferreira, «Acerca dos vasos globulares com asas perfuradas e ornamentação em falsa folha de acácia», *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses,* Vol. I. Lisboa, 1970.

Os outros fragmentos cerâmicos são típicos da Cultura neo-eneolítica peninsular ([9]).

Há uma pequena peça, com caneluras na cabeça, que parece ter paralelo nas peças da região de Alicante, Múrcia ([9a]) ou das Salêmas ([10]), embora estas mais evoluídas. A ornamentação do furador de marfim lembra a técnica de incisão das futuras placas de xisto e parece-nos que esta técnica se propagou até muito tarde, em pleno campaniforme.

Os materiais de marfim demonstram intercâmbios mantidos com o norte de África e com civilizações como a de Badarian, por exemplo ([11]).

Cronològicamente, estes materiais de Santa Olaia, pela presença da cerâmica em falsa folha de acácia, podem datar-se, com certa dose de acerto, de 4 000 anos A. C. ([12]).

Os últimos trabalhos, no Museu Dr. Santos Rocha, na Figueira da Foz, deram a conhecer já a importância extraordinária da região, para o conhecimento do Neolítico antigo em Portugal ([13]). Este estudo de materiais do nível inferior de Santa Olaia revelou um Neolítico

---

([9]) Alberto del Castillo, «El Neoeneolítico», «*História de España*» de Menendez Pidal, T. 1.

([9a]) G. Nietto Galo, «Colgantes y cabezas de alfiler com decoración acanelada: su distribución en la Península Ibérica», *Arch. de Prehistória Levantina.* Vol. VIII, Valência, 1959.

([10]) O. da Veiga Ferreira, «Os pendentes de osso, «canelados» do nível I da Gruta de Salemas (Ponte de Lousa)». *Revista de Guimarães,* Vol. LXXV, Guimarães, 1965.

([11]) G. Brunton e G. Caton Thompson, «The Badarian Civilization». London, 1928.

([12]) L. de Albuquerque e Castro e O. da Veiga Ferreira, «O nível neolítico da Gruta de Salemas (Ponte de Lousa). *V Colóquio Portuense de Arqueologia* (no prelo).

Martin Almagro Gorbea, «Las fechas del C. 14 para la prehistória y la arqueologia peninsular». *Trabajos de Prehistória,* Vol. 27, Madrid, 1970.

([13]) Jean Guillaine et Octávio da Veiga Ferreira, «Le néolithique ancien au Portugal». *Bull, de la Soc. Phéhistorique Française* T. 67, Paris, 1970.

O. da Veiga Ferreira, «A estação com cerâmica cardial da Ponta de Sagres (Algarve). *Arqueologia e História,* Vol. II, 9.ª série. Lisboa, 1970.

que se pode considerar de superior na classificação apresentada por um de nós ([14]).

Podemos concluir que na região figueirense existe um neolítico antigo, com cerâmica cardial e um neolítico superior, com cerâmica em falsa folha de acácia. A importância principal deste conjunto de Santa Olaia reside no facto de se poder datar a cerâmica com falsa folha de acácia que até agora tinha sido encontrada só, sem outros elementos datados ou em circunstâncias pouco esclarecidas, como é o caso do vaso da gruta da Senhora da Luz (Rio Maior) ([15]).

É justo prestarmos, no final desta nota, as nossas homenagens ao extraordinário arqueólogo, que foi Santos Rocha, pois, se não fora o trabalho insano desse admirável investigador, não teríamos hoje, ainda, materiais neolíticos, para esboçarmos, com certa segurança, a sua cronologia em Portugal.

E, neste passo, permitimo-nos salientar que uma das melhores maneiras de prestar homenagem ao emérito arqueólogo figueirense será dar continuidade às magistrais escavações, no Outeiro de Santa Olaia e Ferrestelo, tão relevantes para a Arqueologia peninsular, as quais ficaram inacabadas pela sua morte prematura.

Assim foi sugerido por um de nós, no I ([16]) e II Congresso Nacional de Arqueologia; assim o entendeu, também, com a sua incontestada autoridade Juan Maluquer de Mottes, ao rematar as avisadas considerações que, a este propósito, fez no Congresso de Coimbra: — «aderimos entusiàsticamente à sugestão apresentada pelo ..., no sentido de que se façam novas e modernas escavações no Outeiro de Santa Olaia».

Resta, tão só, agora dar realidade ao 6.º voto ([17]) constante das «Conclusões» do Congresso, efectuado na cidade do Mondego, de 28 de Setembro a 1 de Outubro de 1970, sob a égide da memória veneranda do insígne arqueólogo, Prof. Doutor Vergílio Correia.

14 E. Cação Ribeiro e O. da Veiga Ferreira, «Acerca dos vasos com janelas triangulares do Castro do Cerro Furado (Guadiana), *Revista de Guimarães*, vol. LXXXI, Guimarães, 1971.

15 O. da Veiga Ferreira, «Acerca dos vasos gloriosos globulares ... op. cit. ...

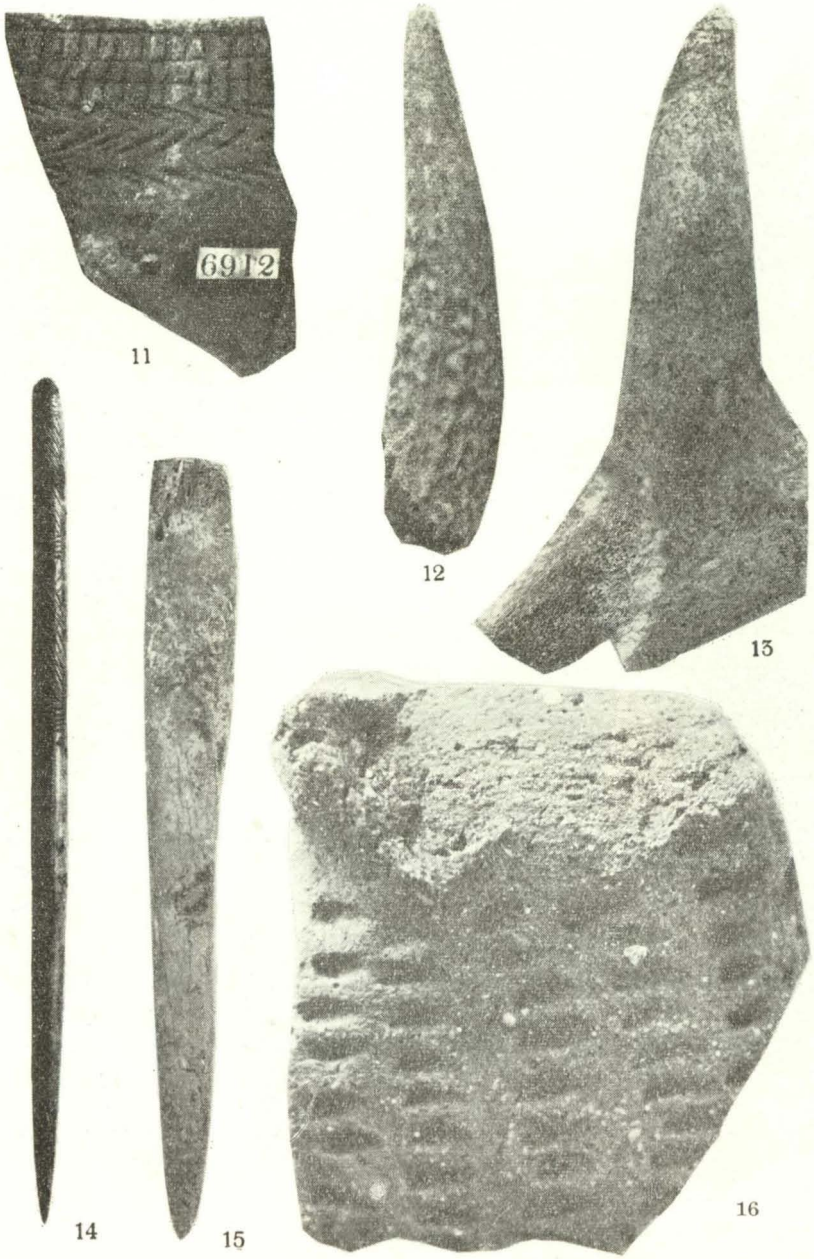
(16) António Vítor Guerra, «O Outeiro de Santa Olaia e a Arqueologia Portuguesa», *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I, Lisboa, 1959.

(17) In «Correio de Coimbra», de 8-X-970.

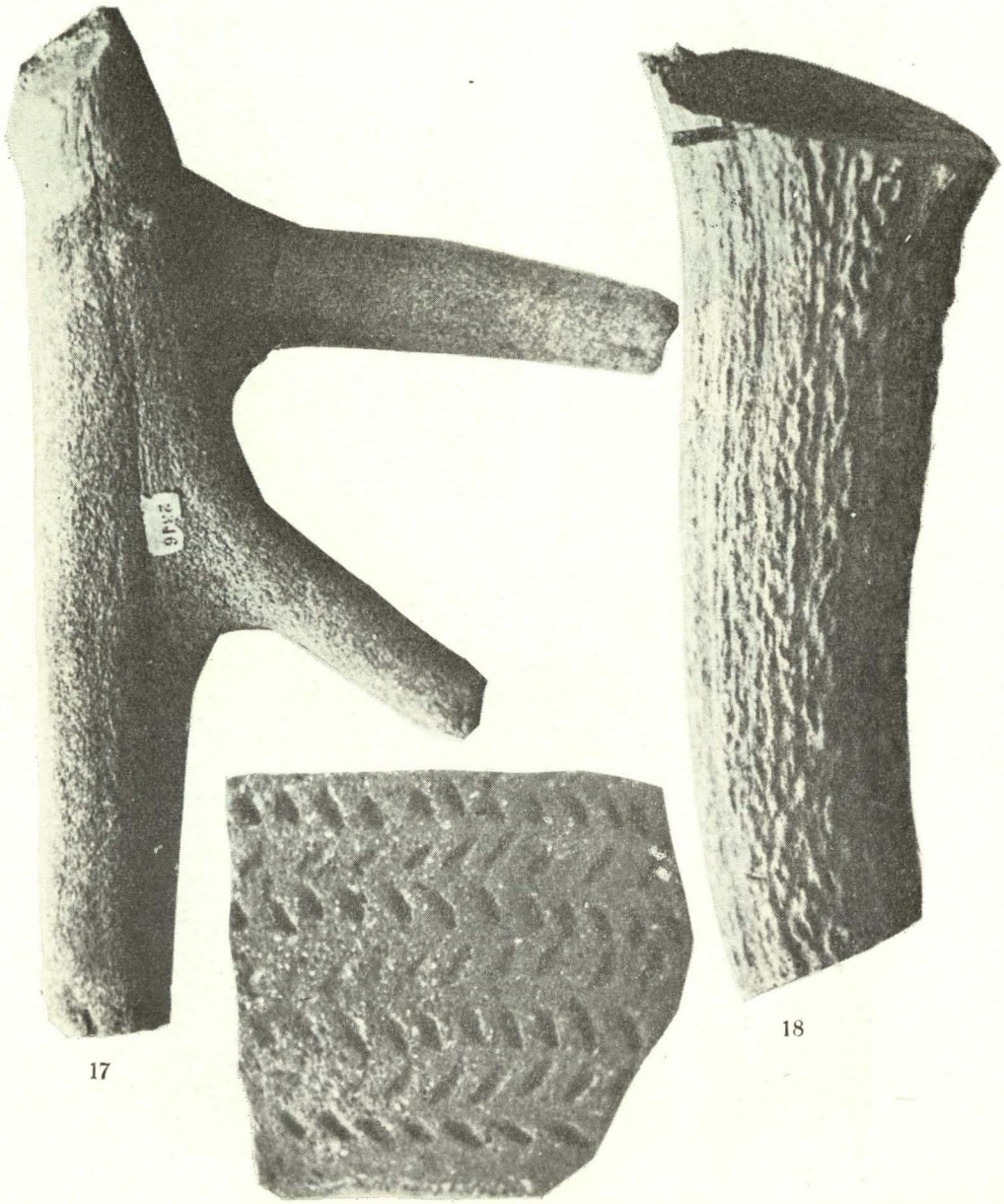



1 - Placa de arqueiro em osso ornamentada com boca de lobo e círculos concêntricos; 2 - Pequeno punhal ou furador grosso de chifre de *Cervus;* 3 - Parte superior dum furador de osso ornamentado com 3 «caneluras»; 4 - Punhal de chifre de *Cervus;* 5 - Placa de osso com dois furos; 6 Furador de osso com cabeça; 7 - Cabo de chifre de *Cervus* para machado de pedra polida; 8 e 10 - punhais de chifre de *Cervus;* 9 - Furador de osso de ave. (Tudo em 2/3 do tamanho natural).

Est. II - Neolítico de Santa Olaia

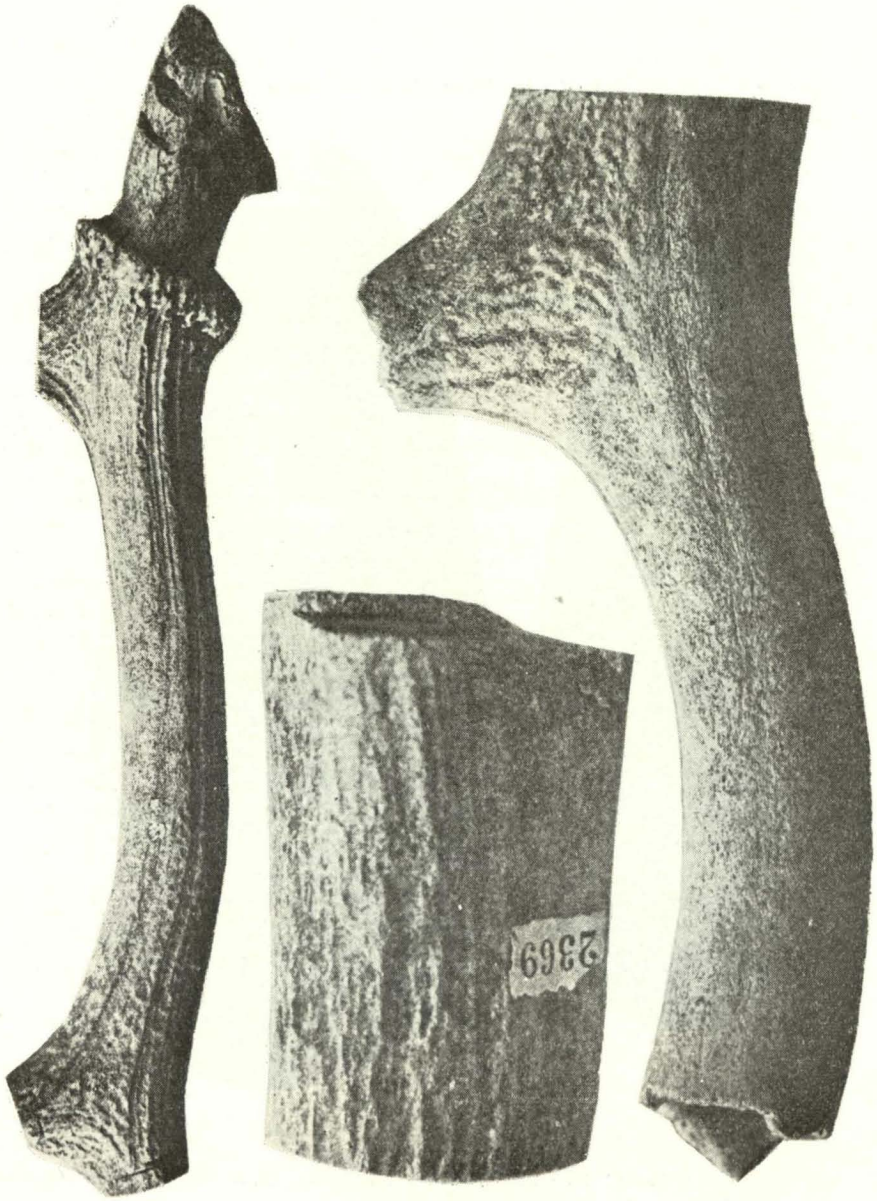



11 - Bordo cerâmico com técnica incisa em xadrez e em espinha; 12 e 13 - punhais de chifre de *Cervus;* 14 - Magnífico furador ornamentado de marfim; 15 - Punhal de osso; 16 - fragmento de cerâmica ornamentada a punção rombo. (Tudo em 2/3 do tamanho natural com a excepção do n.° 16 que está ampliado de quase o dobro).



17 e 18 - Chifres de *Cervus* cortados ou serrados para serem utilizados; 19 - Fragmento de cerâmica com ornamentação em «falsa folha de acácia» (cerca do tamanho natural).

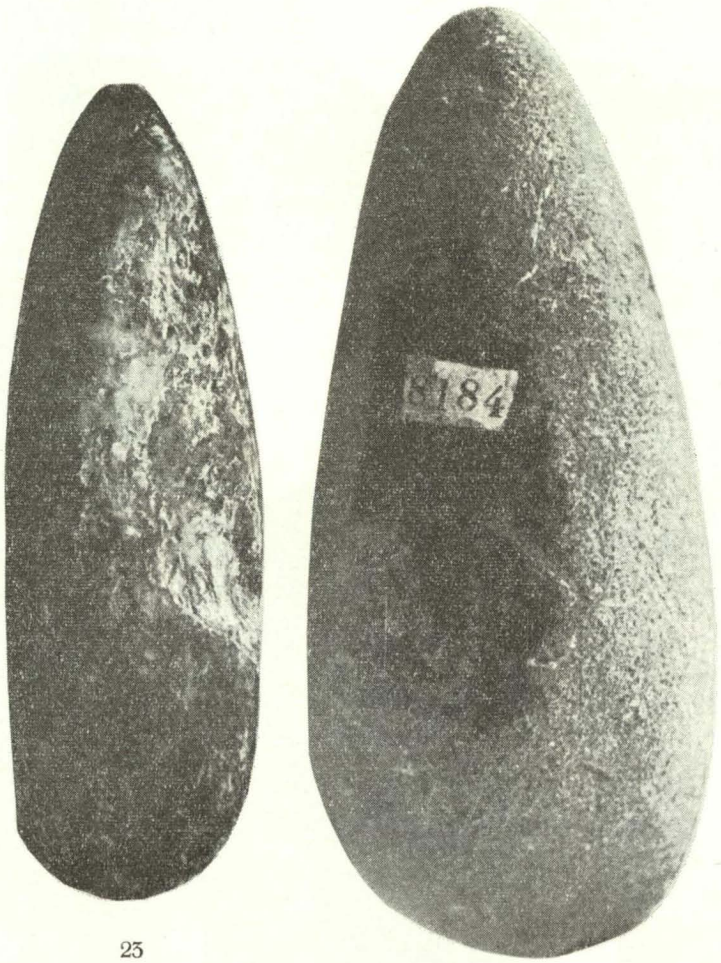
Est. IV - Neolítico de Santa Olaia




20 21 22

20, 21 e 22 - Fragmento de parte de *Cervus* cortados ou serrados para servirem ou de cabos de instrumentos ou de punhais. (O n.° 20 cerca de 1/2, o n.° 22 1/1 e o n.° 21 ampliado cerca do dobro).

Est. V - Neolítiço de Santa Olaia




23

24

23 - Machado de fibrolite; 24 - machado de anfibolito. (2/3 do tamanho natural).

SUBSÍDIOS PARA A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA
EM PORTUGAL

# ALGUNS SUMÁRIOS DAS NOTAS DE VÁRIOS TABELIÃES DA VILA DE TORRES VEDRAS NOS SÉCULOS XVI A XVIII

*(Continuação)*

pelo sócio efectivo

*Rogério de Figueiroa Rego*

## NOTAS DO TABELIÃO

## ANTÓNIO DOS RIOS

## 278

Procuração que concedem Pascoal Henriques Taveira e sua mulher Maria de Almeida, moradores no «lugar do mosteiro de matacains termo da villa de Torres vedras», a Jerónimo da Cunha, morador em Lisboa, para que este, em nome de ambos, «posa uender e uenda a parte e quinhaõ que eles constituintes tem e possuem em humas Cazas que estam çidade de Lisboa na praia da boa vista», foreiras a D. Jorge Hennriques e lhes pertenceram por falecimento de Susana do Rego.

Tstemunhas: António Ferreira e António Fernandes, trabalhadores, moradores ambos no dito lugar.

Escritura de 1 de Março de 1631.

Livro de 24 de Janeiro a 17 de Abril de 1631, fls. 72.

## 279

Procuração que concedem, «o lecenceado Gonçalo da Silua surgião» e sua mulher Joana Roldão, moradores na vila de Torres Vedras, a António Baracho, Rui Gomes Baracho e Miguel Ferreira Baracho, «todos moradores e estantes nas partes da India», para que eles em seus nomes possam cobrar e às «suas mãos haverem todos os bens e eransa que lhes ficou por morte e falessimento de seu irmão e cunhado Francisco doliueira do Rego que deos tem que foy cazado com Dona Maria de Brito de que lhe no ficaraõ filhos e eles lhe subsedem erdeiros abintestado».

Testemunhas: Tomé dos Rios Trigueiros e Francisco Pereira Trigueiros, ambos moradores na dita vila e filhos do tabelião celebrante.

Escritura de 11 de Abril de 1631.

Mesmo livro, fls. 128.

## 280

Em nome de deos Amen. Saibaõ quantos este publico estromento de dote de Cazamento deste dia pera todo sempre uirem que no anno do nasimento de noso snor ihus xpo de mil seis centos trinta e hum

annos aos dezanoue dias do mes de março do dito anno em o lugar do troçifal termo da uilla de Torres uedras e pouzadas de Maria da Mota dona ueuua onde eu tabaliaõ aodiante nomeado fuy estando ahi prezentes bem asy de huma parte ela dita Maria da Mota e da outra Pedro da Rocha da Silua ueuuo morador na çidade digo uila da Lourinhã logo per eles ambos juntamente e cada hum per sy foy ditto a mim tabaliaõ perante as testemunhas aodiante nomeadas que era uerdade que eles com o fauor de deos estauaõ ora Contratados e auerguados pera efeito de Cazarem a saber ele dito Pero da Rocha da Silua seu filho Francisco do Rego da Rocha com Maria da Mota filha dela ditta Maria da Mota e que tendo o dito Cazamento seu Real efeito e Resebendose eles futuros noiuos a façe da igreija asim como manda a santa madre igreija de Roma e na forma do sagrado Consilio tredentino em tal Cazo Disse ele dotador daua e dotaua aos dittos futuros noiuos todos os bens de Raiz que ele dotador oje tem e pesue com Rezerua dos fruitos em sua uida e por seu falesimento os aueraõ todos por inteiro e por que neles podiaõ ter auçaõ seu genrro Joaõ da Fonseca Tagarro e sua molher Margarida da Rocha no dito lugar moradores logo ahi pareseraõ prezentes e por elles foy dito a mim tabalião perante as testemunhas aodiante nomeadas que tendo o dito Cazamento seu Real efeito eles dezistem e se apartaõ de todos os bens e eransa que podiaõ ter e auer por falesimenteo do ditto Pero da Rocha da Silva seu pay e sogro e deles naõ querem Couza alguma e tudo poem sedem e traspasaõ nos ditos futuros noiuos e folgaraõ de terem outros bens de mais considerasaõ pera efeito de lhos dotarem e traspasarem a Respeito do grande gosto que leuaõ pelo dito Cazamento e ela dotadora disse que a dita sua filha entraua neste dote e Cazamento com os bens de Raiz seguintes a saber=huma Capela que instetuio sua cunhada Margarida Gomes que deos tem moradora que foy no dito lugar com as obrigaçois dela e asim mais os bens que lhe couberaõ em sua legitima por falesimento de seu pay que deos tem e asim mais os bens que lhe deixou Nuno Franquo seu cunhado que deos tem morador que foy no Brasil os quais lhe deixou em Capela como de seu testamento milhor se uera outrosim lhe da ela dotadora huma uarzea que esta no lemite dazueira (de Azueira) em contia de dezasseis mil res que ela dotadora deuia a Margarida Guomes que deos

tem que deixou a dita sua filha e como tal lha dota pera que a aja logo liuremente e asim mais lhes dota asim a sua terça dela dotadora Como a do dito seu marido Conforme ao testamento que de Comformidade fizeraõ e Conforme a ele lhes dota as ditas terças com Rezerua dos fruitos delas em sua uida Com mais Condissaõ que se da separasaõ do matromonio antre eles futuros noiuos naõ ouuer filhos legitimos e morrendo qualquer deles seraõ eles futuros noiuos meeiros e ficaraõ por Carta dametade Cazando conforme a ley do Reyno e no que toca aos moueis naõ trato neste dote porquanto ela naõ tem outra filha senaõ a dita futura noiua e Como tal todos ande estar da porta adentro e asim seraõ Comforme suas calidades e nesta Comformidade diseraõ eles dotadores auiaõ por selebrado este contrato o qual em tudo prometeraõ e se obrigaraõ todos e cada hum deles comprirem solenemente como se nele contem pera o que diseraõ obrigauaõ suas pesoas e todos os seus bens moueis e de Raiz auidos e por auer que a sempre fazerem bom este dote obrigaraõ e que auendo por ele de serem sitados o querem ser prante o juis de fora da dita uilla przentes e futuro ou quem seu Cargo seruir e perante todas as mais justisas onde e perante quem os ditos futuros noiuos os quizerem sitar e demandar ahi se obrigaraõ eles dotadores que iraõ responder e de sy fazerem todo o Comprimento de dereito e justisa sendo sitados per suas Cartas percatoreas sitatoreas e sem elas pera o que Renunciaraõ os juízos de seu foro e domiçilio terra çidade villa ou lugar onde o tal tempo morarem e estiuerem e todos os mais preuilegios gerais ou particulares liberdades leis ordenasoins fereas de pam e uinho e tudo o mais que de feito e de dereito el seus fauores alegar posaõ que de nada querem uzar nem uzaraõ em tempo algum saluo tudo comprirem terem e manterem pelo modo e maneira sobredita em fe e testemunho da uerdade asy o outorgaraõ eles dotadores e o dito Joaõ da Fonseca Tagarro por naõ estar prezente a dita sua molher ficou logo de dar sua outorga e Consentimento a esta escretura e todos juntamente e cada hul per sy pediraõ se fizese este estromento de dote nesta nota e dela dar os treslados nesesarios que pediraõ e aseitaraõ e eu tabaliaõ como pesoa publiqua estepulante e aseitante pedy e aseitey em nome dos ditos futuros noiuos auzentes e dos mais a que tocar pode. Testemunhar que a todo foraõ prezentes o padre Manoel Sueiro clerigo de

missa e Cura na dita igreja da madalena do dito lugar que assinou a Rogo da ditta dotadora por dizer naõ sabia escreuer e faraõ mais testemunhas o Reuerendo Antonio Aluez Abade morador no dito lugar e Pero Antunes moleiro morador no dito lugar que todos aqui asinaraõ Com o dito dotador o qual asinou e o dito Joaõ da Fonsequa Tagarro per suas maõs e letra e eu tabeliaõ dou fe serem elese os proprios aqui conteudos. Antonio dos Rios tabaliaõ de notas na dita villa o escreuy.

## 281

E logo no dito dia mes e anno asima declarado no dito lugar do troçifal e pouzadas de Joaõ da Fonsequa Tagarro conteudo nesta escritura aonde estaua prezente Margarida da Rocha sua molher a qual eu tabaliaõ perante as testemunhas aodiante nomeadas lided digo e declarey o estromento de dote atras outorgado pelo dito seu marido e depois de lido e por ela bem entemdido dise daua a ele sua outorga e Consemtimento e o Ratifica em todo como se nele Contem de que fis este termo que por ela naõ saber escreuer asinou a seu Rogo o dito padre Manoel Sueiro e o dito Antonio Alues Abade e Joaõ Roiz criado de mim tabaliaõ que aqui asignaraõ. E eu tabaliaõ dou fe ser ela Margarida da Rocha a propria aqui conteuda. Antonio dos Rios tabaliaõ de notas na dita villa o escreuy.

Livro de 19 de Março de 1631 a 22 de Outubro de 1631, fls. 1.

## 282

Em nome de deos Amen saibaõ quantos este estromento de Carta de uenda e traspasasaõ deste dia pera todo sempre uirem que no anno do nasymento de noso sñor ihus xpo de mil seis çentos trinta e dous annos em uinte e hum dias do mes de outubro do dito anno e nesta uilla de Torres uedras e pouzadas de mim tabaliaõ aodiante nomeado estando ahi prezentes Joaõ de Figeiroa Capitam dimfantaria morador nesta villa em nome e como bastante procurador de Manoell do Rego

de Magalhains e de Caterina de Figeiroa sua molher como fes digo seu pay e may moradores na sua quinta de ual de mendares como fes logo serto per hum asinado de procuraçaõ da maõ e letra dos sobreditos aodiante inserto e trasladado e uzando dos poderes e faculdades do ditto asinado dise ele dito Joaõ de Figeiroa perante mim tabaliaõ e testemunhas aodiante nomeadas que era verdade que entre os mais bens e propiedades de Raiz que os ditos seus Constetuintes tem e pesuem e de que estam de pose mansa e pasyficamente sem contradisaõ de pesoa alguma bem asy saõ sete alqueires de trigo a Retro aberto que lhes paga Izidoro Fernandes Carpinteiro e Maria Antunes sua molher moradores no Castelaõ termo desta vila a que tinhaõ obrigado huma terra lauradisa que esta no lemite da moucharia e parte do norte com o Cura do soueral Francisco Domingos e do poente com Caminho e do leuante com estrada e com as mais comfrontasoins com que per dereito deua e aja de partir a qual deraõ por forra e izenta dizimo a Deos e como tal nela e fruitos e Rendimentos dela uenderaõ os ditos sete alqueires de trigo a Isabel Dagiar may e sogra dos uendedores e de quem eles a ouueraõ Conforme a escretura per eles outorgada nas notas de João Leitaõ Trigeiros tabaliaõ que foy dellas nesta dita villa como dela se uia por ele feita e asinada em publiquo em quinze dias do mes de março da era de mil seis çentos e tres annos como dela milhor se uera em poder do comprador aodiante nomeado ou seu procurador a quem se logo entregou dizendo ele Joaõ de Figeiroa que por asy pertenserem os ditos sete alqueires de trigo aos ditos seus Constetuintes na forma da mesma escritura uendia deste dia pera todo sempre a Manoel de Leaõ morador na çidade de Lixboa auzente como se prezente pera elle e todos seus erdeiros e sobsesores que depois dele uierem e sobsederem em preço e contia de des mil e quinhentos res que saõ os conteudos na propia scritura foros de sisa e mais custas pera eles seus constetuintes uendedores os quais des mil e quinhentos res preço desta uenda logo ahi pareseo prezente Agostinho Nunes clerigo de missa morador nesta dita villa procurador que dise ser do dito Manoel de Leaõ comprador e Como tal perante mim tabaliaõ e testemunhas aodiante nomeadas deu e pagou ao dito procurador dos uendedores os ditos des mil e quinhentos res os quais lhe deu e pagou per huma soma de moedas de prata das Correntes

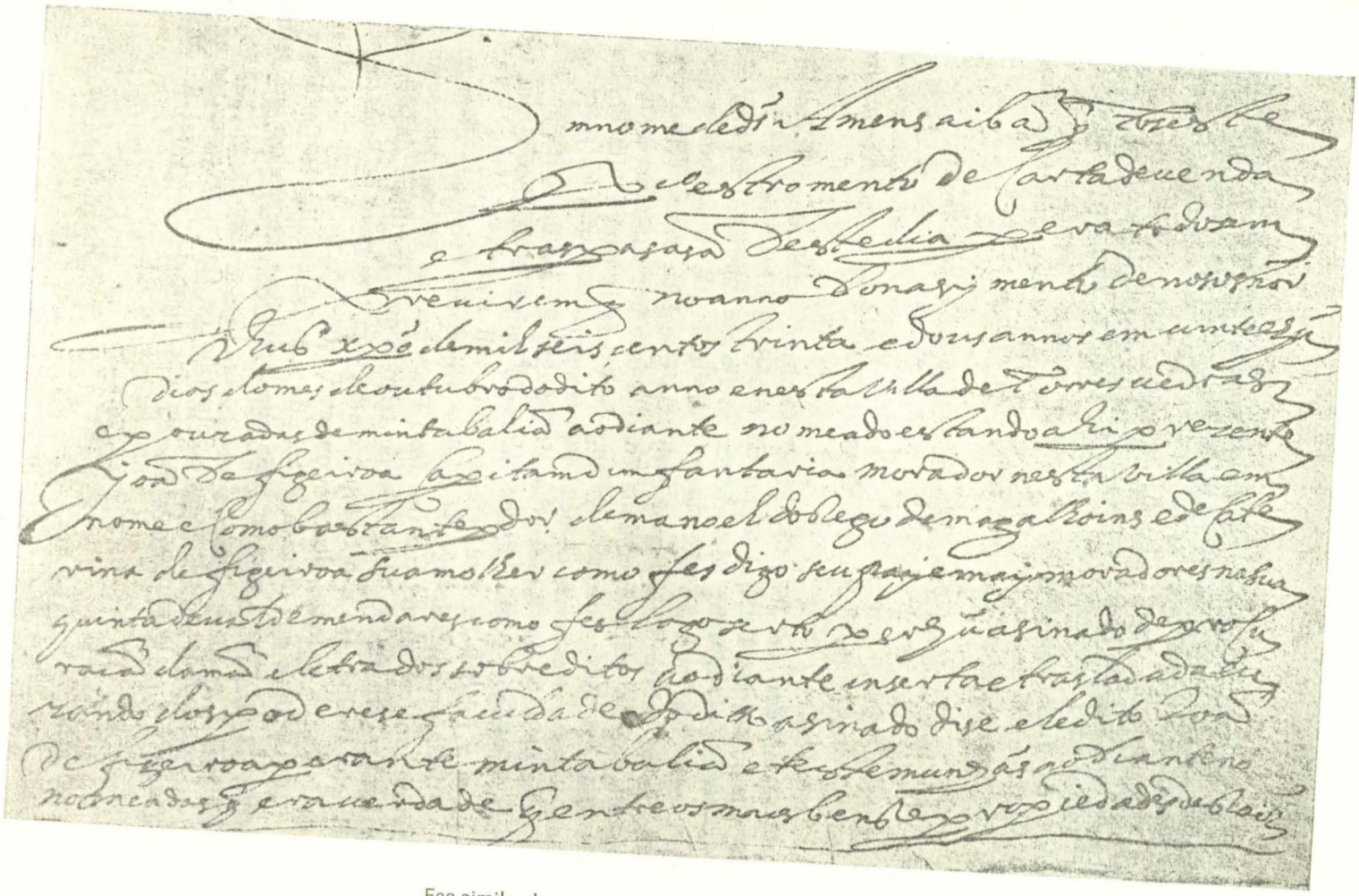
neste Reyno que ele contou e Resebeo e depois de o asy contar e Reseber dise estar pago satisfeito e entrege dos ditos des mil e quinhentos res preço desta uenda e delles em nome de seus constetuintes daua e de feito logo deu plenissima e final quitaçaõ ao dito comprador e a todos seus bens e erdeiros e ao dito procurador por quite e liure da entrega delles e pelo digo e logo em nome de seus Constetuintes tirou demetio Renunsiou deles todo o derito auçaõ posse propriedade poder senhoria util dominio uzus e fruitos e todo o mais que ategora tiueraõ nos ditos sete alqueires de trigo e ora tem e aodiante podia ter e aver todo logo pos cedeo traspasou no dito comprador e lhe da lugar e poder pera que per sy e per quem quizer e Cada ues que lhe pareser posa em uertude desta escritura somente sem mais outra autoridade delles vendedores nem de outra alguma justisa ordem nem figura de juizo posa tomar e tome Posse dos dittos sete alqueires de trigo e da terra a eles obrigada asy em uertude desta escretura como do principal a saber a posse Real antual çiuel e natural posesaõ e em sy a Reter e comtinuar pera sempre e quer ele comprador tome a dita pose quer naõ logo disse que em nome dos vendedores lha avia por dada e nela por incorporada metido e emuestido per clausula de Constetuti e se constetuia a pessuirem o dito foro em nome do sobredito comprador como seus colonos e imclinos uzus frutuarios e prometeo e se obrigou mais em seus nomes de sempre e a todo o tempo fazerem boa esta uenda ao dito comprador e o dito foro seguro e de pax e de lho liurarem e defenderem de todas e quaisquer pesoas que lhe nele pozerem duuida ou embargo algum a todo eles como primçipais uendedores e fiadores e fiéis depozitareos que por esta os constetui e emlege se obriga a sempre lhe fazerem bons os dittos sete alqueires de trigo de feisaõ que naõ auendo pagamento pelos dittos Izidoro Fernandes e sua molher o auera pelos bens e fazenda dos dittos Manoel do Rego e sua molher ao que dise obrigaua suas pesoas e todos seus bens moueis e de Raiz auidos e por auer e que vimdo eles per sy ou outrem em seus nomes Com alguma materia de duuida demanda ou embargos contra o efeito e Comprymento desta uenda lhe naõ seraõ Resebidos nem com eles auidos em juizo nem fora dele sem primeiro depozitarem na maõ do dito comprador ou seus erdeiros todo o preço desta uenda sisa e mais custas dela que tudo Realmente e com efeito lhe sera

entrege e a seus erdeiros sem fiansa nem outra alguma obrigaçaõ Porquanto dagora pera o tal tempo o ouueraõ digo o ouue por abonado e a seus erdeiros pera o tal Reseber e ate faser o dito depozito lhe sera denegada toda a audiensia auçaõ Remedieo de dereito e naõ aueraõ prouizaõ de sua magestade pela qual se eiscuzem de fazer o dito depozito e auendoa em seus nomes a Renunsia pera dela naõ uzarem posto que deste estromento e clauzula dele faça eisperça e declarada mensaõ e a dita clauzula depozitarea me Requereraõ eles partes de Comformidade aquy escreuese e foraão dela Contentes a qual escreuy como ditto he na forma da ley e outorgou mais que naõ Comprindo eles tudo pelo modo e maneira sobredito quer e he contente que sejaõ sitados e demandados pelo conteudo nesta escretura perante o juiz de fora desta dita villa prezente e futuro ou quem seu Cargo seruir e perante todas as mais justisas onde e perante quem o dito comprador e seus erdeiros os quizer sitar e demandar ahi se obrigou em seus nomes que iraõ Responder e de sy fazerem todo o Comprimento de dereito e justisa sendo sitado per suas Cartas precatoreas e sitatoreas e sem elas pera o que Renunçiou o juis de seu foro e domiçilio terra çidade villa ou lugar onde o tal tempo morarem e estiuerem e todos os mais preuilegios gerais ou particulares liberdades leis ordenasoins fereas de pam e vinho e tudo o mais que me fauor alegar posaõ que de nada quer que uze nem uzaraõ em tempo algum saluo tudo Comprirem e terem e manterem pelo modo sobredito / Traslado da procuraçaõ de que se atras fas mensaõ:

«Por esta por nos asinada eu Manoel do Rego de Magalhains e Caterina de Figeiroa minha molher fazemos noso procurador bastante a nosso filho Joaõ de Figeiroa pera que em nosos nomes posa uender huma escritura de sete alqueires de trigo que nos paga Izidoro Fernandes morador no Castelam deste termo a qual erdamos por falesimento de nosa may e sogra Izabel Dagiar isto pelo preso conteudo na mesma escretura que entregara ao comprador que he Manoel de Leaõ morador em Lisboa e lhe podera outorgar a escretura de uenda e nela asinar em nosos nomes com as clauzulas nesesarias e obrigar nosas pesoas e bens a sempre fazer bom o dito foro e do preço que Reseber dara quitaçaõ e o por ele feito aueremos por bom firme e ualiozo sob obrigaçaõ de nosos bens e Rendas nesta quinta de ual de mendares em uinte de

outubro de mil e seis centos e trinta e dous. Manoel do Rego de Magalhains. Caterina de Figeiroa.»
e mais naõ dezia o dito asinado de procuraçaõ Cuja letra e sinais eu tabeliaõ dou ffe serem dos propios e por tal a justifico e pera se fazer esta uenda me foy ofresida pelo procurador do Comprador huma sertidaõ dos oficiaes da siza desta dita villa pela qual constaua ficar paga a sua magestade a siza que se lhe deuia do preço desta uenda de que o traslado dela uerbi a uerbum he o seguinte:

«O lecenceado Constantino Correa juis de fora e das sizas com alçada por elRey noso snor em esta villa de Torres uedras e seu termo etc. faço saber aos que a prezente sertidaõ virem que no liuro das sizas dos depozitos dos bens de Raiz da dita villa deste anno prezente as folhas çento e corenta e sinco na uolta esta huma uerba pela qual se mostra Comprar Manoel de Leaõ morador na cidade de Lisboa a Manoel do Rego de Magalhains morador na sua quinta de ual de mendares termo da dita villa sete alqueires de trigo a Retro aberto em cada hum anno os quais lhe paga Izidoro Fernandes e sua molher Maria Antunes moradoresc no lugar do Castelam termo da dita villa sobre huma terra que esta no lemite da moucharia termo da dita villa que parte do norte com os erdeiros de Francisco Domingos cura que foy do sobral e do poente com uale e caminhos e do sul com Joaõ Alues por preço e contia de des mil e quinhentos res forros da siza pera os uendedores e por parte do comprador se pagou mil e sincoenta res os quais Resebeo Domingos de Ceita depozitareo dos bens de Raiz na dita villa e nela morador que asinou ao pe da uerba Comigo e com o escriuaõ que esta fes de que lhe mandey dar a prezente sertidaõ por mim asinada e pelo dito Domingos de Ceita e escriuaõ. Dada nesta villa de torres uedras aos uintes e dous dias do mes de outubro de mil e seis centos e trinta e dous annos por digo Aotonio Correa escriuaõ das sizas na dita villa e seu termo a fes. pagou de esta e do asento do liuro sincoenta res e de asinar oito res. Antonio Correa/ Correa/ Domingos de Ceita.»
e trasladada a dita sertidaõ como dito he a Consertey com a nota ha qual fica junta e Cozida em ffe e testemunho de uerdade asy outorgaraõ em seus nomes e de seus constetuintes e pediraõ se fizesse este estromento de Carta de uenda deste dia pera todo sempre nesta nota e



Fac-simile da escritura sumariada sob o n.º 282

dela dar os traslados nesesarios que pediraõ e aseitaraõ e eu tabaliaõ como pesoa publiqua estepulante e aseitante pedy e aseitey em nome dos auzentes a quem tocar pode. Testemunhas que a todo foraõ prezentes Manoel da Costa filho de Pero da Costa barbeiro e Simaõ Delgado sobrinho do padre Jeronimo Delgado desta uilla e nela morador que todos aquy asinaraõ com os ditos Joaõ de Figeiroa e Agostinho Nunes os quais asinaraõ nesta nota por suas mãos e letra e eu tabaliaõ dou ffe serem eles partes os propios aquy conteudos. Antonio dos Rios tabaliaõ de notas nesta dita villa o escreuy.

Livro de 20 de Setembro de 1632 a 18 de Fevereiro de 1633, fls. 27.

## 283

Testamento de João Botelho, «Capitam demfantaria», morador na sua quinta da Feteira, termo da vila de Torres Vedras.

Manda-se sepultar «dentro na igreija de santiago da dita villa onde esta enterrado seu pay Fernão Botelho e que va seu corpo amortalhado no habito de são francisco e no que toca a seus legados não trataua porque sua molher dona Camilia fara por sua alma aquilo que ela quizer e poder porque ele fiaua dela o faria com muita pontualidade e asy nas esmolas de seu enterramento».

Disse mais que «ele foy benefiçiado na igreija de santa maria de Torres uedras e pera algumas faltas de culpa e demissão que teue deixaua a fabrica da dita igreija trinta mil res».

Declarou que ele e «sua molher Thiodozia Lobo que deos tem», fizeram um foro de retro a um João Francisco de Lisboa que, segundo se lembra era de 90 alqueires de trigo e nas partilhas da dita sua primeira mulher «se não tratou e ele ategora tem pago os Reditos pelo que todos os erdeiros deuem comprar este foro.

Disse mais que deixava a terça de seus bens a dita D. Camila, sua mulher, e lhe pezava não ter mais que lhe deixar, nomeado-a sua testamenteira.

Testemunhas: o licenciado Sebastião da Costa, medico, morador na dita vila, e Domingos Alves, lavrador, morador no casal da Amo-

reira, João Coelho, barbeiro, morador na Cerca e João Pires, filho de Simão Pires e Pero Domingos, da Azenha, tudo do termo de Torres Vedras.

Já depois de ter assinado «por sua mão e letra», declarou que os 90 alqueires, acima citados, eram pagos 30 a João Fernandes os 60 restantes a D. Maria Pereira, de Sacavém.

## 284

E logo no ditto dia mes e anno atras declarado na sua quinta da feiteira onde estaua prezente o testador João Botelho Conteudo e declarado no testamento atrás por ele foy ditto a mim tabelião perante as testemunhas aodiante nomeadas que ele tinha hum oliual sitto no lemite da dita villa a são migel de que se pagua o quarto a igreija de são pedro o qual he em vidas e nomeia na que lhe der lugar a escritura em sua molher dona Camilia da silua com o foro e encargo conteudo na escritura testemunhas que a todo forão prezentes o Reuerendo padre frey Marcos da Silueira gardião de uaratojo que assinou a rogo do dito testador por ele estar muito fraco e não poder asinar e forão mais testemunhas o lecenceado Sebastião da Costa medico e João Coelho barbeiro morador na serca e Domingos João barbeiro morador em Mougelas (Mouguelas) tudo termo da dita villa e Gaspar da silueira creado de mim tabalião que todos aquy asinarão e eu tabalião deu ffe ser ele testador o proprio Antonio dos Rios tabalião de notas na dita villa e escrevy.

Escritura de 28 de Outubro de 1932.

Mesmo livro, fls. 37 a 38 verso.

## 285

Em nome de deos Amen. Saibão quantos este publico estromento de dote e nomeação e doasão antre uiuos ualidoira qual em direito mais valer deste dia pera todo sempre uirem que no anno do nacymento de noso snor ihus xpo de mil seis centos trinta e dous annos em seis

dias do mes de nouembro do ditto anno em a quinta darea termo da villa de Torres uedras e pouzadas de Caterina Serrã Borges dona ueuua de Lopo Carualho que deos tem onde eu tabalião aodiante nomeado fuy estando ella Caterina Serrã Borges ahi prezente logo por ela foy ditto a mim tabalião perante as testemunhas aodiante nomeadas que era uerdada que entre os mais bens e propiedades de Raiz que ela tem e posue e de que esta de posse mansa e pasificamente sem contradisão de pessoa alguma bem asy he hum prazo sitto no ditto lemitte darea e zimbral o qual comtem em sy Cazais terras vinhas mattos pasigos e montados e parte por suas uerdadeiras Comfrontasoins foreiro a igreja de são migel da dita vila em sinco moios e meio de pam meado e oito galinhas em cada hum anno o qual prazo lhe nomeou o ditto seu marido e a ese Respeito o pesuia e pesue e asy e da maneira que lhe pertense o ditto prazo o nomea dota e doa o direito que nele tem em sua neta Tareja Pachequa filha de Bartholameu Pachequo e Maria Serrã pera que ela o aja logre e posua mansa e pasificamente e pera que asy milhor posa Cazar e somente Rezerua pera sy os uzus e fruitos do ditto prazo e tanto que a deos leuar da lugar e poder a dita sua neta pera que por sy e por quem quizer e Cada ues que lhe pareser posa tomar e tome posse do dito prazo e Couzas a ele tocantes e pertensentes a saber a posse Real antual çiuel e natural posesão e em sy a Reter e continuar pera sempre e quer ela sua neta tome a dita posse quer não logo ela dotadora disse lha auia por dada dagora pera a ora de sua morte e nela por emcorporada metida e enuestida per clauzula de Constetuty e se constetuia a tudo pesuir em sua uida em nome da dita sua neta Como sua colona e inclina uzofrutuaria ate tomar a dita posse Realmente e Com efeito e lhe cede a traspasa todas auçoins Reais pesoais actiuas e pasiuas prezentes e futuras utiles e todo o Remedio de dereito que lhe toca e tocar pode per qualquer uia titolo e Rezão que seja o que tudo prometeo ela dotadora Comprir solenemente e de nunca em tempo algum ela Reuogar este estromento nem Contradizar per nenhuma uia nem Rezão que seja e Reuogandoa ou Contradizendoa a tal Reuogasão e Contradisão no aja efeito e pera o asy e da maneira que dito he o auer de Comprir dise ela dotadora obrigaua seus bens e Rendas em geral e em espeçial o dito prazo por tal que a espeçial ipoteca não deroge a geral obrigação de todos os

mais seus bens nem pelo contrario em ffe e testemunho de uerdade asy o outorgou ela dita Caterina Serrã Borges e pedio se fizesse este estromento de nomeação nesta notta digo de dote e nomeasão e doasão qual em direito mais valer nesta notta e dela dar os traslados nesesarios que pedio e aseitou e eu tabalião como pesoa publiqua estepulante e aseitante pedy e aseitey em nome dos auzentes a que tocar pode Testemunhas que o todo forão prezentes o lecenceado Sebastião da Costa medico morador na dita villa e Pedro Dias criado de João da Ponte da dita villa que todos aquy asinarão com a ditta dotadora a qual asinou nesta notta por sua mão e letra e eu tabalião dou ffe ser ela a propia aquy conteuda. Antonio dos Rios tabalião de notas na dita villa a escreuy.

Mesmo livro, fls. 51.

## 286

Dote de património que fazem Fernão de Sousa, capitão, e sua mulher Maria Pacheco, moradores na vila de Torres Vedras, a seu filho Duarte de Sousa de Lima, clerigo, que «se queria ora promouer a ordens sacras».

Para o efeito largam de mão vários bens de raiz, situados no termo da citada vila, que valem mais de 160$000 reis.

Declaram que «eles tem mais duas filhas e hum filho alem do sobredito e pera cada hum deles lhe fica mais de outro tanto e bastantemente pera congrua e sustentasão deles dotadores».

Testemunhas: Pero Rodrigues, ortelão e António Alves, trabalhador, ambos moradores na vila.

Escritura de 25 de Novembro de 1632.

Mesmo livro, fls. 69 verso.

## 287

Em nome de deos Amen saibaõ quantos este publico estromento de distrate e Reuogaçaõ de morgado virem que no anno do nasimento de noso snor ihus xpo de mil seis çentos trinta e tres annos em trinta

e hum dias do mes de março do dito anno em a quinta das Lapas que he de Lionardo Frois fida digo onde em tabaliaõ aodiante nomeado fuy estando ele Lionardo Frois ahi prezente e bem asy Dona Izabel Perestrela sua filha dona ueuua na ditta quinta ora estantes loguo por eles ambos juntamente e cada hum per sy foy dito a mim tabaliaõ perante as testemunhas aodiante nomeadas que era uerdade que em o primeiro dia do mes de março do anno de mil e seiscentos e dezasseis por uertude de hum contrato dotal que em o tal tempo ou no em que na uerdade se achar selebraraõ antre eles e outrosy Jorge de Bairros de Vasconselos pera efeito de auer de Cazar seu filho Francisco de Bairros de Vas digo Fernando de Bairros de Vasconselos hum e outro ja defuntos com ela dita dona Izabel Perestrela a qual foy dotada por ele ditto seu pay Lionardo Frois em contia de trinta mil cruzados asy e da maneira e com todas as condisoins que largamente se contem em huma escritura publiqua de dotte e arras e instituisaõ de morgado que pera o dito efeito se fes a qual escritura foy feita por Simão Antunes tabaliaõ de nottas que ao tal tempo seruia na cidade de Lisboa e de seu cartorio se uera e porquanto então foy uontade deles sobredittos pay e filha que os dittos trinta mil cruzados não so tiuesem sempre natureza de bens dotais mas ainda tudo o que lhe Resultase por titolo asy de compra como de outra qualquer cauza ficase com ser vincolo e substansia de morgado tendo as próprias clauzulas e condisoins com que estatua criado e ynstituído o morgado que Jorge de Bairros o uelho instituio de que era actualmente pesuidor em o tal tempo e legitimo subsesor o sobreditto Jorge de Bairros pay do dito dotado Fernando de Vasconselos digo de Bairros de Vasconselos que deos tem e por quanto do tal matrimónio deos foy seruido que ao prezente naõ ouuese sobsesaõ alguma de comum consentimento por justas Cauzas e bem considerados Respeitos que a iso os moue auião por bem e ordenauaõ que os tais trinta mil cruzados de que asima se faz mesaõ que dotaraõ e foraõ dotados com tudo o mais que deles Rezultou e prosedeo fiquem liures e yzentos da natureza e vincolo de morgado em tal forma e modo que posaõ ser uendidos e doados asy e da maneira que mais gosto for deles sobredittos e ordenarem Reuogando com determinado juizo e asento doje em diante pera sempre a tal fundasaõ e creasaõ de morgado de maneira que per nenhum cazo

e uia estejaõ sogeitos e ser do tal morgado os ditos trinta mil cruzados nem o procedido deles ficando nulo e de nenhum efeito e uigor o tal contrato que pela prezente conuensão e espresamente Reuogamos na milhor uia e forma que em dereito ouuer lugar em ffe e testemunho de uerdade asim o outorgaraõ eles dittos Lionardo Frois e dona Izabel Perestrela sua filha e ambos juntamente e cada hum per sy pediraõ se fizesse este estromento nesta notta e dela dar os treslados nesesarios que pediraõ e aseitaraõ e eu tabalião como pessoa publiqua estepulante e aseitante pedy e aseity em nome dos auzentes a que tocar pode testemunhas que a todo foraõ przentes a padre Antonio Correa cura na igreija de monte Redondo e o padre Francisco Gameiro Capelaõ dos sobreditos e João Lopes alferes de huma companhia moradores no dito lugar de monte Redondo e Gaspar da Silueira criado de mim tabalião e Antonio Fernandes pedreiro morador no lugar daldea grande termo da dita villa que todos aquy asinaraõ com os ditos Lionardo Frois e dona Izabel Perestrela os quais asinaraõ nesta notta per suas mãos e letra e eu tabaliaõ dou fee serem eles partes os proprios aquy conteudos. Antonio dos Rios tabaliaõ de nottas na ditta villa o escreuy.

Livrò de 20 de Fevereiro de 1633 a 7 de Setembro de 1633, fls. 17.

## 288

Em nome de deos Amen. Saibaõ quantos este publico estromento de testamento ultima e deradeira uontade uirem que no anno do nasimento de noso senhor ihus xpo de mil seis centos trinta e três annos em oito dias do mês de Abril do dito anno em o lugar da enxara do bispo onde eu tabaliaõ aodiante nomeado fuy estando ahi prezente Bernardo Dias que uiue por sua fazenda morador no dito lugar e suas pouzadas o qual estaua doente em cama de doensa que noso sñor foy seruido de lhe dar mas em seu perfeito juizo e entendimento segundo ao parecer de mim tabaliaõ e testemunhas aodiante nomeadas logo por ele ditto Bernardo Dias foy ditto a mim tabaliaõ perante as testemunhas aodiante nomeadas que ele por naõ saber o dia nem a ora em que noso sñor sera seruido de o leuar da uida prezente ordenaua

e fazia esta cedola de seu testamento para descargo de sua consiensia e saluasaõ de sua alma na maneira seguinte:

Primeiramente dise ele testador emcomendaua sua alma a noso sñor ihus xpo que a criou e Redemio na aruore da uera Crus com seu presiosissimo sangue e toma por terseira e auogada pera com ele a uirgem Maria nosa sñora a qual pede e Roga que ela com os santos e santas da Corte selestial do ceo intersedaõ por sua alma diante do seu bemditissimo filho pera que quando sua alma de seu mizaravel corpo sair meresa alcansar a gloria pera que foy criada. Item manda que tanto que noso sñor for seruido de o leuar da uida prezente seu corpo ua amortalhado no abitto do serafico padre saõ françisco de que he irmaõ da ordem e os padres de uaratojo o acompanharaõ até sua sepultura que sera dentro na igreja de nosa sñora dasunsaõ donde he fregues na coua e sepultura em que esta emterrado seu pay e may e erdeiros e leuaraõ de oferta hum saco de triguo e hum odre de uinho e ao dia de seu emterramento sendo oras se naõ ao outro logo seguinte lhe faraõ hum offiçio de noue lisoins a que asistiraõ des padres todos de missa e aos seis mezes depois de seu falesimento lhe faraõ outro offiçio e no cabo do anno outro todos pelo mesmo modo do primeiro e ao primeiro offiçio se dara de oferta hum saco de trigo e hum odre de uinho e a cada hum dos mais se dara de oferta a cada hum deles tres alqpeires de trigo e hum almude de vinho. Item manda se lhe digaõ por sua alma no Conuento de uaratojo trinta missas Rezadas per huma uez somente. Item manda se dem de esmolas as confrarias da dita igreija a saber: a do santiissimo sacramento quinhentos res e a cada huma das mais duzentos res os quais legados manda se cumpraõ de sua tersa e o Remanessente dela disse deixaua a sua molher Margarida Ferreira pera que ela coma os uzos e fruitos dela em sua uida e por seu falesimento ficaraõ os bens da dita tersa a seu filho Niculao Bernardes e seus erdeiros. Disse mais ele testador que ele tinha prometido com outros companheiros serta esmolla pera huma uara de pratta da Comfraria do santissimo sacramento da dita igreija tudo aquilo que lhe couber e a seu quinhaõ manda se pague.

Item declarou ele testador que os bens e fazenda que foraõ de seu tio Joaõ de Santantonio saõ todos de Cappela e como tais os pesue os quais saõ nas propriedades seguintes: a saber o Casal de

malforno de que pagaõ trinta alqueires por arendamento huma terra ao torroal outra terra onde chamaõ os tersos outra terra a ual de bodos e outra a esgarauata outra terra a portela que agora esta semeada e outra terra e oliual a mesma portela o asentamento de cazas em que uiue com seis pumares e huma Caza de fronte destas com seu pumar poso huma uinha a mansa e outro ao uale e hum pequeno de uarzea com suas oliueiras mesmo ao uale dos quais bens se dizem des missas Rezadas em cada hum anno na ditta igreija ou aonde quizerem e com este emcargo pasaraõ hos dittos bens ao ditto Niculao Bernardes seu filho como ele testador ategora os pesuio. Declarou mais que ele tem humas terras foreiras aospitall do dito lugar de que lhe paga quatro alqueires e meio de trigo mocho em cada hum anno em uidas de que ele he a primeira uida com poder de nomear a segunda e na forma de sua escretura e com o emcargo dela nomeaua em o ditto seu filho Niculao Bernardes e declarou que com estas terras do ospitall esta huma terra mistica a que chamauaõ christouaõ alues. Item declarou ele testador que era uerdade que Aluaro Ferreira fes hum Retro de uinte e sinco alqueires de trigo a Retro aberto sobre sua fazenda e ele testador e a dita sua molher Reseberaõ o dinheiro de des alqueires os quais sempre ategora pagaraõ pelo que manda se dey satisfaçaõ no que montar os ditos des alqueires de trigo aos erdeiros do ditto Aluaro Ferreira e declarou mais ele testador que ele pesuia os bens que ficaraõ de seu irmaõ Domingos Dias de sua tersa que deixou a sua molher em sua uida e por seu falesimento os erdou ele e porquanto não esta serto se saõ bens com alguma obrigaçaõ porque uiesem in solidum ao dito seu filho entendia que eraõ bens liures achando-se o testamento em algum tempo se tratara de lhe dar inteira ffe e credito dise fazia sua testamenteira a ditta sua molher e lhe pede e roga em todo lhe Cumpra e faça dar a sua deuida eixecuçaõ a este seu solene e uerdadeiro testamento pelo qual quebra anula e Reuoga todos os mais testamentos cedolas mandas e Condisilhos que antes deste tenha e aja feito e so este queria e era Contente em todo se Cumprisse e guardase e Como dito he e declarou elle testador que ele deuia ao padre digo a irmã de Filipe de Reboredo ouriues da prata a qual mora na Rua larga de Saõ Roque treze mil e sincoenta res e dous mil res a Francisco

Lopes tauerneiro dise deuia ao padre Antonio Vas Franco em dinheiro sinco mil res e o mais que ele diser de huma pouca de seuada que entendeu seriaõ seis ou doze alqueires a conta do que tem hum pouco de uinho em que auera desconto. Dise deuia dous mil e duzentos e sincoenta res a Aluaro Saraiua do depozito do trigo de Manoel Godinho que teue em sua Caza disse deuia mil res a Jorge Fernandes de uilla pouca, o moso, disse deuia a hum criado do doutor Roque da Silueira que esta em santa margaida dous mil res disse deuia aos padres da Companhia hum escripto de uinte mil res e lhe tem dado ja alguma couza a conta que segundo sua lembransa foraõ quatro mil res a Gonçalo Sueiro quando lhe mandou leuar o trigo e todas a mais diuiadas liquidas manda se pagem em ffe e testemunho de uerdade asy o outorgou ele testador e pedio se fizese este estromento de testamento nesta nota e dela dar os traslados nesesarios que pedio e aseitou e eu tabaliaõ Como pesoa publique estepulante e aseitante pedy e aseitey em nome dos auzentes a que tocar pode e declarou mais ele testador que manda se paguem a seus criados. Testemunhas que a todo foraõ prezentes chamadas e Rogadas por parte dele testador Manoel de Crasto do Rio, Manoel Roiz dauis, Simaõ Fernandes e Jorge Rico todos moradores no ditto lugar e Aluaro Afonso criado do ditto testador que todos aquy asinaraõ com o dito testador o qual asinou per sua maõ e letra e eu tabaliaõ dou ffe ser ele o propio aqui conteudo. Antonio dos Rios tabaliaõ de notas na dita villa o escreuy. E ordenou ele testador que das trinta missas que manda se digaõ, sinco delas se digaõ em uaratojo mesmo em altar preuiligiado do dito conuento. Testemunhas as sobreditas sobredito o escreuy.

Mesmo livro, fls. 29.

## 289

Procuração que dá Maria Botado, «dona ueuua», moradora na vila de Torres Vedras, a seu filho o capitão João Botado de Almeida, para que este em seu nome «posa cobrar e as suas mãos auer tudo o que seu for e lhe pertenser por qualquer uia que seja e em especial o

que lhe ficou por morte e falesimento de seus filhos que deos tem hum que faleseo na çidade de euora e outro na India, de que ela foy erdeira».

Iguais poderes concede ao outro seu filho Antonio de Brito de Almeida.

Testemunhas: Gaspar da Silveira, criado do tabelião, que assinou a rogo da constituinte e Tomé dos Rios Trigueiros e Francisco Pereira Trigueiros, ambos filhos do tido tabelião.

Escritura de 11 de Março de 1634.

Livro de 10 de Fevereiro de 1634 a 3 de Julho de 1634, fls. 36 verso.

## 290

Dote e contrato de casamento que entre si fazem Bernardo Teixeira de Freitas, morador na vila de Torres Vedras e Agostinha de Almeida, filha de Helena Gil da Cunha, dona viuva, moradoras no lugar do Mosteiro de Matacães, termo da dita vila, «ambos maiores emançipados por autoridade de justissa».

Ela futura noiva entra para o casal com os seguintes bens: 6 moios e tantos alqueires de trigo a saber «quatro moios e tantos alqueires de trigo q̃ fes a retro aberto do procedido da uenda de humas Cazas q̃ tinha de sua legitima na çidade de lisboa, e dous moios mais que lhe auia dottado a dita sua may por lhe auer disipado e comido parte de sua legitima».

O noivo entra com todos os bens que «erdou de seu pay e may e aquirio depois demançipado co mtal declaração q̃ eles cazão por dotte e arras e terão todos os bens natureza de bens dottais».

No caso de Bernardo Teixeira de Freitas morrer primeiro que sua futura mulher «ele lhe consina de arras por onrra de sua pessoa a tersa parte de seu dotte comforme a ley do Reyno q̃ auera no milhor parado de seus bens dele futuro noiuo».

E em caso «q̃ da separasão do matrimonio não aja filhos se saira cada hũ com o q̃ entra neste dotte e Cazal».

Testemunhas: Agostinho Nunes, criado do tabelião e Manuel de Abreu, morador no dito lugar. Todos os intervenientes assinaram por sua mão e letra.

Escritura de 24 de Abril de 1634.

Mesmo livro, fls. 82.

## 291

Confirmação e contrato de partilhas, entre Brás de Aguiar Semedo e sua mulher Maria Cerveira, moradores na vila de Torres Vedras, e Ana de Freitas e Bernardo Teixeira de Freitas, «todos irmãos e cunhados e erdeiros de Anna travasos q̃ deos tem moradora nesta villa».

Por todos juntamente e cada um de per si, foi dito que era verdade «q̃ eles erão muito amigos e comformes e por escuzarem demandas nem fazer partilhas por justisa as tinhão feito e selebrado entresy como bons irmãos ficando ele bras dagiar e sua molher com o seu dotte e juntamente fazendo o mais de comformidade do testamento da defunta e na forma dele se compozerão de forma q̃ cada hũ deles tomou o q̃ lhe mais comvinha e asy entre sy auião selebrado as suas partilhas q se auião de fazer por falesimento da dita defunta sua may e sogra pelo q̃ eles de comformidade se dauão por pagos e satisfeitos e entreges de tudo o q̃ lhes cabe nas ditas partilhas e se dão quitação hũs aos outros ...»

Testemunhas: Agostinho Nunes, criado do tabelião que assinou a rogo de Maria Cerveira, Domingos Ferreira, ferrador e Belchior Dias, sapateiro, moradores na vila.

Escritura de 4 de Maio de 1634.

Mesmo livro, fls. 98.

## 292

Em nome de deos Amen Saibaõ quantos este publico estromento de Renunçiaçaõ e traspasasaõ deste dia pera todo sempre virem que no anno do nasimento de noso snor jhus xpo de mil seis çentos trinta

e quatro annos em noue dias do mes de mayo do dito anno em esta villa de Torres Vedras e pousadas de mim tabaliaõ pareseo Pero da Rocha da Silua morador na sua quinta da freiria termo desta villa, e ueuuo, logo por elle foy ditto a mim tabaliãõ que ele fora erdeiro dos bens da Capela que uagou por morte e falesimento de Caterina Caldeira dona ueuua que deos tem sua irmã moradora que foy na dita quinta da freiria e em todos os mais bens que asy pertemsem a dita Cappela bem asy he huma quinta que esta no lemite do lugar de Palhais termo da uilla de Alhos Uedros a qual corria litigio e demanda com a dita defunta sua irmã e com os erdeiros do instituidor da dita Capela o padre Francisco de Moraes, cuja auçaõ ele tem oje como erdeiro da dita sua irmã e porque ele he ja uelho e esta imposibilitado pera poder concluir a dita demanda como conuem disse que elle renunçiaua sedia e traspasaua todo o direito que tem nos ditos bens em seu filho Francisco do Rego da Silua morador no lugar do troçifal termo outrosy desta uilla como erdeiro que ade ser da dita Capela por falsimento dele doador e como tal lhe cede e traspasa todo seu direito e auçaõ que nos ditos bens da dita Capela tem e pode ter e auer e lhe da lugar e poder pera que delles possa tomar e tome posse a saber a posse real e antual ciuel e natural posesaõ e em sy a reter e continuar pera sempre e quer tome a dita pose quer naõ logo elle doador dise lha auia por dada e nela por emcorporada per clauzula de Constetuto e se constetuia a tudo pesuir em nome do dito seu filho como seu colono inclino usufrutuairo ate com efeito tomar a dita pose e alcansar todos os ditos bens de Palhais tocantes a dita capela realmente e com efeito ao que disse obrigaua seus bens e rendas e sendo nesesaria procuraçaõ elle a da e consede em cauza propia pera o que dito he ao dito seu filho tudo na forma de direito em ffe e testemunho de uerdade asy o outorgou elle dito doador e pedio se fizese este estromento de renunçiaçaõ e traspasasaõ nesta notta e dela dar os traslados nesesarios que pedio e aseitou e o dito Francisco do Rego outrosy o aseitou por estar prezente e eu tabaliaõ como pesoa publica estepulante e aseitante pedy e aseitey em nome dos auzentes a que tocar pode testemunhas que todo foraõ presentes Francisco Pereira Trigueiros filho de mim tabaliaõ e o padre Eitor Martins morador nesta villa que todos aquy asinaraõ com o ditto doador e com o dito Fran-

cisco do Rego os quais asinaraõ nesta nota per suas maõs e letras e eu tabaliaõ dou ffe serem eles partes os propios. Antonio do Rios tabaliaõ de notas nesta dita villa e escreuy.

Mesmo livro, fls. 102.

## 293

Procuração que deu Ana de Abreu Caldeira, maior, moradora em Torres Vedras, filha de António Godinho da Cunha e de sua mulher Francisca Leitão Caldeira, ao doutor Francisco de Andrade Leitão, «regedor da justisa da çidade de lisboa», para que este em seu nome «e como ela em pesoa possa tratar de a cazar por palauras de prezente com Joaõ Rebelo de Uascomselos morador no lugar do troçifal termo desta dita villa e disso selebrar dotte no qual se declarara em como ele futuro noiuo se obriga a dar tres mil cruzados a saber mil cruzados a mizericordia desta villa a que a ditta Francisca Leitoa sua may esta obrigada e lhos compoem a Rezaõ de juro e os outros dous mil cruzados seraõ mil cruzados pera sua irmã Joanna Caldeira dalmeida e mil cruzados pera sua irmã Magdalena Leitoa Caldeira e no que toca as arras e mais couzas tocantes ao ditto dotte fara o ditto seu constetuinte tudo o que quizer e lhe bem pareser ...».

Testemunhas: o licenciado Constantino Correia, Juiz de Fora de Torres Vedras e Diogo Mergulhão de Aguiar, na dita vila morador.

Escritura de 4 de Dezembro de 1634.

Livro de 4 de Dezembro de 1634 a 5 de Junho de 1635, fls. 4 verso.

## 294

Testamento de Ana Nogueira da Costa, mulher de Manuel da Ponte Trigueiros, moradores em Torres Vedras.

Manda-se sepultar na igreja de S. Pedro da dita vila «aonde milhor nella pareser a meu marido» e que se lhe diga no mesmo dia do seu enterramento, sendo horas, se naõ no dia seguinte, um ofício de 9 lições,

por sua alma e no 30.º dia outro; no 1.º oficio se dará de oferta 1 saco de trigo e 1 odre de vinho e ao do mês se darão 3 alqueiros de trigo e 1 almude de vinho.

Quer que se digam na dita igreja, por sua alma, 5 missas rezadas às chagas de Cristo, dando-se de oferta às confrarias da referida igreja, a saber: à do Santissimo 300 reis à de Nossa Senhoa da Conceição 200 reis; à de Jesus 200 reis; à de Nossa Senhora do Rosário 200 reis; à das Almas 200 reis; «as quais confrarias todas me acompanharaõ».

De todos os bens moveis e de raiz se fará partilha entre ela e o dito seu marido e do seu quinhão será usufrutuário o sobredito, em sua vida, e por sua morte «ficaraõ os dittos bens que couberem a duas sobrinhas minhas filhas de meu irmaõ Ruy da Costa morador na Villa de sintra e sendo falecida alguma dellas ficará a outra e falecendo ambas sem erdeiros ficara a seus irmãos que forem uiuos».

Nomeia por testamenteiro ao citado seu marido. Por estar mui doente e impossibilitada de escrever foi o cura de S. Pedro, padre João Alves Cordeiro, quem escreveu este testamento e a seu rogo o assinou, aos 20 de Fevereiro de 1634.

O dito testamento foi aprovado, em presença das testemunhas, padre João Alves Cordeiro, Domingos Teixeira, Domingos Delgado e João Rui, estudante e Gaspar da Silveira, pelo tabelião António dos Rios, no mesmo dia, mês e ano. No dia seguinte, foi aberto pelo licenciado Constantino Correia, Juiz de Fóra de Torres Vedras e em 8 de Janeiro de 1635, foi lançado nas notas do já citado tabelião, a requerimento do viuvo.

Mesmo livro, fls. 29.

## 295

«Transauçaõe amigauel composiçaõ e quitaçaõ», entre Isabel do Rêgo Pereira, viuva de António Godinho da Cunha, moradora em Torres Vedras, representada por seu procurador o capitão Rodrigo de Oliveira da Fonseca, de um lado, e do outro Francisca Leitão Caldeira, viúva e suas filhas Ana de Abreu Caldeira, Joana Caldeira de Almeida e Madalena Leitão Caldeira, maiores, de 25 anos, todas mora-

doras na referida vila, representadas por seus procuradores João Rebelo de Vasconcelos, morador no lugar do Turcifal e Diogo Mergulhão de Aguiar, morador em Torres Vedras, e ainda, a Santa Casa da Misericórdia da mesma vila, representada por seus procuradores e mesários os capitães Sebastião de Almeida de Seixas e João Botado de Almeida.

António Godinho da Cunha, marido da primeira outorgante falecera com testamento e nele nomeou por universais herdeiras a suas primas sobreditas, «nas duas partes de sua fazenda e na tersa parte a dita mizericordia a que fes sua testamenteira e o foy de que se fizeraõ partilhas perante o juis de fora desta villa como delas se uera em poder do escriuaõ delas Gaspar Cardoso».

Depois destas partilhas feitas surgiram demandas com a referida Isabel do Rêgo, de que também se fez parte a Santa Casa, as quais duram ha mais de 2 anos «e considerando de parte a parte o pouco fundamento que auia pera irem auante as tais demandas e outras que se tratuaaõ de prinçipiar se uieraõ a consertar de comformidade».

Testemunhas: Domingos da Costa, criado do tabelião e Leonardo Rodrigues, criados das ditas herdeiras.

Escritura de 28 de Janeiro de 1635.

Mesmo livro, fls. 53.

## 296

«Trespasasão deste dia pera todo sempre» que fez Helena Gil da Cunha, «donna ueuua» moradora no lugar de Matacães, termo da vila de Torres Vedras, da terça que lhe ficou por falecimeno de seu primeiro marido Francisco Rois, «com obrigassaõ de hũa missa todas as semanas do Conuento de Saõ Francisco de uaratojo» e com a condição de que morrendo ela sem filhos «fiquase ametade da ditta tersa a seu filho Luis Rois e a outra ametade a Domingas Rois e qu naõ tendo qualquer delles filhos uiese a sua filha Agostinha Rois.»

Sucedendo que o referido seu filho Luis Rois «morreo e hũa filha q teue naõ chegou a herdar por ser ella ditta ilena gil da Cunha uiuua», pertence da dita terça metade a sua filha Domingas Rois e a

outra metade a Agostinha Rois «que ora se chama Agostinha dallmeida asy por naõ chegarem a herdar as filhas de Francisco Rois como por ser a ditta Agostinha dalmeida nomeada e chamada expressamente no testamento».

Por estas e outras razões «disse ela ilena gil da Cunha sedia e traspasaua a ditta ametade da ditta tersa a ditta sua filha Agostinha dalmeida molher de Bernardo Teixeira de Freitas». E declara que a outra metade como acima se diz, pertence «a sua filha Domingas Rois q ora se chama dona Maria dalmeida casada com Pascoal Enriques ...»

Testemunahs: Domingos Antunes, sapateiro e Duarte Rois, «que uiue por sua fazenda no ditto lugar moradores.

Escritura de 3 de Março de 1635.

Mesmo livro fls. 61.

## 297

Procuração que dá Manuel da Ponte Trigueiros, viuvo, morador em Torres Vedras, a José Pinto Pereira, Donato de Morais Supico e a António de Andrade de Gamboa, «fidalgos da casa de sua magestade e a Diogo Rois Crasto e a Manoel Rois Pereira e a Diogo de Crasto e a Manoel Fernandes de Sampaio e a Luis do Rego de Negreiros moradores na çidade de Goa», para que estes em seu nome possam renunciar a feitoria de Baçaim, de que estava provido.

Testemunhas: Francisco Pereira Trigueiros e Manuel dos Rios Ferreira, moradores em Torres Vedras.

Escritura de 18 de Março de 1635.

Mesmo livro, fls. 84.

## 298

Procuração que deu Vicencia Bernardes de Medeiros, «dona ueuua», moradora no lugar da Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras, a Francisco de Seixas Cabreira, «estante nas partes da India» para que este em seu nome possa «Requerer todo seu direito e justissa e

cobrar e arecadar e as suas mãos auer todos os bens e heransa que ficaraõ por morte e falesimento de seu filho Manoel Botado Dalmeida que deos tem que morreo nas ditas.partes».

Testemunhas: João Botado de Almeida, morador em Torres Vedras e Pero Fernandes e João Antunes, que vivem por sua fazenda, ambos moradores na Ponte do Rol.

Escritura de 18 de Março de 1635.

Mesmo livro, fls. 85.

**299**

Nomeação, obrigação, declaração e trespasse, que fizeram Bernardo Dias, «que viue por sua fazenda», morador na Enxara do Bispo, termo da vila de Torres Vedras, e sua mulher Margarida Ferreira, de todos os bens de raiz que haviam sido do tio dele Padre João de Santo Antonio e que este vinculara em capela, com a obrigação de andar sempre no herdeiro de sua linha mais chegada e «por sua morte ficou toda a dita fazenda a sua irmã Mesia e logo ueo a sua irmã Catarina Dias por cujo falesimento ficou a ele Bernardo Dias seu irmão», a seu filho Nicolau Bernardes, havido de sua primeira mulher Maria Luis.

«E porque a instetuisaõ que fes o ditto padre Joaõ de Santo Antonio em que auinculou as ditas propiadades e fes capela se perdeo e se naõ pode nunca achar fazendose muntas deligensias pera mor clareza suposto ser muy publico e notório serem as tais propriedades de Capela e como tais senaõ poderem uender nem alheanar por serem todas juntas e unidas na dita Capela e uirem ao dito seu filho e enteado eles por descargo de suas consiensias asim o declaraõ por este publico estromento ...»

Testemunhas: o padre Agostinho Nunes, Cristovão de Andrade Barriga, meirinho dos clerigos e Domingos da Costa, todos moradores na vila de Torres Vedras.

Escritura de 30 de Abril de 1635.

Mesmo livro, fls. 107.

## 300

Composição entre o capitão João Rebelo de Vasconcelos, morador no Turcifal, termo de Torres Vedras, e seu cunhado o dr. António Pereira de Sousa, viuvo, corregedor da Comarca de Tomar, sobre certas propriedades.

Escritura de 11 de Maio de 1635.

Mesmo livro, fls. 119 verso.

## 301

Contrato de dote e casamento que fazem Isabel do Rêgo Pereira, «dona ueuua», moradora em Torres Vedras e o Dr. Manuel Figueira Delgado, «ora estante na villa datougia».

Declaram que «se eles futuros noiuos da separasaõ do matrimonio naõ tiueram filhos que cada hũ deles se saia com todos os bens moueis e de Rais com que entraõ neste Cazamento», para o que cada um deles fará inventário.

O noivo declara-se obrigado a fazer partilhas no prazo de um mês após o casamento, com seu filho João, havido do primeiro matrimónio.

Testemunhas: o licenciado Amador de Sousa, advogado e Baltasar Rois, pedreiro, ambos moradores na dita vila.

Escritura de 3 de Novembro de 1635.

Livro de 7 de Junho de 1635 a 9 de Dezembro de 1635, fls. 102.

## 302

«Carta de uenda e traspasasaõ» que fazem o prior da igreja de S. Pedro de Torres Vedras, padre Manuel de Vasconcelos e os beneficiados da mesma, padres Tomé Gomes, Martim Ferreira Leitão, António Pinto, Manuel de Sequeira Franco, Francisco Teixeira Cabral e António de Abreu, da «capela sitta na dita igreija da imuocasaõ de nosa snora da Conçeisaõ no primeiro lugar da maõ direita colateral Res-

pondente a Capela da trindade a qual capela he dabobada forrada deazulejos e o tecto e arco pimtado todo e dourado em partes», a Catarina Serraõ Borges, «dona ueuua do Capitaõ Lopo Carvalho que deos tem Caualeiro fidalgo que foy da Casa de sua Magestade e ela moradora na sua quinta e Cazais darea termo desta dita villa».

Esta venda e cessão é feita «pera na dita Capela ela e as pessoas que ela ordenar se poderem sepultar e fazer Carneiro hum e mais e juntamente pera nela mandar dizer a misa cotidiana e mais sufragios que ela lhe bem pareser e por quem quizer», com declaração que a confraria de Nossa Senhora da Conceição erecta na mesma capela por irmãos leigos «sempre a auera ate o fim do mundo como sempre a ouue de sua instetuisaõ pera ca sem a ditta compradora e seus erdeiros admenistradores da dita Capela poderem tolher os irmãos ofiçiais e mordomos a uzarem nela da dita comfraria como ategora fazem» e pela «comtia de cem mil res em pax e em saluo da siza e mais custas».

Testemunhas: Pero Henriques, morador no Ramalhal e António Campelo, cerieiro, morador em Torres Vedras.

Escritura de 3 de Janeiro de 1637.

Livro de 17 de Junho de 1636 a 26 de Janeiro de 1637, fls. 123 verso.

**303**

Venda que fez António da Mota, «criado delRy que não he cazado e mayor segundo dise e afirmou», ora estante no lugar do Turcifal, termo da vila de Torres Vedras, de uma vinha, sita no referido lugar aonde chamam Abrunheira, que herdou por morte de seu pai Antonio Gomes, pelo preço de 18.000 reis «saluo da sisa e mais custas», a Pero Fernandes, almocreve, morador no Turcifal.

Porque o comprador exigiu fiança «ele uendedor aprezentaua por seu fiador prinçipal pagador e fiel depozitario a seu cunhado Francisco do Rego da Silua» morador no dito lugar:

Testemunhas: o licenciado Antonio da Maia, clerigo de missa, morador em Lisboa e João Machado, sapateiro, morador no Turcifal.

Escritura de 24 de Março de 1637.

Livro de 4 de Fevereiro de 1637 a 20 de Outubro de 1637, fls. 25.

**304**

«Auçaõ e amiguauel composiçaõ e comfirmasaõ do partilha e quitaçaõ», entre Francisco do Rêgo da Silva e sua mulher Maria da Mota, moradores no lugar do Turcifal, termo de Torres Vedras, de uma parte e da outra Jerónimo da Mota Franco, «alferes de huma companhia do terso que esta na villa de Cascais», solteiro, maior, em seu nome e com procurador de seu irmaõ António da Mota, «que ora foy para os Ryos de Janeiro».

Não houve efeito esta escritura.

12 de Agosto de 1637.

Mesmo livro, fls. 105.

**305**

Procuração que deu «Helena Gil da Cunha dona ueuua» moradora em casa de Bernardo Teixeira de Freitas, no lugar do Mosteiro de Matacães, termo de Torres Vedras, ao padre Francisco Gomes do Vale, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa cobrar do tesoureiro da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, «quinze mil res que tem de tensa na ditta Caza que lhe deixou sua tia Joana Vaz».

Testemunhas: o dito Bernardo Teixeira e Tomé dos Rios Trigueiros, filho do tabelião a seguir mencionado.

Escritura de 25 de Outubro de 1637.

Livro de 21 de Outubro de 1637 a 7 de Junho de 1638, fls. 7.

**306**

Testamento de Serafina Henriques, filha de Duarte Vaz Trigueiros, Juiz dos Orfãos da vila de Torres Vedras, moradora na freguesia de S. Pedro da mesma vila, pelo qual institui sua universal, herdeira a Domingas de Almeida, filha de Barbara Henriques, visto que não tem herdeiros forçados.

Nomeia a Nicolau de França, como seu tio e a Francisco Henriques de Miranda, filho de Jerónimo Henriques, como seu primo e a Manuel Henriques, seu tio, irmão de seu pai.

Deixa os serviços de seu pai e tio Manuel Henriques, a seu sobrinho Roque Madeira, estante nas partes da India.

Nomeia por sua mãe a Lourença de Azevedo e por seu tio, irmão desta a Baltazar Varela, pai de António de Azevedo Coutinho, seu primo com irmão.

Este testamento foi lavrado em 16 de Março de 1628, aprovado pelo tabelião em 18 do dito mês e ano e aberto por Braz de Aguiar Semedo, vereador mais velho, que servia de juiz pela ordenação, aos 13 de Dezembro de 1637.

Mesmo livro, fls. 42 verso.

## 307

Procuração que deram João Coelho de Matos, professo na Ordem de Cristo, Juiz da igreja de Santa Maria Madalena do lugar do Turcifal, termo de Torres Vedras e João Rebelo de Vasconcelos, capitão de infantaria, João da Fonseca Tagarro, Francisco do Rego da Silva, Tristão Tomé Leitão, João Coelho, filho do dito João Coelho de Matos, António Luiz, «alferes de huma Companhia», todos moradores no dito lugar e bem assim «Lionel de Misquita capitaõ ora estante nas cazais do Arneiro e António Francisco Dolliueira morador na quinta de Manjapão todos da dita freguezia e bem asy Artur Botelho de Lemos capittaõ dinfantaria morador nadealgauinha asistente ora no dito lugar onde tem fazenda e Lionardo Freire Baracho ora asistente no dito lugar» todos juntamente e cada um por si, ao padre António da Maia, ao dr. Fernão Rois de Miranda e ao licenciado Roque de Abreu, moradores em Lisboa, para que estes em seus nomes «posaõ geralmente onde com esta procuração se acharem procurarem requererem alegarem e defenderem todo seu direito e justisa m todas as cauzas pleitos e demandas que tenhaõ e posaõ ter em quaisquer juizos deste Reyno asy seculares como eclezíasticos».

Testemunhas: João Carvalho, morador no Turcifal e João de Torres, criado do tabelião celebrante da escritura.

Escritura de 10 de Fevereiro de 1638.

Mesmo livro, fls. 75.

## 308

«Cedola de testamento ultima e deradeira uontade» de Diogo de Teive, «saserdote Conego prebendade na santa see de lisboa e fidalgo da Casa de sua magestade», morador no lugar de A-dos-Cunhados, «nas cazas de Gonçalo Carualho termo da uilla de Torres uedras», pela qual «mando que tanto que noso snor for seruido de me leuar da uida Prezente meu corpo seja emterrado na Cappela mor da igreja de nosa snora Dalus da ditto lugar donde sou freges na sepultura que hai mandey por com Consentimento de todos os freguezes arespeito do Retabolo que a minha Custa mandey fazer na dita Capela mor».

Depois de vários legados que declara, institui herdeiros do remanescente de todos seus bens moveis e de raiz, a Gonçalo de Carvalho, moço da camara da Casa Real e a sua mulher Maria do Paço.

Este documento foi escrito pelo tabelião António dos Rios, aos 22 de Fevereiro de 1629 e por este e pelo testador assinado, na presença das testemunhas Padre Francisco dos Rios, beneficiado na igreja de Santiago de Torres Vedras, João Ramos, criado do dito tabelião, João Rodrigues, correeiro e Ascenso Fernandes, criado de Gonçalo de Carvalho, moradores em A-dos-Cunhados.

Em 5 de Fevereiro de 1638, foi o referido testamento aberto pelo vereador mais velho da Camara de Torres Vedras Braz de Aguiar Semedo, que servia de Juiz pela ordenaçaõ e lançado nas notas de António dos Rios.

Mesmo livro, fls. 139.

## 309

Fiança que deu Jacinto Marinho de Sá, meirinho da correição da comarca de Torres Vedras e nela morador, para lhe serem entregues

os bens de seu irmão Sebastião Marinho, que ha mais de 20 anos foi para a India e do qual não ha noticias e é tido como morto.

Escritura de 8 de Março de 1640.

Livro de 8 de Março de 1640 a 6 de Outubro de 1640, fls. 1.

**310**

Procuração que deu Maria de Sousa, solteira, maior, emancipada por justiça, moradora em Torres Vedras, filha de Fernão de Sousa, capitão de infantaria e de sua mulher Maria Pacheco, a seu irmão Duarte de Sousa, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa cobrar e arrecadar tudo o que lhe deverem em qualquer parte do Reino e possa requerer em todas as demandas e cauzas que ela tenha ou possa vir a ter em qualquer juízo do Reino, assim secular como eclesiastico.

Seus pais eram já falecidos e de seu matrimónio houve os seguintes filhos, além dela e do dito seu irmão: Leonel de Sousa de Lima, morador em Torres Vedras e Isabel de Lima, já falecida no estado de donzela.

Escritura de 9 de Abril de 1640.

Mesmo livro, fls. 25 verso.

**311**

Venda a retro aberto que fez Francisco do Rego Gorjão, viuvo, morador na vila de Torres Vedras, de 10 alqueires de trigo, por 20$000 reis, na sua quinta da Ferroupeira, junto do Turcifal, termo da dita vila, a D. Guiomar Trigueiros, solteira e moradora em Lisboa, representada por seu procurador e cunhado Afonso de Tavira.

Escritura de 1 de Junho de 1640.

Mesmo livro, fls. 53 verso.

**312**

Procuração que deu Catarina Teixeira, dona viuva, moradora em Torres Vedras, a seu filho o licenciado João Cabral de Barros, estante na cidade de Lisboa, para que este em seu nome possa tratar de todas

as suas coisas em qualquer juizo do Reino, assim secular como eclesiastico.

Escritura de 7 de Janeiro de 1641.

Livro de 8 de Outubro de 1640 a 24 de Julho de 1641, fls. 47.

**313**

Procuração que deu a Câmara da vila de Torres Vedras, representada por «Francisco Do Rego Gorjão, ueredor mais uelho que serue de juis pela ordenasaõ por naõ auer juis de fora nesta villa e Bertholameu Barreiros Baracho e Belchior Homem de Carualhosa outrosy uereador e João Botado de Almeida procurador do Conselho», a João Botado de Almeida morador na sua quinta da Ribeira, termo desta vila, e Sebastião de Almeida, na mesma vila morador, eleitos procuradores as Côrtes convocadas por El-Red D. João IV para a cidade de Lisboa, para o dia 20 de Janeiro de 1641.

Testemunhas: Francisco Botelho Machado, escrivão da Câmara e Domingos Alvares, porteiro da mesma.

Escritura de 12 de Janeiro de 1641.

Mesmo livro, fls. 57 verso.

**314**

Procuração que deu Ana Borralho, mulher de Miguel Pereira Borralho, fidalgo da Casa Real e comendador de Cristo, moradores na sua quinta da Choupana dos Galos, na Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras, ao dito seu marido, para que este em seu nome possa vender o juro que ela tem no Almoxarifado de Setubal, às pessoas a quem quizer e pelo preço que se combinar.

Escritura de 23 de Janeiro de 1641.

Mesmo livro, fls. 66.

**315**

Venda que fez Luiz Botelho Trigueiros, capitão de infantaria espanhola, morador em Lisboa, por seu procurador Francisco Leal, de uma vinha situada no limite da vila de Torres Vedras, aonde chamam as

*Covas,* a Francisco Martins de Sousa, alfaiate, morador na citada vila, pelo preço de 18$000 reis.

Escritura de 9 de Março de 1641.

Mesmo livro, fls. 91.

**316**

Testamento de Alvaro da Rocha de Gouveia, morador na quinta da Portuxeira, termo da vila de Torres Vedras, pelo qual institui seu universal herdeiro e testamenteiro a seu sobrinho Alvaro da Rocha de Gouveia, morador em Lisboa.

Manda-se sepultar na igreja de Matacães, do dito termo donde é freguês, junto ao altar de N. Senhora do Rosário e quer que seu corpo seja amortalhdo no habito de S. Francisco e lhe façam três oficios de nove lições e no dia de seu enterramento se dê de oferta seis alqueires de trigo e dois almudes de vinho, pelo oficio de corpo presente e pelos outros dois se dará de cada um 5 alqueires de trigo e 2 almudes de vinho; mais determina se digam na dita igreja 10 missas rezadas com responso sobre a sua sepultura.

Escritura de 24 de Junho de 1641.

Mesmo livro, fls. 132 verso.

**317**

Dote que fez João Botado de Almeida, cavaleiro-fidalgo da casa real, morador na sua quinta da Ribeira de Manjapão, termo da vila de Torres Vedras, de 1.000 cruzados constituido pelo *casco* (nucleo) da dita quinta e courela anexa, para efeito de casar com sua prima Inês Trigueiros, filha de Rafael Botado de Almeida, já falecido, e de Vicencia Bernardes de Medeiros.

Testemunhas: António Botado de Almeida e André Botado de Almeida, moradores no lugar da Ponte do Rol.

Escritura de 13 de Agosto de 1642.

Livro de 5 de Julho de 1642 a 7 de Janeiro de 1643, fls. 19.

## 318

Procuração que deu João Botado de Almeida, morador na sua quinta da Ribeira de Manjapão, filho de Acácio Botado de Almeida, o qual «vindo da India chegara a este Reino no anno de mil e seiscentos e desasseis annos aleijado do braço esquerdo», a Afonso Munhoz e Manuel Dias da Paz, moradores na cidade de Goa, para que estes em seu nome possam renunciar «em huma pessoa apta e sofficiente conforme a patente e aluara de renunsiassaõ de sua magestade» o cargo de Juiz da Alfandega da dita cidade.

Testemunhas: Francisco do Rego Gorjão e João Botado de Almeida, sobrinho do outorgante, ambos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 13 de Novembro re 1642.

Mesmo livro, fls. 105.

## 319

Procuração que deu Joana de Avelar, viuva, moradora em Torres Vedras, a seu filho Francisco de Carnide Sottomayor para que este em seu nome possa tomar posse dos bens que lhe ficaram por morte de seu irmão António de Valadares.

Escritura de 27 de Janeiro de 1643.

Livro de 10 de Janeiro de 1643 a 24 de Setembro de 1643, fls. 15 verso.

## 320

Procuração que deram Luis de Azevedo da Silveira e Mariana de Azevedo, sua mulher e Beatriz de Carvalhosa Palhavã, sua mãe e sogra, moradores no lugar do Gradil, termo da vila de Torres Vedras, ao dr. Fernão de Matos de Carvalhosa, desembargador dos Agravos, morador em Lisboa, para que ele em seus nomes possa fazer uma escritura de «hum moyo de trigo a retro aberto», que vendem a Belchior Fernandes e a Cecilia Duarte, sua mulher, moradores em Lisboa.

Escritura de 10 de Fevereiro de 1643.

Mesmo livro, fls. 25 verso.

**321**

Procuração que deu Maria Cabreira, moradora em Torres Vedras, ao padre Frei Miguel da Luz, prior do convento de Santo Agostinho da dita vila, para que este em seu nome possa concertar-se com o padre Paulo da Costa, da Companhia de Jesus, procurador da Provincia do Brasil, sobre o pagamento de 3.000 cruzados «que a ditta Prouincia do Brasil tras a Resaõ de juro».

Escritura de 14 de Fevereiro de 1643.

Mesmo livro, fls. 28.

**322**

Procuração que concedem Luisa do Rêgo, «dona ueuua do lecenceado Francisco Botelho» e seus filhos maiores e emancipados Mariana Botelho e Jacinto do Rêgo, moradores no lugar do Maxial, termo de Torres Vedras, a seus filhos e irmãos Francisco Botelho e Manuel do Rêgo, moradores em Lisboa, para que estes em seus nomes possam «geralmente onde com esta procuração se acharem procurarem e requerem alegarem e defenderem todo seu direito e justiça em todas as suas causas pleitos e demandas» e em especial na que trazem com os herdeiros do padre Francisco Alves, falecido, morador que foi em Tagarro.

Dizem mais que lhes davam poderes para celebrarem uma escritura de derrogação com Rui Correia Lucas.

Testemunhas: o padre António Rois e Bento Machado, ambos moradores no Maxial e Domingos Fernandes, criado do tabelião e Tomé dos Rios Trigueiros, morador em Torres Vedras.

Escritura de 1 de Março de 1643.

Mesmo livro, fls. 35.

**323**

Procuração que deram D. Diogo de Cardenas e sua mulher D. Ana Francisca Colon de Portugal, visinhos da cidade de Madrid, presos à ordem de El-Rei, no castelo de Torres Vedras, a João Francisco de Frias, morador em Lisboa, para que este possa em nome de ambos, tomar da mão de Diogo Fernandes da Rocha, morador na dita cidade de Lisboa, a quantia de 640$000 reis à razão de juro.

Testemunhas: o alferes João Machado e Diogo del Campo, criado do dito D. Diogo.

Escritura de 3 de Junho de 1643.

Mesmo livro, fls. 98 verso.

## 324

EM NOME DE DEUS AMEN. Sabam quoantos esta cedulla de testamento virem que Eu Catherina Serram Borges dona viuua do Capitam Lopo Carvalho moradora nos meus Casais darea termo da villa de torres Vedras faço estando eu em cama com todo o meu siso Juizo e entendimento prefeito que Deus me deu considerando como a ora da morte he muy incerta, e não sabendo quoando sera a minha, quis despor de minhas cousas pera descargo de minha consciencia, pella maneyra seguinte — Primeiramente encomendo minha alma nas mãos de nosso Senhor Jesus Christo que a criou e redemio com seu precioso sange, e pella a uirgen da Conceiçaão minha Senhora e auogada dos pecadores que ella com todos os Santos, e santas do ceo queira ser minha entersessora diante do seu precioso e bendito filho pera que me perdoe meus pecados esseia seruido leuarme a gloria e benauenturansa pera que foi Criada. Item quero que meu Corpo seia amortalhado no abito dos capuchos de nossa Senhora dos Anjos e per sima delle ira o abito do benauenturado Sam francisco do Conuento de Santo Antonio de Varatojo. Item mando que meu Corpo seja sepultado no Carneiro de minha quapella de nossa Senhora da Conceição que esta dentro da matris e parrochial Igreja de Saõ Pedro da dita villa de torres. uedras. Item quero que leuando me deos nestes meus quasais darea aonde ao Presente estou de morada acompanhem meu Corpo athe a Igreja matris de Saõ Migel que esta na entrada da dita villa quoatro sacerdotes com suas sobrepelizes e quada hũ con sua Tocha, e hũ dos quais sera o padre Cura de Saõ Pedro da Cadeira meu Parrocho e outro o padre Felix Henriques, meu Capellaõ e os outros dous nomeara o meu Testamenteiro e lhe dara de esmolla a cada hũ dos ditos padres o que lhe parecer. Item mando que da dita igreja de Saõ Migel seja meu Corpo leuado a sepultar na Tumba

da Irmandade da Santa Casa da Misericordia e me acompanhara a ditta Irmandade per meu marido que Dˢ tem auer sido Irmaõ da ditta Casa, e asim acompanharaõ meu Corpo os Relligiosos de Saõ francisco de Santo Antonio de Varatojo, e lhe dara de esmolla o meu testamenteiro pello Abito e acompanhamento, Tres mil reis. Item mando que alem dos Clerigos da Igreja de Saõ Pedro acompanhem meu Corpo, des Clerigos que meu testamenteiro nomeara, e dara hũ tostão de esmolla a cada hũ. Item mando que acompanhem meu Corpo as sinco confrarias da dita Igreja de Saõ Pedro, esse dara de esmolla, a Confraria do Santissimo Sacramento mil reis, e a cada hũa das outras hũ cruzado, e asim mando que acompanhem meu Corpo todos os pobres que se acharem presentes esse dara a cada hũ huã vella e hũ uitem. Item mando que se leue de oferta com o meu Corpo, hũ quoarteiro de trigo e ssete almudes de vinho, e que loguo nos primeiros tres dias seguintes depois de meu enterramento me façaõ tres oficios de noue liçois, e sera cada hũ delles ofertado com hũ quoarteiro de trigo e ssete almudes de vinho, e hũ destes officios me faraõ os Padres de Saõ francisco de Varatojo e diraõ todos os que uierem ao officio missa pella minha Alma e lhe daram de esmolla Tres mil reis por missas e oficio, e os outros dous officios me diraõ os padres da dita igreja e todos estes tres oficios seraõ dittos na dita igreja.

Item mando que desde o dia que deos for seruido de me leuar da uida presente se diga cada dia hũa missa cotodiana perpetua com seu Responso sobre minha sepultura pera sempre the o fim do mundo no Altar da dita minha capella por minha Alma e pella Alma de meu marido Lopo Carualho que Dˢ tem, e depois que nosso Senhor for seruido que minha alma e a do dito meu marido esteiaõ na gloria onde lhe naõ saõ nesessarios os ditos sufragios Aplico a dita missa cotodiana pella mais desamparada Alma que estiuer no fogo do purgatorio sucesiuamente hũa apos outra de modo que sempre a dita missa cotodiana pellas Almas desamparadas do purgatório e auendo muitas igoalmente desamparadas Deus nosso Senhor aplicara a dita Missa cotodiana pella Alma que mais for seu santo seruiço e o Capellaõ que disser a ditta missa cotidiana e as mais que lhe sucederem aueram de esmolla em cada hũ Anno pera todo sempre the o fim do mũdo, os trinta mil cento essasenta essete res de juro que tenho comprados em dous padrões

hũ delles de noue mil setecentos e trinta res assentados no almoxarifado da villa de Alenquer, e outro de vinte mil quatro centos e trinta essete res asentados na Casa das Sisas dos panos da Terra que se chama a Casa dos Sinco dalfandega da Cidade de Lisboa os quoais trinta mil cento essesenta e ssete res de juro de renda em cada hũu Anno todos asim redondamente asentados nas ditas Casas e almoxarifados e em outras quoaisquer que seja auera em cada hũ Ano pera sempre osseu sellario e ordenado o capellaõ que disser a dita missa cotidiana e allen disto declaro que eu tenho hũas Casas grandes com seus quintais que foraõ de meus Antepassados e as erdey de minha Irman Maria de Valladares que mas deixou pera dellas fazer o que me parecesse e parte destas Casas são foreiras aos frades de bal bemfeito e sse lhe paga de foro em cado hũ Anno dous mil reis de foro enfathiosin pera sempre as quoais Casas partem com Casas de Gaspar Cardoso Tabelliaõ do judicial da dita villa e de outras partes com Casas minhas foreiras ao mosteiro de Alcobaça e com Rua publica que vay pera a Igreja de Santa Maria do Castello e com quem mais de direito deuaõ e aiaõ de partir as quoais Casas com seus quintais todas redondamente asim como as pessuo deixo pera todo o sempre athe fim do mundo pera morada de meu Capellam e de os mais Capellais que sucessiuamente huũs apos outros sucederem na dita Capella com tal condiçaõ que elles ditos Capelais seraõ obrigados a pagar os ditos dous mil res de foro em cada hũ Anno e de trazerem as ditas casas muito bem concertadas e repairadas a sua custa fabricandoas de todo o nessessário de modo que possão morar nellas com boa comodidade e peso por merce ao Senhor prouedor da Santa Casa da Misericordia da dita villa e a todos os mais que lhe sucederem que hũa ues no anno uaõ vesitar as ditas casas e ueiaõ se lhes falta alguma cousa pera seu repairo e obrigem aos ditos Capelais e Repairallas e naõ o querendo elles fazer ou sendo nisso remissos os ditos Senhores prouedores os mandaraõ repairar de todo o que lhe faltar a Custa dos ditos trinta mil e tantos res de juro que os ditos Capellais seraõ obrigados a leuar em conta sem abaterem nem demenuirem por ellas no numero das missas que tem obrigaçaõ de dizer e hũ Caixaõ grande que tenho nas ditas Casas ficara nellas pera uso e seruiço dos ditos Capellaes. Item mando que os Capellaes da dita Capella sejaõ os dous filhos de pero henriques do

Ramalhal sucessiuamente hũ apos outro precedendo primeiro o padre felix henriques a sseu irmaõ o padre Manoel pedroso e a gozem em suas uidas somente da maneira que dito tenho sem della poderem ser tirados com condiçaõ que quoalquer delles que a seruir seraõ obrigados a uiuer na dita villa de Torres Vedras pera dizer a dita missa cotodiana e per morte do derradeiro dos ditos Padres filhos de pero henriques mando que todos os annos per uespera de Saõ Joaõ Bautista se ajuntem na dita Igreja de Saõ Pedro onde esta a minha Capella o Reuerendo prior que ao tal tempo for da dita Igreja de Saõ Pedro e o Prouedor da dita Casa de Santa Misericordia da dita uilla de Torres uedras e ambos juntos ellegam o capellaõ que naquelle anno ade seruir a dita Capella o qual sera Clerigo de missa Christaõ velho sem raça de mouro nẽ de christaõ nouo e outrosi sera pessoa de boa vida e costumes e naõ sera beneficiado nẽ Iconimo em nenhuã das Igrejas da dita villa nẽ tera outro quoalquer Cargo que tenha obrigaçaõ de missas e naõ concordando os ditos Prior e prouedor da Misericordia na elleiçaõ do dito Capellaõ neste caso sera chamado pera terceiro o prouedor desta Comarca e dos Capelaães que os ditos Prior e prouedor da Misericordia nomearem escolheraõ hũ quoal lhes parecer mais idonio e esse auera a dita Capellania e a seruira por aquelle anno somente que começara por dia de Saõ Joaõ Bautista e acabara por uespera de outro tal dia do Anno seguinte e este modo de elleger os Capellães que ãde seruir a dita Capella se goardara sempre athe o fim do mundo per coanto he minha uontade que os ditos Capellães seiaõ apresentados em cada hũ Anno e naõ quero nẽ he minha uontade que sejaõ prepetuos se naõ somente os ditos padres felix henriques e seu irmaõ Manoel pedrosa. Item deixo per administrador da dita minha Capella a mensa da Santa Casa da Misericordia da villa de Torres Vedras a saber os senhores prouedor e irmãos que nella seruirem ao tempo de meu fallecimento e assim mais todos os q̃ lhe sucederem de modo que pera sempre athe o fim do mundo sera sempre a dita minha Capella admenistrada pellos ditos senhores Prouedor e irmaõs que seruirem na dita mensa da misericordia e asim mando e quero que a Custa de minha fazenda façaõ empadroar e por na cabeça da dita Santa Casa da Misericordia os dous padrões de juro asima dittos e declarados que deixo aplicados pera o paga-

mento e Cellario do meu Capellaõ e Capellães que pello tempo aodiante sucederem e seruirem a dita Capella o quoal juro a dita Santa Casa e mensa da Misericordia Prouedor e Irmaõs como dito he que pello tempo seruirem seraõ obrigados a cobrar a arecadar asim como se for uencendo e a fazer os pagamentos ao dito meu Capellaõ com muita pontualidade como delles espero e os gastos que se fizerem na cobrança do dito juro seraõ todos a custa do dito meu Capellaõ sem que a dita Casa e mensa da Santa Misericordia faça na dita cobrança despesa alguma nẽ o dito meu Capellaõ podera abater nas missas a dita despesa se naõ que sempre sera obrigado a dizer a ditta missa cotodiana todos os dias e pello trabalho que a dita Santa Casa e mensa da misericordia ha de ter na dita admenistraçaõ e cobrança de juro e pagamentos que delle hade fazer lhe deixo hua peça de fazenda de Raiz que bem renda quoatro mil res em quada hu Anno ou o dinheiro pera se comprar a quoal peça naõ podera nunca ser uendida de que se fara termo no liuro da Casa pera a todo o tempo constar que deixo a dita peça com o dito emcargo e declaro q̃ Pero Ribeiro morador na Cidade de lisboa fez hũ estromento de dote per procuraçaõ minha no paço dos tabelliães na Cidade de lisboa nas notas de Antonio Lopes de barbuda taballiaõ de notas na dita Cidade aos uinte e noue de janeiro de mil e sseis centos e trinta essete annos no quoal estromento obrigou em meu nome pera a fabrica da dita minha Capella huas terras de pam que eu tenho e pessuo que estaõ aonde chamaõ a Chambona termo da dita villa de torres vedras que rendem trinta alqueires de pam em cada hũ anno e galinhas e asim obrigou mais pera a dita fabrica huas Casas piquenas que estaõ na Rua que vay pera Santa Maria que rendem dous mil res em cada hũ Anno e eu ratefico e hey por bom o ditto estromento de dotte e quero que valha asim como nelle se contem e pellas ditas duas peças e rendimento dellas sera a dita Capella fabricada de todo o nessessario a qoal fabrica sera admenistrada pello juis e mais oficiais que seruirem a dita Confraria de nossa Senhora da Concepçaõ que orago da dita Capella e percoanto a dita Confraria he pobre e naõ tem mais que as esmollas dos fieis cristaõs que no que os sobejos da dita fabrica se os ouuer sejaõ pera os gastos das completas dos Sabados da quaresma que todos os

annos se fazem na dita Confraria pera que se naõ perca tam Santo e louuauel costume. Item mando que na dita minha Capella seteja pera todo o sempre hũa alampada aseza de dia e de noite pera o que a Santa Casa da Misericordia da ditta villa de Torres vedras dara todos os annos tres Cantaros de azeite e ao Thezoureiro que seruir na dita Igreja sinco tostõis em cada hum anno pello trabalho que hade ter de asender e lauar a dita alampada. Item declaro que eu tenho já comprado hũ Calix de prata sobre dourado com sua patina pera ajuda da dita Capella e missa cotodiana della e sse eu em minha uida naõ comprar os mais guisamentos nessessarios pera a dita Missa cotodiana mando que meu Testamenteiro compre duas vestimentas das Sedas que lhe parecer hũa negra pera as missas ordinarias e outra branca com todos os mais guisamentos nessessarios. Item deixo por minha uniuersal erdeira a ditta Santa Casa da Misericordia da dita villa com obrigaçaõ que dos rendimentos da fazenda que se achar dara os ditos tres Cantaros de azeite em cada hũ Anno pera sempre pera estar aseza a lampada da dita minha Capella e os sinco tostõis pera o thesoureiro na forma que ditto tenho e asim mais sera obrigada a ditta Santa Casa a mandar dizer todos os annos pera sempre quarenta missas pella alma de meu pay e de minha may e outras quarenta pella Alma de minha filha Joanna Serram e outras uinte missas pella alma de minha yrmã Maria de Valladares as quoais missas o prouedor e yrmaõs da dita Santa Casa da Misericordia da dita villa de Torres uedras que pello tempo forem mandaraõ dizer todos os annos no Conuento de Santo Antonio de Varatojo pellos relligiosos delle e lhe daraõ de esmolla pellas ditas missas des mil res em cada hũ Anno e entre os bens de Rais que tenho que deixo a Santa Casa da Misericordia são hũas Casas e uinhas e terra no lugar da pedra que erdey de minha yrmã Maria de Valladares e hua orta pumar com casas na villa de torres uedras a fonte dos canos na freguesia de São pedro que tras arendada Martim gomes em seis mil res e tem a dita orta de obrigaçaõ hũa missa Cantada em cada hũ Anno no outauario da pascoa na dita Igreja de Saõ Pedro pella qoal se pagam duzentos res.

Item hum oliual que esta em Alconde alem da ponte de Saõ Migel que he foreiro em vidas a Igreja de Santa Maria da ditta villa do qoal se paga de foro que consta pella escretura no quoal oliual

eu sou segunda vida. Item mais huas Casas na dita villa foreyras ao mosteiro de Alcobaça de que se paga noue uintens e hũa galinha que estaõ na freguesia de Santa Maria nas quoais Casas em sou terceira uida e asim mais hũas uinhas aonde chamaõ Rendeira limite da granja foreyras a afzenda que foi de Dom Joaõ Soares, as quoais propiedades foreyras e o direito da inouação dellas nomeyo na dita Santa Casa da Misericordia pera que ella possa uendellas e o direito da inouação a quem lhe comprar e a pessoa que lho comprar e pedir dos direitos senhorios e o dinheiro do preço empregaraõ o Prouedor e irmaõs da dita Santa Casa em bens liures. Item mais hũ foro de sincoenta alqueires de trigo a retro que comprey a Luis de Ceyta da Cachiaria e outras propiedades que tenho no lugar de Runa e sseu limite fora das da Capella de Afonso Jacome as quoais bens todos com os mais que se acharem que por qualquer via me pertençaõ deixo a dita Santa Casa da Misericordia com as ditas obrigações assima e o Remanecente da Renda delles se gastara nas despesas da dita Santa Casa os quoais bens nunca em nenhũ tempo poderaõ ser uendidos nẽ por outro quoalquer modo alleados.

Item declaro que eu tenho hũ prazo dos Casais darea e zimbral foreyros em uidas a Igreja de Saõ Miguel da dita villa de Torres uedras de que se pagaõ de foro sinco moyos de pam meado e oito galinhas e sou no dio prazo a Terseira uida por nomeaçaõ que em mim fez Lopo Carualho meu marido nomeyo o direito da renouaçaõ do dito prazo tudo quoanto nelle tenho no Reuerendo Prior da dita Igreja de Saõ Pedro Manoel de uasconcellos pera que elle peça e possa pedir renouaçaõ do dito prazo aos Reuerendos prior e beneficiados da dita igreja de Saõ Migel ou a quem por direito pertencer aos quoais peço lhe façaõ innouaçaõ e emprazamento entre uidas e ssera obrigado o dito Reuerendo Manoel de Vasconcellos tanto que for passifico possuidor do dito prazo dar a pedro Ribeiro morador na Cidade de lisboa setenta mil res que lhe deixo de amor e graça e naõ querendo o dito Reuerendo prior M.el de Vasconcellos aceitar a renouaçaõ do dito prazo neste caso nomeio ao parente mais chegado da parte de minha may que uiuo for a hora de minha morte pera que elle possa pedir a renouaçaõ delle a dita Igreja de Saõ Migel assi e pella mesma maneira que dito tenho e o podera fazer o dito Manoel de Vasconcellos e auendo

muntos parentes em igoal grau precedera o macho a femea e o mais velho aos demais e quoalquer delles que ouuer o ditto foro so sera obrigado a dar ao dito Pero Ribeiro os ditos setenta mil res pello modo q̃ dito tenho e outrosim declaro que se por direito eu naõ podia nomear o oliual dalconde foreiro a Igreja de Santa Maria e as uinhas e Casas foreiras que asima deixo a dita Santa Casa da Misericordia as naõ podia nomear na dita Casa conforme o direito ou os Senhorios dellas o Recusarem neste Caso as deixo e nomeyo no dito Reuerendo Prior de Saõ Pedro Manoel de Vasconcellos ao quoal peço uenda as ditas propiedades e o dinheiro dellas entrege a dita Casa da Misericordia pera o empregar em bens liures que rendaõ pera a dita Casa na conformidade que dito tenho declaro que eu fui Casada com o dito Lopo Carualho e de entre ambos naceo Maria Serram Borges nossa filha a quoal he viuua e por se casar sem nossa licença sendo menor de vinte e sinco annos e contra nossa uontade com Bertholomeu pacheco e inferior em calidade a dita Maria Serram e a pessoa com quẽ nos a podiamos casar ficou ella deserdada por esse mesmo feito e por outras causas bastantes dos bens do dito seu pay e meus conforme a ley do Reyno pera naõ erdar nem suceder nelles e nos per tal o declaramos e muemos sobre a dita deserdaçãõ demanda e vltimam.te o dito Lopo Carualho no testamento que fes e debaixo de cuja deposissaõ falleceo deserdou a dita Maria Serram pello dito feito de se casar contra sua uontade sem sua licença sendo menor e e pellas mais clausullas declaradas do dito Testamento em o quoal me deixou por sua erdeira vniuersal e eu aceitey a erança a beneficio de enuentaria que fis na villa de Torres uedras per cujo resepeito a dita Maria Serram he incapas de erdar os bens do dito Lopo Carualho e meus nem suceder nelles e eu ratefico a dita deserdaçaõ e se necessario he de nouo a hey por deserdada e deserdo a dita Maria Serram minha filha por se auer casado sendo menor de uinte e cinco Annos sem minha licença nem do dito seu pay e per outrosi ella e o dito seu marido auerem formado contra mim artigos tam infames e defamatorios que se mandaraõ riscar pella Rellação e pellas demais cousas conteudas e declaradas na dita demanda de deserdaçaõ as quoais todas aqui hey por expressas e declaradas de uerbo a uerbum asim como se contem e como se de cada hũa dellas fizera expressa e declarada men-

çaõ da quoal demanda he escriuaõ esteuaõ de Abreu pello que naõ podera a dita Maria Serram minha filha erdar nada de meus bens nem prazos nem nomeaçoins nẽ outras quoaisquer auçõis q̃ por direito lhe pertenssem digo que por direito lhe pudessem pertencer.

Deixo a dona Caterina da Silua minha sobrinha o meu cobertor uermelho com sua barra de veludo e a minha colcha branca e hũ pauilhaõ de pano de linho nouo dos dous que tenho e em lugar do pauilhaõ que lhe deixaua lhe deixo o Cofre chapeado da Caixa encourada. Item mando que os mouens de minha casa se repartaõ por minhas Criadas que me seruem e seruiraõ a saber Britis domingas e Isabel e Joanna franca e domingas fernandes e Maria Simoa a quoal repartiçaõ fara meu Testamenteiro aventejando a Britis domingas a quem tenho mais obrigaçaõ e peço per merce ao Reuerendo prior Manoel de Vasconcellos que fara tudo como delle espero e sera crido per sua uerdade nas despesas que diser que fes em meu testamento e por aquy hei este meu testamento per acabado o quoal quero se cumpra e goarde em juizo e fora delle e se naõ valler como testamento quero que valha comº condicilho ou desposiçaõ de vltima uontade na milhºr forma uia como do que em direito possa ser e aja lugar e por este reuogo e hei por reuogados todos os demais testamentos Cedullas mandas e Condicilhos que antes deste por palaura ou por escrito tenha e aja feito e nomeaçois e quoaisquer outras desposiçois e ultimas uontades e naõ quero que valhaõ nẽ tenhão força nẽ vigor posto que tenhaõ algumas palauras salmos oraçois em latim ou em lingoagem ou outras quoaisquer clausullas das quoaes seja necessario fazerce neste testmento expressa mençaõ pera efeito de serem reuogadas das quoaes naõ estou lembrada e ssem embargo disso as hei neste testamento por expressas e declaradas de uerbo ad uerbum asim como nelles se contem e ssem embargo das ditas Clausullas as reuogo a todas e sso quero que valha este testamento e juntamente hũ estromento de testamento qne de comum conformidade fizemos eu e o dito Lopo Carualho meu marido nas notas de Jorge leal taballiaõ que dellas foy na villa de torres uedras nasquellas cousas somente que naõ forem contrarias a este meu testamento e per eu estar em Cama e ser enferma a maõ direyta pera cuja causa naõ posso escreuer pedi a Bernardo da Silua de Azeuedo taballiaõ de notas na dita villa de Torres uedras que este

meu testamento escreusse e por mim asinasse o qoal estromento eu sobredito Bernardo da Silua de Azevedo escreuy a rogo da Testadora e depois de escrito lho li todo de uerbo ad uerbum e o asiney por ella e a seu rogo feito nos Casais darea termo da dita villa de torres uedras em as pousadas e morada da Testadora aos uinte e tres dias do mes de Agosto de mil e sseis centos e quarenta e dous annos.

Item declaro que se algumas das propiedades nomedas naõ saõ mynhas nem me pertenceram naõ as deixo a misericordia somente lhe deixo aquillo que se achar que he meu e tambem diguo q̃ a dita minha Capella de nossa senhora da Conceição se fabricara per ordẽ da dita Santa Casa e per lhe fabricarem a dita Capella lhes deixo as peças que deixaua pera a fabrica.

Item declaro que a dona Caterina da Silua minha sobrinha lhe deixo somente o dito cobertor uermelho asima declarado e hũa Cofre de sintas de ferro com hũ Colchaõ vasio que nunca foy deitado em cama. E declaro que estas peças lhe deixo e naõ as outras atras nomeadas. Item deixo a dona Camillia da Silua sua irmã hũa arca encourada e hua colcha branca. Item declaro que os mouens que mando se partaõ por minhas criadas se repartaõ tambem por Domingas de Macedo e Maria da fonseca filha de Domingos da Vasa e outrossi delcaro que se naõ comprara pera a dita Capella mais que hua vestimenta e duas arcas com todas as mais pertensas e guisamentos necessarios pera se dizer a dita Missa Cotodiana as quoais declaraçois eu sobredito Bernardo da Silua de Azeuedo fis a Rogo da dita testadora e lhas li e disse que estauaõ boas e a uontade e asiney por ella no dia mes e anno atras declarado. Asino a rogo da testadora por ter a maõ direita enferma. Bernardo da Silua de Azeuedo.»

Este testamento foi aprovado aos 23 dias do mês de Agosto de 1642, pelo tabelião já referido, em presença das testemunhas Domingos Rol, barbeiro, morador no lugar da Silveira, Antonio Francisco, lavrador, morador no Casal do Zimbral, Pero Rol, carpinteiro, morador na Silveira, Afonso Lopes, lavrador, morador no Casal de Monte Ferreiro, Afonso Francisco, criado de Catarina Dias, morador nos Casais

da Areia e Salvador Fernandes, lavrador e morador no dito Casal, tudo do termo da vila de Torres Vedras.

Em 31 de Outubro de 1643, o Padre Francisco Mendes, clerigo de Missa e Economo da igreja de São Pedro de Torres Vedras, apresentou-se nas pousadas de João Trigueiros Pereira, que ao tempo servia de juiz de fora pela ordenação, por ser vereador mais velho, com o citado testamento, para efeitos de abertura, o que se fez «perante muitas pessoas que se achauaõ presentes ...».

Por despacho do Corregedor da Comarca de Torres Vedras e a requerimento do testamenteiro Padre Manuel de Vasconcelos, Prior da Igreja de São Pedro, foi o documento referido lançado nas notas do tabelião António dos Rios, por Tomé Rois Jacome, que então servia de tabelião publico, o qual devolveu o original ao testamenteiro Padre Manuel de Vasconcelos.

Livro de 27 de Setembro de 1643 a 18 de Fevereiro de 1644, a fls. 48.

## 325

Compra de 10 alqueires de trigo, a retro aberto, que fez o alferes Fernão Parvi de Brito, morador em Torres Vedras, a Beatriz Alvares, moradora na Ribeira de Pedrulhos, termo da dito vila.

Escritura de 4 de Abril de 1644.

Livro de 25 de Fevereiro de 1644 a 10 de Janeiro de 1645, fls. 7.

## 326

Arrendamento que fez D. Alonso de Buitrago, fidalgo da Casa Real e cavaleiro-professo na Ordem de Avis, morador em Lisboa, por seu procurador o capitão Tomé dos Rios Trigueiros, de umas terras no lugar da Fonte Grada, termo da vila de Torres Vedras, a Agostinho Ribeiro.

Escritura de 30 de Abril de 1644.

Mesmo livro, fls. 34.

## 327

Distrate que fazem Guiomar do Rêgo, filha do licenciado Gonçalo da Silva, médico, e seu marido Fernão Parvi de Brito, moradores em Torres Vedras, da importancia de 120$000 reis que haviam emprestado a António dos Rios e sua mulher Catarina da Rocha Trigueiros, conforme escritura celebrada nas notas do tabelião Bernardo da Silva e Azevedo, em 5 de Agosto de 1642 e que estes representados por seu filho o capitão Tomé dos Rios Trigueiros, pagavam agora com os respectivos juros, de que os mutuários deram «loguo plenaria e final quitaçaõ» libertando os bens de raiz que para o efeito estavam hipotecados.

Testemunhas: o dito licenciado Gonçalo da Silva e Domingos Francisco, trabalhador, ambos moradores na citada vila.

Escritura de 3 de Setembro de 1644.

Mesmo livro, fls. 122.

## 328

Contrato de amigavel composição, entre Beatriz Henriques, moradora na sua quinta da Portuxeira, viuva de Alvaro da Rocha de Sousa e o sobrinho deste Alvaro da Rocha de Gouveia e sua mulher Maria de Almeida, acerca dos bens deixados pelo dito seu marido de que eles são herdeiros universais por morte dela.

Escritura de 18 de Dezembro de 1644.

Mesmo livro, fls. 133 verso.

## 329

Doação e nomeação que fez Maria Serrão Borges, viuva de Bartolomeu Pacheco de Sande, cavaleiro-fidalgo, moradora em Torres Vedras, de certos prazos ao dr. José de Matos de Carvalhosa.

Escritura de 10 de Janeiro de 1645.

Mesmo livro, fls. 181 verso.

# COLECÇÕES DE ARMAS, E EQUIPAMENTOS, MODELOS E MINIATURAS MILITARES

pelo sócio efectivo

*Gabriel da Rocha Souto*

## 1. DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DESTA 1.ª COMUNICAÇÃO

AS minhas primeiras palavras são de respeitosas saudações a todos V.as Ex.as, e de agradecimento pelo honroso encargo da presente comunicação, cujo convite me foi transmitido pelo Sr. Dr. José Timóteo Montalvão Machado, Dig.mo Secretário-Geral desta Insigne Associação.

Conforme foi prèviamente anunciado, este modesto trabalho tem por tema geral as «Colecções de Armas, Equipamentos, Modelos e Miniaturas Militares» e constitue por isso uma primeira tentativa de trabalho científico — histórico, arqueológico, e artístico — sobre tão interessantíssimas matérias, no nosso País, onde nada ou quase nada encontro escrito sobre o assunto.

Tanto quanto chega ao meu conhecimento — através dos estabelecimentos de venda de artigos militares que frequento há mais de vinte anos — são numerosos os Coleccionadores Portugueses da especialidade, mas desconhecem-se entre si, e não tem havido qualquer tentativa de aproximação, e de estudo sistematizado, nem entre nós existe qualquer Associação, quaisquer Livros, ou mesmo publicação periódica, Boletim ou Magazine, — como tantos e tantos que existem

no Estrangeiro — sobre Colecções e estudo de Armas, Equipamentos, Uniformes, Modelos e Miniaturas Militares.

Ora, sucedendo que o estudo de tais objectos, e valores, históricos, arqueológicos, e artísticos, se enquadra — em Portugal — no âmbito da Secção de História da Veneranda Associação dos Arqueólogos Portugueses — vou realizar, com a presente Comunicação, uma primeira tentativa no sentido de um melhor conhecimento e elucidação dos Coleccionadores Nacionais, e do importantíssimo estudo de armas, objectos, e valores militares, que todos os dias se perdem definitivamente (e até se queimam e deitam para o lixo), e que podiam ser salvos e estudados — como na maior parte dos demais Países cultos da Europa e das Américas — a bem do Património Histórico, Arqueológico, e Artístico Nacional.

Agradeço, pois, antecipadamente, todas as ofertas e indicações, de objectos, de livros, e de quaisquer outros documentos e elementos de trabalho, — que me permitam a continuação do estudo sério e ponderado dos valores militares portugueses e estrangeiros.

Como já disse, há mais de vinte anos que venho adquirindo, coleccionando, e estudando, este interessantíssimo assunto das armas, equipamentos, modelos e miniaturas militares.

Trata-se de uma forma de estudo apaixonante, em que o investigador começa, por vezes — como no meu caso — pela leitura e obtenção de Livros e outros documentos, sobretudo Memórias, e Depoimentos, sobre acontecimentos históricos e militares de grande projecção (tais como a Grande Guerra, de 1914-1918, ou a Guerra Mundial de 1939-1945), elementos que reune em Biblioteca; e em que, subsequentemente, se vai sentindo progressivamente atraído pela colecção, e pelo estudo científico, e metódico, das próprias armas e objectos militares, que desempenharam preponderante ou decisivo papel no desenvolvimento de tais factos históricos e militares.

Como bem se dizia — há anos — no Prefácio do interessantíssimo «Catálogo» do «Museu da Liga dos Combatentes da Grande Guerra», de Lisboa, o estudo, colecção, e observação dos objectos militares de uma Guerra, constitue o primeiro e fundamental elemento para que possamos compreender, sentir, e «reviver» tais e tão pungentes dramas da Humanidade, em que simultâneamente se revelam as mais belas, as

mais heróicas, e as mais abnegadas qualidades de Lealdade, de Mérito, de Valor, e de Patriotismo do Homem.

Começando — ao que consta — por reunir elementos bibliográficos, Livros, Documentos, Relatórios, e Cartas, sobre o desembarque Aliado na Normandia, de 6 de Junho de 1944, para a elaboração da sua obra prima de literatura mundial, intitulada «O Dia mais Longo», o Escritor e Historiador Irlandês, universalmente conhecido e estimado, Cornelius Ryan, — acabou por reunir numa sua propriedade rural um dos mais interessantes Museus particulares, sobre documentos, e objectos, militares, do período da Segunda Grande Guerra de 1939-1945.

Este tema, da colecção e do estudo das Armas, Equipamentos, Uniformes, e Modelos e Miniaturas Militares, — é pois, simultâneamente, dos mais vastos e dos mais aliciantes da História e da Arqueologia, em todo o mundo.

Tratarei, portanto, numa outra palestra, — e com base na minha própria colecção particular — das colecções de Armas, Equipamentos e Uniformes Militares.

E delimitarei (para um melhor aproveitamento, e elucidação) o âmbito desta primeira Comunicação Histórico-Arqueológica — ao estudo da História dos Modelos de Soldados e Figurinhas Militares, desde a mais alta Antiguidade.

## 2. OS SOLDADINHOS DE CHUMBO, NOS COMEÇOS DO SÉCULO XX

Todos nós conhecemos, em crianças, o extraordinário encanto dos pequenos soldados de chumbo, com que brincámos, — mas nenhum de nós suspeitou, por certo, nem do alcance histórico e político de tais figurinhas, nem do seu futuro interesse, como objecto de estudo sério, e de colecções de Modelos de Soldados.

Existentes, — como veremos — desde a mais alta Antiguidade, os pequenos Soldados (seja como representação votiva, seja como brinquedo, seja como divertimento de adultos, seja como peça de estudo de operações e manobras militares, seja, inclusivamente, como peça funerária acompanhante da alma do defunto), têm sido esculpidos, fundidos, e fabricados nos mais diversos materiais, desde as pedras e

metais preciosos, até à madeira e ao chumbo, à porcelana e ao barro, e, inclusivamente (de forma paralela às tradicionais pombinhas de pão doce de Santarém) em bolos pintados e ornamentados para se comerem, como sucedeu em grande número de Países da Europa.

Veremos mais adiante — por exemplo — como um rato foi condenado à morte em Conselho de Guerra, na Rússia, por ter comido dois Soldadinhos de massa doce, do Czar Pedro III da Rússia, que tinha tais figurinhas em sua colecção, e em grande apreço.

Também a cera, o amido, o cartão e o papel, eram frequentemente empregados no fabrico de Soldadinhos, sendo os de papel a duas dimensões apenas, e impressos em regra sòmente de uma das faces, colados e montados em papelão ou em madeira fina recortada.

Lembro-me perfeitamente das vistosas folhas de Soldados de Papel, para recortar, Francesas, representando Couraceiros e Lanceiros a cavalo, peças e trens de Artilharia hipomóvel, Infantaria de Linha Francesa, Zuavos, e Dragões, que se vendiam nas Pepelarias e Tabacarias, até cerca de 1930, — hoje substituídas por cartolinas espanholas de Soldadinhos para recortar, pràticamente sem procura comercial, e sem venda no nosso País.

Quanto às antigas — pediram-me recentemente, num Livreiro Antiquário da Rua da Misericórdia, 100$00 por cada folha, preço injustificado e exorbitante.

Voltando, porém, ao estudo dos «Soldadinhos de Chumbo», — eles mantiveram-se à venda, em Portugal, até fins da Segunda Grande Guerra Mundial, em 1945, e fizeram as delícias da juventude das mais altas e representativas individualidades mundiais.

Winston Churchill, por exemplo, consigna em suas «Memórias», sem qualquer retraimento, a sua grande paixão pelos «Soldadinhos de Chumbo», e a grande influência que os mesmos tiveram na sua educação e vocação militares.

Com extraordinário humor britânico, Churchill, o maior Estadista de todos os tempos, e um dos mais firmes espíritos militares da História Universal, conta-nos como se inclinou para a carreira militar, por influência do seu «Jogo de Guerra» com Soldadinhos, que conservava no seu quarto, em sua infância:

« ... Estava, pois, encaminhado numa carreira militar» — diz-nos

textualmente — e esta orientação era inteiramente devida à minha colecção de Soldadinhos».

«Tinha, no fim de contas, cerca de 15 centenas de unidades; todas do mesmo tamanho, todas Inglesas, e organizadas numa Divisão de Infantaria, com uma Brigada de Cavalaria».

«Meu irmão Jack» — continua Churchill — «comandava o Exército inimigo. Mas, em consequência de um Tratado sobre a limitação dos efectivos, ele não tinha o direito de possuir senão tropas de côr, e estas não podiam ter Artilharia.»

«Muito importante, era que eu não podia ostentar mais de 18 canhões de campanha, além das peças de fortaleza».

«De resto, todos os outros serviços estavam completos, excepto um; e é desse que os Exércitos sempre se encontram carecidos: os meios de transporte.»

«O velho amigo de meu Pai, Sir Henry Drummond Wolff,» — conta ainda Churchill — «admirando o meu conjunto de Soldados, notou esta carência, e forneceu os fundos com os quais se remediou em parte.»

«E chegou um dia em que meu Pai veio, ele próprio, fazer uma visita oficial de inspecção aos meus Soldados: e todas as tropas foram enfileiradas, em ordem de ataque».

«Meu Pai passou vinte minutos a observar a cena, que era verdadeiramente impressionante e imponente».

«Por fim, perguntou-me se eu gostaria de servir no Exército — e logo respondi expontâneamente: — Sim! E pegou-me imediatamente na palavra.»

«Durante anos, pensei que meu Pai, com a sua experiência, e o seu senso, tinha discernido em mim as qualidades requeridas para um Militar. Mas disseram-me, mais tarde, que meu Pai apenas chegara à conclusão ... de que eu não era suficientemente inteligente para ser ... Advogado!»

«No entanto, pode ser que os pequenos Soldadinhos — tenham orientado, eles próprios, o curso de minha vida».

«A partir desse momento, toda a minha educação foi orientada para a entrada em Sandhurst, e, em seguida, para os detalhes técnicos da Carreira das Armas. Quanto a tudo o mais — foi-me necessário adquiri-lo ... por mim próprio.»

Os coleccionadores estudiosos de Soldadinhos em miniatura são numerosíssimos, actualmente, em todos os Países civilizados do mundo.

Escrevendo, em 1962, o seu famoso Livro «Model Soldiers», publicado em Londres em 1962, e em língua francesa, sob o título «Soldats de Plomb et Figurines», em 1963, — o grande coleccionador e estudioso inglês A. Henry Harris já então fazia notar que, mesmo vários anos antes da dita publicação, de 1962, já o número dos coleccionadores sérios de Soldados de Chumbo e de Plástico se elevava, e no mundo inteiro, a mais de 100 000 coleccionadores!

«Há alguns anos» — refere este Historiador — «avaliava-se em mais de 100 000 o número de Coleccionadores sérios de soldados em miniatura».

«Uma Sociedade americana» — diz-nos ainda textualmente — «que se dedicou recentemente a um inquérito sobre as profissões dos seus membros (coleccionadores de pequenos soldados) constatou que pertenciam a mais de 57 profissões e empregos, extendendo-se desde o Estudante ao Vendedor, do Artista ao Homem de Leis, do Psiquiatra ao Factor de Caminhos de Ferro!»

«E pesquisas recentes» — nota-o do mesmo modo — «permitiram medir a influência, pouco conhecida até agora, que esses brinquedos e pequenos modelos militares tiveram sobre a vida de determinados Grandes Homens».

«Por outro lado» — destaca-o, ainda, o mesmo autor Henry Harris — «tais pesquisas forneceram indicações sobre o fim de sua fabricação».

Tal fim tem sido, como veremos, votivo, infantil, recreativo, comemorativo, glorificador — e, até, funerário na Antiguidade, ou, lucrativo e político, nos tempos modernos.

## 3. OS SOLDADOS DE CHUMBO, EM PORTUGAL, NO SÉCULO XX, ATÉ 1945

A História dos «Soldadinhos de Chumbo» em Portugal, no século XX, — dir-se-ia perfeitamente conhecida por todos nós, mas não é inteiramente assim, pois que, de um modo geral, desconhecíamos quer a origem, quer o modo de fabrico, quer o significado de muitos dos modelos de nossa infância.

Eu nasci em Dezembro de 1924, em Santarém, e lembro-me de que, indo com meus Pais, cerca dos dois anos de idade, primeiro para a cidade de Tomar, e, depois, para a cidade da Guarda, — sempre levei de Santarém, e conservei, como meu brinquedo de estimação, um pequeno Soldado de Chumbo a cavalo, de fabrico plano e achatado, capacete de penacho, e espada na mão — já então sem base, e que eu guardava cuidadosamente debaixo da almofada, quando me deitava, à noite. Conservei-o até cerca de 1941-42, acompanhando todos os meus «Soldados de Chumbo» e brinquedos num «render da guarda» de solidariedade humana, como terei ocasião de contar ...

Cerca de 1933, eu e meus Pais fomos residir para a cidade de Setúbal, onde estudei — até 1943, ano em que viemos definitivamente para Lisboa.

Em Setúbal, meus principais brinquedos — que hoje recordo com saudade e que desapareceram, todos eles, do mercado — eram pequenos «botes», «lanchas», «escaleres», «salva-vidas», e outras embarcações, miniaturas interessantíssimas em madeira, perfeitos modelos, de trabalho certamente artezanal, e que se vendiam na loja do «Estafeta», da Rua dos Caldeireiros, a baixo preço, acessível a todas as bolsas. E, na loja do mesmo «Estafeta», adquiria periòdicamente os pequenos «Soldadinhos de Chumbo», que ali se vendiam «avulso», também a preços perfeitamente acessíveis, mesmo às mais modestas economias, como a nossa.

Havia soldados de chumbo sem pintura, mais baratos, — e soldadinhos já pintados, de preço adequado mas sempre acessível, únicos que sempre adquiri.

Certos modelos, clássicos, são inesquecíveis:

— Os Soldados de Infantaria de Linha Francesa, de capotes azuis, calça e «quépis» vermelho, e botinas pretas, marchando garbosamente em parada, ou carregando à baioneta;

— Os Soldados Alemães, com seus capacetes de bico, que então confundíamos com «Guardas Republicanos» Portugueses, devido à semelhança dos uniformes; uns marchando em parada, outros carregando também à baioneta; outros fazendo fogo de espingarda, de pé, de joelhos, e deitados; outros, ainda, em motocicletas;

— Os Marinheiros Alemães — que, pintados de branco, ou de azul, serviam indistintamente como «Marinheiros Portugueses»; marchando em parada, com seus corneteiros e oficiais; ou atacando à baioneta calada;

— As peças de Artilharia espalmadas; as granadas rebentando; e as belas e impressionantes figurinhas dos Soldados Franceses feridos, quer de pé, caindo para trás de braço levantado; quer na clássica posição do «gladiador moribundo», mas de braço levantado pedindo clemência (criação alemã);

— As bandas de música; os oficiais alemães observando ou, comandando cargas, de espada desembainhada, e erguida; ou apontando o caminho da honra; os porta-bandeiras, de estandartes ao vento, etc., etc.;

— A «Cavalaria», com cavaleiros em parada, e «lanceiros» avançando a galope; e, até, os pesados e velhos «tanks» da 1.ª Grande Guerra — tudo de fabrico «espalmado», a duas dimensões;

— Havia, ainda, os «peles vermelhas» (que então se não chamavam «índios», como actualmente se generalizou designá-los).

Todos estes Soldados a pé mediam cerca de 5 cms. de altura — e os cavaleiros eram proporcionalmente mais altos, e da mesma escala.

E lembro-me de que existiam, do mesmo modo, pequenos «Soldados Russos», e «Ingleses», sobretudo de Infantaria, com os capotes a tiracolo, medindo cerca de 3 cms. de altura, e que se vendiam «avulsos» e em caixas — mas de que não gostávamos, devido ao seu pequeno tamanho ...

Até entrar para o Liceu, em 1937, — eu reunira um «Exército» de cerca de 250 «Soldadinhos», a pé e a cavalo, e, ainda, várias camionetas, uma peça de artilharia em folha (2$50 na «Quermesse de Paris», em Lisboa, em 1937) e algumas «tendas de campanha» de meu fabrico.

Morava então na Avenida de 22 de Dezembro, em Setúbal, — mesmo no Largo dos Combatentes da Grande Guerra — e «jogava às guerras» com o meu vizinho, sensìvelmente da mesma idade, hoje Médico em Setúbal, Dr. Jaime dos Santos Forreta, outro apaixonado dos «Soldados de Chumbo».

Filho de um industrial fabricante de conservas, de Setúbal, este meu amigo de infância aumentava constantemente a sua «colecção» de soldados, começando então a aparecer (nas suas «tropas») soldados de

formato já completamente perfeito, em massa, e maiores do que os descritos «Soldados de Chumbo».

Nas nossas «guerras», formávamos os soldados no chão, em extremidades opostas da mesma sala, e, com um belindre de vidro, cada um fazia a sua «jogada», derrubando soldados ao outro, alternadamente, e «com cuidado», para não estragar ...

Quem primeiro derrubasse todos os soldados do «adversário» — «ganhava a guerra» ...

Entretanto, começou a falar-se, e a ver-se muito, sobre «guerras» de outro género — a Guerra Civil de Espanha, de 1936 a 39, e a Segunda Grande Guerra Mundial, de 1939-45.

Em Setúbal, eu assistia, no cais, à descarga ou «deslastre» de navios sobre a própria muralha, na urgência de, como beligerantes, carregarem o mais ràpidamente possível o precioso cimento da Fábrica do Outão, e de se escaparem à vigilância dos submarinos inimigos à saída das águas territoriais, ou à comunicação da espionagem internacional, e torpedeamento no Atlântico ...

Montes e montes de destroços eram descarregados, e lembro-me de ver peças de vestuário e calçado desfeitos, estilhaços de vidros de janelas, pintados de azul escuro, por causa dos ataques aéreos, e, sobretudo, quantidades incríveis de estilhaços de aço fundido, cujo aspecto ia das pequenas como que «gôtas» de metralha, até grandes estilhaços, de mistura com pedras, cantarias e rebocos ...

Tudo isto nos foi fazendo esquecer os «pequenos soldados de chumbo» — até que, em 1941 ou 1942, com autorização de minha Mãe, ofereci todos os meus «Soldados» e demais brinquedos, que, assim, já nem sei se existem ...

Foi o caso que, sendo eu estudante do Liceu de Setúbal, e vindo a conhecer um outro pequeno, mais novo, e órfão de Pai e de Mãe se bem me recordo, me impressionou a forma como a Família lhe batia na cabeça, por ter más notas na Escola Comercial, sem que, todavia, lhe proporcionassem ambiente para que o mesmo pudesse estudar. Ele era filho de um irmão, ou irmã, de um Sr. Padre de Setúbal, em cuja casa vivia, mas a família punha-o a estudar na sala, e enquanto atendiam visitas, ou conversavam, pelo que o aproveitamento do «Zeca» (assim se chamava e chama) reflectia as consequências dessa constante distrac-

ção. E, então, quer a tia, quer as primas, não se eximiam de bater constantemente na cabeça do rapaz, o que muito me incomodava quando a isso assistia, de visita com meus Pais ao nosso querido Amigo Sr. Padre, único que não batia no «Zéca» ...

Impressionado, — eu, que sentia como em nossa casa, embora modesta, o ambiente era completamente diverso, permitindo-me um aproveitamento sempre distinto no Liceu — chamei um dia o «Zéca» à minha casa, e ofereci-lhe todos — mas todos — os meus brinquedos de criança. E, assim, se acabaram os meus pequenos «Soldadinhos de Chumbo» ...

Mais tarde, em 1943, vim residir com meus Pais para Lisboa, onde frequentei e concluí o 7.º Ano no «Liceu de Camões» (Curso Complementar de Letras, que ainda não existia no «Liceu de Bocage», de Setúbal), e seguidamente a Faculdade de Direito, onde me formei em 1949, em Direito e Ciências Histórico-Jurídicas.

Em 1943 e 1944, ainda me lembro de ver exposta, na «Quermesse de Paris», junto à Estação do Rossio, de Lisboa, uma interessantíssima colecção de Soldados Alemães, perfeitamente modelados, e pintados, e de alto valor artístico, modelados, em massa, com cerca de 6 cms. de altura, e de fabrico alemão.

Procurei mais tarde adquirir quaisquer exemplares, mas já o não consegui: os uniformes «Nazis» desapareceram completamente do mercado português, até fins de 1971, em que reapareceram modelos, mas fabricados em Inglaterra ...

Em 1945, começou a generalizar-se o fabrico de «Soldadinhos» de massa, e de plástico, — e os velhos «Soldados de Chumbo» desapareceram definitivamente das lojas de brinquedos, tabacarias, e papelarias, pelo desinteresse, e ausência de compradores, no nosso País.

Hoje, os «Soldados de plástico» dominam, completa e exclusivamente, todas as fábricas de brinquedos, lojas e mercados mundiais, — e já não há «Soldadinhos de Chumbo» ...

## 4. O FABRICO DOS SOLDADOS DE CHUMBO, EM PORTUGAL, ATÉ 1945

Conforme bem o acentua o já citado Escritor e Historiador Inglês Henry Harris, «na nossa época» — di-lo textualmente — «o Soldado em miniatura é uma forma de Arte reconhecida, que permite representar o uniforme, o equipamento, e a especialidade militares».

Conforme igualmente o faz notar, os fabricantes de «Figurinhas Militares» sempre actuaram e actuam com especial senso político e patriótico (ainda hoje certas firmas Inglesas se recusam a produzir Soldadinhos com o Uniforme Alemão da 2.ª Grande Guerra Mundial, como repúdio ao Nazismo) — e, assim, «os acontecimentos internacionais, culturais, e históricos, são cuidadosamente estudados, e figurinhas adequadas são criadas e produzidas, se consideradas rentáveis, e compensadoras».

Como já o referi, só em fins de 1971 reapareceram em Lisboa, por exemplo, e provenientes (curiosamente) da Inglaterra, e não da Alemanha, modelos de Soldados em miniatura com o uniforme alemão da 2.ª Grande Guerra Mundial, fabricados pela «Britains Ld.», uma das mais célebres casas inglesas.

A grande firma inglesa, produtora de modelos de veículos e de aviões, «Dinky-Toys», tendo criado recentemente um modelo miniatura de Caça-Bombardeiro Alemão da 2.ª Grande Guerra Mundial — apresenta-o devidamente pintado, mas discretamente sem as insígnias «Nazis» (Cruzes Gamadas) da Aviação Alemã de então, as quais acompanham o modelo, para coleccionadores, mas só em «decalcomanias» (ou pinturas de estampar) ...

Assim, as «Figurinhas Militares», contemporâneas dos acontecimentos, ou mesmo posteriores, revestem-se do maior interesse Histórico e Artístico.

No estrangeiro, multiplicam-se os Livros, Estudos, Boletins, Magazines, Associações e publicações — sobre modelos e figurinhas militares.

Para deixar aqui desenhada, ou esboçada, apenas, uma pequena ideia, do entusiasmo com que Historiadores contemporâneos, de todo o mundo, se dedicam ao estudo dos pequenos «Modelos de Soldados»,

permitir-me-ei citar, — sòmente como base de trabalho, repito — uma dezena das mais interessantes obras publicadas, de há meia dúzia de anos a esta data:

1 — «Collecting Toy Soldiers», por Jean Nicollier, é um valioso trabalho;
2 — «Handbook for Model Soldier Collectors», por Donald Featherstone, de 1969, é um manual indispensável ao coleccionador e estudioso;
3 — «Lead Soldiers and Figurines», por Marcel Baldet, é outro Livro fundamental;
4 — «Le Monde Merveilleux des Soldats de Plomb», de Paul Martin e Marcel Valliant, é um interessantíssimo estudo, agradável e acessível;
5 — «Making and Collecting Military Miniatures», por Bob Bard, é outra obra, indispensável ao criador e coleccionador de miniaturas;
6 — «Military Miniatures», por Peter Blum, livro com grande interesse;
7 — «Military Modelling», por Donald Featherstone (salvo erro), é outro trabalho curioso, sobre o fabrico de figurinhas;
8 — «The Model Soldier Guide», por W. F. Imrie e C. A. Risley, é outro guia notável nesta matéria;
9 — «Model Soldiers, a Collector's Guide», por W. G. Garratt, constitui trabalho indispensável ao investigador histórico;
10 — «Model Soldiers», por A. Henry Harris, de 1962, intitulado, na tradução em língua francesa, «Soldats de Plomb et Figurines», em 1963, — é obra indispensável ao estudioso;
11 — «Model Soldiers», pelo Coronel R. B. R. Nicholson, é outro livro que deve ler-se;
12 — «Tackle Model Soldiers This Way», pelo já citado e erudito Donald Featherstone, é outro trabalho valioso;
13 — «Tinge-linge-later Tinsoldater», por Xlils E. Boesgard, publicado em Copenhague, é obra notável sobre soldados de chumbo; e, finalmente,
14 — «Wonderful World of Military Miniatures», de Bob Bard, era

obra que se anunciava, e deve ter sido publicada, em 1969, — mas que não li.

Não pretendo mais, neste momento, do que fornecer elementos de trabalho fundamentais e indispensáveis aos coleccionadores e estudiosos portugueses.

Mais do que pela simples indicação, — aliás básica — destas numerosas obras sobre a exclusiva especialidade dos «Modelos de Soldados», melhor ainda se pode fazer uma aproximada ideia do extraordinário entusiasmo que actualmente se verifica, em todo o mundo, pelos «pequenos soldados», se tivermos em consideração que — já em 1969, e como bem o acentua o grande Coleccionador e Historiador Donald Featherstone, em seu «Handbook for Model Soldier Collectors» já citado — as Sociedades e Associações dedicadas ao estudo de «modelos militares» se elevavam a número não inferior a 35, existentes em Países de reconhecida cultura histórica e arqueológica, tais como: Alemanha; Austrália; Áustria; Bélgica; Canadá; Dinamarca; Espanha; Estados Unidos da América; França; Grã-Bretanha (onde já então existiam não menos de 16 Associações para o estudo das miniaturas militares); Irlanda; e Itália.

Abundante literatura de publicação periódica existe, por seu turno, nos diversos Países Estrangeiros, relativamente às colecções e ao estudo dos pequenos soldados de brinquedo (estudados a sério por Historiadores), enumerando o mesmo Investigador Donald Featherstone, no seu referido «Handbook», de 1969, nada menos de 49 publicações de carácter permanente — tais como Revistas, Boletins, e Magazines.

Mui diversamente, em Portugal, nada existe, ainda, escrito ou publicado sobre o fabrico e História dos pequenos «Soldados de Chumbo» no nosso País.

Os «Soldadinhos de Chumbo» desapareceram, a partir de 1945, das casas de brinquedos, papelarias, tabacarias, e capelistas, que anteriormente os vendiam — e nada actualmente os recorda e evoca no nosso País ...

Há anos, passando ocasionalmente por uma Tabacaria, existente na Rua do Loreto, N.º 52, em Lisboa, — fiquei surpreendido com o reaparecimento de numerosas figurinhas de «Soldados de Chumbo», quer a pé, quer a cavalo, e até — os cavaleiros — de modelos que eu desconhecia

completamente, menos achatados do que os soldadinhos que coleccionara em criança, e com os corpos dos soldados destacáveis dos cavalos, e as cabeças igualmente destacáveis dos corpos dos cavaleiros. Todas essas figurinhas se apresentavam brilhantes, sem qualquer pintura.

Adquiri muitos dos modelos que já conhecia, e prometi a mim mesmo voltar, e adquirir as figurinhas de cavaleiros.

Mas o tempo foi passando, minhas obrigações profissionais de Advogado afastaram-me, com a nova localização do Palácio da Justiça, para o outro extremo da capital — e, quando, em Dezembro de 1971, pretendi adquirir tais figurinhas ... a casa havia mudado de proprietário, e todas as pequenas figuras de soldados tinham desaparecido, como inutilidades. A nova proprietária, a quem me dirigi, declarou desconhecer inclusivamente a identidade e o paradeiro do antigo dono da loja, e tudo parecia definitivamente perdido ...

Simplesmente, e com grande paciência e determinação, acabei por identificar e descobrir o paradeiro do primitivo dono do estabelecimento, e fabricante dos «Soldados de Chumbo» — e, por sua extrema amabilidade, por conseguir, não só preciosas indicações sobre o fabrico dos «Soldadinhos de Chumbo» em Portugal, como ainda a expontânea colaboração de sua parte, para este trabalho, fundindo e fabricando de novo, propositadamente, e como outrora, os velhos «Soldadinhos de Chumbo», de que gentilmente me ofertou grande quantidade, e modelos, para a futura continuação de meu trabalho, e para ilustração do mesmo, e enriquecimento dos conhecimentos sobre o fabrico de pequenos soldados em Portugal.

Assim, registo desde já, e antes do mais, os meus agradecimentos ao Sr. Augusto José de Campos, actualmente com escritório na Rua da Emenda, N.º 76, r/c., Esq.º, em Lisboa, — e o último dos Fabricantes de «Soldadinhos de Chumbo» Portugueses, cuja produção oportunamente cessou, e apenas retomou por excepcional gentileza para com o presente trabalho, fornecendo-me as preciosas indicações que se seguem, sobre o fabrico dos soldados de chumbo entre nós:

A producção dos pequenos soldados de chumbo era, em Portugal, e no após-Guerra de 1918, uma actividade essencialmente artezanal, realizada pelos Estudantes de Liceu, como o Sr. Augusto José de Campos, e seus dois Irmãos (um dos quais Sr. Eng.º Sebastião de Campos), que

fundiam e recortavam (de quaisquer rebarbas) os soldados de chumbo, e os envernizavam com verniz «Espírito» ou «Ideal», para não escurecerem; ou pintavam a cores com tinta de óleo, «Ripolin», muitas vezes a seu gosto.

Revistas de comércio anunciavam, então, a venda de moldes metálicos para a fundição de «soldados de chumbo», que os três Irmãos mandaram vir, de sociedade, por suas economias, da cidade de Nuremberge, na Alemanha, marcados com um «S» cortado horizontalmente por uma flecha, e numerados, mas sem indicação de fabricante, como tive ocasião de observar.

Os moldes, de metal muito leve e inoxidável, compõem-se de duas matrizes opostas, que se ajustam por meio de molas, e se seguram com cabos de madeira, formando como que chaminés interiores por onde entra o chumbo em fusão.

Cada molde tem um certo número de cavidades, ou alvéolos, para as figurinhas, e, — solidificado o chumbo que nele é vertido em fusão, com uma caldeirinha — retiram-se as figurinhas de seus alvéolos ou matrizes, e recortam-se todas as excrescências e rebarbas.

O chumbo era adquirido a peso, num ferro-velho do Regueirão dos Anjos, e os «Soldadinhos», depois de prontos, envernizados, ou pintados, eram expostos, neste caso, numa Tabacaria ou depósito de tabacos da esquina da Avenida Almirante Reis, para a Rua de Maria Andrade, cuja montra, desta última Rua, era exclusivamente dedicada aos pequenos Fabricantes.

Nesse tempo — cada «Soldadinho» custava, apenas, 10 centavos, cerca de 1922.

O fabrico não era isento de perigos, entre os quais o de intoxicação pelo chumbo — razão pela qual a fundição se fazia num fogareiro de carvão, numa varanda ao ar livre. Um outro perigo era o de graves queimaduras, e o próprio Sr. Campos me mostrou profundas cicatrizes numa perna e pé, por queimadura com o chumbo derretido, em fusão, quando um dia — num distante Domingo, de sua infância, em que seu Irmão, hoje Sr. Eng.º Sebastião de Campos, ateava o fogo com uma bomba de bicicleta — uma faúlha se lhe introduziu nos calções (que então se usavam), obrigando-o a entornar a caldeirinha que segurava, com o metal em fusão, sobre a perna e o pé. Esteve em riscos de ficar defeituoso,

largo tempo doente, e ia perdendo o ano no Liceu — mas não deixou de gostar dos «Soldados de Chumbo» ...

Todos esses moldes foram mais tarde divididos e «partilhados» com os dois Irmãos — e conservou apenas seis moldes, em sua casa, com que, há poucos anos, se lembrara de repetir (por simples curiosidade, e recordação) aquelas figurinhas que eu adquirira na Rua do Loreto, quando há poucos anos por ali passara ...

Tais figurinhas foram, depois, em determinado dia, «descobertas» por um estudioso e fabricante Inglês (que lhe deixou como recordação um «Soldado de Plástico» de seu fabrico) — cujo fabricante considerou aquelas figuras como sobremodo raras, mesmo em Inglaterra, e as adquiriu a todas, imediatamente ...

Mais tarde, o estabelecimento foi vendido — e assim desapareceu o último Fabricante de «Soldados de Chumbo» de Lisboa ...

Sucessivamente, e junto dos proprietários de diversas outras Tabacarias da capital, tenho conseguido a confirmação de que o fabrico e a venda dos «Soldadinhos de Chumbo», em Portugal, — para além dos que, pelas casas de brinquedos, fossem directamente importados do estrangeiro, e sem dúvida muito mais caros, — era normalmente um trabalho artesanal e familiar, geralmente executado por jovens Estudantes de Liceu, e mediante a obtenção de moldes, profusamente vendidos (pelo menos no após-Guerra de 1918) e exportados, comprovadamente, da cidade de Nurembergue, na Alemanha, — tradicionalmente famosa pelos seus hábeis criadores de «Figurinhas de Chumbo».

E tenho conseguido, também, pacientemente, e de forma dispersa por diversos pontos de Lisboa, a aquisição de numerosos «soldados de chumbo», ainda por pintar, e que ficaram sem compradores, nos estabelecimentos, abandonados e sem valor, desde 1945 ...

Diversas pessoas amigas se têm encarregado, por seu turno, de descobrir outros e antigos modelos — e, assim, com a colaboração e boa vontade de todos, espero que me seja possível , em breve, a elaboração do necessário arquivo fotográfico, e de diapositivos para projecção, que nos permitam uma panorâmica mais completa, e utilíssima, sobre a História das Figurinhas Militares em Portugal.

É na verdade doloroso, e chocante, que o nosso País, das mais belas Tradições e Virtudes Militares, e ainda hoje empenhado nas mais glorio-

sas Empresas, não tenha figurado, até agora, ao lado dos restantes e indicados Países da Europa e das Américas — no estudo e conservação, na divulgação e colecção, de Armas, Equipamentos, Uniformes, Modelos e Miniaturas Militares.

A Península Ibérica é hoje mundialmente conhecida pelos estudiosos do chamado «Jôgo de Guerra», ou «Wargame», ou «Kriegspiel» — em que, sobre cartas geográficas do nosso País, frequentemente se repetem as lutas, e as tácticas militares, das Campanhas Napoleónicas, e das Victórias Luso-Britânicas, aquando das universalmente famosas Invasões Francesas.

Simplesmente, entre nós, tais «Jogos de Guerra» são actualmente desconhecidos da generalidade do público (e até de estudiosos e de historiadores) — pois que infelizmente se não encontram ainda divulgados, com seus «pequenos soldados», precisamente em Portugal, onde tais lutas gloriosamente se travaram contra o Invasor Napoleónico! ...

No Museu Militar de Lisboa — por exemplo — pode ver-se um interessantíssimo «Jogo de Guerra», composto de cinco «Cartas Geográficas» em relevo, mostrando as famosas «Linhas Fortificadas de Torres Vedras», precisamente em 1811, oferta do Sr. General e nosso saudoso consócio L. A. Ferreira Martins, ao Museu, e que se encontra exposto na «Sala da Guerra Peninsular», acompanhado de um livro da autoria do mesmo Ilustre Militar, enquanto Capitão, e intitulado «Jogo de Guerra Exemplificado», pelo Capitão Ferreira Martins.

Finalmente, e antes de passar ao estudo da História das Figurinhas Militares através dos tempos — quero, ainda, fazer notar a extrema perfeição dos numerosos Soldados de porcelana, que se encontram no «Museu Militar» (em diversas salas, tais como «Sala da Guerra Peninsular», «Sala D. João V», «Sala Camões», e, também, da época do Conde de Lippe, no rés-do-chão), execução e oferta ao Museu, pela Fábrica de Louças de Sacavém, em 1969 (modelos de que infelizmente não posso dispor, pelo seu elevado custo) ...

## 5. A HISTÓRIA DOS PEQUENOS SOLDADOS, ATRAVÉS DOS TEMPOS, ATÉ AO SÉCULO XX

A História dos «pequenos soldados» confunde-se, em última análise, com a própria História da Humanidade:

Desde sempre o Homem manifestou o gosto pela exteriorização, e representação, quer desenhada, quer escultórica, dos objectos de suas preferências, e ocupações.

Provam-no — abundantemente — as cenas de caça conservadas nas pinturas rupestres do Homem das Cavernas (que escaparam à destruição do tempo), e as interessantíssimas figurinhas e placas antropomórficas, e estilizações, figurativas das preocupações elementares do Homem primitivo, tais como a caça, o sexo, a reprodução, e o sentido da Divindade.

Sempre os Grandes Génios, também, e os Chefes e Condutores de homens, mostraram idêntico interesse pela figuração, em miniatura, de seus próprios Exércitos — já com fins de pura diversão, já como elementos de estudo de manobras militares, já como glorificação evocativa de victórias.

E sempre, igualmente, devem ter sido tais «figurinhas» cedidas pelos adultos às crianças — como instintivo elemento de preparação, e de educação, para a sua disciplina e para as grandes lutas dos Homens, que nem a Civilização Cristã conseguiu evitar.

Mostrei já, anteriormente, como o Grande Winston Churchill sempre manifestou, inclusivé em suas «Memórias», o mais entusiástico apreço pelos «Soldadinhos de Chumbo», como elemento disciplinador e formativo do carácter.

Sua colecção, de — conforme escreveu — 1 500 soldados de chumbo, foi pelo grande Estadista cuidadosamente conservada e preservada, mesmo durante a 2.ª Guerra Mundial — e, encontra-se hoje, como valioso documento da História da Inglaterra, em Blenheim Palace.

O Nacional-Socialismo Alemão cultivou com extraordinário interesse todas as actividades militares e pré-militares, e muito especialmente o Aeromodelismo, e a Aviominiatura.

O próprio Marechal Goering, um dos heróis da Aviação Alemã na 1.ª Grande-Guerra, e Comandante da «Luftwaffe» do III Reich. —

sempre manifestou o maior interesse pelas miniaturas militares e técnicas, e dedicou (mesmo durante a 2.ª Guerra Mundial também) toda uma grande sala de seu Palácio de Caça, à montagem, exposição e manobra, de inúmeros comboios eléctricos, de brinquedo, em miniatura.

E, quando, em 6 de Junho de 1944, se verificou a Invasão Aliada da Normandia (segundo a obra prima de Cornelius Ryan) — os Comandantes Alemães encontravam-se desprevenidos, precisamente num «Kriegspiel», executado sobre mapas, sobre o desembarque na Normandia, com que se treinavam em Rennes, longe de seus Comandos ...

As mais antigas figurinhas de soldados, encontradas até hoje (porque preservadas em túmulos), têm sido classificadas pelos Arqueólogos como «funerárias», e como «votivas», — mas o certo é que, com o corpo do defunto, se conservavam, frequentemente (para seu prazer e de sua alma) os mais diversos objectos do uso quotidiano da vida, e que tinham sido da sua preferência e apreço.

Os mais antigos «soldados» conhecidos são numerosos soldadinhos de madeira, policromada, Egípcios, — encontrados e proveninetes do Túmulo de Masashite, e do Príncipe Emsah, da XI e XII Dinastia, de 2 000 anos A. C., em número (salvo erro) de cerca de uma centena, formando em filas de quatro de frente, sobre tábuas, e um pouco maiores que os actuais.

Em Rosegg, na Caríntia, encontraram-se, também, num Túmulo, «cavaleiros» de forma rudimentar, mas curiosa, os quais, segundo Ebert — no seu tratado enciclopédico «Reallexicon des Vorgeschichte» remotam ao Período Hallstatt — 1 000 anos A. de Cristo!

Uma outra descoberta mais trabalhada, mas do mesmo local e do mesmo período — 1 000 anos A. C. — foi a de um carro de fundo plano, montado sobre quatro rodas, transportando uma figura feminina, e escoltado por quatro Cavaleiros de 12 cms. de altura.

Também na América, e por ex. na Colômbia, e Museu do Ouro de Bogotá — há figurinhas de guerreiros, em ouro, primitivas.

Os Países de toda a grande bacia do Mediterrâneo, e respectivas Ilhas, têm igualmente fornecido a prova do fabrico — já na Antiguidade — de pequenos «guerreiros», em metal ou em barro (de que são sucessores os clássicos «soldados de barro», das nossas Feiras, e Arte Popular).

As «pombinhas» de barro, que ainda hoje se encontram nalgumas Feiras, e até os Mealheiros de barro, — são exactamente iguais, respectivamente, a brinquedos romanos, e a Mealheiros medievais encontrados em escavações ...

Exemplo particularmente belo, e perfeito, de «soldadinho a cavalo», é a figurinha Grega, de bronze, com 35 cm. de altura, que se encontra no «British Museum», e que Henry Harris reproduz admiràvelmente no seu citado trabalho sobre os «Soldados de Chumbo».

Os Romanos, por seu turno, fabricaram pequenas figurinhas de «soldados», que se têm encontrado em Espanha, na Alemanha, na Grã-Bretanha, e, até — na Abissínia.

É interessantíssimo o «soldadinho» achatado, em estanho, representando um Soldado Romano, armado de capacete, espada, e escudo, — do Século III da nossa Era — existente, do mesmo modo, no «British Museum», flagrantemente idêntico aos soldadinhos achatados modernos, dos Século XVIII, XIX, e XX.

Vários escritores da Antiguidade Clássica referem, ainda, um «Jogo de Troia», em que se empregava um «Cavalo de Troia» contendo, no interior, pequenos «soldadinhos» ...

Na Idade-Média, em que todas as preocupações da Humanidade se voltaram para as Cruzadas, para as armas de fogo que destruíam o valor da força humana, e para os problemas da Salvação da Alma, e da temerosa incerteza dos caminhos desconhecidos da investigação científica do mundo e das coisas terrenas (em que, por exemplo, os fósseis eram considerados «ossos de pecadores» perdidos) — a Arte Humana, como é de prever, voltou-se quási inteiramente para as pequenas miniaturas religiosas, e para as Relíquias, e os pequenos «Soldados» foram pràticamente esquecidos pelos homens, empenhados, ou na Guerra, ou na Salvação das Almas.

Encontraram-se, no entanto, e ainda assim, «figurinhas» da Idade-Média, em chumbo, de fabrico achatado (dos Séculos XI, XII, ou XIII) — de fabrico extraordinàriamente parecido, também, com o que mais tarde veio a ser empregado comercialmente, no Século XVIII, para os «soldadinhos de chumbo» achatados, que todos conhecemos, visto que se mantiveram, até ao Século XX.

Estas «figurinhas» da Idade-Média eram possìvelmente quer emble-

mas, quer representativas de Guerreiros, de Cruzados, e de Peregrinos — assim como ainda chegaram a encontrar-se, entre nós, os simbólicos «Signos de Salomão», em chumbo, também emblema funerário, e dos Cavaleiros Defensores do Templo de Salomão, ou Templários — «signo» de felicidade religiosa, de cabeceiras de sepulturas, e de «amuletos» religiosos medievais, que se mantem (curiosamente) ainda em nossos dias, em pendentes para colares, sobretudo de crianças, em prata e em ouro, como famoso «Signo Saimão» e «Sino Saimão» ...

O Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, ao descrevê-lo, confundiu o «Signo de Salomão», de cinco pontas, com a «Estrela de David», de seis pontas — emblema judaico — mas o certo é que encontrou numerosos «Signos de Salomão» em chumbo, conforme igualmente o encontrei e possuo, de cinco pontas, tal como o das primeiras moedas de D. Afonso Henriques (que se supunham falsas).

Entre os «modelos de soldados», da Idade-Média, encontram-se um «Thomas Becket», no Museu Britânico; um «Cavaleiro» no Museu de Cluny, em Paris; e um «grupo de Cavaleiros» tomando parte num Torneio, descoberto em Magdeburgo em 1956.

O «Jogo dos Torneios», com modelos de cavaleiros, em metal, de forma perfeita a três dimensões, foi um passatempo muito apreciado pelos Senhores Feudais.

Trata-se de um «Jogo» de guerra, descrito por ilustrações de iluminuras de manuscritos, dos quais os mais conhecidos são o «Hortus Deliciarum» (Jardim das Delícias), da autoria da Abadessa Herrad de Landsberg; e o manuscrito da Biblioteca Blodeia, também na obra «Les Armures en Miniature», de Beard.

Como bem o acentua — textualmente — Henry Harris, em seu citado citado e interessantíssimo trabalho, «os filhos dos Príncipes e dos Nobres organizavam torneios em miniatura, com modelos, servindo-se de pequenos cavaleiros que, graças a um mecanismo engenhoso de rodas e de cordéis, avançavam um contra o outro, como na realidade, fazendo voar em pedaços a lança do antagonista menos hábil, que, propositadamente, era feita de madeira quebradiça».

Na célebre obra intitulada «Weisskönig», de Hans Burgkmair ou Hurckmair (cerca de 1516), há uma gravura de madeira que representa um Jovem Príncipe — mais tarde Imperador Maximiliano I — partici-

pando numa «justa», com um companheiro de Jogo, sobre uma mesa de salão.

Tanto em Paris, como em Munique, podem ver-se, em Museus, (Museu de Cluny; e Bayerisches Museum de Munique, respectivamente) — cavaleiros sobre cavalos, de madeira, sobre quatro rodas, com 20 cms. de altura por 28 de comprimento, e com as caudas dos cavalos em crina natural.

Os «cavaleiros» encontram-se revestidos de perfeitíssimas armaduras metálicas, e são extraordinàriamente semelhantes, nos exemplares dos dois Museus. Garratt, em seu trabalho, classifica estas peças como de cerca de 1550, meados do Século XVI, e na verdade aproximam-se das de Burgkmair, de cerca de 1516.

Na Exposição de Armaduras que teve lugar na Tôrre de Londres, em 1949, figurou igualmente — segundo Henry Harris — um grupo de «brinquedos» representando um Torneio — figurinhas em bronze, fundidas em ôco, que remontam a cerca de 1490, e que actualmente se encontram expostas no Museu de Viena de Áustria, e todas elas de execução perfeita e delicada.

Não me é possível — evidentemente — (e numa só Comunicação) descrever a V.as Ex.as, em pormenor, toda a maravilhosa História das «pequenas figurinhas militares» desde o Renascimento até aos nossos dias.

Com efeito, e além do mais, até os Relógios serviram aos Artistas para o emprego decorativo de «figurinhas militares», de fortalezas, e de peças de Artilharia — sendo famoso o Relógio do Imperador da China, K'ien Lung, fabricado cerca de 1750, em que o movimento do maquinismo fazia mover pequenos soldados em volta de uma fortaleza guarnecida de canhões.

Quando as tropas europeias entraram no Palácio de Inverno de Pequim, por ocasião da revolta dos Boxers, em 1900, este notável Relógio, de metal dourado, foi encontrado entre os escombros e oferecido ao então Príncipe de Gales, mais tarde Rei Eduardo VII, pelo que é conhecido por «Relógio do Rei Eduardo VII».

Outro exemplo típico, é o de um Relógio, que se encontra no Museu Britânico, e que teria sido construído para o Imperador Rudolfo II.

Como disse, os soldadinhos têm sido, igualmente, fabricados com fins políticos e comemorativos:

Para comemorar o assalto victorioso levado a efeito pelas tropas do General Wolfe à cidade de Quebeque, no Canadá Francês, em 1759, foram construídos numerosos barcos a remos, de madeira, em miniatura, — cerca de mil — de 45 cm. de comprimento, repletos de soldados de fundição pintada, com armas de metal. Um desses navios, a remos, encontra-se no «Castle Museum», de Yorck; e outro no «National Army Museum» de Sandhurst; e outros, ainda, no «National Maritime Museum» de Greenwich.

Por outro lado, também vários Príncipes — com um fim de divertimento e simultâneamente educativo — possuíram admiráveis colecções de «pequenos soldados».

Tratei, já, há pouco — das figurinhas de Torneio, do Príncipe, e depois Imperador Maximiliano I.

Em França, também o Príncipe, futuro Luís XIII, teve uma importante colecção de «soldadinhos».

Segundo o diário do Médico Dr. Jean Héroard, que fazia parte da Côrte, o Príncipe tinha um navio em miniatura, de prata, e a Mãe, Maria de Médicis, tinha-lhe dado um «exército» de trezentos soldadinhos de prata fabricados por um tal Nicolas Roger, cujo trabalho se esqueceu de pagar, e que o Delfim, quando Rei, Luís XIII, — não hesitou em liquidar, o que mostra o seu apreço pela obra ...

Este Príncipe fabricava e moldava ele mesmo «soldadinhos», e possuía peças de Artilharia «que disparavam sem explodir» — como ainda as havia em Portugal, de carregar com pólvora seca, quer em metal quer em chumbo, no princípio deste Século XX. ...

Por seu turno, o Rei Luís XIV, enquanto Delfim de França, herdou igualmente deste «exército», o qual foi «reforçado», em 1650, por um novo contingente igualmente em prata, de cavalaria, infantaria, e máquinas de guerra.

Tudo isto foi legado, depois, a seu Filho mais velho — Luís XV — cuja instrucção militar foi dirigida pelo famoso Colbert.

O conjunto foi ainda completado por «figurinhas» de homens, de cavalos, e de peças de Artilharia, fabricadas pelos mais Ilustres Artistas de Augsburgo e de Nuremberga (de tão famosas tradições, como se vê).

Os pequenos modelos Reais conheceram, ainda, um maior desenvolvimento e perfeição, — com a colaboração do Grande Génio Militar, Francês, o Engenheiro Sebastião Le Prestre de Vauban.

O erudito Historiador Garratt — conclue que todos estes «modelos» e riquezas devem ter sido fundidos na Casa da Moeda, de França, nas guerras ruinosas do fim de seu Reinado, que — como diz Henry Harris — «viram desaparecer os Exércitos do Rei Sol, ao mesmo tempo que as Tropas de sua infância» ...

Sabe-se, também, por exemplo, que igualmente o Príncipe Eleitor da Baviera, cerca de 1670, teve um «exército» de soldados em miniatura, com Artilharia, sendo os «soldadinhos», tradicionalmente, esculpidos também em madeira, na Alemanha.

E chegamos, assim, ao célebre «Jogo do Rei de Roma» — de 1812:

Napoleão Bonaparte, e sua Esposa, ofereceram a seu Filho, o Rei de Roma, quando este completou um ano de idade, em 20 de Março de 1812, um pequeno «exército», de 120 figurinhas de metal, massiças, e estilizadas, quási cilíndricas, representando o 22.º Regimento de Infantaria Ligeira, Unidade tradicional Côrça.

Este trabalho, de metal dourado, foi obra do Ourives do Imperador, J.-B. Odiot.

O pequeno «exército» do Rei de Roma foi depois salvo do saque, pela Raínha Hortense, em 1814, e ofertado ao jovem Duque de Reichstadt, em 1822, depois de alterada a sua forma, para representar Soldados Austríacos ...

Voltando de novo à Família Imperial Francesa sob o II Império — voltou também a ser-lhe modificado o equipamento, para brinquedo do Príncipe Imperial ...

Finalmente, foi ofertado em 1870, pela Imperatriz Eugénia, à Família de Pièrres — à qual continuava pertencendo em 1962.

Napoleão III, por sua vez, encomendou à Casa Mignot — célebre fabricante de soldadinhos Francês — uma importante colecção de Soldados de Chumbo, para o Príncipe Imperial.

Este «exército» foi levado para Inglaterra pela Família Imperial, quando acabou por refugiar-se naquele País.

E, quanto ao Príncipe, — foi morto, enquanto servia no Exército Inglês, na Zululândia, em 1879.

Desgostosa, a Imperatriz Eugénia conservou durante muito tempo os pequeninos «soldados» de seu Filho — oferecendo alguns deles a coleccionadores amigos, e acabando por confiar e ofertar os restantes ao Duque d'Alba, em 1910.

O próprio Napoleão III, — tinha igualmente uma lindíssima colecção de 75 soldados, com os diferentes uniformes da época, modelados em gesso ou porcelana por um célebre escultor, segundo refere Henry Harris, em seu citado trabalho, que me tem servido de guia, neste passo da presente Comunicação.

Este conjunto de figurinhas — foi destruído pela revolta popular, quando do incêndio do Palácio das Tulherias, em 1871.

Também o Czar Pedro III da Rússia (segundo se lê nas «Memórias» da Grande Catarina da Rússia), enquanto foi Grã-Duque, possuía grande número de Soldados, de madeira, de chumbo, de massa de amido, e de cera.

Quando este pequeno exército fazia «manobras», todos os presentes tinham de envergar uniformes militares, para assistirem ...

Ainda na Rússia, também o Czar Nicolau I possuía uma enorme colecção de «soldadinhos de chumbo», fabricados pela Fábrica de Brinquedos Alemã de Heinrichsen, no tradicional estilo achatado( que já conhecemos) mas de grande perfeição de gravura e decoração.

Finalmente — ainda o Rei Afonso XIII de Espanha foi um apaixonado dos «soldadinhos» em miniatura, e dos «Jogos de Guerra», ou «Kriegspiel».

Este Soberano Espanhol associou-se ao Kaiser Guilherme II, da Alemanha, em 1910, e ambos ofereceram ao Czar da Rússia, nesse ano, uma colecção de mais de 20 000 figurinhas, de 20 cms. de altura.

Todas elas desapareceram — quando a Família Imperial Russa foi assassinada, durante a Grande-Guerra, pela Revolução Comunista.

Muito fica por dizer, evidentemente, sobre os «soldadinhos de chumbo» ...

Numa futura Comunicação, tratarei, quer das mais importantes colecções particulares e oficiais, quer da História do fabrico industrial, e da produção em massa, dos «pequenos soldados» ...

Por hoje, creio haver fatigado sobremodo a bondosa atenção de V.as Ex.as — pelo que, terminando, a todos Vos agradeço, e deixo o presente trabalho à apreciação e discussão de V.as Ex.as e desta secção de História. E tenho dito!

# A ESTAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DE GALAPOS (SETÚBAL) SUA DESTRUIÇÃO E SONDAGENS DE EMERGÊNCIA

pelo sócio efectivo

*Carlos Tavares da Silva*

## I

A destruição da estação pré-histórica de Galapos, um concheiro provàvelmente do neolítico, é exemplo flagrante do abandono a que tem sido votado entre nós o património arqueológico.

A Arqueologia, como ramo que é das ciências antopológicas, tem por objevtivo, em última análise, reconstituir as sociedades humanas do Passado no espaço e no tempo, na sua expansão geográfica e no seu devir. Para que realize a sua função torna-se necessária a existência de estações arqueológicas bem conservadas e a exploração das mesmas segundo métodos científicos.

A destruição de estações arqueológicas opõe-se necessàriamente à consecução dos objectivos expostos. E porque, como dissemos, não importa apenas conhecer as sociedades antigas no seu devir mas também no espaço, numa perspectiva de paleo-geografia humana, interessa para cada unidade geográfica bem definida estudar a totalidade dos vestígios arqueológicos que nela surgem. Por esta ordem de ideias é inadmissível a classificação das estações em importantes — as únicas que merecem ser exploradas e salvaguardadas — e em pouco impor-

tantes — as que não merecem qualquer estudo e que podem sofrer os mais diversos danos. Todas indistintamente requerem a atenção do arqueólogo.

As estações arqueológicas, razão de ser, portanto, de um dos ramos das Ciências Humanas, adquirem um carácter universal. A sua destruição constituirá sempre um crime lesa-Ciência, lesa-Humanidade.

Eis porque pensamos ser do maior interesse os arqueólogos portugueses discutirem a problemàtica da destruição-salvaguarda das estações arqueológicas, bem como proporem às entidades competentes a rápida criação e execução de medidas tendentes a defendê-las e a revalorizá-las culturalmente.

2. A primeira notícia sobre achados pré-históricos nas imediações da praia de Galapos deve-se a António Inácio Marques da Costa que nos princípios deste século referiu n'«*O Archeologo Português*» (1) terem sido encontradas em cavidades da rocha, quando da exploração de uma pedreira de calcário miocénico, grandes quantidades de conchas de moluscos marinhos, carapaças de crustáceos pertencentes ao género Balanus, um machado de pedra polida, fragmentos de grandes potes feitos sem o auxílio de roda de oleiro, de paredes muito espessas e de pasta muito grosseira, diversos dentes de javali, e uma valva de molusco lamelibrânquio perfurada no vértice.

Em 1964 identificámos o concheiro de que nos estamos a ocupar. Como a sua localização não correspondesse exactamente à do assinalado por Marques da Costa, embora situado também próximo da referida praia, passámos a denominá-lo por *Galapos II*. Sobre ele publicámos uma breve nota no jornal «*O Setubalense*» (número de 28/4/1965) e fizemos referência à sua fauna malacológica no estudo intitulado «A utilização dos moluscos durante o Eneolítico português» (2).

Ainda que a estação de Galapos houvesse sido assinalada pùblicamente e, logo que soubemos que iria ser aberta uma estrada ligando

---

1 A. I. Marques da Costa: «Estações Prehistoricas dos arredores de Setúbal. Apontamentos para o seu estudo». *O Archeologo Português*, 7 8 e 9.

2 Carlos Tavares da Silva e Mateus Gonçalves Cabrita: «A utilização dos moluscos durante o Eneolítico português». *Revista de Guimarães*, 76, 1966.

Galapos ao Portinho, tivéssemos empenhado todos os nossos esforços na sua defesa quer através da Imprensa quer recorrendo pessoalmente às entidades oficiais responsáveis pela salvaguarda do património arqueológico, nada porém se fez para desviar o traçado dessa estrada ou, pelo menos, para retardar os trabalhos da sua construção de modo a permitir uma exploração do concheiro feita em moldes convenientes.

Numa última tentativa para recolher mais alguns elementos de estudo, abrimos apressadamente sondagens de emergência e seguimos de perto a destruição ([3]) (Figs. 5 e 6).

## II

### 1. SITUAÇÃO

Na primeira linha de relevo da cordilheira da Arrábida, na vertente sul do anticlinal do Formosinho, a cerca de 100 metros para Este da extremidade oriental da práia de Galapos, encontrámos em 1964, como já dissemos, um nível de conchas, cinzas e cerâmicas grosseiras sem vestígios de roda de oleiro, localizado sobre uma pequena plataforma com a cota de aproximadamente 25 metros que caía quase a pique sobre o mar.

O concheiro assentava sobre rochas de calcáreo do Jurássico. Estava coberto por depósitos de vertente, incluindo grandes blocos provenientes da crista da serra onde a lapialização do núcleo Jurássico, posto a descoberto, é intensa.

---

[3] Essas sondagens foram realizadas de colaboração com Luís Mesquita, do Núcleo de Arqueologia do Círculo Cultural de Setúbal.

Ficamos muito gratos à Câmara Municipal de Setúbal por ter posto à nossa disposição alguns meios para a realização das sondagens, bem como a Joaquina Soares pela colaboração que prestou na recolha de elementos de estudo e na elaboração do quadro natural em que se insere a estação.

Coordenadas geodésicas:

8° 57′ 37″ W Gr
38° 29′ 12″ N (4)

Concelho de Setúbal, distrito de Setúbal. (Figs. 1, 2, 3 e 4).

## 2. CLIMA

O clima é fundamental na determinação dos recursos económicos. O clima desta região é marítimo- mediterrânico: apresenta verões secos e com temperaturas médias; invernos com temperaturas relativamente elevadas (13° a 15° no Outão segundo Orlando Ribeiro (5)) e pouco chuvosos; fracas amplitudes térmicas quer diurnas quer anuais, devido à influência directa do mar; são frequentes os nevoeiros matinais no fim do Verão e no Outono.

A serra protege a região da influência das nortadas e os ventos do Oeste e do Norte carregados de humidade vão originar chuvas sobretudo na vertente setentrional.

Há ainda a salientar a importância da sua exposição a sul na medida em que este facto vai provocar, por maior insolação, um aumento de temperaturas.

## 3. FLORA E FAUNA

O revestimento vegetal típico da serra da Arrábida é o *maquis* em que as espécies componentes chegaram a atingir porte arbóreo, principalmente em depressões húmidas e protegidas da influência directa dos ventos dos quadrantes Norte e Oeste.

---

4 De acordo com a *Carta Militar de Portugal* na escala de 1: 25.000, folha 465 — Outão — Setúbal, Serviços Cartográficos do Exército, 1963.

5 Orlando Ribeiro: «A Arrábida. Esboço geográfico», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 3, Lisboa, 1935.

A Mata do Solitário é um dos vestígios dessa primitiva formação vegetal.

Em zonas mais altas, expostas aos ventos, surge o *garigue*, rasteiro, menos compacto.

Algumas espécies de arbustos frequentes são: aroeira, medronheiro, carrasco, esteva, alecrim, tojo e carvalho de folha caduca.

Actualmente a fauna mamalógica terrestre quase se resume a especimenes da ordem dos roedores.

As águas são ricas em plancton. Nelas habita uma fauna abundante e variada. Nas rochas da zona intercotidal encontram-se *Mytilus, Patella, Trochocochlea,* etc.. Outros moluscos como *Nassa reticulata* vivem entre a areia.

## III

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DE GALAPOS

1. O pouco que sabemos da ocupação humana de Galapos durante a Pré-história baseia-se nos dados colhidos por Marques da Costa em um local situado nas proximidades do concheiro agora danificado, nos elementos fornecidos pelas sondagens de emergência que efectuámos, e nas observações colhidas quando da própria destruição.

Não daremos senão uma brevíssima panorâmica do que pensamos ter existido em Galapos, pois os materiais arqueológicos exumados estão ainda a ser estudados por Joaquina Soares e por nós.

Examinámos alguns dos materiais recolhidos por Marques da Costa, os quais estão guardados no Museu Nacional de Arqueologia: o instrumento de pedra polida é de secção transversal oval e o talão quase não apresenta qualquer polimento; a valva de molusco é de um *Glycimeris* perfurada no vértice (embora de dimensões relativamente grandes poderia ter servido como adorno); os fragmentos de cerâmica são muito grosseiros, pouco compactos e não decorados.

Quanto aos materiais que recolhemos podemos desde já citar os seguintes:

1. RESTOS DE COZINHA

1.1. Muitas conchas de moluscos marinhos. A espécie *Mytilus edulis* é a mais abundante, seguida pelo género *Patella.* Em menor quantidade: *Pecten maximus, Meretrix chione, Trochocochlea lineata, Triton* sp.
1.2. Peças esqueléticas de peixes. Identificada até agora a espécie *Spaurus aurata.*
1.3. Ossos talvez de aves marinhas.

2. RESTOS DE INDÚSTRIA LÍTICA EM SILEX

3. CERÂMICA

3.1. Fragmentos de pasta grosseira e não decorados.
3.2. Fragamentos de pasta grosseira e friável decorados com metopas formadas por caneluras muito juntas e pouco fundas perpendiculares entre si. Este motivo é o mesmo da cerâmica penteada da Casa da Moura com metopas constituídas por traços juntos e finos, uns horizontais e outros verticais. Faz também lembrar cerâmica decorada com finas caneluras de estações neolíticas do Norte de África.

Estes materiais integravam um verdadeiro concheiro com cinzas e carvões cuja espessura máxima, observada precisamente na zona destruída, atingia cerca de 1 metro.

As obras de construção da estrada puseram a descoberto anfractuosidades com as superfícies forradas de calcite (fig. 7 e 8).

Notámos ainda a abertura de uma pequena gruta com estalactites (fig. 9).

2. Embora com grandes reservas, permitimo-nos tirar as seguintes ilacções:

— Em Galapos viveu uma população cuja economia se teria baseado em grande parte na recolecção de moluscos, na pesca e na caça. De um modo geral os restos de moluscos exumados pertencem a espécies que se encontram em abundância nas proximidades, principalmente fixos às rochas da zona intercotidal.

A colheita de *Mytilus* devia ser feita arrancando «cachos» onde figuravam não só exemplares comestíveis como também outros que pelas suas pequeníssimas dimensões não ofereciam qualquer alimento. De facto, exumámos conchas desse molusco com menos de 1 cm. de comprimento. Trata-se pois, neste caso, de uma recolecção pouco selectiva.

As peças esqueléticas de peixes que possuimos estão certamente ligadas a uma actividade pesqueira. A Dourada *(Spaurus aurata)*, única espécie até agora identificada, pouco se afasta do litoral.

Os ossos, que pensamos terem pertencido a aves marinhas, não sugerem uma caça que tenha obrigado a grandes deslocações.

Não encontrámos ossos de animais domésticos, os quais poderiam indicar a criação de gado, nem vestígios de agricultura.

— É problemática a ideia de que essa população tivesse utilizado abrigos sob rocha, pois não obstante termos encontrado cavidades subterrâneas revestidas de calcite e com estalactites, tais cavidades poderiam ter-se originado posteriormente à formação do concheiro, a partir de espaços formados entre os grandes blocos de calcáreo que em dada altura o cobriram.

— Julgamos tratar-se de um concheiro do Neolítico formando, tal como os da Comporta (6) (mas não necessàriamente contemporâneo destes ou da mesma cultura) um elo de ligação entre as culturas epipaleolíticas do Vale do Sado e as culturas calcolíticas da Península de Setúbal fortemente marcadas por uma tradição recolectora de moluscos, as quais, neste aspecto, encontram a sua melhor representante no povoado da Rotura.

---

6 L. Ribeiro e E. Sangmeister: «A jazida neolítica de Possanco perto da Comporta (Portugal)», M. M. 8, 1967.

Os moluscos assumiram, durante o Calcolítico de grande parte do território português, notória importância (7), tendo sido utilizados não apenas na alimentação mas também como elementos de adorno, recipientes, raspadores, etc. Na Península de Setúbal, mormente na Rotura, essa importância é muito evidente.

Os trabalhos que temos vindo a realizar desde 1966 na Rotura (8) revelaram-nos uma estratigrafia que nos permite considerar três períodos de ocupação: um primeiro, representado pelos níveis inferiores, com indústria lítica nalguns casos arcaizante, cerâmica sem campaniforme e denotando influências dolménicas — almerienses e tradição neolítica mais acentuada do que a dos níveis médios e superiores (9), mas já com a prática da metalurgia do cobre atestada por numerosos cadinhos de fundição, alguns deles com cobre aderente (10);

um segundo período, representado pelos níveis médios, com indústria lítica mais acentuadamente calcolítica, cerâmica, também sem campaniforme, com predominio da «folha de acácia» e apresentando algumas formas lisas que parecem acusar influências de Los Millares I (9), e abundantes vestígios de metalurgia do cobre;

um terceiro e último período representado pelos níveis superiores é caracterizado fundamentalmente pela existência de cerâmica campaniforme.

---

7 Carlos Tavares da Silva e Mateus Gonçalves Cabrita: «A utilização dos moluscos durante o Eneolítico português», *Revista de Guimarães*, 76, Guimarães, 1966.

8 Carlos Tavares da Silva: «O povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). Vestígios de Estratigrafia», *Arquivo de Beja*, 25-26-27, Beja, 1968-1970.

O. da Veiga Ferreira e Carlos Tavares da Silva: «A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). Nota preliminar», *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Ass. Arq. Portugueses*, 2, Lisboa, 1970.

9 Carlos Tavares da Silva: «O povoado pré-histórico da Rotura. Notas sobre a cerâmica», *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, 1, Coimbra, 1971.

10 Na recente publicação de uma *tese de licenciatura* que teve como tema a Rotura, o seu autor, Vítor Gonçalves, baseando-se ùnicamente no achado de pouquíssimos fragmentos de cerâmica «duplamente ungulada» em um dos primeiros níveis de ocupação (cerâmica exactamente do mesmo tipo da que em muito maior abundância surgiu em Vila Nova de S. Pedro e que também encontrámos entre o espólio de outras estações calcolíticas como Penha Verde e Penedo), foi ao ponto de considerar esse nível pré-cardial, datando-o de — 5.000 anos a. C..

Pois em qualquer destes períodos de ocupação a recolecção de moluscos foi sem dúvida um facto econòmicamente importante, surgindo níveis que se comportam como verdadeiros concheiros o que poderá estar de acordo com uma presença do elemento indígena nesse povoado.

Nota-se, porém, que enquanto na Rotura o molusco mais abundante é *Tapes decussatus* seguido da *Patella* e no Pedrão ([11]), estação situada a curta distância da Rotura, é *Solen* e *Tapes decussatus*, em Galapos o *Mytilus* e a *Patella* predominam esmagadoramente sobre as outras formas de moluscos.

---

[11] Carlos Tavares da Silva e Mateus Gonçalves Cabrita: «Estação arqueológica do Pedrão (Setúbal)», Centro de Estudos Científicos da Ass. de Est. da Faculdade de Ciências de Lisboa, 1965.

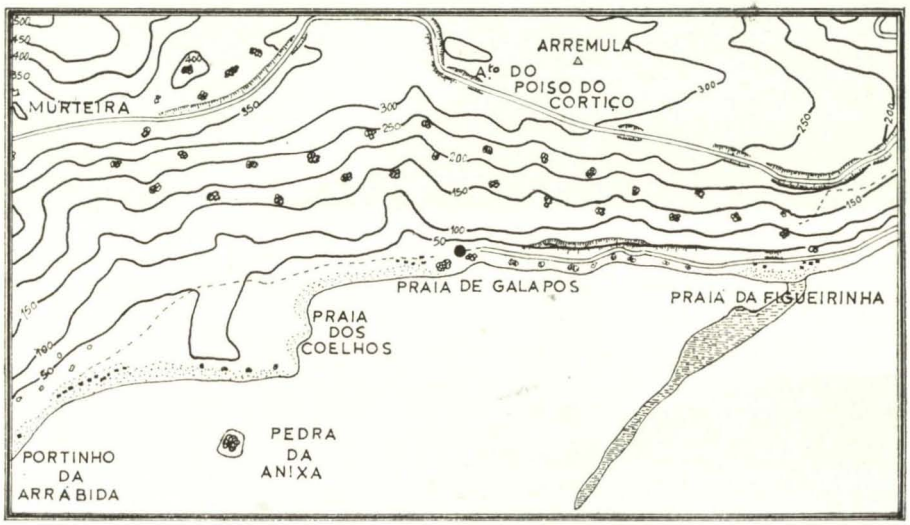



*Fig. 1* - Carta da região. Esc. 1:32.000

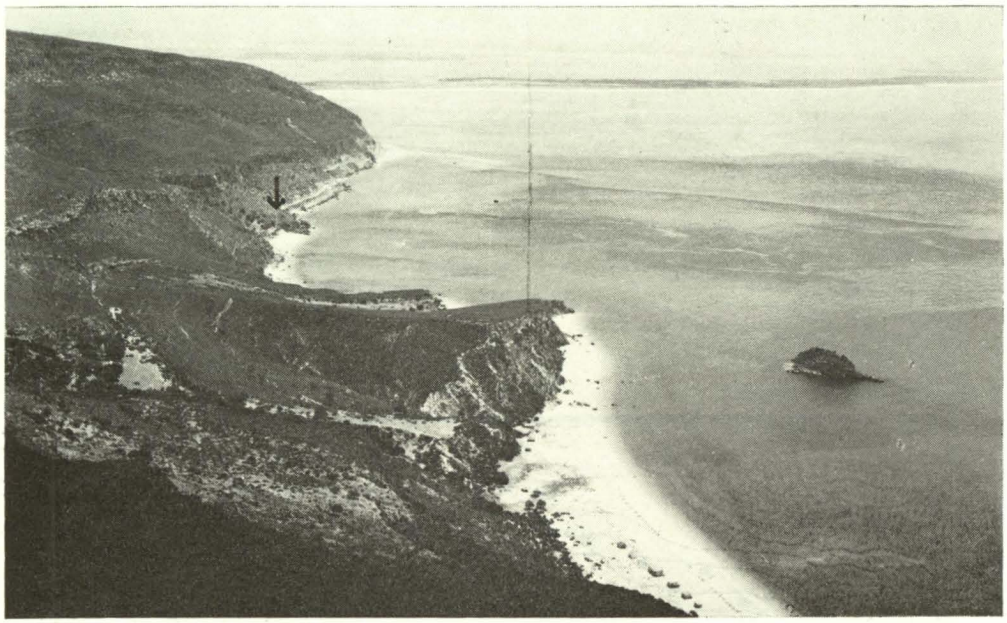


*Fig. 2* - Contexto paisagístico em que se integra o concheiro (indicado pela seta). A praia que se vê em primeiro plano é o Portinho da Arrábida




*Fig. 3* - Local do concheiro visto do mar. A seta A indica o ponto onde foi identificado pela primeira vez o nível arqueológico. A seta B indica a zona central do concheiro — a mais espessa e destruída

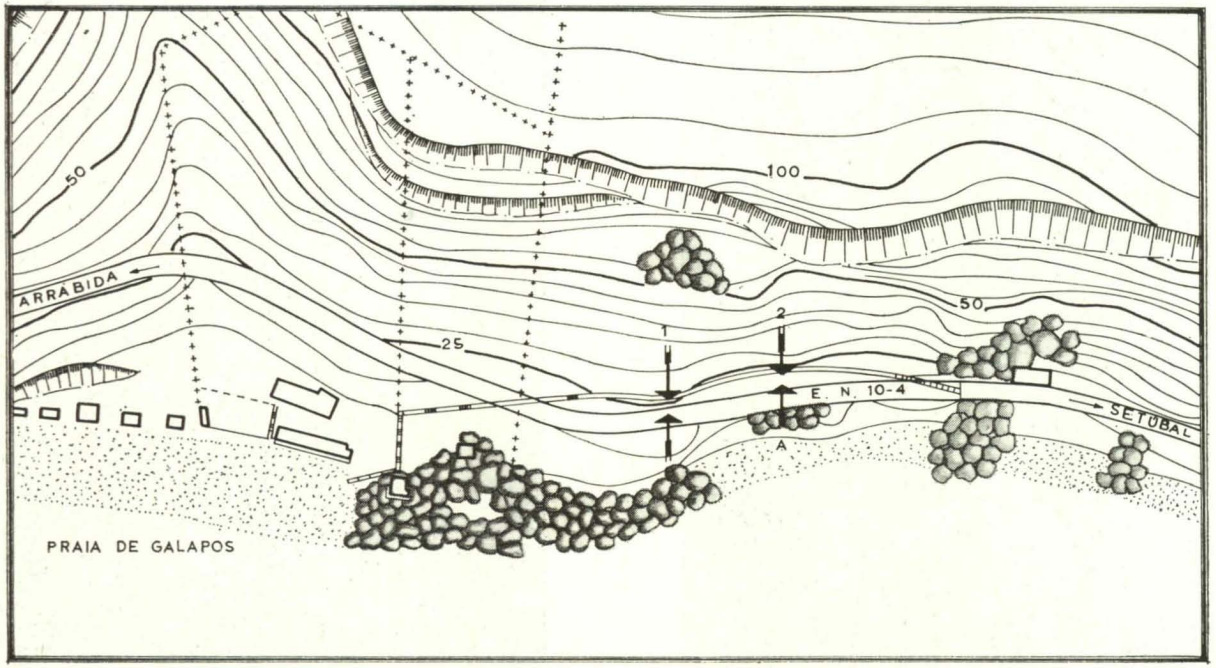



*Fig. 4* - Planta com o traçado da estrada recém-aberta Galapos-Portinho (fornecida pela Direcção Geral de Estradas). As setas indicam pontos importantes do concheiro. Esc. 1:2.500

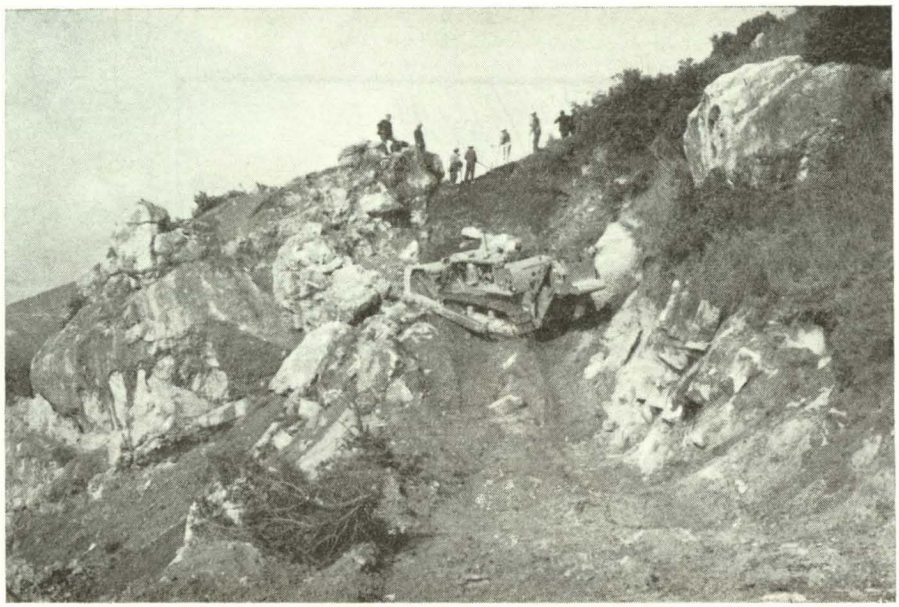


*Fig. 5* - Momento da destruição de grande parte do concheiro (terra mais escura)



*Fig. 6* - Outro aspecto da destruição do espesso cinzeiro. Notar as grandes pedras que o cobriam provenientes de uma zona mais elevada

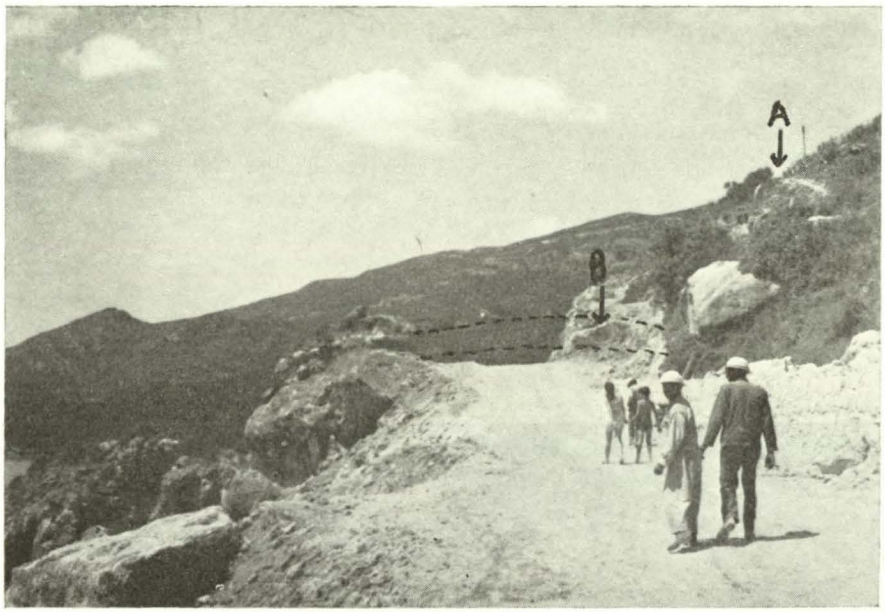



*Fig. 7* - O concheiro destruído após a abertura da estrada. Os tracejados pretendem limitar a espessa camada de cinzas e conchas. No ponto indicado pela seta A ainda é possível encontrar uma fina camada de conchas nos taludes do antigo caminho que dava acesso à praia de Galapos. Em B observou-se o resto do que pensamos ter sido uma pequena gruta



*Fig. 8* - Pormenor do que resta da anfractuosidade revestida de calcite citada na legenda da fig. 7. A tracejado, vestígios do nível do concheiro que se mantiveram no talude Norte da estrada actual

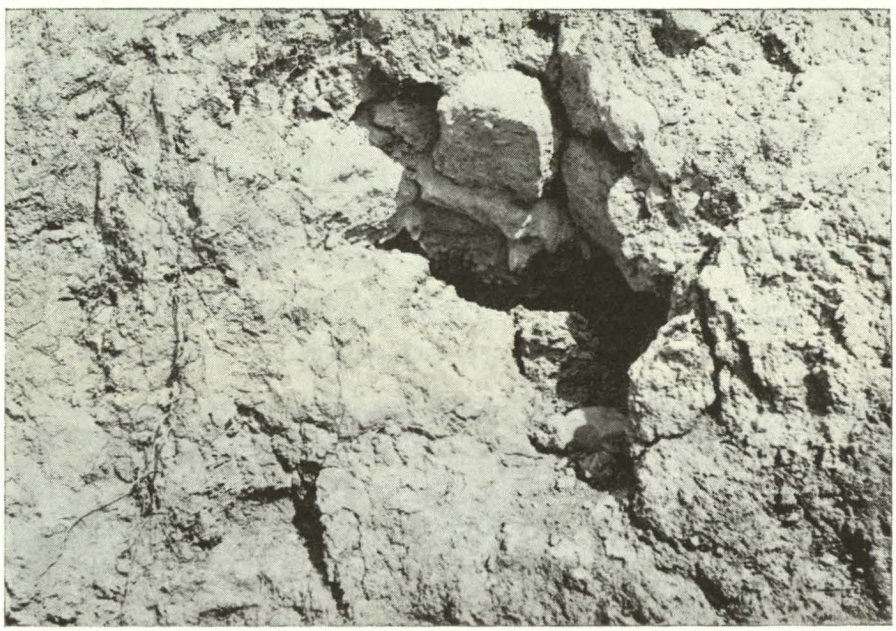


*Fig. 9* - Abertura de uma pequena gruta (?) observada no talude Norte da nova estrada, no local do concheiro

# O PALEOLÍTICO DO POVOADO PRÉ-ROMANO DE CHÕES DE ALPOMPÉ (SANTARÉM)

pelos sócios efectivos

*G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira, M. Leitão e C. T. North.*

O campo entrincheirado de Chões de Alpompé, Santarém, está situado na superfície dum terraço de 80-90 m de altitude, que se ergue junto da confluência do rio Alviela e do rio Tejo. Tem cerca de um quilómetro de comprimento N-S e 500 m de largura W-E.

Do ponto de vista geológico, o terraço referido é constituido por um depósito de areias grosseiras e de cascalheiras sobrepostas aos grés avermelhados do Pliocénico. As cascalheiras foram aproveitadas para construir as muralhas do campo, as quais, nas duas extremidades do povoado, atingem alguns metros de altura, formando torreões.

Numa nota anterior (G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira e M. C. Santos — 1969), tinha-se dado uma planta na escala de 1/25.000 do local, indicando a posição das muralhas citadas e das entradas do povoado. Enumeraram-se, pela mesma ocasião, as peças encontradas no decurso da visita em 1967, as quais são do século IV a. C.

As muralhas do campo fortificado apresentam diversas sinuosidades relacionadas com a topografia local. Os bordos do terraço são recortados por ravinas, bastante acentuadas no flanco ocidental, algumas das quais foram aproveitadas como pontos de acesso ao povoado e protegidas por fortificações apropriadas. A parte central do povoado

apresenta vestígios de duas muralhas transversais de orientação W-E, as quais isolam uma parte ligeiramente mais alta onde apareceram alguns fragmentos de colunas de. calcário esbranquiçado.

No decurso do nosso reconhecimento em 1967, foram encontrados no interior do campo fortificado alguns instrumentos paleolíticos provenientes das camadas superficiais do terraço. Recentemente, dois dos signatários do presente trabalho (M. L. e C. T. N.) voltaram ao povoado afim de procurar mais elementos paleolíticos ali existentes. O resultado das duas visitas ao local foi a descoberta de mais de 300 peças pertencentes ao Acheulense superior e ao Mustierense, que passamos a descrever nas páginas seguintes.

SÉRIE I — *Série muito rolada proveniente das cascalheiras do terraço (Abbevilense e Acheulense antigo).*

— Um calhau de quartzito negro com veios brancos, truncado verticalmente em uma das extremidades por dois largos negativos de lascas. O resto das duas faces do exemplar é coberto pela superfície primitiva do seixo.

Dimensões: 78 mm × 107 mm × 75 mm.

— Um seixo espesso com reverso achatado e terminado em bico na extremidade superior. Bordo esquerdo do anverso apresentando duas concavidades, as quais parecem ser negativos de lascas muito inclinadas, de trabalho intencional.

Dimensões: 151 mm × 104 mm × 57 mm.

— Um seixo estreito e alongado com superfície primitiva ocupando o reverso, bem como a metade direita do anverso. Metade esquerda desta última face trabalhada por uma série de lascas pouco inclinadas, realizando um gume ligeiramente convexo que mostra ter servido como raspador. Trata-se de uma peça de trabalho acheulense.

Dimensões: 137 mm × 83 × 48 mm.

— Dois seixos ovais, achatados, alongados, do mesmo tipo que o anterior mas mais rolados, parecendo apresentar trabalho intencional.

Um deles parece apresentar os negativos de três lascas no bordo direito do anverso.

O segundo parece corresponder a uma grande lasca acheulense. O intenso rolamento não permite indicações mais concretas.

Dimensões: 165 mm × 107 mm × 48 mm.
130 mm × 89 mm × 45 mm.

SÉRIE II — *Peças apresentando uma pátina eólica (Acheulense médio).*

— Um calhau de quartzito truncado em uma das extremidades por uma clivagem inclinada a cerca de 45 graus. Apresenta um gume natural fortemente convexo na extremidade superior e muito gasto pela utilisação. Extremidade inferior apresentando indícios de percussões repetidas. Um negativo acidental observa-se no bordo esquerdo do reverso.

Dimensões: 93 mm × 78 mm × 39 mm.

— Um calhau de secção subquadrangular, relativamente espesso, com superfície primitiva ocupando o reverso e a maior parte do anverso. Base truncada anteriormente ao trabalho. Talhe unifacial na parte superior do anverso, por meio de uma série de lascas inclinadas da frente para traz e afeiçoando um gume arredondado com alguns indícios de utilização.

Dimensões: 93 mm × 71 mm × 58 mm.

— Um seixo raspador sublosangular em forma de leque. Superfície primitiva ocupando o reverso, bem como a parte inferior do anverso. Metade superior desta mesma face trabalhada de pequenas lascas curtas e inclinadas, as quais realizam um gume fortemente convexo destinado a servir de raspadeira ou de raspador.

Dimensões: 68 mm × 80 mm × 44 mm.

— Outro seixo raspador espesso, largo e curto. Trabalhado no reverso por duas lascas triangulares e no anverso por sete lascas de

dimensões várias, pouco inclinadas. Base espessa com bordos arredondados. Gume ligeiramente convexo e gasto pela utilização.

Dimensões: 112 mm × 69 mm × 66 mm (Est. IV, n.º 20).

— Um seixo estreito e alongado com superfície primitiva ocupando o reverso, bem como a base e o bordo direito do anverso. Metade superior do bordo esquerdo apresentando indícios de fractura térmica, bem como vestígios de algumas lascas localizadas na extremidade superior do objecto. O gume formado pelo bordo esquerdo apresenta indícios de utilização como raspador.

Dimensões: 107 mm × 70 mm × 40 mm.

— Metade de um grande seixo de forma subtriangular. Reverso de superfície primitiva. Bordo esquerdo da mesma face regularisado por um negativo de lasca. Outro negativo estreito e alongado, tirado da frente para traz na extremidade superior, pode ser acidental. Anverso de plano de separação. Gume muito convexo de forma triangular, muito gasto pelo uso como raspador convexo.

Dimensões: 98 mm × 120 mm × 46 mm.

SÉRIE III — *Peças sem pátina e com arestas vivas (Acheulense superior), por vezes aproveitadas pelos habitantes do povoado.*

*Bifaces.*

— Um biface lanceolado com superfície primitiva do seixo conservada na parte inferior do anverso. Ambas as faces são trabalhadas por lascas subhorizontais a partir dos bordos em direcção ao centro. Técnica acheulense bastante adiantada.

Dimensões: 107 mm × 61 mm × 32 mm (Est. I, n.º 3).

— Um biface piriforme subtriangular. Reverso com superfície primitiva do seixo ocupando a faixa central, bem como o bordo direito. Bordo esquerdo da mesma face trabalhado por duas lascas inclinadas. Base do reverso mostrando dois negativos de lascas pro-

vàvelmente acidentais. Anverso com superfície primitiva ocupando a base e a parte central, prolongando-se até à extremidade superior por uma aresta central rectilinea. Bordos laterais cavados cada um por uma concavidade larga, triangular no bordo direito e alongada longitudinalmente no bordo esquerdo.

Dimensões: 97 mm × 77 mm × 42 mm.

— Dois bifaces imperfeitos.

No primeiro, a superfície primitiva do seixo ocupa a parte inferior do reverso, bem como o bordo direito e a parte superior do anverso. O resto desta face foi trabalhado por dois grandes negativos de lascas completados por quatro ou cinco mais pequenos. Bordo esquerdo irregular, convexo na parte inferior e concavo na parte superior. Reverso cavado na parte superior por um grande negativo concavo. Extremidade superior e bordo esquerdo apresentando indícios de utilização.

Dimensões: 112 mm × 54 mm × 40 mm (Est. VI, n.º 39).

O segundo, semelhante ao anterior, apresente um reverso cortado longitudinalmente e em diagonal por uma aresta separando duas facetas alongadas. Metade direita do anverso de superficie de origem térmica. Metade esquerda com duas truncaturas, das quais a superior convexa e a inferior mostrando um forte bôlbo de percussão.

Dimensões: 103 mm × 72 mm × 47 mm.

— Um biface oval, alongado, sobre lasca. Reverso de superfície primitiva de seixo ocupando a metade inferior e o bordo esquerdo daquela face. Parte superior do bordo direito trabalhada por uma lasca longitudinal pouco inclinada. Bordo direito do anverso de superfície térmica. Parte central de clivagem. Extremidade superior e bordo esquerdo trabalhados de lascas subhorizontais curtas.

Dimensões: 82 mm × 52 mm (Est. III, N.º 15).

*Coups - de - poing unifaciais.*

— Um grande uniface piriforme com superfície primitiva de seixo ocupando o reverso, bem como os dois terços do anverso. Parte supe-

rior desta face apresentando dois negativos de lascas oblíquas, alongadas de cima para baixo e da direita para a esquerda. Extremidade superior ligeiramente arredondada.

Dimensões: 200 m × 123 mm × 53 mm.

— Um uniface piriforme. Superfície primitiva do seixo ocupando o reverso, bem como a parte inferior do anverso, prolongando-se até ao centro desta face por uma faixa ponteaguda. Parte inferior do anverso, bem como os dois bordos laterais, cavados cada um por dois negativos principais completados por outros mais pequenos.

Dimensões: 140 mm × 89 mm × 45 mm (Est. I, N.º 2).

— Um uniface piriforme dissimétrico com superfície primitiva de seixo ocupando o reverso, bem como uma grande parte da metade inferior do anverso. Bordo direito desta face trabalhado de lascas quase verticais em todo o seu comprimento. Metade superior do bordo esquerdo apresentando uma concavidade principal irregular devido às clivagens da rocha, completada por algumas lascas secundárias tiradas a partir da extremidade do objecto. O trabalho recorda o de alguns objectos ancorenses do Minho.

Dimensões: 107 mm × 76 mm × 51 mm (Est. II N.º 9).

— Um uniface oval, alongado e dissimétrico. Superfície primitiva do seixo ocupando o reverso, bem como a base do anverso e o bordo direito rectilíneo. Parte central do anverso apresentando um negativo de lasca transversal tirada a partir do bordo direito. Extremidade superior arrendondada e ligeiramente ogival, trabalhada por três lascas tiradas da frente para traz, uma mais pequena e as duas outras maiores. Bordo esquerdo convexo trabalhado por uma série de lascas pequenas e imbricadas. O instrumento parece ter servido de raspador convexo.

Dimensões: 111 mm × 62 mm × 45 mm (Est. VII, N.º 49).

— Um uniface sobre seixo achatado de rocha quartzosa negra. Forma geral sublosangular. Reverso de superfície primitiva de seixo, bem como os dois terços do anverso. Extremidade superior do anverso

afeiçoada em ponta encurvada para esquerda, situada entre duas largas concavidades.

Dimensões: 150 mm × 92 mm × 34 mm (Est. I, N.º 5).

— Dois unifaces sobre metades de seixos encurvados em sentido contrário um do outro.

O maior com superfície primitiva do seixo ocupando o reverso com excepção de dois pequenos negativos de lascas acidentais. A base do anverso, que serviu de plano de percussão, apresenta um núcleo saliente. Metade direita do anverso de plano de separação. Extremidade superior de plano de clivagem. Metade esquerda formando uma grande concavidade. O bordo esquerdo parece ter servido de raspador concavo e o bordo direito de raspador convexo. Extremidade superior, encurvada para esquerda, apresentando um gume arredondado gasto pelo uso.

Dimensões: 115 mm × 78 mm × 50 mm (Est. VII, N.º 54).

O segundo uniface é semelhante ao anterior. Reverso de plano de clivagem. Anverso com superfície primitiva do seixo ocupando a base, bem como uma faixa central reunindo as duas extremidades do objecto. Bordo esquerdo fortemente convexo e bordo direito concavo, ambos trabalhados por lascas inclinadas, curtas. Indicação de ter servido como raspador.

Dimensões: 109 mm × 74 mm × 39 mm (Est. VII, fig. 52).

— Outro objecto do mesmo género, mas mais espesso, parecendo corresponder a um núcleo alongado servindo para preparação de unifaces. Reverso de superfície primitiva do seixo, que ocupa também a base do anverso, oblíqua, prolongando-se no centro desta face por uma faixa triangular. Uma aresta longitudinal muito gasta separa o anverso em duas partes muito inclinadas, trabalhadas por lascas tiradas a partir dos dois bordos em direcção à aresta central. Extremidade superior arredondada.

Dimensões: 146 mm × 94 mm × 81 mm (Est. I, N.º 4).

— Um uniface sobre lasca oval. Reverso de plano de separação, com bolbo no centro. Superfície primitiva do seixo ocupando o bordo

esquerdo daquela face, tendo servido de plano de percussão. Anverso com resto de superfície primitiva de seixo na extremidade superior do bordo direito. Bordo esquerdo e base convexos, com gumes realisados por quatro lascas tiradas da esquerda para a direita e muito gastos pela utilização como raspador convexo.

Dimensões: 108 mm × 84 mm ×48 mm (Est. II, N.º 7).

*Machadinhos.*

— Dois machadinhos sobre metades de seixos alongados. Reversos de superfície primitiva de seixo e com fractura térmica no mais pequeno. Anverso de plano de separação com superfície primitiva de seixo ocupando a base e o bordo direito no maior dos dois e os dois bordos no mais pequeno.

Dimensões: 142 mm × 82 mm × 52 mm.
121 mm × 70 mm × 45 mm.

— Um objecto unifacial aparentado aos machados. Reverso de superfície primitiva de seixo e com três pequenos negativos na parte superior, possìvelmente acidentais. Anverso boleado com duas facetas de clivagem na metade inferior. Metade superior trabalhada por seis lascas inclinadas a cerca le 40 graus, tiradas da frente para traz e realisando um gume arredondado apresentando sinais de utilisação.

Dimensões: 121 mm × 99 mm × 56 mm (Est. VIII, N.º 61).

— Metade de um seixo com reverso de plano de separação. Anverso de superfície primitiva com 5 ou 6 retoques curtos na extremidade superior larga, os quais realizam um gume em zigue-zague. Extremidade inferior apresentando um negativo de lasca acidental. Ponta inferior mostrando esmagamento devido a utilização. Tal qual, o objecto assemelha-se a um machadinho.

Dimensões: 123 mm × 101 mm × 34 mm.

*Objectos aparentados aos coups-de-poing.*

— Um calhau truncado na extremidade superior e no bordo direito do anverso. Maior parte do reverso ocupado por uma superfície de clivagem, com excepção do lado direito da base ocupada por um negativo

de lasca subhorizontal. Anverso com superfície primitiva do seixo ocupando os 2/3 da metade esquerda e a base. Bordo esquerdo rectilíneo truncado longitudinalmente. Extremidade superior formando um gume transversal rectilíneo e bordo direito trabalhado, o primeiro com duas lascas tiradas da frente para traz e o segundo com três lascas muito inclinadas. Trata-se dum objecto aparentado aos coups-de-poing unifaciais.

Dimensões: 103 mm × 88 mm × 44 mm.

— Um objecto aparentado aos unifaces, representado por um seixo truncado ao longo de um dos bordos compridos por talhe apoiado. Superfície primitiva do seixo ocupando o reverso, bem como a metade direita do anverso, formando talão. Metade esquerda do anverso inclinada a 45 graus. Bordo formando um gume convexo bastante regular. O objecto podia servir de coup-de-poing unifacial ou de seixo raspador.

Dimensões: 122 mm × 98 mm × 59 mm (Est. I N.º 1).

— Metade de um grande calhau de forma ovalada. Anverso de superfície de clivagem ocupando os 4/5 daquela face. Extremidade superior trabalhada por quatro ou cinco lascas tiradas da frente para traz, inclinadas de cerca de 45 graus de modo a realizar um gume fortemente convexo. Trata-se de uma peça aparentada aos coups-de-poing unifaciais.

Dimensões: 181 mm × 142 mm × 49 mm.

*Calhaus trabalhados em uma das extremidades e num dos bordos laterais.*

— Um calhau trabalhado na extremidade superior e no bordo esquerdo do anverso. Superfície primitiva do seixo ocupando a metade inferior do anverso, bem como os 2/3 do reverso. Metade superior do anverso e extremidade inferior do reverso afeiçoadas em raspadeira nucleiforme aredondada convexa, por meio de lascas inclinadas tiradas da frente para traz. Gumes muito gastos pela utilização.

Dimensões: 110 mm × 89 mm × 53 mm.

— Um calhau alongado com superfície primitiva de seixo ocupando o reverso e a metade esquerda do anverso. Trabalhado na extremidade superior do anverso de um largo negativo de lasca concavo e inclinado da esquerda para a direita. Bordo direito escamado por acção térmica e por duas ou três pequenas lascas curtas e irregulares.

Dimensões: 88 mm × 60 mm × 47 mm.

— Outro calhau do mesmo tipo, com superfície primitiva conservada no reverso e no bordo direito do anverso. O resto desta face apresenta uma faixa central de superfície de clivagem. Extremidade superior truncada por duas lascas tiradas da direita para esquerda. Bordo esquerdo afeiçoado em raspador por meio de várias lascas inclinadas a 45 graus.

Dimensões: 81 mm × 33 mm × 42 mm.

— Um seixo achatado com superfície primitiva ocupando os dois terços do anverso, bem como a base e uma faixa central no reverso, enquadrada entre dois negativos de lascas. Anverso trabalhado por um negativo concavo e quase vertical, ocupando todo o bordo esquerdo, e por 5 outros menos inclinados afeiçoando, no bordo superior, um gume convexo e ligeiramente inclinado da direita para a esquerda. Trata-se de uma espécie de calhau raspador trabalhado num dos bordos laterais e na extremidade superior.

Dimensões: 84 mm × 78 mm × 35 mm (Est. IV N.º 24).

*Calhaus trabalhados em uma das extremidades.*

— Nove calhaus estreitos e alongados, trabalhados em uma das extremidades por talhe unifacial de lascas mais ou menos inclinadas. Entre eles, dois apresentam um gume inclinado da direita para esquerda e os outros gumes transversais subrectilíneos, ligeiramente concavos ou ondulados.

Dimensões do maior: 137 mm × 91 mm × 43 mm.

Dimensões do mais pequeno: 80 mm × 68 mm × 38 mm.

— Doze calhaus ou fragmentos de calhaus cordiformes em forma de leque, com base estreita e extremidade superior larga, trabalhada de lascas mais ou menos inclinadas, tiradas da frente para traz. Dois exemplares são de talhe bifacial e os outros de talhe unifacial.

Dimensões do maior: 158 mm × 174 mm × 64 mm.

Dimensões do mais pequeno: 88 mm × 79 mm × 39 mm (Est. VI, N.º 44).

— Um pequeno seixo achatado cordiforme, truncado em uma das extremidades por 5 ou 6 lascas curtas e estreitas, bastante cuidadosas, transformando aquele bordo numa espécie de raspadeira convexa.

Dimensões: 57 mm × 51 mm × 18 mm (Est. II, N.º 10).

— Dez calhaus largos e curtos, relativamente espessos, truncados em uma das extremidades por uma série de lascas mais ou menos inclinadas. Um dos calhaus é de quartzo e os outros de quartzito. Um deles apresenta negativos de lascas na extremidade e um no bordo lateral esquerdo.

Dimensões do maior e mais espesso: 98 mm × 108 mm × 60 mm.

Dimensões do mais pequeno: 63 mm × 55 mm × 27 mm.

Dimensões dos três figurados:

89 mm × 90 mm × 39 mm (Est. III, N.º 18), mostra um negativo de lasca tirada da base mutilada por acção térmica.

66 mm × 69 mm × 37 mm (Est. VIII, N.º 55).

53 mm × 68 mm × 37 mm (Est. VI, N.º 38).

— Um pequeno seixo espesso, largo e curto, com superfície primitiva conservada na base e na maior parte do anverso. O resto da mesma face é trabalhado por 4 negativos de lascas subverticais, afeiçoando um gume com 4 facetas. Reverso rebaixado por 4 negativos muito irregulares devido a clivagens da rocha. O gume e as arestas dos bordos laterais apresentam fortes esmagamentos devido ao emprego como percutor.

Dimensões: 49 mm × 64 mm × 47 mm.

— Dez calhaus largos, curtos e achatados, truncados em uma das extremidades por lascas curtas subhorizontais ou pouco inclinadas. Quatro apresentam negativos de lascas num dos bordos laterais, além do trabalho na extremidade superior. Um deles é fracturado longitudinalmente, no bordo direito.

Dimensões do maior: 109 mm × 122 mm × 33 mm.

Dimensões do mais pequeno: 84 mm × 60 mm × 31 mm.

— Um calhau truncado achatado, arredondado, com superfície primitiva ocupando o reverso, bem como a metade inferior do anverso. Metade superior da mesma face apresentando 3 negativos de lascas pouco inclinadas, uma delas mais côncava, do lado direito. Bordo direito do anverso apresentando uma fractura vertical de clivagem.

Dimensões: 103 mm × 103 mm × 41 mm (Est. IV, N.º 27).

— Um calhau achatado e arredondado, truncado na extremidade superior do reverso por uma clivagem completa do lado direito e no gume por pequenos retoques. Anverso apresentando, na parte superior de cada um dos bordos laterais, um largo negativo concavo de lasca. Gume terminal ligeiramente arredondado, apresentando alguns pequenos retoques de regularização. O objecto tem a forma de uma espécie de plaina.

Dimensões: 101 mm × 98 mm × 34 mm.

— Um calhau achatado trabalhado por talhe bifacial em cerca de três quartos da periferia, de lascas iregulares, geralmente pouco inclinadas, afeiçoando um gume também muito irregular apresentando uma fractura acidental em um dos bordos.

Dimensões: 125 mm × 109 mm × 40 mm.

— Cinco calhaus curtos e espessos, truncados por lascas muito inclinadas e por vezes verticais. O maior, de quartzo cinzento escuro, apresenta um gume convexo fortemente gasto pelo uso.

Dimensões: 109 mm × 109 mm × 87 mm.
82 mm × 81 mm × 82 mm (Est. V, N.º 35).
71 mm × 97 mm × 55 mm (Est. IV, N.º 21),
lembrando os seixos raspadores, mas muito espesso, com gume convexo muito gasto pelo uso.

*Calhaus apresentando truncaturas em duas extremidades opostas.*

— Sete calhaus apresentando indícios de trabalho em duas extremidades opostas, três por talhe unifacial e os outros por talhe bifacial. O trabalho principal, na extremidade superior, é realizado por duas ou mais lascas, mais ou menos inclinadas. Extremidade oposta apresentando geralmente um ou dois negativos acidentais obtidos no decurso do trabalho, devido à técnica utilizada, ou seja o talhe sobre peça apoiada e por vezes o talhe bipolar.

Dimensões do maior: 145 mm × 89 mm × 45 mm.
Dimensões do mais pequeno: 102 mm × 64 mm × 22 mm.
Dimensões de um terceiro: 104 mm × 82 mm × 35 mm (Est. IV, N.º 26).

*Calhaus raspadores.*

— Sete calhaus raspadores, dos quais 5 de talhe unifacial e 2 de talhe bifacial, trabalhados em um dos bordos laterais por meio de lascas pouco inclinadas, podendo atingir 45 graus.

Dimensões do maior, de talhe bifacial, com gume concavo muito irregular obtido por 4 lascas no anverso e 1 no reverso: 109 mm × 88 mm × 38 mm;
Dimensões do mais pequeno, de talhe unifacial, trabalhado em dois bordos formando entre eles um ângulo de cerca de 90 graus de modo a realizar um gume saliente: 71 mm × 60 mm × 32 mm (Est. VII, N.º 48);
Dimensões de um outro, de talhe unificial, trabalhado em dois bordos formando entre eles um ângulo de cerca de 90 graus de modo a realizar um gume saliente: 97 mm × 74 mm × 48 mm (Est. IV, N.º 48);

Dimensões de um outro, de talhe bifacial com gume convexo extremamente gasto, preparado num dos bordos laterais por meio de 2 lascas tiradas em cada face: 97 mm × 74 mm × 48 mm (Est. IV, N.º 23).

— Um seixo raspador com superfície primitiva de seixo ocupando cerca da metade de uma face e a quase totalidade da outra. Trabalhado em ambas as faces, em quase 3/4 da periferia, de lascas subhorizontais ou pouco inclinadas. O gume apresenta um desgaste devido à utilização em quase toda a periferia.

Dimensões: 97 mm × 98 mm × 54 mm (Est. III, N.º 17).

— Seis seixos raspadores curtos e largos, todos sensìvelmente do mesmo tamanho, dos quais 2 de talhe bifacial e os outros quatro de talhe unifacial. Trabalho realizado por lascas curtas e muito inclinadas, imbricadas em um dos exemplares. Gume convexo apresentando indícios de utilização mais ou menos prolongada.

Dimensões: 100 mm × 97 mm × 69 mm.
190 mm × 87 mm × 64 mm.

— Dois seixos raspadores menos espessos, trabalhados em mais da metade da periferia por talhe baficial, por meio de uma série de lascas pouco inclinadas tiradas da frente para traz no anverso e completadas no reverso por um ou dois negativos destinados a rebaixar o bordo.

Dimensões: 82 mm × 92 mm × 51 mm.
70 mm × 82 mm × 37 mm.

— Um pequeno seixo ovalado com superfície primitiva ocupando a metade inferior das duas faces. Metade oposta trabalhada por talhe bifacial, de uma série de lascas curtas, mais ou menos inclinadas (2 no reverso e 4 ou 5 no anverso), realizando um gume em zigue-zague que deve ter servido de raspador.

Dimensões: 64 mm × 51 mm × 42 mm (Est. IV, N.º 25).

— Um calhau raspador largo, curto e achatado, em quartzito avermelhado, trabalhado por talhe unifacial, de lascas curtas subverticais, em um dos bordos.

Dimensões: 86 mm × 62 mm × 29 mm (Est. VI, n.º 42).

*Raspadores semicirculares.*

— Oito raspadores semicirculares achatados sobre metades de seixos e três fragmentos de outros, apresentando um forte desgaste de utilização em cerca de 3/4 do gume da periferia. O resto da periferia é ocupado pela superfície primitiva do seixo que se prolonga também em todo o reverso. Anverso de plano de separação, por vezes rebaixado por meio de lascas subhorizontais.

Dimensões do maior: 130 mm × 115 mm × 36 mm (Est. II, n.º 12).

Dimensões de um segundo: 93 mm × 92 mm × 37 mm (Est. V, n.º 33).

— Seis raspadores de mesmo tipo, apresentando uma truncatura transversal em um dos bordos e alguns retoques de regularização no gume periférico.

Dimensões do maior: 122 mm × 107 mm × 56 mm.

Dimensões do outro: 115 mm × 87 × 41 mm (Est. V, n.º 36), lembrando uma extremidade de um machado mirense.

Dimensões de um terceiro: 85 mm × 81 × 29 mm (Est. V, n.º 30).

Dimensões de um quarto: 83 mm × 90 mm × 40 mm (Est. VI, n.º 45).

—Dez raspadores semicirculares sobre metades ou fragmentos de seixos espessos e de certo modo irregulares. Trabalho unifacial em 4 e bifacial nos outros, destinado a regularizar o gume que abrange, por vezes, mais da metade da periferia, ou a rebaixar os exemplares mais espessos.

Dimensões de dois: 108 mm × 78 mm (Est. V, n.º 32), em quartzito zonado.

Dimensões: 109 mm × 75 mm × 48 mm (Est. VIII, n.º 59).

— Oito raspadores semicirculares sobre calotes de seixos de forma oval alongada e apresentando um gume abrangendo mais de metade da periferia. O desgaste do gume periférico mostra no entanto a utilização das peças como raspadores semicirculares ovais ou subcirculares.

Dimensões do maior: 127 mm × 100 mm × 50 mm (Est. II, n.º 6).

Dimensões do segundo: 129 mm × 94 mm × 40 mm (Est. VIII, n.º 60).

Dimensões de um terceiro: 120 mm × 90 mm × 50 mm (Est. II, n.º 11).

Dimensões do mais pequeno: 91 mm × 73 mm × 41 mm (Est. VI, n.º 37).

— Quatro metades de seixos de forma oval arrendondada com reverso de superfície primitiva e com fractura ao longo de uma clivagem na maior. Gume extremamente gasto em toda a periferia devido a utilização prolongada. Um dos bordos apresenta uma larga concavidade que serviu por vezes de raspador concavo. O anverso é de plano de separação em dois exemplares, e de clivagem no terceiro.

Dimensões do maior: 126 mm × 93 mm × 53 mm.

Dimensões do mais pequeno: 102 mm × 84 mm × 47 mm.

*Percutores.*

— Um percutor de forma oval arredondada, apresentando uma aresta periférica muito gasta devido a percussões repetidas.

Dimensões: 87 mm × 77 mm × 58 mm (Est. III, n.º 14).

— Metade de um seixo que serviu de percutor. Base e aresta periférica gastas pelo uso e apresentando indícios de percussões repetidas.

Dimensões: 90 mm × 77 mm × 80 mm.

*Núcleos.*

— Cinco núcleos poliédricos apresentando por vezes arestas muito gastas por percussões prolongadas e por vezes devido a utilização como raspadeiras nucleiformes.

Dimensões do maior: 123 mm × 114 mm × 89 mm (Est. III, n.º 19), utilizado como cutelo para cortar ou para esmagar.

Dimensões do mais pequeno: 77 mm × 65 mm × 48 mm. (Est. VIII, n.º 57).

— Vinte e dois núcleos mustieroides ou mustierenses, dos quais 3 de formato maior e outros mais pequenos e mais ou menos discoidais. Alguns apresentam indícios de terem servido de raspadeiras e de raspadores.

Dimensões do maior: 88 mm × 73 mm × 47 mm (Est. II, n.º 13).

Dimensões de outro: 55 mm × 48 mm × 20 mm (Est. V, n.º 31).

Dimensões de um terceiro: 82 mm × 79 mm × 25 mm (Est. V, n.º 28).

Dimensões de outro: 80 mm × 80 mm × 39 mm (Est. VIII, n.º 58).

Dimensões do mais pequeno: 42 mm × 36 mm × 21 mm (Est. IV, n.º 22).

*Calotes de seixos.*

— Nove calotes ou metades de seixo, em geral arredondadas e por vezes alongadas. Entre elas, três apresentam indícios de terem servido como raspadeiras em quase toda a periferia, outras como raspadores e a maior como cutelo.

Dimensões da maior: 125 mm × 122 mm × 61 mm.

Dimensões da mais pequena: 75 mm × 72 mm × 55 mm.

Dimensões de uma terceira: 95 mm × 87 mm × 49 mm (Est. III, n.º 16), com retoque no reverso.

— Duas calotes de seixos truncados transversalmente, uma delas apresentando um gume muito gasto em toda a periferia.

Dimensões: 71 mm × 70 mm × 52 mm.
76 mm × 78 mm × 68 mm.

— Cinco calotes de seixos ovais alongados, com anverso rebaixado em 3, utilizadas como raspadores. Duas são de quartzo filoniano.

Dimensões da maior: 121 mm × 84 mm × 45 mm, em quartzo com gume muito gasto em toda a periferia.

*Raspadeiras.*

— Uma raspadeira subrectangular sobre seixo achatado, com base truncada obliquamente. A extremidade superior e os dois bordos laterais apresentam pequenos retoques inclinados. Reverso de superfície primitiva do seixo. Parte central do anverso de superficie de clivagem antiga.

Dimensões: 58 mm × 59 mm × 20 mm (Est. VII, n.º 46).

— Uma raspadeira sobre seixo de forma pentagonal. Superficie primitiva do seixo ocupando o reverso, bem como a base, o centro e o bordo direito do anverso. Bordo esquerdo truncado por duas lascas subverticais. Gume superior de forma subtrapezoidal, realizado por 3 lascas muito inclinadas.

Dimensões: 51 mm × 65 mm × 27 mm (Est. II, n.º 8).

— Uma lasca de forma pentagonal, com superficie primitiva de seixo conservada na base do anverso. O resto daquela face é trabalhado de lascas pequenas tiradas a partir dos bordos e da extremidade superior afeiçoada em raspadeira convexa. Reverso de plano de separação.

Dimensões: 70 mm × 57 mm × 24 mm (Est. VIII, n.º 56).

*Raspadores sobre lascas ou fragmentos de seixos.*

— Duas lascas alongadas, achatadas e disimétricas, com reverso de superfície primitiva de seixo e anverso de plano de separação. Bordo esquerdo rectilineo, bordo direito convexo e cuidadosamente retocado para servir de raspador. Base arredondada.

Dimensões: 103 mm × 65 mm × 38 mm (Est. VII, n.º 50).
95 mm × 64 mm × 21 mm.

— Sete lascas alongadas apresentando ligeiros retoques em um dos bordos afeiçoado para servir de raspador.

A maior em forma de lâmina alongada sublosangular com superfície primitiva do seixo ocupando o bordo direito do anverso. Bordo esquerdo formando gume quase rectilineo. Ligeiros retoques na parte

superior do bordo esquerdo do reverso, destinados a rebaixá-lo e regularizá-lo.

Dimensões: 114 mm × 52 mm × 21 mm (Est. VII, n.º 53).

A segunda de secção transversal subtrapezoidal, apresentando vestígios de superfície primitiva de seixo no reverso e na base do anverso. Bordo esquerdo do reverso rebaixado por um negativo de lasca concava e alongada. Anverso truncado no bordo direito por um negativo de lasca alongada e no bordo esquerdo por uma clivagem. Faixa central de plano de separação com restos de bôlbo da lado direito. Vestígios de retoques na extremidade superior. Gume do bordo esquerdo mostrando indícios de utilização como raspador.

Dimensões: 91 mm × 56 mm × 20 mm (Est. VII, n.º 51).

Uma terceira lasca com superfície primitiva de seixo ocupando a quase totalidade do anverso. Parte superior do bordo direito e parte inferior do bordo esquerdo apresentando retoques. Reverso de clivagem retocado na parte superior do bordo direito e na metade inferior do bordo esquerdo. Extremidade superior terminada em ponta aburilhada.

Dimensões: 91 mm × 54 mm × 28 mm (Est. V, n.º 34).

— Um pequeno fragmento de seixo de forma triédrica, apresentando um ligeiro retoque em um dos bordos que serviu de raspador.

Dimensões: 67 mm × 51 mm × 42 mm.

— Um pequeno fragmento pentagonal de seixo achatado, com reverso de plano de separação representado por uma clivagem. Anverso de superfície primitiva do seixo. Trabalhado em três bordos por uma série de retoques destinados a afeiçoar o objecto em raspador.

Dimensões: 75 mm ×43 mm × 24 mm (Est. VI, n.º 40).

— Um fragmento de seixo pentagonal, com reverso de clivagem, bastante irregular, embora relativamente plano. Anverso com surperfície primitiva de seixo ocupando a base vertical. O resto desta face apresenta uma série de facetas de lascamento mais ou menos inclinadas, conver-

gentes dos bordos em direcção ao centro mais elevado. O gume oposto à base apresenta algumas denticulações devidas ao uso.

Dimensões: 69 mm × 53 mm × 32 mm (Est. VII n.º 47).

— Um fragmento alongado de seixo achatado. Bordo direito rectilineo. Bordo esquerdo convexo e afeiçoado em raspador por uma série de lascas curtas e inclinadas. Extremidade oposta afeiçoada em bico.

Dimensões: 90 mm × 50 mm × 24 mm (Est. VI, n.º 43).

*Raspadores concavos.*

—Três lascas apresentando ligeiros retoques e mostrando terem servido de raspadores concavos e de raspadeiras.

Dimensões: 76 mm × 61 mm × 28 mm (Est. VI, n.º 41).

— Três lascas com pequenas coches num dos bordos mostrando terem servido de raspadores concavos.

Dimensões da maior: 85 mm × 55 mm × 22 mm.

Dimensões da mais pequena: 60 mm × 55 mm × 18 mm.

*Pontas.*

— Uma lasca de quartzo branco em forma de trapézio, terminada em ponta nas duas extremidades opostas. Bordos laterais apresentando alguns retoques. Trabalho de aspecto mustierense.

Dimensões: 55 mm × 31 mm × 16 mm (Est. V, n.º 29).

*Lâminas.*

— Duas lâminas de quartzite sem retoques.

Dimensões: 77 mm × 40 mm × 15 mm.
42 mm × 24 mm × 10 mm.

*Fragmentos de seixos e lascas de tipos diversos.*

— Uma metade de seixo com superfície primitiva ocupando a parte inferior, bem como o centro do anverso. Bordo esquerdo ocupado, na parte superior, por um negativo de lasca concavo. Bordo direito trabalhado por 3 lascas de largura vária. Extremidade superior do objecto terminado em bico triangular. Reverso de plano de separação, com bôlbo na base, do lado esquerdo. Plano de percussão de superfície primitiva de seixo.

Dimensões: 78 mm × 96 mm × 43 mm.

— Metade de um seixo achatado de forma subtriangular. Reverso de plano de separação bastante irregular e em parte de fractura térmica. Anverso de superfície primitiva do seixo, com excepção dos dois bordos concavos. O bordo direito é trabalhado intencionalmente. O bordo esquerdo apresenta uma fractura acidental.

Dimensões: 99 mm × 80 mm × 27 mm.

— Uma lasca sublosangular com reverso de fractura térmica. Anverso de superfície primitiva de seixo. As duas extremidades opostas são trabalhadas cada uma por 3 lascas curtas, de modo a evidenciar 2 bicos de forma triangular.

Dimensões: 105 mm × 80 mm × 26 mm.

*Lascas sem retoques.*

— Três lascas de técnica clactonense.

Dimensões da maior: 95 mm × 79 mm.

Dimensões da mais pequena: 62 mm × 54 mm.

— Dez lascas de técnica acheulense, das quais algumas utilizadas como raspadores ou como cutelo e apresentando um gume muito gasto.

Dimensões da maior: 120 mm × 84 mm.

Dimensões da mais pequena: 103 mm × 67 mm.

— Dezasseis lascas de técnica tayacense, algumas mostrando indícios de utilização como raspadeiras ou como raspadores.

Dimensões da maior: 43 mm × 37 mm.

*Lascas residuais.*

—No total, são 62 lascas, das quais 12 de primeiro talhe e 50 de segundo talhe.

Dimensões da maior: 105 mm × 75 mm.

Dimensões da mais pequena: 43 mm × 28 mm.

## CONCLUSÕES

Considerando a tipologia dos diversos objectos encontrados, é possível estabelecer o seguinte quadro estatístico:

| INSTRUMENTOS | Série I | Série II | Série III |
|---|---|---|---|
| BIFACES | | | |
| lanceolados | | | 1 |
| piriformes | | | 1 |
| imperfeitos | | | 2 |
| sobre lascas | | | 1 |
| UNIFACES | | | |
| piriformes | | | 3 |
| ovais alongados | | | 1 |
| diversos | | | 4 |
| sobre lascas | | | 1 |
| MACHADINHOS | | | 4 |
| OBJECTOS APARENTADOS AOS COUPS-DE-POING | | | 3 |
| CALHAUS TRABALHADOS | | | |
| em uma das extremidades e um dos bordos laterais | | | 4 |
| em uma das extremidades | 1 | 2 | 51 |
| em duas extremidades opostas | | | 7 |

| | Série I | Série II | Série III |
|---|---|---|---|
| CALHAUS RASPADORES | 4 | 4 | 18 |
| RASPADORES SEMICIRCULARES | | | 36 |
| PERCUTORES | | | 2 |
| NÚCLEOS | | | |
| poliédricos | | | 5 |
| mustieroides ou mustierenses | | | 22 |
| CALOTES DE SEIXOS | | | 16 |
| RASPADEIRAS | | | |
| sobre seixos | | | 2 |
| sobre lascas | | | 1 |
| RASPADORES | | | |
| sobre fragmentos de seixos | | | 4 |
| sobre lascas | | | 9 |
| concavos | | | 6 |
| PONTAS | | | 1 |
| LÂMINAS | | | 2 |
| FRAGMENTOS DE SEIXOS E LASCAS | | | |
| de tipos diversos | | | 3 |
| LASCAS | | | |
| clactonenses | | | 3 |
| acheulenses | | | 10 |
| tayacenses | | | 16 |
| residuais | | | 62 |
| | 5 | 6 | 301 |

O conjunto da industria estudada mostra a existência, no interior do povoado, de três séries paleolíticas sucessivas.

As duas primeiras são representadas apenas por 5 e 6 peças, respectivamente. Assim, a série I, rolada nas cascalheiras do terraço, pertence ao Abbevilense e ao Acheulense antigo, e por sua vez, a série II, com pátina eólica, pertence ao Acheulense médio.

A série III, representada por 301 peças, pertence ao Acheulense superior e ao Mustierense.

Ao passo que as duas primeiras séries são constituidas por calhaus trabalhados atípicos, a terceira apresenta material extremamente variado, discriminado no quadro estatístico anexo.

Entre os elementos mais numerosos e não contando as lascas residuais, sem interesse, os instrumentos mais abundantes por ordem numérica são os seguintes:

| | |
|---|---|
| — calhaus trabalhados em uma das extremidades | 51 |
| — raspadores semi-circulares | 36 |
| — núcleos mustieroides e mustierenses | 22 |
| — calotes de seixo | 16 |
| — calhaus raspadores | 18 |
| — lascas de técnica tayacense | 16 |
| — lascas acheulenses | 10 |

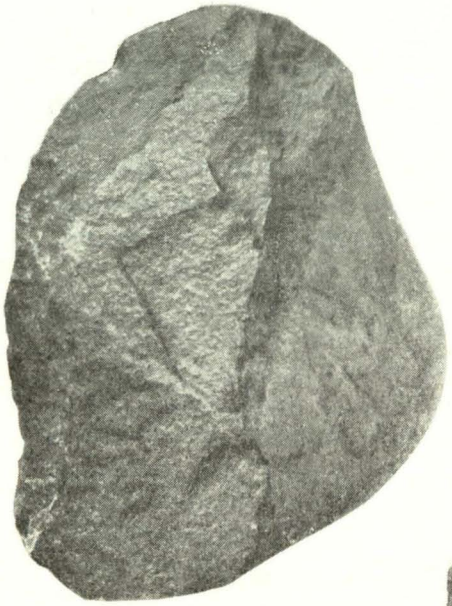
O Acheulense é essencialmente caracterizado por bifaces (5) e unifaces evoluidos (9) de várias formas (lanceolados, piriformes, ovais alongados, etc.), e por machadinhos (2).

O Mustierense, por sua vez, é caracterizado pelos núcleos com planos de percussão preparados, em número de 22, alguns dos quais subdiscoidais.

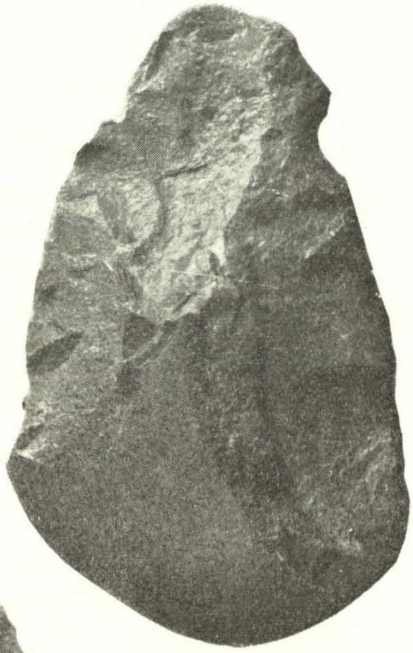
Trata-se portanto de uma indústria de passagem do Acheulense terminal para o Mustierense.

Uma das características próprias do conjunto é a abundância dos calhau raspadores, raspadores semicirculares, calotes de seixo, raspadores sobre fragmentos de seixos, etc., os quais, além de servirem como raspadores, foram utilizados como percutores, provàvelmente mesmo em épocas pós-paleolíticas e possivelmente em parte pelos habitantes

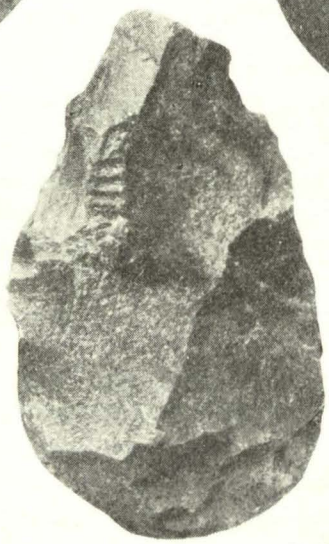
do povoado, o que parece comprovado pelo desgaste intenso das arestas da periferia dos instrumentos referidos. Teriamos assim, neste caso, tal como acontece nos concheiros mesolíticos de Muge e em muitos castros do norte do país, instrumentos do Paleolítico utilizados tal qual, sem retoques, em épocas mais modernas, desde o Mesolítico até à época romana e, por vezes, até aos tempos actuais.



1



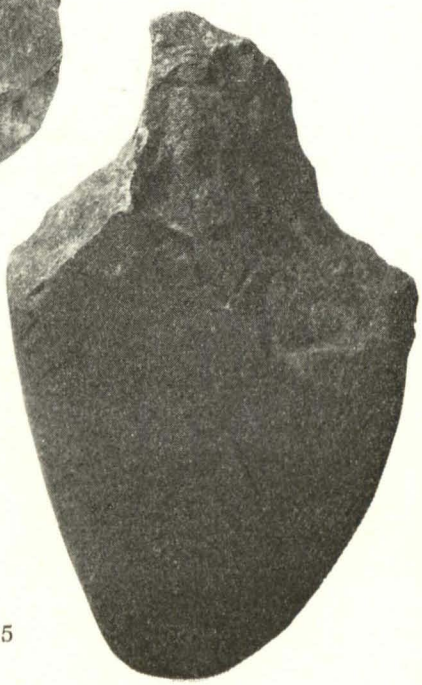
2



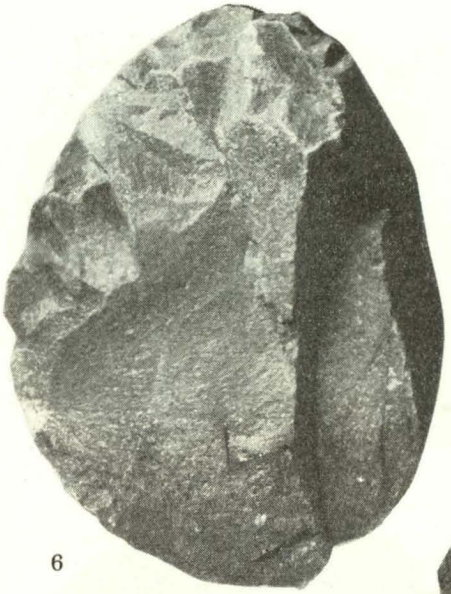
3



4



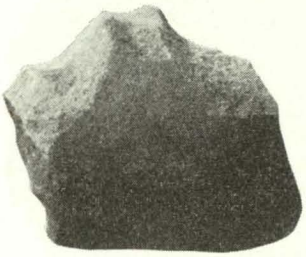
5



6



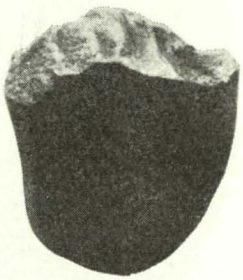
7



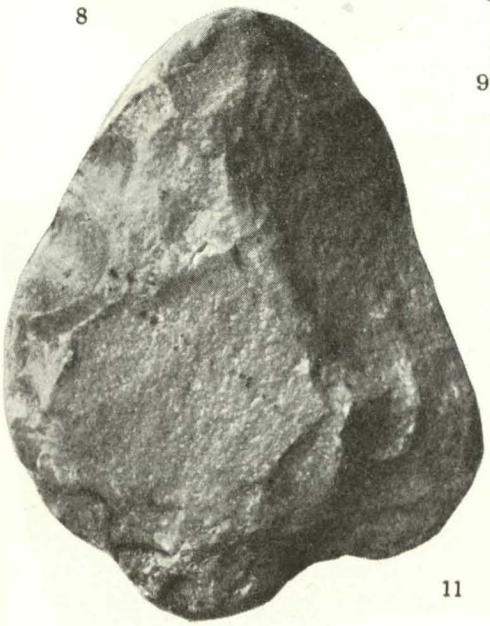
8



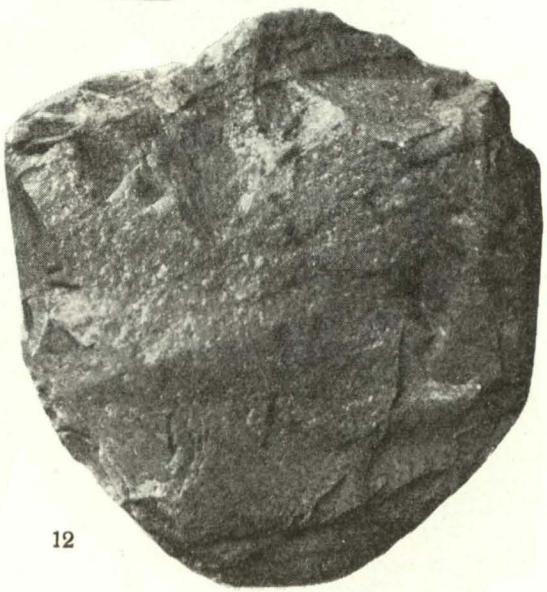
9



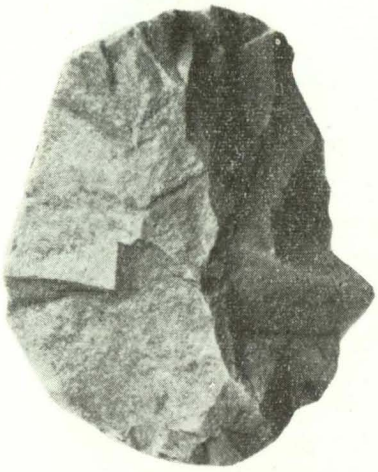
10



11



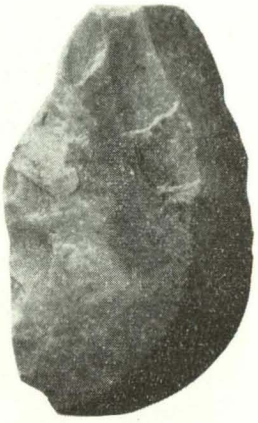
12



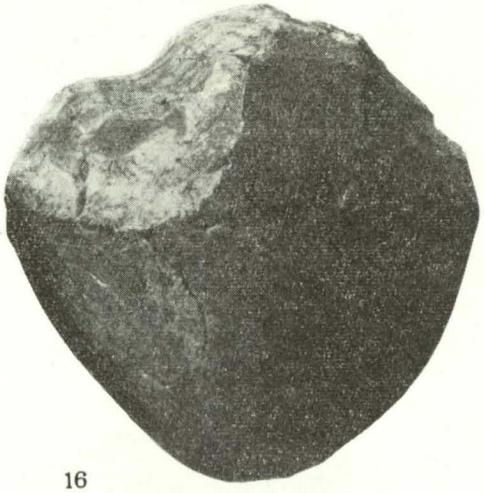
13



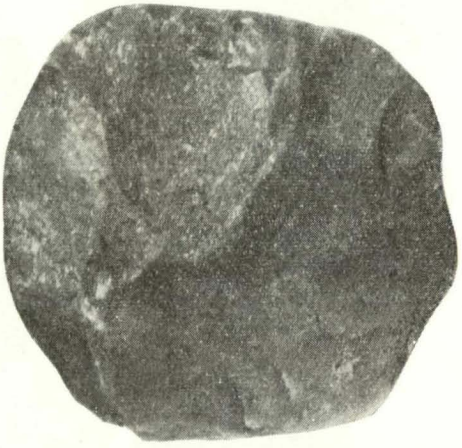
14



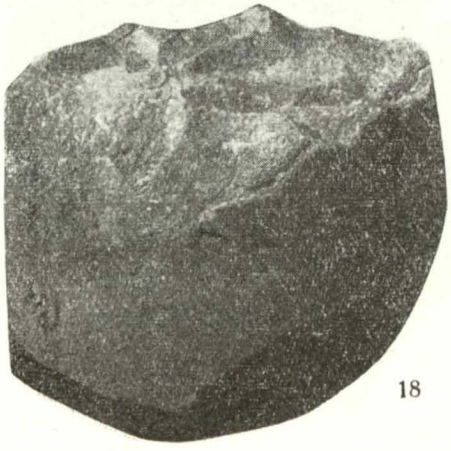
15



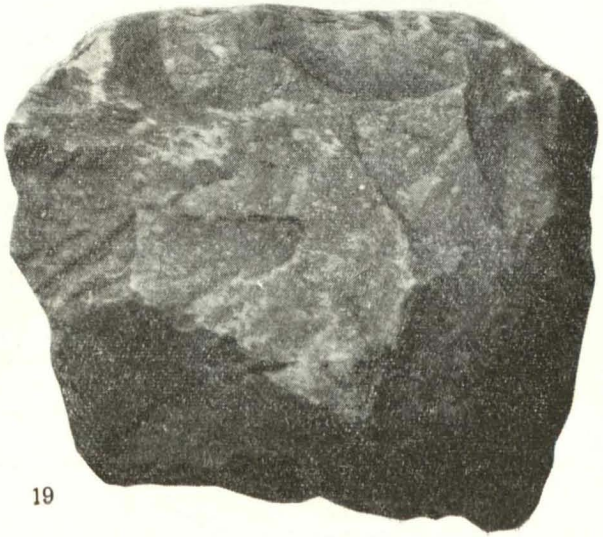
16



17



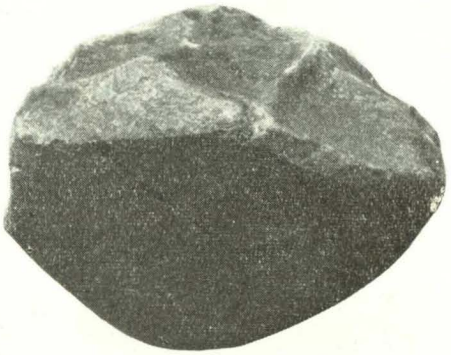
18



19



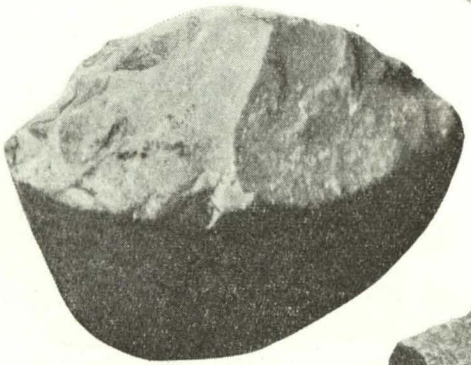
20



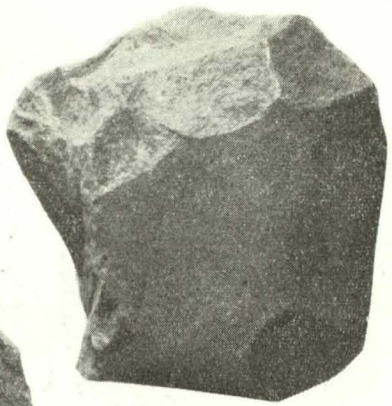
21



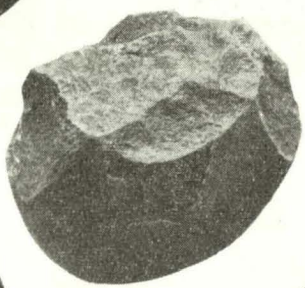
22



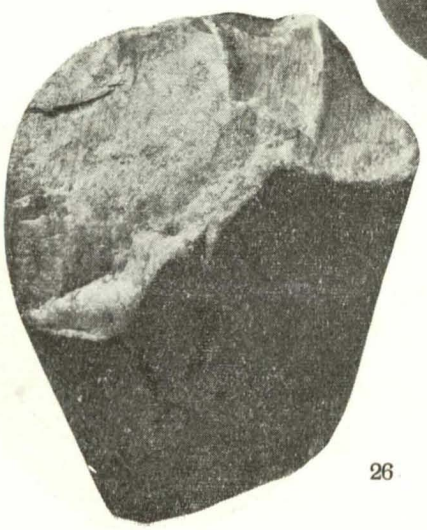
23



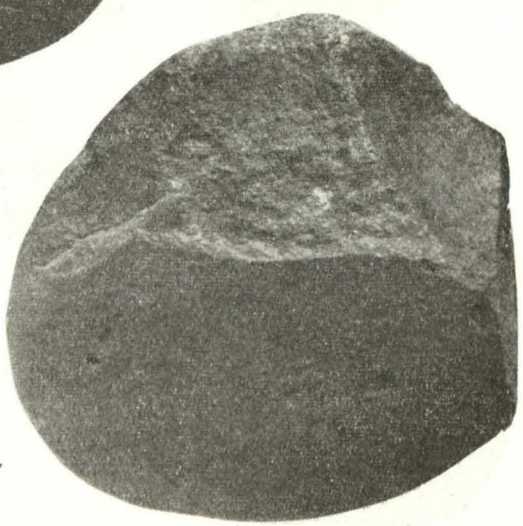
24



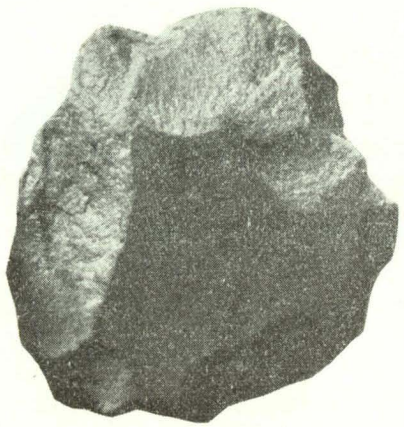
25



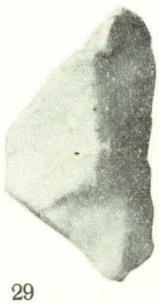
26



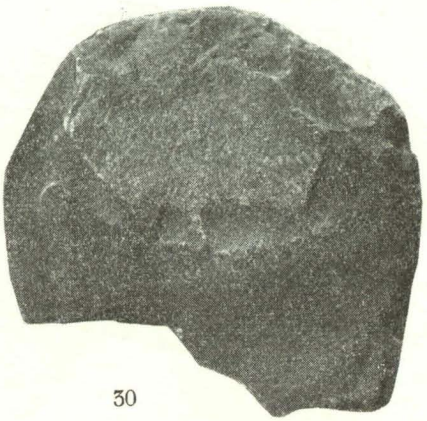
27



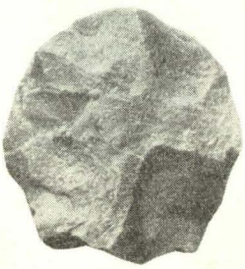
28



29



30



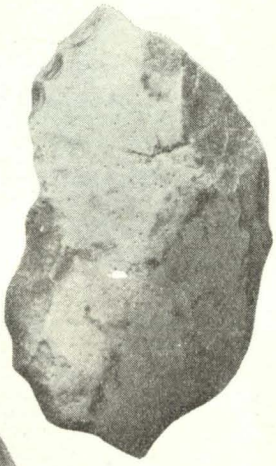
31



32



33



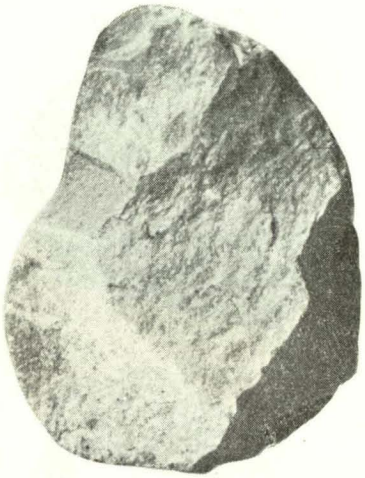
34



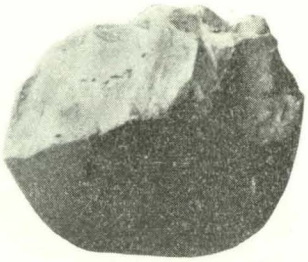
35



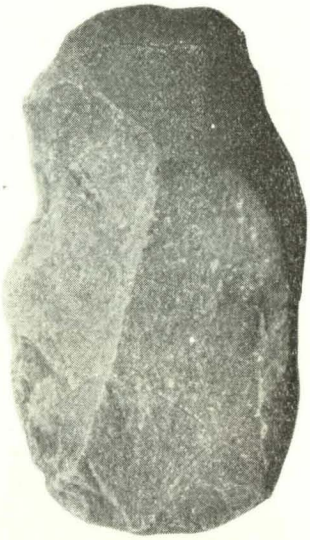
36



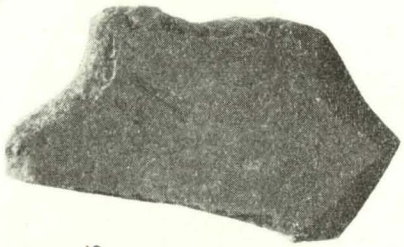
37



38



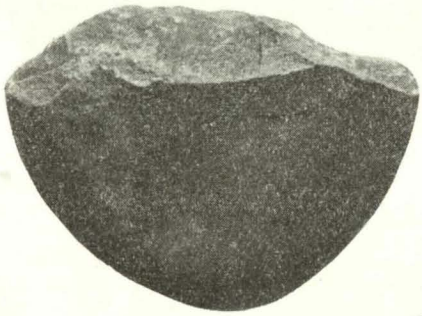
39



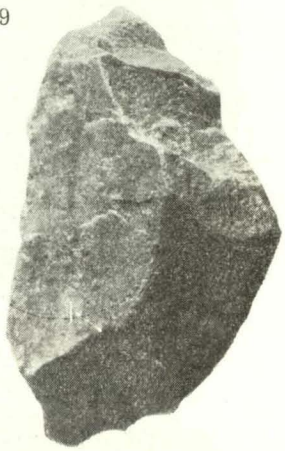
40



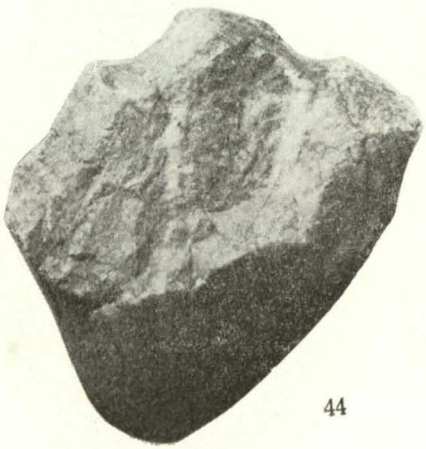
41



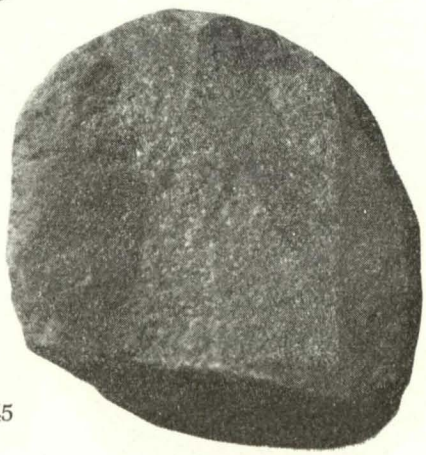
42



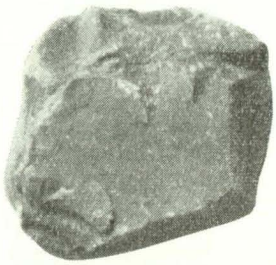
43



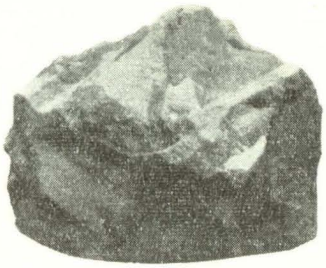
44



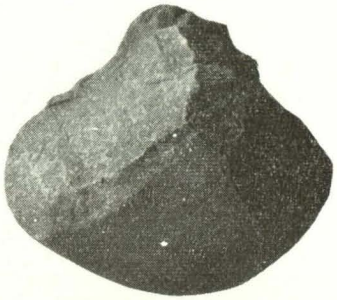
45



46



47



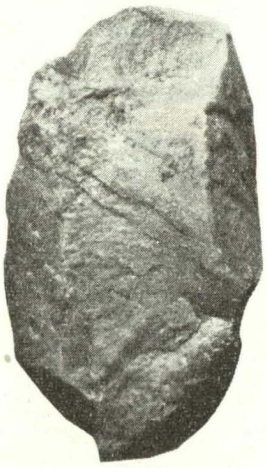
48



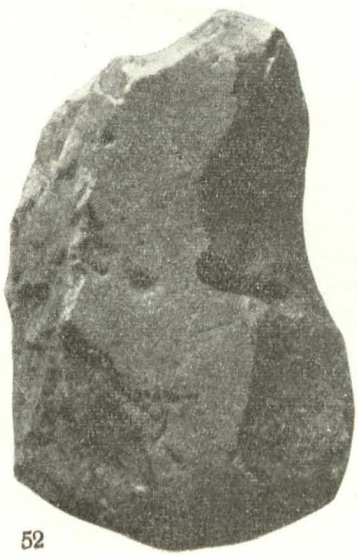
49



50



51



52



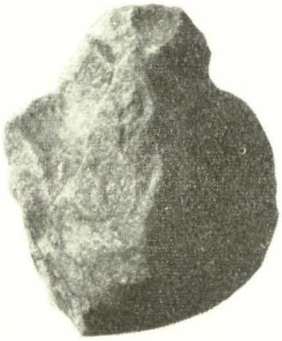
53



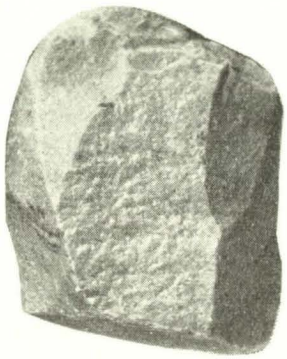
54



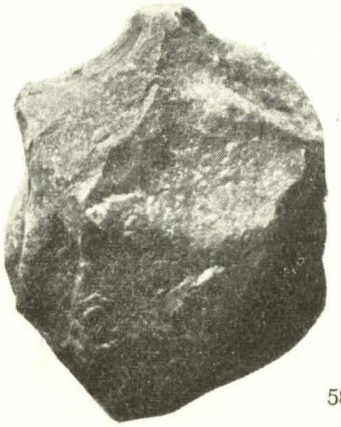
55



56



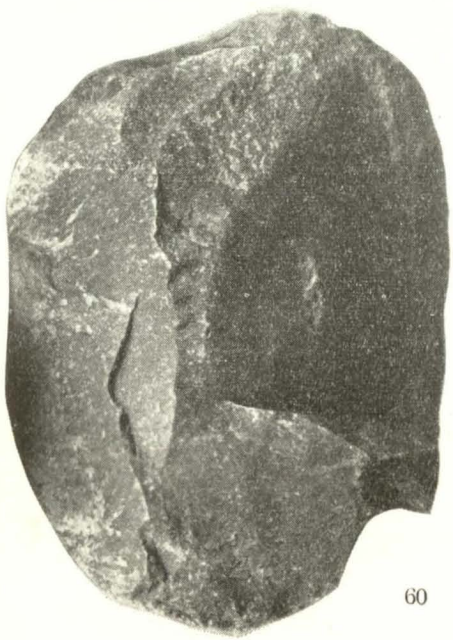
57



58



59



60



61

# NÓTULAS À MARGEM DE UM PROCESSO CÉLEBRE

pelo sócio efectivo

*Francisco Santana*

«Aos quinze dias do mez de Dezembro de mil setecentos e sincoenta e oito neste Real Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, e lugar delle, onde prezentemente se tem o despacho das Secretarias de Estado, appareceo Salvador Jozé solteiro, morador na rua de São Jeronimo do lugar de Belem, e Page do Padre Frey Antonio Alla de idade que dice ser de dezenove annos, testemunha que pois de haver tomado o juramento dos Santos Evangelhos, e de haver debaixo delle declarado perante nós o Illustrissimo, e Excellentissimo Sebastião Jozé de Carvalho, e Dom Luiz da Cunha, e o Illustrissimo, e Excellentissimo Thomé Joaquim da Costa Corte Real, todos Secretarios de Estado, que nada tinha que dizer ao costume, declarou o seguinte debaixo do mesmo juramento.

Que tendo elle testemunha communicação particular com huma mossa de serviço de caza do Duque de Aveiro por nome Marianna Thereza, com a qual se correspondia por escrito, e havendo-lhe esta mandado dizer, que na noute de trez de Setembro proximo passado lhe poderia fallar da meia noute por diante fora com effeito esperar a occazião de fallar á dita mossa, escondido debaixo de huma ponte de páo, que está ao lado do Jardim do Duque de Aveiro, defronte das

janellas das cazas do Guarda mor de Bellem, que cahem para a parte das terras ao Norte.

Que estando elle testemunha naquelle lugar escondido a tempo que serião duas horas da noute, pouco mais, ou menos segundo o seu parecer, porque não tinha relogio para se governar, vira chegar dois homens muito embussados, e a pé dos quais hum era o Duque de Aveiro, que tirou huma pistolla, ou bacamarte, com o qual bateo trez vezes em huma pedra, dizendo em voz, que elle testemunha conheceo ser do mesmo Duque: Valha-te os Diabos, que quando eu te quero não serves.

Que o outro que vinha com o Duque lhe pareceo que era Jozé Maria de Tavora Ajudante das Ordens do Marquez de Tavora seu Pai, o qual Jozé Maria dicera para o Duque: Que hé feito de João?

Que logo em breve espaço de tempo vierão outros dois rebussados unir-se aos dois asima referidos, os quais elle testemunha não conheceo, e só ouvio, que hum delles que tinha calçoens brancos dicera ao Duque: Que fizemos que El-Rey parece-me que morreo (sic).

Que a estas palavras respondera o Duque: Não importa que se não morreo morrerá; ao que acrecentou outro do rancho: O ponto hé elle sahir.» [1]

Testemunha preciosa e oportuna, a primeira do processo, e que com as suas declarações vem dar justificação às prisões poucos dias antes efectuadas, quem era Salvador Durão?

Mancebo de 19 anos, pagem de Fr. António Ala, que só por medo não declarara logo «hum sacrilegio tão execrando, e tão abominavel», decisão que tomara depois de ver presos os réus e a conselho de «Bernardo da Fonseca, que assiste nas mercearias de Bellem». Esta a imagem que nos é dada pelo texto do processo.

Um tanto menos favorável a desenhada na sentença revisória de 23 de Maio de 1781. Nela se sublinha a modesta posição social de Durão, se acentua que a decisão de apresentar a denúncia fora posterior à publicação do edital de 9 de Dezembro, «em que se prometiam grandes premios aos delatores», se afirma a impossibilidade legal de um delator

---

[1] O Processo do Távoras, prefaciado e anotado por Pedro de Azevedo, Lisboa, Tip. da Biblioteca Nacional, 1921, pp. 70 e 71.

ser considerado como testemunha, se chama a atenção para as incongruências das declarações feitas e se conclui ser de aceitar «que um vil e mizeravel de tal ordem fosse levado a tecer a sua embusteira denuncia para ver se por ella lhe davam alguma coisa». Referência também é feita a Mariana Teresa, moça de câmara das filhas do duque de Aveiro e senhora de encantos em homenagem aos quais Durão arrostava a incomodidade de, às tantas da madrugada, estar «escondido debaixo de huma ponte de páo»; é feita referência às contradições do seu testemunho e é sugerido que, «sendo ella então de dezassete annos», essa pouca idade a tornaria uma testemunha demasiado manejável [2].

A tecla da fragilidade dos depoimentos e do presumível baixo estofo moral do delator é também premida por Caetano Beirão: «Nos depoimentos dos dois delatores, o sapateiro Salvador Durão e a sua namorada Mariana Teresa, há divergências. E que crédito pode merecer a denúncia duma criatura que se introduz clandestinamente na propriedade doutrem para lhe namorar a criada e depois o vai acusar? Pois tal delação foi premiada com o hábito de Cristo» [3]. E em nota a este texto, com o n.º 22, acrescenta-se: «Foi recompensado com o Habito de Christo e logo mandado sahir de Lisboa para a sua naturalidade (Amaral diz que era Trás-os-Montes, mas Durão no processo declara que é de Belém). Providencia necessaria p.ª q.e a testem.ª não descubrisse o trama da sua falsidade, falando com hũs e outros na capital e a verdade se viesse a saber, q.e não convinha» (Amaral, Fragmentos, ms.; fls. 120 V.)»

Na passagem citada de Caetano Beirão e na por ele aduzida, depara-se com diversas afirmações passíveis de correcção; de correcção fundamentada em documentos indisputàvelmente probatórios.

Para a polémica posição assumida pelo advogado Silva Amaral era conveniente que o delator tivesse sido «logo mandado sahir de Lisboa». A formalidade do processo será mais que duvidosa como mais que duvidoso será o testemunho de Durão. Todavia, a medida alegada do afastamento da testemunha, com o fim de evitar que «a verdade se viesse a saber», não tem qualquer fundamento.

---

2 V. Documentos — I.

3 Caetano Beirão, «D. Maria I», Lisboa, 1934, pág. 153.

Na realidade, em 27 de Junho de 1759 Salvador Durão casa-se com Mariana Teresa em Lisboa, na freguesia da Ajuda [4]. Em 1760, 1761, 1762, 1770, 1772, 1774, e 1776, aí lhe nascem sete filhos [5].

Seria já isto o suficiente para se afirmar que Durão não foi «logo mandado sahir»; mas poderia ainda admitir-se uma ausência, um tanto tardia, valha a verdade, entre 1763 e 1769. Mas o rol de desobriga da freguesia da Ajuda [6] respeitante a 1763 indica-no-lo morando em Alcolena; em 1769 morreu em Caselas sua sogra [7], que o rol referido nos indicava como vivendo em comunhão de habitação com a filha e o genro.

Verificamos também que, de 1767 a 1777 [8], numa «Propried.ᵉ de Ant. de Sz.ª Cardozo, que consta de hũa logea, e hum andar e hum

---

4 V. Documentos — II. Depois de proferida esta comunicação e por ter tido conhecimento dela, teve o Ex.mo Senhor Dr. Fernando Castelo Branco a amabilidade de me revelar o facto de ter sido publicado por Mário de Sampayo Ribeiro, no número le 5/11/1940 de «A Esfera», um artigo intitulado «O Sr. Salvador José Durão e sua Ex.ma Esposa». Neste artigo refere Sampayo Ribeiro o registo do casamento de Durão e Mariana Teresa e os elementos dele constantes.

5 Maria José, nascida em 22/10/1760 e baptizada em 5/11; José nascido em 4/9/1761 e baptizado em 25/10; António, nascido em 15/12/1762 e baptizado em 24; Amândio, nascido em 21/3/1770 e baptizado em 13/2; Laurentino, nascido em 14/4/1772 e baptizado em 9/6; Francisca, nascida em 13/8/1774 e baptizada em 25/9; Salvador, nascido em 9/6/1776, baptizado em 3/7. Assentos dos baptismos lançados, respectivamente, a F. 82, 165 e 280 do L.º 9, 220 do L.º 11, 28, 134 e 231 V do L.º 12. Sampayo Ribeiro refere ùnicamente os três primeiros.

6 Existente, com mais alguns, poucos, da mesma freguesia, no Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa. Sampayo Ribeiro teve a possibilidade de consultar alguns mais, se não a série completa, entretanto e em virtude do nosso lamentável desleixo, dispersa e, provàvelmente, na sua quase totalidade perdida. Nessa consulta baseia a afirmação seguinte: «Depois de casados foram viver para a Rua Direita a Belém nas casas a que chamavam «Ilha da Taleiga» (eram o quarteirão compreendido entre as desaparecidas travessas do Mendes e do Chafariz da Bola)».

7 Óbito verificado em 6/2 e registado a F. 250 V do L.º 5.

8 Arquivo do Tribunal de Contas, Décima da Cidade, Livros de Arruamentos. Nos livros dos anos referidos, registos n.º 1142 a F. 239 V, n.º 1130 a F. 227, n.º 1118 a F. 189 V, n.º 1297 a F. 323, n.º 1322 a F. 286 V, n.º 1327 a F. 278 V, n.º 1290 a F. 287 V, n.º 1204 a F. 204, n.º 1216 a F. 189, n.º 1232 a F. 191 V, n.º 1212 a F. 206 V.

quarto de Cazas nobres com seu quintal, e um Pumar de Espinho», estiveram «As Cazas gr.des com o Quintal, q consta de Horta arrend. a Salvador Joze Durão por outenta mil reis».

Parece pois provado à saciedade que, diferentemente do que afirmara Amaral e aceitou Caetano Beirão, Salvador não foi «logo mandado sahir de Lisboa para a sua naturalidade» e, pelo menos até 1777, permaneceu em Lisboa e na mesma freguesia de que era paroquiano quando do processo (nessa altura e quando da audição de testemunhas para a sua habilitação à Ordem de Cristo [9] morava na Rua de S. Jerónimo; dos rois consultados por Sampayo Ribeiro constaria que, após o casamento, passou a morar na Rua Direita a Belém;o registo de baptismo de seu filho António, em 1762, e o rol de 1763 dão-no-lo em Alcolena; os livros da Décima, a partir de 1767, o registo do óbito de Maria Inês do Nascimento, em 1769, os assentos de baptismo de Amândio e Francisca, em 1770 e 1774, indicam-no-lo morando em Caselas).

Foi, efectivamente, em 1777, mas por iniciativa própria, que Salvador Durão tratou de se afastar de Lisboa. Depois da morte de D. José I e nas circunstâncias que assim refere em longa e interessantíssima representação dirigida ao futuro D. João VI: «Despois de me faltar aquelle Soberanno Snr.e a q.m adorava como unico Pay e que se segio logo a Soltura dos Fidalgos me foi buscar a minha Caza o Marques da Lorna e falandome em Couzas particulares, tive razão bastante p.a emtimidar-me e querer fugir da Corte com a minha Fam.a que já Era numeroza que já nesse tempo me achava Com Sete Filhos» [10]. Logo adiante refere as diligências feitas para se retirar e para vender um ofício que tinha e como, para essa venda, afirma, lhe «empataram as Vazas por todos os Lados, de forma que nunca me aprovarão os meos Compradores», acabara por o ceder mediante preço reduzido por se sentir «timido do

---

[9] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ordem de Cristo, Habilitações, Letra S, maço 2, n.º 10.

[10] V. supra n. 5.

que ouvia e das razoens Expostas e querer buscar o meo retiro p.ª onde nunca fosse Lembrado» [11].

De qualquer modo, vítima da «viradeira» ou objecto de uma justiça tarda e benevolente, só em 1777, como vimos, Durão tratou de fugir a Lisboa. E não se retirou «para a sua naturalidade». Já atrás ficou transcrito o reparo de Caetano Beirão sobre qual fosse essa naturalidade: «Amaral diz que era Trás-os-Montes, mas Durão no processo declara que é de Belém».

Na realidade, do processo não consta que Durão fosse natural de Belém mas, ùnicamente, que era «morador na rua de São Jeronimo do lugar de Belem». Quanto a Trás-os-Montes, provàvelmente, Durão nem sequer terá chegado a alguma vez lá estar.

Como vimos, entre 1759 e 1777 viveu em Lisboa. Depois, «pello descurso de dez annos» assistiu em Aveiro, 27 meses passou em Lisboa procurando obter algum despacho e daí foi para Barcelos [12], onde faleceu em 1798 [13].

E antes de 1759? Uma das testemunhas ouvidas nas provanças diz que, de menor idade, Durão viera da sua terra para Setúbal, onde servira o Dr. Joaquim Soares e, depois, a família Banhas; posteriormente fora para Lisboa, para casa de um ourives morador na calçada de Santo André, o qual morrera por ocasião do terramoto. Portanto, pelo menos desde 1755, temos o futuro delator em Lisboa; antes disso, e não sabemos por quanto tempo, em Setúbal, para onde, fugido do pai (conforme declaração de outra das testemunhas), viera da sua terra natal [14].

---

[11] Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Reino, maço 86. Trata-se de um requerimento dirigido a alguém a quem é confiado um outro, que o acompanha, dirigido ao príncipe D. João, e de um atestado médico passado a Durão, datado de Barcelos, 10 de Agosto de 1792. Todos estão transcritos em Documentos — III.

[12] Para estas deambulações cfr. Documentos — III.

[13] V. Documentos — IV.

[14] Quando esta comunicação foi proferida teve o Ex.mo Senhor Machado de Faria a amabilidade de me sugerir a consulta dos sumários matrimoniais existentes na Biblioteca Nacional; se acaso localizasse o respeitante ao casamento de Salvador e Mariana Teresa, talvez aí encontrasse algum esclarecimento para o problema de idade do delator à data do processo. Encontrado o documento (B. N. L., Reservados,

Qual fosse essa terra natal é o que documentadamente aqui se regista e é o que consta do seu processo de habilitação: Salvador Duran era galego, natural da freguesia de San Martin da vila de Noya. No assento do casamento de Duran como no do baptismo de seu filho José, é indicado como natural de S. Julião de Noya. Sucede porém que este último topónimo não existe; e a confirmação de o baptizado de Salvador António (sic), nascido em 26, se ter verificado em 27-9-1740 [15] foi-me fornecida, num gesto admirável de desinteressado companheirismo, pelo Prof. Dr. Antonio Gutiérrez de Velasco [16].

Pequenas divergências chamam, de imediato, a nossa atenção. Se Salvador Duran nasceu em 26 de Setembro de 1740 não tinha, quando se apresentou a testemunhar, 19 anos; tinha 18, nem sequer ainda completos quando escutou, se escutou, as comprometedoras palavras trocadas entre o duque de Aveiro e José Maria de Távora.

Ajuntemos a isto o facto de o registo de baptismo ser de um

---

Câmara Eclesiástica de Lisboa, maço 6 de 1759), não forneceu ele o esclarecimento desejado. Mas permitiu cingir um pouco mais o que sabíamos sobre as permanências de Duran entre a saída de Noya e a denúncia do «sacrilegio tão execrando, e tão abominavel».

Lá se regista ser Duran «do Reyno de Galiza de donde veyo de idade de ouito p.ª nove annos, e há nove q está neste Reino» e Mariana Teresa «de Monte Mor o novo de donde veio de idade de sette annos, e há onze q̃ se acha nesta Corte». Salvador declara ser natural de S. Julião de Noya e dele atesta Fr. António Ala, em 10/4/1759, que «veyo do Reyno de Galiza de idade de outo p.ª nove annos e acistio os pr.ª sinco na Villa de Setubal, e ha quazi quatro que aciste na minha comp.ª». Duran, ouvido na Câmara Elesiástica, declarou ter 18 anos e ter residido, em Setúbal, na freguesia de Santa Maria. Mariana Teresa Peregrina da Visitação, ouvida em 15/6/1759 na cadeia de Belém (onde se encontrava, seis meses depois de ter sido ouvida e a menos de duas semanas do casamento), declarou ter 19 anos.

15 Arquivo Paroquial de S. Martinho de Noya, L.º 8 de Baptizados, F. 176 V.

16 Se aqui expresso a minha muita gratidão ao Prof. Velasco e ao modo gentil e incansável com que correspondeu aos meus pedidos de esclarecimento, não posso deixar de registar também sinceros agradecimentos à pessoa a quem primeiramente me dirigi, que me indicou o nome daquele professor e investigador como o da pessoa mais indicada para me elucidar, que me esclareceu sobre o recheio do arquivo da sua paróquia, o Rev.º P.e Francisco Rodriguez Fidalgo, pároco de San Martín de Noya.

Salvador António e o nosso homem aparecer sempre designado como Salvador José.

Atentemos ainda em que se,-no processo, Duran só é ligeiramente envelhecido, as testemunhas que, nas provanças, lhe referem a idade, parecem empenhadas em aumentá-la, atribuindo-lhe entre vinte e oito e trinta e poucos anos. Pode ficar-nos a suspeita de que Salvador teria um parecer bastante carregado. Só essa?

Lembremo-nos, finalmente, do modo como Salvador se identifica na já citada representação ao príncipe herdeiro: «Eu Sou Senhor Salvador Jose Joaq.$^{m}$ Durão aquele que na idade de 15 annos descubrio ao Snr.$^{e}$ Rey D. Jose de glorioza memoria os seos Enemigos, lembrandome em tal idade só do que devia e não do premio (...)».

Estas divergências de nomes e idades tornam possível a suspeita de que Salvador José Duran, nascido depois de 1740, tendo vantagem em se apresentar como mais velho (por a terem também as autoridades que o nobilitaram e no seu testemunho basearam a condenação de tantos membros da nobreza grada), tenha obtido do juiz ordinário da jurisdição de «San Justo y coto de Dean», que era seu tio-avô e foi quem enviou de Noya para Lisboa as informações a Duran respeitantes, que fizesse trasladar não o registo de baptismo de Salvador José mas o de algum seu irmão, em tenra idade morto, Salvador António, nascido este anteriormente a Salvador José e, de facto, em Setembro de 1740. Mas esta suspeita, promovida a hipótese, foi-me infirmada pelo Prof. Velasco, como resultado de nova busca com que a sua muita amabilidade quis beneficiar-me.

Também os 17 anos atribuídos a Mariana Teresa na sentença revisória aparecem no processo ligeiramente aumentados para 18. Aqui não foi possível encontrar elemento esclarecedor. Os registos de baptizados de Montemor-o-Novo nenhuma indicação forneceram [17].

Já atrás ficou citada a patética súplica dirigida ao príncipe D. João. Atentemos nalgumas passagens dela.

---

[17] Nem durante a busca a que pessoalmente procedi nem na efectuada por amável determinação do Ex.$^{mo}$ Senhor Director da Biblioteca e Arquivo Distrital de Évora, a quem aqui expresso a minha gratidão.

Passado algum tempo depois das suas declarações, diz, «foi S. Mag.ᶜ Servido chamarme e fazerme a m.ᶜ de dar prencipio a premiar os meos seruissos». Esse «prencipio» traduziu-se em dez mil cruzados, no hábito de Cristo e numa tença que nunca teria chegado a ser paga.

Pedro de Azevedo, citando Olfers, informa que Duran «recebeu 6000 cruzados pela denuncia». Como vimos e veremos, a compensação foi maior. Dos dez mil cruzados foram dispendidos sete mil e quinhentos na compra de um ofício no Depósito Público de Lisboa, ofício que rendia 10$000 mensais e sobre cujo rendimento, já em 1777, o rei determinava informação [18], e que, finalmente, Duran se viu forçado a vender ao respectivo serventuário por cinco mil cruzados.

Do «pequeno resto» de dois mil e quinhentos cruzados, serviu-se Salvador José para pôr «huma pequena Caza para tomar Estado que para nada chegou». Tomou efectivamente estado, como sabemos, em Junho de 1759 e no dia do casamento mandou o rei dar a Mariana Teresa «4 mil Cruzados p.ª os Seos Alfinettes p.ʳ mão de Tomé Joaq.ᵐ Secretr.º de Estado que então Era»; dado que só foram efectivamente recebidos dois mil, D. José compensou-o fazendo-o «Seo Ajudante de Camara Sem Exerçiçio porem com o ordenado de 10$rs cada mes», depois acrescentados com «6$rs da reçaõ que fazia ao todo 16$rs que Sempre recebia p.ʳ maõ de Estevaõ Pinto de Morais athe ao tempo da Campanha que fiquei como todos os mais Creados sem reçeber aquella que me ajudava a sustentar; Ja nesse tempo me achava com dois Filhos (...)» [19].

A situação económica de Salvador José, que o mesmo afirma difícil, era atenuada porque o rei lhe «mandaua dar de quamdo enquando algumas porçoeñs p.ʳ Conta dos m.ᵐᵒˢ Ordenados e mezadas, sen que nunca ouvesse ajuste dellas». «Sempre Viuendo aflitto» chegou a Feve-

---

18 ANTT, Ministério do Reino, L.º 343. Trata-se de um livro de registo da Junta do Depósito Público e nele se transcreve aviso de 17/1/1777 de Aires de Sá e Melo para Manuel António Freire de Andrade: «Sendo presente a Sua Mag.ᵉ a informação de Vm.ᶜᵉ sobre o requerimento de Salvador Jozé Durão: Ordena o mesmo Senhor que Vm.ᶜᵉ declare quanto rende annualmente o Officio de Escrivaõ da Junta do Depozito Publico, de que o sobredito Salvador Jozé Durão he proprietario».

19 A «campanha» é a nossa intervenção na Guerra dos Sete Anos e os dois filhos são Maria José e José, nascidos em 1760 e 1761.

reiro de 1777; três dias antes de morrer determinou D. José I que se lhe continuasse o pagamento das mesadas, o que logo nesse mês se teria verificado, mas sem que nem nessa altura nem posteriormente tivesse chegado a haver ajuste de contas. Depois, diz Duran, «mandou a Raynha N. Senhora acresemtarme ao que recebia todos os mezes (...) a remda das Cazas em que Eu nessa Çidade veuia (...) q fazia ao todo que Eu recebia (...) todos os mezes 22666 rs.»

Como ligeiro retoque às afirmações produzidas por Duran, diga-se que o pagamento das suas mesadas, recomeçado, ao que nos diz, em Fevereiro de 1777, pelo menos o foi em relação a Novembro de 1776. E os 80$000 que, para casa, lhe eram atribuídos, foram, a partir de 1-1-1778, divididos e incorporados na mensalidade que, assim, passou ao quantitativo citado, que lhe foi pago até Abril de 1787 [20].

Portanto, as liberalidades régias excederam amplamente os seis mil cruzados apontados por Olfers. Doze mil cruzados e 16$000 reis mensais, cujo pagamento( durante vários anos suspenso, era melhor ou pior compensado por «algumas porçoeñs» e, não sabemos a partir de quando, pelos 80$000 anuais de renda de casa; e, de Janeiro de 1778 a Abril de 1787 e em substituição das verbas periódicas referidas, 22$666 mensais.

Mas não ficaram por aí as vantagens auferidas por Salvador Duran. A munificência régia uma ou outra vez avulsamente se manifestaria. Podemos documentá-lo em relação a duas verbas pagas em 1760 e constantes do Livro da «Despesa q por ordem de S. M. faz o prior Luíz Monteiro H.es» [21]

Todavia, a parte mais vultosa das compensações obtidas poderá tê-lo sido através da Junta do Comércio, organismo criado por Pombal

---

[20] Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, XX/Z-1/26, F. 51 e 51 V (livro de registo de importâncias pagas pela verba do bolsinho régio).

[21] AHMF, XX/Z-1/32, F. 273 e 280 («Mais cento, e noventa e oitto mil reis de despeza com as habilitações e mais perparos p.a Salvador Jose Durão morador em Belem receber o Habitto da Ordem de Christo e profecar na mesma de que Sua Magd.e fes m.ce como tambem de toda a despesa referida, que satisfis em 31 de Março do d.o anno de 1760 como consta de hum recibo avulso»; «Mais dezanove mil e dusentos reis a Salvador Jose Durão Criado de S. Magd.e em 21 de Junho de 60»).

e em cujos postos directivos se revezaram criaturas suas. De facto, em consulta com data de 16-12-1758 (isto é, o dia seguinte àquele em que Duran prestou as suas declarações) a Junta refere substanciais recompensas para o «primeiro Denunciante de álgum dos Principaes cabeças» [22], recompensas oferecidas pelos membros da Junta e pelo provedor da mesma, José Francisco da Cruz, membro de uma das mais opulentas dinastias burguesas da era pombalina, o qual se prontificava a contribuir com a avultada soma de vinte e cinco mil cruzados. Se esses prémios chegaram ou não a ser pagos, se foram instituídos para estimular um denunciante possível ou para compensar quem já fizera a denúncia, se, em 16, a Junta e o seu provedor ignoravam Duran e as declarações na véspera prestadas ou estavam, mais ou menos espontâneamente, a pagar-lhe o trabalho feito, eis o que não sabemos.

Gostaria Duran de ver convertidas as mais ou menos regulares manifestações da generosidade régia em cargo que lhe pertencesse e permitisse rendimento menos aleatório. Daí, que tivesse pedido e obtido «a m.ce do Off.º de Escrivão da Camara e Almotassarias da Cidade de Aur.º» [23]; todavia, lamenta Duran, «foraõ tais e tantas as Couzas que me ordiraõ que ficou nulla e de ninhum efeito aquella m.ce». Descobrindo vago o lugar de «Escrivaõ do rezisto dos feitos do mar da Alfandiga do Porto», não conseguira obtê-lo, a pesar da boa vontade expressa pela rainha; e, lamentosamente, Salvador José recorda os fracassos das suas aspirações, atribuindo-lhes, simultâneamente, um oculto motor: «(...) Sendo com esta m.ce quatro que Se me tinhaõ feito Sen conseguir Completarseme ninhuma, por ter o Sacratrº Viscomde Contra min».

Mais de dois anos permaneceu o impetrante em Lisboa e por diversas vezes o favoreceu com auxílios o príncipe D. José. Foi também o príncipe da Beira que lhe aconselhou «que buscaçe hum Off.º Que pretençeçe a repartiçaõ de Martinho de Melo»; sabendo da existência do ofício de «Excrivaõ do publico Judeçial e Nottas da V.ª de Bar.los», foi-lhe este, graças ao patrocínio do príncipe herdeiro, finalmente concedido, em 2-4-1787. Com esta mercê cessou o abono da mensalidade que

---

22 V. Doc. V.

23 Por decreto de 13/2/1786, tendo sido passado alvará em 25 (ANTT, Mercês de D. Maria I, L.º 19, F. 144). V. também AHMF, XX/Z-1/26, F. 51 e 51 V.

vinha recebendo; «de ajuda de custo para a jornada» recebeu ainda 48$000 [24].

Uma vez em Barcelos, Duran não servirá o seu ofício. Por razões de carência de saúde, que são as alegadas, ou por quaisquer outras, preferirá receber de um serventuário do mesmo 9$600.

A longa representação que acompanhámos terminava pedindo alguma nova graça (acabar os dias à sombra do «Rial Tronno» e receber «huma recam da (...) Rial uxaria p.ª Sustemto da m.ª numaroza e aflitta Fam.ª» ou ser provido em almotacel perpétuo em Barcelos «com a m.ce de ficar ou poder nomiar em quem Cazar Com minha Filha D. Fr.ca Cezillia») ou a completa efectivação das já obtidas (pagamento de tença, ajuste dos pagamentos que não tinham chegado a ser efectuados, mercê do ofício de escrivão na Alfândega do Porto).

Se, possìvelmente, nenhuma dessas graças foi obtida, de uma outra se pode apresentar prova documental. Depois da aflita petição que temos analisado e talvez como remota consequência dela, a Duran foi atribuída uma pensão mensal de 20$000, com supervivência para as filhas.

No maço 195 da documentação avulsa do Reino existente no Arquivo Histórico Ultramarino encontra-se dois requerimentos de 1807, um de D. Mariana Teresa e outro de sua filha Francisca. O desta pedia que fosse autorizado o traslado do decreto por que fora concedida a seu pai a pensão referida. Foi dada a autorização pedida por despacho de 20-11-1807 e o decreto, trasladado no verso do requerimento, é como segue: «Hey por bem fazer mercê a Salvador Jozé Joaquim Durão de huma Pensão de vinte mil reiz por mez com supervivencia para suas duas Filhas D. Francisca Cesilia Hipolita Castilho de Queirós, e D. Victoria Ritta Castilho de Queirós, a qual Pensão lhe será para pela Folha de Despezas da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, com vencimento no primeiro do prezente mez (...) Palacio de Queluz em vinte de Janeiro de mil setecentos noventa e oito.»

No mesmo acervo documental podem consultar-se relações de despesas da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultra-

---

[24] AHMF, XX/Z-1/26, F. 51 V.

marinos respeitantes aos dois últimos trimestres de 1800, aos de 1801 e aos segundo e quarto de 1804; nelas é referenciado o pagamento das mesadas das filhas de Duran e estão acompanhadas pelos respectivos recibos [25]. Com a respeitante ao trimestre de Julho a Setembro de 1800 estão recibos mensais na importância de 10$000 cada e um outro de 150$000; a presença deste justifica-se por ter sido deferido um requerimento, que também está apenso, em que D. Mariana Teresa pedia a concessão de 15 meses de meias mesadas para que suas filhas pudessem encartar-se numa pensão anual de 80$000 «que a Supp.ᵉ tem impostos em hum dos Officios de Tabelliaõ do Publico, Judicial, e Notas da Villa de Barcéllos». A estes recibos acham-se também apensos atestados de vida, datados de Barcelos, das duas filhas pelas quais, como tutora, D. Mariana Teresa assinou todos os recibos.

Muito ou pouco avultadas, as recompensas obtidas, estendidas até aos seus descendentes, permitiram-lhe grangear fama de gastador («tive sempre Senhor a fama de gastador»), o que talvez não fosse possível com vida aflitivamente parcimoniosa como a de que na sua exposição procura desenhar o quadro. A propósito atentemos em que a casa onde de 1767 a 1777 habitou e pela qual pagava 80$000 anuais não seria, pròpriamente, uma casa modesta. Escolhamos termos de comparação significativos. Nas ruas da «Cidade Nova» estavam os mercadores arruados e são constantes as queixas dos mesmos em relação à excessiva carestia das rendas de lojas e casas. Um dos primeiros blocos edificados na Praça do Comércio foi o situado entre as ruas Augusta e do Ouro; a esse quarteirão, que a família real não desdenhou habitar, chamou um jornalista em 1821 o «mais bello Edifício» de Lisboa [26]. Pois os «quartos» que no 1.º andar da sua face Norte estavam arrendados foram-no, ao longo dos mesmos anos, pelo mesmo preço que Duran pagava pela sua casa em Alcolena. Consideremos outra zona: a paróquia das Mercês. O «carácter aristocrático das freguesia das Mercês» [27] leva-nos a admitir a probabilidade de que as

---

25 Nos maços 141, 170 e 118, respectivamente.

26 Citado por Francisco Santana, «Locais de funcionamento da Aula do Comércio», sep. dos n.ᵒˢ 126-127 da «Revista Municipal», pág. 12.

27 Jorge Borges de Macedo, «Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII», pág. 82.

rendas de casas de habitação seriam aí relativamente elevadas; ora, numa incursão que pratiquei pelos domínios da demografia histórica, reseitante a essa freguesia e centrada em 1770, de «344 sobrados de que me foi possível determinar o custo, a renda situava-se numa média ligeiramente superior a 24$120, entre um máximo de 138$000 e um mínimo de 6$000» [28]. Continuemos na aristocrática zona das Mercês; podemos considerar como possível, em 1770, fazer corresponder ao que da freguesia consideravam os livros da Décima um número de fogos orçando por 950; sabemos que só em 206 deles havia criados ou criadas, sendo o número existente em 128 [29] inferior ao dos dois criados e uma criada arrolados na casa de Duran em 1763.

Mas nem só de pão vive o homem e nem só às recompensas materiais seria sensível um pobre imigrado, criado de servir, mal saído da adolescência. Tal como hoje, mais do que hoje, o status social era imagem que se não compunha só de elementos de imediato significado económico.

Quando se casou, em Junho de 1759, decorria o processo da sua habilitação à Ordem de Cristo [30]; e, embora um tanto degradada por concessões indiscriminadas, não deixava de ser distinção honrosa e cobiçada. Ao seu casamento comparecem, como testemunhas, o secretário de Estado Joaquim da Costa Corte Real e seu filho, Pedro Álvares da Costa Corte Real e Melo. Dos filhos nascidos antes de 1777 será padrinho do primeiro o marquês de Marialva, D. Pedro; D. António Luís de Meneses, provàvelmente o filho do anterior que, pelo casamento, será marquês de Tancos, apadrinha o quarto; do terceiro e do sétimo serão padrinhos, respectivamente, Estevão Pinto de Morais e Félix de Almada Castro e Noronha; o próprio rei será o padrinho do segundo, do quinto e do sexto. Convirá não exagerar o significado desta forma de parantesco, a possível, de Duran com figuras de tão alta jerarquia;

---

28 Francisco Santana, «A Freguesia de Nossa Senhora das Mercês de Lisboa no tempo de Pombal», sep. dos n.os 120-121 da «Revista Municipal», pág. 19.

29 Cfr. Francisco Santana, ob. cit., pág. 5, 8, 12 e 18.

30 Talvez se relacionem com a obtenção, em Noya, dos documentos necessários à habilitação (o cotejo das datas não infirma a hipótese) três discretas cartas do juiz de fora de Valença, Manuel Caetano de Sá, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino — V. Doc. VI.

no entanto, quando servia o ourives de Santo André, nem nos seus mais ambiciosos sonhos, lhe teria entrevisto qualquer viabilidade.

Indício, se não de acesso social ao menos de certo prurido aristocratizante, encontramo-lo no «enriquecimento» do nome da mulher e das filhas de Duran que herdaram a tença. A Mariana Teresa do processo dos Távoras aparece D. Mariana Teresa Peregrina da Visitação no registo do casamento e está travestida em D. Mariana Teresa Xispes de Queirós a partir de 1772 (Xispes é a grafia que aparece no seu registo de óbito, em 1808 [31]; talvez Herper no registo do baptizado do filho Laurentino, em 1772; Xispez no de Francisca, em 1774; Cyspiz no de Salvador, em 1776; Chispes, nos recibos de 1800; Xispos nos de 1801). As filhas Francisca e Vitória usam Castilho de Queirós.

No entanto, situado no encontro de forças que o superavam, Duran, por hábil que, por hipótese, fosse em navegar nessas águas revoltas, teve também o seu quinhão de dissabores. Já acima vimos como, logo após «a Soltura dos Fidalgos», o marquês de Alorna em tais «Couzas particulares» lhe falara que Duran tratara de «fugir da Corte». E também já ouvimos Duran queixar-se de ter contra ele «o Sacratr°. Viscomde»; não admira, efectivamente, que D. Tomás Teles da Silva, visconde de Vila Nova da Cerveira, encarniçado inimigo de Pombal, figura de topo na política da «viradeira», procurasse hostilizar aquele que, possìvelmente, consideraria cúmplice da cabala mais ou menos completamente urdida pelo detestado ministro. Mas, além destas altamente colocadas vítimas de ontem, Duran arrostava com uma hostilidade um tanto mais generalizada; ouçamo-lo queixar-se: «(...) todos os que deviaõ Estimarme pella minha comdutta e grandes Seruissos que fis a Rial Coroa de V. A. Rial estes Saõ os que mais me ensultaõ e me trataõ por acuza Fidalgos olhando para mim como p^a^. hum traidor ainda os proprios Menistros Sendo estes que deuiaõ defenderme destes insultos, a quem me tenho queixado para de alguma forma me valerem, porem naõ emcomtro q.^m^ me Comsole pois saõ os primeiros que me aniquilaõ (...)». De forma mais sintética, também na sua representação constata: «(...) Sempre fui mal uisto de todos o porquẽ naõ precizo dezello a V. A. Rial».

---

31 V. Doc. VII.

Não deixaria, no entanto, o «acuza Fidalgos» de contar com mais ou menos eficientes protectores, que seriam os que na Corte constituíam resistência à reacção que se processava. Era-o o príncipe D. José, o herdeiro da Coroa, identificado, ao que parece, com a política pombalina, e através de quem o ministro intentara manter-se senhor do País. E não será por acaso que é a Martinho de Melo e Castro (não obstante a sua pessoal hostilidade a Carvalho e Melo) que o príncipe recomenda Duran.

É de supor que Duran estivesse atento a certas possíveis oscilações políticas, que a experiência lhe tinha ensinado a apreciar devidamente [32]. É talvez por isso que em Agosto de 1792, ocorrida já a morte política de D. Maria I, Duran vai tentar ver substituída a discreta benevolência com que a Piedosa encarara o protegido de seu pai por um mais aberto e actuante patrocínio. Ao que sabemos, com resultado, de facto, modesto. Mas positivo.

## DOCUMENTOS

I

«Este denunciante, diz a sentença revisoria, que era n'aquelle tempo um pobre criado de servir, e que o amo tambem pela sua profissão era pobre; que demorára a denuncia por mais de tres mezes, porque desde a noite de 3 de Setembro, até 15 de dezembro, não se resolveu a dal-a, o que só fez depois que leu o edital com a data de 9 do dito mez, em que se prometiam grandes premios aos delatores, verificando-se as denuncias: que vendo pois os Tavoras presos no dia 13 e chegar tambem preso a Lisboa no dia 14 José Mascarenhas, passou logo no dia 15 a dar a sua denuncia. Tendo este homem vindo voluntariamente a juizo, o seu caracter é de um verdadeiro delator, e uma delação não pode ser olhada como prova (...) todavia a sentença comdemnatoria o tratou como testemunha. Colligindo-se da devassa que a hora dos tiros foi entre as onze e as onze e meia, esta hora não concorda com a das duas

32 Também sua filha D. Francisca Cecília, assinando agora Castilho Durão, na viragem de 1834 procurou beneficiar de alegados prejuízos sofridos «no governo detestavel do Uzurpador». Foi-lhe escusado o deferimento em 7/12/34 (ANTT, Mordomia-Mor, doc. n.º 3315).

da noite que o denunciante declarára; além disso as expressões que lhes diz ouvira indicam terem elles sido assassinos, quando este caracter só pertenceu a António Álvares e José Polycarpo de Azevedo. Além d'isto era noite, e todavia conheceu que vinham embuçados os que vinham em companhia de José Mascarenhas! Tanta cautela para não serem vistos, e tão pouca para não serem ouvidos (...) Além d'isto diz que um dos dois segundos embuçados trajava calções brancos; pois vinha embuçado e viu-lhe a côr dos calções? Pelas vozes pareceu-lhe ser um dos individuos José Mascarenhas, e o outro José Maria de Tavora; mas não se prova que elle tivesse um trato tal nas casas d'estes dois individuos que se mostrasse habilitado para os conhecer pelas vozes. É por tanto de crer que um vil e mizeravel de tal ordem fosse levado a tecer a sua embusteira denuncia para ver se por ella lhe davam alguma coisa (...) Vamos agora ao depoimento de Marianna Thereza, moça da casa de José de Mascarenhas, presa na cadeia de Belem logo depois da denuncia. No dia 17 de dezembro é que ella foi perguntada, e fazendo-se-lhe saber que seria premiada se dissesse a verdade, e castigada se encobrisse, declarou o seu commercio com o denunciante, postoque para o fim do matrimonio (...).»

(Parte do extracto da sentença publicado por Luz Soriano no Tomo II da «História do reinado de El-Rei D. José (...)», de pp. 264 a 282).

II

«Aos vinte e sette dias do mes de Junho de mil e sette centos e sincoenta, e nove em minha prezença e das Testemunhas abaixo assignadas se receberão por marido e molher e palavras de prezente como manda a Santa Madre Igreja Romana na forma do Sagrado Concilio Tridentino e Constituições Salvador Joze Duran solteiro baptizado na Freguezia de S. Jollião da Villa de Noya termo e Arcebispado de Santiago de Galiza filho Legitimo de Santiago Fernandes Durão, ja defunto e de Cezilia Thome, com D. Marianna Thereza Peregrina da Vezitação, solteira baptizada na Matriz da Villa de Montemor o novo Arcebispado de Evora filha de Bernardo Rodrigues e de Maria Ignes do Nascim.º, e de como se receberão na forma subdita, com denuncias feitas sem impedim.º e por serem ambos moradores nesta Freg.ª e lugar de Bellem com Alvará de Cazam.º em forma, e sendo Testemunhas prezentes o Illm.o e Ex.mo Secretario de Estado Thome Joaq.m da Costa Corte Real, e seu filho Pedro Alvares da Costa Corte Real e Mello q comigo assignarão fiz este assento.»

(Tem as assinaturas das testemunhas e do prior, Henrique Garcia Galhardo. Consta do L.º 6 de Casamentos da Freguesia da Ajuda, a F. 50 V).

III

«Illmo. e Ex.mo Senhor

Aos péz de V. Ex.ca seprostta Salvador Jozé Joaquim Durañ aquelle queteve a felesçidade de descubrir os Agressores que se comjuraram Comtra a preciosa Vida do Augustissimo Snr.e Rey D.m José que em S.ta gloria haja Comfiando só de V. Ex.a o requerim.to emcluzo p.a ser Entregue a sua Rial Alteza o nosso Serenissimo Prinçepe

e Senhor a quem só pretença o abrillos ou a q.m o mesmo Senhor mandar, enquanto Eu naó posso pessoalm.te hir p.r me achar Comvaleçendo das graves molestias q' tenho padeçido p.a hir beijar o péz Riais do m.mo Senhor e a V. Ex.a as maons.

E. R. M.ce»

*

«Senhor

A quem senão a V. A. Rial como meo Prinçepe e Senhor devo Expor a minha Emfeliz e mizeravel Vida, Como Creatura dos Seos Augustissimos Progenitores; e persuadido da Emcomparavel piedade e clemencia de que V. A. Rial se adorna; rompo de huma ves as prizones aos segredos q' o coração emserra; Esperando que a Rial Clemencia de V. A. Rial se compadessa da m.a desvemtura.

Eu Sou Senhor Salvador Jose Joaq.m Durão aquelle que na idade de 15 annos descubrio ao Snr.e Rey D. Jose de glorioza memoria os seos Eenemigos, lembrandome em tal idade só do que devia e não do premio; passados alguns tempos foi S. Mag.e Servido chamarme e fazerme a m.e de dar prencipio a premiar os meos seruissos; fesme a m.e do Habito de Crisptto que professo e de dez mil cruzados em dinheyro; no Habitto me deu a Tenssa de 12$ que requerendo Eu mandasse acresentar foi o m.mo Senhor Seruido m.dar acresentar-me áquella 28$ q' com os doze fazia ao todo 40$ rs e ma mandou asentar em hum dos Almoxarifados aomde tiueçe Cabim.to a minha cob.ca e p.r mais deligençias que fis com Fr.co Xavier Sacretr.o de Estado d'emtão Era nunca o pude Comseguir de forma que ainda hoje me acho sem Temssa de qualid.e ninhuma sendo Eu Senhor o unico a q.m tal acomtessa por que não pode hauer Habitto sem Temssa; dos dez mil Cruzados que se me deram se me comprou hum offiçio p.r mão de João Gomes do Ar.o p.r sete mil e quin.tos Cruzados no Deposito publico dessa Cidade; e do pequeno resto que me ficou pus huma pequena Caza para tomar Estado que para nada chegou; vendo S. Mag.e o estado em que Eu ficava foi o m.mo Senhor Seruido no dia do Cazam.to mandar dar a minha molher 4 mil Cruzados p.a os Seos Alfinettes p.r mão de Tomé Joaq.m Sacretr.o do Estado que então Era; dos quais não reçebi Senão 2. e queixandome a Sua Mag.e me ordenou o m.mo Senhor não falaçe en Semelhante materia; e me reçarçio Su Mag.e aquelle danno fazendome a m.e de Ser Ajudante de Camara Sem Exerçiçio porem com o ordenado de 10$ rs cada mes, e despois me acresentou 6$ rs da reção que fazia ao todo 16$ rs q Sempre recebia p.r maõ de Estevaõ Pinto de Morais athe ao tempo da Campanha que fiquei como todos os mais Creados sem reçeber aquelle que me ajudava a sustentar; Ja nese tempo me achava com dois Filhos e com o pezo de huma Caza q p.a acudir-lhe Era nessassario Empenhar-me p.r não ter mais q 10$ rs que me rendia o meo Off.o que tinha Comprado; e fazendo muntas deligemçias p.r Seruillo nunca o pude Comseguir p.r que Sempre fui mal uisto de todos o porquẽ naõ precizo dezello a V. A. Rial; tiue Sempre Senhor a fama de gastador; deicho ao Sabio e Rial descurso de V. A. Rial o que podia Eu fazer e gastar com os

unicos 10$ rs q tinha cada mes do meo Off.º, despois com lagrimas que foram atendidas pello Snr.e Rey D.m José de glorioza memoria me mandaua dar de quamdo enquando algumas porçoeñs p.r Comta dos m.mos Ordenados e mezadas, sen que nunca ouvesse ajuste dellas; asim fui Sempre Vivendo aflitto, athe q chegou a Senna mais Lamentavel p.a mim da morte do Senhor Rey D. Jose que em S.ta gloria haja que tres dias amtes della se lembrou de mim e da minha mizeravel Famillia; q estando Eu na ssalla dos Porteyros da Canna de V. A. Rial me chamou Joaõ Am.to Pinto da S.a e me disse q S. Mag.e lhe tinha determinado Se me Continuasem os meos Ordenados ou Mezadas todos os mezes que logo naquele mes entrei a reçeber Sem mais falemçia, e como por morte de Estevaõ Pinto tenham passado p.a a maõ de João Am.to Pinto todos os papeis pretemcentes ao bolsinho p.ar requeri Eu a João Am.to Pinto os meos atrazados o qual me respondeu que fosse reçebendo o prezente e nos atrazados naõ falaçe; e athé agora nunca tiue ajuste de Comtas que deuia ter o q bem hauia de constar dos recibos que (...) tinha passado que Comfiado naquella m.a diuida me tinha Empenhado.

Despois de me faltar aquelle Sobaranno Snr.e a q.m adorava como unico Pay e que se segio logo a Soltura dos Fidalgos me foi buscar a minha Caza o Marques da Lorna e falandome em Couzas particulares, tiue rezaõ bastante p.a emtimidar-me e querer fugir da Corte com a minha Fam.a que Ja Era numeroza que Já nesse tempo me achava Com Sete Filhos; fis instancias grandes p.a comseguir a minha retirada e alcanssar renuncia p.a uender o meo Off.º que consegi Com a m.ma m.e que nellas tinha de Ser p.a Filhos e Nettos p.a munto milhor Se me reputtar; e tendoo justo Com varias pessoas pello preço de 10$ Cruzados atemdendo as m.ces nellas feitas me empataram as Vazas por todos os Lados, de forma que nunca me aprovaraõ os meos Compradores; Eu Senhor timido do que ouvia e das razoens Expostas e querer buscar o meo retiro p.a onde nunca fosse Lembrado e vendo as injustissas que Se me faziaõ a face de quem Com tanto disvello Eu tinha Serv.º naõ tiue mais remedio que dallo o d.º Off.º ao m.mo Seruintuario que o Seruia p.r 5$ Cruzados, que apennas chegaraõ p.a pag.r o que deuia nessa Cidade pella falencia dos meos Ordenados ou Mezadas e para retirar-me com a m.a Fam.a, Vendido ou dado que foi o meo Off.º mandou a Raynha N. Senhora acresemtarme ao que recebia todos os mezes por maõ de Joaõ Am.to Pinto a remda das Cazas em que Eu nessa Cidade veuia com a m.a Famillia q̃ fazia ao todo que eu recebia p.r maõ de Joaõ Am.to Pinto todos os mezes 22666 rs. e ordenou S. Mag.e se me comtinuaçem todos os mezes sem falemçia em qualquer parte do Seo Reyno aomde Eu estiuesse o que sempre se me fes p.n maõ do d.º Joaõ Am.to P.to e isto pello descurso de dez annos que asesti em Aueyro aomde fui Cometido Com toda a m.a Fam.a das mais Crùeis Cezoeñs athe que vendome ja alcancado pella comtinuaçaõ das molestias e querendo de alguma forma dezonerar a Rial Fazemda daquella porçaõ que Eu reçebia me rezolvi a pedir hum Off.º que se achaua vago naquella m.ma Cidade de Aveyro: em remunera-

çaõ da anual prestaçaõ que Eu reçebia o q. logo uisto pella Raynha N. Senhora foi seruida comferirme o m.mo que Eu pedia; aqui Senhor seria Eu emportuno comtar a V. A. Rial as conheçidas Injustissas que me fizeraõ, porque fazendome Sua Mag.e Logo a m.ce do Off.º de Escriuaõ da Camara e Almotassarias da Cidade de Aur.o e a m.ce de darme para o meu emcarte 200$ rs foraõ tais e tantas as Couzas que me ordiraõ que ficou nulla e de ninhum efeito aquella m.ce e Eu com a despeza feita; Ordenoume S. Mag.e buscaçe outro Off.o e buscando outro com o maior traualho e despeza achei Vago o de Excrivaõ do rezisto dos feitos do mar da Alfandiga do Porto, que S. Magestade, ja comdoida da minha disgraça e da m.a demora que eu tinha nessa Cidade me deu a Sua Rial palaura qe Era meo o ditto Off.o no cazo de Estar dezembaracado; mandouçe buscar a Emformacaõ e Se achou o d.o Off.o Vago Seruido p.r Manuel Am.to Alvaro Pinto da Fomseca da Cid.e do Portto, cujo Seruia hauia o milhor de 25 annos; porem Como Com a informaçaõ vieraõ Sinco mil Cruzados para Joaõ Chrisostomo ofeçial da Sacretr.a do Viscomde que entaõ Era p.a Senaõ tirar a ditta Seruentia asim o Comsegio p.r que p.r mais deligemçias que Eu fis nada pude Comseguir Senaõ a Comtinuaçaõ da minha desgraça; Sendo com esta m.ce quatro que Se me tinhaõ feito Sen conseguir Completarseme ninhuma, por ter o Sacretr.o Viscomde Comtra min; athe que Comdoido o Serenissimo Princepe o Senhor D. José que em S.ta gloria haja da m.a desventura, e conhecendo as comtinuas imjustissas que me faziaõ e a grande nessesidade que Eu pasaua nessa Cidade no descurso de Vinte e Sete mezes que andei Enganado me mandou favoreçer p.r Jose Joaqu.m de Barros com huma ajuda de custo. Como já p.r outras vezes tinha feito; e indo Eu beijar a maõ ao m.mo Senhor a Picaria aomde V. A. Rial tambem estava e me ordenou o m.mo Senhor que buscaçe hum Off.o Que pretemçeçe a repartiçaõ de Martinho de Mello o que logo fis e nam pude Emcontrar Senaõ o de Excrivaõ do publico Judeçial e Nottas da V.a de Bar.los e conhecendo Eu que Era deminuto o seu remdim.to dei parte ao Prinçepe meo Senhor, e me ordenou o pedice prometendome em algum dia feleçitar-me e a m.a Fam.a; Comfiado na Rial palaura o pedi em remuneraçaõ do que Eu recebia da Rial Fazemda que logo Comsegi por maõ de Martinho de Mello sem a menor duvida nem demora que no discurso de quinze dias se me deram dois Decrettos que me foraõ preçizos; porem Senhor Comsegi este pequeno Despacho despois de me ter Empenhado em 2$ Cruzados por Se me Embaraçar a m.ce do Off.o do Portto que Era o que mais Comta me fazia por me ficar mais perto da m.a pequena Caza que emtaõ tinha em Aur.º. Sendo preçizo vender tudo quanto tinha p.a pagar o Emp.o que nessa Cidade tinha feito; de forma que p.a Emcartarme no nouo Off.º pedi nessa Cidade o dinr.º ao Muzico da Sua Rial Capella Viçente Mucholy que ainda lhe deuo a maior parte julgando que vendidos os meos bens chegaria para pagar o Empenho todo que tinha feito e o dinheyro do Emcarte; porem não susedeu asim que me naõ chegaraõ para pag.r retirei-me p.a Barcellos p.r naõ ter ja couza alguma com q Sustentase a

minha mizerauel Fam.ª Senaõ 9600 que me davaõ pello meo Off.o novam.te ali comseguido com o destino que Seruido p.r mim me daria mais lucro p.ª milhor me Sustemtar; porem Senhor pouco mais achava Sendo o travalho muito pois hé Off.o de Justissa e ainda asim m.mo pouco tempo o pude Seruir p.r que fui logo acometido de huma Catarral junto com hum F.o e ambos fomos Sacramentados no m.mo dia, Logo passados tres ou quatro mezes me repetio outra Seruindome minha molher de Companhia de que fomos ambos Sacramentados tão bem no mesmo dia; no seguinte anno cahi com outra Seruindome minha Filha mais velha de Companheyra da q.l ambos fomos taõ bem Sacramentados no m.mo dia; no 3.º anno cahi Eu com huma malinna da pior qualidade da qual fui taõ bem Sacramentado sendo as molestias que aqui reinam á Sinco ou Seis annos. Como tudo consta da sertidaõ Junta Ser uerdade; aqui Senhor ja Eu naõ tinha que vender nem que Empenhar pois naõ comsservaua nem as proprias Camizas, Sendo nesesario pedirense algumas Esmolas p.a remer as Comtinuas nesesidades da m.a molestia, e Emparo da m.a aflita Fam.a, porem Senhor nada disto me aflige porque tudo Leuo com paciemçia Lembrandome que he Vomtade de Deos; o que mais penoso e Semsivel Se me fas Senhor hé que todos os que deuiaõ Estimarme pella minha comdutta e grandes Seruissos que fis a Rial Coroa de V. A. Rial estes Saõ os que mais me emsultaõ e me trataõ por acuza Fidalgos olhando para mim como p.a hum traidor ainda os proprios Menistros Sendo estes que deuiaõ defemderme destes insultos, a quem me tenho queixado para de alguma forma me valerem, porem naõ emcomtro q.m me Comsole pois saõ os primeiros que me aniquilaõ deuendo defenderme Como Creatura Criada pellos Riais progenitores de V. A. Rial a q.m foraõ feitos os meos Servissos; estas razoens e comtinua mizeria em que me vejo me daõ forças a esperar Comvaleçerme da ultima molestia p.a hir ainda que Seja pedindo huma Esmolla aos Seos Riais péz; tudo isto Senhor me dá Liberdade p.a por na Rial prezença de V. A. Rial por este modo os meos emfortunios e como taõ leal Vassallo. Só a Emplorar pedir e rogar a V. Rial Alteza que qr.o acabar os meos dias com a minha Fam.a a Sombra do Seu Rial Tronno que desta forma fenalizaraõ os meos tromentos Sustos e Ludibrios que Sofro Sen que para hisso pessa a V. A. Rial mais que huma recam da Sua Rial uxaria p.a Sustemto da m.a numeroza e aflitta Fam.a, Eu Senhor naõ quero Emportunar a V. A. Rial pedindolhe me mande pagar a minha Tenssa do Habito desde que Sou Professo e comtinuar a m.ma taõ bem naõ pesso me mande pagar os meos atrazados que tudo hé diuida que se me deue taõ bem naõ pesso se me faça boa a m.ce do Off.º de Excrivaõ do rezisto dos Feitos do mar da Alfandiga do Porto q ainda se acha Vago Seruido pello m.mo Seruintuario que tinha quando Se me tinha feito a m.ce delle; Só o que quero he viuer a Sombra de V. A. Rial, e quando naõ Seja do Seo Rial agrado o que Emploro; e amtes queira que Eu me comserue nesta terra de Barcellos pode V. A. Rial feleçitar-me a mim e a

m.a Famillia fazendo-me a m.ce de Almotaçel perpeto sen que desta forma tire o regalo dos que acabaõ de Camaristas poderem Ser, porque hé custume acabando de Variadores Seruir cada hum 3 mezes de Almotaçel com outro que Sempre se nomea de fora e desta forma prienchem o anno, e em lugar do que se nomea de fora todos os 3 mezes p.a Seruir com aquelles hé que pesso a V. A. Rial me faça a m.ce de Almotaçel perpetu com a m.ce de ficar ou poder nomiar em quem Cazar Com minha Filha D. Fr.ca Cezillia, Lembrandoçe Senhor que he afilhada do Snr.e Rey D. Jose q em Santa gloria haja que ainda que aqui nada remde ao menos hé hum lug.r dependente e mostro q V. A. Rial me atende e se lhe quizer nomiar a esta m.ce hum Ordenado anual em remuneraçaõ do que se me deue de Tenssas do Habitto e dos Ordenados e Mezadas atrazados o pode fazer o qual pode Sahir das comdenaçoeñs da Camara ou da m.ma Almotassaria aplicando tudo o mais que Sobeja p.a as calssadas e obras publicas como deue Ser Sem que a Camara o possa Comer Como hé Custume ficando tudo em mizeravel estado, pois como os Almotaçeis se nomeaõ de tres em tres mezes todos comem e todos Viuem sendo o ditto ou ditos Almotaçeis obrigados a dar Comta a V. A. Rial do Estado das Couzas p.a determinar o que for Seruido; por Cuja Graça instantemente rogará este Emfeliz e toda a m.a Fam.a Conserve Deos a preçiosa Vida de V. A. Rial e de toda a rial Famillia portanto.

P. a V. A. Rial que atendendo a todas as razoens Exposttas se compadessa do Supp.e e Fam.a sem que lhe seja nessesario hir aos Seos Riais péz. Senaõ beijarlhos agradecido.

E. R. M.ce»

*

«Francisco Jozé de Moraes Seixas de Leão, aprovado en Annathomia, pella nova fundaçaõ, e reforma da Univercid.e de Coimbra, e en toda a Cirurgia, pella Real junta do Prətto Medicato, Juis Comissario da mesma e do partido desta Villa por Sua Mag.de Fidelissima Que Deos G.de etc.

Attesto pelo juramento que dei, em como Salvador Jozé Joaqm Duraõ Logo no pr°. anno que chigou a esta Villa foi elle e p.te de Sua Familia atacados de febres Catarraes biliozas que vencerão, ficamdo d'esta bastantem.te aruinado; E logo no Seg.do anno, tornou a Ser atacado, e junctam.te Sua M.er e filha d'outra igual molestia, q̃ obrigaraõ ao ponto de serem Sacramentados, e poucos mezes passaraõ que naõ tornasse a Ser acometido, e Sempre com evidente perigo, e no treceiro anno, foi atacado de huã febre bilioza, de mao Caracter, que chigou ao ponto de Ser Sacramentado em horas improprias, e seposto venceo todas estas tromentas contudo vive com despoziçaõ de doença Coronica de Peito o que passo na verd.e pois tudo Sei pois lhe tenho assistido nas Suas emfermid.es que juro, e asigno

Barcellos 10 de Agosto de 1792

Francisco Jozé de Moraes Seixas de Leaõ»

(Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos do Reino, maço 86)

IV

«Aos vinte e nove dias do mez de Junho de mil sete centos, e noventa e oito faleceu nesta Villa de Barcellos no Campo das Freiras Salvador Joze Joaquim Durão Cavaleiro da Ordem de Christo Cazado que era com Dona Marianna Thereza Xispes de Queiros e recebeo todos os Sacramentos, e ao outro dia foi Sepultado na Igreja dos Terceiros desta Villa. Fes Testamento, e para Constar fis este asento era ut supra.

O Coadjutor Interino Fran.co Thomaz da S.a. Carv.o»

(Biblioteca e Arquivo Distrital de Braga, Santa Maria Maior de Barcelos, L.o. 6 de Óbitos, F. 233 V)

V

«(...) Para que as esperanças do premio possaõ com duplicados motivos chamar os Denunciantes; pede esta Junta humildemente a V. Magestade, seja servido conceder-lhe a licença de fazer público por Editáes, que a qualquer Pessoa, que denuncie algum dos Reos, lhe sera dado á custa das Pessoas de que se compoem o Corpo da mesma Junta, o premio, que tambem sera declarado nos mesmos Editáes: E o Provedor Jozé Francisco da Cruz, pede especial, e particularmente a V. Magest.e a licença de offerecer vinte e cinco mil cruzados ao primeiro Denunciante de álgum dos Principaes cabeças».

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório da Junta do Comércio, L.º 106, F. 38)

VI

«Ill.mo e Exm.o. Snr.e — Em 28 de Mayo prox.e passado r.ce o avizo de V. Ex.cia de 18 do mesmo determinando-me que hera S. Mag.e servido que eu logo que recebesse aquelle mandasse entregar com toda a segurança, e em Maõ propria na V.a. de Noya huã carta p.a. a pessoa a q se dirigia, e que cobrando della resp.ta a remetesse a V. Ex.cia com toda a brevid.e

Com o mayor procurei saber adonde ficava aquella V.a., e averigoando q.e p.a. as p.tes de S. Thiago, e com dist.a desta de 18 Legoas, mandei Logo hum proprio Seguro e m.to recomendado, que com eff.to foi entregar a tal carta, e della me trouxe a resposta que remetto incluza a V Excia que D.s G.e Vall.ca do Minho 5 de Junho de 1759».

«Recebi o avizo de V. Excia de 21 de Julho em o pr.o. do corr.te, e no mesmo dia fiz expedir outro proprio com as duas cartas p.a. a V.a. de Noya donde me veyo por respta de ambas a incluza que remetto a V. Ex.cia na mesma fr.a. que chegou

Em 26 de Fevr.o. fiz hum proprio o Ill.mo e Exmo Snr.e Conde de Oeyras dandolhe por elle parte de que na Cid. da Crunha R.no de Galliza, e Regim.to de Cantabria tinha assentado praça no 1.º de 9br.º do anno prox.º. passado hum Portugues que tinha alguã similhança com o Infame, e vilissimo Joze Policarpio (...)». Pede decisão rápida, pela qual urgiam as autoridades espanholas, dado que o sósia de José Policarpo continuava preso. Esta carta está datada de 6/8/1759.

«Em 8 do corr.te remetti a V. Excia huã carta em resposta de outra que

V Excia me ordenou mandasse entregar na Va. de Noya: Desta novam.te se me remette o masso incluso, pa. inviar a V Excia que D.s g.e m. a.

Vallença 21 de Ag.to de 1759»

(A H U, Avulsos do Reino, maço 209)

VII

«Aos vinte e sinco do mes de Janeiro de mil e outo Centos e outo; falesceo Dona Mariana Thereza Xispes de Queiros, Viuva de Salvador Joze Joaquim Durão, assistente na rua da Vezitação: não recebeo os Sacramentos pela molestia não dar lugar: não fes Testamento; e foi sepultada no Cemiterio desta Parochia».

(Arq. dos Reg. Paroq., Freguesia da Ajuda, Lo. 8 de Óbitos, F. 312)

# DA PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA

pelo sócio efectivo

*Manuel Leitão*

com a colaboração de C. T. North e H. Reynolds de Sousa

A prospecção é, em arqueologia e em comparação com a escavação e investigação pròpriamente ditas, de estações já conhecidas, bem como o estudo dos artefactos que aquelas nos oferecem, uma actividade agradável e de manifesta importância se quisermos fazer descobertas com certa regularidade, em vez de serem deixadas inteiramente ao acaso, como quando se lavra um campo, se rasgam valas para fundações ou se abre um poço.

Tal como Charles Thomas o fez notar num recente artigo intitulado «ETHICS IN ARCHAEOLOGY, 1971», publicado na revista ANTIQUITY, XLV — 180, de Dezembro de 1971, a páginas 268, a prospecção em arqueologia é importante porque:

— existe hoje em dia uma tendência que se afasta da tipologia pura e reabilita o trabalho de campo, necessário à obtenção de novos elementos;

---

* Comunicação feita na SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA da Assoc. dos Arq. Portugueses em 21-1-1972.

— há cada vez mais arqueólogos e, nas estações conhecidas, cada vez menos material que os possa satisfazer a todos;
— os testemunhos ecológicos estão a ser ràpida e eficientemente destruídos.

Thomas tem carradas de razão ao dizer que algo tem de ser feito para remediar este estado de coisas que, embora tenha surgido de mansinho, tem crescido e acelerado ao ponto de constituir uma situação quase explosiva. Como os métodos empregados até agora não se mostram eficazes, seria de desejar que se desse início a uma campanha de conservação, a qual consistiria no reconhecimento, quanto antes, de novas estações, de modo a preservá-las de uma destruição injustificada ou que venham a ser escavadas antes de destruídas, nos casos em que tal se torna inevitável.

E é agradável o trabalho de prospecção por ser levado a cabo quase sempre ao ar livre, longe dos centros urbanos; passam a conhecer-se regiões novas e pitorescas, e permanecem recordações e matéria para pensar.

É de grande utilidade saber ler cartas geográficas e conhecer algumas técnicas fotográficas, assim como ter noções de topografia, sendo capaz também de fazer, in loco, esboços esquemáticos mas precisos. Todavia, para que a prospecção seja feita em condições, é necessário um mínimo de orientação por parte de arqueólogos que tenham grande experiência de trabalho de campo, sem o que haverá certamente enormes perdas de tempo, como teremos por demais oportunidades de o demonstrar no decorrer desta exposição; será bom, igualmente, haver um plano de acção em que sejam procurados determinados objectivos, de modo a permitir obterem-se resultados práticos positivos, e é aconselhável, ao procurar artefactos, evitar ter apenas uma ideia fixa, sendo preferível, ao contrário, manter uma abertura de espírito pronta a aceitar o que aparecer, muito embora com uma série de opções para investigar, caso falhem as intenções iniciais.

Perante estes princípios gerais, vamos agora tirar alguns exemplos da nossa experiência de arqueólogos incipientes.

Começámos a interessar-nos pela arqueologia em 1966, quando nos veio parar às mãos o primeiro volume das ACTAS E MEMÓRIAS

DO I CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA — Lisboa, 1959, e os trabalhos de Georg e Vera Leisner: ANTAS DOS ARREDORES DE ÉVORA, 1949, e ANTAS DO CONCELHO DE REGUENGOS DE MONSARAZ, Instituto para a Alta Cultura, 1951. Tendo já alguma experiência no domínio da fotografia, dos barcos em geral e em particular dos de vela, bem como a respeito de castelos e outros assuntos semelhantes, sentimo-nos naturalmente atraídos por certos aspectos destas publicações, que nos pareciam mais fáceis de assimilar e possíveis de encontrar, visto se indicarem localizações e, segundo julgavamos, com precisão. Esta atracção não é para admirar, dado que as boas ilustrações provocam sempre uma impressão favorável e permitem uma compreensão mais clara da matéria que apresentam. Assim, resolvemos, muito arbitràriamente aliás, começar a dedicar-nos a antas, grutas e instrumentos paleolíticos.

Sem qualquer orientação ou ajuda profissional, lá fomos caminhando, por nós próprios, na esteira dos que nos tinham precedido, de livro na mão e cheios de esperança. A nossa primeira excursão levou-nos a Évora, onde contávamos encontrar os originais de todas aquelas interessantes reproduções que conhecíamos das estampas. Durante três dias de um fim de semana grande, gozámos imenso e percorremos inúmeros quilómetros. Foi assim que desfrutamos os magníficos panoramas daquela região do Alentejo e visitámos Borba, a Serra de Ossa, Vila Viçosa e Reguengos. No entanto, apenas conseguimos localizar, com o auxílio do dono do Monte Farisoa, os topos das pedras da anta e tholos reenterradas, que haviam sido excavados pelos Leisner. Quem quer que tenha experimentado procurar antas ao acaso, por entre os afloramentos graníticos do Alentejo, mesmo com as suas localizações marcadas aproximadamente no mapa, não tardará a aperceber-se da aridez da tarefa em que se meteu. Uma experiência destas em breve nos levará a compreender a enormidade de trabalho e de esforço físico que representa a elaboração de uma obra como a DIE MEGALITHGRÄBER DER IBERISCHEN HALBINSEL — Berlim 1959, dos Leisner, e a grande consideração em que são tidos estes investigadores. Nós, no entanto, ainda não tomaramos conhecimento com esta obra monumental e apenas nos servíamos

das ACTAS e das duas memórias sobre as ANTAS da região, o que nos levou a uma penúria de resultados que deveríamos ter previsto.

Sendo persistentes por natureza, qualidade aliás muito útil num arqueólogo, fizemos nova tentativa, agora na região de Lisboa, em local indicado por um amigo. Desta vez fomos mais bem sucedidos, pois encontrámos sem dificuldade a Pedra dos Mouros e o Monumento do Monte Abraão, em Belas; no entanto, foram baldados os nossos esforços para localizar o Monumento da Istria e a Galeria Coberta de Carenque.

Verificámos que desta experiência se podiam tirar duas lições: a primeira foi a conveniência de os locais nos serem indicados por uma pessoa que já soubesse onde elas eram; e a segunda que nunca se devia tomar as descrições demasiadamente à letra. Na verdade, acostumados como estávamos a fazer a navegação em barcos de recreio, resolveramos marcar, na carta de 1:50.000, os azimutes como indicados na publicação, e obtivemos, como posição da Galeria Coberta: o Pendão. Autêntico gato por lebre! Foi assim que, só no ano passado, na companhia do Dr. Veiga Ferreira, vimos este último monumento que, afinal, era do outro lado do vale!

Ora, erros destes resultam principalmente de dois factores: a) os azimutes são dados em graus magnéticos, que são inúteis sem a indicação da declinação magnética no ano em que foram feitas as observações, para tornar possível a correcção necessária, e b) o sistema que consiste em indicar azimutes por quartos conduz fàcilmente a erros, no caso do inexperiente. Usaram-se quartos na rosa dos ventos da agulha de marear, em tempos, e a bússola foi sempre um mistério para os não iniciados, até que foi adoptada a rosa de 0 a 360 graus, tal e qual o transferidor vulgar do aluno do liceu. Sugerimos, assim, que nas publicações arqueológicas corrigidas e transformados em graus verdadeiros, geográficos, do transferidor circular graduado de 0 a 360 graus no sentido do movimento dos ponteiros do relógio, para evitar confusões.

Na semana seguinte, uma das filhas do C. T. N. e um rapaz vizinho com uma dúzia de anos mostraram-nos as grutas artificiais do Tojal de Vila Chã, Carenque, e a excursão a seguir levou-nos às Pedras das Batalhas, em Caneças, sempre com a bússola em punho,

procurando a localização do monumento por triangulação a partir dos marcos geodésicos nas alturas mais próximas. O método tem os seus méritos, especialmente se, como no caso das Pedras das Batalhas, o megalito se encontrar numa pequena cova, escondido pelas dobras do terreno, muros e outros obstáculos semelhantes. Não descobrímos ainda o segredo das inúmeras pedras lascadas da vizinhança desta anta, porque não sabíamos ainda reconhecer pedra lascada, i. e. fora dos livros. O C. T. N. só recolheu um único pedaço de silex trabalhado, junto da pedreira aberta neste local.

Mas, estes modestos êxitos induziram-nos a voltar a Évora quando lemos, no jornal, a notícia das excavações em curso no monumento megalítico do Zambujeiro, Valverde. Desta vez, resolvemos seguir também a terceira regra enunciada no início desta pequena palestra e embarcamos para a viagem com o objectivo de fazer a documentação fotográfica dos castelos da região. Visitámos o de Montemor-o-Novo e a seguir as antas 1, 2 e 3 do Silval. Fotografamos o Castelo de Arraiolos, onde almoçámos, para continuar depois em direcção à Anta do Zambujeiro. A procura deste último monumento foi difícil, mas valeu a pena porque é, ou era, verdadeiramente imponente, e porque tivemos a sorte de encontrar o Castro do Giraldo a caminho. Completámos o dia como fotografias do Castelo de Viana do Alentejo e do Castelo solarengo do Alvito, numa corrida contra o sol, tendo feito um programa demasiadamente ambicioso para o tempo disponível, como acontece sempre.

Este foi o ano da descoberta do bote «LEÃO», por Luís António Marques, C. T. North e por mim, e das negociações que conduziram à sua reparação e entrega ao Museu de Marinha, em Belém, onde se encontra presentemente conservado.

Como vêem, foi um ano que nos proporcionou muitos fins de semana interessantes, mas estavamos a divagar pelo campo fora, em viagens ainda de aspecto mais turístico do que arqueológico.

Em 1967, visitámos a praia de Galapos, Arrábida, à procura de minerais para lapidaria, que interessavam muito o nosso falecido amigo Hermanus Teunissen, Los Millares e Cueva de Nerja no decurso dum cruzeiro de verão até Almeria no iate «WHISPER» do Alexander Black, o Monumento do Barro, a gruta da Ponte de Lage, quase no nosso

quintal em Oeiras, e Palmela. Procurámos as grutas de Liceia, encontrando sòmente os sítios donde se extrai presentemente o calcário naquela localidade.

Do paleolítico, ainda nada, excepto a primeira pedra de Caneças e um único raspador em D da Samarra. Mas, começámos pouco tempo depois a recolher as indústrias que descobrimos com certa profusão na encosta a S da jazida dos Três Moinhos, Amadora, e tendo a bibliografia conduzido aos trabalhos do Abade H. Breuil e Dr. G. Zbyszewski («Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leur rapport avec la géologie du Quaternaire» — Com. dos Serv. Geol. de Portugal, XXIII 1942 e XXVI 1945, e «Contribution à l'étude du paléolithique des plages quaternaires de l'Alentejo littoral» — Com. dos Serv. Geol. de Portugal, XXVII 1946), a fazer apanhados de calhaus truncados nas praias da Ericeira e do Ribamar. No fim do outono, passámos por Miróbriga, Santiago de Cacém, e Vila Nova de Milfontes, Alapraia, Casal do Monte, Olelas, Caparica, Açafora, Magoito, Aguda, Praia das Maçãs, da Adraga, do Abano, tudo ainda a seguir os textos.

Estávamos, portanto, a encontrar objectos certamente interessantes, mas não conseguimos, sem conselhos ou apoio técnico, ter uma finalidade bem precisa nas nossas investigações. Os livros serviam para encontrar as jazidas já conhecidas ,mas não nos elucidavam sobre o significado dos achados que íamos fazendo.

Procurámos mais publicações, começando pelos números das Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal que traziam artigos de arqueologia e pelas magníficas Memórias desses mesmos Serviços; e os problemas iam crescendo! Podíamos ter desistido das nossas actividades neste campo, perante tantas dúvidas que pareciam sem resposta, se o Museu de Marinha, com os maravilhosos modelos do nosso amigo, Luís António Marques, e os castelos que fomos visitar numa magnífica volta pelas terras da Idanha, Penamacor, Penha Garcia, Monsanto, Salvaterra do Extremo, Segura, Rosmaninhal, Montalvão, Nisa, Amieira e Belver, não nos tivessem mantido ocupados durante este período de incerteza.

Em 1968, descobrimos uma jazida paleolítica a W de Liceia (que encontrámos depois assinalada na carta geológica N.º 3, Folha de Cascais, dos SGP, e portanto já conhecida), ficámos a conhecer as

estações de Porto de Lobos e dos Remédios, em Peniche, e descobrimos as *nossas* 3 estações paleolíticas de Paço de Arcos e Oeiras: Fontainhas, Areias e Renato Gomes. Visitámos Vila Nova de São Pedro pela primeira vez, e a estação da Casa da Mina, Vila Nova da Rainha, assim como a jazida de Pedra Negra, Espichel, e a clássica região de Alpiarça: Vale do Forno, Vale da Caqueira e Casalinho. O Vale do Forno deu-nos um magnífico biface, um dos mais bonitos que conhecemos até agora, encontrado com a base virada para cima, à superfície do caminho que conduz ao forno. Foi um achado acidental que não teria sido feito se não tivéssemos já o hábito de virar todas as pedras susceptíveis de interesse, para ver o que estava do outro lado, sendo o nosso instrumento preferido para este trabalho uma grande chave de parafusos que serve de alavanca para soltar objectos meio enterrados.

Descobrimos a jazida da Praça de Espanha, Palhavã, que nos deu, entre outras, uma peça Acheulense excepcional, em silex. Esta peça, comparada com outras provenientes de Vila Nova da Rainha e Casal do Monte, é interessante porque nos mostra como as intenções que presidiram ao fabrico se mantiveram durante muito tempo, e conseguimos juntar outra pequena série, de proveniência vária (Porto de Lobos, Praia do Abano, Santana e Ericeira 'C'), que exemplifica o mesmo ponto.

Os castelos não foram esquecidos e demos outra volta larga no Alto Alentejo, por Aviz, Fronteira, Cabeço de Vide, Alter Pedroso e Alter do Chão, Flor da Rosa, Crato, Portalegre, Castelo de Vide e Marvão, seguindo viagem para Elvas, por Alegrete, Arronches, Monforte, Veiros, Barbacena, Campo Maior e Ouguela, regressando a Lisboa no terceiro dia via Juromenha, Alandroal, Terena, Redondo, Vila Viçosa, Borba, Estremoz e Evoramonte. A caminho de casa, parámos uns instantes para fotografar a Anta do Pinheiro do Campo, na estrada de Santiago do Escoural.

Foi em 1968 que visitámos a Lapa do Bugio, na Azoia, Espichel, e a Gruta de Salemas; e foi nesse ano que descobrimos os Doutores G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira, tendo gasto dois anos e meio em deslocações quase constantes, cheias de interesse e certamente de grande utilidade prática, aprendendo a observar, a reconhecer as pedras

trabalhadas, mas dois anos e meio perdidos, por assim dizer, por falta da orientação que começámos a beneficiar, da parte desses peritos.

A nossa primeira excursão ao Bombarral, em Janeiro de 1969, deu-nos a conhecer o simpático grupo de arqueólogos daquela cidade, que trabalhou na Gruta Nova da Columbeira com os Drs. Zbyszewski, Veiga Ferreira e J. Camarate França, e na Lapa do Suão («Lapa do Suão» — O Arq. Português, Série III N.º III). Antero Futrado, António da Silva Maurício, Vasco Côrtes e Jorge de Almeida Monteiro estavam a fazer um esforço enorme, construtivo e importante, para conseguir criar o Museu de Bombarral que, como sabemos, é hoje um facto. Além das suas pesquizas nas duas citadas grutas, iam realizar outras na Serra da Roupa e na fortificação eneolítica da Columbeira, conhecida por Castro da Columbeira e situada na Serra do Castelo, que foi recentemente objecto dum estudo preliminar dos Drs. Hermanfried Schubart, O. da Veiga Ferreira e Jorge Monteiro («A fortificação eneolítica da Columbeira, Bombarral» — O Arq. Português, Série III N.º III).

Continuámos as nossas pesquizas em Vila Nova de Milfontes e no Outeiro de Polima, sobranceiro à Gruta da Ponte de Lage, Oeiras. Visitámos o Castro de Carnaxide e a área da Lapa do Fumo, Sesimbra, sem poder, porém, entrar nesta gruta por estar fechada, e redescobrimos (ficando decepcionados ao encontrar, mais uma vez, o símbolo respectivo na carta dos SGP) a estação paleolítica de Santana, Monsante, recolhendo material suficiente para encher um armário nos SGP e ainda por estudar. Fizemos também uma amostragem na encosta mais acima, para comparação com o material da jazida do Moinho das Cruzes, no outro vertente do monte.

As praias quaternárias de Ericeira 'A' e 'C' revestiram-se de novo interesse e fizemos grandes colheitas de calhaus truncados que vão ser estudados numa revisão do material destas estações.

No decurso das Primeiras Jornadas Arqueológicas, tivemos a ocasião de nos familiarizarmos directamente com o trabalho de outros investigadores e de os conhecer pessoalmente. E terminámos o ano com uma estadia em Estremoz, por convite de Henrique e Maria Madre de Deus Reynolds de Sousa, visitando S. Gens e a Anta do

Candeeiro na Serra de Ossa, assim como as Antas do Canal, do Pego do Sino, da Lapeira e de Pavia.

O nosso trabalho começava a ser mais ordenado e os resultados já se faziam sentir. Os do ano seguinte o demonstram claramente.

Uma nova técnica fotográfica, que nos foi ensinada em 1970 pelo ilustre fotógrafo naturalista Rob Böck, permitiu-nos fazer uma séria esplêndida de diapositivos de peças importantes da cultura do vaso campaniforme, existentes na colecção dos SGP. Esta sessão fotográfica e os ensinamentos dados pelo Dr. Veiga Ferreira durante o trabalho ficaram inesquecíveis.

Ainda com o Dr. Veiga Ferreira, descobrimos o Castro do Cartaxo, Sintra, que fotografámos do ar na semana seguinte. Outras fotografias feitas na mesma ocasião, do Castro de Olelas, levaram-nos a visitar novamente esta estação, para descobrir indústrias interessantes, incluindo uma bela peça solutroide. Outra pequena excursão com o Dr. Veiga Ferreira deu-nos a oportunidade de visitar o povoado neolítico das Baútas, a Galeria Coberta de Carenque e o Monumento de Agualva-Cacém.

Este bom começo foi interrompido por uma viagem no iate «OPTIMISTA», até à Bretanha e volta, para disputar as regatas do One Ton Bol em La Trinité-sur-Mer. Mas, mal regressámos, fomos passar um fim de semana a Estremoz, que incluiu uma visita à estação romana de Santa Vitória do Ameixial, onde estava a ser realizada nova campanha de escavações, e a descoberta de uma nova estação paleolítica no Monte das Caldeiras, Caia, que nos deu, em cerca de duas horas, uma dúzia de coups-de-poing, três dos quais Abbevilenses. As 83 peças recolhidas pelos três casais, Reynolds de Sousa, North e Leitão, foram objecto dum trabalho que vai aparecer no Arqueólogo Português e que ainda está no prelo.

O Mosteiro, em Sassoeiros, Carcavelos, deu-nos um machado polido neolítico, em anfibolite, encontrado por Domingues Reynolds de Sousa.

Tendo o Dr. Zbyszewski mostrado interesse em visitar as antas da região de Pavia, com a finalidade de identificar os monumentos representados na colecção de estampas da autoria de Pereira da Costa, mas infelizmente sem o respectivo texto descritivo, organizámos um

fim de semana com base no Monte da Granja, Estremoz, durante o qual encontrámos 24 monumentos megalíticos, 4 dos quais são estavam assinalados, nas Herdades da Figueirinha, Gonçala, Ordem, Claros Montes, Caeiro e Remendo. Conseguimos localizá-los exactamente na carta, por triangulação, e fizemos uma série de fotografias que vai ser útil para um estudo do estado actual em que estes monumentos se encontram, e para escolher alguns, menos danificados, afim de serem considerados monumentos nacionais e tentar salvá-los assim da destruição certa.

Visitámos Chões de Alpompé pela primeira vez (referido por G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira e M. C. Santos no Arq. Português, Série III N.º II — «Acerca do campo fortificado de Chões de Alpompé, Santarém»), ficando muito impressionados com esta importante estação.

Num serão animado e agradável, de trabalho intenso (cerca de 70 fotografias em 3 horas), fotografámos os guerreiros lusitanos no Museu de Belém, experimentando métodos de iluminação, ângulos, etc., para produzir algumas das melhores fotografias que conhecemos destas obras de arte.

A penúltima excursão do ano não foi arqueológica, mas paleontológica, para recolher dentes de Carcharodon na camada de glauconite da Ponta do Calhau, Praia das Bicas, Espichel, e a última levou-nos a Casal do Monte, na parte da manhã (notamos com satisfação que a estação está agora protegida das incursões dos empreiteiros ou da empreitada de Santo António dos Cavaleiros), e à Açafora depois do almoço, onde encontrámos acidentalmente o Dr. Veiga Ferreira e seu médico e amigo, o Dr. Lereno, proprietário de uma casa construída por cima da duna consolidada e esplêndidamente situada sob o ponto de vista de pesquisas paleolíticas.

O saldo positivo deste ano foi assim: boas fotografias e boa camaradagem, muitos ensinamentos, um castro, uma importante estaço paleolítica, 4 antas novas.

Em 1971, uma interessante visita a Reguengos de Monsaraz familiarizou-nos com o trabalho do Dr. Pires Gonçalves (Menhires dos Perdigões, Pedras Gravadas da Capela, Menhir da Abelhôa) naquela interessante região arqueológica e histórica, e com as reconstruções

levadas a efeito pelo Dr. António Bustorff Silva dentro do Castelo de Monsaraz. O fim de semana foi completado por uma visita à Gruta de Santiago do Escoural, com o Dr. Farinha dos Santos, para fotografar os animais gravados na rocha do lado esquerdo da entrada.

Um fim de semana em Vila Nova de Milfontes resultou na descoberta de uma oficina de machados mirenses no langedocense da jazida de Milfontes Norte 1, situada a N do Porto das Barcas ou Canal, onde recolhemos: 11 machados mirenses, o maior em forma de 8 medindo 235 × 143 × 45 mm, 13 extremidades de machados, 11 cabos de machados, 3 objectos aparentados com os machados mirenses e 27 lascas ou fragmentos provenientes da preparação de machados mirenses; e uma excursão a Azeitão, Arrabida, recompensou-nos com um forno romano que esperamos conseguir estudar em futuro próximo.

As grutas de Salir do Porto, que visitámos em companhia do Dr. Farinha dos Santos, não ofereceram espólio arqueológico, mas fizemos uma série de fotografias destas formações geológicas que vão ser tornadas acessíveis ao público depois dos trabalhos necessários para facilitar o acesso às várias câmaras.

Uma nova visita a Chões de Alpompé deu-nos um ídolo fálico surpreendente, e os concheiros do Paúl de Magos, Marinhais, Glória do Ribatejo e Cabeço da Mina, Muge, muito material para estudo.

Mato de Miranda facultou-nos material Acheulense que foi estudado pelo Dr. Zbyszewski e que mereceu um artigo intitulado «Jazida paleolítico do terraço de Martim Ladrão», e a sequência das nossas prospecções na mesma região deu-nos a jazida de Chamiço e a estação paleolítica extremamente rica de Ramalhosa (Riachos), descritas em mais duas comunicações que estão no prelo.

Ainda outra visita a Chões de Alpompé trouxe à luz do dia um segundo ídolo fálico, menos perfeito que o primeiro, e 298 peças de paleolítico que vão ser publicadas («O paleolítico do povoado pre-romano de Chões de Alpompé, Santarém» — G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira, M. Leitão e C. T. North).

Visitámos amigos em Ofir e, ao reparar numas peças trabalhadas nas pedras empregadas na decoração da entrada da estalagem-indagámos a sua origem, sendo recompensados com mais uma estação,

a da Quinta dos Picotos, Alapela, Fonte Boa. Esta mesma viagem foi aproveitada para uma colheita extensa de picos ancorenses na veiga da Areosa.

No verão, interrompemos êstes trabalhos com uma excursão a Sesimbra na lancha a motor «SANT'ANNA» do Eng.º Carlos Dantas da Cunha, com o Dr. Zbyszewski e outros amigos, para fotografar, do mar, as falésias de Pedra Negra, do Cabo Espichel e da Arrábida, e com uma volta aos castelos da Beira e alguns do Trás-os-Montes: Castelo Novo, Belmonte, o monumento de Centum Cellae, e Guarda; Sortelha, Sabugal, Alfaiates, Vilar Maior, Castelo Mendo, e Pinhel; Celorico da Beira, Trancoso, Moreira de Rei, Meda, Longroiva, Marialva, Moncorvo, Sebadelhe, Numão, Penedono, Sernancelhe, e Aguiar da Beira; Linhares, Gouveia, Seia, Avó e Lousã (castelo de Arouce).

Fomos ao Bombarral visitar a estação da Serra da Roupa e, antes de partir em cruzeiro a Palma de Maiorca no iate «WHISPER», descobrimos três jazidas paleolíticas a S de Pernes, Torres Novas, seguindo recomendações dadas pelo Dr. Zbyszewski.

Um fim de semana em Estremoz, para continuar a nossa prospecção de antas na região de Elvas, levou-nos, no primeiro dia, à área a S desta cidade, percorrida pela estrada que conduz à Senhora da Ajuda, área que se revelou sem grande interesse do ponto de vista megalítico, mas onde conseguimos localizar uma nova anta na Herdade de Buscavide e outra nas Defesinhas, ainda com a sua mamôa, e também três estações paleolíticas, respectivamente a SE do Monte do Falcato, nas Defesinhas de Baixo e junto ao Posto Fiscal das Estufadinhas.

No dia seguinte, resolvemos mudar de sector, para Vila Boim-Vila Fernando-Barbacena, visto que as antas encontradas correspondiam a um tipo nìtidamente diferente dos monumentos ilustrados nas estampas. Tivemos assim a felicidade de descobrir uma necrópole a nascente da Anta da Coutada de Barbacena. Reparámos, nesta prospecção, que muitos dos monumentos megalíticos assinalados no trabalho dos Leisner já tinham desaparecido, sobretudo os mais pequenos.

No terceiro dia, escolhemos três Herdades em volta de Pavia, para procurar as antas da Lapeira, do Cré e dos Antões, antes de regressar a Lisboa.

Uma outra viagem a Estremoz foi feita no princípio de Dezembro, para mostrar as necrópoles da Granja e de Barbacena a D. Fernando de Almeida, e aproveitámos a ocasião para visitar a estação da Silveirona e as pinturas rupestres do Vale de Junco, Serra dos Loções.

Este ano de 1971 foi melhor que o anterior e ainda o melhor de todos: familiarizámo-nos com os menhires de Monsaraz, fizemos fotografias inéditas, descobrindo machados mirenes em grande número em Vila Nova de Milfontes e um forno romano em Azeitão, explorámos as grutas de Salir do Porto, encontrámos, durante a colheita de importante material paleolítico em Chões de Alpompé, dois ídolos fálicos em pedra polida, identificámos 6 estações paleolíticas, 2 antas e uma necrópole, e visitámos as pinturas rupestres da Serra dos Loções.

Resumindo:

— A falta de observância da nossa primeira regra, i. e. de ter um mínimo de orientação por parte de pessoas realmente experientes na matéria, resultou na perda de quase três anos:
1966: pouco ou nada feito — só conseguimos tatear o caminho a seguir;
segundo ano: revisitámos estações já conhecidas, adquirindo fracos conhecimentos e ficando muito desanimados pelas dificuldades que iam surgindo a cada passo;
1968: alguns êxitos, novas estações paleolíticas e finalmente o encontro com os Drs. Zbyszewski e Veiga Ferreira.

— O ano de 1969 foi o nosso verdadeiro ponto de partida: começámos a ter algumas directrizes e conseguimos seguir a regra 2, que exige um plano de pesquisas, aprendendo, comparando e, sobretudo, fazendo muitas perguntas.

— No quinto ano, os horizontes começaram a expandir-se e os resultados a fazerem-se sentir.

— O sexto ano foi aquele que finalmente produziu frutos com regularidade.

A exposição que acabámos de fazer demonstra, a nosso ver, que a 'escola' é indispensável em arqueologia e que o 'método' permite ainda descobrir muita coisa, desde que se procure a pé, no terreno.

Uma grande flexibilidade de interesses e de atitudes, de várias pessoas trabalhando juntas, mostra-se altamente desejável; é a técnica do «brainstorming» usada em conferências para resolver problemas aparentemente sem solução prática. As senhoras do nosso grupo, por exemplo, são atraídas por objectos pequenos e, como o êxito na apanha do paleolítico depende muito da atenção e esta trabalha de modo selectivo, elas revelam-se com maior propensão para encontrar, com frequência, peças de silex, pontas, lâminas e lascas. Isto não constitui necessàriamente um defeito, porque a colheita final do grupo é capaz de ser mais representativa da estação explorada, sendo maior a gama tipológica dos achados. O facto de ter várias linhas de pesquisa paralelas sempre em aberto, até acertar no que é mais característico na área examinada, foi o que nos conduziu a cerâmica estampada e a ídolos fálicos em Chões, além do paleolítico, e às estações paleolíticas a S de Elvas quando estávamos à procura de antas, e ainda à necrópole de Barbacena. No campo, tudo interessa, mesmo a zoologia, o que nos tem dado magníficas fotografias de insectos e de flores.

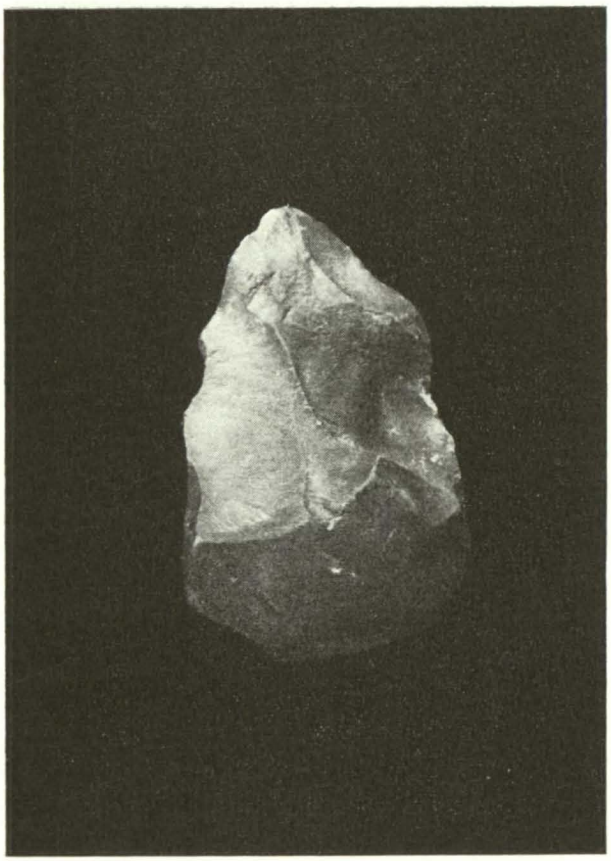
Que fazer com todo o material encontrado nestas prospecções? É claro que só um arqueólogo formado e especializado em vários assuntos, trabalhando a tempo inteiro nesta actividade, poderá estudar convenientemente e valorizar plenamente tudo o que aparece. Normalmente, quem faz a prospecção terá dificuldade em estudar e interpretar os achados, por falta de tempo, sobretudo quando as actividades arqueológicas constituem uma ocupação de horas vagas, além do trabalho profissional. Mas, é indispensável comunicar e publicar os resultados da prospecção, que têm interesse no sentido do enriquecimento do património cultural. Por isso, necessário se torna recorrer a pessoas informadas, a peritos nos vários sectores, o que conduz, naturalmente, a um trabalho de equipa, trabalho de franca colaboração com pessoas mais metidas nos assuntos arqueológicos, a quem podemos, em certos casos, ser úteis, pois sendo eles responsáveis por serviços oficiais, não podem dispor, também, de todo o tempo que gostariam de dedicar a esses estudos.

O homem sòzinho tende para o individualismo e, portanto, no domínio que nos interessa, haveria de ser tentando pelo espírito de coleccionador. Trabalhando em grupo, com pessoas de diferentes culturas, sensibilidades e mentalidades, será levado, não só a contactar, confrontar e enriquecer-se com os conhecimentos dos companheiros, mas também a partilhar a alegria das descobertas dos outros.

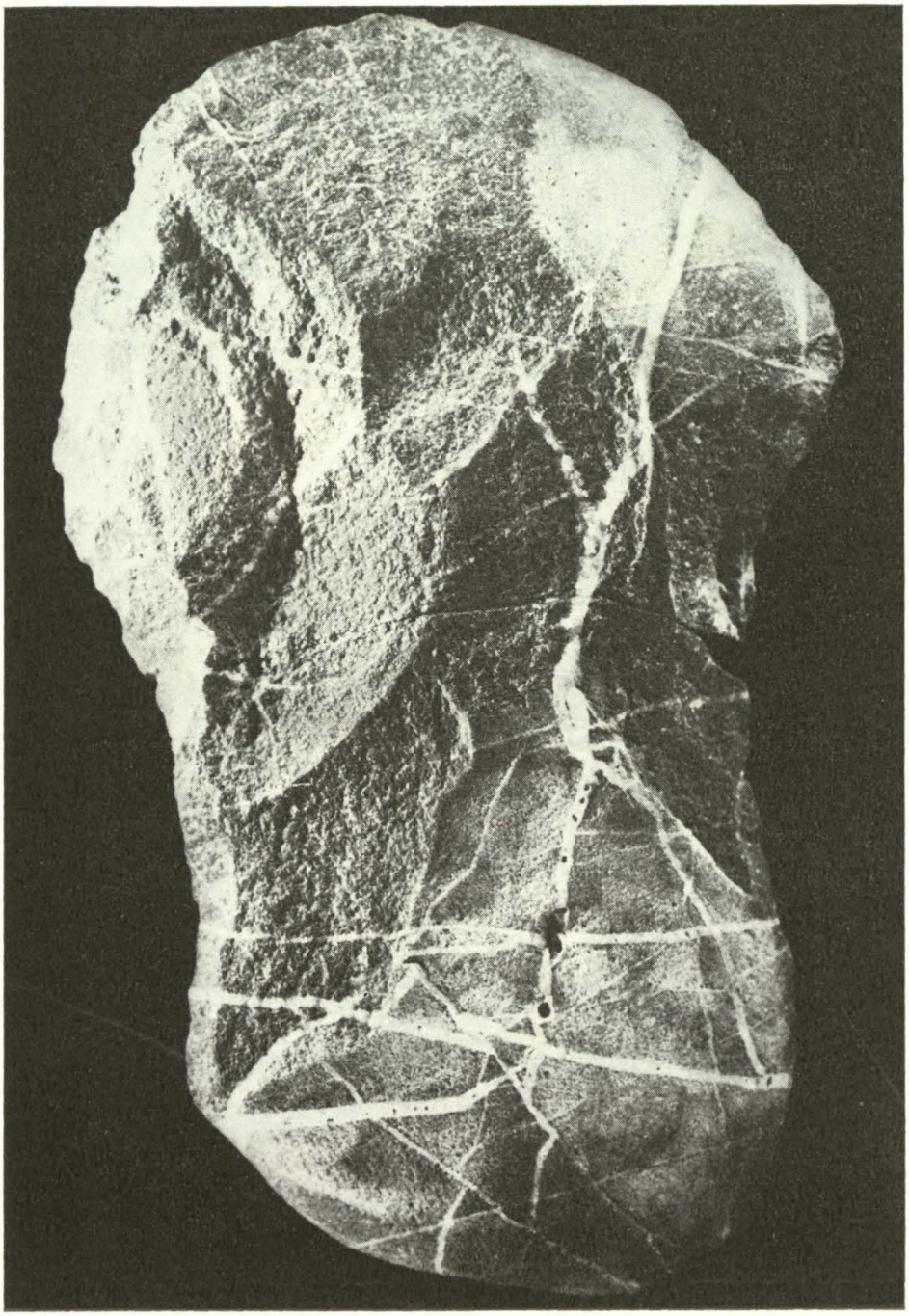
Como princípio indiscutível, julgamos que o material deve ingressar nos museus. Deste modo, poderá vir a ser revisto e estudado posteriormente, quando descobertas e técnicas mais modernas abrirem novos horizontes à arqueologia. Igualmente servirá para sensibilizar mais pessoas e conduzir a um maior apreço pelos legados dos nossos antepassados, que sempre hão-de sucitar a grande interrogação sobre as nossas origens.



Caia — Acheulense antigo



Caia — Acheulense antigo



V. N. de Milfontes — Estação de MF - N.° 1 — Machado Mirense (Reverso)



Anta do Zambujeiro — Évora — Anta grande — Mitra — Valverde

# POVOADO CALCOLÍTICO DO MOINHO DA FONTE DO SOL (QUINTA DO ANJO — PALMELA)

*por Joaquina Soares, Nuno Barbieri e Carlos Tavares da Silva*

sócio efectivo

1. O presente trabalho insere-se num plano que pretende o estudo de todos os vestígios arqueológicos da Península de Setúbal — unidade geográfica bem definida — baseado na convicção de que todos os locais onde podem ser colhidos elementos sobre o passado humano se revestem de valor para a reconstituição da vida antiga e para o conhecimento integral da evolução da ocupação humana de uma dada unidade geográfica.

Os materiais que hoje publicamos foram colhidos em prospecções de superfície primeiramente só por um de nós (N. B.) e mais tarde pelos três signatários.

2. A única notícia conhecida até agora sobre esta estação era de A. I. Marques da Costa [1]: «Na parte ocidental da fragosa crista da serra das Torres Altas, próximo do Moinho da Fonte do Sol, encontrei, entre as escabrosidades da rocha, restos de construções feitas de pedras e terra e dispersos pelo solo diversos fragmentos de louça, alguns dos quais com ornamentação».

---

[1] A. I. MARQUES DA COSTA — «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal», *O Arch. Português*, vol. XI, 1906.

## 3. SITUAÇÃO.

Distrito de Setúbal, concelho de Palmela, freguesia da Quinta do Anjo, a cerca de 800 metros (em linha recta) para Sul da povoação de Cabanas; ocupa, numa extensão de cerca de 500 metros, a parte Ocidental de uma elevação muito alongada no sentido Nordeste-Sudoeste, conhecida por Serra das Torres Altas, em cuja extremidade Sudoeste fica o Moinho da Fonte do Sol; cota máxima 254 metros.

Coordenadas:

Longitude 8° 57′ 35″ W
Latitude 38° 33′ 8″ N [2]

## 4. GEO-MORFOLOGIA.

A Serra das Torres Altas é limitada (Fig. 1):

— A Norte por um largo vale com início nas proximidades da Quinta do Anjo (zona das grutas artificiais do Casal do Pardo) que a separa de uma fiada de altas colinas (cota de 227 metros nas Malhadas) orientada no sentido Este-Oeste (destas colinas há que salientar a das Malhadas, não só por ser a mais próxima como por nela também se encontrarem vestígios de ocupação calcolítica com cerâmica campaniforme) [3];

— A Este por um estrangulamento e pequena descida de nível que a separa da Serra do Louro (esta muito alongada no sentido Nordeste-Sudoeste e sobre a qual se situa o castro de Chibanes);

— A Sul pelo extenso vale do Alcube que a separa dos contrafortes da Serra de S. Luís em cujas encostas Este e Sueste ficam respectivamente os povoados do Pedrão e da Rotura;

---

[2] Folha 454 da Carta 1/25000 dos Serviços Cartográficos do Exército.
[3] Castro recém descoberto por dois dos signatários (J. S. e C. T. S.)

— A Oeste por outra depressão que a separa da Serra de S. Francisco (também com vestígios pré-históricos) que é muito alongada no sentido Nordeste-Sudoeste, pràticamente o prolongamento da Serra das Torres Altas até às Necessidades.

De Palmela às Necessidades, passando pelo Moinho da Fonte do Sol, há, assim, como que uma crista, «escarpa monoclinal», no dizer de Orlando Ribeiro [4], «formada pelos restos das camadas miocénicas que recobriam outrora toda a terceira linha de deslocações da Arrábida». Trata-se, segundo o mesmo autor, de um dos relevos da Pré-Arrábida, que são «os primeiros a elevarem-se sobre a planície para quem vem do estuário do Tejo» e que se apresentam «como uma série de colinas, estreitas e alongadas, assimétricas, de pendor suave para o exterior e escarpadas do lado do vale» [4]. Porém, na zona do Moinho da Fonte do Sol a encosta voltada a Norte e Noroeste é, por vezes, escarpada, embora com alguns socalcos; vence um desnível, em relação ao fundo do vale, de cerca de 50 metros. A escarpa interior, cheia de enormes cavidades, cai abrupta sobre o vale do Alcube, formando em certos pontos, com a base, um ângulo agudo. O desnível compreendido entre o fundo deste último vale e o ponto mais alto da estação é da ordem dos 100 metros.

A erosão tem-se feito sentir intensamente sobre a zona do Moinho da Fonte do Sol, tornando cada vez mais estreita a extensa cumeada onde teve assento a ocupação pré-histórica, e provocado o desprendimento de grandes blocos da escarpa mais abrupta, para o vale do Alcube.

De um ponto de vista estratégico a situação era excelente. A escarpa Sul e Sueste e a pouco acessível encosta Norte e Noroeste comportavam-se como verdadeiras defesas naturais. Por outro lado, os habitantes do povoado dominavam não só o vale do Alcube como também a sua única entrada por Norte formada por uma depressão que partindo da planície, e depois de passar entre o castro das Malhadas e a Serra Longa, vai separar a colina do Moinho da Fonte do Sol da Serra de S. Francisco.

---

[4] ORLANDO RIBEIRO — «A Arrábida», Lisboa, 1935.

O relevo de S. Luís e o vale constituído pelo Alcube e seus prolongamentos deviam ser de grande importância para as populações da época. Chibanes, a Este, e o povoado do Alto de S. Francisco (já destruído e não sabemos se também calcolítico), a Oeste, protegiam de igual modo essa região.

Frisemos ainda que os habitantes do Moinho da Fonte do Sol, bem como os do castro das Malhadas tinham um fácil acesso à zona das grutas artificiais do Casal do Pardo através do vale que se estende a Norte da Serra das Torres Altas.

Não detetámos amuralhados que eram aliás dispensáveis dada a morfologia do local, nem as construções a que se referiu Marques da Costa. Os materiais, recolhidos à superfície, surgiram quer na cumeada quer na encosta Norte numa extensão de cerca de 500 metros a partir do Moinho para Este.

A área ocupada pode ser calculada considerando os seguintes factos: a crista da elevação só em alguns pontos podia servir para ocupação humana; nestes pontos a largura máxima é de cerca de 8 metros; a erosão da escarpa tem no entanto estreitado essas faixas interrompidas por afloramentos rochosos; alguns dos patamares da encosta Norte poderiam ter sido ocupados. Assim, pensamos que essa área nunca seria inferior a 1 000 m.$^2$, número relativamente elevado se o compararmos com os das àreas ocupadas de outros povoados calcolíticos (Penedo, por exemplo, 20-30 m. $\times$ 3-5 m.).

O tipo de povoamento sobre elevação alongada, tipo crista, foge por completo, situa-se no extremo oposto, ao dos castros do Zambujal e de Vila Nova de S. Pedro. Encontramo-lo sim na Rotura e em Chibanes. O Penedo, tal como o castro das Malhadas, apresentam-se também sobre colinas de comprimento superior à largura mas menos alongadas e de «crista» menos evidente.

## 5. CLIMA, FLORA E FAUNA

5.1. Podemos considerar na Serra da Arrábida diversos micro-climas resultantes da sua orografia. A diferenciação entre eles e a classificação do clima da Serra em geral têm sido feitas de um modo muito empírico.

A precipitação média observada na Estação de Fruticultura da Várzea (Setúbal) durante o período de 1937-1950 foi: Janeiro — 102,9 mm.; Fevereiro — 70,5 mm.; Março — 86,2 mm.; Abril — 54,6 mm.; Maio — 40,7 mm.; Junho — 10,8 mm.; Julho — 5,1 mm.; Agosto — 4,0 mm.; Setembro — 25,3 mm.; Outubro — 55,6 mm.; Novembro — 81,1 mm.; Dezembro — 94,2 mm.

O apuramento para o mesmo período e local da temperatura média do ar foi: Jan. — 10,6°; Fev. — 11,4°; Mar. — 13,9°; Abr. — 15,6°; M. — 17,4°; Jun. — 22,4°; Ag. — 22,6°; Set. — 21,0°; Out. — 18,2°; Nov. — 14,3°; Dez. — 11,2°. [5]

Trata-se pois de um clima de feição mediterrânica.

No Moinho da Fonte do Sol as temperaturas de Inverno serão um pouco mais baixas visto este local confinar com um vale transversal de direcção aproximadamente Norte-Sul que se encarrega de canalizar os ventos do quadrante Norte, frios e secos. Numa quinta da região introduziram-se algumas espécies vegetais próprias de climas mediterrânicos que se adaptaram muito bem. São estas um bom índice climático.

5.2. Do manto vegetal virgem já pouco resta. A Serra das Torres Altas é quase calva; a erosão tem-se processado intensamente.

*O regime de propriedade que impera* é o minifúndio de modo que, por mais inacessível que seja o local, por mais pedregoso, o dono junta as pedras em montes, desbrava e chega até à cota de 225 metros (Malhadas) para plantar a vinha a qual tem vindo a sobrepor-se à oliveira.

A economia é agrária do tipo doméstico. Rebanhos de 15 cabras ainda se vêem. Tanto estas como as ovelhas são outra causa da degradação do manto vegetal. Se juntarmos a estes dois factores as queimadas que cada proprietário faz, especialmente em Novembro, podemos fazer uma idéia de como a vegetação tem sido alterada. Na Serra das Torres Altas está reduzida a tufos arbustivos muito escassos formados quase só por *Quercus coccifera* L. (Carrasco). Observámos apenas três exemplares de *Quercus faginea Lam.* (Carvalho Cerquinho) ao longo de toda a estação.

---

[5] Dados fornecidos pelo Serviço Meteorológico Nacional.

Nas colinas situadas a Norte, menos erodidas e menos desbravadas surge a seguinte estrutura vegetal: nas encostas viradas a Norte temos o *Quercus faginea* Lam. (Carvalho Cerquinho) que apesar das rasias de que tem sido vítima volta a surgir, dissemina-se e resiste extraordinàriamente. É de longe a espécie mais típica. Existe associada ao *Pinus Pinea* Lin. (Pinheiro Manso) e *Quercus Suber* Lin. (Sobreiro). O andar arbustivo é constituído por *Arbustus Unedo* Lin. (Medronheiro), entre outras espécies. Nas encostas viradas a Sul aparece sobretudo o andar arbustivo, constituído principalmente por *Quercus coccifera* Lin. (Carrasco), Esteva e Medronheiro.

Na planície plio-pleistocénica surge a floresta de Pinheiro Bravo (*Pinus Pinaster* Sol.).

5.3. Também a fauna se encontra muito alterada: a Raposa está em vias de extinção; o Coelho surge em abundância (na sua caça ainda há quem utilize a vara); o Texugo encontra-se igualmente bem representado; existe a Doninha e o Saca-Rabo. Aves: Cuco, Gaio, Melro, Pintassilgo, Pisco, Pôpa, etc.

## 6. MEIO ARQUEOLÓGICO

Já anteriormente tivemos oportunidade de referir algumas estações pré-históricas do período calcolítico que, juntamente com o povoado do Moinho da Fonte do Sol, formam um anel em torno da zona interior de vales, colinas e da Serra de S. Luis. São os seguintes os vestígios da ocupação humana calcolíticos ou *possìvelmente* calcolíticos que constituem o meio arqueológico do povoado do Moinho da Fonte do Sol:

*Castro das Malhadas.* — Descoberto recentemente por dois dos signatários (J. S. e C. T. S.), com materiais do período da cerâmica campaniforme, abundância de taça tipo Palmela e indícios de metalurgia do cobre; situa-se a Norte do Moinho da Fonte do Sol apenas separado por um vale.

*Povoado da extremidade E. da Serra de S. Francisco.* — Também foi identificado por dois dos signatários (J. S. e C. T. S.). A única sondagem até agora realizada mostrou dois estratos de ocupação: um com cerâmicas pré-históricas, lisas e muito fragmentadas que não permitiram atribuí-lo a um período bem determinado (no caso de ser calcolítico, este estrato poderia corresponder ao prolongamento para Oeste do povoado do Moinho da Fonte do Sol); outro com materiais luso-árabes (?).

*Alto da Serra de S. Francisco.* — Provável povoado, identificado por A. I. Marques da Costa [6] nas proximidades do marco geodésico; forneceu, por recolha feita à superfície, cerâmicas grosseiras; foi destruído pela abertura de uma estrada e construção de vivendas. Não sabemos se teria sido ocupado durante o Calcolítico.

*Grutas artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo).* — Esta conhecida necrópole [7] localiza-se a cerca de 2 Km. para Nordeste do Moinho da Fonte do Sol.

*Extremidade Oriental da Serra das Torres Altas.* — Provável povoado identificado por A. I. Marques da Costa [6] a partir de materiais encontrados à superfície, como cerâmicas de feição pré-histórica e utencílios líticos, que não chegam para o considerarmos calcolítico.

*Queimada.* — Povoado da crista da Serra do Louro (marco geodésico). Carlos Ribeiro e A. I. Marques da Costa acharam neste local cerâmicas pré-históricas e romanas. Desconhecemos se foi ocupado durante o Calcolítico [6].

*Castro de Chibanes.* — Estação muito conhecida [6] situada também no alto da Serra do Louro, a cerca de 500 m. para Este da Queimada.

---

[6] A. I. MARQUES DA COSTA — op. cit.

[7] VERA LEISNER G. ZBYSZEWSKI e O. DA VEIGA FERREIRA — «Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme», Memórias dos Serv. Geológicos de Port., n.º 8, N. S. Lisboa, 1961.

Forneceu abundante material calcolítico, nomeadamente do período da cerâmica campaniforme não estratificado, proto-histórico e lusitano-romano.

*Casal da Cerca.* — Estação de povoado identificada por Bandeira Ferreira no morro de Palmela e considerada neo-calcolítica [8].

*Grutas artificiais dos Capuchos.* — Na encosta Este da Serra dos Gaiteiros, próximo do convento dos Capuchos, Quinta de S. Paulo. Muito destruídas. Deram apenas um bordo tipo Palmela [9].

*Povoado do Pedrão.* — Encosta Este da Serra de S. Luís, a cerca de 3 Km. de Setúbal. Materiais do calcolítico incluindo o período da cerâmica campaniforme com predomínio de taça tipo Palmela; da Idade do Ferro Final (período proto-romano); e do período lusitano-romano [10].

*Povoado da Rotura.* — Com três períodos de ocupação calcolítica revelados por estratigrafia; a cerâmica campaniforme apareceu ùnicamente nos níveis mais superficiais correspondentes à terceira e última ocupação calcolítica [11].

Além das estações que citámos para mostrar como durante o Calcolítico a Serra de S. Luís constituiu uma região em torno da qual se estabeleceram numerosos núcleos populacionais, há a considerar

---

[8] EDUARDO DA CUNHA SERRÃO — «A necrópole proto-histórica do Casalão. Sesimbra», Setúbal, 1964.

[9] O. DA VEIGA FERREIRA — «La Culture du vase campaniforme au Portugal», Mem. dos Serv. Geol. de Port., n.º 12, N. S., Lisboa, 1966.

[10] CARLOS TAVARES DA SILVA e MATEUS GONÇALVES CABRITA — «Estação arqueológica do Pedrão (Setúbal)», Centro de Est. Científicos da A. E. da Fac. de Ciências de Lisboa, 1965; e recentes escavações de J. S. e C. T. S.

[11] CARLOS TAVARES DA SILVA — «O povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). Vestígios de estratigrafia» Arquivo de Beja, vol. XXV-XXVI-XXVII, Beja, 1968-70; O. DA VEIGA FERREIRA e CARLOS TAVARES DA SILVA — «A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). Nota preliminar», Actas das I Jornadas Arqueológicas, Lisboa, 1970.

para o resto da Península da Arrábida mais as seguintes estações seguramente calcolíticas e com cerâmica campaniforme: Lapa do Bugiu (Sesimbra) [12], Lapa do Fumo (Sesimbra) [13] e Castro de Sesimbra [14].

## II

## MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS [15]

### 1. INDÚSTRIA LÍTICA

1 — Resíduo de indústria de silex rosado-alaranjado (5YR 7/2) [16]. Notam-se restos do bolbo de percussão. Compr. 12 mm; larg. máx. 9 mm; esp. máx. 2 mm.

2 — Lasca residual de indústria de silex branco com manchas castanhas amareladas (10 YR 5/3). Comp. 21 mm.; larg. máx. 13 mm.; esp. máx. 4 mm.

3 — Lasca residual de quartzo leitoso. Compr. 23 mm; larg. máx. 15 mm.; esp. máx. 5 mm.

---

[12] RAFAEL MONTEIRO e EDUARDO DA CUNHA SERRÃO — «Estação Isabel», Actas do I Congr. Nacional de Arq., Lisboa, 1959; R. MONTEIRO, G. ZBYSZEWKI e O. DA VEIGA FERREIRA — «Nota preliminar sobre a Lapa pré-histórica do Bugio (Azoia - Sesimbra)», Actas do II Congr. Nacional de Arq., vol. I, Coimbra, 1971.

[13] EDUARDO DA CUNHA SERRÃO — «Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra)», Actas do I Congr. Nacional de Arq., Lisboa, 1959.

[14] MANUEL GUSTAVO MARQUES — «Castro Eneolítico de Sesimbra. Notícia do seu achado», Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra, n.º 1, 5/3/1967.

[15] A numeração do inventário é a mesma das estampas.

[16] A presente designação numérica da côr dos objectos estudados é a de «Roch-Color Chart», Geological Society of America, Boulder, Colorado, 1970.

4 — Fragmento de calhau rolado de quartzito castanho amarelado (10 YR 5/4).

5 — Calhau de quartzo quase esférico picotado numa zona. Compr. 68 mm.; larg. máx. 58 mm.; esp. máx. 55 m. Poderia ter servido como percutor.

6 — Machado — percutor de anfibolito (?) negro. Secção transversal sub-oval. Gume rombo por reutilização como percutor, perpendicular ao eixo maior. Superfícies maiores com polimento à excepção da parte superior do talão e superfícies laterais sem polimento. Compr. 97 mm.; larg. máx. 52 mm.; esp. máx. 36 mm; esp. do gume 9 mm.

7 — Percutor de anfibolito (?) negro. Secção transversal rectangular-trapezoidal. Gume muito fracturado, espesso e rombo. Polimento imperfeito e incompleto: lados quase sem polimento. Compr. 115 mm.; larg. máx. (no gume) 60 mm.; larg. a meio 55 mm.; esp. máx. 32 mm. (no gume).

8 — Percutor (fragmento) de anfibolito (?) negro. Secção transversal sub-rectangular-trapezoidal. Polimento incompleto. Falta-lhe, por fractura, o gume. Compr. actual 88 mm.; larg. máx. 65 mm.; esp. máx. 25 mm..

9 — Enxó de anfibolito (?) de pátina castanha amarelada (10 YR 5/4). Secção transversal sub-rectangular. Completamente polida, com estriamento na superfície inferior feito no sentido longitudinal. Gume perpendicular ao eixo maior, convexo na face superior e plano na inferior, com vestígios de uso, não cortante. Compr. 148 mm.; lar. a meio 49 mm.; larg. máx. (no gume) 56 mm.; esp. máx. 18 mm.; esp. no gume 1-2 mm.

10 — Pequena enxó (?) de material muito alterado, indeterminado, castanho esverdeado escuro (5 Y 4/3). Secção transversal sub-elíptica. Gume muito danificado. Extremidade oposta ao gume arredondada.

Vestígios de polimento em todo o instrumento. Erodida. Superfície superior convexa. Superfície inferior plana. Compr. 61 mm.; larg. máx. 38 mm.; esp. máx. 17 mm.

Não é de estranhar a escassez de instrumentos líticos de pedra lascada pois, como já foi dito, as prospecções efectuaram-se apenas à superfície.

Nos de pedra polida há que destacar a frequência relativa do percutor de polimento imperfeito. O seu aparecimento em povoados calcolíticos das penínsulas de Lisboa e de Setúbal está perfeitamente assinalado.

## 2. INDÚSTRIA CERÂMICA

### 2.1. CERÂMICA DE USO COMUM

#### 2.1.1. *Cerâmica lisa*

11 — Fragmento de vaso esférico baixo [17]. Bordo sem espessamento com lábio convexo. Superfícies externa e interna muito erodidas com vestígios de alisamento, de côr heterogénea, indo do amarelo-alaranjado escuro (10 YR 6/4) ao amarelo-acastanhado escuro (10 YR 4/2). Secção da parede totalmente alaranjada (10 YR 7/4). Textura semi-compacta com grãos de quartzo muito grosseiros (maiores do que 1 mm.) e abundantes ($C_1$-$C_2$) [18]. Alt. ca. de 0,07 m.; diâm. máx. (na boca) ca. de 0,13 m.; esp. média da parede 6 mm.

12 — Fragmento de esférico alto. Bordo sem espessamento, com lábio convexo. Superfície externa erodida, alisada, de côr muito alterada,

---

17 Na designação da forma dos vasos usamos a numenclatura utilizada no estudo da cerâmica da Rotura (CARLOS TAVARES DA SILVA — «O povoado pré-histórico da Rotura. Notas sobre a cerâmica», Actas do II Congresso Nacional de Arq., vol. I, Coimbra, 1971).

18 Segue-se a classificação das texturas adoptada no estudo citado na nota anterior.

indo da alaranjado claro (10 YR 7/4) ao castanho-amarelado (10 YR 5/4). Superfície interna erodida, alisada, de côr alterada: castanha-amarelada (10 YR 4/2 e 10 YR 5/4). Secção da parede, de fora para dentro: amarela-alaranjada (10 YR 6/4), cinzenta escura (N3), amarela-alaranjada (10 YR 6/4). Textura compacta com elementos de quartzo, em geral grosseiros (0,5-1 mm.) ($B_1$). Mica, e substâncias carbonizadas talvez de origem vegetal. Alt. ca. de 0,20 m; diâm. máx. (na boca) ca. de 0,25 m.; esp. média da parede 8 mm..

13 — Fragmento de esférico alto. Bordo reintrante, sem espessamento, com lábio convexo. Superfície externa erodida, muito estalada, com vestígios de alisamento, castanha-amarelada escura (10 YR 4/2). Superfície interna erodida, estalada, com vestígios de alisamento, castanha (5 YR 4/4). Secção da parede nuns pontos só castanha (5 YR 4/4); noutros pontos só castanha-amarelada escura (10 YR 4/2); ou ainda, de fora para dentro: castanha (5 YR 4/4) e castanha-amarelada escura (10 YR 4/2). Textura friável com grãos de quartzo muito grosseiros ($C_2$). Abundante mica. Alt. ca. de 0,27 m.; diâmetro da bôca ca. de 0,18 m.; esp. média da parede 10 mm.

14 — Fragmento de vaso esférico de bordo reintrante. Bordo sem espessamento com lábio convexo. Superfície externa erodida, com vestígios de alisamento, acastanhada (5 YR 2/2). Superfície interna alisada, menos erodida, amarela acastanhada (10 YR 5/4). Secção da parede totalmente amarela-acastanhada (10 YR 4/2). Textura semi-compacta com abundantes grãos de quartzo muito grosseiros ($C_1$-$C_2$). Algumas partículas de mica. Altura ca. de 0,27 m.; diâmetro na boca ca. de 0,24 m.; esp. média da parede 10 mm.

15 — Forma indeterminada. Bordo sem espessamento, de lábio adelgaçado. Superfície externa erodida, mal alisada, avermelhada (10 YR 5/6). Superfície interna erodida, mal alisada, cinzenta escura (N3) manchada de laranja-amarelada escura (10 YR 6/4). Secção da parede de fora para dentro, avermelhada (10 R 5/6), castanha-amarelada (10 YR 6/4) e cinzenta escura (N3) ou laranja-amarelada escura (10 YR 6/4). Textura semi-friável com grãos de quartzo muito grosseiros ($C_2$-$C_1$). Mica. Esp. média da parede 11 mm.

16 — Fragmento de forma indeterminada. Bordo sem espessamento, um pouco saliente. Lábio convexo. Superfície externa erodida, estalada, alisada, acastanhada clara (5 YR 5.5/6). Superfície interna avermelhada (10 R 5/6). Secção da parede nuns pontos só castanha-avermelhada (10 R 4/6); noutros pontos só cinzenta escura (N3); noutros ainda, de fora para dentro: cinzenta escura (N3) e avermelhada (10 R 5/6). Textura muito compacta com grãos de quartzo muito grosseiros ($C_1$). Sem mica. Esp. média da parede 9 mm.

17 — Fragmento de forma indeterminada. Bordo saliente, espessado, de lábio convexo. Superfície externa erodida, alisada, avermelhada (10 R 4/3). Superfície interna erodida, alisada, castanha-amarelada escura (10 YR 5/2). Secção da parede castanha amarelada escura (10 YR 4/2) manchada de castanho-amarelado (10 YR 5/4) e castanho muito escuro (5 YR 2/2). Textura compacta com grãos de quartzo muito grosseiros ($C_1$). Esp. média da parede 8,5 mm.

18 — Fragmento de forma indeterminada com protuberância mamilar cilíndrica e arredondada na extremidade. Superfície externa alisada, avermelhada-acastanhada (10 R 5/6). Superfície interna não alisada, avermelhada-acastanhada (10 R 5/6). Secção da parede totalmente avermelhada-acastanhada (10 R 5/6). Textura compacta com escassos grãos de quartzo muito grosseiros ($C_3$). Diâmetro do mamilo 13 mm.; compr. do mamilo 10 mm.; esp. média da parede 11mm.

Todas as formas de cerâmica lisa do Moinho da Fonte do Sol que foi possível identificar estão presentes na Rotura e nos três períodos de ocupação calcolítica deste povoado. O seu reduzido número e a sua não localização estratigráfica não nos permitem outras conclusões.

2.1.2. *Cerâmica decorada*

2.1.2.1. *Não campaniforme*

19 — Fragmento com bordo denteado. Forma indeterminada. Bordo levemente inclinado para o exterior, com o lábio um pouco aplanado no interior e denteado no exterior. Superfície externa erodida, alisada, com

vestígios de estriamente oblíquo ao bordo, acastanhada (10 R 5/6) e manchada de castanho-amarelado escuro (10 YR 3/2). Superfície interna erodida, alisada, também com estriamento oblíquo, amarelada (10 YR 6/4). Secção da parede, de fora para dentro: amarelada (10 YR 6/4), castanha-amarelada escura (10 YR 2/2) e amarelada (10 YR 6/4); noutros pontos só avermelhada (10 R 5/6). Textura semi-compacta com abundantes grãos de quartzo e, talvez, fragmentos de cerâmica grosseiros ($C_1$-$C_2$). Decoração na zona externa do lábio feita por curtos sulcos verticais paralelos e profundos. Diâmetro da boca ca. de 0,22 m.; esp. média da parede 10 mm.

20 — Fragmento de forma indeterminada. Superfície externa muito erodida cor de tijolo (10 R 4/6). Superfície interna erodida com possíveis vestígios de polimento, castanha (5 YR 3/4). Secção da parede, de fora para dentro: cor de tijolo (10 R 4/6), negra (N1), cor de tijolo (10 R 4/6) e película castanha (5 YR 3/4). Textura compacta; abundantes grãos de quartzo grosseiros ($B_1$). Decoração: caneluras muito juntas. Esp. média 8 mm.

O fragmento de bordo denteado é muito semelhante a alguns provenientes de Parede I [19] e integra-se num tipo de cerâmica do Neolítico final-Calcolítico inicial relativamente abundante na península de Lisboa mas que é muito rara na de Setúbal. Antes do Moinho da Fonte do Sol só conhecíamos uma outra estação desta última península com bordo denteado (embora de feição mais arcaico) — a Lapa do Bugiu em Sesimbra [20]. Este elemento no Moinho da Fonte do Sol pode estar relacionado com uma ocupação pré-campaniforme.

2.1.2.2. *Campaniforme*

21 — Fragmento de vaso campaniforme pròpriamente dito. Sem bordo. Superfície externa erodida, amarelada acastanhada (10 YR 4/4). Superfície interna bem alisada, negra (N1). Secção da parede, de fora

---

[19] AFONSO DA PAÇO — «Povoado pré-histórico da Parede (Cascais)», Cascais, 1964.

[20] RAFAEL MONTEIRO e EDUARDO DA CUNHA SERRÃO, op. cit.

para dentro: amarelada-acastanhada (10 YR 4/4) e negra (N1). Textura semi-compacta com escassos grãos de quartzo muito grosseiros ($C_3$-$C_4$). Decoração: faixas paralelas e horizontais preenchidas por traços muito oblíquos inclinados para o mesmo lado, separadas por espaços lisos. Pontilhado (matriz). Diâmetro na pança ca. de 0,11 m.; esp. média da parede 7 mm.

22 — Fragmento de caçoila. Bordo sem espessamento. Superfície externa alisada, com polimento (?), castanha-amarelada clara (10 YR 6/4). Superfície interna alisada, estalada, castanha-amarelada clara 10 YR 6/4). Secção da parede totalmente castanha-amarelada clara (10 YR 6/4). Textura compacta com raríssimos grãos de quartzo maiores que 1 mm. ($A_1$-$B_3$) e desengordurante (?) de cerâmica muito partida. Decoração: faixa horizontal formada por dois traços paralelos e horizontais, preenchida por traços oblíquos (pontilhado sem matriz); faixa lisa; faixa horizontal de três traços formando zigs-zags (pontilhado com matriz); dois traços horizontais a pontilhado muito erodido. Diâmetro no bordo 0,26 m.; esp. média 8 mm.

23 — Fragmento de caçoila (?).Sem bordo. Superfície externa muito bem alisada, quase polida, amarelada-acastanhada (10 YR 6/4). Superfície interna alisada, amarela-acastanhada muito escura (10 YR 5/2). Secção da parede totalmente amarelada-acastanhada (10 YR 6/4). Textura compacta com escassíssimos grãos de quartzo grosseiros ($A_1$-$B_3$). Decoração a pontilhado e incisão contínua, pouco explícita devido à pequena dimensão do fragmento. Esp. média 5 mm.

24 — Fragmento de taça. Falta o bordo. Superfície externa muito erodida com manchas negras, avermelhadas (10 R 4/6) e castanho-amareladas (10 YR 5/2). Superfície interna muito erodida cor de tijolo (10 R 4/6). Secção da parede, de fora para dentro: castanha amarelada (10 YR 5/2); castanha escura (5 YR 2/2) e cor de tijolo (10 R 4/6). Textura compacta com escassos grãos de quartzo muito grosseiros. Decoração: faixa de três traços paralelos, pontilhados, separados por espaços lisos; ao último destes traços seguem-se oblíquos e paralelos. Pontilhado obtido por meio de matriz (pente). Diâmetro ao nível da parte superior do fragmento ca. de 0,30 m.; esp. média 8,5 mm.

25 — Dois fragmentos de taça. Falta o bordo. Superfície externa erodida, alisada, castanha clara (5 YR 5/4) com manchas negras (N1). Superfície interna erodida, alisada, acastanhada (5 YR 4/4). Secção da parede, de fora para dentro, nuns pontos: negra e acastanhada (5 YR 4/4); noutros pontos: acastanhada clara (5 YR 5/4), negra e acastanhada (5 YR 4/4). Textura compacta com escassos grãos de quartzo ($C_3$). Decoração totalmente pontilhada por meio de matriz (pente): série de triângulos de vértice para baixo e preenchidos por traços oblíquos; zona sem decoração em zig-zag; série de triângulos de vértice para cima e preenchidos por traços oblíquos; dois traços horizontais e paralelos. Esp. média 10,5 mm.

26 — Fragmento de taça. Falta o bordo. Superfície externa muito erodida, alisada, castanha clara (5 YR 5/6). Superfície interna erodida, alisada, castanha-avermelhada clara (10 R 5/6. Secção da parede, de fora para dentro: castanha (10 YR 4/3), castanha escura (10 YR 2/2) e castanha amarelada (10 YR 4/3). Textura semi-compacta com grãos de quartzo inferiores a 0,5 mm. (fina) ($A_1$-$A_2$). Decoração a pontilhado: dois traços horizontais e paralelos; traços verticais e paralelos entre si unidos a meio por traços horizontais; seis traços paralelos e horizontais; triângulo de vértice para cima preenchido por traços oblíquos. Esp. média 6 mm.

27 — Fragmento de taça (?). Falta o bordo. Superfície externa erodida, negra ($N_1$). Superfície interna erodida, acinzentada (10 YR 4/2). Secção negra ($N_1$). Textura compacta com finos (menores do que 0,5 mm.) grãos de quartzo ($A_1$). Decoração feita a pontilhado (matriz): traço horizontal; espaço liso; traço horizontal no qual assentam bases de triângulos de vértices para baixo preenchidos por traços oblíquos e paralelos, vértices que tocam os dos outros triângulos de vértices para cima; entre uns e outros formam-se losangos lisos. Esp. média 6 mm.

28 — Fragmento de taça de bordo liso. Bordo sem espessamento, de lábio aplanado. Superfície externa muito erodida, alisada, castanha clara (5 YR 5/6) manchada de negro junto do bordo. Superfície interna

muito erodida, alisada, negra. Secção, de fora para dentro: tijolo claro (10 R 5/6) e negro ($N_1$). Textura compacta com abundantes grãos de quartzo grosseiros. Decoração feita a pontilhado e incisa: traço horizontal (pontilhado — matriz); curtos traços perpendiculares incisos cortados a meio por outro traço horizontal (a pontilhado — matriz); traço horizontal a pontilhado (matriz); série de traços oblíquos formando triângulos. Diâmetro da boca 0,30 m.; esp. média 7 mm.

29 — Fragmento de taça de bordo liso. Bordo sem espessamento com lábio convexo. Superfície externa muito erodida, alisada, castanha amarelada escura (10 YR 4/2). Superfície interna sem alisamento, castanha escura (10 YR 2/2). Secção da parede: castanha escura (10 YR 2/2). Textura semi-compacta com abundantes grãos de quartzo muito grosseiros e alguns pequenos fragmentos de cerâmica. Decoração: traço horizontal (a pontilhado); traços verticais curtos divididos ao meio por um traço horizontal; traço horizontal (técnica indeterminada devido à erosão); três traços formados por zigs-zags (a pontilhado — matriz). Diâmetro da boca 0,19 m.; esp. média 7mm.

30 — Fragmentos de taça de bordo decorado. Bordo espessado internamente, com lábio aplanado e decorado. Superfície externa erodida, estalada, castanha-amarelada (5 YR 5/6). Superfície interna erodida com vestígios de polimento, da mesma cor (5 YR 5/6). Secção da parede, de fora para dentro: castanha-amarelada (10 R 5/6), negra (N1) e castanha-amarelada (10 R 5/6). Textura semi-friável com abundantes grãos de quartzo ($C_2$-$C_1$). Decoração: lábio decorado por séries de traços dispostos em zigs-zags feitos por meio de uma extremidade romba; parede externa com duas faixas de metopas sobrepostas a que se seguem traços paralelos e horizontais com técnica de pontilhado. Esp. máxima (no bordo) 15 mm.; esp. mínima 6 mm.

31 — Fragmento de taça de bordo decorado. Bordo com espessamento interno e lábio aplanado, com decoração. Superfície externa muito erodida, castanha-avermelhada (10 R 5/6). Superfície interna muito erodida, da mesma cor (10 R 5/6). Secção da parede, de fora para dentro: castanha-avermelhada (10 R 5/6), esverdeada (10 Y

6/2) e castanha-avermelhada (10 R 5/6). Textura semi-compacta com abundantes grãos de quartzo muito grosseiros ($C_1$-$C_2$). Decoração: lábio com decoração indeterminada dado o grau de erosão; superfície exterior: metopas assentes sobre um traço horizontal (pontilhado); faixa com decoração indeterminada devido à erosão; traço horizontal feito a pontilhado. Esp. do bordo 19 mm.; esp. média 10 mm.

32 — Dois fragmentos de taça com bordo decorado. Bordo com espessamento interno e lábio aplanado com decoração. Superfície externa muito erodida, alisada, cor de tijolo (10 R 4/6) em um dos fragmentos ,e negra no outro. Superfície interna erodida, alisada, negra no primeiro e castanha clara no segundo. Secção da parede no primeiro fragmento, de fora para dentro: tijolo (10 R 4/6) e castanha (5 YR 4/4), em alguns pontos quase negra; no segundo: acastanhada (10 YR 5/2) e negra. Textura friável com abundantes grãos de quartzo e pequenos pedaços de cerâmica muito grosseiros ($C_2$). Decoração: no lábio dois traços perimetrais em zig-zag, paralelos, tendo entre si pequenos traços também paralelos e perpendiculares ao limite do lábio (pontilhado — matriz); na face externa metopas assentes sobre um traço horizontal, espaço não decorado, traço horizontal, faixa com dois traços em zig-zag paralelos entre si, possuindo no seu seio traços perpendiculares (motivo semelhante ao do lábio), série de três traços paralelos e horizontais. Pontilhado — matriz. Diâmetro da boca 0,32 m. esp. máx. 15 mm.; esp. mínima 10 mm.

33 — Fragmento de taça de bordo decorado. Bordo espessado externamente, levemente inclinado para o interior, de lábio aplanado e decorado. Superfície externa alisada, côr de tijolo (10 R 4/6). Superfície interna alisada castanha-amarelada (5 YR 5/6). Secção de fora para dentro nuns pontos, tijolo (10 R 4/6), negra ($N_1$) e castanha-amarelada (5 YR 5/6); noutros pontos: tijolo (10 R 4/6) e castanha-amarelada (5 YR 5/6). Textura friável com abundantes grãos de quartzo muito grosseiros. Decoração do lábio com losangos (pontilhado — matriz); da parede externa semelhante à do n.º 25. Na técnica nota-se que o pente utilizado como matriz é de dentes curtos: nos pontos onde a pressão foi menor ficaram apenas as impressões das extremidades dos dentes

e nos pontos onde foi maior essas impressões aparecem no fundo de um sulco. Diâmetro da boca 0,32 m.; esp. no lábio 16 mm.; esp. média 11 mm.

34 — Fragmento de forma indeterminada. Sem bordo. Superfície externa muito erodida, alisada, castanha escura (10 YR 2/2). Superfície interna muito semelhante. Secção da parede totalmente castanha escura (10 YR 2/2). Textura friável com abundantes grãos de quartzo grosseiros. Decoração a pontilhado (matriz): zona lisa; 4 traços paralelos; traço em zig-zag; 5 traços paralelos. Esp. média 6 mm.

35 — Fragmento de forma indeterminada. Bordo sem espessamento. Superfície externa muito erodita amarelada-acastanhada (10 YR 5/4). Superfície interna erodida, negra ($N_1$). Secção de fora para dentro: amarelada-acastanhada (10 YR 5/4) e negra ($N_1$). Textura compacta com escassíssimos grãos de quartzo muito grosseiros ($A_1$-$C_3$). Decoração a pontilhado muito danificada: dois traços horizontais limitando uma faixa preenchida por um traço em zig-zag; três traços horizontais. Diâmetro na boca ca. de 0,20 m.; esp. média 6 mm.

36 — Fragmento de forma indeterminada. Sem bordo. Superfície externa muito erodida, alisada, castanha (5 YR 3/4). Superfície interna muito erodida, alisada, castanha-amarelada (10 YR 5/2). Secção da parede: amarelada (10 YR 4/6). Textura semi-friável de grãos de quartzo finos. Decoração a pontilhado (matriz? e a punção): traço em zig-zag; dois traços horizontais. Esp. média 6 mm.

37 — Fragmento de forma indeterminada. Sem bordo. Superfície externa muito erodida côr de tijolo (10 R 4/6). Superfície interna muito erodida, castanha escura (5 YR 3/4). Secção da parede, de fora para dentro: côr de tijolo (10 R 4/6); castanha escura (5 YR 3/4). Textura semi-compacta com abundantes grãos de quartzo. Decoração a pontilhado (matriz — pente): traço horizontal; espaço liso; faixa horizontal preenchida por traços oblíquios; espaço liso; 2 traços horizontais. Esp. média 9 mm.

O tipo de cerâmica campaniforme que predomina no povoado do Moinho da Fonte do Sol é a taça de bordo decorado de pasta gros-

seira e muito grosseira, facto que se opõe, em princípio, à ideia de uma importação. A técnica de decoração é quase exclusivamente pontilhada. Com este estudo fica detectada mais uma estação com taça de bordo decorado tipo Palmela, cujo fabrico apresenta muitas possibilidades de ser local.

Poderemos talvez considerar três grupos de estações quanto à cerâmica campaniforme. (Vide Quadro II). No primeiro incluímos as estações em que predomina o vaso campaniforme internacional surgindo também a caçoila em certa abundância; em que predomina a técnica de decoração pontilhada e a textura fina. Nele podemos incluir os povoados de Vila Nova de S. Pedro e da Rotura. No nível campaniforme da Rotura a caçoila é o tipo cerâmico que atinge maior perfeição. Como um de nós teve oportunidade de observar directamente, as superfícies são muito bem polidas e revela uma técnica de fabrico mais perfeita do que a do vaso campaniforme internacional aí existente.

Nas estações do segundo grupo predomina a taça tipo Palmela e a técnica pontilhada. As grutas artificiais da Quinta do Anjo, o Moinho da Fonte do Sol, Chibanes, Pedrão e Parede incluem-se neste grupo.

Nas estações do terceiro grupo domina a técnica incisa. Dele fazem parte o povoado de Montes Claros e grutas naturais (Lapa do Bugiu).

O primeiro grupo está representado em castros do litoral ou, como no caso de Vila Nova de S. Pedro, na proximidade de um rio navegável. Castros muito prósperos que teriam desempenhado um papel muito importante aquando do horizonte de importação. O segundo grupo está representado especialmente em povoados da região da Pré-Arrábida (Palmela) e em grutas artificiais. Do terceiro grupo faz parte o vaso tipo garrafa bojuda encontrado na região de Torres Vedras (Cova da Moura [21]) e a taça tipo Palmela incisa, com círculos entre as

---

21 LEONEL TRINDADE e O. DA VEIGA FERREIRA — «Vaso campaniforme (tipo garrafa bojuda) do Museu de Torres Vedras», Rev. de Guimarães, vol. 81, n.º 3-4, Guimarães, 1971.

22 MATEUS GONÇALVES CABRITA e CARLOS TAVARES DA SILVA — «Novo motivo ornamental nas taças tipo Palmela», Lucerna, vol. V, Porto, 1966.

metopas, proveniente da Rotura [22], motivo decorativo muito raro na cerâmica campaniforme portuguesa.

Consideramos no último grupo os brincos de ouro encontrados na Cova da Moura [23] e na Ermegeira [24] de influência centro-europeia [25].

Estes três grupos parecem corresponder a três momentos na evolução da cerâmica campaniforme no litoral da Estremadura portuguesa.

2.2. *Cerâmica industrial*

38 — Cadinho (fragmento) de parede alta. Bordo levemente espessado e lábio aplanado. Superfícies e secção cinzentas (N5-6). No interior a superfície apresenta aspecto esponjoso. Esp. máx. (no bordo) 14 mm.; esp. mínima 5 mm.

39 — Cadinho (fragmento) de parede alta (?). Sem bordo. Superfície externa e secção cinzentas (N5-6). Superfície interna com metal aderente. Textura compacta com grão grosseiro. Decoração na superfície externa: traços paralelos e oblíquos a punção fino e a pontilhado. Esp. média 11 mm.

40 — Cadinho (fragmento). Sem bordo. Superfície externa e secção cinzentas (N5-6). Superfície interna com metal aderente (foi analisado). Esp. média 10 mm.

A indústria da metalurgia do cobre está, pois, presente neste povoado. É de assinalar, especialmente, os cadinhos apresentarem paredes altas o que não sucede com os do nível da primeira ocupação calcolítica da Rotura que têm as paredes muito baixas, e ainda o facto do n.º 39 apresentar decoração a pontilhado, o que, sendo uma novidade, mostra como no período da cerâmica campaniforme as populações aplicaram a técnica do pontilhado não apenas aos vasos de uso comum, como também à cerâmica industrial.

---

23 RICARDO BELO, LEONEL TRINDADE e O. DA VEIGA FERREIRA — «Gruta da Cova da Moura (Tores Vedras)», Com. dos Serv. G. de Port. t. XLV, Lisboa, 1961.

24 MANUEL HELENO — «Gruta artificial da Ermegeira», Ethnos, vol. II, Lisboa, 1942.

25 SAVORY — «Espanha e Portugal», Lisboa, 1971.

### 3. INDÚSTRIA METÁLICA

Analisado qualitativamente o cobre do cadinho n.º 40, verificou-se apresentar a seguinte composição: Cu (elemento principal), Sn, Pb, As, Ni, Zn e Fe. Pesquisado e não detectado: Sb.[26].

## III

## CONCLUSÕES

O Moinho da Fonte do Sol é mais uma estação com cerâmica campaniforme a assinalar na Península de Setúbal, precisamente a décima das já conhecidas, a seguir às Grutas artificiais da Quinta do Anjo, Chibanes e Malhadas (na região de Palmela), Rotura, Pedrão e Capuchos (na região de Setúbal) e Lapa do Bugiu, Lapa do Fumo e Castro de Sesimbra (na região de Sesimbra). (Não sabemos se o povoado do Porto de Cambas, situado perto de Coina a Velha, embora calcolítico, deu cerâmica campaniforme[27]).

— Na cerâmica campaniforme recolhida há a notar a quase ausência do vaso campaniforme internacional, a abundância da decoração compósita, o predomínio da taça de bordo decorado e a relevância das pastas grosseiras e muito grosseiras. Apresenta semelhanças, não só com as grutas da Quinta do Anjo, como seria de esperar dada a grande proximidade, como também com outras estações: Pedrão e Parede II.

— De notar o aparecimento de um bordo denteado tão semelhante aos da Parede I. É a segunda vez que surge na Península de Setúbal (a primeira foi no Bugiu) cerâmica deste tipo, a qual tem sido

---

[26] Análise do Departamento de Química do Instituto de Investigação Industrial.

[27] Notícias no Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra, 1967.

considerada de fácies neo-calcolítica. Poderá corresponder, bem como a protuberância mamilar, a um fundo de ocupação pré-campaniforme.

— A prática da metalurgia do cobre está bem representada através de cadinhos de fundição, alguns deles com restos de cobre aderentes. Um deles apresenta decoração, a pontilhado. A análise qualitativa do cobre de um dos cadinhos parece sugerir uma espécie de cobre tardia [28].

— Como dado negativo temos que referir a ausência de cerâmica com «folha de acácia» abundante na Rotura, em Chibanes, no Zambujal, no Penedo e em tantos outros povoados do calcolítico do litoral da Estremadura, mas que falta na Parede e no Pedrão. Não quer dizer que escavações, e não apenas simples prospecções de superfície, não venham a revelar a presença dessa cerâmica no Moinho da Fonte do Sol, se bem que uma prospecção de superfície feita na Rotura bastasse para obter «folha de acácia».

— Não havendo por enquanto entre nós estratigrafia para qualquer contexto com taça de bordo decorado, torna-se prematuro atribuir a esta cerâmica um determinado carácter cronológico e cultural. Contudo, incluimo-la no nosso segundo grupo das estações com cerâmica campaniforme que parece apresentar marcadas características regionais [29].

---

[28] KONRAD SPINDLER e LEONEL TRINDADE — «A póvoa eneolítica do Penedo — Torres Vedras», *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, vol. II, Lisboa, 1969.

[29] Trabalho subsidiado pela Comissão de Turismo da Serra da Arrábida.

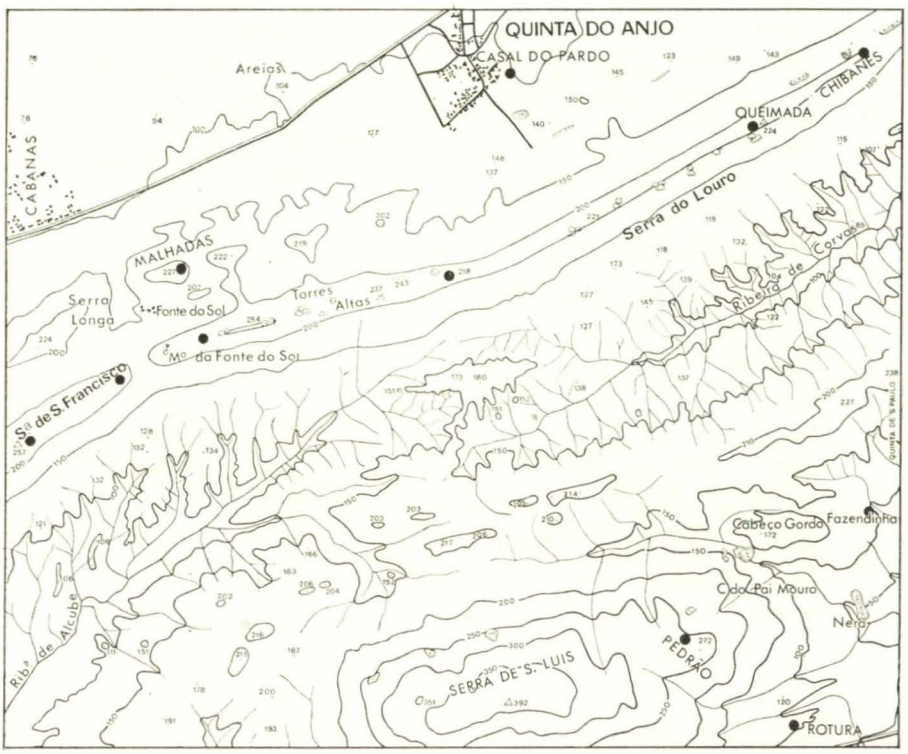



*Fig. 1* - Localização do Moinho da Fonte do Sol e de outras estações calcolíticas ou possivelmente calcolíticas que integram o meio arqueológico em torno da Serra de S. Luís. Obtido a partir da folha 454 (Setúbal) da Carta Militar de Portugal dos Serviços Cartográficos do Exército (edição de 1966). Esc. 1:25 000 (reduzida para 1:37 500)

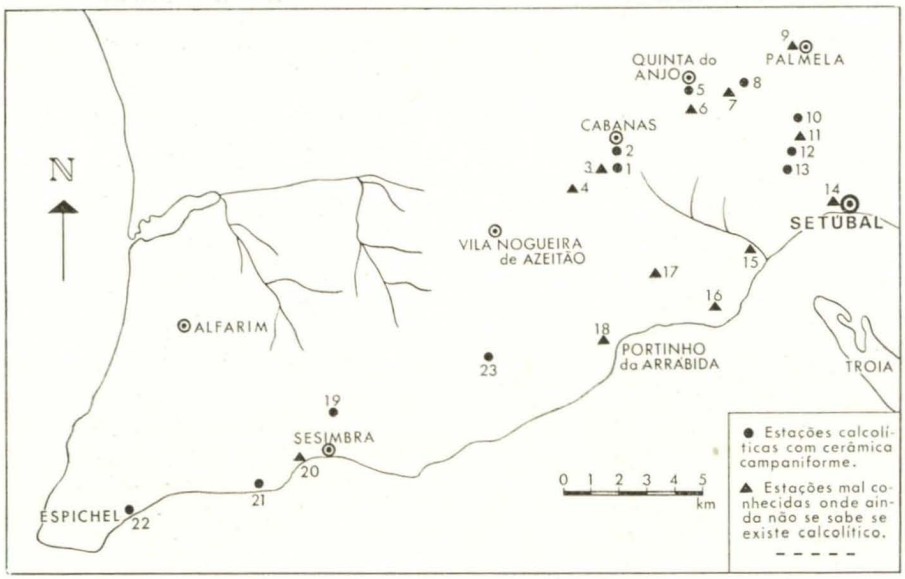



*Fig. 2* - Distribuição na Península de Setúbal das estações calcolíticas e das estações mal conhecidas mas possìvelmente calcolíticas. 1 — Moinho da Fonte do Sol. 2 — Malhadas. 3 — Extremidade NE da Serra de S. Francisco. 4 — Alto de S. Francisco. 5 — Grutas artificiais da Quinta do Anjo. 6 — Extremidade NE da Serra das Torres Altas. 7 — Queimada. 8 — Chibanes. 9 — Casal da Cerca. 10 — Capuchos. 11 — Fazendinha. 12 — Pedrão. 13 — Rotura. 14 — Cidade de Setúbal (área urbana). 15 — Monte do Vaqueiro (Comenda). 16 — Lapa do Outão. 17 — Murteira. 18 — Serra da Cela. 19 — Castro de Sesimbra. 20 — Grutas do Forte do Cavalo. 21 — Lapa do Fumo. 22 — Lapa do Bugiu. 23 — Porto de Cambas

*Nota* — O n.º 23 foi indicado como estação calcolítica com cerâmica campaniforme. Não obstante tratar-se de uma estação calcolítica, não sabemos se aí apareceu cerâmica desse tipo.

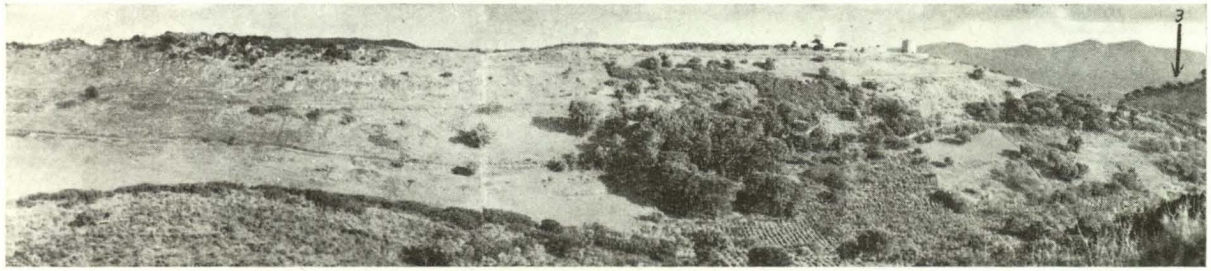



*Fig. 3* - Aspecto do povoado do Moinho da Fonte do Sol visto de Norte (do alto do castro das Malhadas). Em 3, a estação da extremidade NE da Serra de S. Francisco

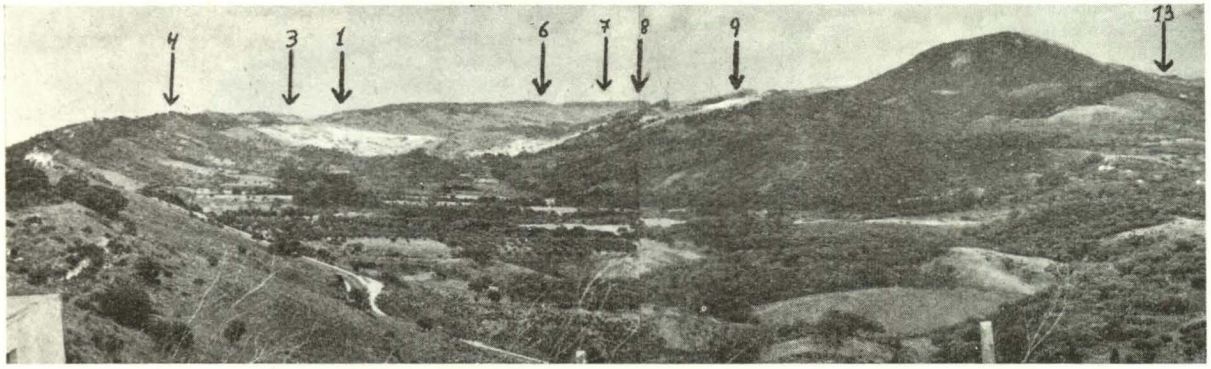



*Fig. 4* - O local do Moinho da Fonte do Sol (seta 1) visto de SW, do Moinho do Cuco. Note-se o vale do Alcube circundando a Serra de S. Luís e a distribuição de algumas estações pré-históricas (a numeração é a da fig. 2)

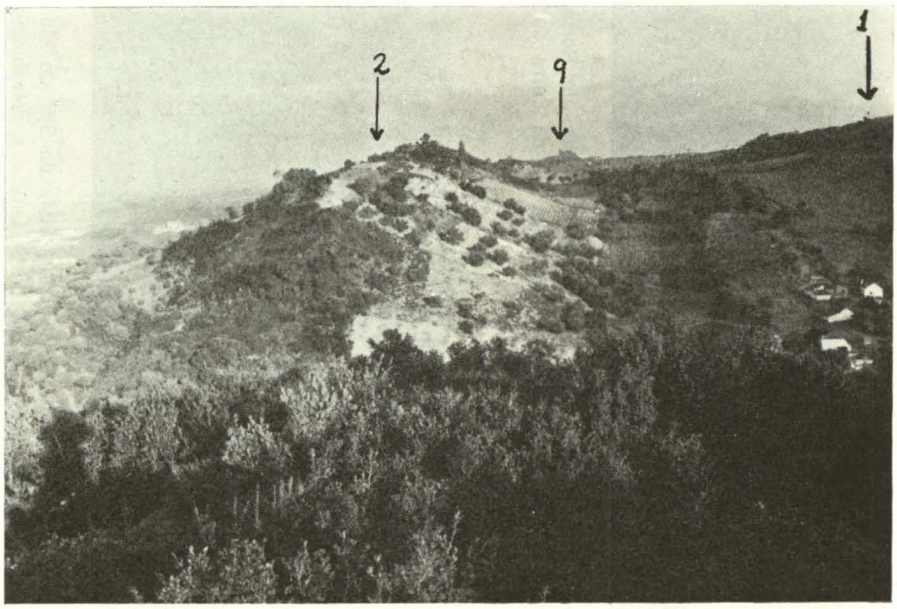
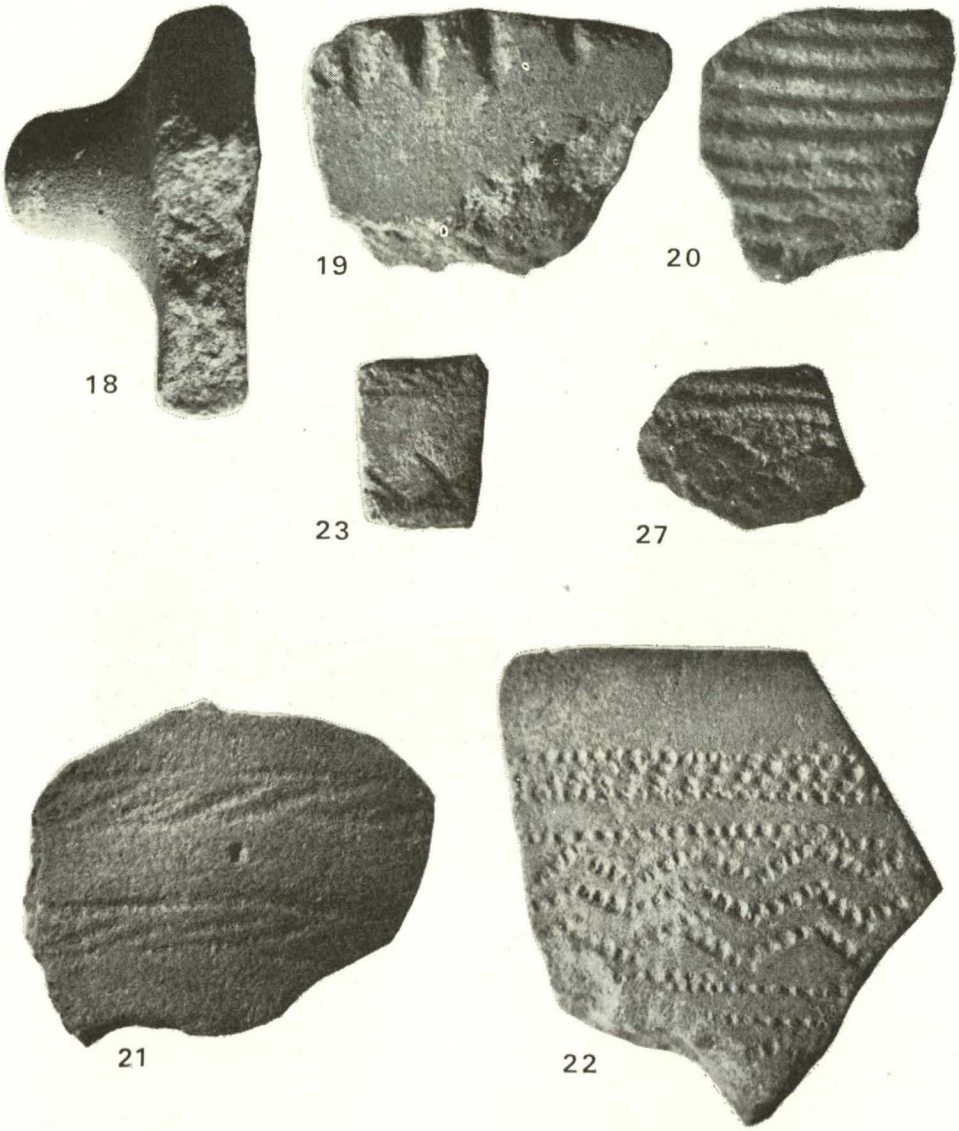
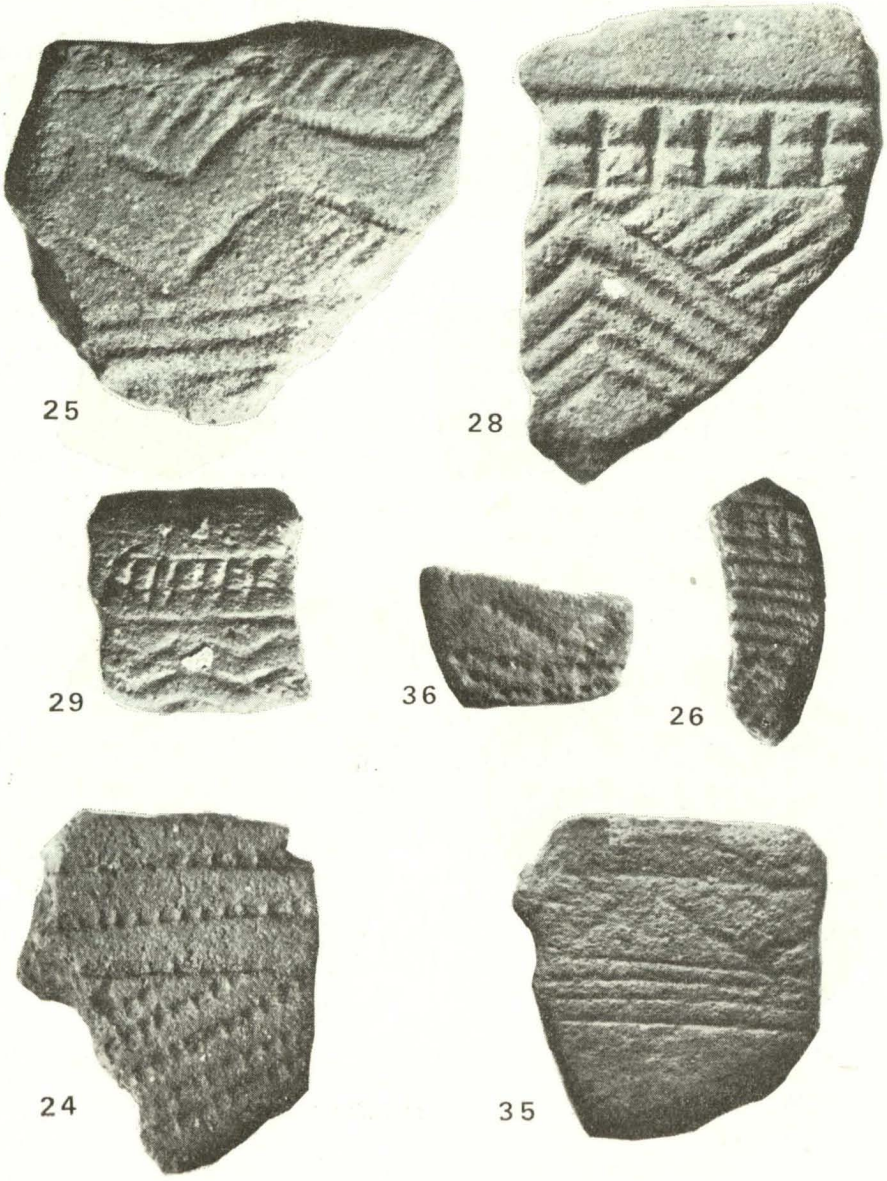


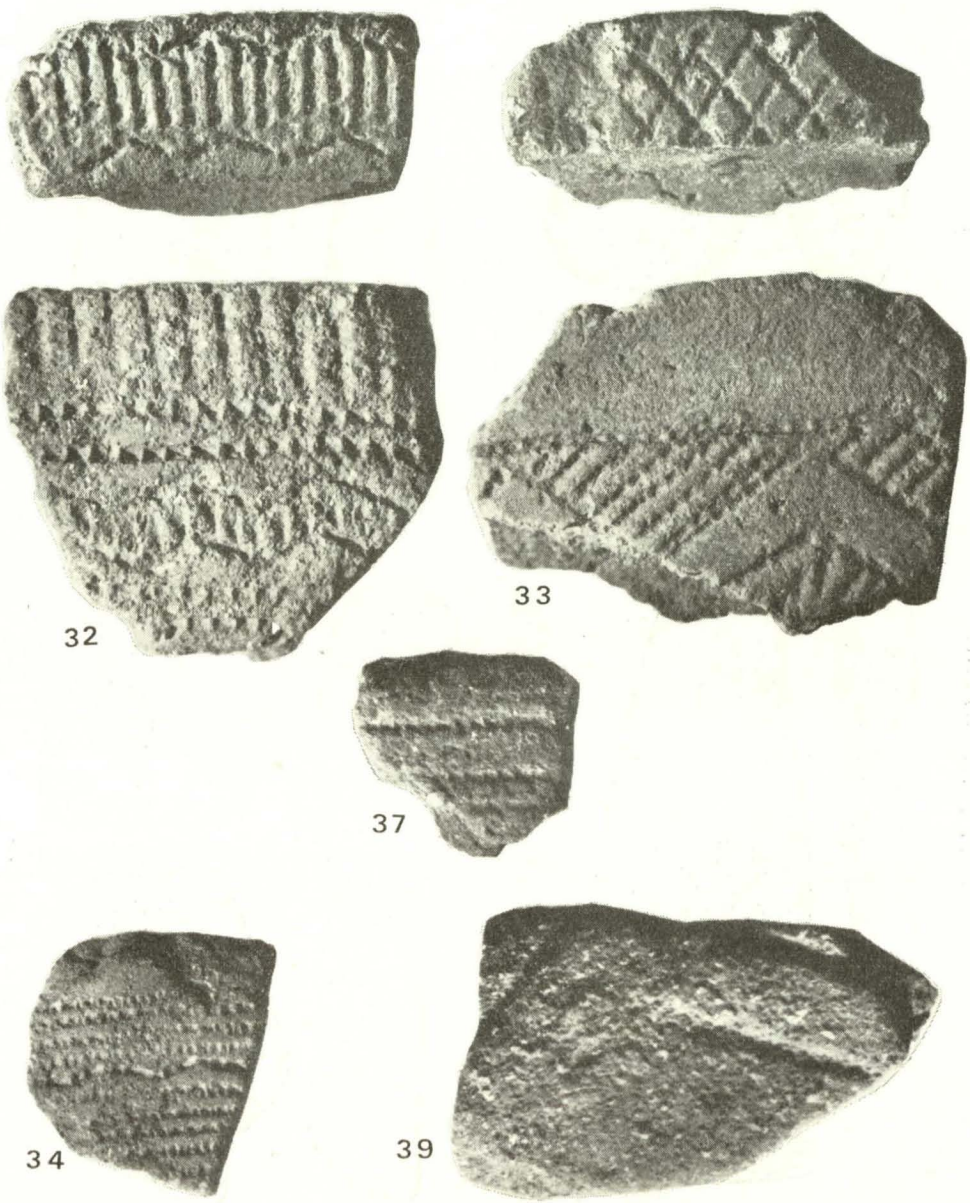

*Fig. 5* - Aspecto do vale que limita a Norte a Serra das Torres Altas. 1 — Parte Oriental do povoado do Moinho da Fonte do Sol. 2 — Castro das Malhadas. 9 — Casal da Cerca




Est. I - Indústria cerâmica (1,5×)



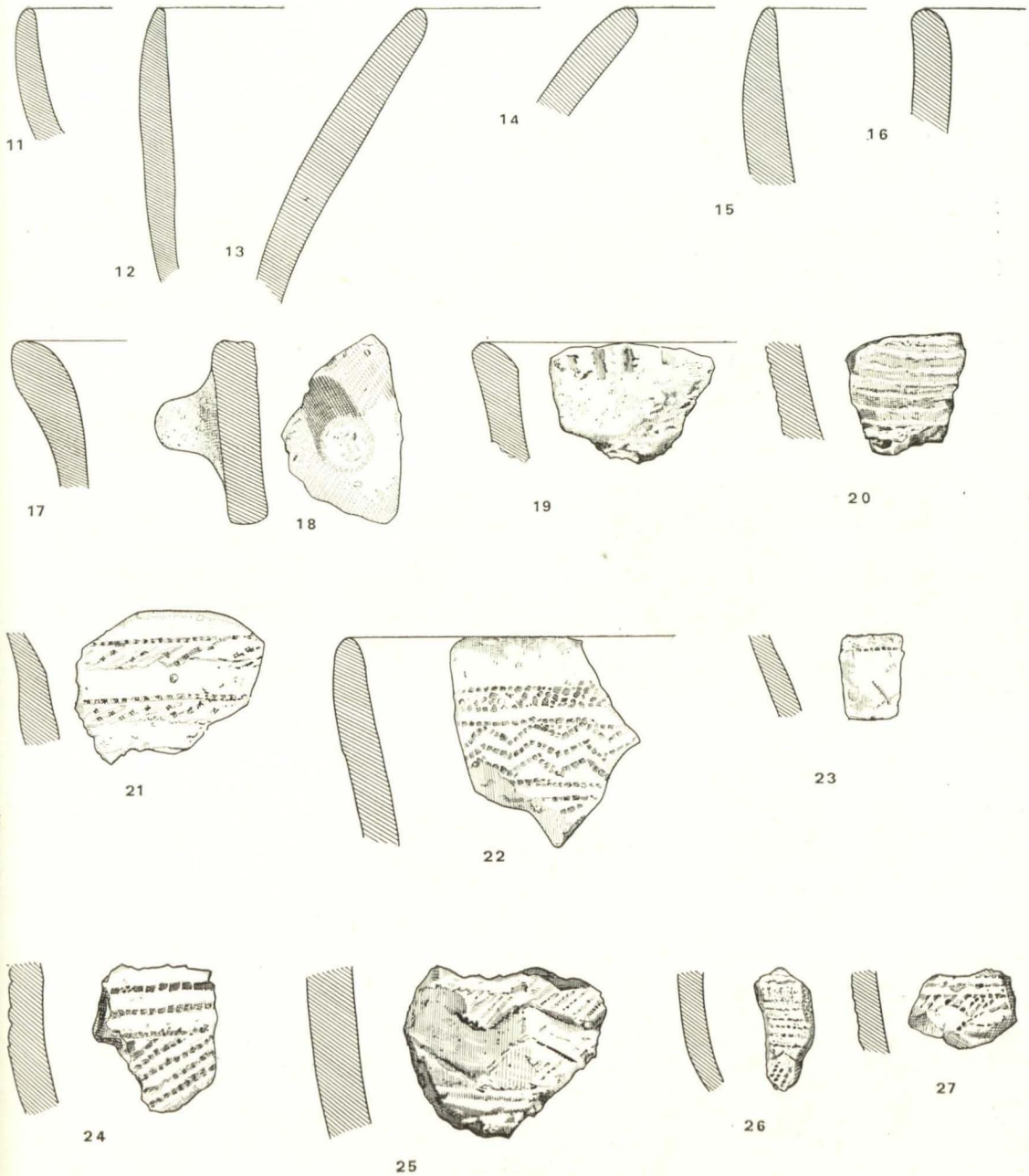

Est. II - Indústria cerâmica (1,5×)




Est. III - Indústria cerâmica (1,5×)




Est. IV - Instrumentos de pedra polida




Est. V - Indústria cerâmica (1:2)




Est. VI - Indústria cerâmica (1:2)

QUADRO I

# CERÂMICA CAMPANIFORME DO M. DA F. DO SOL

| N.º Inv. | Forma | | | | | | | | | | Técnica de decoração | | | | | | Textura | | | | | | | | | | Superf. externa | | | | | Superf. interna | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 1a | 1b | 2 | 3 | 3a | 3b | 4 | 5 | 6 | 1 | 1a | 1b | 2 | 3 | 4 | A1 | A2 | B1 | B2 | B3 | B4 | C1 | C2 | C3 | C4 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 21 | | | ● | | | | | | | | | | ● | | | | | | | | | | | | ● | ● | ● | | | | | | | ● | |
| 22 | | | | ● | | | | | | | | ● | ● | | | | ● | | | | ● | | | | | | | | | ● | ● | | | | ● | |
| 23 | | | | ● | | | | | | | | | | | ● | | ● | | | | ● | | | | | | | | | ● | ● | | | | ● | |
| 24 | | | | | ● | | | | | | | | ● | | | | | | | | | | | | ● | | ● | | | ● | | | ● | ● | |
| 25 | | | | | ● | | | | | | | | ● | | | | | | | | | | | | ● | | ● | | | ● | | | ● | ● | |
| 26 | | | | | ● | | | | | | ● | | | | | | ● | ● | | | | | | | | | ◐ | | | ● | | | ● | | |
| 27 | | | | | ● | | | | | | | | ● | | | | ● | | | | | | | | | | ● | | | | | | ● | ● | |
| 28 | | | | | | ● | | | | | | | | | ● | | | | | | | | ● | | | | ● | | | ● | | | ● | ● | |
| 29 | | | | | | ● | | | | | ● | | | | | | | | | | | | ● | ● | | | ● | | | | | | ● | ◐ | |
| 30 | | | | | | | ● | | | | | | | | ◐ | | | | | | | | ● | ◐ | | | ● | | | ● | | | | | |
| 31 | | | | | | | ● | | | | ● | | | | | | | | | | | | ● | ● | | | ● | | | | | | ● | | |
| 32 | | | | | | | ● | | | | | | ● | | | | | | | | | | | ● | | | ◑ | | ● | | | | ● | | ● |
| 33 | | | | | | | ◐ | | | | | | ● | | | | | | | | | | | ● | | | | | ● | | | | | | ● |
| 34 | | | | | | | | | | ● | | | ● | | | | | | | ◐ | | | | | | | ● | | ● | | | | ● | | |
| 35 | | | | | | | | | | ● | ● | | | | | | ● | | | | | | | | ● | | ● | | | | | | ● | | |
| 36 | | | | | | | | | | ◕ | ◕ | | | | | | ◕ | ● | | | | | | | | | ● | | ◕ | | | | ◕ | | ● |
| 37 | | | | | | | | | | ● | | | ● | | | | | | | | | | ◕ | ◕ | | | ● | | | | | | ● | | |
| % | | | 5,8 | 11,7 | 23,5 | 11,7 | 23,5 | | | 23,5 | 27,7 | 5,5 | 50 | | 16,6 | | 22,2 | 7,4 | | 3,7 | 7,4 | | 18,5 | 22,2 | 14,8 | 3,7 | 51,8 | | 37,0 | 11,1 | | 52,1 | 4,3 | 43,4 | |

Forma: 1 — Vaso campaniforme (sem qualquer outra indicação); 1a — Vaso campaniforme tipo Internacional; 1b — Vaso campaniforme Internacional fugindo ao tipo clássico; 2 — Caçoila; 3 — Taça (sem bordo); 3a — Taça de bordo liso; 3b — Taça de bordo decorado; 4 — Fruteira; 5 — Prato; 6 — Forma indeterminada.

*Técnica de decoração:* 1 — Pontilhada; 1a — Pontilhado feito a punção; 1b — Pontilhado feito a matriz; 2 — Incisa; 3 — Associação da técnica do pontilhado com incisa; 4 — Lisa.

*Textura* (segue-se a classificação de C. T. S. para a cerâmica da Rotura): A — Elementos não plásticos finos (menos de 0,5 mm.); B — Elementos não plásticos grosseiros (entre 0,5 e 1 mm.); C — Elementos não plásticos muito grosseiros (superiores a 1 mm.).

Superfície: 1 — Erodida; 2 — Não alisada; 3 Alisada; 4 — Polida; 5 — Com engobe.

QUADRO II

# ALGUMAS ESTAÇÕES COM CERÂMICA CAMPANIFORME

| ESTAÇÕES | CERÂMICA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | METAL | | | | | | | | | | Tipo de estação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Forma | | | | | | | | | | | | Técnica de decoração | | | | | | Text. | | | Cu | | | | Au | | | | | | |
| | 1 | 1a | 1b | 2 | 3 | 3a | 3b | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 1 | 1a | 1b | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| **P. Setúbal** / L. Bugiu (1) | | | — | + | | | + | | | | | | | | | ◕ | | | | | | | | | | | | | | | | Gr. nat. |
| Chibanes (2) | | | | | | | + | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Povoado |
| L. Fumo (3) | | | | | | | + | | | | | | | | | ◕ | | | | | | | | | | | | | | | | Gr. nat. |
| Malhadas (4) | | | | | | | + | | ◕ | | | | ◕ | | | | | | | ◕ | ◕ | | | | | | | | | | | Povoado |
| M.F.te do Sol | | | 5,8 | 11,7 | 23,5 | 11,7 | 23,5 | | | 23,5 | | | 27,7 | 5,5 | 50 | | 16,6 | | 29,6 | 11,1 | 59,2 | | | | | | | | | | | Povoado |
| Pedrão (5) | | | | | + | | + | | | | | | ◕ | | | | | | | ◕ | ◕ | | ◕ | | | | | | | | | Povoado |
| Q. do Anjo (6) | 2,1 | 2,1 | 2,1 | 10,8 | | 34,7 | 45,6 | | | | 2,1 | | 65 | | | 35 | | | | | | + | | | | | ◕ | | | | | Gr. art. |
| Rotura (7) | 4 | 49 | | 18,3 | 6,1 | | 2 | | | 20,6 | | | 96 | | | 4 | | | ◕ | ◕ | | | | ◕ | | | | | | | | Povoado |
| **P. Lisboa** / Bela Vista (8) | | | | 50 | | | 41,6 | | | 8,3 | | | | | | | | | | | | ◕ | ◕ | | | | | | | | | Tholos |
| Monge (9) | | | | | | | + | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Tholos |
| M. Claros (10) | — | | | ◕ | | | + | | | | | | | | | + | | | | | | | | | | | | | | | | Povoado |
| Olelas (11) | ◕ | | | | ◕ | | ◕ | | | | | | | | | + | | | | | | | | | | | | | | | | Povoado |
| P. Verde (12) | | ◕ | | ◕ | | | ◕ | | | | | | | | | | | | | | | ◕ | ◕ | | | | | | ◕ | ◕ | | Povoado |
| P. Lage (13) | — | | | | | | + | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Gr. nat. |
| P. Maçãs (24) | 40 | | | | 30 | | 20 | | | 10 | | | 88,8 | | | 11,2 | | | | | | ◕ | ◕ | | | | | | | | | Tholos |
| S. Mart. de Sintra (14) | 15 | | | | | | 85 | | | | | | | | | | | | | | | ◕ | | | | | | | | | | Tholos |
| S. P. Estoril (15) | 24,9 | | 8,3 | 16,6 | | 16,6 | 16,6 | 16,6 | | | | | 75,1 | | | 16,6 | | 8,3 | | | | | ◕ | | | | ◕ | | | | | Gr. art. |
| Trigache (16) | + | ◕ | | | | | | | | | | | + | | | ◕ | | | | | | | | | | | | | | | | Tholos |
| P. Ouro (17) | ◕ | + | | ◕ | ◕ | ◕ | ◕ | | | | | | + | | | ◕ | | | | | | | | | | | | | | | | Pov. |
| V. Nova de S. Pedr. (18) | + | ◕ | | ◕ | | | | | | | | | + | | | | | | ◕ | ◕ | ◕ | | | ◕ | | | | | | | | Pov. |
| **R. T. Vedras** / Barro (19) | + | | | | — | | | | | | | | | | | | | | | | | ◕ | ◕ | | | | ◕ | | | | | Tholos |
| C. Moura (20) | | | | ◕ | + | ◕ | ◕ | | | | | ◕ | | | | + | | | | | | ◕ | | | | | | ◕ | | | | Gr. nat. |
| Ermegeira (21) | | | | ◕ | | | ◕ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | ◕ | | | | Gr. art. |
| Penedo (22) | + | ◕ | | ◕ | ◕ | | | | | | | | + | | | | | | | | | ◕ | ◕ | ◕ | | | | | | | | Pov. |
| Zambujal (23) | + | ◕ | | ◕ | ◕ | | | | | | | | + | | | | | | | | | ◕ | | | | | | | | | | Pov. |

## NOTAS:

Os números indicam percentagens.

\+ Predomina

— Escasseia

◕ Presente

*Forma:* V. notas do Quadro I e ainda 7 — Copo; 8 — Garrafa.

*Técnica de decoração:* V. notas do Quadro I.

*Textura:* 1 — Fina; 2 — Grosseira; 3 — Muito grosseira.

*Metal Cu:* 1 — Pontas de seta tipo Palmela; 2 — Punhal de lingueta; 3 — Machado plano; 4 — Bracelete.

*Metal Au:* 1 — Bracelete; 2 — Espirais; 3 — Brincos; 4 — Placas rectangulares; 5 — Alfinetes; 6 — Contas.

*Bibliografia:*


1 RAFAEL MONTEIRO e EDUARDO DA CUNHA SERRÃO — op. cit.; AGOSTINHO F. ISIDORO — «Espólio Arqueológico da gruta do Bugiu», *Trabalhos de Antrop. e Etnologia,* vol. XX, Porto, 1968; RAFAEL MONTEIRO, G. ZBYSZEWSKI e O. DA VEIGA FERREIRA — op. cit..

2 A. I. MARQUES DA COSTA — op. cit..

3 EDUARDO DA CUNHA SERRÃO — «Cerâmica com ornatos» ...

4 Observações pessoais (J. S. e C. T. S.). Em estudo.

5 Observações pessoais (J. S. e C. T. S.). Em estudo.

6 VERA LEISNER, G. ZBYSZEWSKI e O. DA VEIGA FERREIRA — op. cit..

7 CARLOS TAVARES DA SILVA — «...Notas sobre a cerâmica ...; «...Vestígios de estratigrafia ...

8, 9, 13, 14, 16 e 19 — O. DA VEIGA FERREIRA — «La culture ...

10 E. JALHAY, A DO PAÇO e L. RIBEIRO — «Estação pré-histórica de Montes Claros (Monsanto), *Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de* Lisboa, n.º 20 e 21, Lisboa, 1944; LEONEL RIBEIRO — «Relatório das escavações feitas na estação neo-eneolítica de Montes Claros ...», *Arq. e História,* vol. XII, 8.º S., Lisboa, 1966.

11 EDUARDO DA CUNHA SERRÃO e E. PRESCOTT VICENTE — «O castro eneolítico de Olelas. Primeiras escavações», *Com. Ser. Geol. de Portugal,* T. XXXIX, Lisboa, 1958.

12 G. ZBYSZEWSKI e O. DA VEIGA FERREIRA — Estação pré-histórica da Penha Verde (Sintra)», *Com. Serv. Geol. de Portugal.* T. XXXIX, Lisboa, 1958.

24 VERA LEISNER, G. ZBYSZEWSKI e O. DA VEIGA FERREIRA — «Les monuments pré-historiques de Praia das Maçãs et de Casainhos», *Mem. dos Serv. Geol. de Portugal,* N.º 16 (N. S.), Lisboa, 1969.

15 VERA LEISNER, A. DO PAÇO e LEONEL RIBEIRO — «Grutas Artificiais de S. Pedro do Estoril», Lisboa, 1964.

17 AFONSO DO PAÇO — «Castelo da Pedra de Ouro», *Anais da Ac. Port. de História,* vol. 16, II s., Lisboa, 1966; VERA LEISNER e HERMANFRID SHUBART — «Die Kuperzeitlich befestigung von Pedra do Ouro/Portugal», *Madrider Mitteilungen,* 7, 1966.

18 AFONSO DO PAÇO — «Castro de Vila Nova de S. Pedro. XIV — Vida económica. XV — O problema campaniforme. XVI — Metalurgia e análises espectográficas», *Anais da Ac. Port. da História,* vol. 14, II S., Lisboa, 1964.

20 RICARDO BELO, LEONEL TRINDADE e O. DA VEIGA FERREIRA — op. cit..

21 MANUEL HELENO — op. cit..

22 KONRAD SPINDLER e LEONEL TRINDADE — op. cit..

23 AFONSO DO PAÇO, VERA LEISNER, LEONEL TRINDADE, H. SCHUBART e O. DA VEIGA FERREIRA — «Castro do Zambujal (Torres Vedras)», *Bol. da Junto Distr. de Lisboa,* n.º LXI-LXII, IIS., Lisboa, 1964.

# INDÚSTRIAS PALEOLÍTICAS DA REGIÃO DE SANTO ESTEVÃO

pelos sócios efectivos

*G. Zbyszewski*

e

*O. da Veiga Ferreira*

## I. INTRODUÇÃO

OS primeiros achados de indústrias paleolíticas na região de Santo Estevão foram realizados por H. Breuil e G. Zbyszewski em 1941-42 quando os referidos autores estiveram a proceder a um reconhecimento geral dos terraços quaternários da margem esquerda do Tejo entre Chamusca e Alcochete.

Os instrumentos paleolíticos então encontrados na superfície dos terraços tirrenianos e sicilianos, que se estendem a NW de Santo Estevão, foram publicados em 1945.

A descoberta das três jazidas descritas no presente trabalho foi realizada recentemente pelos dois signatários do presente trabalho, no decurso dos levantamentos geológicos da folha de Santo Estevão (36-A) na escala de 1/50 000. A notícia explicativa da referida folha, publicada

em 1969, deu a seguinte lista de estações encontradas na área entre Samora Correia, Benavente, Santo Estevão e Campo de tiro de Alcochete:

1 — Barreiras do Vale de Coelheiros, nas imediações do Km 5 da estrada de Benavente para Santo Estevão.

2 — Cascalheiras do terraço médio, na área do monte do Rio de Odres, na margem direita do rio Almansor.

3 — Cerca de 200 m. N. do Monte dos Condes, na superfície do baixo terraço.

4 — Cerca de 400 m. N. do Monte dos Concelhos (NW de Santo Estevão).

5 — Área do v. g. Calado na margem esquerda do rio Almansor.

6 — SE do Monte da Formiga (SE de Santo Estevão), na margem esquerda do rio Almansor.

7 — Área a W. do monte de Braço de Prata (a sul de Samora Correia), na margem N. da ribeira do Vale Cobrão.

8 — Cascalheiras do terraço médio a cerca de 1 700 m. SW do v. g. Carro Quebrado.

As referidas jazidas deram indústrias do Acheulense, Levalloisense, Mustierense e Languedocense.

## II. JAZIDAS PALEOLÍTICAS DO MONTE DO RIO DOS ODRES

O material paleolítico encontrado provem de duas jazidas diferentes: a principal situada a cerca de 250 m. SW do referido monte e outra situada a algumas centenas de metros a NW do mesmo monte, ambas na margem direita do rio Almansor.

O corte geológico observado no segundo local e no bordo do terraço médio (Tirreniano I) apresenta a seguinte sucessão de cima para baixo:

3 — Cascalheiras da superfície do terraço com indústrias acheulenses e mustierenses.

2 — Argilas arenosas castanhas escuras.

1 — Grés argiloso acastanhado, aflorando na base das vertentes, no contacto com as aluviões do fundo do vale.

As indústrias encontradas correspondem a uma única série agrupando o Acheulense superior e algumas peças mustierenses.

*Coups-de-poing*

Um coup-de-poing bifacial piriforme lanceolado com superfície primitiva do seixo ocupando cerca da metade das duas faces. No anverso a superfície primitiva cobre a base bem como uma faixa central. O resto daquela face apresenta uma série de negativos de lascas bastante irregulares e de tamanhos vários, tiradas dos dois bordos laterais e da ponta. Reverso com superfície primitiva ocupando a base e os 2/3 do bordo direito. Bordo esquerdo trabalhado por 2 grandes negativos de lascas, completados por um mais pequeno. O terço superior do bordo direito apresenta uma pequena truncatura longitudinal. Dimensões: 126 mm × × 87 mm × 36 mm. (Est. IV, fig. 16).

— Um biface piriforme em quartzito avermelhado com superfície primitiva do seixo ocupando a base das 2 faces. O anverso trabalhado na sua parte superior por 4 lascas principais das quais uma larga ocupando os 2/3 do bordo esquerdo. Outras duas, mais pequenas, observam-se na parte superior do bordo direito. Extremidade superior ponteaguda, apresenta os vestígios de 3 lascas mais pequenas. Reverso muito irregular devido aos defeitos da rocha, em parte queimada no bordo

direito concavo. Bordo esquerdo da mesma face trabalhado por 3 lascas inclinadas. Dimensões: 95 mm × 79 mm ×43 mm. (Est. III fig. 15).

— Outro biface piriforme de mesmo tipo. Superfície primitiva do seixo ocupando a metade do anverso e os 3/4 do reverso. Parte superior do reverso apresentando, em cada um dos bordos, um negativo de lasca bastante inclinado. Anverso trabalhado na sua parte superior por 3 negativos de lascas principais, completados por 2 mais pequenos na ponta. Dimensões: 80 mm × 65 mm × 31 mm. (Est. IV, fig. 17).

— Um biface piriforme sobre lasca. Anverso com superfície primitiva de seixo formando uma faixa triangular na base e parte central relativamente plana. Bordo esquerdo apresentando uma troncatura inclinada, sensìvelmente triangular, obtida por 3 ou 4 lascas sobrepostas. Bordo direito com negativo de lasca principal e vestígios de outros anteriores. Reverso de plano de separação com retoques curtos de regularização em toda a periferia. Dimensões: 95 mm × 73 mm × × 36 mm. (Est. III, fig. 14).

— Um biface sublosangular com superfície primitiva do seixo ocupando a metade inferior do anverso bem como a metade do bordo direito daquela face. Trabalhado na parte superior por 2 negativos concavos e no bordo esquerdo por um terceiro bastante inclinado. Reverso com superfície primitiva ocupando o bordo esquerdo. O resto daquela face é trabalhado por um grande negativo concavo na parte superior inclinada do bordo esquerdo e por 2 outros, mais pequenos, no bordo direito, completados por algumas lascas de regularização. O bordo esquerdo do anverso apresenta um gume em ziguezague realizado por lascas alternas e lembrando o dos seixos raspadores. Dimensões: 117 mm ×67 mm × 44 mm. (Est. I, fig. 1).

*Seixos trabalhados em uma das extremidades*

— Um seixo truncado em uma das extremidades por talhe bifacial. Reverso com superfície primitiva de seixo ocupando a quase totalidade daquela face.

Apresenta um negativo de lasca no bordo direito e dois na extremidade superior, bastante irregulares devido as clivagens da rocha, completados por alguns retoques também iregulares. Anverso trabalhado, na parte superior, por uma série de lascas irregulares de vários formatos. Dimensões: 107 mm × 78 mm × 59 mm.

— Um calhau truncado na extremidade superior por meio de lascas pouco inclinadas de talhe unifacial realizando um gume largo e convexo. Base do seixo de forma triangular arredondada. Superfície primitiva ocupando a totalidade do reverso bem como os 2/3 do anverso. Dimensões: 120 mm × 104 mm × 39 mm (Est. IV, fig. 19).

*Seixos raspadores*

— Um seixo raspador com superfície primitiva ocupando metade do anverso bem como uma das extremidades do reverso. O resto daquela face é trabalhado por dois negativos dos quais um maior, subrectangular, e outro mais pequeno ao longo de um dos bordos. Anverso com um dos bordos laterais afeiçoado em raspador por meio de 6 lascas de formatos diversos. Dimensões: 107 mm × 79 mm × 52 mm.

*Núcleos*

— Um núcleo de forma grosseiramente poligonal com superfície primitiva de seixo ocupando cerca de metade do anverso. O resto daquela face foi trabalhado por 5 lascas de formatos diversos representando, em parte, preparações de planos de percussão. Anverso trabalhado de vários negativos mais ou menos côncavos a partir dos bordos em direcção ao centro. Bordo inferior apresentando uma larga truncatura acidental. O objecto apresenta algumas parecenças com os coups-de-poing bifaciais imperfeitos. Dimensões: 85 mm × 78 mm × 35 mm.

*Lascas não retocadas*

— Duas lascas residuais das quais uma (Est. (III, fig. 12) mustieroide com plano de percussão preparado. Dimensões: 73 mm ×

× 60 mm × 17 mm. A segunda lasca é de técnica tayacense com bolbos gémeos em uma das faces. Plano de percussão de clivagem. Dimensões: 63 mm × 55 mm × 22 mm.

## III. JAZIDA PALEOLÍTICA DO MONTE DOS CONDES A NW DE SANTO ESTEVÃO

Os instrumentos paleolíticos provêm da superfície de um baixo terraço do rio Almansor. Foram colhidos a cerca de 400 m. a NNE do monte.

Outra jazida, mais pobre mas apresentando interesse estratigráfico, é conhecida na margem esquerda de um pequeno vale afluente do rio Almansor a E. do Monte dos Condes.

A sucessão geológica observada naquele local é a seguinte (Zbyszewski e Veiga Ferreira 1969):

7 — Grés argilosos acastanhados.

6 — Argila castanha (2m.).

5 — Argila diatomítica castanha-acinzentada com fragmentos de vegetais incarbonizados (4 m - 4,5 m.).

4 — Grés argiloso cinzento escuro, por vezes acastanhado ou negro com delgados leitos de limonite na base (0,60 m.).

3 — Grés argilosos acastanhados e esbranquiçados com intercalações lenticulares de seixos e raras indústrias paleolíticas (2,50 m.).

2 — Areola cinzento-esverdeada com laivos ferruginosos (0,60m.).

1 — Areia grosseira acastanhada junto dos aluviões do fundo do vale.

As indústrias colhidas em ambas as jazidas pertencem ao Acheulense superior.

*Coups-de-poing e instrumentos aparentados*

— Um biface sublosangular com superfície primitiva do seixo ocupando a base das duas faces. Parte superior do anverso trabalhada por pequenas lasquinhas curtas, imbricadas e pouco inclinadas, mostrando um trabalho cuidadoso de técnica acheulense adiantada. Reverso apresentado um trabalho de mesma natureza, embora mais grosseiro, realizando 3 truncaturas longitudinais principais, sendo a truncatura central, bem como a do bordo direito de talhe intencional e a truncatura do bordo esquerdo de clivagem. Dimensões: 114 mm × 76 mm × 56 mm. (Est. I, fig. 2).

— Um pequeno biface oval inacabado com superfície primitiva de seixo ocupando o bordo esquerdo do reverso. Bordo direito trabalhado de 2 lascas principais de regularização, as quais com as lascas do anverso, tiradas alternadamente, realizam um gume em ziguezague. Extremidade superior do reverso apresentando 3 pequenos negativos inclinados e curtos, os quais realizam uma espécie de raspadeira com bico inclinado para a direita. Anverso trabalhado a partir dos dois bordos laterais, por uma série de lascas inclinadas, irregulares devido aos defeitos da rocha, as quais sobem em direcção do centro percorrido por uma aresta central em ziguezague. Dimensões: 86 mm × 59 mm × 33 mm. (Est. II, fig. 6).

— Um biface oval lanceolado. Reverso com superfície primitiva de seixo ocupando a parte inferior bem como a maior parte do bordo direito. Parte superior do bordo esquerdo, bem como o centro do reverso, apresentando 2 negativos de lascas tiradas a partir da ponta lanceolada. Anverso trabalhado por uma série de lascas bastante irregulares e de formatos diversos, tiradas da periferia em direcção ao centro ligeiramente saliente. Trabalho acheulense bastante imperfeito devido aos defeitos da rocha. Dimensões: 131 mm × 92 mm × 68 mm. (Est. I, fig. 5).

— Outro biface lanceolado de forma irregular, largo, curto e ponteagudo. Superfície primitiva do seixo ocupando a base das duas

faces. Parte superior do anverso trabalhada por 4 lascas mais ou menos inclinadas de formatos diversos, tiradas a partir dos dois bordos laterais e da ponta em direcção ao centro proeminente. Reverso apresentando dois negativos de lascas principais, pouco inclinadas e muito irregulares devido aos defeitos da rocha, completados na extremidade superior por 5 ou 6 lascas mais pequenas subhorizontais, destinadas a regularizar a ponta. Dimensões: 113 mm × 97 mm × 54 mm. (Est. I, fig. 4).

— Um pequeno biface lanceolado disimétrico com superfície primitiva do seixo ocupando a parte inferior e os 2/3 inferiores do bordo esquerdo do anverso. Parte superior da mesma face trabalhada por um grande negativo de lasca na metade superior do bordo direito e de um pequeno na parte superior do bordo esquerdo. Ponta apresentando dois pequenos retoques longitudinais mais modernos. Reverso com superfície primitiva ocupando a base.

O resto daquela face trabalhada por uma série de lascas horizontais, tiradas a partir dos dois bordos laterais, muito iregulares devido aos clivagens da rocha. Dimensões: 92 mm × 58 mm × 29 mm. (Est. IV, fig. 18).

*Objectos aparentados aos coups-de-poing unifaciais*

— Três calottes de seixo ovais com reverso de superfície primitiva de seixo. A maior e mais espessa, em quartzito cinzento, é trabalhada no anverso a partir da periferia, por 5 lascas de formatos diversos, irregulares devido as clivagens da rocha. Dimensões: 112 mm × 110 mm × × 63 mm.

A segunda, mais achatada, é trabalhada a partir dos bordos por uma série de lascas de formatos vários. Bordo esquerdo apresentando 3 negativos maiores. Bordo direito trabalhado por uma série de pequenas lascas curtas. Bordos laterais apresentando alguns indícios de utilização. Dimensões: 106 mm × 86 mm × 33 mm (Est. II, fig. 8).

O terceiro exemplar apresenta uma fractura oblíqua na parte interior do bordo direito do anverso. Extremidade superior afeiçoada de

modo a realizar um gume ogival. O trabalho consiste numa série de lascas mais ou menos inclinadas, tiradas dos bordos em direcção ao centro sobrelevado. Dimensões: 93 mm × 72 mm × 40 mm. (Est. I, fig. 3).

*Seixos trabalhados em uma das extremidades*

— Dois seixos truncados por talhe unifacial em uma das extremidades. Superfície primitiva de seixo ocupando o reverso e a maior parte do anverso. Um dos exemplares apresenta uma parte inferior arredondada e extremidade superior oposta com gume inclinado da direita para a esquerda, realizado por 5 negativos de lascas mais ou menos inclinadas. Dimensões: 91 mm × 85 mm × 52 mm. (Est. II, fig. 9).

O segundo exemplar, cordiforme, com superfície primitiva do seixo em todo o reverso bem como na metade do anverso. Base de forma subtriangular arredondada. Extremidade superior do anverso apresentando um gume largo, ligeiramente convexo, realizado por 2 lascas principais largas, tiradas da parte superior dos bordos laterais e por numerosos retoques curtos, mais ou menos inclinados, destinados a regularizar o gume terminal. Dimensões: 100 mm × 98 mm × 68 mm. (Est. II, fig. 10).

*Seixos raspadores espessos*

— Dois seixos raspadores com superfície primitiva ocupando o reverso bem como a metade do anverso. Outra metade daquela face trabalhada num deles por meio de um grande negativo de lasca muito concavo, completado numa das pontas por 3 ou 4 pequenas lascas de regularização. Dimensões: 100 mm × 70 mm × 55 mm.

O segundo exemplar apresenta um trabalho mais cuidadoso que abrange mais da metade da periferia por meio de lascas muito inclinadas, as quais realizaram um gume subtrapezoidal. Dimensões: 105 mm × 69 mm × 40 mm. (Est. III, fig. 13).

*Seixos raspadores achatados*

— Um exemplar sobre seixo achatado, cuja superfície primitiva ocupa a maior parte das duas faces. Reverso apresentando apenas um negativo de lasca. Anverso apresentando um gume subtriangular, com parte central saliente.

Os dois bordos laterais formam um ângulo superior a 90° realizado por 3 negativos de lascas a direita da ponta e 2 a esquerda. Dimensões: 81 mm × 70 mm × 26 mm. (Est. III, fig. 11).

*Núcleos*

— Dois núcleos, dos quais um poligonal com superfície primitiva de seixo ocupando cerca da metade do objecto. Outra metade trabalhada por lascas de formatos diversos, bastante irregulares. Dimensões: 98 mm × 96 mm × 75 mm.

O segundo exemplar apresenta uma base plana de superfície primitiva de seixo que se prolonga a partir da base do anverso até ao centro proeminente daquela face. Os bordos laterais e a parte superior, do anverso, trabalhados por uma série de lascas subverticais completadas, no bordo superior, por alguns retoques, os quais o afeiçoaram em raspadeira nucleiforme. Dimensões: 85 mm × 70 mm × × 71 mm. (Est. II, fig. 7).

*Lascas não retocadas*

— Uma lasca de forma lanceolada disimétrica. Anverso de superfície primitiva de seixo ocupando a parte inferior bem como a totalidade do bordo direito até a ponta. Metade superior do bordo esquerdo trabalhada por uma série de lascas curtas e pequenas de regularização do gume. Reverso de plano de separação rebaixado por 2 largos negativos de lascas subhorizontais. O objecto parece ter sido preparado para servir de uniface ou de calhau raspador. Dimensões: 119 mm × × 77 mm × 36 mm.

— Uma lasca achatada de secção transversal subtrapezoidal e plano de percussão preparado, irregular devido as clivagens da rocha. Dimensões: 69 mm × 48 mm × 16 mm.

## IV. JAZIDA A 1500 m. A NW DO MONTE ARANHA

Trata-se de uma estação de superfície relacionada com a presença de cascalheiras de antigos terraços do Tejo. Está situada a SW da charneca do Infantado.

Todos os instrumentos encontrados pertencem ao acheulense bastante evoluído embora com poucas peças realmente típicas.

*Objectos aparentados aos coups-de-poing*

— Um seixo com superfície primitiva ocupando a base e o bordo esquerdo do reverso. Extremidade superior daquela face bem como a parte superior do bordo direito, ocupados por um largo negativo de lasca acompanhando uma superfície de clivagem. Anverso com superfície primitiva de seixo na metade inferior daquela face. Metade superior apresentando três negativos de lascas as quais realizaram um gume convexo com forte saliência central. Dimensões: 91 mm ×77 mm × × 44 mm. (Est. V, fig. 22).

*Seixos trabalhados em cerca dos 3/4 da periferia*

— Objecto em forma de raspadeira de talhe unifacial. Superfície primitiva de seixos ocupando o reverso bem como a base e uma faixa central do anverso. O resto daquela face é trabalhado por lascas irregulares realizando um gume fortemente convexo ocupando a extremidade superior bem como os dois bordos laterais. Dimensões: 77 mm × × 67 mm × 40 mm. (Est. V, fig. 23).

*Núcleos*

— Um núcleo mustieróide discoidal, subcircular, com preparação de planos de percussão. Trabalhado em ambas as faces por lascas pouco inclinadas ou mesmo subhorizontais. Dimensões: 84 mm × 75 mm × 36 mm. (Est. V, fig. 20).

*Lascas sem retoques*

— Uma lasca sublosangular de 1.º talhe, de técnica acheulense com ligeira patina eólica e podendo pertencer, por esta razão, a uma série mais antiga. Uma das faces coberta pela superfície primitiva de seixo. Outra face de plano de separação com bolbo em um dos bordos. Plano de percussão de superfície primitiva de seixo. Dimensões: 105 mm × × 70 mm × 28 mm. (Est. V, fig. 21).

— Uma lasca residual de técnica tayacense com plano de percussão de superfície primitiva de seixo e pequeno bolbo. Dimensões: 47 mm × 41 mm × 17 mm.

*Conclusões*

O estudo das três estações que acabamos de descrever representa uma nova contribuição para o conhecimento do Paleolítico da região de Santo Estevão.

De modo geral as indústrias referidas encontram-se na superfície dos antigos terraços do Tejo e dos seus afluentes de margem esquerda, dos quais o rio Almansor é um dos principais. Em certos casos, peças paleolíticas foram encontradas in-situ nos depósitos dos referidos terraços.

Considerando a tipologia das indústrias colhidas é possível estabelecer o seguinte quadro estatístico:

| Objectos encontrados | Mte. da Ribeira dos Odres | Mte. dos Condes | Mte. Aranha |
|---|---|---|---|
| Bifaces lanceolados | 3 | | |
| Bifaces piriformes | | 4 | |
| Bifaces sublosangulares | 1 | 1 | |
| Objectos aparentados aos coups-de-poing | 3 | | 1 |
| Seixos trabalhados em uma das extremidades | 2 | 2 | |
| Seixos raspadores espessos | 2 | 1 | |
| Seixos raspadores achatados | 1 | | |
| Seixos trabalhados em 3/4 da periferia | | 1 | 1 |
| Núcleos | 2 | | |
| Discos mustierenses | | | 1 |
| Lascas de técnica mustierense | | 1 | |
| Lascas de técnica tayacense | | 1 | 1 |
| Lascas residuais diversas | 2 | | 1 |
| Totais | 16 | 11 | 5 |

Pelo quadro anexo verifica-se, nas três jazidas acima referidas, a presença de uma indústria acheulense bastante evoluída e caracterizada por 13 coups-de-poing de vários tipos com predominância dos piriformes e dos lanceolados.

Os referidos coups-de-poing encontram-se associados, como sempre na margem esquerda do Tejo, com seixos trabalhados de diversos tipos com talhe uni ou bifacial em uma das extremidades, em um dos bordos laterais (seixos raspadores), em uma das extremidades e num dos bordos laterais ou ainda em mais da metade da periferia. Naqueles tipos de instrumentos o talhe unifacial predomina e em certos casos tem exclusividade absoluta.

Considerando os núcleos bem como a tipologia das lascas, observa-se a presença de um disco mustierense na jazida do monte Aranha e de

uma lasca com plano de percussão preparado na estação do monte da Ribeira dos Odres.

Pode-se dizer deste modo que as indústrias encontradas pertencem a um Acheulense superior com coups-de-poing e dão passagem a uma indústria com predominância de seixos trabalhados contendo por vezes núcleos ou lascas mustierenses típicos.

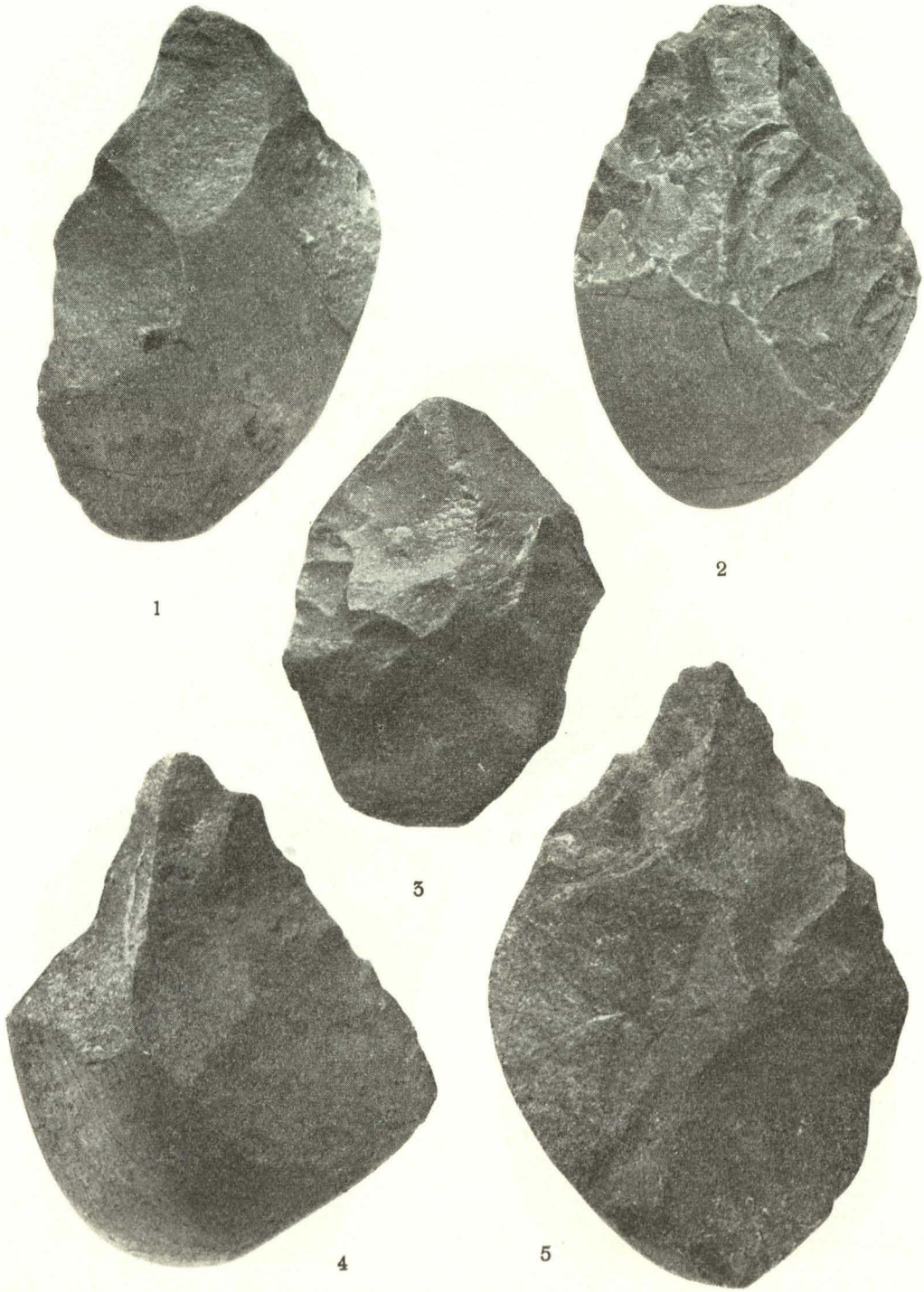
A variedade dos instrumentos não é grande e a maior parte dos coups-de-poing, bem como dos seixos trabalhados, apresenta um trabalho muito imperfeito em comparação com o das indústrias de mesma época conhecidas nas regiões situadas mais a montante no vale do Tejo. Tal facto deve ser atribuído em parte aos defeitos da materia prima utilizada no local e derivada muitas vezes dos terraços mais antigos.

## BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL


BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) — Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Vol. II — Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage. *Comun. Serv. Geol. de Portugal*, T. XXVI, 678 p. 144 est 2 mapas, Lisboa.

ZBYSZEWSKI, G. & VEIGA FERREIRA, O. (1968) — Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 31 — C (Coruche). *Publ. Serv. Geol. de Portugal*, 43, p. Lisboa.

id — (1969) — Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 35 — A (Santo Estevão). *Publ. Serv. Geol. de Portugal*, 27 p., Lisboa.



1

2

3

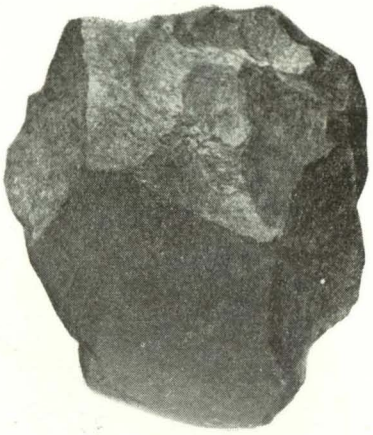
4

5

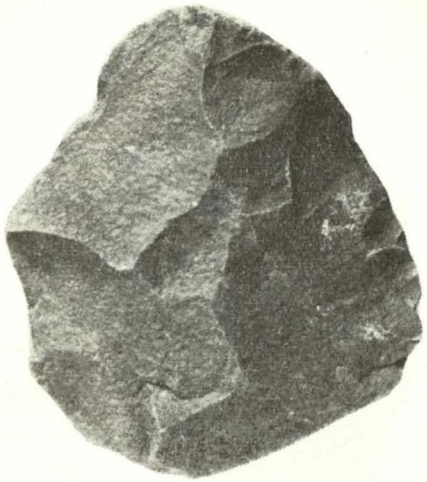
Est. I - Paleolítico da região de Santo Estevão



6



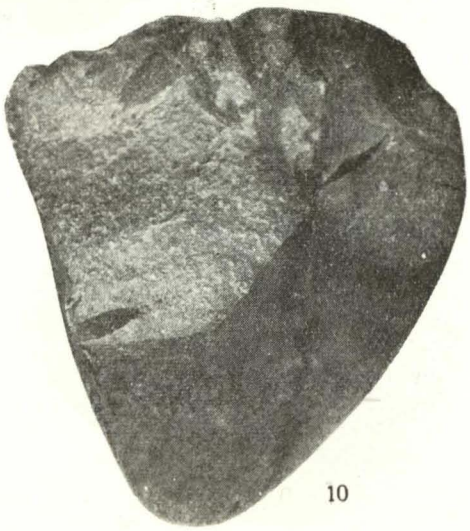
7



8

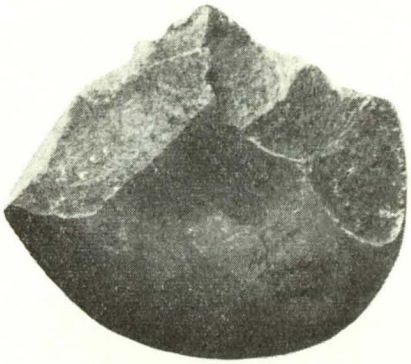


9



10

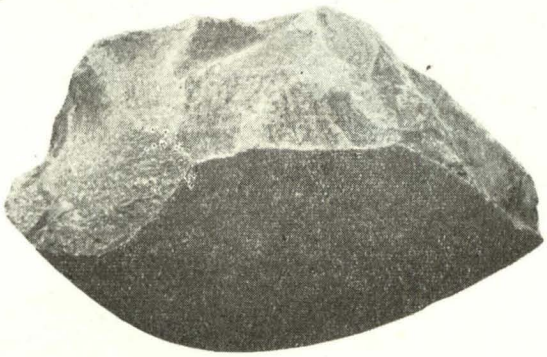
Est. II - Paleolítico da região de Santo Estevão



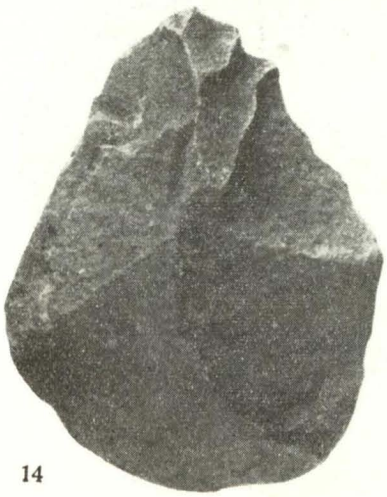
11



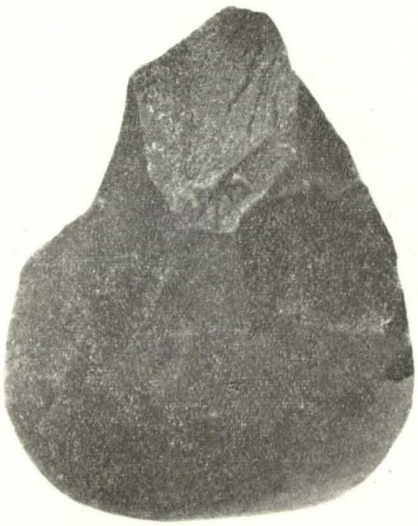
12



13

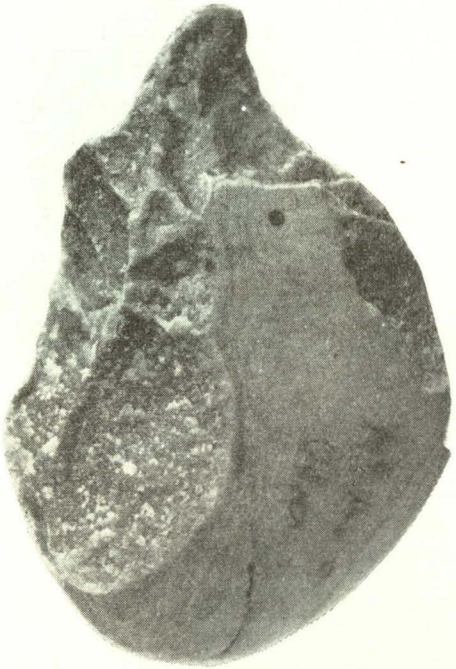


14

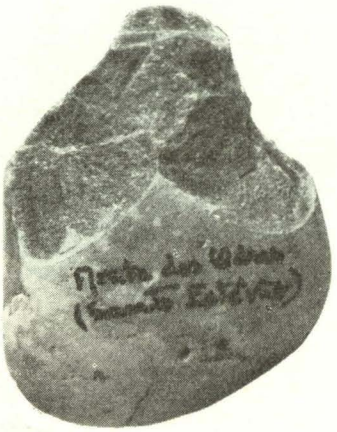


15

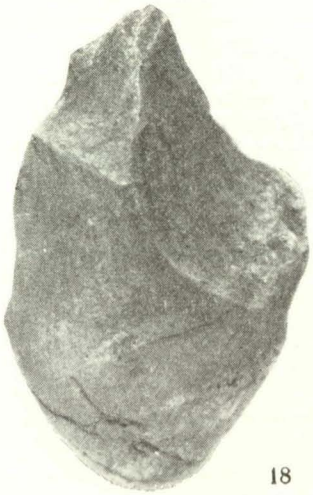
Est. III - Paleolítico da região de Santo Estevão



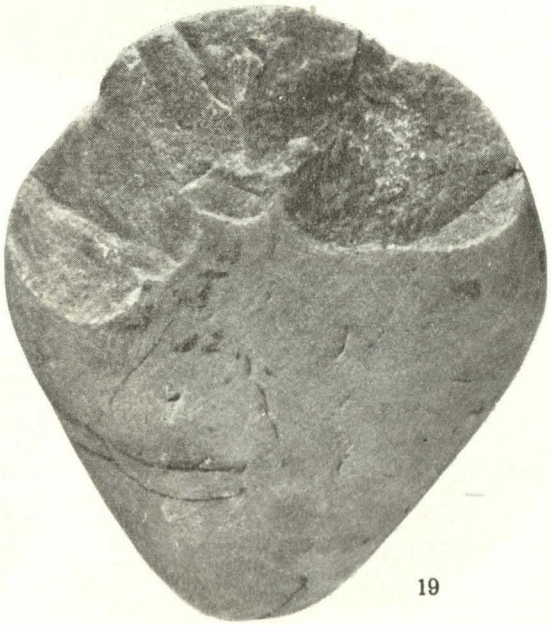
16



17

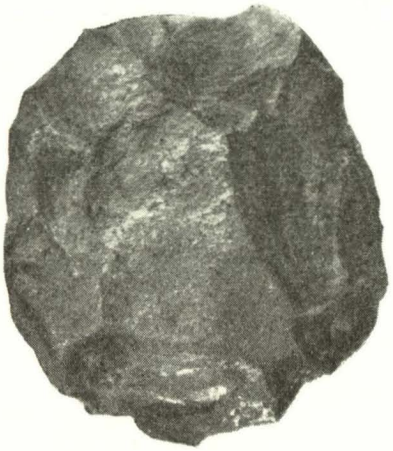


18



19

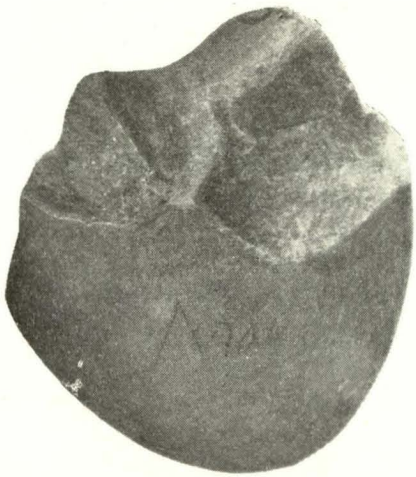
Est. IV - Paleolítico da região de Santo Estevão



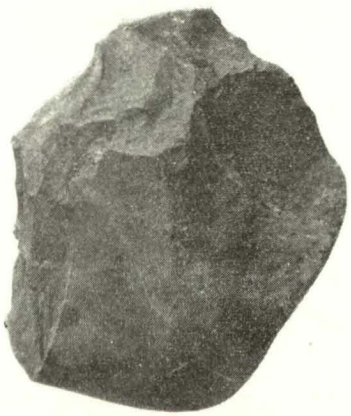
20



21



22



23

Est. V - Paleolítico da região de Santo Estevão

# PROCISSÕES DE OUTRORA

# ELVAS

pelo sócio efectivo

*Eurico Gama*

*(Continuação)*

## 19

## «*S. JOÃO BAPTISTA*»

*24 de Junho*

1. Em tempos sobre os quais as memórias não abundam era o S. João, a principal das festas de Elvas: podemos supor que assim seria já durante a dominação dos árabes, que também a celebravam, embora de forma muito diversa.

O cónego Aires Varela no seu *Theatro das Antiguidades* narrando os sucessos do cavaleiro Gil Fernandes, escreve: «Vespera de S. João Baptista por noute se emboscarão os castelhanos para saltear *os cavalleiros que de Elvas costumavão sayr festejar ao mesmo santo*» [118].

---

[118] Cap. XXVI, p. 85.

Vemos, por este passo, que os elvenses do século 14.º, *saíam* da fortificação a festejar o Precursor, e que depois da morte do intemerato cavaleiro, comemorando ao mesmo tempo um dos seus históricos feitos ocorrido em véspera de S. João, «A nobreza da Vila neste solemne dia em bons cavallos, e com lustrozas armas acompanhavão o Pendão (uma bandeira ganha aos castelhanos), havia escaramuças, carreyras, e outras muitas festas com admiração dos lugares visinhos, de que resultou o adagio o *S. João de Elvas*» (pág. 86).

E o diligente escritor comenta, em termos que são como que um lenitivo para nós, que com tanta dor vemos desaparecer ou diminuir antigas e interessantes usanças: «Este costume durou mais de hu seculo, hoje está esta bandeira na caza da camara e no dia de S. João saye com ella o vreador mais mosso acompanhado dos ministros todos da justiça e homeis da governança todos a cavallo, e fazem seu festejo, *mas muito inferior ao que naquelle seculo honrado se fazia*, porque cada ves esta cidade d'Elvas vay descaindo mais da sua antiga nobreza e cavalleiros de que era povoada: achaque do tempo, e muito mais do calamitoso da guerra» (pág. 86).

Aires Varela escrevia no primeiro período das campanhas da Restauração.

2. A festa de S. João era considerada como uma representação mítica do solstício do Verão, *o combate do Verão expulsando o Inverno* — daí também o ter conservado certo ar belicoso, segundo Sousa Viterbo [119].

«Poucas festas há mais antigas e solenes de que a do nascimento do Baptista e o mais é que não só os cristãos de todos os ritos a celebram, mas até os maometanos» [120].

Nos primeiros tempos distinguiu-se esta festividade de todas as outras por se rezarem em sua honra 3 missas, à semelhança do que se faz no Natal. Em 1072 Alexandre II, regulando o número de Missas que cada sacerdote poderia dizer diàriamente, determinou que fosse

---

119 *Fastos religiosos*, in *Revista Lusitana*, vol. V, Lisboa 1897-1899, p. 153.

120 *A Voz do Alemtejo*, Elvas, n.º 450, 25 de Junho de 1865.

uma por dia (hoje são 3), excepto nos dias de Natal e de *S. João,* em que diriam três.

Nas cortes de Almeirim reunidas em 1544, entre os capítulos apresentados pelos procuradores da vila de Óbidos, um deles referia-se a uma antiga postura pela qual em dia de S. João se devia fazer uma cavalgada em honra do santo. Ante-manhã os que tivessem cavalo iriam à porta do Juiz, levando triunfalmente a bandeira da vila e a seguir corriam as ruas, escaramuçando festivamente, em ruidosos jogos de canas. Depois iam ouvir Missa a S. João Baptista.

«Se este era o carácter pitoresco da festa, não lhe faltava o carácter pantagruélico, e esta seria, por certo, para muitos, a parte mais importante da funçanata. O concelho dava aos que cavalgavam, como prémio das suas fadigas, um almoço, que devia ser suculento, a ajuizar pela verba votada para esta despesa — quatro mil reais por ano» [121].

A festa generalizara-se tanto, que o próprio Rei, por alvará expedido de Lisboa a 13 de Outubro de 1606, à Câmara de Elvas, cidade em que não se guardava uma provisão ordenando que na véspera e dia de S. João Baptista, o Juiz, vereadores e mais oficiais e pessoas da governança acompanhassem a bandeira real, manda que a cumpram «*sendo tão geral a festa que na dita vespera e dia de S. João se faz neste reino, e em toda a Christandade,* e em louvor d'um tão grande santo». E ao Corregedor mandava, que prendesse os que faltassem sem motivo justificado e procedesse contra eles [122].

Aliás, este alvará confirmava outras cartas anteriores por iguais razões, e que Tomás Pires refere no seu útil folheto sobre *O S. João de Elvas.*

3. Os festejos constavam ainda de corridas de canas e de touros, jogos diversos e toda a sorte de folguedos, não faltando os tradicionais «mastros», com os santos populares em tronos enfeitados de flores. Queimam-se alcachofras e saltam-se fogueiras.

---

121 Sousa Viterbo, *ob. cit.,* p. 153.

122 *Próprias,* 3.º, fls. 66, e *Tombo 1.º,* parte 1.ª, fol. 297.

*Levantaram-se três Marias,*
*Na manhã de S. João,*
*A ver se as alcachofras*
*'Stavam floridas ou não.*

*Na noite de S. João*
*Hei-de fazer 'ma fogueira,*
*P'ra saltarem as moças todas*
*E o meu amor a primeira.*

*De roda d'aquele mastro*
*Foi a minha perdição,*
*Perdi um anel de oiro,*
*Na noite de S. João.*

São inúmeras as tradições, as crenças e as notas curiosas ligadas ao Baptista. Referirei sòmente duas ou três.

— Ao bater da meia-noite, é velho costume uns irem às fontes encher cântaros com *água de S. João;* outros vão lavar a cara nos chafarizes e se não vêem a sua sombra espelhar-se na água, é crença que não chegam ao outro ano.

Segundo a crença popular, a *água de S. João* é miraculosa, rejuvenesce e aformoseia, cura doenças e opera mil outros prodígios [123].

— Na noite de S. João escrevem-se diferentes nomes de rapazes conhecidos nuns papelinhos, estes enrolam-se em *sortes,* mexem-se, e à meia-noite cada rapariga tira a sua *sorte,* que lhe indicará o rapaz com quem há-de casar.

---

123 António Tomás Pires, *O S. João de Elvas,* Typographia e Stereotypia Progresso, Elvas — 1904; José Maria Adrião, *Tradições populares colhidas no concelho do Cadaval, in Revista Lusitana,* vol. VI, Lisboa — 1900-1901, p. 123.

Esta superstição é variante doutra mais conhecida e que consiste em pôr debaixo do travesseiro uma chave, um rosário e um pouco de terra, e procurar ao acaso a *sorte*, ao despertar na manhã seguinte: se se toca primeiro na chave é sinal de que o casamento se realizará naquele ano; se acontece tocar no rosário, adeus bodas!; se se põe a mão na terra, a morte não se fará esperar!

Tomás Pires recolheu outra, curiosa: colocam três favas, uma *vestida*, outra *despida*, e a última *meia despida*, debaixo do travesseiro, à meia-noite. Pela manhã metem a mão e tiram uma: se vem a vestida, serão ricas; se a meia despida, serão remediadas; se a despida, serão sempre pobres.

Enfim,

*Guarda pão para Maio*
*E lenha para Abril,*
*E o melhor tição*
*Para o mês de S. João.*

O que está a dar certo neste ano de 1969, em que nem deixa de chover, nem o frio desaparece — e estamos a 10 de Junho quando escrevo estas linhas.

*Ó Elvas, ó Elvas,*
*Badajoz à vista.*
*Já não faz milagres*
*S. João Baptista.*

4. Sobre despesas era uma festa que obrigava a puxar os cordões à bolsa: só ao alferes correspondiam seis mil rs. das rendas do concelho «pera os guastos neçessarios que cada anno faz por dia de São Johão e nos mais dias ê que saye com a bandeira ...» — carta de 11 de Abril de 1552 [124].

[124] *Próprias*, livro 2.º, a fls. 80 v.º, e 3.º, a fls. 172.

Para os foliões eram 1.400 rs. (*Livro da Receita e despesa de 1592*, a fls. 17); os vereadores mais moços gastavam muito dinheiro «não só em Banquetes a que convidavão todos os que lhe asestiam, mas em presentes que ao depois lhes mandavão a suas cazas ...» e daí muitas pessoas fugirem do cargo de vereador como o diabo da cruz ... (*Representação dos oficiais da Câmara ao Rei*, em 28 de Dezembro de 1721).

O livro mais antigo do Arquivo da Câmara, com a receita e despesa dos anos de 1432 a 1435, mostra-nos, a fls. 17 v°, de forma inequívoca, os gastos a que obrigavam os festejos, algumas das rubricas bem curiosas: meia canastra de peras — 30 rs.; oito pepinos, sete a real — 113 rs. e meio; 1.300 bêberas, dez a real — 130 rs.; uma cesta de figos brancos, doze a real — 15 rs.; duas cestas de mão de ameixas — 18 rs. e meio; cinco almudes de vinho branco a 24 pretos a canada — 155 rs.; dez almudes de vinho vermelho a doze pretos a canada — 155 rs.; ao alferes, para fruta — 50 rs.; aos besteiros da garrocha e aos besteiros do conto, quatro almudes de vinho vermelho, a 12 pretos a canada — 72 rs. e 4 pretos; oito cântaros para o vinho e a água, a 2 rs. e meio cada um — 20 rs., etc.

5. Faltam-nos elementos para elaborarmos o programa pormenorizado da festividade: nesse ponto o que conseguimos investigar é pouco.

De manhã, ia a Câmara à Igreja de S. João da Corujeira, fundada logo a seguir à conquista de Elvas aos árabes, em 1226, pelos cavaleiros de Malta, e que então ocupava todo o largo fronteiro. Havia Missa a expensas do vereador mais moço, com propina para o púcaro de água. À tarde, o alferes, com bandeira, e acompanhado dos principais cavaleiros, ia à ermida de S. Sebastião, perto do poço do Cancão «em memoria de hua vitoria que a çidade naquele lugar ouve de castelhanos».

Na Procissão, que deixou de sair há-de haver 100 anos, eram obrigados a participar todos os oficiais da Câmara, Nobreza, irmandades e eclesiásticos com suas cruzes.

O trajecto devia ser pelo Largo dos Terceiros — ruas dos Azevedos e dos Açougues — Porta do Sol — Sé e regresso.

## 20

### *«VISITAÇÃO A SANTA ISABEL»*

*2 de Julho*

1. «Por aqueles dias, pôs-se Maria a caminho e dirigiu-se à pressa para a serra, em direcção a uma cidade de Judá. Entrou em casa de Zacarias e saudou Isabel. Apenas Isabel ouviu a saudação de Maria, saltou-lhe o menino no seio; Isabel ficou cheia de Espírito Santo e, erguendo a voz, num grande brado exclamou:

«Bendita és tu entre as mulheres e bendito o fruto do teu ventre. E donde me é dado que venha ter comigo a Mãe do meu Senhor? Pois, logo que me chegou aos ouvidos o eco da tua saudação, saltou de alegria o menino no meu seio. Feliz daquela que acreditou que teriam cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor!» — Lucas, 1, 39-45.

Isabel estava casada com o sacerdote Zacarias e ambos já um pouco avançados em idade não esperavam que um filho pudesse ainda alegrar-lhes o lar. Quis, porém, Deus que o tivessem e esse seria João Baptista, o Precursor.

Quando Maria, sua prima, teve a notícia, pela anunciação do Anjo, do estado em que se encontrava Isabel, foi logo visitá-la. É essa visita, de extraordinária transcendência para a história do mundo, que a Igreja comemora, anualmente, a 2 de Julho. Foi até aí, nesse encontro sublime de duas almas abençoadas, que dos lábios da Virgem surgiu o belo cântico da *Magnifica* — *«A minha alma enaltece o Senhor»*, o qual inspiraria os maiores compositores de todos os tempos, especialmente Bach, que produziu sobre esse maravilhoso tema uma composição formosíssima.

2. A festividade era promovida em Elvas pela Santa Casa da Misericórdia, constituindo uma obrigação dos seus Estatutos.

Uma das enfermarias da benemérita instituição é mesmo consagrada ao lindo mistério da Visitação de Nossa Senhora e na capela-mor da Igreja há um grande e bonito painel focando esse belo momento, do pincel de Joaquim Manuel da Rocha.

Atribui-se a sua instituição a São Boaventura no ano de 1263, sendo aprovada pelo Papa Urbano VI durante o cisma do Ocidente, tornando-se obrigatória em todo o orbe cristão [125].

Por carta de 23 de Maio de 1516, D. Manuel I introduziu a procissão em Portugal, dispondo o mesmo nas Ordenações, Livro I, título LXXVIII: «Ordenamos e mandamos que em todos os nossos reinos e senhorios, em cada um ano, em o dia da Visitação de Nossa Senhora, que vem aos dois dias do mes de Julho, se faça uma Procissão solene, em louvor de Nossa Senhora, para que assim como ela quis visitar corporalmente a Santa Isabel, assim espiritualmente nos visite e a todos os fieis cristãos, para que nossas obras sejam feitas e endereçadas ao serviço de Nosso Senhor e seu».

Aos Juizes e vereadores incumbia organizá-la e a ela eram obrigados todos os habitantes do concelho que não residissem a mais de uma légua da cidade ou vila.

A Procissão fazia-se com solenidade idêntica à de *Corpus*, mas em carta de 24 de Junho de 1519, para a Câmara do Porto, D. Manuel determinava que não houvesse nela «jogos nem festas asy como ho ha em dia de Corpo de Deus e somente se fara prociçan solene asy como se faz em a nossa cidade de Lixboa» [126].

3. A procissão realizava-se, pois, a expensas do concelho, saindo da Sé e indo à Misericórdia, onde se cantava a Missa. O pregador lia antes do sermão, a conta da gerência da Santa Casa no ano económico findo. A Câmara levava a bandeira e tinha de propina 800 rs.

Já há memória dela em Elvas, por um documento de 1537. Em 1760 o Cabido pretendeu fazê-la só em redor da Praça, dando azo a troca de correspondência. E daí por diante foi diminuindo de importância, até que em 1839 já a Câmara não compareceu.

---

125 Pedro de Mariz, *Academia dos Humildes e Ignorantes*, 1.ª parte, Lisboa-1777, 5.ª edição págs. 324; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra-1910, vol. II, p. 475.

126 Archivo da Câmara Municipal do Porto, *Livro 1.º de Provisões*, a fls. 127, cit. por Sousa Viterbo, in *Revista Lusitana*, vol. V, Lisboa — 1897-1899, pp. 192/193; J. Anastácio de Figueiredo, *Synopsis chronológica*, t. I, p. 204.

Para fecho, copiamos as duas cartas que se encontram nos Tombos municipais, sobre o referido incidente.

1) 28 de Junho (1760): — Muito illustre Senado — O exmo. Sr. Bispo e este Cabido, vendo o angusto logar e menor commodidade que tem na capella da Misericordia para n'ella assistir com a decencia devida, determina no dia da Visitação de Nossa Senhora fazer a procissão à roda da praça; para o que dá este aviso, não encontrando esta resolução algum voto ou ordem de Sua Magestade que obrigue ir á referida igreja da Misericordia; e para se proceder com certeza, rogo a Vossa mercê seja servido, revendo os livros da camara, avisar-nos do que na verdade se achar n'esta materia, e com ella se resolverá afinal o que se deve obrar, do que V. Mcê. em tudo será avisado». (*Tombo* 4.º, fl. 10).

2) 30 de Junho — «Illustre Senado — O reverendo Cabido, emquanto revê o archivo para totalmente tirar a presente duvida de que pediu a V. mcê. alguma clareza, e não cabe no tempo aquella diligencia por este estar próximo à factura da procissão da Visitação de Nossa Senhora, determina fazer a mesma assistência na Misericordia na fórma que até agora se praticava, nem alterando nem diminuindo, para cujo effeito faz a V. mcê. este aviso no justo agradecimento da prompta resposta e na estimavel companhia que de V. mcê. sempre teve». (*Tombo* 4.º, fl. 10 v.º).

## 21

## *«NOSSA SENHORA DO CARMO»*

### *16 de Julho*

1. A festividade a Nossa Senhora do Carmo, tinha antigamente uma importância, que não sendo comparável a outras como a da Ascensão ou do Corpo de Deus, era, contudo, de bastante significado.

A imagem, lindíssima, esteve primeiramente na igreja do Calvário, extra-muros, sendo conduzida processionalmente para São Paulo em 28 de Abril de 1737, aí se mantendo à devoção dos fiéis até à

demolição da igreja em 1887. Passou depois para a Sé e mais tarde levaram-na para a igreja de Santa Maria Madalena ou de Nossa Senhora das Dores, onde ainda está e esperemos que em definitivo. Para vicissitudes já é suficiente!

2. O programa era o comum nestas festas: de manhã Missa cantada com sermão e à tarde Procissão pelas ruas próximas à igreja.

Em 1894 realizou-se a 22 de Julho, com bastante esplendor, sendo custeada a festividade pelos emigrados brasileiros que por motivos políticos se acolheram a Portugal e se encontravam com residência fixa em Elvas.

Quase todos eles se incorporaram na procissão, conduzindo o andor de Nossa Senhora e as lanternas e pegando às varas do pálio.

A igreja foi decorada com muito gosto, especialmente o altar de Nossa Senhora do Carmo, na nave central, do lado do Evangelho. Orou ao Evangelho, na Missa da manhã, e à tarde, antes da saída da procissão, o rev.º padre Domingos António do Carmo.

Segundo informa um jornal contemporâneo, «A procissão ia na melhor ordem e o préstito era maior do que se tem visto nas últimas procissões; fechava-a uma guarda de honra do regimento de infantaria n.º 4, com a respectiva banda, sob o comando do sr. alferes Manuel da Costa, seguindo-a uma grande quantidade de pessoas de todas as classes» [127].

3. A festa está hoje limitada às cerimónias no interior da igreja, promovidas pela Confraria de Nossa Senhora do Carmo, fundada em 1715.

4. Num livro da Biblioteca Municipal de Elvas encontra-se uma nota das despesas com a festividade em São Paulo, no dia 17 de Julho de 1853. É a seguinte:

| | |
|---|---|
| Esmola da Missa . . . . . | 480 rs. |
| Aos 2 acólitos que foram ao altar . . . . . | 480 » |
| Ao Alteireiro que serviu na Missa e aos dois que com turíbulo, acompanharam a Procissão . | 640 » |

[127] *Diário de Elvas*, n.º 322, de 24 de Julho de 1894.

| | | |
|---|---|---|
| Aos 4 cantores na Festa . . . . . | 960 | » |
| 200 estampas de Nossa Senhora do Carmo . . | 640 | » |
| Compra de 7 pares de bentinhos . . . . . | 350 | » |
| Guisamento para as Missas de Nossa Senhora de 1852 a 1853 . . . . . | 400 | » |
| 18 quartilhos de azeite para a lâmpada de Nossa Senhora . . . . . | 1.100 | » |
| Ordenado do Irmão Zelador no dito ano . . . . | 2.400 | » |
| Gratificação ao mesmo pelo seu maior trabalho na Novena e Festa . . . . . | 600 | » |
| Conserto da lâmpada do seu altar . . . . . | 300 | » |
| Lavagem da Igreja . . . . . | 320 | » |
| 3 cantores na Novena . . . . . | 1.440 | » |
| 2 Meninas do coro . . . . . | 240 | » |
| Ao armador da Igreja . . . . . | 400 | » |
| Azeite para as luminárias da Festa e refeição para os oradores . . . . . | 425 | » |
| Compra de pregos, broxas, alfinetes e outros . . | 150 | » |
| Diversos carretos . . . . . | 640 | » |
| Aluguer e consumo de cera na Novena e Festa de Nossa Senhora . . . . . | 7.210 | » |

*(Livro para se lançar a receita e despeza da Confraria de Nossa Senhora do Carmo erecta na Igreja de São Paulo — 1847).*

## 22

## *«ANJO CUSTÓDIO»*

### *3.º Domingo de Julho*

1. Do ponto de vista teológico um anjo é um ser puramente espiritual entre Deus e o homem. Reporto-me à *Enciclopédia VERBO:* «A Escritura nada diz sobre o momento da sua criação, mas é certo

que o foram antes do homem .Os Anjos encontram-se elevados à ordem sobrenatural».

Como *mensageiros e filhos de Deus,* que são *príncipes e santos,* espontâneamente assumem os atributos e as faculdades do ser que voa — por isso se nos representam com asas.

«Embora não haja definição dogmática da Igreja, é de fé divina a existência dos *Anjos Custódios,* não só dos indivíduos (*Gen.* 48, 16; *Judite,* 8, 20, etc.) mas também das Nações».

«Conclui-se, por assimilação, que cada um tem o seu, e com razão a Igreja tem concedido, às que lho solicitam, o ofício e missa do respectivo Anjo protector».

2. D. Manuel I solicitou ao Papa Leão X a introdução do culto em Portugal por carta de 6 de Junho de 1506, mas está provado que já em 1480, o prior de Odivelas, fr. António de Castanheira, entre os ofícios litúrgicos que fundiu num só, encontrou o do *Anjo Custódio do Reino.*

O *Venturoso* tê-lo-á, portanto, sancionado e generalizado se não a todo o Reino, pelo menos a muitas cidades e vilas, às quais dirigiu uma carta em 10 de Junho daquele ano. Em DOCUMENTOS XVII transcrevemos a enviada à Câmara de Elvas.

Nas *Ordenações Militares,* liv. I, tit. LXXVIII, do mesmo Rei, determina-se: «E isso mesmo mandamos que em cada hum ano no 3.º Domingo do mes de Julho pelo dito modo: se faça outra procissão solene, para comemoração do Anjo Custódio, que tem o cuidado de nos guardar e defender, para que sempre seja em nossa guarda e defesa» (Desdobrámos as abreviaturas e actualizámos o texto).

3. A procissão saía da Sé, à qual recolhia, indo no trajecto a São Domingos. Vimos pela carta remetida ao concelho de Elvas, que nela ia a bandeira do Anjo com a legenda *Custos Regni et Oppidi,* acompanhada de todas as cruzes e a levava o alferes municipal.

Tendo-se arruinado a bandeira do anjo, o alferes passou a conduzir em vez dela o estandarte da cidade.

Cada um dos vereadores e oficiais da Câmara, juizes, provedor e corregedor da Comarca, vencia de propina 800 rs. por a acompanhar.

Escreve Vitorino de Almada: «Não sabemos ao certo o anno até que durou o uso d'esta procissão, pela circumstancia de, nos últimos tempos, se não declarar nos livros de despeza do thesoureiro do concelho singularmente cada procissão. Cremos porém que ainda se fazia no primeiro quartel d'este seculo» (Século XIX).

O mesmo investigador menciona duas verbas respeitantes à procissão: a primeira é do ano de 1504-05, de 1.272 rs. pagos a Pero d'Elvas, porteiro, «da segunda terça do seu ordenado do officio de porteiro, e temperar o relogio, e cargo das festas de Corpo de Deus, e Santa Maria d'Agosto, e Anjo Guardador»; a segunda é de 1607, de 2.000 rs. dados a Rodrigo Alonso «por tel-os pago a um caminheiro que levou uns papeis e cartas, sobre o ecclesiastico não consentir que os officiaes da Câmara fossem no couce da procissão, *domingo do Anjo*». (O sublinhado é nosso) [128].

4. ORAÇÃO DO ANJO CUSTÓDIO (o diabo a disputar com o Anjo), *As doze palavras retornadas* ou de *S. Crispim*, à qual o povo português atribui muitos milagres e que é vulgar em toda a Europa com outros nomes.

Em Portugal há várias versões, uma delas a que segue e que nos pareceu interessante reproduzir:

ORAÇÃO DO ANJO CUSTÓDIO

(O diabo a disputar com o Anjo Custódio)

— *Amigo Custódio.*
— *Custódio sim, amigo não.*
— *Dize-me as doze palavras ditas e retornadas.*
— *A primeira é que nasceu*
*Jesus Cristo em Jerusalém*
*Para nos salvar, Ámen.*

---

128 *Dicionário*, cit., II vol. p. 51.

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as duas.*
*— São as duas taboinhas de Moisés,*
*Onde Jesus Cristo pôs os pés.*
*A primeira é que nasceu*
*Jesus Cristo em Jerusalém*
*Para nos salvar, Ámen.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as três.*
*— São as três pessoas da SS. Trindade.*
*As duas são as duas taboinhas de Moisés,*
*Onde Jesus Cristo pôs os pés.*
*A primeira é que nasceu*
*Jesus Cristo em Jerusalém*
*Para nos salvar, Ámen.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as quatro.*
*— São os quatro Evangelistas.*
*As três são as três pessoas da SS. Trindade.*
*etc.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as cinco.*
*— São os cinco sentidos.*
*As quatro são os quatro Evangelistas.*
*etc.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as seis.*

*— São os seis acidentes.*
*As cinco são os cinco sentidos.*
*etc.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as sete.*
*— São os sete pecados mortais.*
*As seis são os seis acidentes.*
*etc.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as oito.*
*— São as oito bemaventuranças.*
*As sete são os sete pecados mortais.*
*etc.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as nove.*
*— São os nove meses*
*Que a Senhora trouxe*
*Seu SS. Filho no ventre.*
*As oito são as oito bemaventuranças.*
*etc.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as dez.*
*— São os dez mandamentos.*
*As nove são os nove meses*
*Que a Senhora trouxe*
*Seu SS. Filho no ventre.*
*etc.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as onze.*
*— São as onze mil virgens.*
*Az dez são os dez mandamentos.*
*etc.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as doze.*
*— São os doze frutos.*
*As onze são as onze mil virgens.*
*etc.*

*— Amigo Custódio.*
*— Custódio sim, amigo não.*
*— Dize-me as treze.*
*— Não há treze,*
*Nem cousa nenhũa.*
*Arrebenta demónio,*
*Que esta alma não é tua* [129].

## 23

### «SÃO LOURENÇO»

*10 de Agosto*

1. A Igreja de *São Lourenço ou das Almas,* que se ergue ao fundo da rua a que deu o nome (e o largo a seguir denomina-se, também, «das Almas») foi edificada no século XIV e reconstruída nos séculos

[129] *Tradições populares de Barcelos,* por A. Gomes Pereira, *in Revista Lusitana,* vol. XVI, Lisboa 1913, pág. 282.

XVII e XVIII [130]. É modesta a sua fachada, com pórtico de mármore do século XVII. «A meio da frontaria há uma janela e sobre esta um painel de azulejo polícromo, já do século XIX, com a imagem de São Lourenço, e, em dois ovais laterais, as seguintes legendas: À esquerda — S. Lourenço / Martir / este painel / foi colocado / no anno / de / 1818; à direita — Devemos / rezar / pelas almas / dos nossos / irmaos / par / a livio das / suas penas / P. N. A. M.» [131].

O corpo da igreja, de uma só nave, é também simples, mas agradável e claro. Dominando a parte superior do altar-mor, há um retábulo semi-oval, pintado em madeira, dos fins do século XVI (segundo Luís Keil), representando *S. Lourenço implorando pelas almas.*

Do conjunto destacam-se, pelo seu interesse e boa execução, as suspensões de lâmpadas de ferro forjado, arte de que havia em Elvas magníficos oficiais, como o testemunha exuberantemente o belo púlpito da igreja das freiras domínicas. São do século XVI e duas delas terminam por cabeças de bichos e as outras duas por aves estilizadas.

2. A igreja serviu algumas vezes de paróquia, v. g. 1581 (assentos de casamentos da freguesia do Salvador, na Biblioteca Municipal) e 1882. Há nela uma relíquia de São Lourenço, que pertenceu à capela de São Martinho da igreja de Santiago de Coimbra, donde foi trasladada a pedido de Fernão de Sousa de Abreu, em 10 de Junho de 1593 e se encontra numa custódia de prata (DOCUMENTOS XVIII).

A relíquia fez realmente crescer o culto por São Lourenço e passou a sair também na procissão, que anualmente se costumava fazer

---

[130] Luis Keil, no *Inventário Artístico de Portugal — Distrito de Portalegre*, I, Lisboa, 1943, p. 73, atribue a sua fundação ao século XVI, mas Vitorino de Almada (*Dic.* ms. cit.) refere pelo menos três documentos, um de 11 de Agosto de 1336, em que se chama freguesia a esta igreja, e outros de 18 de Junho de 1345 e 5 de Fevereiro de 1351. E além destes, ainda anteriores ao século XVI, dois, um de 21 de Junho de 1473, sobre um aforamento feito pelos beneficiados do Salvador, de uns pardieiros que foram lagar de azeite «cerca da igreja de S. Lourenço» e o outro respeitante ao testamento de um Henrique de Morais, de 6 de Abril de 1482, em que se manda «enterrar com seu pai em S. Lourenço».

[131] Luis Keil, *ob.* cit.

a 10 de Agosto, data em que o Santo morreu, como se sabe supliciado numa grelha aquecida ao fogo, no ano de 250. Das actas do seu martírio consta que em meio da horrível tortura, ele teve ânimo para dizer, sorrindo, aos seus algozes: «*Este lado já está assado, virai e comei*».

3. Na igreja existe, ao que parece, desde 1574, uma confraria denominada umas vezes «das Almas do fogo do Purgatório» e outras «de Nossa Senhora da Coroa». A sua existência legal é, contudo, de 20 de Fevereiro de 1586, era em que foram expedidas de Roma as letras apostólicas para a sua aprovação.

4. A 10 de Agosto realizava-se a festa a São Lourenço, que constava de Missa de manhã, sermão à tarde, Procissão pelas ruas em volta da igreja, com a imagem do santo mártir e da custódia com a relíquia; a irmandade, fiéis e uma banda de música.

À noite havia um arraial, sempre muito animado, com um concerto musical, bailes populares e até nalguns anos fogo de artifício. Ainda se fazia nos meus tempos de rapaz (hoje já vou nos 56!).

## 24

## «*SENHOR JESUS DOS AFLITOS*»

*Penúltimo Domingo de Agosto*

1. A imagem do Senhor Jesus dos Aflitos, também da muita devoção dos elvenses, pertencia à igreja do convento de São Paulo, onde tinha capela própria, a última da direita, junto da sacristia. Estava numa tribuna forrada de obra de talha dourada e além dela havia outra da mesma invocação, ali colocada em 1852 e removida em 1886 para a igreja das monjas de São Domingos, o que fez com que a este templo passassem a chamar «*do Senhor Jesus dos Aflitos*», designação que ainda se conserva.

2. A festividade que costumavam promover-Lhe no penúltimo Domingo de Agosto, consistia de Missa cantada pela capela da catedral na parte da manhã, com exposição do SS. e sermão; de tarde, sermão e procissão com as imagens do Senhor dos Aflitos, Nossa Senhora do Carmo e São Paulo. Tinha guarda de honra com a competente banda de música e percorria as principais ruas da cidade.

A frontaria da igreja era iluminada de véspera, havendo nessa noite um concerto musical. No dia da festa, logo ao romper de alva, a população era acordada por salvas de morteiros, que se repetiam à hora da Missa, no momento do levantar a Deus, e de tarde, tanto à saída como no regresso da procissão.

No largo em frente da igreja, que se conservava aberta até às 21 h. e 30 m., realizava-se um concorrido arraial, com fogo de artifício.

3. A igreja sofreu profundos estragos em virtude de uma faísca que caiu sobre o edifício em 25 de Março de 1862, derribando parte da torre sineira e a cimalha do telhado, fendendo a abóbada e destruindo quase todo o interior. O culto não se interrompeu; porém, a abóbada, no estado em que ficara, constituia grave perigo, e assim, por sentença de 11 de Março de 1886, foi denitivamente suspenso e no dia 29 trasladadas, processionalmente, para outras igrejas, todas as imagens. A do Senhor Jesus dos Aflitos ficou, como referimos no n.º 1, na igreja do mosteiro das freiras de São Domingos.

O convento, depois ocupado pelo Batalhão de Caçadores n.º 8, era o décimo na Ordem *sub título S. S. P. N. Pauli* e teve 4 edificações: 1418, 1593, 1603 e 1660.

4. Transferida a imagem do Senhor Jesus dos Aflitos para a formosa e elegante igreja quinhentista das dominicanas, em estilo octogonal e da invocação de Nossa Senhora da Consolação, continuaram os seus fiéis devotos a festejá-la como antes em São Paulo, só que na procissão deixaram de sair as imagens de Nossa Senhora do Carmo e de São Paulo, pois a primeira foi colocada na igreja de Nossa Senhora das Dores e a segunda na de São Martinho, saindo com o Senhor Jesus dos Aflitos apenas a de Nossa Senhora da Consolação e a sagrada custódia sob pálio.

Contudo, a festa que ainda se fazia ao entrar do segundo quartel deste século, foi perdendo pouco a pouco as suas características populares, estando actualmente reduzida às cerimónias no interior da igreja.

## 25

## *«NOSSA SENHORA DA PAZ»*

### *15 de Agosto*

1. Nossa Senhora, com a bela e doce invocação *«da Paz»*, venerava-se na pequena ermida de São Vicente no largo hoje «dos Combatentes da Grande Guerra» e que antes tinha o nome do santo mártir, orago da modesta mas muito alegre igrejinha.

A imagem de Nossa Senhora da Paz, escultura de madeira, estava na capela-mor, encontrando-se, presentemente, na paroquial de São Pedro, para onde aliás foram transferidas todas as outras, bem como as alfaias e objectos do culto, quando em 1927 a ermida foi demolida para se alargar o local.

2. A ermida remontava ao século XIV, o que se confirma por uma verba do testamento do padre João Durães, feito a 21 de Março de 1385: «Mando que dêm a S. Vicente 100 lb. e tenha-as João Couto, e dê-as aos mestres *como forem fazendo a igreja*».

Fora isso é citada num dos capítulos das cortes de 1436, no qual os procuradores de Elvas representaram a El-Rei a inconveniência de a comuna dos mouros da vila ter «seu fossairo em que se enterram dos muros adentro junto com o *adro da Igreja de S. Vicente*» [132].

A irmandade foi confirmada em 1820.

---

132 *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 221, cit. em *Capítulos do Concelho de Elvas apresentados em Cortes*, com um Prólogo de Pedro A. de Azevedo, Elvas — 1914, p. 16.

3. A festa não se caracterizava por qualquer motivo especial: era idêntica a outras do mesmo género. Mas tenho ante mim o programa da promovida em 1880, que nos serve de padrão: «Às 11 horas — Festividade solene, missa cantada com música vocal e instrumental, e sermão, sendo orador o revmo. sr. cónego Joaquim António Barradas, bacharel formado em teologia pela Universidade de Coimbra e pároco da freguesia de S. Pedro desta cidade.

«Às 17,45 da tarde, Sermão pelo Padre Domingos António do Carmo, pároco de Santa Maria de Alcáçova, e em seguida ladainha também por música.

«Às 9 1/2 da noite, arraial com uma brilhante iluminação, fogo de artifício pelo pirotécnico João António Marta Alpalhão, de Veiros, e música pela Banda de Caçadores 8.

«A última peça de fogo que se queimar é oferecida pelo devoto João da Piedade.

«Na forma dos anos anteriores a festividade será precedida da respectiva novena, sendo a música vocal e instrumental de toda a festividade dirigida pelo rev.º P.e Joaquim António de Mira, capelão do Forte de Nossa Senhora da Graça.

O encarregado da festividade

José R(osado) C(ruz) Nogueira

Elvas — Minerva Elvense»

Transcrevo de *«O Elvense»*, de 19 de Agosto, a reportagem jornalística da festa assinada por V. A. (Vitorino de Almada): «O arraial da Senhora da Paz esteve concorridíssimo, e facilitava muito a observação do fogo de vistas, a disposição da rua do Cano em anfiteatro; de modo que além da grande multidão que enchia o largo de S. Vicente, a rua do Cano estava ocupada até um terço por muitas famílias.

«O frontispício da igreja estava iluminado a cores; tocou, como anunciámos, a música de caçadores algumas peças acomodadas ao ouvido popular; e queimou-se o fogo apresentado pelo sr. Marta, de

Veiros, que se limitou a pouco, como não podia deixar de ser, atenta a exiguidade das esmolas que é costume tirar e, que tão distribuídas são por despesas impreteríveis.

«Foi notável a constância com que o sineiro martelou aos ouvidos dos circunstantes».

Vê-se que as esmolas eram diminutas e daí alguns anos não ser possível levar a efeito todo o programa habitual: assim em 1907. Realizou-se a festa de igreja, mas «por falta de numerário» não houve o costumado arraial de música e fogo [133].

4. No Domingo da festa, logo ao toque de Ave-Maria, era a mesma anunciada por uma salva real de 21 tiros dada por pequenos morteiros.

Era também da tradição, o general governador da Praça autorizar que as Portas de São Vicente, nas vizinhanças da ermida, estivessem abertas até à Meia-Noite.

5. Durante muitos anos, aos Domingos, saía um Terço com a imagem de Nossa Senhora da Paz, pelas ruas da cidade.

A procissão do dia da festa principal percorria, habitualmente, algumas artérias do bairro.

## 26

## *«SENHOR JESUS DAS NECESSIDADES»*

### *Agosto*

1. A imagem do Senhor Jesus das Necessidades encontra-se na igreja da Madalena ou de Nossa Senhora das Dores e é obra de 1783, tendo custado 31.700 rs. O andor em que saía importou em 8.000 rs.

---

[133] *O Liberal*, Elvas, 11 de Agosto de 1907.

São do mesmo ano as imagens de Santa Maria Madalena e São João, que custaram 17.600 rs. Na sua capela estão em nichos próprios as imagens de São Bento e São Mamede.

2. O facto de a confraria do Senhor Jesus das Necessidades datar de 27 de Setembro de 1781, pode induzir em erro quanto à fundação da Igreja, que remonta ao século XIII, sendo reedificada totalmente entre os anos de 1780 a 1796. Foi Albergaria e teve muitas rendas. Eis como a descreve o saudoso autor do *Inventário Artístico de Portugal*, que temos citado: «A frontaria é no tipo das construções da segunda metade do século XVIII, com pórtico de vêrga curva, sobre êste um janelão com frontão simples, e o todo guarnecido por decorações em alvenaria. Tem duas sineiras abertas, com dois coruchéus cada uma e remates recortados com galos de ferro forjado. Aos dois lados da porta principal, corre um silhar de azulejo azul e branco, com albarradas.

«O interior é interessante pelos curiosos trabalhos de alvenaria com que o todo é revestido. Os motivos da decoração profana alternam com emblemas religiosos; o teto tem a mesma decoração. A capela-mor e os quatro altares laterais estão pintados com imitações de mármores. Estes trabalhos de alvenaria e estuques são do artista elvense Luís José Franco, *o Santinho*.

«O púlpito é no mesmo género e colocado do lado da Epístola.

«O coro está assente sobre três arcos e tem uma grade de ferro fundido» [134].

3. A capela é um pouco posterior à confraria, mas criada esta deu-se princípio ao Terço, saindo o primeiro logo em 30 do mesmo mês. Depois é que se lhe fez o altar, tudo por iniciativa de um devoto, «que ensinava meninos nesta igreja» [135].

Com a capela, imagens de Santa Maria Madalena e São João, que como referimos importaram em 17.600 rs., resplendores, diadema, umbela, andor e sacristia se despenderam 174 mil réis.

---

134 P. 76.

135 Almada, *Dic.* ms.

Em 1782 concedeu o Papa Pio VI indulgência a quem visitasse o altar no dia da Santa Cruz ou noutro qualquer que mandasse o Ordinário.

No ano de 1866, a 21 de Janeiro, fez-se a festa ao Senhor Jesus das Necessidades pela extinção do cólera. Em 1900 foram levadas a efeito novas obras na igreja, pintando o altar-mor o artista elvense Francisco da Conceição Batereu.

4. A festividade celebrava-se geralmente no último Domingo de Agosto, mas por vezes em Setembro. Havia Missa a órgão, com sermão ao Evangelho; à tarde, sermão e ladainha e ao anoitecer saía em procissão o Terço do Senhor Jesus, e também os andores de Santa Bárbara e do Calvário. Recolhido o préstito iniciava-se o arraial tocando uma banda militar e havendo fogo de artifício.

Em 1903 tocou a Filarmónica dos Amadores Elvenses, mas em 1905 foi a Charanga de Cavalaria 1, que animou a festa com um excelente concerto.

## 27

## *«ALJUBARROTA»*

### *15 de Agosto*

1. Transcrevemos, do *Dicionário* de Almada, tantas vezes mencionado ao longo deste trabalho, o minucioso artigo que o diligente investigador da história de Elvas, dedicou à PROCISSÃO DE ALJUBARROTA:

«Em memória da grande batalha de Aljubarrota, e vitória alcançada pelo exército del Rei D. João 1.º sobre o de Castela, mandou o monarca português erigir o magnifico mosteiro da Batalha, e a exemplo da Câmara de Lisboa principiaram os povos dos diferentes concelhos a celebrar o aniversário da acção com uma procissão solene, a 14 de Agosto de cada ano.

«A procissão em Lisboa foi estabelecida durante o cerco da cidade por el Rei D. João 1.º de Castela, como se vê de um acórdão que traz

o académico José Soares da Silva, na colecção dos documentos (37.º) que juntou às *Memorias para a Vida del Rei D. João o 1.º*.

«Em virtude desse acórdão haveria de 12 a 14 de Agosto tres procissões, «por a guisa que se faz no Corpo de Deus, e com aquella solemnidade». A 1.ª ia à Trindade, a 2.ª a S. Francisco, e a 3.ª à Graça, indo nas primeiras duas todos descalços, e na última calçados.

«Foram estabelecidas estas procissões «em serviço e louvor de Deus, e em honra e louvor da sua Madre Virgem Santa Maria, à qual prougue que nosso senhor el Rei houvesse tão extremada victoria, em véspera da sua maiór e mais solemne festa, e á hora que se por todos estes Reinos seus louvores cantavam, por claramente mostrar que ella é a principal columna e defensor d'esta cidade e Reinos, em todas suas pressas e tribulações».

«Não temos pormenores sobre o modo como esta procissão de Aljubarrota se fazia em Elvas; se era ou não semelhante à que se realizava em Lisboa. Apenas encontrámos uma recomendação feita pelo visitador do arcebispado de Évora, mestre Gaspar, pregador do cardeal Infante, em acto de visita que fez à igreja de Santa Maria da Praça a 3 de Outubro de 1548, cujo capítulo diz o seguinte: «Por justos respeitos que a isso me moveram, e pelo sentir assi por serviço de Nosso Senhor, o vigairo da vara não consentirá d'aqui em diante, na procissão que se faz dia de Nossa Senhora de Agosto, levarem a imagem de Nossa Senhora em leito, da maneira que se costumava fazer; mas sómente o prior ou cura com capa, sem páleo, levará nas mãos uma imagem de Nossa Senhora, portátil». Este capítulo está a fol. 28 do respectivo livro, que se conserva no cartório do Cabido.

«A despesa que se fazia com esta procissão nos principios do século 16.º, consta do livro da receita e despesa do concelho, do ano de 1504-5, onde se lêem as verbas seguintes, que não depõem muito a favor da sobriedade de umas certas figuras que nela compareciam: «Para a festa de Santa Maria d'agosto, despeza feita por Vicente Álvares tabellião, feita por elle a xb d'agosto, para os anjos. De dous almudes de vinho, a 75 rs. o almude, 150 rs. A João Coelho, d'uma arroba e 5 arráteis de carne, a 19 rs. o arrátel, 118 rs. e meio. De 32 paẽs para comerem, 62 rs. Mais comprou Affonso Vaz porteiro, da rua de Francisco d'Azevedo, de pão 20 réis. Mais por uma cêsta de figos

20 rs. D'uma carga de lenha, para fazerem de comer, 10 rs. D'aluguér das alvas, para os anjos, 60 rs. Total 440 rs. e meio».

«Por este tempo, como vimos, chamavam-lhe festa de Santa Maria de Agosto, e ainda se lhe continua a dar o mesmo título até meados do século 17.º. Depois chamou-se-lhe indiferentemente assim, e procissão de Aljubarrota.

«É natural que, com o decorrer dos anos, ela tivesse decaído do primitivo esplendor, e passasse a aproveitar-se a festa da Assunção, no dia seguinte, para realizá-la mais dignamente, chegando talvez mesmo a perder-se a consciência da sua significação.

«Deduz-se isto do modo como já ela era denominada em 1504, e da circunstância de se ter conservado inalteràvelmente no tempo em que as coroas de Portugal e de Castela assentavam numa só cabeça; porquanto não parece de boa política celebrar-se estrondosamente uma vitória de Portugal sobre Castela, quando ambas as nações formavam uma e a mesma monarquia.

«O facto é que ainda em 1619 se realizavam em Elvas as festas de Aljubarrota, se bem que com o título de Nossa Senhora de Agosto.

«Restaurado o Reino com a aclamação del Rei D. João 4.º, parece que baixou aos municípios uma provisão para se restabelecer a comemoração da vitória de Aljubarrota onde tivesse caducado.»

Almada escreve a seguir que «Não existe este documento no Arquivo municipal», mas na verdade encontra-se a folhas 514 do Tombo 1.º, 2.ª parte e é datado de Lisboa, 12 de Junho de 1641: «Faço saber a vós corregedor da comarca da cidade d'Elvas que eu hei por serviço de Deus com que se continue a procissão que nestes reinos se costumava fazer em vésporas de Santa Maria d'agosto, por fazimento de graças da victoria que o senhor rei D. João 1.º de Boa Memoria alcançou no campo d'Algibarrota contra el-rei D. João 1.º de Castella, pelo que vos mando deis logo para isso todas as ordens necessarias nos logares d'essa comarca onde a dita procissão se costumava fazer. Cumpri-o assi».

O artigo prossegue com a referêncna a uma questiúncula entre a Câmara e o Cabido, transcrevendo um trecho da vereação de 22 de Agosto, que alude ao assunto da carta anterior: «E logo no mesmo dia, mez e anno acima escripto requereu o dito procurador ao dito corregedor, que a procissão de véspera de Santa Maria d'agosto, que sua

Magestade mandou, por uma provisão sua, que se fizesse a véspera do dia, em memoria da batalha d'Aljibarrota, e para a tal procissão deitaram pregões, se ajuntasse o pôvo com suas insígnias, e outras cousas necessarias, e mandaram a dita provisão ao reverendo Cabido e bispo para que estivessem prestes para o dito dia, estando os ditos vereadores juntos em Câmara, com as cousas necessarias para a procissão, não veio o Cabido, nem o mais clero, e se não fez; a que o dito Cabido respondeu, que o bispo mandara que o clero a não acompanhasse senão o dia de Santa Maria, e não a véspera, na fórma das procissões, e que elle se descarregaria com sua Magestade, e daria a razão por que assim o mandou, e que eu escrivão escrevesse seu requerimento, que assignou com os vereadores, etc.»

«Em 1647 já tinha cessado esta controvérsia, porque a 13 de Agosto mandaram os vereadores lançar este pregão: «Toda a pessôa que fôr obrigada a acompanhar as procissões da cidade acuda á praça com suas insígnias para acompanhar a procissão d'Algibarrota; e o que não fôr incorrerá nas penas da postura.»

«Nesta procissão, que saia da Sé pela tarde, comparecia toda a nobreza da terra e os misteres do povo, e a Câmara figurava com o seu estandarte.

«Era na igreja do convento de S. Domingos que o préstito se dissolvia; e assim se procedeu até 1709. Mas no ano seguinte suscitou-se outra questão entre cónegos e vereadores, e dela tratam alguns documentos de que o sr. dr. Santa Clara nas forneceu as seguintes cópias:

«É a primeira a representação que a Câmara de Elvas dirige a el Rei queixando-se do Cabido, e diz assim: Por carta de vossa Magestade de 12 d'agosto do anno de 1576 se ordenou, que as procissões de Corpo de Deus, Anjo, e Santa Isabel, fossem pelas ruas que o bispo com os vereadores em Câmara assentassem; e sendo esta carta tão notoria que serve de direcção para as mais procissões, se oppuzeram a ella o deão e Cabido d'esta cidade, guiando a procissão d'Aljubarrota por onde lhe pareceu, estando o senado prompto a acompanhar a procissão à igreja de S. Domingos, onde o Senhor está exposto, e sempre foi desde tempo immemorial a esta parte, cuja acção por gloriosa, a não deviam encontrar; o que de presente fizeram, querendo que a Câ-

mara os siga nas procissões a seu parecer, sendo estas d'este senado, o que o mesmo não quiz fazer em observancia da ordem referida. De que nos pareceu dar conta a vossa Magestade, que mandará resolver o que lhe parecer mais conveniente ao seu real serviço, e observancia das ordens de vossa Magestade, que.Deus guarde. Elvas, escripta em Câmara de 16 d'agosto de 1710. — João d'Andrade Pimentel, João Valente Mendes, António Dourado d'Oliveira, Pedro Mexia Foito, Manuel Bulhão Baracho, Bartolomeu Álvares Relvado».

«El Rei D. João 5.º, por carta de 25 de Agosto de 1710, mandou que o auditor geral da gente de guerra da província do Alentejo informasse sobre esta representação.

«Se se fez logo a diligência, esteve de certo parado por muito tempo o processo, visto que só depois de 1711, talvez em 1714, foi ouvido o Cabido, o qual deu esta informação, que consta da segunda cópia, do teor seguinte: «O que se offerece dizer ao Cabido sobre a menos bem fundada queixa dos ministros e Câmara d'esta cidade, por ser o caso muito diverso do que expressaram na carta que escreveram a sua Magestade, que Deus guarde, é que, costumando ir a procissão geral que se faz cada anno no dia 15 d'agosto, pelo bom successo que tiveram as armas portuguezas na batalha d'Aljubarrota, á igreja dos frades de S. Domingos, mandou o sr. bispo, que a tal procissão viesse recolher-se á Sé, por evitar os inconvenientes d'achar o Cabido o anno de 1708, e ter achado outros annos, os assentos em que costumava assentar-se occupados com seculares; o que já em outro anno tinha suscitado desordens, que, por serem em igreja isenta, se não podiam fàcilmente remediar, e juntamente por ser incongruente finalisar-se a dita procissão com suffragios funeraes pela alma do senhor Rei D. João o 1.º em a dita igreja, e na mesma capella em que, por occorrência da festa particular, estava o Senhor exposto.

«Nem obsta dizerem os ministros da Câmara que os prelados antecessores do sr. bispo tinham ajustado com elles, por ordem de sua Magestade, a igreja e ruas por onde algumas procissões haviam d'ir; porque, dado que a tal determinação fosse feita, não obsta para que o sr. bispo em matéria que a elle lhe pertence, determine o contrario por justos motivos, fazendo-o saber aos officiaes da Câmara ,como se fez, e elles não impugnaram, vindo assistir na Sé ,onde dous annos

mandaram prevenir assentos para se assentarem n'ella ao finalisar-se; o que deviam advertir, para que no anno de 1711, estando esperando a procissão na praça, a não mandarem guiar para a igreja dos frades de S. Domingos; o que não consentiu o Cabido, em observancia da ordem do ill.mo sr. bispo, a qual sem contradicção se tinha praticado, e para não se separarem da procissão com as bandeiras dos officios, dando um notorio escândalo a esta cidade, pelo qual deviam ser severamente advertidos.»

«El-Rei tratou de congraçar ambas as partes, e para persuadi-las a uma concordata, fez expedir a carta seguinte, que tem a data de 6 de Abril de 1714, e está o original no 7.º livro de *Próprias*, no Arquivo Municipal, a fol. 310: «Juiz, vereadores e procurador da Câmara da cidade d'Elvas. Eu el Rei vos envio muito saüdar. Foi-me presente a dúvida que entre vós e o Cabido se moveu ácerca das procissões, que uns e outros acompanhaes e me pareceu dizer-os escolhaes igreja certa e determinada para se terminar a procissão que em 15 d'agosto se faz pela victoria da batalha d'Aljibarrota, de que se fará termo para não vir mais em dúvida esta questão.».

«Em consequência, a 4 de Junho de 1714, na igreja de Santa Maria dos Casados se celebrou uma composição entre o Cabido e o Senado da Câmara, com respeito à determinação das igrejas aonde deviam ir as procissões sobre que tinham dúvidas. Foi delegado do Cabido o dr. provisor Manuel Álvares Miguéis, cónego magistral, e pelo Senado o dr. João Luis da Silva, vereador.»

Acordaram que a procissão de *Aljubarrota* terminasse na igreja da Misericórdia; a da *1.ª Ladainha de Maio* na do Salvador, e as de *S. Marcos* e do *Anjo Custódio* na Sé.

«Foi lavrada a escritura pelo tabelião Bento Canhão Maio. Assim terminou por uma vez esta questão, observando-se até ao ano de *1833, último em que se fez a procissão de Aljubarrota*, a prática de se desfazer o préstito na igreja da Misericórdia» (136).

2. Passando nós uma busca nos livros das vereações, deparámos com um curioso apontamento referente à procissão de 14 de Agosto

136 Tomo I, cit. p. 303/305.

de 1606, a fls. 110 v.º do respectivo livro: Os vereadores presentes determinaram que na procissão fosse a bandeira da Câmara diante das cruzes e a municipalidade atrás do pálio, «como sempre d'antigo se costumou». Dantes a bandeira ia detrás, mas em Évora, Lisboa, Coimbra e Santarém ia adiante e nesse sentido tinham pedido a El-Rei concessão, e como não haviam ainda recebido resposta deliberaram então fazer a mudança.

Na mesma sessão resolveu-se que quando o Juiz, algum dos vereadores ou o procurador faltassem à procissão seriam multados em 500 rs. (metade para o acusador e metade para a obra do Aqueduto da Amoreira) e dois anos de degredo para África — pena que, indiscutìvelmente, até para o espírito do tempo, era exageradíssima, mas que serve para se poder aquilatar da importância e do respeito concedido às procissões, cuja grandeza foi decaindo ano após ano.

Já Sousa Viterbo, nos fins do século passado o notara com tristeza: «As procissões históricas, como a que comemorava a batalha de Aljubarrota, perpetuaram-se na tradição, mas hoje estão completamente obliteradas, o que mostra o esmorecimento da crença religiosa e da crença patriótica. O indiferentismo vai fazendo tábua rasa de todas estas saudosas manifestações do passado» (137).

## 18

## *NOSSA SENHORA DAS DORES OU «DA MULINHA»*

### 1.º Domingo de Setembro

1. A festividade em honra de Nossa Senhora das Dores, lindíssima imagem esculpida em madeira, que se realiza na sua encantadora igreja no largo do mesmo nome, não mereceria uma referência especial se não fosse a curiosidade que sempre despertava a procissão por nela sairem sete andores e num deles a Santíssima Virgem montada numa mulinha de madeira.

---

137 Artigo in *Revista Lusitana*, vol. e p. cit.

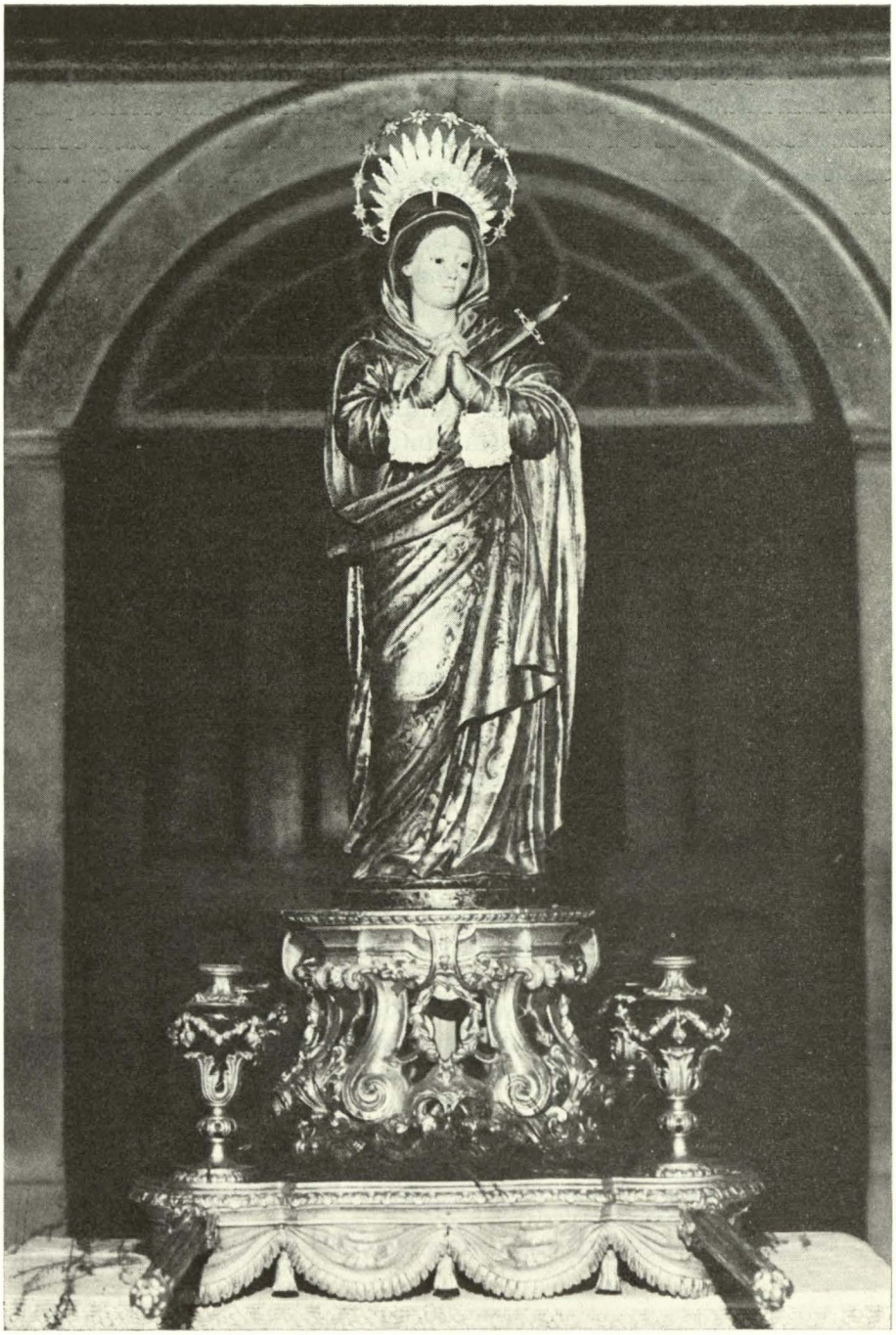


*Fig. 6* - Nossa Senhora das Dores

2. A igreja denominou-se primeiramente «*da Madalena*», cuja confraria remontava a 1570 e pômos o verbo no pretérito-imperfeito porque a administração dos bens da irmandade foi *anexada* à de Nossa Senhora das Dores em 24 de Abril de 1835 e desde então o templo passou a ter a actual designação [138].

A confraria de Nossa Senhora das Dores é de 1780 e além das imagens — todas formosíssimas — que saem na procissão, há uma outra, de cera e de rara beleza, que em 1865 foi posta, ignora-se por quem, na mesa das esmolas. O interessante facto vem referido num periódico contemporâneo, *A Voz do Alemtejo,* em seu n.º de 10 de Setembro daquele ano, donde o termos por verídico. A pequena imagem, — constituída só pelo busto — que está num modesto oratório na sacristia, é, realmente, uma preciosidade e tem muita devoção.

3. A festa começava de manhã, com Exposição do SS. à adoração dos fiéis, seguida do ofício da Missa, com música vocal e instrumental. A igreja apresentava geralmente um bonito aspecto, ornamentada a primor.

Em 1876 a capela foi a dos padres Mira e Franco, pregando o reverendo capelão da Artilharia 2, padre Tomás Rosado, «que, apesar de há muitos anos não subir à tribuna sagrada, mostrou os recursos oratórios de que dispunha, quando mais moço» — conforme um jornal da época [139].

Pelas 4 h. e 30 m. ou 5 horas saía a procissão, pela seguinte ordem: 1) *Pendão de seda branca,* com a imagem da Virgem, pendão que desde há muitos anos figura também na Procissão dos Pendões, em 20 de Setembro, por ocasião das centenárias festas em honra do Senhor Jesus da Piedade; 2) *Apresentação do Menino no Templo,* com o bispo (sic!) Simeão, o velho sacerdote a quem o Espírito Santo revelara que não morreria sem ver o Filho de Deus, o Menino Jesus, Nossa Senhora e São José, e um casal de rolas à frente, dentro de uma pequena e graciosa

---

138 Vide António Tomás Pires, *Estudos e Notas elvenses - X - Investigações históricas,* Elvas — 1915, p. 11.

139 *Jornal da Noite,* Lisboa, n.º 1721, de 6 e 7 de Setembro de 1876.

gaiola engrinaldada com fitas; 3) *Fuga para o Egipto* — NOSSA SENHORA DAS DORES montada numa mulinha de madeira, com o Menino Jesus nos braços, e São José — andor tradicionalmente conduzido pelos carpinteiros da cidade e enfeitado com quatro palmitos de flores artificiais feitos e oferecidos por devotas. Nossa Senhora levava um ramo de flores a ouro e prata, a guarnecer a espada cravada no Seu peito; 4) *Perda do Menino Jesus,* andor vulgarmente conhecido por «da Montanha» e «dos Bem-casados»; 5) *O Encontro* — o Senhor Jesus dos Passos e Nossa Senhora; 6) *O Calvário* — o Senhor Jesus das Necessidades (que, como vimos no capítulo 26 também tinha Festa e Procissão), a Virgem dolorosa e São João Baptista; 7) *A Descida da Cruz* — o monte Calvário, com a cruz ao alto e Cristo, já descido, no sopé, nos braços de Sua excelsa e amargurada Mãe. É o andor de maior peso, sendo levado por 6 homens (todos os outros por 4 cada um); 8) NOSSA SENHORA DAS DORES, imagem de extraordinária perfeição, num magnífico andor de talha dourada; 9) *Pálio* com o Santo Lenho, acompanhado da comunidade da Catedral, com pluviais, Guarda de honra militar, com a respectiva banda de música, e os fiéis a fecharem o préstito.

No citado ano de 1876 serviu um rico pálio da Confraria do Rosário, que havia 42 anos não aparecia em público e que, por deferência da Mesa da Irmandade fora emprestado para a procissão, uma das mais concorridas e mais bem organizadas do seu historial.

À noite realizava-se o arraial, com leilão de fogaças, cujo produto se destinava a custear as despesas com a festa, e a igreja mantinha-se aberta até cerca das 24 horas.

4. A festividade raramente deixou de se fazer, mas após a proclamação da República a procissão, além de perder a pompa de que se revestia, acabou por não ser incluída no programa.

Em 1933, o Corpo de Salvação Pública (Bombeiros Voluntários) promoveu umas festas em honra dos Santos populares e como o local escolhido foi o do Largo da *Madalena ou Largo Fontes Pereira de Melo* e hoje *do Dr. Salazar,* onde tinha o seu quartel, e contígua ficava a igreja de Nossa Senhora das Dores, os seus dinâmicos directores tiveram a feliz ideia de levar a efeito a antiga procissão, embora sem a grandeza de outrora e em data que não condizia com a tradição, o que,

evidentemente, em nada diminuiu o seu interesse, sendo a iniciativa até muito de louvar.

Neste ano de 1969 metemos nós ombros a revivê-la dignamente, com o concurso e o carinho da população e dos devotos da Santíssima Virgem. Sem vaidade julgamos haver alcançado o nosso objectivo e a propósito peço licença aos meus leitores para abonar as minhas palavras com um artigo vindo a lume no jornal LINHAS DE ELVAS, de 13 de Setembro.

*«Renascendo das próprias cinzas ... Com entusiasmo e devoção a cidade viu passar a esperada Procissão da «Mulinha» — A Fé e o respeito constituiram a nota dominante em todo o percurso.*

«Constituiu assinalado êxito o restabelecimento da velhíssima tradição de organizar o cortejo religioso com as figuras que antigamente tomavam parte na procissão de Nossa Senhora das Dores ou «da Mulinha».

«Tal como outrora, também desta vez e ao cabo de muitos anos de interregno o povo acorreu em massa às ruas do percurso, presenciando em rigoroso silêncio a passagem das imagens que mãos de artista esculpiram há centenas de anos com sentimentos de fervorosa devoção.

«Os sete andores desfilaram ante a curiosidade geral, despertando grande interesse o pequeno porte e a beleza das figuras. Trata-se de um grupo escultório de grande valor, que durante cerca de 33 anos esteve, apesar de guardado, à mercê da bicharada e do pó.

«Graças à acção e interesse do Conservador do Museu elas vieram agora para a rua, depois de um aprimorado restauro. Algumas das vestes tiveram de ser confeccionadas de novo, respeitando-se, no entanto, a sua traça antiga.

«Depois da celebração da Missa solene, dita pelo Vigário da Vara, sr. Cónego Joaquim Augusto da Silva Cerca, acolitado pelos reverendos padres Gonçalo e Eugénio, saiu a procissão, levando à frente o pendão de Nossa Senhora das Dores. Após os sete andores ia o Pálio com o Santo Lenho. Aos lados a Guarda de honra por soldados do CICA 3, com lanças e atrás as autoridades civis e militares da cidade. A Banda 14 de Janeiro e uma força do Batalhão de Caçadores 8 sob o comando do alferes Ganchinho, fechavam o cortejo.



Fig. 7 - Nossa Senhora «da Mulinha» com o Menino Jesus nos braços, e ao lado S. José

«À noite realizou-se um arraial na Praça Salazar, executando aquela Banda um bonito concerto. Procedeu-se ainda à venda de fogaças, entre elas e como antigamente era costume, grandes melancias de 15 quilos.

«A procissão da «Mulinha» foi, pois, uma bela e comovente cerimónia, desenterrada com o esplendor e dignidade dos seus antigos tempos, envolvendo todos os que a ela assistiram num harmonioso passeio de espiritualidade através do Passado.

«Pela mão de Eurico Gama, nosso prestimoso colaborador, que não se cansa de reclamar para Elvas o que a Elvas pertence, acompanhando de perto e de longe todos os seus movimentos ,a procissão saiu e, com ela, um tradicionalismo que não pode deixar de interessar vivamente todos os elvenses, percorreu a cidade, fazendo sair da sombra e do seu sono profundo de centenas de anos, o *espírito* que noutras eras animava aquela vigorosa manifestação de culto exterior.

«A energia bairrista daquele nosso ilustre colega de imprensa, que, longe de afrouxar, pelo contrário, cada vez se eleva no céu da sua e nossa terra, com mais força e sentido positivo, conseguiu organizar com pleno sucesso, um dos mais belos, mais coloridos e expressivos actos religiosos a que temos assistido. Elvas esteve nesse tarde mais alegre e luminosa, os seus habitantes acorreram em massa, agradàvelmente surpreendidos, a contemplar em todos os seus magníficos detalhes de bom gosto e fina arte, a Procissão «da Mulinha« e o seu histórico significado.

«Repetimos que foi um êxito, em que todos nos sentimos arrebatados pela maneira perfeita como decorreu. Nem uma falha a entoldar a magnificência do acontecimento. Tudo em ordem. Nem um só defeito a apontar. E muitas virtudes a exaltar. A população gostou. Deu a sua colaboração. Disse que sim ao organizador, à sua paciência, à sua perseverança, aos seus elevados sentimentos estéticos, à sua entranhada dedicação bairrista.

«Eurico Gama — e com toda a razão! — deve ter vivido um dos mais emotivos e formosos momentos da sua vida. Está na legítima posse de mais um dos seus melhores triunfos.

«Aceite os parabéns da cidade inteira! A procissão de Nossa Senhora das Dores — a sua *miraculosa ressurreição* — foram obra única

e exclusivamente sua. Proporcionou-nos um dia feliz, um dia festivo. Obrigado Eurico Gama!».

5. Em Elvas, quando uma parturiente sente prolongar-se o seu estado, *pega-se* com Nossa Senhora das Dores; manda que se tanjam nove badaladas no sino da Igreja da mesma Senhora e que lhe tragam um colar, que à dita imagem pertence, a fim de o pôr em volta do pescoço. O colar tem enfiadas 130 contas e uma medalhinha formada por uma pedra quase elíptica, e por 12 mais pequenas rodeando-as, todas engastadas em prata [140].

Mas isto era há coisa de um século!

## 29

## *NOSSA SENHORA DA GRAÇA*

8 de Setembro

1. No cume da Serra hoje denominada «*da Graça*» e onde está o forte do mesmo nome também conhecido por «de Lippe», foi fundada no século XIII uma ermida sob a invocação de São Domingos, a qual teve anexo um simulacro de convento. Quando, em 1267, os frades prègadores desceram o monte para virem levantar o Mosteiro, parte do qual é hoje ocupada pelo Regimento de Lanceiros 1, passou a chamar-se S. Dominguinhos» àquela casa em que primeiro estiveram, porque era de reduzidas proporções comparada com a nova e magnífica fábrica. A eminência tomou alternativamente o nome de *serra de S. Domingos* e *serra de S. Dominguinhos*, título que se lhe conservava no outeiro vizinho, ainda nos princípios do século XIX, passando o mais elevado, aquele em que havia a ermida, a chamar-se alguns anos depois, «*de Nossa Senhora da Graça*», porque também à dita ermida, quando reconstruída quase desde os fundamentos, se mudou o orago.

---

140 Tomás Pires, *Investigações ethnographicas, in Revista Lusitana*, Lisboa — 1908, p. 257.

*NOTA* — É mais do que justo dar aqui o devido relevo à infatigável e valiosíssima colaboração que me foi prestada pelo dedicado sacristão de Nossa Senhora das Dores, sr. Henrique Barreto. Sem ele nem teria sido possível organizar a Procissão — E. G.

A reedificação deveu-se à família dos Gamas, mais concretamente à bisavó do navegador, Catarina Mendes, casada com Estevão Vaz da Gama, de quem «ficou viuva de 18 annos, creou seus filhos em tão bons costumes que era exemplo dos seus contemporaneos. Não sofreu o animo desta piedoza matrona se acabasse de arruynar a caza de S. Domingos da Serra, que havia quasi 12 annos não era frequentada; mandou reedificar, e acrecentar aquella hermida com alojamentos bastantes, cisterna, e outras officinas de bons materiaes, como convinha para resistir aos rigorosos temporaes que curssão naquelle sítio, nelle colocou a Imagem de Nossa Senhora que intitulou de Graça ...» [141].

Ocorriam estes sucessos no primeiro quartel do século XV, e tornando ao mesmo autor do trecho antecedente: «obrou Deus alguns milagres por intercessão desta sagrada imagem, creceu a devoção, e concursso, e a serra antes cheia de barças, e matos, a forão os moradores rompendo, e ficou hum fermoso bosque de oliveiras.» [142].

2. No século XVII, quando os castelhanos punham cerco à cidade no Outono de 1658, «derão princípio a hum Forte, que circundava a Ermida, donde começarão a jogar duas peças de artilharia contra a Praça ,que só os telhados das cazas offendeu» [143].

Por fim, ao espírito perspicaz do conde de Lippe, que viera para Portugal no reinado de D. José, não escapou o valor estratégico do lugar e nele deu começo, sob seu projecto, ao Forte que durante alguns anos foi designado pelo seu nome. A grandiosa obra principiou em Julho de 1763 sob a direcção do engenheiro francês Mr. Étienne, mas transferido este pouco depois para a Alemanha, foi substituído pelo seu compatriota engenheiro Guilherme Luis António de Valleré.

---

141 Aires Varela, *ob.* cit., p. 105/106.

142 Id. id. p. 106; e *Documento de S. Pedro*, de 4 de Setembro de 1488: Serra de S. Domingos — que vimos pessoalmente; Almada, *Dic. ms.* e António Tomás Pires, *Estudos e notas elvenses — XIII — Excerptos de um estudo sobre a toponymia elvense*, Elvas — 1931, p. 101/102, reprodução de um trabalho publicado inicialmente no *Correio Elvense*, a partir de 20 de Fevereiro de 1910.

143 Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, tomo III, parte II, liv. I, Lisboa MDCCLI.

Durante os trabalhos encontraram-se os vestígios do antigo e minúsculo Convento, os quais, bem como a ermida, foram demolidos por motivo da obra projectada, sendo a imagem de Nossa Senhora depositada, a título provisório, na paroquial de Santa Maria de Alcáçova, do que nos dá notícia uma acta da vereação do Senado de Elvas, com data de 20 de Agosto de 1763: «E logo mandaram lançar pregão que o porteiro deitou no dia 18 d'este mes d'Agosto por mandado dêste Senado, que por não ser dia de vereação, e succeder accidentalmente assim, o mandara, como agora, lançar aqui para que toda a pessoa que vivesse na rua da Cadeia, Carreira, e Praça limpassem as ditas ruas, e armassem as janellas para passar a procissão de Nossa Senhora da Graça, que se transmutou da Serra da Graça para a freguesia d'Alcaçova, e que quem o não fizesse pagasse dous mil reis de cadeia».

3. A imagem voltou à sua nova morada no Forte da Graça, cuja descrição é, em termos sucintos, esta: o reduto interior da fortaleza compõe-se de uma casa subterrânea (cisterna), de dois pavimentos, o terrapleno e sobre ele a residência do Governador. No 1.º pavimento está a capela em forma de cruz, cujos braços cortando-se no centro em ângulo recto, vão terminar nos redondos, em cada um dos quais se abre uma grande porta de serventia para o fosso que circunda o reduto, e ficam fronteiras às portas de comunicação para a galeria.

No centro da cruz fica a capela de forma circular de 6 metros de diâmetro por 7 de altura, terminando por uma bonita cúpula, na qual se abrem quatro elegantes tribunas de forma elíptica, que correspondem aos quatro arcos dos braços da cruz. É no meio desta capela que se encontra o altar-mor e nele estava a formosa imagem de Nossa Senhora da Graça, havendo mais dois laterais, um dedicado a Santo António e o outro a Santa Bárbara [144].

De uma outra *Descripção do Forte de Nossa Senhora da Graça,* extraída em Dezembro de 1876, pelo major José Maria Pereira de

---

144 Seguimos a descrição, que vem no *Arquivo Transtagano,* Elvas, IV ano, 1937, p. 22, em artigo firmado por M. J. M. (iniciais que julgamos corresponderem a Manuel Joaquim Miranda, interpretação inédita e para a qual temos, a nosso parecer, bons argumentos).

Almada, do relatório feito pelo General Carlos de Barcelos Machado, transcrevemos o seguinte: «A instituição d'esta capella impõe a condição de se dizer todos os sabados uma missa no altar da mesma Senhora, o que deixou de ter lugar desde 1870; assim como deixou de concorrer, o dito administrador (D. António Pessanha), para a festividade que por muitos anos se fez á mencionada imagem a 8 de Setembro, também desde o mesmo anno. Tinha Capellão militar, porem foi suprimido em 1869, havendo contudo um presbytero, que celebra missa em todos os dias santificados, sendo também encarregado de desobrigar os militares aqui existentes, pelo que percebe 144$000 réis annualmente [145].

4. Em 1931, sendo governador do Forte, o capitão Manuel Joaquim Trindade Rijo, foram trasladadas para a capela de São Francisco, em Vila Boim, as imagens, de *Santa Bárbara,* de grandes dimensões e bem estofada e a de NOSSA SENHORA DA GRAÇA, encerrada numa maquineta dos fins do século XVIII e com base do mesmo género.

O culto estava então extinto na capela do Forte, mas hoje que se encontra restabelecido, impõe-se que as imagens voltem à sua verdadeira casa, onde tem tradições — voto que formulamos na esperança de o ver concretizado em breve e com a respectiva festa a 8 de Setembro.

5. Nossa Senhora da Graça tinha, pois, a sua festividade, em Elvas, a 8 de Setembro de cada ano, havendo Missa e Sermão como era costume, mas quanto à procissão apenas sabemos que ela se realizou em 1739 e por sinal com singular pompa.

O facto da primitiva ermida se situar a 3 kms. da cidade e de caminho pouco fácil nesses tempos, justificaria que a festa se resumisse às cerimónias no interior da capela, bem como depois que no local se construiu a imponente fortaleza, reservada a fins estritamente militares. Mas no ano referido, ignoramos porque motivo plausível, a população de Elvas deliberou homenagear Nossa Senhora da Graça com uma procissão que ficasse a atestar pelos séculos fora a sua profunda devoção. E na realidade o que se passou nesse dia na velha fortificação raiana, foi qualquer coisa de maravilhoso, tão maravilhoso que difícilmente poderia repetir-se e hoje nos parece impossível reconstituir.

---

145 *O Forte da Graça,* por Domingos Lavadinho, Elvas — MCMXXIX, p. 98/99.

Graças à previdência de um *anónimo* o memorável acontecimento ficou registado num folheto impresso, de 36 páginas, do qual se guarda um exemplar na Biblioteca Municipal de Elvas e cremos que poucos mais haverá no país. Por nossa vontade transcrevê-lo-iamos todos, mas a procedermos assim, até onde iria este volume? Ficamos então só com o desejo, mas de um resumo é que não nos dispensamos.

6. O folheto tem por título: *EXTRACTO, / ou / breve compendio / do apparato, e procissão solemne, / com que a Irmandade de N. S. da Graça da sempre / nobre, e illustre cidade de Elvas, com todo o / empenho, grandeza, lustre, e devação celebra / entre jubilos de alegria a Festa da mesma S. / no dia de seu nascimento em 8. de / Septembro deste prezente Anno / de 1739.* Evora, / na officina da Universidade. Anno de 1739. / Com as licenças necessarias.»

A narrativa é demasiado prolixa, como aliás era usual, prendendo-se com muitos pormenores e abusando da hipérbole e de citações bíblicas, por isos vamos limitar-nos ao que temos por essencial, até para não cairmos no mesmo pecado ...

Na frente da sumptuosa procissão marchavam 3 cavaleiros, dois tocando clarins e um atabales; seguiam-se as figuras de cavalo, cada uma precedida de 2 palafreneiros vestidos à mourisca e representando as 5 Províncias em que se dividia Portugal: Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura e Alentejo, cada uma com emblemas; depois outra figura representando a vila de Avis, de que Nossa Senhora da Graça é padroeira: levava as armas da povoação, uma cruz verde com remates de flor de lís e emblema; continuava a figura de Elvas, vestindo de armas brancas por ser Elvas corte militar; na cabeça, sobre o capacete um cocar de plumas brancas, nas mãos um estandarte e um escudo. Seguia-se outra figura simbolizando a Irmandade da Senhora da Graça e uma outra, a da Natividade, representando o nascimento de Nossa Senhora. Logo as 3 Graças, com os seus distintivos; as figuras de Bersabé, Michol, Absalão, o rei Salomão, com ceptro e coroa, «e não tem pouco que admirar os olhos a rica, e lustroza Toga com que brilha, á qual serve de botão hum broche ornado com preciozos diamantes». A Salomão acompanhava a figura do rei David, seu pai, também magnificamente vestido. O grandioso cortejo prosseguia

com a figura da Graça, trajando de encarnado e branco, «para significar, que a Senhora à candura da pureza ajuntou a púrpura da Graça»; logo após diversas figuras a pé, a primeira das quais a Fé, de branco imaculado, com venda nos olhos, a segunda a Alegria, levando na mão direita uma cítara, «sinal do gosto, e alegria, com que a Nobre Cidade de Elvas com gloriozo, e magnifico triunfo applaude hoje á Virgem Senhora da Graça, cauza de toda a nossa alegria»; a terceira, a Virtude; quarta, a Liberalidade. Seguiam-se, por sua ordem, as 12 tribos de Israel ,com muitos símbolos; outras 2 figuras a cavalo representando dois Mercurios, com asas e mais insignias, e um carro triunfal, admirável na sua arquitectura: um monte (o da Graça, onde se levantava a ermida) e sobre ele um majestoso trono cercado por 14 anjos cada qual apresentando um texto das Escrituras. Na base do trono quatro animais simbolizando as quatro partes do Mundo e no alto de uma nuvem sobre um globo a imagem de Nossa Senhora da Graça, «rica, e preciozamente ornada».

E ao longo deste acompanhamento, que pareceria irreal, 15 andores repletos de flores, com as imagens de Santa Catarina, Santa Luzia, Santa Maria Madalena, A Anunciação S. João de Capistrano, S. Bernardo, Santo António, São Tomás de Aquino, São Vicente Ferrer, a Apresentação da Senhora no Templo, São João Baptista, o Menino Jesus, São Joaquim e Santa Ana, São José e NOSSA SENHORA DA GRAÇA. Como remate, o Clero, o SS. debaixo de pálio, pegando às varas 6 presbíteros com brilhantes capas de asperges; adiante do pálio 6 anjos, quatro com turíbulos e os outros com navetas.

«Finalmente» — assim termina o anónimo autor a sua minuciosa reportagem — «dezejando esta nobre, e illustre Corte militar de Elvas fosse esta solemnidade em tudo adequada, e em nada diminuta, para que não ficasse no Lethes do esquecimento, em obzequio da Senhora e maior augmento da devação, quiz, sem perdoar a dispendios, encomendar á curioza Posteridade por beneficio da estampa as memorias de tão santos applauzos, e demonstraçoens festivas».

Modesto número da «curioza Posteridade», aqui consigno, à memória do ignorado autor, as minhas homenagens e o meu mais sincero *bem haja* pelo seu fiel e detalhadíssimo relato de tão faustosa procissão.

# EXTRACTO,

OU

# BREVE COMPENDIO

DO

APPARATO, E PROCISSAÕ SOLEMNE,

Com que a Irmandade de N. S da Graça da ſempre Nobre, e Illuſtre Cidade de Elvas, com todo o empenho, grandeza, luſtre, e devaçaõ celebra entre jubilos de alegria a Feſta da meſma S. no dia de ſeu Naſcimento em 8. de Septembro deſte prezente Anno de 1739.




EVORA,

Na Officina da Univerſidade. Anno de 1739.

*Com as licenças neceſſarias.*

*Fig. 8* - Reprodução do frontispício do Extracto, ou breve compêndio ...

## 30

## «NOSSA SENHORA DA NAZARÉ»

*8 de Setembro*

1. Saindo de Elvas pelo Viaduto da *Nova Porta de Évora,* ao Poente da fortificação, inaugurado em 18 de Julho de 1951, encontra-se, na pequena elevação do lado direito, que constitui um óptimo miradouro, uma singela, mas bonita ermida em forma circular, denominada do *Santo Calvário,* mas que, sobretudo a partir de 1737, passou a ser mais conhecida por de NOSSA SENHORA DA NAZARÉ.

2. Fundada em 1592, foi demolida em 1811, por imperativos (!) de ordem militar, indo as imagens para a igreja das monjas domínicas. Igual sorte tiveram outras edificações situadas no Rossio do Calvário, antigo Campo de São Sebastião, as quais, no entender dos engenheiros ingleses que estavam na Praça, prejudicariam a defesa da cidade caso se registasse um assalto das forças francesas da guarnição de Badajoz.

Vivia-se ainda o período das Invasões napoleónicas e todos os cuidados — mesmo os mais excessivos — eram poucos, pelos vistos!

Passada, porém, essa crise, derrotados os exércitos do corso, aliás bravos em todo o sentido da palavra, nas *Linhas de Torres,* e sacudidos definitivamente da Península, a Paz tranquilizou os espíritos, pelo menos quanto a um ataque do estrangeiro, e em 1814 os mesários da Confraria do Senhor Jesus dos Passos requereram ao Príncipe Regente autorização para reedificarem o edifício «como era antes», «obrigando-se a tornar a demoli-lo quando por infelicidade aconteça um igual motivo porque o foi, o que Deus não permita» [146].

A licença foi concedida por Portaria de 15 de Novembro de 1815 sob condição de ser construída «com parede de fraca consistencia», para fàcilmente voltar a ser arrazada se as circunstâncias o exigissem. No entanto, só decorridos dois anos ficou a obra pronta, tendo diri-

---

[146] *A Ermida de Nossa Senhora da Nazaré,* pelo major José Baião, *in Jornal de Elvas,* n.º 1.196, de 9 de Agosto de 1951.

gido os trabalhos o mestre de alvanéu, Diogo Coelho, e regressando as imagens processionalmente.

Na luta civil de 1846-47 esteve novamente ameaçada de demolição, tendo a engenharia da Praça chegado a pronunciar-se nesse sentido, conforme nos informa o sr. major José Baião no citado artigo do «*Jornal de Elvas*».

3. Embora desde os primeiros anos da sua fundação a ermida seja por vezes mencionada pelo título de *Nossa Senhora da Nazaré*, a verdade é que essa denominação só teve carácter definitivo depois de 28 de Abril de 1737, devido à mudança da imagem da igreja do convento de São Paulo para a do *Santo Calvário* e já vimos que o mesmo ocorreu com a igreja de *Nossa Senhora da Consolação*, das freiras de São Domingos, que perdeu essa designação em favor da de *Senhor Jesus dos Aflitos*, quando esta imagem para ela foi transferida, também da igreja dos Paulistas.

A trasladação na data mencionada fez-se com todas as honras, em luzida procissão, tendo havido sermão em São Paulo e salvas de artilharia [147].

Durante muitos anos realizava-se no dia 8 de Setembro a festividade nesta igreja, havendo à noite arraial com banda de música e também quando o orçamento o permitia, fogo de artifício.

Um dos momentos altos da festa era o da venda de fogaças — frangos, galinhas, melancias e um opulento cacho de uvas da horta de São Paulo — assim apregoado pelas ruas da cidade: «*Há quem dê mais por esta fogaça a Nossa Senhora da Nazaré?*» As que não encontravam comprador leiloavam-se depois no adro da ermida.

À tarde havia sermão e Ladainha, sempre com a maior concorrência de devotos. Depois, o culto foi esmorecendo e a tal extremo, que a igreja passou a abrir apenas no dia da festa.

4. Em 1967 o Prelado eborense mandou proceder a uma remodelação paroquial, que provocou acesas controvérsias em toda a dio-

147 O facto foi registado pelo fidalgo elvense João do Quintal Lobo, nos seus curiosos *Diários*, 3.ª parte, *in* Biblioteca Municipal de Elvas.

cese. Na cidade de Elvas a ermida de Nossa Senhora da Nazaré foi desmembrada da paróquia de Nossa Senhora da Assunção (Sé) e integrada na nova paróquia de Santa Luzia, estando até ao momento em que escrevemos, a servir de sede paroquial.

Desta forma, a festa principal — aqui são os homens a dispor ... — é agora a 13 de Dezembro, dia de Santa Luzia.

5. O erudito fr. Agostinho de Santa Maria, nem sempre isento de fantasia, escreveu a seguinte memória sobre a *«milagrosa Imagem de nossa Senhora de Nazareth, que se venera na Ermida do Calvario»:* «Extramuros da Cidade de Elvas para a parte do Occidente se vê a Ermida & Santuario de nossa Senhora de Nazareth, casa antiga, que na fabrica mostra passar de duzentos annos, & ser das fabricas do tempo del Rey Dom Manoel, que morreo no anno de 1521. Em huma memoria se acha fazerse a Igreja do Calvario em o campo de São Sebastião no anno de 1592 & esta he a noticia mais larga que se descobre. He rotunda, & faz dentro de diametro trinta palmos; a porta principal, que faz frente ao Altar que he unico, & recolhido em huma Capella formada no grosso da parede; a porta he grande, & fermosa, & o portado que he de pedra, & de architectura antiga, de arco revestido de columnas meyas relevadas, & delgadas, em que se vê o antigo della. Tem hũas grades de ferro, & assim fica a vista da Senhora patente aos olhos dos seus devotos, que continuamente a vão venerar, & visitar de pela manhã até noyte, & estas só estão abertas nos Domingos, & dias de preceyto, & nas festas de manhãa, & Sabbados de tarde.

«Vesse no Altar huma perfeytissima Imagem de nosso Senhor Jesu Christo Crucificado; à sua mão direyta a Imagem da milagrosa Senhora de Nazareth, & à esquerda o Evangelista amado; todas estas Imagens são muyto esbeltas, a da Senhora faz sete palmos & meyo de altura, a mesma tem o Evangelista, a do Senhor poderá ter o mesmo, ou oyto palmos.

«Estas sagradas Imagens forão renovadas haverá trinta annos pouco mais, ou menos; mas cahio a obra nas mãos de algum pintor incipiente; porque sendo as Imagens huma suspensão na escultura, a impiricia do pintor, que as renovou, lhe tirou muyta parte da sua

fermosura, & a Imagem do Senhor que havia de mostrar os effeytos dos seus muytos tormentos, no palido, no roxo, & no denegrido das cores, está todo como senão padecesse os crueis tormentos da sua payxão, & se vê com pouco sangue, ou signal delle; a Imagem da Senhora tendo hum rosto admirável, que está roubando os coraçoens, & com as mostras da grande pena, que lhe causaria ver ao Senhor do universo, morto, & defunto às mãos dos mesmos, que veyo buscar para a Gloria, tambem está com as cores demasiadamente brancas, & encarnadas, quando devia mostrarse toda trespassada da sua excessiva pena; o rosto do Evangelista mostra não ser renovado; tambem he Imagem perfeytissima.

«Com esta Santissima Imagem da Senhora tem todo aquelle povo de Elvas huma muyto especial devoção, & assim he buscada continuamente, & como fica perto da Cidade em todos os dias se vê frequentada aquella sua casa, as maravilhas, que esta Senhora obra continuamente, são innumeraveis ,como o estão testemunhando a multidão de quadros, mortalhas, braços, cabeças de cera, coraçoens, pernas, & outros muytos signaes desta qualidade, que se estão vendo pender de toda aquella Igreja, que em roda della suspenderão os favorecidos da sua piedade.

«Fiz toda a diligencia que pude fazer, & me apliquey por saber os principios daquelle Santuario, & tambem a causa de intitularem aquella Senhora ao pé da Cruz, me pareceo seria mais proprio, pois estava em pé, dar-se-lhe o titulo do da Pé da Cruz; mas por mais que inqueri do Escrivão da Irmandade, que he hum Clerigo, & lhe mandey rogar visse os livros antigos da Irmandade, só deu por resposta, não achava cousa que me satisfizesse à minha diligencia, & que o titulo de Nazareth lho dera a piedade Christã, com que assim o devia querer a Senhora.

«Haverá trinta annos, que se lhe fez huma Sacristia nova, & casa para se guardarem as cousas do Altar, & culto da Senhora; & sobre a porta de fóra se puzerão estas letras, anno de 1690, em que se declara o anno em que se fez; tem a Senhora huma grande Irmandade que a serve com muyto fervorosa devoção; a sua celebridade se faz na segunda feyra depois da Dominga de Pascoella; depois de fazer as diligencias que pude, por descobrir o motivo que havia para darem

à Senhora que está em pé ao pé da Cruz o titulo de Nazareth, achey, que na Igreja da Misericordia da mesma Cidade de Elvas havia huma Capella dedicada ao Senhor Jesus Crucificado, & que para se lhe porem aos lados as Imagens de sua Santissima Mãy, & a do Evangelista, como faltasse a Imagem da Senhora, se valerão de huma Imagem que na mesma Igreja era venerada com o titulo do Rosario, & a collocárão no Altar do Senhor, impondo-lhe o titulo de Nazareth; com que o darse titulo às Imagens da Senhora, quando acompanha a seu Santissimo Filho Crucificado, o mesmo he estar alli ao seu lado, que invocalla logo com o titulo de Nazareth, & assim venho a entender, que como ao Senhor lhe dão o titulo de Jesus Nazareno, dão à sua Santissima Mãy o titulo de nossa Senhora da Nazareth: por conta da Irmandade da Senhora corre a procissão dos Passos, & a Irmandade fez ao Senhor huma Capella tão rica, que se gastou nella mais de quatro mil cruzados» [148].

6. No cartório da Confraria das Chagas existia um documento do qual constava a data da fundação da ermida (justamente em 1592), mas já Vitorino de Almada, que o cita, não o chegou a ver.

Fala-se nela no livro de vereações de 1615, a 4 de Julho (fol. 90), dizendo-se que lhe passava junto o cano da Amoreira para a fonte do rossio.

Em 1644, a quando do cerco da Praça pelo marquês de Torrecusa, já a ermida estivera prestes a ser demolida, mas o bom senso prevaleceu, o que não se verificaria dois séculos depois ...

Num verbete do *Dicionário* de Almada encontro ainda os seguintes apontamentos àcerca da ermida:

— A 6 de Maio de 1714 elegeu a Mesa das Chagas ao padre Francisco Mendes Leal para dizer as missas das 6.as feiras no Santo Cal-

---

148 *Santuario Mariano*, Tomo setimo, Lisboa Occidental, anno de 1721, Livro VI, Titulo XXIII, pp. 600/602.

vário ,por ter falecido o capelão Francisco Gonçalves Garcia, quartanário da Sé. Vencimento: 8 mil réis.

— A 24 de Junho de 1746 o alferes António dos Santos e sua mulher deram à Senhora da Nazaré, para uso permanente, umas contas de turíbios riquíssimos com sua borla de ouro.

— A receita da ermida em 1776-77 foi de 289 mil réis e por estes anos andava sempre por 250 mil réis pouco mais ou menos.

Em 1787-88 foi de 343 mil réis; no ano seguinte, de 380 mil réis, no outro de 439 mil réis. Baixou depois a uns 200 mil rs., para logo voltar a subir, atingindo 402 mil rs. no ano de 1811-12.

— A obra da igreja nova — e é interessante notar que a reconstituição foi perfeita, comparando-a com a memória de fr. Agostinho de Santa Maria, referente ao edifício primitivo — teve princípio a 5 de Maio de 1816, gastando-se neste ano, em férias, 1.100.000 rs. Ainda em 1823 houve de férias a alvanéu e carpinteiro, 136 mil réis.

7. E fechemos o capítulo a cantar com o povo

*Ai lé*
*Ó rossio da Feira,*
*Mãe da Nazaré*
*Fica na ladeira.*

*Rossio do Calvário*
*Mãe da Nazaré,*
*Arcos da Amoreira*
*Estão ali ao pé.*

*Largo do Rossio*
*Mãe da Nazaré.*
*Arcos da Amoreira*
*Logo ali ao pé.*

## 31

### *«PENDÕES»*

*20 de Setembro*

1. A igreja do Senhor Jesus da Piedade, num encantador e ameno sítio a pouco mais de 1 km. para o Poente de Elvas, data de 1737 e representa, na sua essência, o voto de um bondoso e humilde sacerdote, a quem Deus acudiu em transe de muita aflição.

Depois, o milagre correu de boca em boca, de terra em terra, ecoou até para lá das fronteiras da Pátria e o que era uma simples capela transformou-se mais tarde no elegante templo, centro desde então da maior romaria do sul do país.

2. De 20 a 25 de Setembro é festejado solenemente o SENHOR JESUS DA PIEDADE e o primeiro e mais tocante número do programa é sempre a PROCISSÃO DOS PENDÕES.

Em geral, às 5 horas da tarde do dia 20 nota-se já na Igreja de Nossa Senhora das Dores e suas proximidades a animação própria do acontecimento, sendo a sacristia «assaltada» pelos devotos que querem incorporar-se na procissão, pois as opas e as lanternas não chegam para todos os pretendentes ...

Dentro da pequenina e bonita capela, que noutro capítulo descrevemos, reza-se, mas o pensamento mal pode concentrar-se, tanto mais que a Banda de Música bem depressa se faz ouvir no largo em frente.

Antigamente a procissão saía da igreja de São Paulo, onde estava o Pendão da cidade, o que deixou de verificar-se quando o templo foi encerrado ao culto em 8 de Março de 1885.

Às 6 horas chegam o Juiz e alguns mesários da Confraria. Aquele põe o Pendão dos romeiros da cidade em arrematação: quem mais alto licitar terá a honra de o conduzir até à Igreja da Piedade. E tudo a postos organiza-se a procissão: à frente devotos com suas opas vermelhas e brancas, mulheres com círios, crianças vestidas de anjos, lindas como flores, homens descalços no cumprimento de promessas,

e o Pendão, amarelado, de *Nossa Senhora das Dores,* a que se segue o de *São Lourenço,* amarelo-torrado; depois é o de *Nossa Senhora do Rosário,* todo branco, e o de *São Brás de Varche,* de branco e ouro. Vão a seguir o Juiz e os mesários com suas varas, o reverendo padre capelão, e logo atrás o *Pendão da Cidade,* vermelho de sangue, como o estandarte do Município, conduzido com toda a gravidade pelo Irmão que levou a palma na arrematação. O Pendão tem quatro artísticas letras de prata — *S. J. D. P.* — que, confeccionadas no Porto, receberam os últimos retoques do ourives elvense, sr. António Alves dos Santos, em cujo estabelecimento estiveram expostas em Setembro de 1896, primeiro ano em que o Pendão saiu com elas.

O préstito fecha com uma banda de Música e inúmeros devotos, havendo quem o acompanhe, religiosamente, há mais de meio século.

Seguindo pela rua António Tomás Pires, Largo da Misericórdia e rua da Cadeia, entra pelo Arco da Praça e junto à Sé reunem-se-lhe os Pendões das *freguesias da cidade,* acompanhados dos respectivos paroquianos, e o dos *Artistas,* branco, de damasco de seda, com franjas douradas, e a imagem de Cristo, pendão dourado em 1895.

A procissão inicia então, verdadeiramente, a sua marcha, rompendo pelo tabuleiro axadrezado da Praça e tomando o percurso tradicional: ruas da Cadeia, Carreira e Olivença, Portas e Estrada Nacional n.º 4, passando frente ao Jardim Municipal e entra na Avenida, ao cimo da qual *encontra* a outra procissão, formada na Vila Justa, antiga horta dos Passarinhos, e composta dos Pendões de São Brás de Varche, Terrugem, Vila Boim, Barbacena, Vila Fernando, São Romão e Anha-Loura (Ana-Loura em linguagem popular), com os reverendos párocos e seguidos dos romeiros de cada uma das localidades e de uma banda de música.

Em 1862 figurou, pela primeira vez, o pendão dos romeiros de Vila Viçosa que, como alguns dos mencionados, deixou de comparecer com o rolar dos tempos. O de Anha-Loura (território do concelho de Estremoz, que engloba as duas freguesias rurais de São Bento de Anha-Loura e São Domingos de Anha-Loura,ambas da arquidiocese eborense) foi pintado por D. Luís Vermell, artista catalão (1814-1881), que esteve em Elvas de 1 de Agosto de 1874 a Maio do ano seguinte, período durante o qual executou outros interessantes trabalhos, como

quatro aguarelas da abside de São Domingos, um quadro que está na Casa dos Milagres do Senhor Jesus da Piedade e firmado com o seu nome; treze retratos a óleo, entre eles o do Pai do escritor Vitorino de Almada; a cúpula interior da Igreja de São Pedro e o esboço, a lápis, do medalhão que está sobre a casa dos utensílios do Jardim Público, representando o deus indígena Endovélico.

O longo cortejo demora desde a cidade cerca de 2 horas ,pois o andamento é vagaroso e compassado. Vão muitas crianças, algumas muito pequeninas ainda, pelos braços de suas mães, umas e outras descalças. Por vezes — muito raramente — mulheres e homens de joelhos, em penitência que arrepia e comove. O nosso coração inflama-se ao presenciar tamanho sacrifício, que só pode ser o resultado de uma Fé muito profunda. Mais de 2 quilómetros caminhando sempre de joelhos é com certeza dolorosíssimo, mas voto tão ardente e penoso terá a sua recompensa no Céu, se é que a não teve já na Terra, e na inigualável Casa dos Milagres ficará mais um precioso testemunho a comprová-la.

A procissão desfila em silêncio, só quebrado por um ou outro foguete que vai dando festivo sinal da marcha, ou pelos emocionantes compassos do Hino do Senhor Jesus da Piedade, que as Bandas de Música vão executando à vez. No mais, só o murmúrio das preces se distingue, e no entanto, a procissão, que atravessou as ruas da cidade repletas de povo, vai engrossando de instante a instante, até constituir uma fila interminável.

A *chegada à Piedade* é um espectáculo que é preciso ver para se sentir em toda a sua intensidade. O Parque está mergulhado em escuridão, mas num repente, os sinos repicam alegremente, os foguetes estralejam no ar riscando o espaço, a Igreja oferece-se toda inundada de luz, as iluminações do Parque, milhentas lâmpadazinhas de todas as cambiantes, formando artísticos e rendilhados arcos de volta redonda ou em ogiva, são um deslumbramento, e ao silêncio da procissão, que vai dar, como é da boa tradição, duas voltas ao formoso templo, sucedem-se o barulho, o vozear, o entusiasmo, a alegria e todos os sentimentos próprios desses minutos supremos e indescritíveis. As emoções atropelam-se, o coração como que nos salta do peito, as lágrimas soltam-se-nos em catadupa numa comoção incontida. É um

momento de rara grandeza, em que se recordam os entes queridos ausentes, os que Deus levou, os que estão enfermos.

A *Chegada dos Pendões!* Extraordinário e emocionante desfolhar de Saudades! Que motivo admirável para um pintor [149].

## 32

## «*PENDÕES DA BOA FÉ*»

### *1.º ou 2.º Domingo de Outubro*

1. A modesta ermida da Boa Fé, de uma só nave e um único altar, centro de uma animada e popular romaria, foi construída em 1789 e deitada abaixo *por exigências de urbanização* — frase feita, mas de nos crispar os nervos, pelos males que quase sempre traz consigo — em 1962.

Na paróquia de São Pedro situava-se a igreja a uns mil metros das Portas de São Vicente, à esquerda da estrada que vai entroncar com a de Campo Maior e Estação do Caminho de Ferro de Leste, hoje Avenida da Boa Fé.

2. A fachada era toda de alvenaria, com pilastras aos lados, capitéis com fogaréus e frontão recortado e rematado pela torre sineira e pela cruz [150].

No único altar estava a imagem do SENHOR JESUS DA BOA FÉ, escultura em madeira, depositada presentemente na Abegoaria Municipal, aguardando ser trasladada para a sua nova igreja no ponto mais elevado do populoso e característico bairro, em fase adiantada de construção, mas que já sofreu várias e aborrecidas interrupções.

---

149 Eurico Gama, *O Senhor Jesus da Piedade de Elvas*, Elvas— 1965, pp. 191-194.

150 Luis Keil, *ob.* cit., p. 80.

3. Edificada a ermida começou logo a fazer-se-lhe festa com Missa, Sermão, Ladainha e PROCISSÃO, no 1.º ou 2.º Domingo de Outubro. Com o decorrer do tempo e porque as cerimónias se revestiam de certa beleza, interessando não só os habitantes das hortas e quintas vizinhas — o povo chamava-lhe a «Festa dos hortelões» —, mas também os da própria cidade, que ali se deslocavam em grande número, a Confraria passou a incluir no programa festejos de carácter profano, como arraiais, concertos musicais, fogo de artifício e até touradas. Mas, tal como se verificava na Romaria do Senhor Jesus da Piedade, o número que mais sobressaía e tocava os corações do povo, era a PROCISSÃO DOS PENDÕES.

4. Acompanhada pela Banda de Música, que durante o trajecto executava o Hino do Senhor Jesus da Boa Fé, saía da Igreja de Santa Maria dos Casados (também demolida pelos tais imperativos urbanísticos ...), por volta das 6 horas da tarde (nalguns anos saía da igreja de São Pedro), descia as ruas de São Lourenço e Sá da Bandeira, saindo pelas Portas de São Vicente direita à Igreja da Boa Fé, aonde chegava ao entardecer. E esse era, realmente, o momento culminante, com o acender das iluminações do arraial, a frontaria da igreja engrinaldada de pequenas lâmpadas a cores, o rebentar vibrante dos foguetes, a Filarmónica alegrando o ambiente com os harmoniosos acordes do Hino, o sino a repicar festivamente.

Os festejos duravam 3 dias e no último, após a Missa, o Pendão regressava processionalmente à cidade.

5. A letra do Hino do Senhor Jesus da Boa Fé é da autoria do saudoso poeta nacionalista António Sardinha, natural de Monforte, mas que casou, viveu e morreu em Elvas, que ele muito amava. Já a publicámos noutro livro, mas porque tem também neste todo o cabimento, a seguir a oferecemos aos queridos e compreensivos leitores:

*Senhor, que nunca nos falte*
*a luz da tua certeza!*
*A gente que hoje te invoca*
*lembra-te que é portuguesa!*

Coro

Seja o teu nome bendito
no céu, na terra e no mar!
Até que os tempos se acabem
que o oiças sempre louvar!

*De noite e de dia lavrando,*
*como a seara produz!*
*Do pão que nós semeamos*
*sai o teu corpo, Jesus!*

Coro

Seja o teu nome bendito
etc.

*Vela por nós, não nos deixes*
*— Somos, Senhor, o teu povo!*
*Que Portugal renascido*
*renasça belo e mais novo.*

Coro

Seja o teu nome bendito [151]
etc.

## 33

## *«NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO»*

*1.º Domingo de Outubro*

1. Em 1681 determinou Inocêncio XI, que no 1.º Domingo de Outubro se celebrasse a festa de NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, com ofício de rito dúplex, em comemoração da vitória alcançada con-

[151] Eurico Gama, *Roteiro Antigo de Elvas*, 2.ª série, Elvas — 1964, pp. 26/37.

tra os turcos em Lepanto (Bula *Sollicitudo pastoralis officii,* de 11 de Junho do citado ano) [152].

Só, porém, no pontificado de Gregório XIII (de 1572 a 1585), a quem se deve a reforma do Calendário, a festa do Rosário foi elevada à categoria de festa pública, pois até então era particular da ordem de São Domingos [153].

2. Nossa Senhora do Rosário tem capela no majestoso templo gótico dos frades pregadores da cidade de Elvas. De talha dourada é a que está na cabeceira, do lado da Epístola. Nossa Senhora ocupa o lugar do centro, tendo por companhia São Domingos e São Francisco, mas ainda nos fins do século XIX, estavam com Ela, São João Baptista e São Benedito, imagens hoje colocadas noutros altares.

A festa era promovida pela confraria do Rosário dos Brancos, com o seguinte programa: De manhã — Missa cantada e Sermão; de tarde — Salmo e Sermão; à noite — PROCISSÃO, em que a Capela e os fiéis cantavam alternadamente o Terço de Nossa Senhora, pelo Largo de São Domingos, ruas de São Lourenço e Cadeia, Arco da Praça, rua dos Pessanhas, Arco do Bispo, rua de São Francisco, Travessa para o Largo da Misericórdia, ruas da Feira, Alcamim, Olivença, Carreira e São Lourenço, Largo das Almas e regresso à Igreja donde partira.

3. Curiosa uma notícia em *O Transtagano,* de Outubro de 1860: «No domingo 6 do corrente teve lugar a procissão. Ia modesta, decente e só com aquela pompa que ordinàriamente é devida a estes actos augustos, e segundo os recursos de que as irmandades podem dispôr.

«Era composta de 3 andores, conduzindo o primeiro S. Benedito, o segundo S. Domingos e o último Nossa Senhora.»

As janelas e sacadas costumavam apresentar-se engalanadas com colgaduras de damasco, seda e chita, mas naquele ano só se apresen-

---

152 Santos Abranches, *Summa do bullário português,* p. 183, n.º 1.331.

153 Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal,* Coimbra — 1910, vol. II, p. 475.

taram assim as da residência do Vigário capitular, como protesto por a procissão não levar música, o que o citado jornal comentou assim: «As honras não eram à Procissão, mas à música».

## 34

## *«SÃO FRANCISCO DE BORJA»*

*10 de Outubro*

1. Como é geralmente sabido o Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 deixou em ruinas uma grande parte da cidade de Lisboa, mas nas províncias, posto que violento, não se lhe assemelhou, felizmente, nos resultados.

Desde então irrompia um verdadeiro pânico entre o povo sempre que se sentiam quaisquer oscilações da terra, por mais leves que fossem, trazendo-lhe à memória a catástrofe do Dia-de-Todos-os-Santos, e estava ainda para se completar um ano que tão lutuoso sucesso aterrara a população da capital do Reino, e já a própria Corte se dispunha a implorar a mediação dos advogados contra abalos sísmicos.

2. Assim, El-Rei D. José obteve do Papa Bento XIV, que São Francisco de Borja fosse designado patrono e protector de Portugal e seus domínios contra os terramotos, à semelhança do que se havia feito em muitos reinos, cidades e lugares.

Nesse sentido firmou o Sumo Pontífice um Breve com data de 24 de Março de 1756 e da provisão expedida em 30 de Agosto desse mesmo ano constava que se fizesse procissão solene e outra ao patrocínio da Virgem Maria, esta no 2.º Domingo de Novembro.

Como a festa de São Francisco de Borja se celebrava com rito de segunda classe, o monarca lusitano pedia a Sua Santidade que determinasse o de primeira para todo o clero regular e secular de Portugal e seus domínios, com o compromisso de se cantar no dia da festa a sua Missa com a maior solenidade, em todas as igrejas

em que houvesse obrigação de coro. As Câmaras das cidades e vilas deviam assistir a esta festa nas igrejas das casas da Companhia de Jesus, e não as havendo, nas igrejas catedrais ou principais [154].

3. Em Elvas ia a Câmara assistir à Missa celebrada na Sé, de onde saía a Procissão, mandando iluminar na véspera a fachada dos Paços do Concelho. Não levava Bandeira, nem tinha propinas, como já dissemos atrás.

Quanto à forma como a procissão era organizada e as ruas do percurso, nada apurámos.

4. Parece-me interessante referir que o padre Francisco de Borja, sendo Geral dos Jesuitas (o 3.º na ordem), esteve em Elvas, no séquito do Cardeal Alexandrino, legado do Papa Pio V a D. Sebastião, tendo chegado em 25 de Novembro de 1571.

O 4.º conde de Gândia casara em 1529 com D. Leonor de Castro, dama da imperatriz D. Isabel, filha de El-Rei D. Manuel I, da qual enviuvou em 1545, entrando seguidamente para a Companhia de Jesus. Rezam as crónicas, que a sua vocação se manifestara uns anos antes, em 1529, quando acompanhou o cadáver da linda esposa de Carlos V à sua sepultura em Granada, impressionado com a desfiguração sofrida pela imperatriz no decurso da fatal enfermidade.

Ordenado em 1551 foi elevado aos altares em 1671.

5. A declaração de São Francisco de Borja como advogado dos terramotos foi celebrada em Elvas com uma solene festividade em 10 de Outubro de 1756, no Colégio dos padres da Companhia, precedida de uma novena com luminárias em todas as noites.

Assistiu às Vésperas o bispo D. Baltasar de Faria Vilas Boas e Sampaio, com a Música da Sé, o qual oficiou pontificalmente a Missa, depois de se haver cantado o *Te-Deum*.

---

154 Fortunato de Almeida, *ob.* cit., vol. 4, p. 296; Santos Abranches, *ob.* cit., p. 207, n.º 1515.

Estavam presentes o Cabido e a Nobreza e foi grande o concurso de gente, e muita a que se confessou e comungou para ganhar o Jubileu, que havia na mesma Igreja.

O Senado fez iluminar na noite precedente toda a cidade e na tarde do mesmo dia 10 foram cantar todas as Comunidades religiosas o *Te-Deum* cada uma de per si na citada igreja e de igual modo procederam todas as freguesias por ordem do prelado, que também assistiu na própria tarde com o Senado, Comunidades e Nobreza ao Sermão, «que com universal gosto, applauso, e acceitação dos ouvintes fez o M. R. P. M. Antonio da Palma, da mesma Companhia, um elegante e discreto elogio das excelentes virtudes d'este Santo nosso protector contra os horrorosos effeitos dos terremotos» [155].

Na igreja do Salvador, que pertenceu ao Colégio da Companhia e hoje está a cargo dos reverendos padres carmelitas, pode ver-se a imagem de São Francisco de Borja, escultura em madeira estofada, com seu resplendor de prata, na capela de Santa Bárbara, e também em busto no revestimento das paredes da capela-mor.

*(Continua)*

155 *Gazeta de Lisboa*, de 21 de Outubro de 1756.

# O COMPLEXO DE ARTE RUPESTRE DO TEJO (VILA VELHA DE RÓDÃO-NISA): NOTÍCIA PRELIMINAR

*Eduardo da Cunha Serrão*
*Francisco de Sande Lemos*
*Jorge Pinho Monteiro*
*Maria de los Angeles Querol*
*Susana Rodrigues Lopes*
*Vítor de Oliveira Jorge*

*Comunicação apresentada à Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses em 29 de Maio de 1972.*

## 1. INTRODUÇÃO

A arte rupestre é um fenómeno assinalado universalmente, no espaço e no tempo, do Norte da Europa à Austrália e do Paleolítico superior aos nossos dias; a essa vastidão soma-se a complexidade de aspectos que assume e a correlativa diversidade de perspectivas que permite. Por tudo isso o seu estudo, logo a um primeiro nível de interpretação arqueológica (cronológica, corológica e funcional) é, com frequência, muito difícil, podendo afirmar-se que também neste sector a investigação está dando os seus primeiros passos, sendo ainda muito frágeis as construções teóricas obtidas. O que não admira: de um modo geral, as manifestações de arte rupestre, seja qual for o período ou região geográfica a que pertençam, representam uma forma de mentalidade, uma «epistemologia» completamente diferente da nossa. O reconhecimento deste facto deve levar a uma constante prudência no esboçar de conclusões de certa generalidade, e a uma insatisfação permanente no que diz respeito ao aparelho conceptual que preside a estes estudos e às técnicas de registo e de análise que utilizam.

No caso particular da arte rupestre «pós-glaciárica», que aqui exclusivamente nos importa, são conhecidos numerosos núcleos: o do Levante espanhol, o galaico-português, o da «arte árctica», o grupo alpino (Mont Bego e Val Camonica, principalmente), o da arte do Sara, o da arte da África austral, o da Austrália, os grupos da Ásia, os das Américas, entre outros. Mas o quadro de conjunto está em permanente modificação, uma vez que novas descobertas vêm periòdicamente ampliar a área de certos núcleos ou mesmo estabelecer ligações entre eles; é o caso, em África por exemplo, da arte rupestre do Quénia e da Tanzânia, que une geogràficamente o grupo sariano ao austral.

É em relação a estas manifestações pós-paleolíticas que se colocam alguns dos mais difícieis problemas de interpretação arqueológica da arte rupestre, sobretudo no aspecto cronológico e corológico, dada a quase inexistência de exemplos de arte móvel recolhidos em camada, ou de superfícies decoradas cobertas por estratos arqueológicos e com estas relacionáveis, como acontece na arte rupestre paleolítica. Assim, tem de recorrer-se, sempre que possível, como aponta Michel Brézillon [8], à observação de sobreposições ou dos diferentes graus de pátina dos motivos de um mesmo conjunto, ao estudo de indústrias que regularmente ocorram nas imediações das rochas decoradas, à posição destas últimas relativamente a fenómenos geomorfológicos significativos, ou aos próprios assuntos gravados ou pintados. Estas condições não se verificam muitas vezes e, em particular no último caso, o grau de esquematização atingido ou o carácter predominantemente simbólico dos motivos dificulta muito a identificação dos temas e respectivo significado. Além disso, como Leroi-Gourhan no-lo fez notar recentemente, os autores das representações esquemáticas tiveram consciência da ambiguidade das formas e muitas vezes jogaram com isso, figurando intencionalmente temas de múltiplo sentido possível. A todas essas dificuldades associa-se, quase sempre, a relativa inacessibilidade dos locais em que se encontram as estações, quer se trate de grutas, de abrigos sob rocha ou de rochedos ao ar livre.

Seja como for, o estudo das manifestações de arte rupestre é de um interesse capital, sob muitos pontos de vista. Indirectamente fornecem elementos sobre o meio ambiente que rodeava o homem, sobretudo sobre a fauna; e sobre os seus costumes e tecnologia: representação de armas, de cenas de luta, de agricultura, de dança, de caça, etc., etc. Mas, acima de tudo, as estações de arte rupestre são de um grande valor *em si*, pois nos dão directamente acesso à mentalidade, à sensibilidade religiosa e estética dos seus autores, no mais amplo sentido destas palavras, convindo lembrar que, na mentalidade sincrética da maior parte dos artistas rupestres, esses aspectos se encontram profundamentte imersos nos ritmos e preocupações quotidianas. Estes aspectos «super-estruturais», digamos, os mais interessantes, são, porém, os de mais remoto acesso ao investigador. Aqui, também, toda uma fase prática, tecnológica, o espera: moldagens, decalques, foto-

grafias, desenhos, tudo ele deve fazer para que se não perca um mínimo pormenor dos testemunhos que observa e, não raro, se encontram ameaçados ou em zonas menos protegidas. E só depois poderá, preenchidas muitas centenas de fichas, ensaiar métodos de análise descritiva e até de tratamento automático da sua informação, como fez Leroi-Gourhan na sua «Préhistoire de l'Art Occidental», os quais lhe darão uma melhor possibilidade de reconstituir a «intenção» com que certas formas foram produzidas. Nesta última fase do seu trabalho, o investigador deve utilizar toda a informação possível, e sempre tomar as representações *no seu conjunto*, e não neste ou naquele pormenor, como de início é levado a fazer para obter as primeiras correlações com outros casos que conheça. Realmente, idênticos estádios tecnológicos e idêntico grau de desenvolvimento cultural levaram muitas vezes à produção dos mesmos elementos, verdadeiros universais da gramática das formas: a espiral, o círculo ,as linhas concêntricas, etc., etc., o que, como é óbvio ,torna particularmente inoperante a comparação impressionística de elemento a elemento, para daí tirar ilacções sobre «influências» ou «convergências», como se fazia no passado. Não obstante, isso não impede, como acontecerá várias vezes no decurso da presente notícia preliminar, que o investigador comece por «tomar o pulso» à estação que analisa, isolando provisòriamente este ou aquele aspecto, para esboçar uma primeira classificação da mesma estação, necessária desde os relatórios iniciais e as notícias prévias que, como esta é sua obrigação dar a público. É esse um trabalho que está ao nível da sondagem inicial de que toda a estação arqueológica é objecto antes de um estudo ou escavação sistemáticos, e se destina a aquilatar da importância da mesma estação e das principais fases culturais a que, genérica e tantas vezes hipotèticamente ,se liga. Mas sem essa prévia síntese (sejam quais forem os erros que nela ulteriormente se detectem) não pode desenvolver-se um programa de pesquisa coerente.

É capital, assim, distinguir vários níveis dentro do nosso trabalho, não confundindo os objectivos últimos que acima esboçámos com os resultados de uma primeira sondagem que até hoje pudemos efectuar, devendo uns e outros articular-se problemàticamente desde já, sem o que poderíamos perder de vista o interesse particular de uns e outros. Por muito falíveis que sejam as nossas hipóteses actuais, é

nelas que se baseia o plano de pesquisas *sistemáticas* a realizar em breve, como veremos.

Realmente, a ciência é um processo dinâmico, e qualquer das suas fases, desde que explicite o respectivo critério e limitações, permitindo assim uma necessária coerência interna, deve ser revelada, para que a generalidade dos estudiosos tenha acesso ao desenvolvimento da construção científica, em vez de dispor apenas de uma estrutura toda feita que, na realidade, é apenas o fim do mesmo processo.

## 2. AS ESTAÇÕES DE ARTE RUPESTRE DO TEJO

### 2.1 — *História da descoberta*

Em finais de Outubro de 1971 quatro dos signatários (Francisco S. Lemos, Jorge P. Monteiro, Maria Querol e Susana R. Lopes) deslocaram-se ao concelho de Vila Velha de Ródão, no intuito de aí realizarem prospecções arqueológicas em formações quaternárias do mesmo concelho, na sua qualidade de membros do «Grupo para o Estudo do Paleolítico Português do M. N. de Arqueologia e Etnologia de Lisboa». Paralelamente, tinham também a intenção de averiguar da validade de uma informação prestada pelo etnólogo Dr. Paulo Caratão Soromenho referente à existência de certas «pedras escritas» existentes num local das margens do Tejo próximo da estação de C. F. de Fratel.

Assim, em 31-X-1971 e no dia seguinte e com a colaboração de um pescador local, aquela equipa detecta os primeiros conjuntos do que viria a ser a estação rupestre do Fratel (fig. 2), tendo procedido desde logo, ao registo fotográfico e por decalque de alguns dos petróglifos. Chegada a Lisboa, a mesma equipa comunicou a sua descoberta aos restantes signatários, um dos quais fundara o G. E. P. P. (V. O. Jorge) e outro solicitara a sua colaboração na região de Sesimbra (E. C. Serrão).

Programou-se então uma deslocação destes 6 membros a Fratel a qual se efectivou entre 26 e 30 de Novembro de 1971, com o fim de ampliar os dados já recolhidos, por forma a poder-se comunicar supe-

riormente o achado, solicitando-se, ao mesmo tempo, autorização para se proceder ao seu estudo; tal pedido foi apresentado à Junta Nacional da Educação em Dezembro de 1971, tendo sido deferido em 13 de Janeiro de 1972.

Entretanto, foi dada ampla expansão em jornais e revistas nacionais e estrangeiras, a este achado que, no domínio da arte rupestre peninsular e mesmo europeia ,foi considerado um dos mais importantes dos últimos anos (Veja Apêndice).

Cônscios desse facto e sabendo que a estação se encontrava ameaçada pela futura albufeira de uma barragem em construção para jusante de Fratel, iniciámos logo um conjunto de prospecções visando a avaliação das zonas que patenteavam gravuras rupestres. Ao mesmo tempo, preparávamos um pedido de subsídio para trabalhos sistemáticos a realizar durante o verão de 1972 e, em Maio do corrente, fizemos, sobre este achado uma exposição aos alunos de Pré-história da Faculdade de Letras de Lisboa (graças à amabilidade do Dr. Luís de Matos), com o fito de, para os mesmos trabalhos, obtermos colaboradores.

Como resultado daquelas prospecções, em 5-V-1972, descobrimos uma nova estação de arte rupestre situada a cerca de 4 Km. para jusante da anterior à qual demos o nome genérico de Chão da Velha (Chão da Velha jusante e Chão da Velha montante (fig. 3) e, entre estas duas, variados grupos de petróglifos com maior ou menor densidade em várias áreas entre estas, a da Cascalheira do Tejo).

Tendo-nos, entretanto, chegado ao conhecimento que as águas do Tejo iriam começar a subir naquela área, devido ao facto da barragem de Fratel entrar numa primeira fase de funcionamento, pedimos desde logo, ao Ministério da Educação Nacional (Direcção-Geral dos Assuntos Culturais) um subsídio prévio destinado a operações de salvamento da informação mais ameaçada.

As prospecções abarcaram no total as margens N. e S. entre o Areal da Fonte das Virtudes e a extremidade jusante da estação de Chão da Velha, podendo concluir-se que, em toda essa área, se encontram gravuras isoladas ou em conjuntos, mais ou menos esporádicas ou contínuas, correspondendo, neste último caso às estações. Por tudo isto, este sector do Tejo revela-nos um vasto complexo de arte rupestre onde se realçam manchas de concentração ligadas por achados dispersos.

No momento em que escrevemos estas linhas, as prospecções continuam, e a sua urgência está bem justificada pelo facto de, a partir do Verão de 1973, toda a área entre a barragem do Fratel e a desembocadura do rio Sever ficar inundada pela albufeira daquela barragem que então estará concluída.

2.2 — *Localização geográfica*

As coordenadas geográficas dos principais núcleos de gravuras rupestres conhecidos deste complexo, são as seguintes, segundo a Carta Militar de Portugal na escala de 1 . 25 000, folha 314, Vila Velha de Ródão (Serviços Cartográficos do Exército, 1946):

A — Estação de Chão da Velha (jusante):

39° 35′ 23″ de Latitude N.
1° 23′ 34″ » Longitude E. de Lisboa

B — Estação de Chão da Velha (montante):

39° 35′ 26″ de Latitude N.
1° 24′ 34″ » Longitude E. de Lisboa

C — Estação de Cascalheira do Tejo:

39° 36′ 19″ de Latitude N.
1° 25′ 13″ » Longitude E. de Lisboa

Estas coordenadas geodésicas, referem-se a um ponto central das respectivas estações.

D — Estação de Fratel (as coordenadas que indicamos referem-se aos pontos extremos desta estação):

Extremidade jusante

39° 36′ 39″ de Latitude Norte
1° 25′ 7″ » Longitude E. de Lisboa

Extremidade montante

39° 37′ 48″ de Latitude N.
1° 25′ 55″ » Longitude E. de Lisboa

2.3 — *Características gerais das estações*

As gravuras do complexo rupestre do Tejo foram praticadas em bancos xistoso-grauváquicos que se encostam ora à margem esquerda, ora à margem direita e que, de acordo com as épocas do ano e consequente volume de águas do rio, se encontrariam mais ou menos imersos, antes da construção das barragens espanhola e portuguesa próximas (esta última, a de Fratel, em vias de conclusão) ter vindo alterar esse ritmo. Sabemos porém, que, em casos limite, as águas chegavam, por vezes, a cobrir totalmente esses bancos rochosos.

A superfície destes é predominantemente irregular e, por vezes mesmo, caótica, em consequência da acção dos agentes erosivos e da estrutura laminar, de fácil fragmentação, característica dos xistos. No entanto, apresenta quantidade apreciável de pequenas superfícies planas, lisas, por vezes ligeiramente onduladas, horizontais ou de leve inclinação, geralmente patinadas de castanho-avermelhado; foi nessas plataformas que foram gravados os petróglifos (à excepção de um conjunto de «Chão da Velha-juzante», gravado numa «parede» vertical). Nos interstícios das proeminências rochosas dos bancos foram-se depositando areias e muito balastro, quer trazido pelo rio, quer oriundo de escorregamentos das vertentes fronteiras.

Assim, pois, as gravuras têm um tipo de suporte sempre constante (o que, evidentemente, não significa que todas as plataformas do mesmo género contenham petróglifos).

Os bancos xistosos-grauváquicos que acima referimos integram-se na plataforma xistosa da Beira Baixa e são de época ante-ordovícica, de acordo com a folha 28 D da «Carta Geológica de Portugal» na escala de 1/50 000.

Tais bancos estão escalonados em três faixas que encontramos, em escada e paralelamente ao rio: a primeira, a mais próxima das águas, é coberta assìduamente pelo Tejo, sendo aí muito difícil a detecção de possíveis gravuras, pois se encontra coberta por uma fina camada de lama depositada pelo rio.

A segunda faixa corresponde à zona que o Tejo só ocasionalmente cobre, e essa acção intermitente do rio foi suficiente para erosionar as rochas segundo um plano perpendicular às suas linhas de clivagem, formando-se assim as plataformas lisas, castanho-avermelhadas, escolhidas pelos autores dos petróglifos.

A terceira faixa, superior, onde o Tejo raramente chega, está coberta por uma camada de líquenes que parcialmente cobre algumas gravuras mas, na maioria dos casos, as teria destruído se existissem.

## 3. TÉCNICAS E FORMAS

Tentar definir conclusões sobre as técnicas empregadas e as formas conseguidas nas gavuras em estudo, sem ainda conhecer a totalidade das que hoje restam e, sobretudo, sem ter tido a oportunidade material de analisar pormenorizada e sistemàticamente as já conhecidas, é uma atitude arriscada. Tais conclusões serão, por isso, provisórias e sujeitas a futuras correcções. No entanto, a observação de uma totalidade de aproximadamente 400 formas, quer no campo quer através de fotografias, permitiu-nos chegar às conclusões que se seguem.

### 3.1 — *Técnicas empregadas*

A única técnica utilizada é a da *picotagem*, criando um tipo de gravuras que Santos Júnior designou por *litostícticas*, isto é, «obtidas picando a rocha, e marcando nela o respectivo sinal por ablação de lascas sucessivas que se fazem saltar a pico ou a ponteiro» [21].

Tal tarefa deveria servir-se, quanto a nós, de dois elementos: um percutor, e um outro instrumento, aguçado na extremidade, a que acima se refere S. Júnior, e em cuja base incidia a pancada. Assim se

ia criando, lasca a lasca, a linha ou a mancha definitória das figuras; na realidade, se muitas destas estão esboçadas apenas pelo contorno, noutras o trabalho de picotagem estendeu-se ao seu interior, permitindo um maior destaque das gravuras ou o seu enriquecimento em pormenores.

Duas modalidades estão, por enquanto, ausentes: a técnica de gravação linear ou por abrasão, criadora de um traço contínuo (gravuras «litotrípticas» de Santos Júnior, 21) e a pintura, que em certas manifestações rupestres pré e proto-históricas foi utilizada para cobrir as linhas gravadas, provocando um maior realce dos motivos; é porém possível que as águas do Tejo a tivessem destruído, se alguma vez existiu.

Após uma minuciosa observação das poucas variantes que a técnica da picotagem oferece, podemos considerar como fundamentais as que resultam da diferente combinação de dois elementos:

— a profundidade dos negativos;
— a distância entre os negativos, na mesma linha;

assim, definimos os seguintes grupos:

1. *Negativos profundos e contíguos* — com uma profundidade máxima de 1/2 cm., e muito juntos ,as suas arestas delimitantes foram ao longo do tempo boleadas pelas águas. Daí resultou uma linha contínua e muito marcada, atingindo por vezes uma largura de 2 e 3 cm., conseguidos pela junção lateral de um máximo de 4 negativos. Quando a picotagem se estende ao interior destas figuras, os motivos aparecem com uma particular nitidez.

2. *Negativos profundos e separados* — com a mesma profundidade dos anteriores, mas mais separados entre si, o que provoca uma menor definição das linhas (apesar do grande grau de pátina) e uma consequente dificuldade em isolar as figuras. Esta técnica é a menos frequente.

3. *Negativos pouco profundos e contíguos* — Negativos menores e de profundidade quase nula. Raros são os casos em que se unem mais

de dois negativos para formar a largura da linha, que não ultrapassa 1 cm. Esta variante da técnica não foi utilizada para preencher o interior das figuras.

4. *Negativos pouco profundos e separados* — a continuidade das linhas assim conseguidas não é evidente, do que resulta uma grande dificuldade de interpretação. Muitas vezes, as figuras cujos contornos foram feitos segundo a técnica precedente, aparecem preenchidas no seu interior por um ponteado produzido de acordo com esta técnica. A análise minuciosa de tal área interior, que exige muita atenção e tempo, poderá vir a definir variadas formas diferentes adentro dos grupos genéricos agora considerados.

A concluir esta alínea, frizamos que todas as noções esboçadas representam tão sòmente uma porta aberta a novos elementos baseados numa observação metódica e pormenorizada que terá de contar com uma particular educação visual do investigador.

### 3.2 — *Formas*

A análise morfológica das gravuras do complexo em estudo permitiu-nos destrinçar três grupos genéricos que descrevemos depois de os hierarquizarmos quantitativamente em ordem decrescente.

#### 1.º — MOTIVOS GEOMÉTRICOS-SIMBÓLICOS

Englobámos neste grupo todos os motivos que têm por base uma forma geométrica e cuja significação de momento nos escapa por serem a expressão material duma *ideia* padronizada, cujo valor apenas se pode definir pelas relações que mantinha com a estrutura mental e cultural dos seus autores.

Atentando na forma geométrica-base, no modo como está expressa e na combinação dos elementos constitutivos, detectámos, se bem que

provisóriamente, os seguintes sub-grupos que pasamos a descrever indicando as suas variedades:

a) *Formas com base em circunferências ou círculos*

— circunferências (fig. 4-a e 7-a);
— semi-circunferências ou arcos de circunferência (fig. 7-a);
— cículos totalmente preenchidos a picotado;
— semi-círculos, totalmente preenchidos a picotado;
— círculos cuja área apresenta um ou vários pontos esparsos (fig. 7-a);
— circunferências com «raios» ou «diâmetros» que, no caso destes últimos se cruzarem perpendicularmente, sugerem uma cruz;
— circunferência inscritas que, por vezes podem ser concêntricas (fig. 4-b e 7-a).

b) *Formas circulares raiadas*

— com raios externos cujo número varia de um a dezasseis (figs. 4c.)
— com raios que se vão juntar ao interior, unindo-se num ponto;
— duas circunferências, uma inscrita noutra mas excêntricas, tendo a maior, raios externos;
— duas circunferências concêntricas, tendo a maior raios externos;
— duas circunferências concêntricas com raios divergindo da interior;
— duas circunferências concêntricas com raios externos que se vão juntar num ponto do interior da inscrita.

c) *Formas com base em espirais* (fig. 4-d);

A sua imperfeição aumenta proporcionalmente ao tamanho. Por vezes podem combinar-se com figuras meândricas,

d) *Formas com base em meandros* (figs. 4-e, e 4-d);

e) *União de circunferências por linhas curvas ou rectas.*

f) *Combinação de linhas rectas.*

g) *Linhas fechadas curvas de forma irregular.*

2.º — MOTIVOS ZOOMÓRFICOS

O carácter naturalista das representações deste tipo permite-nos fazer a distinção de figurações de *capríneos* (fg. 8), de *cervídeos* (figs., 7-b e 9), de *canídeos* (fig. 10) e de um *ursídeo* (fig. 11); outros motivos são, porém, de difícil identificação, podendo alguns ser a representação de *bovíneos*, outros de *cervídeos* e *capríneos* novos (figs. 12 a 15). Entre os *capríneos* julgamos distinguir dois exemplares do sub-género Ibex (fig. 8), não existente hoje na região. Pela acentuada curvatura e dimensões dos seus chifres, estes exemplares lembram a espécie *Capra ibex* actualmente acantonada nos Alpes.

Como é óbvio, incluímos no sub-grupo dos *cervídeos* as representações dos animais com chifres ramificados.

Apesar das cabeças estarem sempre representadas a cheio, os corpos podem ser figurados por três sistemas distintos: indicação do contorno por uma linha contínua (que, em alguns exemplares, se subdivide na zona do ventre) (fig. 14); picotagem total do corpo (figs. 8, 10, 11 e 12) e delineamento do contorno por um traço contínuo, apresentando no interior pontos esparsos (figs. 9 e 12).

Algumas representações animalísticas mostram-se incompletas, quer devido a fracturas posteriores à inscultura, quer por se encontrarem parcialmente cobertas por líquenes, ou ainda por razões cuja intenção nos escapa.

3.º — MOTIVOS ANTROPOMÓRFICOS

Os motivos englobados neste grupo podem ser representados através de dois sistemas distintos, um, esquemático, (fig. 16-a e b e 17), e outro, com uma certa tendência naturalista (fig. 16-c). Dentro do primeiro distinguimos aqueles que utilizam apenas a linha recta (fig. 16-b), daqueles que empregam também a linha curva (fig. 17). Entre estes últimos, podemos destacar figurações antropomórficas que se enquadram numa família morfológica representada nas vizinhas pinturas do abrigo da N.ª S.ª da Esperança (Portalegre) e em muitas estações rupestres espanholas: trata-se de formas «arborescentes» ou «em âncora»

(fig. 17). Importa ainda apontar a provável existência de esquematizações da figura humana com base na circunferência; nestes casos, torna-se difícil, de momento, definir em que medida é que este tipo de representações se poderá considerar como antropomórfico ou como pertencente ao grupo das geométrico-simbólicas.

Dentro do sub-grupo das figurações com tendências naturalistas, distinguimos representações humanas de braços erguidos (fig. 16-C), suportando um círculo sobre a cabeça (por vezes, raiado).

Resta referir um conjunto formado por três representações lineares alongadas com cerca de 3 cm. de largura por 60-80 de comprimento ligadas a figurações curvilíneas. Um destes exemplares aparece segmentado perpendicularmente por uma recta, porto de uma das extremidades. Embora estas representações pareçam sugerir antropomorfos, a sua interpretação é de momento bastante arriscada.

A concluir esta primeira ordenação empírica de formas, devemos frizar que a interpretação da maioria é extremamente difícil, o que amplamente justifica a prudência com que as apresentámos, no fito de fornecer ao leitor, tão sòmente, uma ideia genérica sobre a riqueza dos motivos representados no complexo de arte rupestre em estudo.

## 4. ENSAIO DE CLASSIFICAÇÃO CRONOLÓGICA, COROLÓGICA E FUNCIONAL

### 4.1 — *Limitações e utilidade do ensaio*

No momento em que apresentamos esta notícia preliminar, têm um valor muito restrito as deduções que possamos fazer sobre a cronologia dos petróglifos do vale do Tejo, cultura ou culturas a que se prendem e respectivo significado funcional.

Encontramo-nos ainda numa fase de avaliação prévia das zonas a que se estende este complexo de gravuras rupestres (que, desde já, se revelam ser muito amplas e relativamente descontínuas), e de obtenção dos primeiros documentos, quer sejam fotográficos ou por meio de decalque, moldagem, etc. Assim, estamos ainda longe de dispor de uma informação tanto quanto possível integral sobre as estações em

causa, que só possuiremos quando se tiver cumprido o programa de trabalhos futuros a que aludimos na Introdução e pormenorizaremos no cap. 5.

No entanto, o ensaio de classificação que aqui nos propomos realizar tem utilidade, se não perder de vista as suas necessárias limitações e se pretender, tão só, esboçar uma primeira panorâmica que futuras observações corrigirão. O objecto do nosso estudo — como ressalvamos logo de início — irá assim adquirindo gradualmente contornos mais nítidos, num processo auto-corrector que possa em cada momento definir horizontes e vias de pesquisa utilizáveis.

Então, quais os elementos a que, nesta altura, podemos já recorrer? Pràticamente apenas à *técnica de produção dos petróglifos* (por picotagem), aos *temas gravados* e ao *estilo* em que foram executados. É certo que ainda não foi feita uma rigorosa análise descritiva destas representações, que nos permitisse estabelecer uma tipologia em bases tanto quanto possível seguras; por outro lado, as noções ainda incompletas que temos sobre a distribuição geográfica das gravuras, constituição geológica do seu suporte e acção dos agentes erosivos, não nos permitem avançar muito nas conclusões a tirar, sobretudo de ordem cronológica.

Com fundamento em tão poucos elementos concretos, temos de nos restringir a procurar paralelos que, eventualmente, nos sejam oferecidos por outros conjuntos de petróglifos já estudados. Este método comparativo tem as suas limitações, tanto mais que raras são as estações deste tipo que podemos considerar bem interpretadas, quer por apresentarem dificuldades a esse respeito insuperáveis, quer devido à insuficiência dos métodos de estudo aplicados. Tais limitações são, principalmente:

*a)* a simples semelhança entre produções culturais assinaladas em locais diferentes, não implica identidade de funções, unidade cultural ou contemporaneidade;

*b)* só é lícito estabelecer paralelos através de um *exame directo* dos elementos comparados; se alguns destes se conhecem *de visu* e outros, apenas, por meio de descrições, representações fotográficas, desenhos, etc. (como connosco acontece), òbviamente, que o método é de valor muito limitado.

*c)* a comparação entre várias estações de arte rupestre pressupõe o isolar de certos motivos, ou de associações de motivos, muitas vezes arbitràriamente.

Do exposto, deduz-se fàcilmente a que ponto são provisórias as conjecturas que se seguem, mas que, não obstante, achamos por bem registar, como um primeiro momento da interpretação, sobre o qual poderá, assim, incidir o trabalho crítico do leitor e aquele que, aos autores, for possibilitado pelos elementos que colherem no campo e na ampliação do suporte bibliográfico a que ora recorreram.

### 4.2 — *O grupo galaico-português e a periodização de E. Anati*

É no grupo de arte rupestre da Galiza e Norte de Portugal onde primeiro devemos tentar encontrar paralelos que nos possam ser úteis ao esclarecimento dos problemas levantados pelas estações de arte rupestre do vale do Tejo, uma vez que estes se incluem na área de dispersão do referido círculo cultural, embora numa das suas zonas periféricas. Tal círculo cultural tem sido estudado por arqueólogos como Leite de Vasconcelos, Vergílio Correia, Rui de Serpa Pinto, Mendes Corrêa, Abade do Baçal, Santos Júnior, Abel Viana, Henri Breuil, Obermaier, Sobriño Buhigas, Emmanuel Anati e alguns outros.

Este último autor, num trabalho publicado em 1967 [6], avalia em 450 os locais da Península Ibérica pertencentes a este grupo (320 em Espanha e 130 em Portugal); destes, os mais próximos do complexo de gravuras do Tejo terão um imediato interesse comparativo; referimo-nos às gravuras de Sant'Ana do Campo, Arraiolos (descobertas por Vergílio Correia), às do rio Alge, Figueiró dos Vinhos, a que se refere Santos Júnior [21] e, ainda, às que D. Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira assinalaram nos arredores de Idanha-a-Velha *.

Os petróglifos do círculo galaico-português têm as seguintes características principais:

— foram produzidos em rochas expostas e não em cavernas ou abrigos;

---

* Actas das I Jornadas Arqueológicas, «Associação dos Arqueólogos Portugueses», Lisboa, 1970.

— neles é frequente a técnica da picotagem;
— as composições são de carácter simbólico e raramente descritivo.

Estes aspectos gerais encontram-se nas gravuras do Tejo (a técnica da picotagem, é a que aí está representada exclusivamente), muito embora estas possuam caracteres de acentuada originalidade pelos motivos e, principalmente, pelas composições; na realidade, a predominância das circunferências e das representações zoomórficas (motivos quase sempre associados), conferem-lhes uma feição *sui generis*.

Recapitulemos agora a periodização que E. Anati, no artigo acima citado [6], apresentou para os petróglifos galaico-portugueses, com base num número limitado de espécimes que estudou em 1961, e onde definiu cinco fases estilísticas:

A primeira fase, a que chama *arcaica*, revela-se num complexo de petróglifos situados entre os rios Ulla e Minho, no qual predominam as representações, em estilo sub-realístico, de animais em grandes dimensões (de 1 a 2 m.); as figurações antropomórficas parece estarem ausentes e Anati julga que as representações animalísticas deste período (assim como as marcas de patas de animais na sua forma primitiva), derivam da fase tardia da arte parietal de tradição paleolítica das grutas cantábricas e outras do sul da Península (Andalez e La Pileta). Os petróglifos desta fase parecem revelar uma vida de caçadores pré-neolíticos (epipaleolíticos), pois estão ausentes representações que surgiram sedentarismo, agricultura, etc., colocando-os Anati no período que decorre entre 6000 e 3500 a. C.

A segunda fase, a que Anati chama *estilizada-dinâmica*, é também caracterizada por petróglifos zoomórficos, mas de dimensões bastante mais reduzidas; mostra-se nìtidamente anterior á terceira fase (a «dos ídolos e punhais») e parece contemporânea do período também chamado *estilizado-dinâmico* do Levante peninsular [3] e das pinturas megalíticas do Norte de Portugal. Nesta fase já surgem composições, algumas representando cenas de caça. Parece ter derivado, em gradual evolução, da fase anterior, acompanhando as modificações do modo de vida e mentalidade dos produtores dos petróglifos (con-

tràriamente ao que terá acontecido entre esta segunda e a terceira fase, em que se detecta uma mutação brusca, evocando uma súbita alteração correlativa dos conceitos mágico-religiosos das populações do Noroeste peninsular). Cronològicamente, coresponderá ao Neolítico, datando-a Anati do período entre os meados do 4.º milénio e o final do 3.º (segundo os conceitos actuais, será ainda mais antiga).

A terceira fase, a dos *ídolos e punhais*, é aquela que, pelas representações dos petróglifos, melhor se pode datar. As figurações são de tipo realístico-imaginativo, influenciadas por duas sugestões principais, desconhecidas nas fases anteriores: ídolos e punhais, surgindo o símbolo da «face oculada», que perdurará até à fase final; nessas sugestões deve ver-se, segundo o autor, a influência de um movimento ideológico-religioso cujos elementos de base germinaram no Sul da França (estátuas-menhires) e no norte da Itália; no seu período final surge um novo elemento, o círculo. Esta fase corresponderia ao Calcolítico e primeira metade da Idade do Bronze (segundo Anati, 2.100-1.500 a. C.).

A quarta fase, a dos *círculos e linhas*, é dominada por aspectos diferentes das anteriores; embora o círculo seja um elemento que vem do final da fase terceira ,agora superabunda, combinado com as linhas, em conjuntos não figurativos, muito variados. Alguns destes símbolos representarão seres antropomórficos sobrenaturais; outros revelam, ao que parece, uma simbologia relacionada com o complexo mágico-sexual; noutros ainda parece evidente o culto astral patente nas representações do Sol, da Lua e das estrelas. A expansão da iconografia da fase terceira já havia ultrapassado os limites do núcleo principal do círculo galaico-português de arte rupestre; mas, agora (Bronze médio e final, 1.500 a 900 a. C.), a sua expansão é muito ampla, admitindo-se que excede a Península, chegando talvez a atingir as Canárias e a Irlanda.

A quinta e última fase da arte rupestre galaico-portuguesa, revestindo um estilo *geométrico-simbólico*, parece ser o prosseguimento da antecedente, mas com certas modificações; a esquematização atinge o extremo e os símbolos anteriores aparecem isolados, como se cada um tivesse adquirido valor absoluto, ideogramático, só por si suficiente. O reportório inclui os símbolos cruciformes, em *phi*, sinais de ferraduras, discos simples, complexos irregulares de linhas, etc. A única imagem

que se pode tomar como figurativa é uma variedade esquemática e transfigurada da «face oculada» que, como o tipo «estátua-menhir», surgiu na 3.ª fase, sobreviveu durante a 4.ª tornando-se agora dominante. Anati julga que esta fase se vincula à Idade do Ferro (900 a 100 a. C.), em cujo final os conceitos ideológico-religiosos dos produtores de petróglifos se vão esbatendo pela influência da civilização romana.

### 4.3 — *Conjecturas sobre corologia e cronologia*

Admitindo que a periodização de E. Anati tem suficiente valor como esquema que possa orientar as nossas primeiras ideias sobre os povos responsáveis pelos petróglifos do complexo do Vale do Tejo, assim como sobre as épocas em que foram produzidos, é-nos lícito fazer as deduções e formular as hipóteses que se seguem cuja correcção, já o dissemos, se irá gradualmente processando à medida que o nosso programa de pesquise se for concretizando. E não esqueçamos que é o próprio autor da periodização quem generaliza frequentemente as conclusões a que chegou em certas estações onde lhe foi possível distinguir objectivamente cronologias relativas, a outras, onde certas formas isoladas admitem paralelos.

Se examinarmos as características dominantes dos petróglifos do Vale do Tejo, verificaremos que nenhuma delas se adapta plenamente às da fase arcaica do complexo galaico-português. Assim, no Tejo, estão ausentes as marcas de unhas de animais artiodáctilos peculiares da 1.ª fase de Fentans. As representações animalísticas da mesma fase arcaica de Anati assumem grandes dimensões (entre 1 e 2 m.), ao passo que os símbolos zoomórficos do complexo do Tejo são de pequenas dimensões (em raros casos atingem 0,5 m.)

Quanto ao estilo, os símbolas zoomórficos do Tejo podem considerar-se predominantemente sub-naturalistas (usando a expressão um tanto subjectiva de Anati para definir o estilo da sua 1.ª fase), mas, por outro lado, não têm, na maioria, o carácter estático dessa fase arcaica do Noroeste peninsular.

Portanto, as representações zoomórficas do Vale do Tejo, cabem principalmente na 2.ª fase do círculo galaico-português (uma excepção importante está na sua forma sub-naturalista), ressaltando desta tenta-

tiva de comparação, o carácter *sui-generis* dos petróglifos de Fratel, Chão da Velha, etc., e os melindres do sistema de comparações apriorísticas.

Ainda mais nos aproximaria da 2.ª fase, a maneira de representar os petróglifos antropomórficos e zoomórficos do Tejo, pois os primeiros são predominantemente unidimensionais em contraste com os símbolos zoomórficos estes quase todos representados a duas dimensões. Mas, e olhando à expressão dos conjuntos e não só à dos motivos isoladamente, ainda não detectámos cenas bem definidas, estas características da 2.ª fase; detectámos sim, *composições simbólicas* cuja interpretação abordaremos em 4.4.

Postas estas considerações, podemos concluir assim: nas estações de arte rupestre do Tejo conhecidas até agora, estão pràticamente ausentes os sintomas da primeira fase de Anati, contràriamente ao que acontece com os da segunda fase, não se manifestando esta na sua expressão plena. Portanto não nos repugna admitir que os mais antigos petróglifos do Tejo remontam ao Neolítico, mas o momento inicial da sua produção está ainda envolvido em grande obscuridade, como aliás acontece com o tão estudado círculo das pinturas rupestres do Levante espanhol, por exemplo.

As sugestões mais caracterizantes da 3.ª fase do círculo galaico-português (ídolos e punhais) estão totalmente ausentes no complexo do Tejo.

E também nos faltam inequívocas representações idoliformes (a face oculada e a estátua menhir) que sugerem, para esta fase de Anati, o complexo de arte religiosa pré-histórica que se estende pela Europa desde a Ucrânia ao Litoral ocidental atlântico..

Mas, a abundância dos motivos não figurativos (os motivos do nosso 1.º grupo a que chamámos geométrico-simbólico), baseados nas circunsferências, circulos, linhas, etc., evoca-nos amplamente a 4.ª e a 5.ª fases do Noroeste peninsular nas quais, especialmente na última, a esquematização atinge o máximo e o reportório, principalmente, na última fase, inclui discos simples, complexos irregulares de linhas, etc.

Ora, se estes conceitos não forem alterados pelos elementos que novos achados nos possam proporcionar, ou até se os pontos de vista de Anati não sofrerem rectificações, a arte rupestre do Vale do Tejo

em estudo teria tido talvez o seu início num momento do Neolítico difícil de determinar nesta altura. A tradição das cerimónias de culto zoo-heliolátrico (ver 4.4), ter-se-ia mantido até ao final do III milénio a. C., sofreria uma interrupção durante mais de meio milénio, por motivos que nos escapam. Mas, no período correspondente ao Bronze final, teriam voltado a intensificar-se as práticas litolátricas nos bancos de xisto em causa, e mantiveram-se até que as fortes influências da civilização romana corromperam a integridade dos cultos indígenas, actuando quase até à sua extinção. Esta segunda fase deve ter-se processado entre os meados do 2.º milénio a. C. e o início do 1.º século a. C.

A periodização que Anati propõe para os vários estilos de petróglifos de Val Camonica ([5]), não obstante a distância que separa este círculo de arte rupestre, do complexo do Tejo, presta-nos, mesmo assim, um contributo de algum interesse sobre cronologia; é que os limites cronológicos postos provisòriamente por nós para o caso que nos ocupa, coincidem, até certo ponto, com as balizas temporais que Anati estabelece para Val Camónica (antes de 2 200 a. C. até aos limiares da era de Cristo).

Se analisarmos as fases desse conjunto alpino, verificaremos, na realidade, que não se ajustam perfeitamente às do círculo galaico-português; mas, alguns grupos de gravuras do Vale do Tejo, especialmente aqueles em que o culto zoo-heliolátrico parece estar patente, sugerem a relação ainda que problemática, entre dois grupos em que se adoravam animais divinizados, como o deus-veado e o deus toiro; o culto dos cervídeos desenvolveu-se durante a Idade do Ferro, e em Camónica no 1.º milénio a. C.; o do deus-veado durante a segunda metade do 1.º milénio nas zonas de influência céltica e era um culto de povos caçadores, enquanto que o do deus-toiro, de populações de vida essencialmente agrícola, este último mais antigo e mergulhando raízes no 2.º milénio.

Ora, estas cronologias particulares, se não resolvem completamente os problemas que nos ocupam neste capítulo, dão-nos, mesmo assim, alguns marcos que não podemos perder de vista mesmo neste primeiro momento do nosso trabalho de investigação. Mas Camónica apresenta-nos um ambiente pré-histórico *sui generis* evocando um comportamente cultural muito fechado, no qual, para efeitos do estabelecimento

de paralelos, devemos tocar cautelosamente, embora não fosse coerente esquecer esse complexo de arte rupestre uma vez que, em alguns aspectos, nos presta alguns bons esclarecimentos, como veremos ainda.

A técnica de produção dos petróglifos do Vale do Tejo (picotagem ou martelagem) é um pormenor que não poderíamos deixar de lado no momento em que tratamos da sua classificação cronológica e funcional.

Tal técnica é exclusiva nas estações que nos ocupam, já o vimos, e predominante no Círculo galaico-português; também é frequente em Camonica, nos complexos escandinávicos e norte africano.

Neste último círculo, G. Flamand, em 1921 [1], sistematizou as gravuras rupestres em 4 grupos com sub-divisões secundárias, e L. Frobenius e H. Obermaier (1925) propuseram uma classificação fundada nos estilos e técnicas, cabendo as gravuras obtidas por martelagem (só o contorno ou a cheio) no 2.º grupo que consideram *líbico-berbere*, caindo nos tempos proto-históricos e nos primeiros tempos históricos [1], embora H. Alimen [1] pense que algumas delas possam ser contemporâneas das belas produções neolíticas do Mahgrebe.

A propósito da técnica linear Guiseppe Isetti [14] pensa que algumas gravuras produzidas segundo esta técnica sejam anteriores ao período da máxima expansão das obtidas por martelagem. Por sua vez, Conti [14] tomava-as como muito mais antigas e, em certa medida, independentes das picotadas. Na realidade, a diferença entre as duas técnicas, é acentuada pelo género de motivos tratados por cada uma. Mas Isetti vê nas gravuras marteladas um sintoma de função específica e, assim, inclina-se no sentido de que esta técnica, quando aplicada a motivos laboriosamente gravados, demonstra fazer parte integrante das práticas rituais; poder-se-á assim admitir a contemporaneidade das duas técnicas: a martelagem para figurações rituais e a linear para as de carácter profano, tendo caído ràpidamente em desuso.

A provar-se esta hipótese, e dada a exclusividade do picotado no complexo do Tejo, teríamos assim um reforço à noção de que os bancos de xisto que estudamos desempenharam as funções de um santuário.

Porém, todos estes comentários servem-nos principalmente para registarmos quanto é notória a atitude hesitante dos especialistas que abordam as cronologias absoluta e relativa das técnicas de produção

dos petróglifos, quer se tenham utilizado as incisões lineares quer o sistema do picotado.

4.4 — *Um santuário de cultos zoo-heliolátricos?*

A hipótese, já posta, de que os bancos de xisto do Vale do Tejo tivessem desempenhado as funções de santuário de cultos zoo-heliolátricos, apoia-se numa primeira impressão sobre o provável significado da grande quantidade de circunferências (que devem tomar-se como o delineamento de círculos), isoladas ou em grupos (figs. 4-a e 7-a) simples ou raiadas (figs. 5 e 6), ligadas por linhas muitas vezes, as quais, com frequência, acompanham representações animalísticas (figuras 7-b e 8).

Ainda que nos escapem, por enquanto, muitos pormenores que nos permitam traduzir melhor o simbolismo de tais conjuntos (nos quais pode até estar uma escrita ideográfica de difícil, se não muito demorada interpretação integral ... recordemos o que se tem passado com as chamadas escritas ibérica, tartéssica e turdetana), pressente-se que a maioria resulte de práticas culturais em que o Sol, mais ainda do que os animais, centraria as preocupações mágico-religiosas dos autores das insculturas.

Equiparáveis hipóteses foram formuladas, e não com melhores fundamentos, a propósito dos petróglifos do Mont Bego e de Val Camonica [4], assim como das longínquas estações de arte rupestre da Escandinávia [10], tendo as deste último complexo nórdico sugerido a Anders Hagen [13] os seguintes comentários: «Le soleil est un autre symbole fréquent. Il est représenté sous une forme plus ou moins élaborée ... Il y a tout lieu de croire qu'il s'agit là d'un culte voué au Soleil, nécessaire à une bonne récolte».

Por sua vez Anati [4], ao pretender evidenciar os sintomas de cultos heliolátricos que parecem estar patentes em Val Camonica, evoca uma interpretação de Déchelette, antiga de meio século, pela qual esse arqueólogo e pré-historiador inspiradamente relaciona o culto solar com o aparecimento da agricultura e da pastorícia: «Chaque matin, ces premiers cultivateurs salueront le retour du disque de feu apparaissant à l'entrée de sa route céleste et, peu à peu, se déve-

loppera cette réligion héliolâtrique». Na sequência dos seus raciocínios sobre o culto do Sol em Camonica, Anati ainda exprime quanto tal culto é atestado em grande número de estações de arte rupestre, salientando as da Escandinávia, a de Mont Bego e as da Andaluzia; e comenta: «Variant selon les régions, il s'est adapté à chacune d'elles conformément au mode de vie des populations et à leur organisation économique et sociale».

Em Val Camonica, onde as composições consideradas de culto solar excedem a centena, o Sol é representado de diversas formas todas derivadas da circunferência. As mais antigas gravuras que evocam tal culto remontarão aos últimos séculos do III milénio a. C. sendo o Sol representado por um disco isolado junto de uma figura humana orante, ou de um sinal abstracto. Só no segundo período deste complexo de arte rupestre aparecem verdadeiras cenas onde o Sol está cercado por diversos adoradores. Com frequência, figuram cervídeos, ou outros animais, alguns correndo na direcção do Sol, composições estas que nos evocam outras do Vale do Tejo, numa das quais vemos uma *Ibex*, que parece flutuar no espaço, escoltada por representações astrais (fig. 8); noutra ainda, um cervídeo, cuja cabeça se incorpora num círculo (fig. 7-b) recordando uma composição de Camonica na qual um cervídeo, em vez de correr para o Sol, nele penetra.

No Mont Bego o disco solar também, por vezes, se encontra associado a bovídeos, animais estes em torno dos quais se centrava o culto local.

Estes exemplos, e as conjecturas que a seu respeito têm feito eminentes especialistas da arte rupestre, consentem o esboçar destas ilações sobre o significado da grande maioria das gravuras rupestres do Vale do Tejo, impressionando (se todas estas hipóteses tiverem solução positiva) a grande extensão geográfica que teriam tido os cultos zoo-heliolátricos dos homens dos últimos tempos pré-históricos: desde as regiões escandinávicas até ao Ocidente ibérico, se na realidade pudermos marcar o limite mais distante deste vastíssimo complexo no litoral da Noruega pois, embora com uma expressão regionalística *sui generis*, encontremos representações solares e animalísticas nos círculos rupestres das margens do Lago Onega e do Mar Branco [19].

Se no Vale do Tejo não há muitos exemplares de homens em postura de adoração solar (como em Camonica e na Escandinávia), pelo menos temos duas representações de figuras humanas que lembram *orantes*, uma delas, ao que parece, suportando um disco nos braços, sobre a cabeça (fig. 16-e).

Nos petróglifos escandinávicos, os símbolos solares são frequentes, assumindo formas mais ou menos elaboradas [10], por vezes representações do Sol materializado em discos, uns colocados sobre um suporte como que um cabo que permitia o seu transporte, outras figurando em procissões, outras ainda colocados sobre barcos tripulados por homens cujos orgãos sexuais muito desenvolvidos lhes conferem foros de entes sobrenaturais de grande poder. Essas esquematizações solares e de materializações do Sol, são conscienciosamente discutidas por Peter Gelling e Hilda Ellis Dividson [10] que interpretam a repetição de tais símbolos, não como um politeismo solar (o que se poderia admitir), mas sim cerimónias periódicas (anuais?) prestadas ao Sol.

Eis o que nos é possível avaliar, neste primeiro momento do nosso estudo, sobre o significado funcional do complexo de arte rupestre do Vale do Tejo. Compete-nos agora cumprir o programa de exaustiva colheita de elementos, pormenorizadamente exposto no capítulo que se segue, visando salvar dados que, num futuro próximo, ficarão, por muito tempo ou para sempre) inacessíveis aos investigadores e obter material para as análises de várias ordens que pretendemos realizar. E esperamos atingir a noção, ainda que sob uma fórmula abstracta (Leroy Gurhan não vê maior acessibilidade relativamente à solução dos problemas sobre o significado da arte rupestre) de que os petróglifos do Tejo são produto de um complexo de atitudes económico-religiosas dos homens dos últimos tempos pré-históricos e proto-históricos. Mas, se atingíssemos qualquer outra noção sobre classificação funcional, imprevisível neste momento, e até viéssemos a avaliar uma cronologia mais recente do que aquela que propusemos, o trabalho que projectamos realizar continuaria a merecer igual pertinência, pois a hierarquia de uma *démarche* arqueológica não é directamente proporcional à cronologia que foi possível identificar.

## 5. MÉTODOS DE LEVANTAMENTO

Cabe-nos, a fechar esta notícia preliminar, apresentar os processos que tencionamos aplicar para efectuar o levantamento sistemático das gravuras do complexo de arte rupestre do Tejo. Antes de nos centrarmos na descrição dos ditos processos (descrição esta que necessàriamente terá de ser genérica, excluindo de momento a indicação de pormenores técnicos, devido à existência de variáveis que não podemos ainda precisar e que não permitem uma estabilização dos métodos a empregar), torna-se necessária uma reflexão metodológica que enquadre e explique os sistemas de levantamento seleccionados e indique a respectiva validade.

5.1. O índice de *performance* de uma técnica de levantamento, além de poder ser aquilatado pela precisão do seu aparato material, depende também do modo como efectua as intenções de um dado processo abstracto. É sobre este segundo ponto que preferencialmente nos iremos debruçar, pois do seu esclarecimento depende o sucesso que pode vir a ser obtido no trabalho final de tratamento da informação tendente a uma interpretação paleo-antropológica deste complexo de arte rupestre. De facto, à escolha de uma determinada técnica de trabalho preexiste um campo abstracto, um *programa,* por sua vez enformado pela estrutura epistemológica que recobre o espaço conceptual do investigador. Estes três aspectos estão em relação retroactiva e a sua especificação permite-nos um maior controle das opções que tiverem de ser efectuadas.

O nosso programa reveste dois níveis que, apesar de se articularem em momentos distintos do trabalho, estão profundamente conectados: o primeiro, que poderíamos denominar «arqueológico», relaciona-se com a descrição sistemática do material recolhido e sua *classificação;* o segundo, que entendemos por paleo-antropológico, parte da informação já ordenada para, sobre os *padrões* definidos nos monumentos, e utilizando a estatística e a computação (manual ou automática) a fim de detectar as relações probabilísticas existentes entre os vários grupos classificados individualmente, elaborar um quadro da conduta e mentalidade humana.

De facto, interessa-nos sobretudo registar globalmente as *formas,*

as *técnicas*, os *graus de desgaste* e as *pátinas*, os contextos de todos os elementos analisados e suas relações mútuas. Pelo estudo das partes pertinentes dos motivos gravados e análise estatística do modo como se combinam, poderemos vir a chegar à identificação de certos tipos e inclui-los numa classificação hierárquica. Pela observação da distribuição e das relações que estes tipos mantêm, quer nos conjuntos de que fazem parte, quer na área total das estações e do complexo artístico, e registo das respectivas frequências, ser-nos-á possível definir as estruturas que regiam a sua composição e repartição no espaço. O estudo das variações mínimas que a técnica de manufactura das gravuras apresenta constitui outro padrão de mentalidade que tem de ser rigorosamente registado e computado. Associando estas investigações aos vários tipos de contexto que forem sendo determinados, pode-se detectar as opções que reflectem padrões ou modelos da conduta e intencionalidade humanas, isto é, leis que definem um comportamento probabilístico um ritmo estatístico gestual e mental. Por fim, a detecção das eventuais fases de sobreposição, dos diferentes graus de desgaste pode conferir-nos uma cronologia relativa, pois a absoluta só será definida pela associação indubitável a restos arqueológicos que possam vir a ser encontrados nas proximidades e que sejam passíveis de uma datação segura. Esta última via de pesquisa está já prevista, pois constitui um dos tipos de contexto de que falamos mais atrás.

5.2. Tendo definido o enquadramento metodológico geral (e, portanto, epistemológico) em que nos situamos, resta-nos apontar os métodos concretos que nos permitirão cumprir o nosso programa de trabalhos. Os levantamentos de campo estão distribuídos por quatro equipas, cada uma com a sua missão específica, para a qual os seus componentes se têm vindo a especializar. A cada equipa corresponde também um programa com a ordenação pormenorizada das actividades respectivas.

5.2.1. *Equipa de exploração* — o seu programa consta de duas atribuições: a primeira consiste em prospectar os bancos de xistos e de granitos que se estendem pelo curso do Tejo, entre as desembocaduras dos rios Belver e Sever, cabendo-lhe também verificar se os afluentes que vêm desembocar neste sector do Tejo possuem bancos

com petróglifos. Depois de devidamente localizados e cartografadas as áreas com gravuras, estas serão numeradas e sinalizadas por um sistema de bandeiras, a fim de aí se deslocarem as equipas de fotografia, de moldagem e de topografia, guiadas pelas informações ministradas pela equipa de exploração e pela sinalização referida, o que evita desperdício de tempo para esta última equipa. Assim se procederá a uma detecção sistemática de todas as gravuras a fim de se poder trabalhar com o máximo de informação, condição essencial para o estudo a que nos propomos.

A segunda atribuição desta equipa tem por objectivo levantar um contexto arqueológico que possa vir mais tarde a enquadrar este complexo de arte rupestre, para o que serão reconhecidos nos concelhos de Vila Velha de Ródão e de Nisa todos os locais de possível interesse arqueológico. Para este efeito recorre-se ao levantamento de uma carta de prospecção, cujos pontos suspeitos serão detectados pelos vários sistemas usuais: interrogatórios à população regional, toponímia, inspecção dos acidentes geográficos passíveis de revelarem estações (através de fotografias aéreas e do estudo de cartas), recolha das lendas e tradições locais, análise de textos escritos, antigos ou modernos, sobre estas regiões, e observação dos eventuais espólios guardados em museus, casas particulares e câmaras municipais. Assim se esgotarão as possibilidades de, através de um contexto, obter uma cronologia absoluta para o complexo em estudo e de o incluir numa cultura definida.

5.2.2. *Equipa de fotografia* * — através da utilização de uma câmara técnica e de um adequado material de iluminação (único equipamento que nos poderá proporcionar fotografias que, além de conterem de uma forma rigorosa quase toda a informação, nos permitem efectuar trabalho sobre elas), proceder-se-á ao levantamento fotográfico dos conjuntos de insculturas pelos seguintes sistemas: fotografia, à escala, da rocha com gravuras, que será prèviamente quadriculada, seguindo as fotos os quadrados estabelecidos (se as dimensões do conjunto a tal obrigarem). Este processo permite que, no gabinete, se

---

* Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao fotógrafo José Justo, toda a informação e ensinamentos que tão gentilmente nos prestou.

proceda ao decalque sobre o negativo, colocado em cima de uma mesa de montagem e que a partir deste se possa estudar a morfologia e as relações espaciais que os motivos mantêm nos conjuntos de que fazem parte, sem a intrusão de critérios subjectivos. Fotografia a cores, para o registo das diferenças de pátina (a cor será quanto possível restituída por uma escala de cores colocada ao lado das gravuras no momento da operação fotográfica).

Um laboratório de revelação e de impressão funcionará no próprio acampamento, o que possibilitará um auto-aperfeiçoamento e uma correcção rápida de quaisquer erros que se possam vir a denunciar.

5.2.3. *Equipa de moldagem* — este método permitir-nos-á obter uma cópia fiel das gravuras, de segura e objectiva consulta no gabinete, e ideal para a exposição em museus. A técnica a empregar, tal como nos foi ensinada por Michel Brézillon, durante a nossa estadia em Paris em Março último, tem por base a borracha sintética líquida (Revultex), que nos fornece o negativo da gravura, e o gesso, que nos oferece, a partir deste negativo, o positivo, que será pintado com as cores naturais da rocha e da inscultura, prèviamente detectadas com um código de cores.

Assim, sobre estes moldes, pode-se estudar os graus de desgaste, as fases de sobreposição e as variações mínimas de técnica. As pátinas, registadas nas fotografias a cores, terão aqui um elemento corrector a que sempre se poderá recorrer em caso de alterações cromáticas que tornem impraticáveis algumas fotografias para estudo. Além do que ficou dito, a moldagem vai permitir colocar à disposição dos arqueólogos, actuais e futuros, elementos fidedignos que podem proporcionar uma correcção, pelo menos parcial, do nosso trabalho (facto este importante num complexo que vai desaparecer).

5.2.4. *Equipa de topografia* — levantamento topográfico, efectuado por um topógrafo profissional, dos bancos xistosos onde se concentram as gravuras, na escala de 1/1000. Indicação das cotas e das coordenadas geodésicas dos petróglifos que surgem em áreas isoladas. Este método permite-nos estudar não só a distribuição dos vários tipos morfológicos, como também as relações espaciais que os diversos tipos de conjuntos mantêm entre si, dentro de cada estação, ou no todo do complexo de arte rupestre.

## 6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA


1 — Alimen, H., «Préhistoire de l'Afrique», Paris, Ed. N. Boubée et Cie, 1965.

2 — Almagro, Martín, *El arte prehistórico del Sahara Español*, «Ampurias», Vol. VI, 1944, pp. 263-284.

3 — Idem, *El arte rupestre naturalista del Levante español y el arte rupestre esquemático*. cap. VI de «El Paleolítico Español», «Historia de España», t. I — España Prehistórica, Madrid, Espasa Calpe, 2.ª ed., 1954, pp. 443-485.

4 — Anati, Emmanuel, «La Civilisation du Val Camonica», Arthaud, 1960, «Mondes Anciens».

5 — Idem, «La Datazione dell'Arte Preistorica Camuna», Breno, Ed. Tipografia Camuna, 1963, «Studi Camuni».

6 — Idem, *L'arte rupestre galiego-portuguese: evoluzione e cronologia*, «Arquivo de Beja», Vol. XXIII-XXIV, 1966-1967, pp. 51-122.

7 — Bandi, Hans-Georg, Henri Breuil e outros, «L'Âge de Pierre-quarante millénaires d'art pariétal», Paris, Ed. Albin Michel, 1960.

8 — Brézillon, Michel, *L'Art rupestre postglaciaire*, «La Préhistoire», Paris, P.U.F., 1968, pp. 324-332.

9 — Correia, Vergílio, *Pinturas rupestres de N.ª S.ª da Esperança (Arronches)*, «Terra Portuguesa», Vol. I, Lisboa, 1916.

10 — Gelling, Peter e Hilda Ellis Dividson «The Charriot of the Sun-and other rites and symbols of the Northern Bronze Age», Londres, J. M. Dent & Sons Ltd., 1969.

11 — Girão, Amorim, *Arte rupestre em Portugal (Beira Alta)*, «Biblos», Vol. I, Coimbra, 1925.

12 — Glory, A., J. Sanz Martinez e outros, *Les peintures de l'Âge du Métal en France méridionale*, «Préhistoire», T. X, 1948, pp. 7-135.

13 — Hagen, Anders «Les gravures rupestres en Norvège», Oslo, Johan Grundt Tanum Forlag, 1966.

14 — Iseti, G., *Le incisioni di Monte Bego, a technica lineare*, «Rivista di Studi Liguri», XXIII, 1957.

15 — Jorge, Vítor M. de Oliveira, *Estatuto epistemológico da paleo-antropologia cultural*, «Novas Perspectivas das Ciências do Homem», Lisboa, Presença, 1970, pp. 91-112.

16 — Leroi-Gourhan, André, «Les Fouilles Préhistoriques (Technique et Méthodes)», Paris, N. Boubée et Cie, 1950.

17 — Malhomme, Jean, «Corpus des Gravures Rupestres du Grand Atlas» (1 ère partie), Rabat, Service des Antiquités du Maroc, 1959, fasc. 13.

18 — Manuel Alves, Francisco — Reitor do Baçal —, *Insculturas e Arte Rupestre (Novos elementos para a sua interpretação)*, «Memórias Arqueológico-históricas do Distrito de Bragança», Tomo IX, 1934.

19 — Raudonikas, W. S., «Les Gravures Rupestres des Bords du Lac Onéga et de

la Mer Blanche, 1 ère partie — les gravures rupestres du lac Onéga», Moscovo, Ed. Academie des Sciences de l'URSS, 1936.

20 — Ribeiro, Orlando, e outros, «Carta Geológica de Portugal, na escala de 1/50 000 (folha 28-D-Nisa) — Notícia explicativa», Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1964.

21 — Santos Júnior, J. R. dos, *Arte rupestre*, «Congresso do Mundo Português, 1.º Congresso (Pré-história e Proto-história)», Vol. I, Lisboa, 1940.

22 — Idem, *As gravuras litotripticas de Ridevides (Vilariça)*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XIX, 2, Porto, 1963, pp. 111-144.

23 — Savory, H. N., «Espanha e Portugal», Lisboa, Verbo, S/d.

24 — Serrão, Eduardo da Cunha e Marques, Gustavo, *Estrato Pré-Campaniforme da Lapa de Fumo (Sesimbra)*, «Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia», Coimbra, 1971. Neste último trabalho, apresenta-se um estrato bem definido do Neolítico final, datado, pelo C14, de 3090 + 160 a. C.

25 — Sobriño Buhigas, R., «Corpus Petroglyphorum Gallaciae», Santiago de Compospostela, 1935.

26 — Viana, Abel, *Insculturas rupestres do Alto Minho (Lanhelas e Carreço — Viana do Castelo, Portugal)*, «Boletim de la Comisión de Monumentos de Orense», 1960, pp. 209-231.

APÊNDICE: Principais notícias saídas na Imprensa sobre a estação de arte rupestre de Fratel — consulte-se:

«Diário de Notícias» de 20-I-1972
«Times» (Londres) de 21-I-1972
«New York Herald Tribune» de 21-I-1972
«Le Soir» (Bruxelas) de 28-I-1972
«Época-Juvenil» de 2-II-1972
«Portugal-Faits et Documents» (Lisboa) de Fevereiro de 1972.

*Figs. n.os 5 a 18, fotos J. Justo; interdita a reprodução*

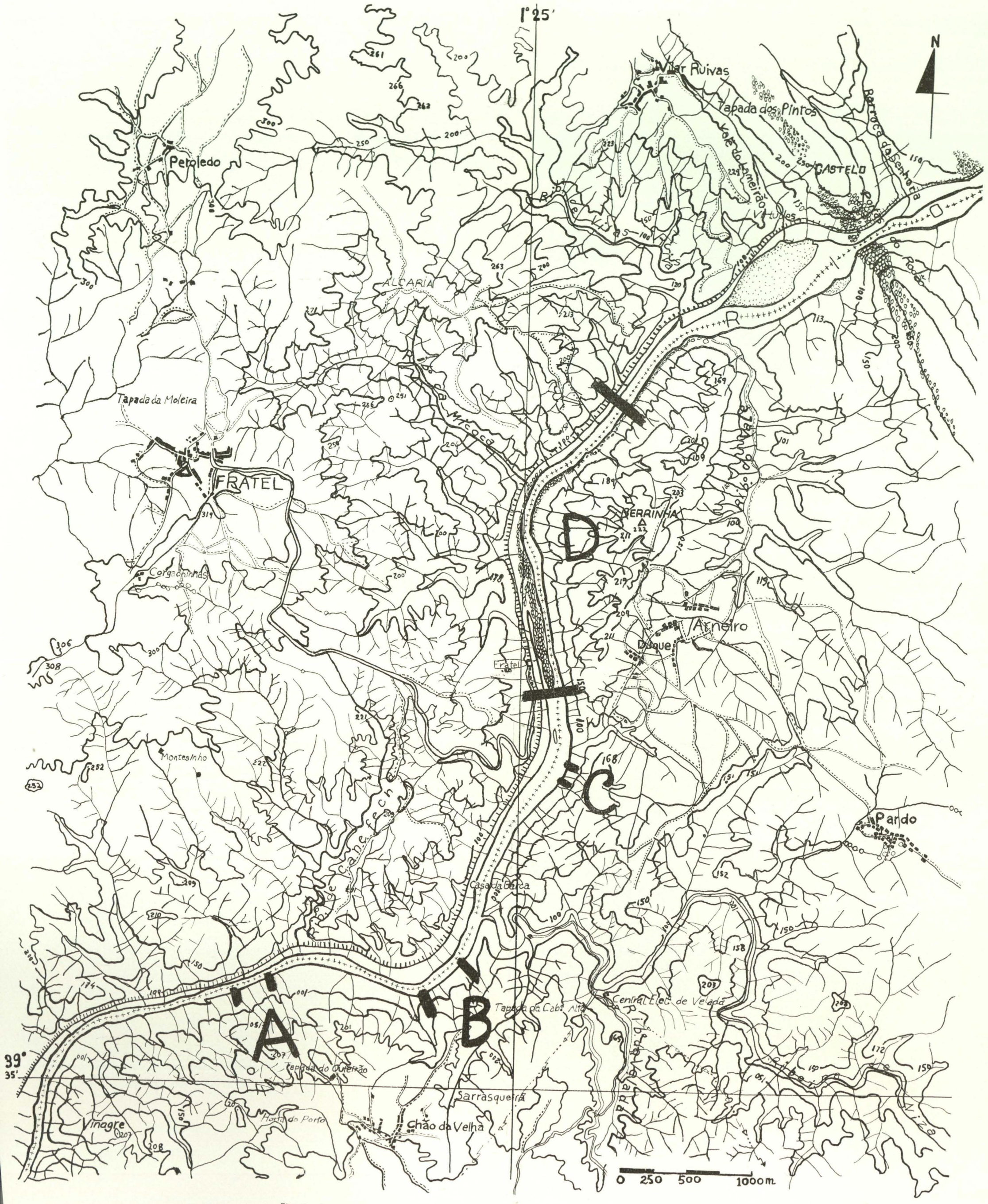



*Fig. 1* - As estações de arte rupestre do Vale do Tejo: A) Chão da Velha (jusante), B) Chão da Velha (montante), C) Cascalheira do Tejo, D) Fratel

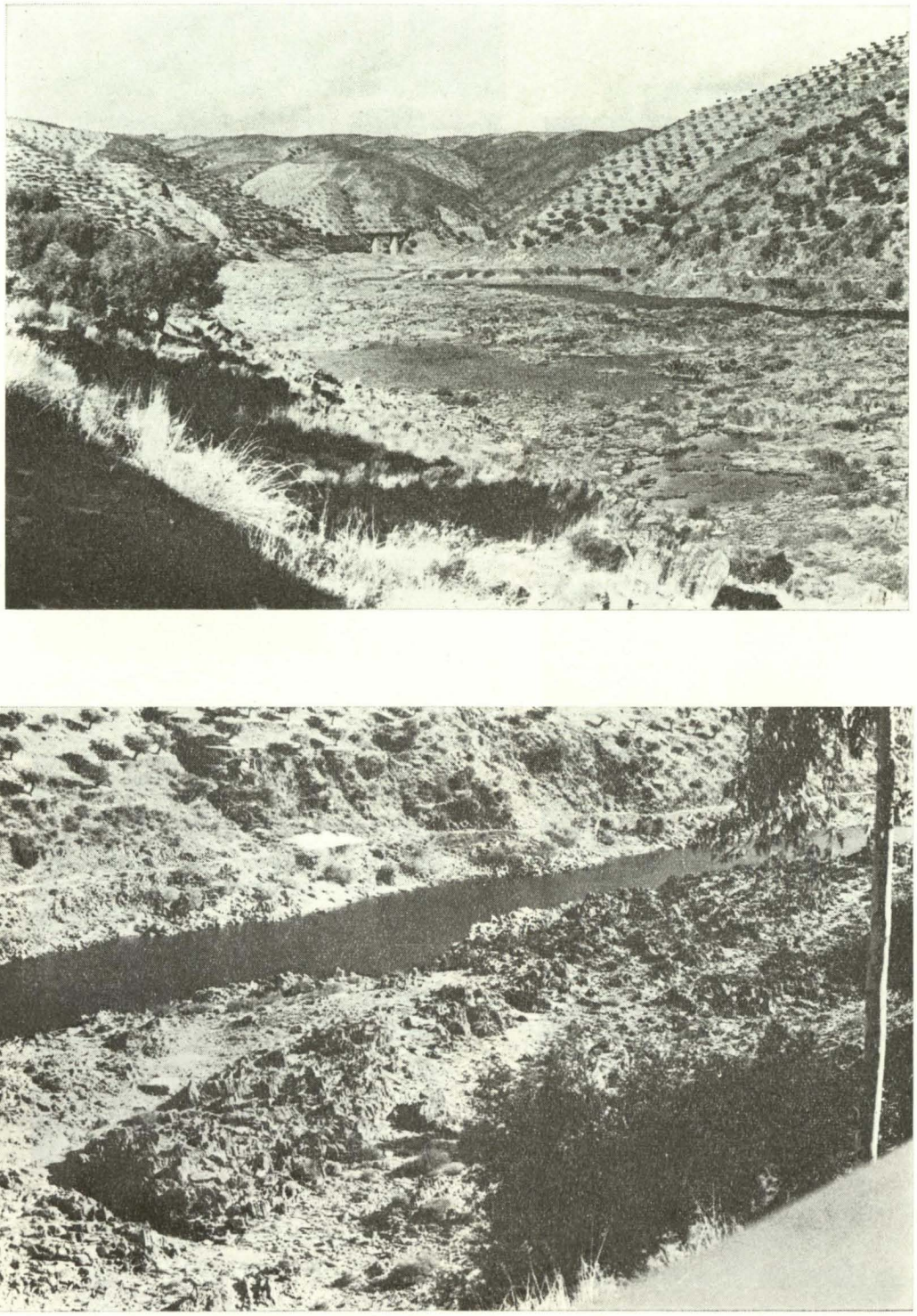


*Fig. 2* - Os bancos xistosos de Fratel

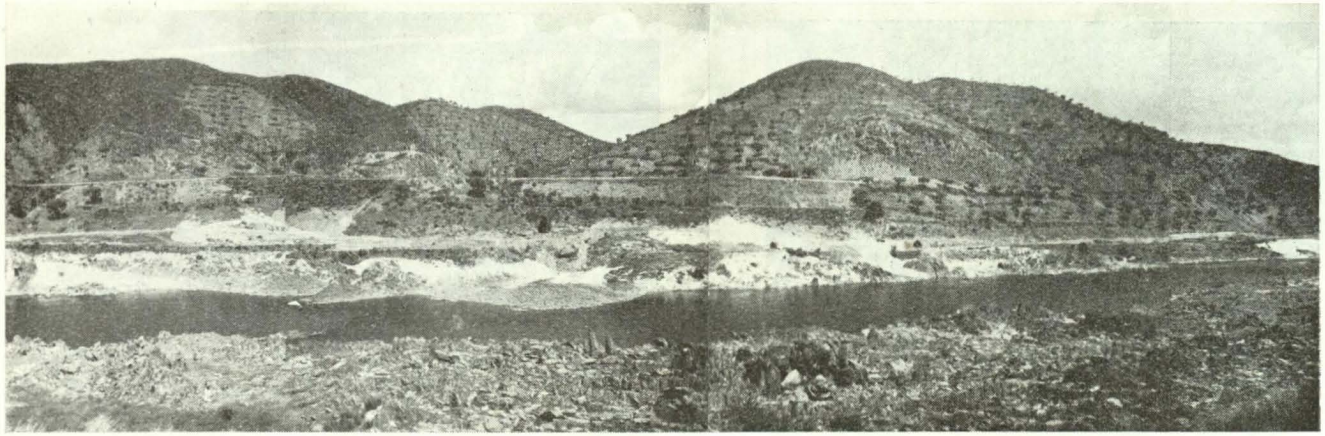
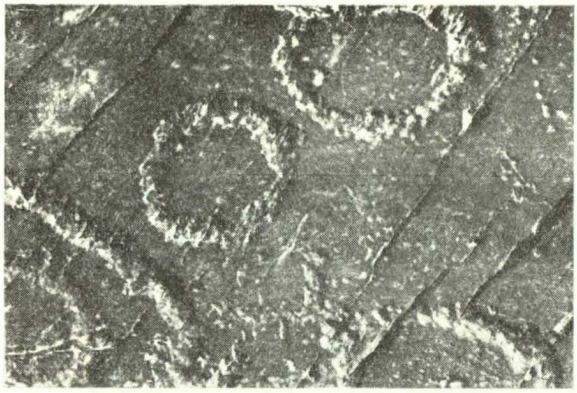


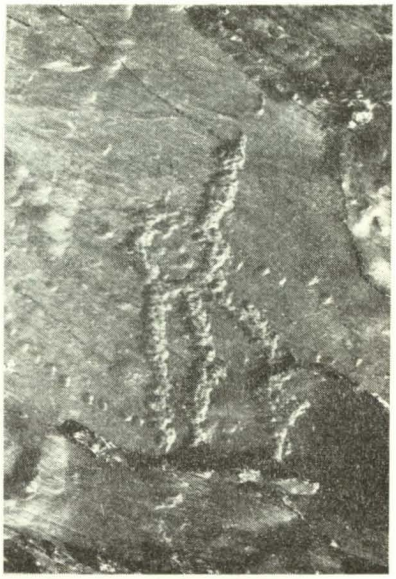




*Fig. 3* - Os bancos xistosos da área de Chão da Velha



a



c



b



e



d

*Fig. 4* - Motivos geométrico-simbólicos (Fratel)



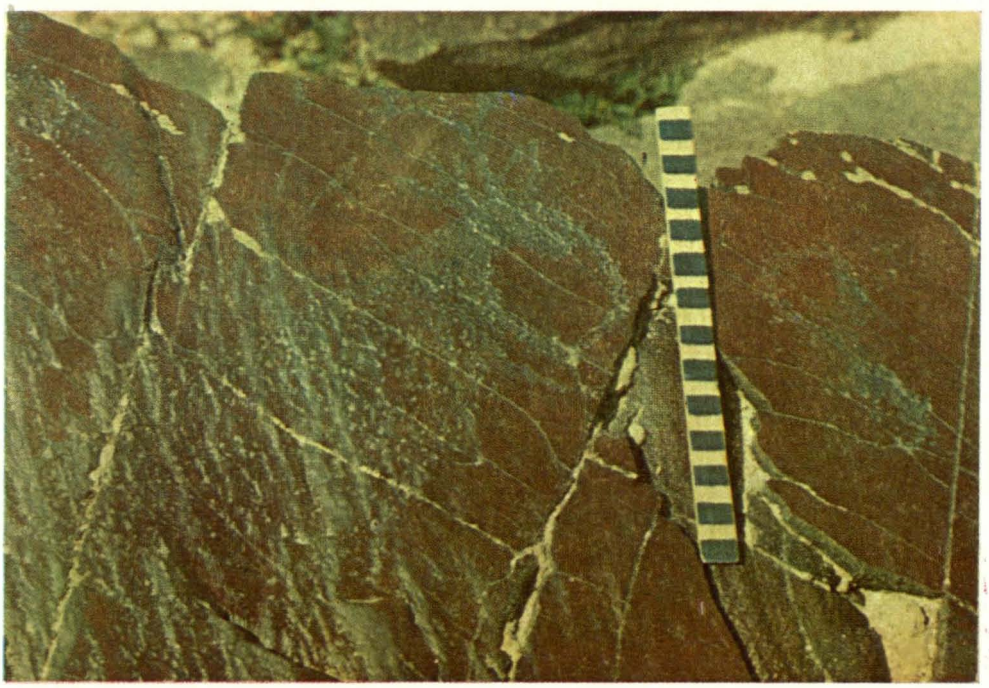
*Fig. 5* - Forma circular raiada (Fratel)



*Fig. 6* - Formas circulares raiadas (Fratel)



a



b

*Fig. 7 a* - Conjunto de circunferências de vários tipos (Fratel)
*b* - Cervídeo associado a circunferências (Chão da Velha)



*Fig. 8 - Ibex* associada a circunferências (Fratel)

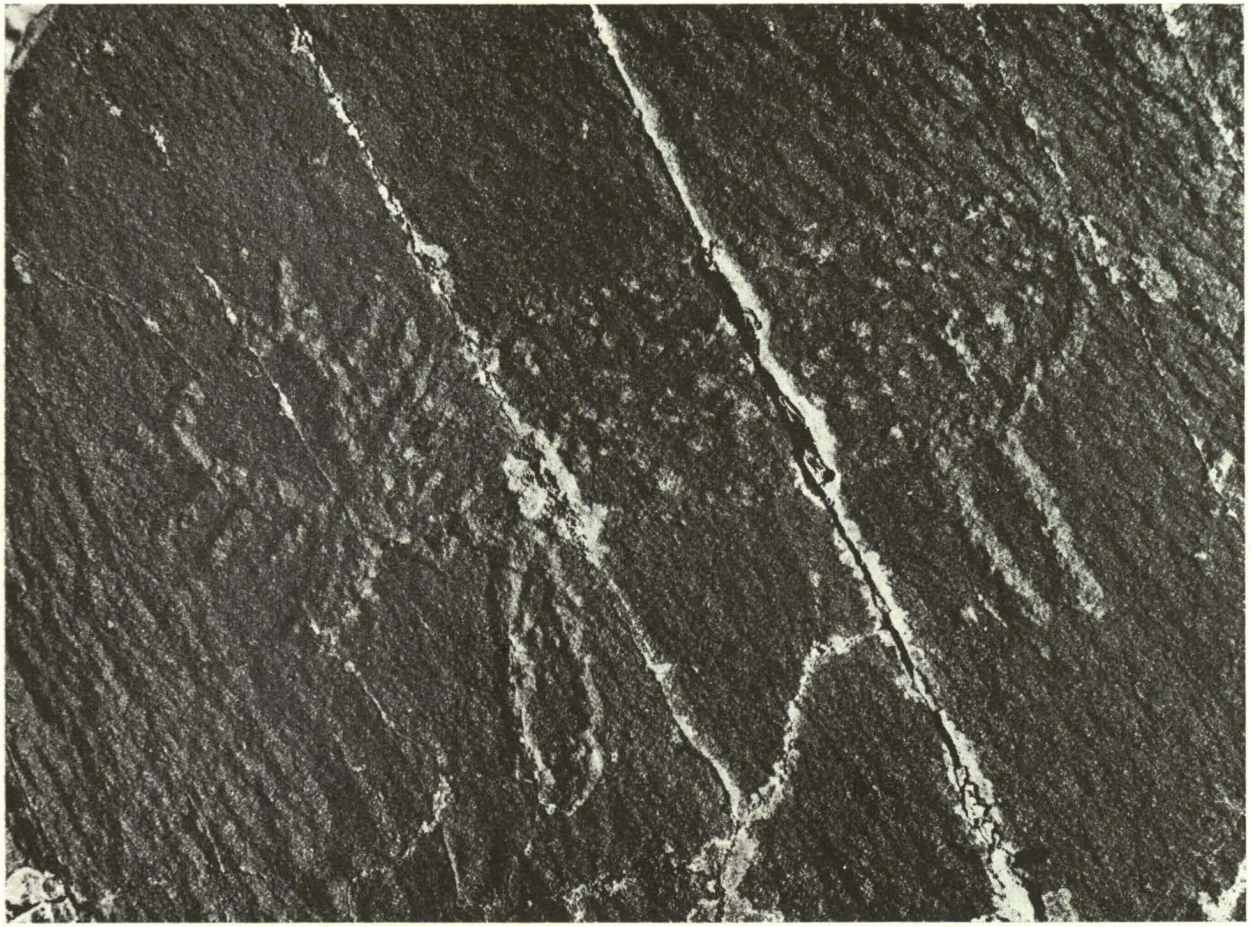


*Fig. 9* - Cervídeo (Chão da Velha)

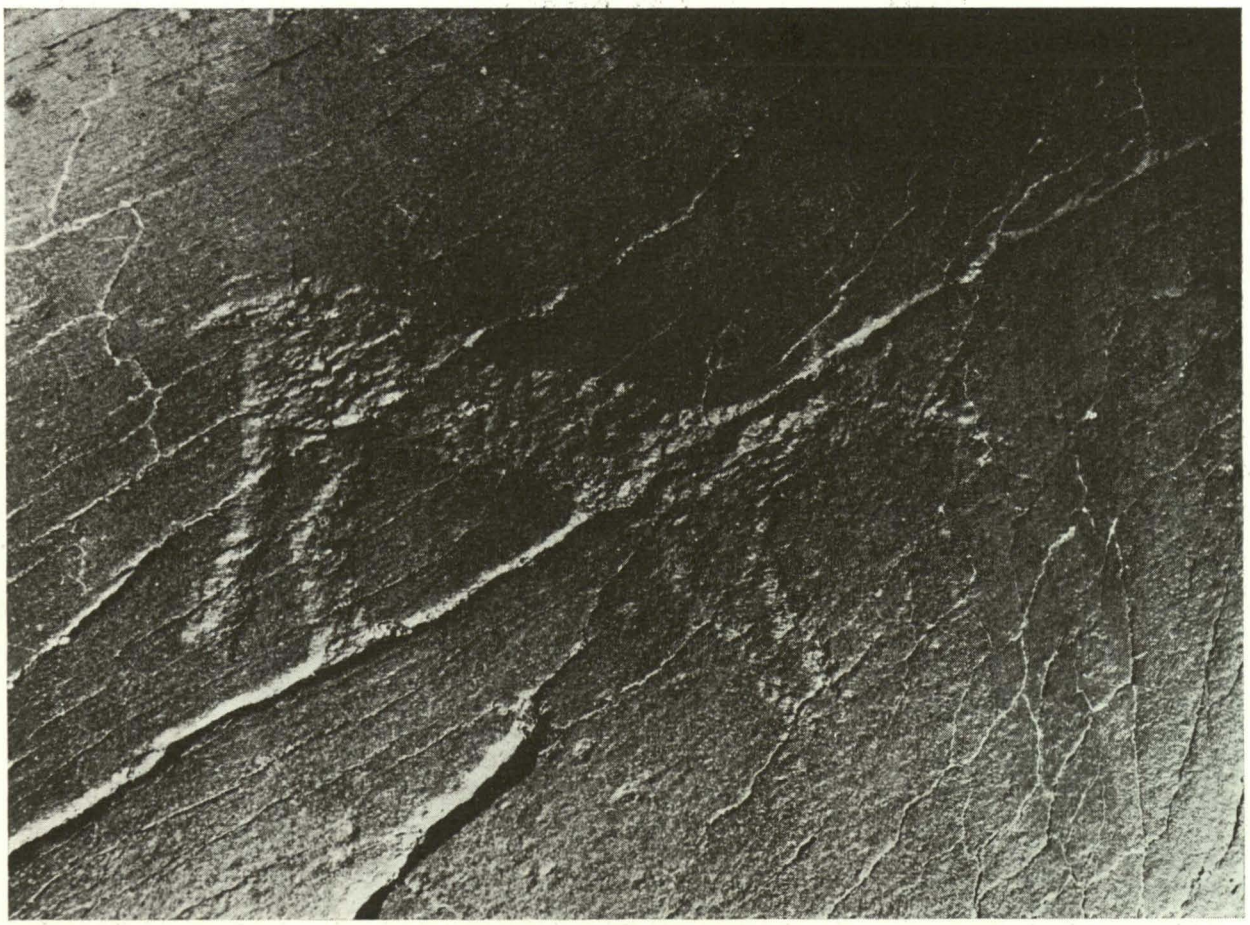


*Fig. 10* - Canídeo? (Chão da Velha)

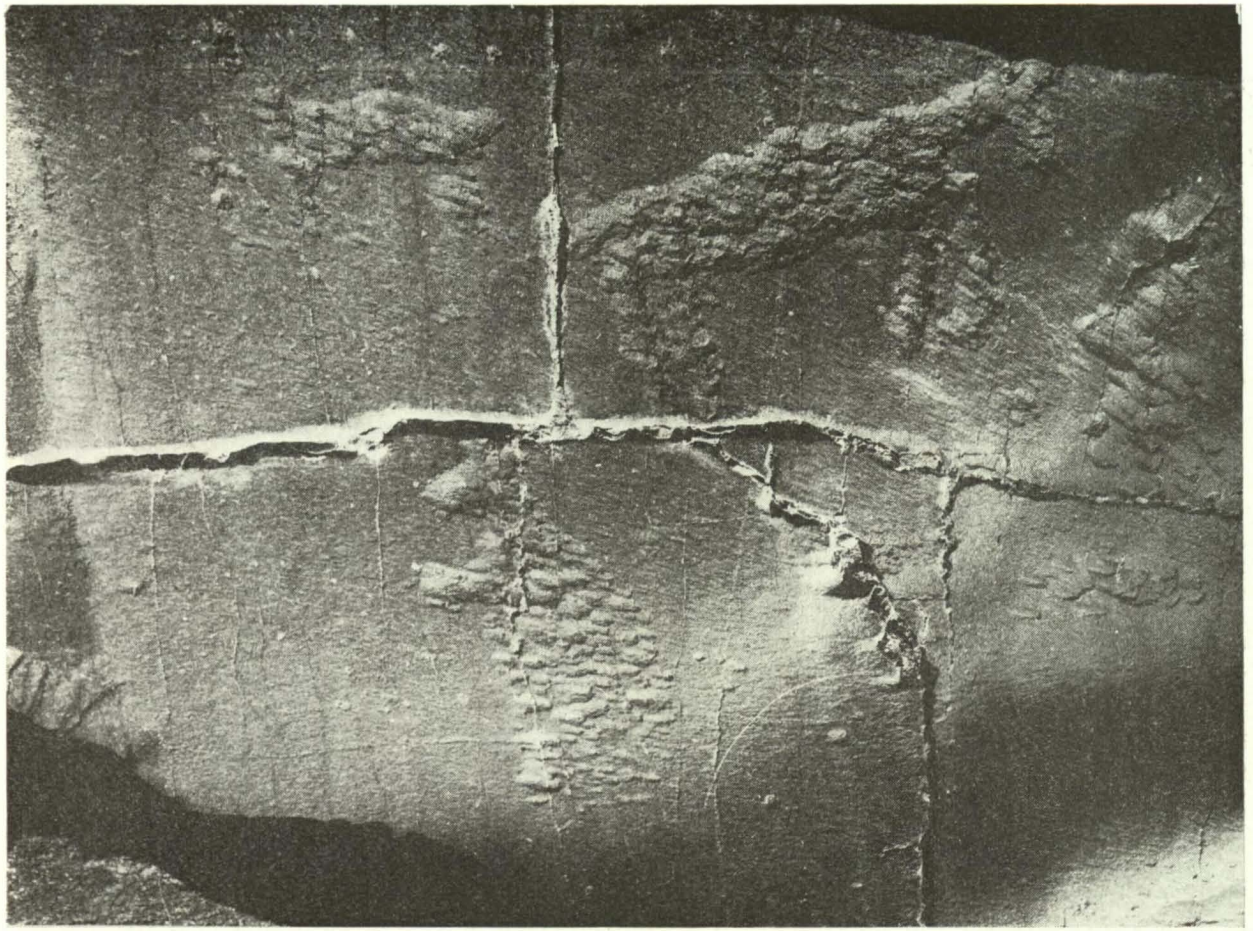


*Fig. 11* - Petróglifos zoomórficos, entre os quais a representação de um ursídeo (?)
(Chão da Velha)



*Fig. 12* - Petróglifos zoomórficos (Chão da Velha)



*Fig. 13* - Petróglifo zoomórfico (Chão da Velha)

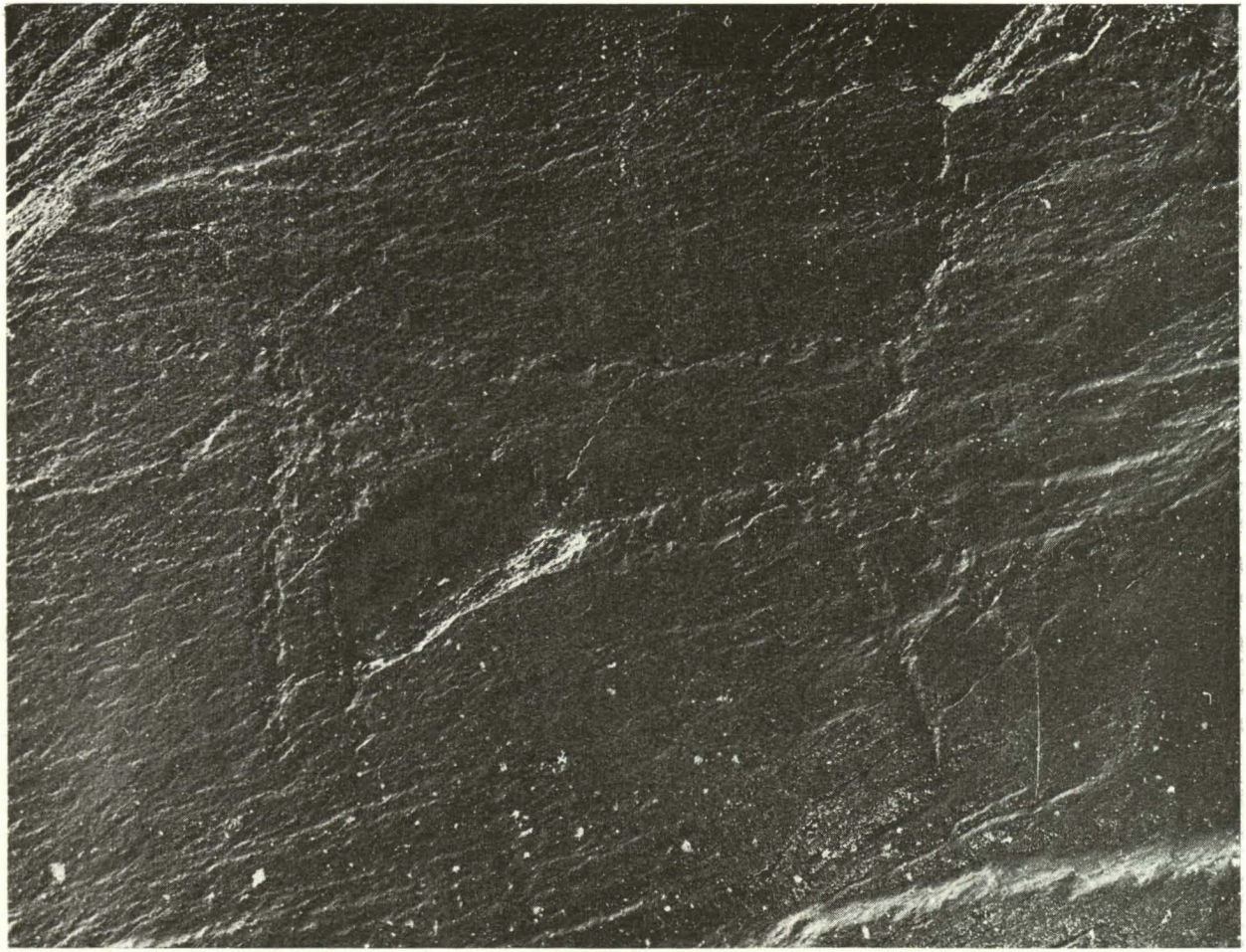


*Fig. 14* - Petróglifo zoomórfico (Fratel)



*Fig. 15* - Petróglifo zoomórfico (Chão da Velha)

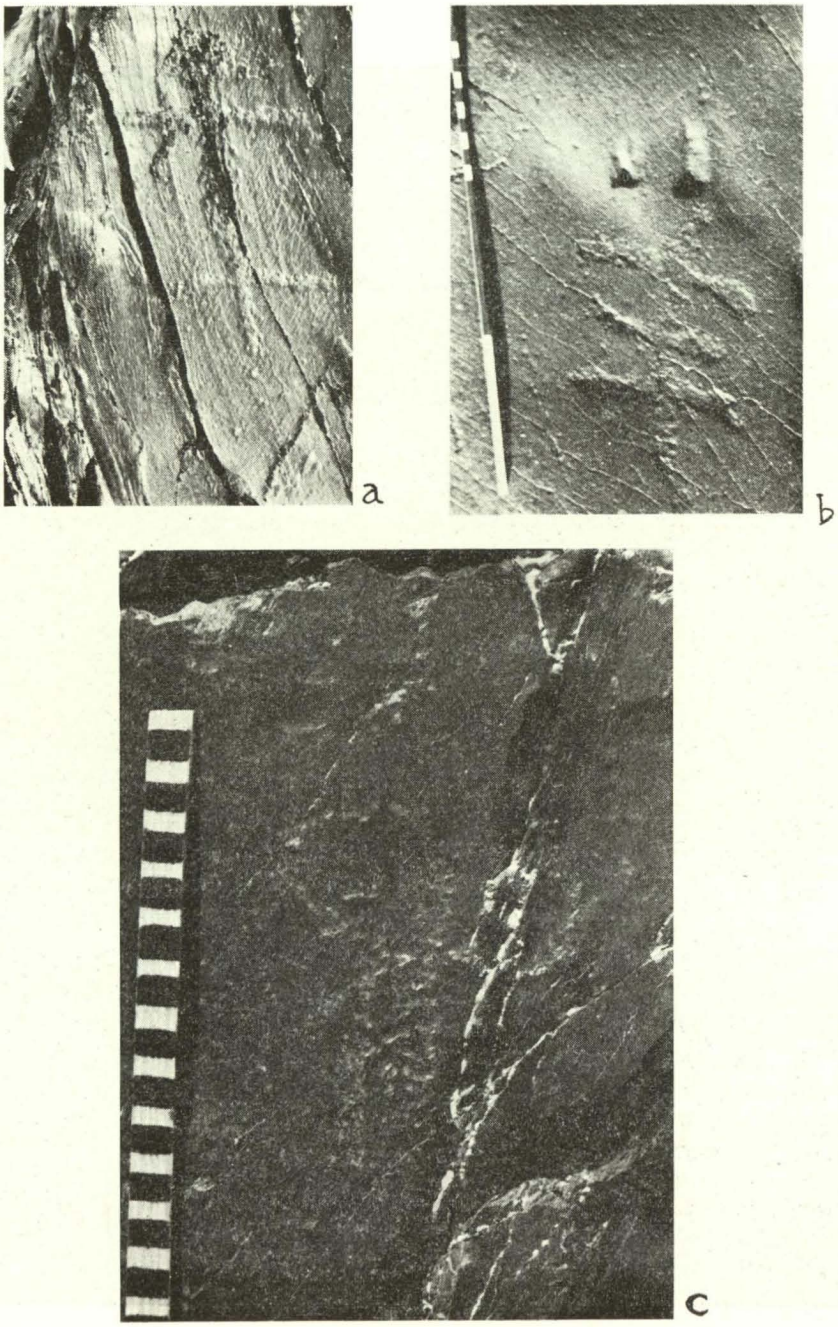



*Fig. 16* - Petróglifos antropomórficos *a)* e *b)* Fratel, *c)* (Chão da Velha,

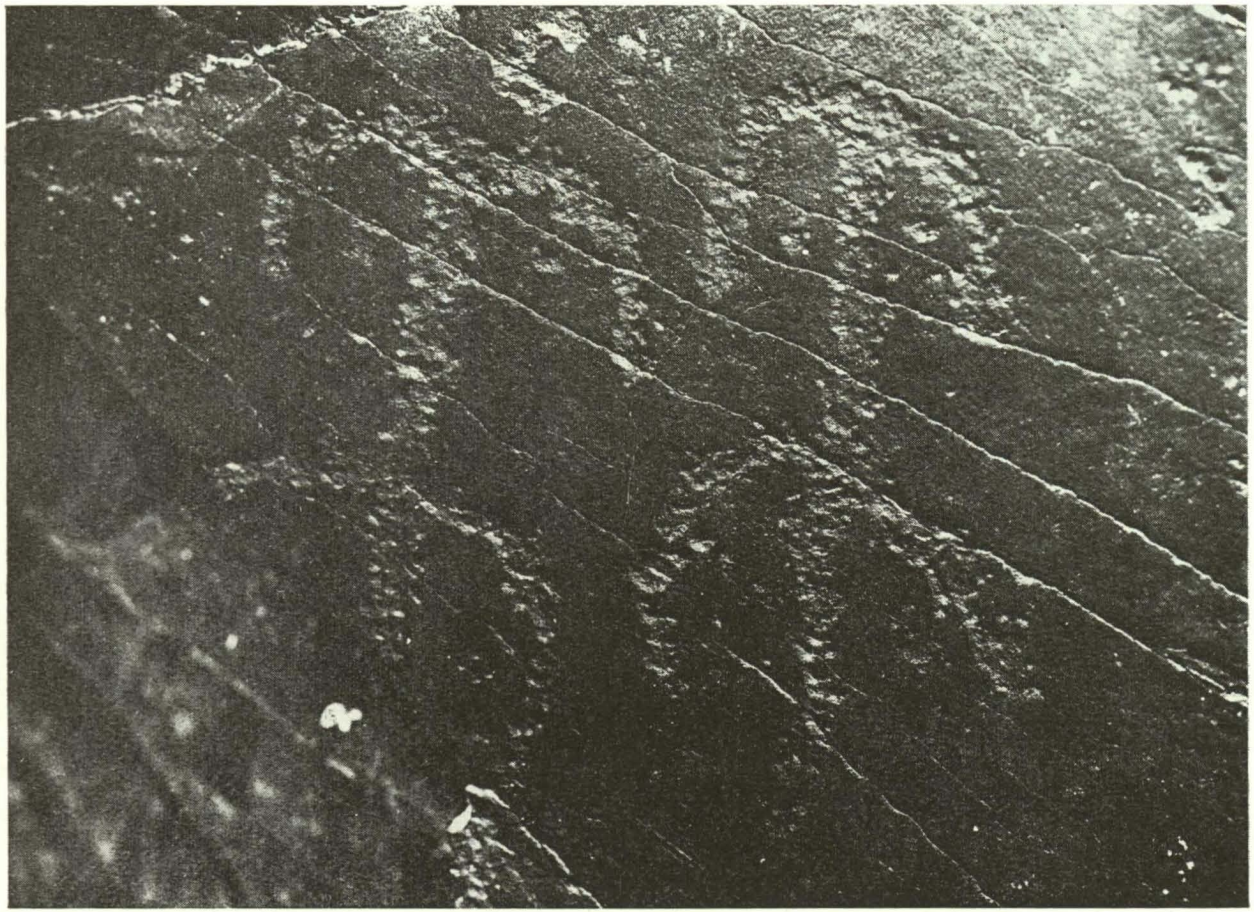


*Fig. 17* - Petróglifos antropomórficos (Fratel)



*Fig. 18* - Petróglifos antropomórficos associados a uma espiral e a outros motivos (Fratel)

# O NÍVEL NEOLÍTICO DA GRUTA DAS SALEMAS (PONTE DE LOUSA) [1]

pelos sócios efectivos

*L. de Albuquerque e Castro*

e

*O. da Veiga Ferreira*

## I. INTRODUÇÃO

A gruta das Salemas está aberta numa cornija calcária du Turoniano que domina o flanco ocidental do Rio de Loures entre as povoações de Lousa e de Ponte de Lousa.

Alguns trabalhos foram já publicados sobre as descobertas realizadas nesta gruta e cercanias [2], pelo que não nos alongamos em consi-

[1] Este trabalho fez parte de uma comunicação ao último *Colóquio Portuense de Arqueologia*. Como infelizmente as actas não há meio de sairem a público decidimos publicar o trabalho na *Arqueologia e História*.

[2] J. Roche, O. da Veiga Ferreira, e J. Camarate França, «Sagaie à base pointue trouvée dans le niveau périgordien de la grotte de Salemas. *Com. Serv. Geol. de Portugal*, T. XLV, Lisboa, 1961.

J. Roche, Camarate França, O. da Veiga Ferreira e G. Zbyszewski, «Le

derações sobre a estratigrafia da gruta, apenas não podemos deixar de mencionar em que condições se encontra o estrato I, justamente o que deu a indústria de tipo neolítico com enterramentos da mesma época.

Este nível era constituído por uma terra escura, compacta e rica em matéria orgânica. A espessura era de cerca de 1 m., muito irregular, penetrando, por vezes, na camada inferior devido a remeximentos de animais bravios e por efeito dos covachos abertos pelos neolitas para enterrar os seus mortos.

A fauna encontrada compreende: *Cardium edule, Testacella maugei Cypraea europaea, Dentalium sp., Lacerta occelata. Mus sp., Vespertilio sp., Orytolagus cuniculus, Vulpes vulpes,* ossadas humanas, indústria e cerâmica de tipo neolítico. É pois sobre o I nível arqueológico da gruta que versará a nota que agora apresentamos [3].

## II. MATERIAL ENCONTRADO

1 machado de fibrolite
5 machados de anfibolito
3 enxós de xisto anfibólico
1 goiva de anfibolito
3 pontas de seta de silex
1 ponta de seta pedunculada de calcedónia.

---

Paleolithique superieur de la grotte de Salemas (Ponte de Lousa). *Com. Serv. Geol. de Portugal,* T. XLV, Lisboa, 1961.

O. da Veiga Ferreira, «Algumas descobertas importantes da Pré e Proto-história portuguesas nos últimos anos», *Revista de Guimarães,* vol. LXXIII, Guimarães, 1963.

Denise Ferembach, «La deuxième molaire déciduale inférieure de la grotte de Salemas (Portugal). *Com. Serv. Geol. de Portugal,* T. XLVI, Lisboa, 1962.

O. da Veiga Ferreira, «Os pendentes de osso «canelados» do nível I da Gruta das Salemas (Ponte de Lousa), *Revista de Guimarães* vol. LXXV, Guimarães, 1965.

[3] Lembramos aqui o nosso saudoso companheiro de trabalho nas escavações da gruta das Salemas, Dr. Camarate França, que a morte roubou inesperadamente ao nosso convívio e que, por isso, não chegou a colaborar na redacção do trabalho que agora damos a público. Não quizemos, todavia, deixar de o recordar como se continuasse em nossa companhia.

5 segmentos de círculo de silex
12 trapézios de silex
5 lâminas de silex com truncatura oblíqua
4 lamelas de silex com «coche»
1 microburil de silex
1 lâmina de silex de dorso rebaixado
31 lâminas de silex com retoques
69 fragmentos sem retoques
19 raspadeiras de silex
2 raspadores de silex com trabalho de duas épocas
3 raspadeiras de silex com trabalho de duas épocas
1 calhau raspador de quartzito
dezenas de lascas de silex com retoques
dezenas de lascas de silex sem retoque
dezenas de núcleos de silex de vários tamanhos
centenas de lascas provenientes de fabrico de instrumentos
6 furadores de osso
1 cabo de instrumento de osso
38 conchas furadas de *Neritina fluviatilis*
6 conchas furadas de *Cypraea (Trivia) europaea*
3 conchas furadas de *Nassa reticulata*
5 conchas de *Dentalium*
8 conchas de *Testacella maugei*
30 contas discoides feitas de concha
1 conta discoide de xisto ardosiano
3 tubusinhos de osso com caneluras (pendentes «canelados»)
fragmentos de conchas de *Cardium edule*
1 dente de *Felis* sp.
1 concha de *Cardium edule*
fragmentos de *Mytilus*
Abundante fauna de roedores
*Vulpes vulpes e Meles taxus*
1 polidor ou afiador de grès com evidentes vestígios de uso
1 bloco de galena
fragmentos de corantes (hematite e limonite)
7 fragmentos de cerâmica com ornamentação em espinha

1 fragmento dum bordo cerâmico com «chevron»
16 bordos de vasos de cerâmica lisa
1 vaso completo de forma hemisférica
1 fragmento de bordo com asa

## III. DESCRIÇÃO DO ESPÓLIO

### A) — *SILEX*

a) — *Trapézios* (Est. II, n.os 11, 12, 14 e 15 e Est. III, n.º 30)

6 trapézios em que um dos lados é acentuadamente oblíquo e o outro quase normal e côncavo. Um é talhado sobre lâmina de secção triângular e os outros sobre lâmina de secção trapezoidal. Retoques unipolares, contínuos e profundos. Bases sem retoques ou vestígios de utilização. Dimensões do maior: base maior — 30 mm; altura — 17 mm; esp. — 5 mm; Idem do mais pequeno: base maior — 26 mm; altura — 14 mm; esp. 3 mm.

4 trapézios com ambos os lados oblíquos embora mais acentuadamente os do lado direito. Encontram-se todos trabalhados sobre lâminas de secção trapezoidal. Retoques unipolares mais pequenos de que os do grupo anterior e extensivos num dos exemplares à base menor. Este último exemplar apresenta indícios de utilização na base maior. Dimensões do maior: comp. — 24 mm; altura — 13 mm; esp. — 2 mm. Idem do mais pequeno: comp. — 19 mm; altura — 12 mm; esp. — 2 mm.

1 exemplar talhado sobre uma lâmina de secção possìvelmente trapezoidal; retoques pequenos e unipolares; vestígios de utilização na base maior. Poderia representar um termo de passagem tanto a triangulo, como a crescente de dorso alto: Comp. 22 mm; altura — 12 mm; esp. 2 mm.

1 trapézio relativamente espesso, quase isósceles com retoques profundos e iregulares; encontra-se também retocado na base

menor transformada numa ligeira concavidade limitada por dois bicos. Vestígios de utilização na base maior. Comp. — 32 mm; altura — 13 mm; esp. 5 mm.

b) — *Segmentos de círculo* (Est. II, n.º 10)

5 segmentos de círculo «tipo Muge», um deles é muito pequeno talhado sobre lâmina de secção triangular. Retoques finos e contínuos embora não muito regulares. Comp. — 19 mm; altura — 6 mm; esp. — 1 mm.

c) — *Pontas de seta* (Est. II, n.º 13)

3 pontas retocadas. Uma delas, a maior, é um instrumento do Paleolítico superior aproveitado posteriormente. Comp. — 29 mm. larg. máx. 9 mm; esp. 4,5 mm.

1 ponta de seta de calcedónia com pedúnculo trabalhado e retocada em ambas as faces e bordos. Trabalho solutrense. A ponta está partida. Comp. — 25 mm; larg. máx. — 15 mm; esp. — 2,5 mm.

d) — *Microburis*

1 microburil «tipo Muge». O golpe de buril está na base. comp. — 14 mm; larg. máx. — 9 mm.; esp. — 2 mm.

e) — *Lâminas e lamelas* (Est. n.os 16-25 e Est. III, n.º 32).

5 lâminas com truncatura oblíqua, uma delas, a completa, apresenta a base com plano de percussão preparado vendo bem o bulbo de percussão. Comp. — 20 mm; larg. máx. — 9 mm; esp. — 2,5 mm.

4 lamelas retocadas tendo uma delas uma «coche» lateral. Dimensões da maior: comp. — 36 mm; larg. máx. — 17 mm; esp. máx. — 3,5 mm.

1 lamela de forma triangular (tipo triangulo de Muge. Cabeço da Amoreira). Comp. — 28 mm; larg. max. — 7 mm; esp. máx. — 4 mm.

De entre as lâminas com retoques destacamos uma de secção trapezoidal com a base muito bem retocada. Comp. — 90 mm; larg. máx. — 21 mm; esp. — 3 mm.

Nas lâminas ou lascas compridas sem retoques destacamos uma de secção trapezoidal que constitui uma boa peça. Comp. — 96 mm; larg. máx. — 20 mm; esp. — 3 mm.

f) — *Raspadeiras*

Nas raspadeiras pomos em destaque algumas discoides com muito bom trabalho de retoques nos bordos. A mais perfeita tem as seguintes medidas: diâmetro — 22 mm; esp. 7 mm.

B) — *ANFIBOLITO*

a) — *Machados* (Est. III, n.º 26, 28, 31, 33 e Est. IV, n.º 39)

5 machados polidos. Dois deles com o gume moderadamente convexo são de secção oval, quase circular. Dimensões do que só se encontra polido no gume sendo o restante afeiçoamento de simples picotagem. Comp. — 83 mm, larg. max. — 51 mm; esp. máx. — 37 mm. Um outro totalmente polido no gume, apresenta no talão um trabalho misto de picotagem e de grosseiro polimento. Comp. — 134 mm; larg. máx. — 57 mm; esp. máx. 42 mm.
O terceiro está fragmentado de secção possìvelmente muito idêntica à dos anteriores descritos e totalmente polido com o gume quase rectilíneo. Comp. — 97 mm; esp. máx. — 37 mm Os dois últimos machados são espalmados, assimétricos, totalmente polidos. Um com o gume acentuadamente convexo. Com. — 117 mm; larg. máx. — 45 mm; esp. máx. — 21 mm; O outro: comp. — 81 mm; larg. máx. — 43 mm; esp. máx. — 19 mm.

b) — *Goiva muito bem polida e afeiçoada* (Est. IV n.º 35) comp. 129 mm. larg. 18 mm. esp. 22 mm.

B) — *XISTO ANFIBÓLICO*

a) — *Enxós* (Est. IV, n.º 34, 36 e 37)

3 enxós polidas. A maior confundível com as de tipo evoluído mede: comp. — 149 mm; larg. máx. — 54 mm; esp. — máx. — 17 mm. As outras duas mais pequenas e imperfeitas, de polimento grosseiro medem respectivamente: comp. — 94 mm; larg. máx. — 44 mm; esp. — 13 mm; Comp. — 90 mm; larg. máx. — 41 mm; esp. máx. — 15 mm. Esta última apresenta numa das faces uma concavidade que tanto poderia resultar da imperfeição de fabrico, como da sua eventual utilização como bigorna.

c) *Rocha ígnea não identificada (basalto?)* (Est. III, n.º 29)

1 percutor alongado de forma elíptica e de secção oval sendo difícil dizer-se se a sua configuração é natural ou afeiçoada Comp. — 110 mm; larg. máx. 53 mm; esp. máx. 35 mm.

d) — *Fibrolite* (Est III, n.º 31)

1 machado deste mineral que embora rude foi quase inteiramente polido. O gume está intacto e bem polido e afeiçoado. Os instrumentos feitos nesta rocha são raros, pelo menos nas estações do litoral, porque a jazida da matéria prima situa-se no centro da Península (Veiga Ferreira, 1956) [4]. Comp. — 120 mm, larg. máx. 60 mm, esp. máx. 30 mm

C) — *INDÚSTRIA E ADORNOS DE OSSO* (Est. I, n.º 2, 4, 6, 8; Est. IV, n.º 38)

Nos furadores de osso que não são muito abundantes nas Salemas destacamos o melhor trabalho que é também maior. Foi afeiçoado num osso de *Ovis* ou *Capra* e tem o aspecto dos furadores

[4] O. da Veiga Ferreira, «Os instrumentos de fibrolite do Museu dos Serviços Geológicos de Portugal». *Anais da Fac. Ciênc. do Porto*, T. XXXVII, Porto, 1953.

encontrados noutras grutas da Península de Lisboa com espólio mais arcaico como o da Gruta da Furninha (Peniche) [5], Carvalhal (Turquel) [6], Casa da Moura (Cesareda) [7] etc. Comp. — 108 mm; esp. 12 mm.

1 cabo de instrumento feito num osso longo de *Ovis* ou *Capra* apresenta as características dos congéneres desta época. Comp. — 60 mm; larg. — 25 mm; esp. — 25 mm.

3 pendentes com decoração incisa canelada em todo o seu comprimento. As caneluras são desiguais com incisões profundas feitas a buril ou lâmina afiada. Nenhum deles está completo faltando-lhe, justamente, a parte superior com o furo de suspensão. Medidas: Do primeiro: comp. — 25 mm; diâmetro — 4,5 mm. Do segundo: comp. 20 mm; diâmetro — 3,5 mm. Do terceiro: comp. — 18 mm; diâmetro — 3 mm.

D) — *ADORNOS DE CONCHA* (Est. I, n.º 1, 5, 7 e 9)

30 contas discoides feitas de concha. À primeira vista lembram contas de calcário mas observando bem vê-se que foram feitas pelo corte e desgaste progressivo de conchas de lamelibrânquios. Foi também encontrada uma conta discoide de xisto ardosiano. Algumas conchas de *Dentalium* foram empregadas também como contas e pendentes ou elementos tubulares para colar. Várias conchas com um ou dois furos, feitos para servir também de elemento de colar, foram encontradas neste nível. Assinalamos a presença de *Cypraea europaea, Neritina fluviatilis e Nassa reticulata* var *nitida.*

---

5 Colecção do Museu dos Serviços Geológicos de Portugal.

6 Idem, Idem.

7 Idem, Idem (Algumas grutas ou castros representados nas Colecções do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de Belém também encerram quadros deste tipo. Citamos, por exemplo, Gruta da Galinha (Alcanena), Povoado da Assenta (Óbidos) etc.

E) — *CERÂMICA* (Est. III, n.º 27)

A cerâmica encontrada é pouca e de fabrico muito primitivo. Todos os fragmentos encontrados são lisos com a excepção de três fragmentos com ornamentação em espinha, um bordo com «chevron e um outro com uma asa rudimentar. Um único vaso hemisférico de pequeno tamanho foi encontrado no nível superior. Dimensões do vaso completo: Abertura — 48 mm. Altura — 45 mm.

F) — *SEPULTURAS*

Não há dúvida que encontramos algumas sepulturas feitas aproveitando as reentrâncias das paredes da gruta. Os ossos estavam em mau estado de tal forma que foi impossível retirar um crâneo intacto. Em todo o caso conseguimos observar a posição e rito de enterramento. Numa das sepulturas, já no fim da escavação e do depósito, encontramos uma mulher e uma criança na mesma cova. Os neolitas escavaram nos níveis do Paleolítico superior, subjacentes ao longo das paredes da gruta na sala de entrada, para aí depositarem os seus mortos com todo o ritual de então.

## IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos elementos encontrados no nível I da Gruta das Salemas podemos tirar diversas conclusões que nos parecem muito interessantes. Em primeiro lugar sabemos que os homens do Neolítico, pois todo o conjunto estudado pertence a um período pré-eneolítico e posmesolítico, aproveitaram a sala de entrada da estreita gruta para aí depositarem os seus mortos e respectivo espólio.

Alguns dos elementos encontrados são dum interesse capital para a cronologia da jazida. Por exemplo os pendentes de osso canelados que como já o fizemos notar[8] tem paralelo em Espanha com os de

[8] O. da Veiga Ferreira. Os pendentes ... op. ... cit. ...

Cehegin (Múrcia), Loma de Los Peregrinos (Múrcia) [9], La Pastora (Alcoy, Alicante) [10], Blanquizares de Lébor (Múrcia) [11], La Barsella (Torremanzanas) (Alicante) [12], Los Llomettes (Alcoy, Alicante) [13] etc., podem ser datados desde o Neolítico até os meados do Eneolítico. Além disto as contas discoides de xisto ardosiano dão também indicação de cronologia pois começaram a aparecer no Egipto à volta dos 3.000 anos a. C. [14].

Pendentes ou contas de colar aproveitadas de conchas de gastrópode como *Cypraea europaea, Neritina fluviatilis, Nassa reticulata* etc. são, sem dúvida, um elemento arcaizante que vem dos tempos dos conheiros de Muge onde foram empregados em grande abundância [15].

O mesmo se pode dizer da indústria microlítica encontrada como os trapézios, crescentes ou segmentos de círculo, microburis, pequenas lamelas, lâminas com truncatura oblíqua etc.

Os machados e enxós são de tipo primitivo e alguns deles são apenas polidos no gume. A goiva é rude, tosca, mas polida e afeiçoada, em especial no gume que é perfeito.

Um dos machados é de secção quasi circular e é picotado tal como os do Neolítico pleno.

---

[9] G. Nieto, «La cueva artificial de Loma de los Peregrinos (Alguazas — Múrcia)», *Ampurias*, vol. XXI-XXII, Barcelona, 1959.

[10] I. Ballester Tormo, «La labor del S. I. P. y su Museo en los anos 1940-1948, p. 49, estampa, V, Valência, 1949.

[11] J. Quadrado, «El yacimiento eneolítico de los Blanquizares de Lebor. *Arch. Esp. de Arqueologia*, p. 51, Madrid, 1950.

A. Arribas, «El ajuar de las cuevas sepulcrales de los Blanquizares de Lebor». *Mem. Mus. Arq. Provinciales*, vol. XIV, p. 78, Ed. I, 1, 2-3, Madrid, 1956.

[12] J. Belda, «Excavaciones en Torremanzanas... *Mem. de la J. S. Sx. y Ant.* vol. 100, p. 12 e 21. Est. VI, 7 e Est. VII, 11 e 12 Madrid, 1929 e vol. 112, p. 20, 45. Est. X, 1, 8, 10, 11, 15, 16, Madrid, 1931.

J. Lafuente Vidal, «Museo arqueológico Provincial de Alicante, *Catalogo Guia*, Est. II, Alicante 1959.

[13] J. Vilanova Piera e E. Villaplana Julia, «La gruta de los Llomettes de Alcoy» em «História de Alcoy y su région» de Remígio Vicedo T. I. p. 67, Alcoy, 1922.

[14] Afonso do Paço e E. Jalhay, «El castro de Vila Nova de San Pedro *Actas y Mem. de la Soc. Esp. de Preh. y Etnografia*, vol. XX, Madrid, 1945.

[15] Vidé bibliografia de J. Roche e Veiga Ferreira sobre as últimas escavações nos concheiros de Muge.

A cerâmica ,aliás muito pouca em relação por exemplo à grande quantidade de utensílios de silex, é rude, tosca, de pasta grosseira, feita à mão e sem cosedura. O único vaso completo é de tipo hemisférico, tosco, mal confecionado, de paredes irregulares em espessura e de fundo muito espesso.

De resto, e para terminar, se procuramos bem os antecedentes dos pendentes de osso canelados e o das contas de xisto ardosiano, chegaríamos até à civilização de Badarian [16] que nos leva a classificar o nível I das Salemas numa data que andará à volta dos 3.600 a 4.000 anos a. C.

Por outro lado, já depois de termos apresentado este trabalho ao último *Colóquio Portuense de Arqueologia,* obtivemos uma datação pelo radiocarbono 14. Com grande surpresa nossa vimos num trabalho de M. Almagro Gorbea [17] a citação seguinte: «Madeira carbonizada achada na argila vermelha do nível III da Gruta das Salemas. A amostra foi recolhida pelos Serviços Geológicos de Portugal num nível Paleolítico superior. Ao corresponder à data do Neolítico J. Roche realizou um novo exame que mostrou efectivamente, várias sepulturas que se haviam escavado durante o período neolítico. Amostra recolhida em 1960 e dada por J. Roche do Laboratório de Paleontologia da Sorbonne, Paris».

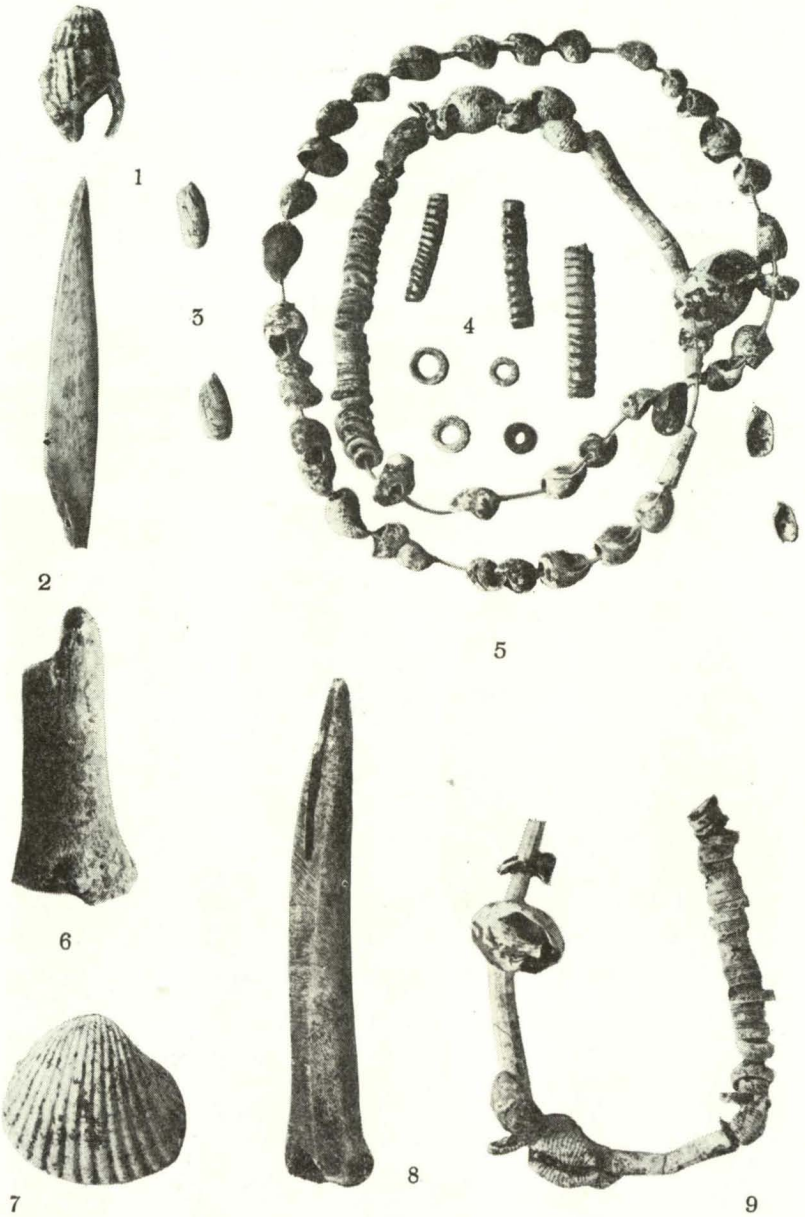
Ora temos aqui que repor a verdade: não foi J. Roche que recolheu os carvões ou fez as escavações. Estas foram feitas por L. de Albuquerque e Castro, J. Camarate França e O. da Veiga Ferreira. O material foi escolhido por nós nas sepulturas neolíticas e levado por J. Roche para Paris. O que lamentamos é que se saiba dos resultados por terceiros em vez de serem comunicados aos Serviços Geológicos de Portugal. Assim, pensamos, fica a verdade dos factos bem expressa. A datação deu 6320+350=4370 anos a. C. o que não anda muito longe da cronologia por nós admitida ao estudarmos o espólio encontrado.

---

[16] G. Bronton e G. Caton-Thompson, «The Badarian civilization», Est. XLVII, n.º 5 e 6 e Est LIII, n.º 28, London, 1928 (Agradecemos ao nosso saudoso amigo Maxime Vaultier a consulta deste livro na sua biblioteca privada).

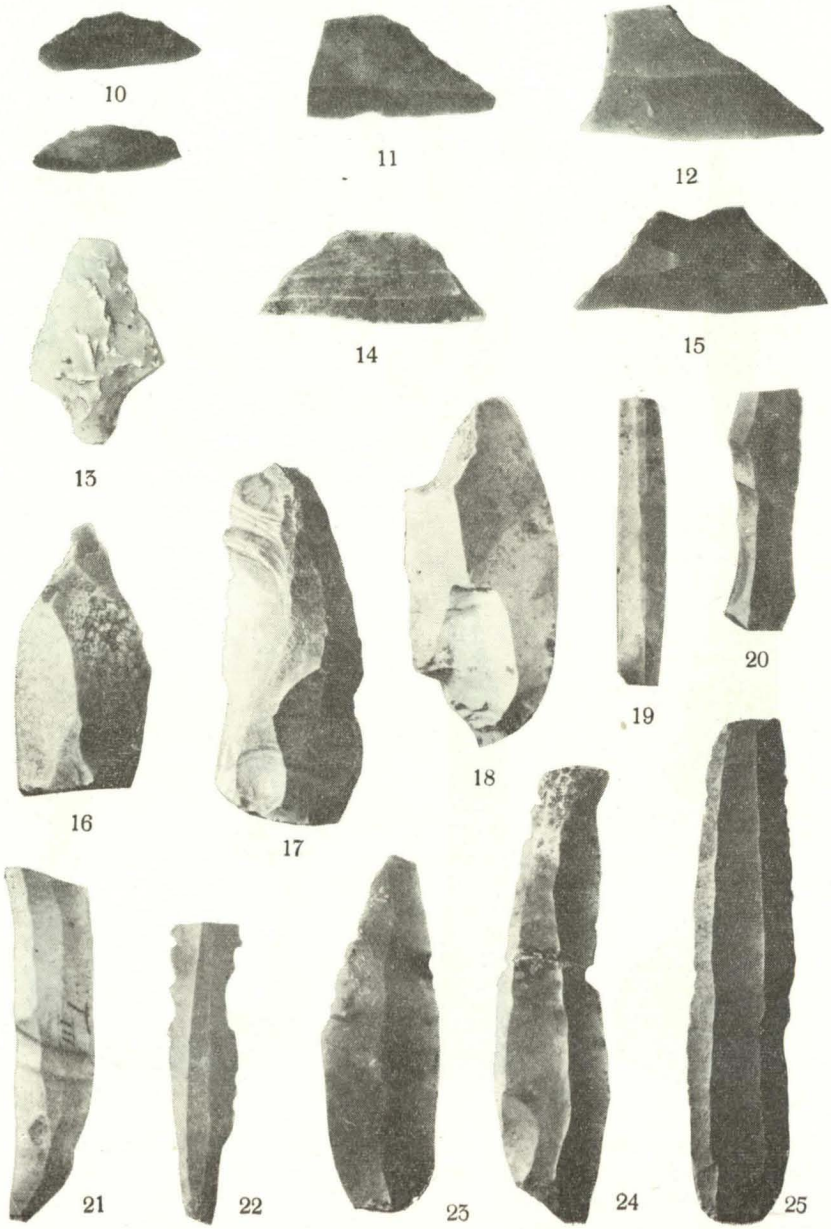
[17] M. Almagro Gorbea, «Las fechas del carbono 14 para a préhistória y la arqueologia peninsular. *Trabajos de Prehistória do Instituto Español de Prehistória,* vol. 27, Madrid, 1970.

Est. I - Nível Neolítico da Gruta das Salemas



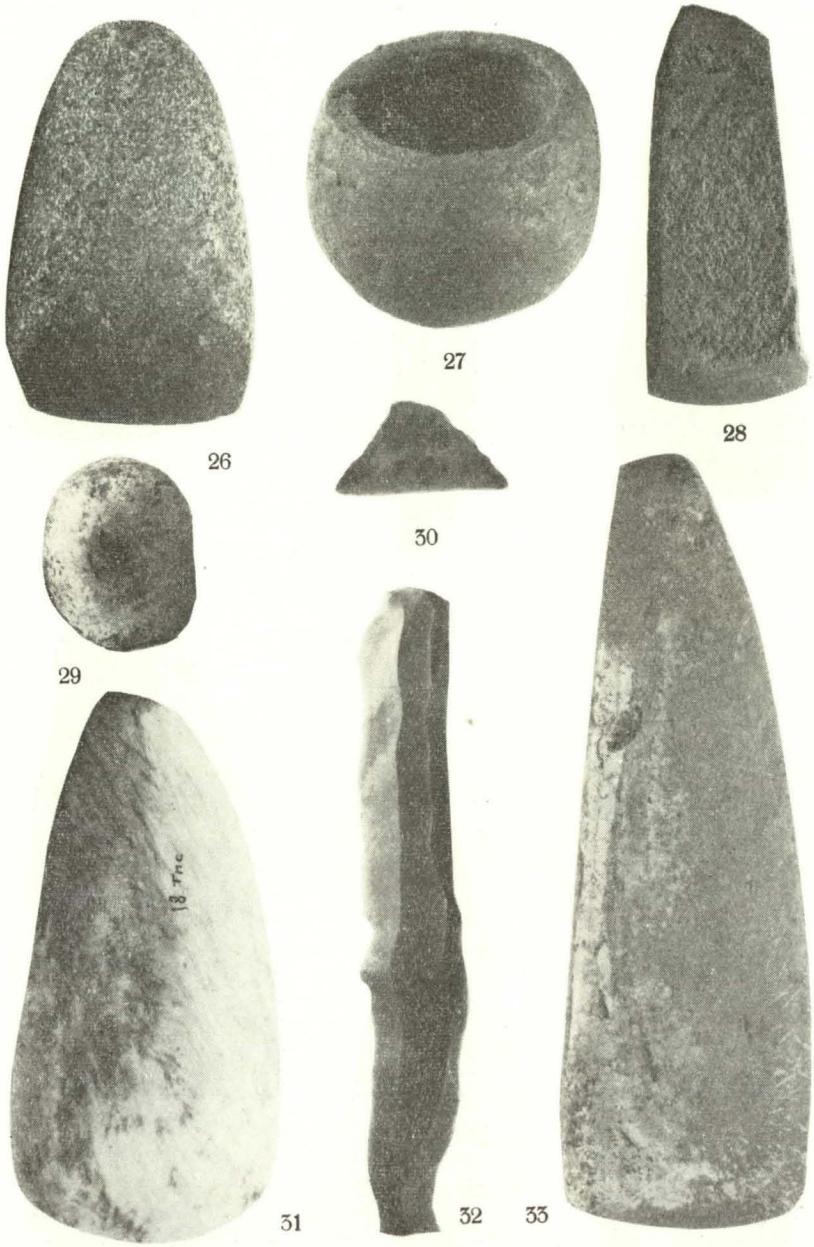

1 - Concha de *Nassa reticulata*, var. *nitida*, furada para servir de conta de colar
2 - Furador feito de uma esquírola de osso
3 - Conchas de *Testacella maugei*
4 - Pendentes de osso «canelados»
5 - Colar de contas de *Neritina fluviatilis, Cypraea (Trivia) europaea, Nassa reticulata*, var. *nitida, Dentalium* sp., osso, xisto ardosiano, conchas, calaíte (nefrite).
6 - Cabo de osso
7 - Concha de *cardium edule* furado no vértice
8 - Furador de osso (*Ovis* ou *Capra*)
9 - Outro colar de contas de *Neritina fluviatilis, Nassa reticulata*, var. *nitida, Cypraea, europaea, Dentalium* sp., conchas, calaíte etc.
(Tudo em cerca de 2/3 do tamanho natural)

Est. II - Nível Neolítico da Gruta das Salemas




10 - Segmentos de círculo de silex (micrólitos)
11, 12, 14 e 15 - Trapézios de silex (micrólitos)
13 - Ponta de seta pedunculada de calcedónia
16-25 - Diversos tipos de lâminas de sílex (Tudo em cerca de $^{2}/_{3}$ do tamanho natural com excepção dos n.$^{os}$ 10, 11, 12, 14 e 15 que estão a $^{1}/_{1}$)

Est. III - Nível Neolítico da Gruta das Salemas




26 - Machado polido de anfibolito
27 - Vaso de cerâmica
28 - Machado de anfibolito apenas polido no gume e no talão
29 - Percutor esferoide de rocha ígnea não identificada
30 - Microlito trapezoidal de silex
31 - Machado polido de fibrolite
32 - Grande lâmina de silex
33 - Grande machado de anfibolito claro
(Tudo em cerca de 2/3 do tamanho natural)

Est. IV - Nível Neolítico da Gruta das Salemas



34



35



36



37



38



39

34 - Enxó tosca de xisto anfibólico
35 - Goiva de xisto anfibólico
36 - Enxó de xisto anfibólico
37 - Enxó de xisto anfibólico
38 - Punhal de osso feito da omoplata de *Cervus*
39 - Espesso machado de anfibolito grosseiro
(Tudo em cerca de 2/3 do tamanho natural)

# NA COMEMORAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DE OS «LUSÍADAS», RECORDAM-SE AS CINZAS DE CAMÕES [1]

pelo sócio efectivo

*Francisco de Assis de Oliveira Martins*

*«Esta desaparição do corpo do Poeta, representa-se-nos à fantasia como coisa, por certo modo, sobrenatural. Quasi que se sente que assim preenche o seu extraordinário destino, de errar sempre sem domicílio nem pousada, ele que deixou repartido pelo mundo a vida em mil pedaços.»* António Feliciano de Castilho, in J. Castilho. Memórias III, de 1834 a 1840, pág. 146.

[1] Conferência realizada na sede da A. A. P., em sessão solene, presidida pelo Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na noite de 19 de Junho de 1972, que o autor aumentou.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Santos e Castro
Senhor Provedor da Casa Pia de Lisboa, Dr. José Francisco Rodrigues
Senhor Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Prof. Dr. D. Fernando de Almeida
Ilustres confrades
Minhas senhoras, meus senhores:

A V. Ex.ª Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa agradeço a honrosa presença nesta sessão, nesta sala que se ergue no centro histórico da gloriosa Lisboa, que à vossa guarda, devota, está confiada; recinto que, todo ele, no silêncio impressionante que o envolve, nos diz dos fastos pátrios que os «Lusíadas» contam, cantando: excelente quadra para nela se recordar Camões na sua vida, na sua morte.

A V. Ex.ª Senhor Provedor da Casa Pia de Lisboa agradeço efusivamente também a sua presença nesta sessão: um facto específico determina, de direito, o seu lugar na mesa da presidência dela. Encarregou-me V. Ex.ª de recolher do arquivo da Casa Pia elementos de informação, com vista a uma história, a escrever, do Instituto centenário. Foi no trabalho dessas buscas que encontramos o ofício — um brado de alma ofendida — dirigido ao Presidente do Conselho de Ministros e Ministro do Reino João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, documento que constitui o ponto de partida de novas e longas investigações de que as nossas palavras de hoje são um resumo.

A V. Ex.ª Senhor Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses e meu estimado confrade, agradeço as palavras generosas que me dirigiu e a honra do convite para vir aqui celebrar Camões, na hora em que, portugueses e brasileiros, comemoramos o quarto centenário da publicação dos «Lusíadas».

Como disse, desde que nos foi dado conhecer o documento referido, passei a dar-me à recolha de notícias históricas àcerca dos movimentos entusiásticos que homens sábios, portugueses de alma convicta, durante o século passado e nas primeiras décadas do que decorre, em vários momentos, se deram com febril paixão, a procurar as cinzas

de Luís Vaz de Camões que depositadas foram na capela devota do convento de Santana. Os resultados de leituras feitas houveram de ser objecto de longa troca de impressões nossas com o Secretário-Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o Exmo. Senhor Dr. João Montalvão Machado. Em certo momento, o nosso operoso Secretário-Geral pôs-me o problema de, aproximando-se o ano do centenário de os «Lusíadas» guardar, eu, o trabalho que tinha em mãos, para a hora das comemorações. Aceitei a sugestão a que damos cumprimento, ficando responsabilizado, portanto, pelos resultados da empresa, aquele nosso ilustre amigo, a quem daqui estendemos a mão numa atitude clara de reconhecimento pelo apreço devido e pela amizade muitas vezes provada.

Para V. Ex.as que nos ouvem vai uma palavra de reconhecimento pela presença na certeza de que estar aqui representa o sacrifício do arrancar do canto amável e costumado da sala para o trocar pelos incómodos de uma ida ao Carmo, aos Arqueólogos, para ouvir falar, das cinzas de Camões — muito obrigado.

## PONTO DE PARTIDA

O ponto de partida — dissemos — para este trabalho — *Na celebração do quarto centenário de os Lusíadas», recordam-se as cinzas de Camões* — foi a impressão de estranhesa causada pela leitura do ofício, datado de 18 de Julho de 1906, dirigido pelo Provedor da Casa Pia de Lisboa — Jaime Artur da Costa Pinto, ao Presidente do Conselho de Ministros e Ministro do Reino — Conselheiro João Franco.

O ofício é longo e todo ele referido a assuntos atinentes ao templo de *Santa Maria de Belém,* a aspectos repreensíveis que o generoso Provedor desejava ardorosamente eliminar. Os primeiros daqueles não interessam ao tema reservado para a sessão desta noite.

Do longo ofício, que se encontra recolhido no livro de Registo dos Ofícios Expedidos — Administração n.º 4, passamos a ler os últimos parágrafos:

— «Ainda outro facto se dá, que tem merecido os mais justos e severos reparos da parte de nacionais e estrangeiros, sendo destes

bastante avultado o número dos que visitam os Jerónimos, alguns, por diversos títulos bem ilustres. O facto a que vou referir-me, pelo testemunho da pouca consideração que ligamos à memória e aos despojos dos homens que mais ilustraram o país, é um valioso argumento para provar o atraso da nossa civilização.

Há anos já que na capela onde se encontra o túmulo destinado às cinzas de D. Sebastião, foram erguidos dois mausoléus para serem neles guardadas as cinzas de Camões e Vasco da Gama.

Ainda hoje, decorridos tantos anos, se encontram ao fundo da referida capela dois caixotes, de tosca aparência, com a indicação exterior de que contêem, um os restos de Camões e o outro os de Vasco da Gama.

Parece que o modo mais simples, de pôr fim a este triste espectáculo, seria meter, no mausoléu de Vasco da Gama, juntamente com outra, a ossada que se encontra no caixote, exposto ao público; e encerrar no mausoléu de Camões, o conteúdo do outro caixote, terminando de vez com tão pouco séria exibição.

É este alvitre que tenho a honra de propor à esclarecida apreciação de V. Ex.ª

Deus guarde a V. Ex.ª

O Provedor

Jaime Artur da Costa Pinto

Ao fundo da capela do cruzeiro, do lado da epístola, onde se erguia o mausoléu monumental destinado a recolher as cinzas de Camões encontrava-se um caixote de tosca aparência, com a indicação de conter os restos de Camões — Porquê! A resposta tê-la-ão V. Ex.as a seu momento.

## EM PROCURA DOS RESTOS MORTAIS DE LUÍS VAZ DE CAMÕES — OFENSIVA DE 1836

Ao poeta António Feliciano de Castilho deve a Nação portuguesa o movimento singularmente honroso da glorificação da memória de Luís de Camões.

Em passos vários da sua obra, o poeta Castilho solicitara da Câmara Municipal de Lisboa a construção de um campo elísio ou panteão de homens ilustres [2].

Em 1835 António Feliciano de Castilho trabalhou activamente para que se erguesse na capital um digno monumento a Camões, para o que obtivera de Assis Rodrigues um projecto. Persisitindo na sua meritória empresa, o poeta, na «Sociedade dos Amigos das Letras», numa sessão do mês de Julho de 1836 solicitou, em nome das letras portuguesas, que a Câmara Municipal de Lisboa tomasse a iniciativa do planeamento e execução de um cemitério especial destinado aos grandes beneméritos da Pátria: o primeiro a nele ter jazigo seria o autor dos *Lusíadas — se os seus ossos aparecessem* [3]. Havia, portanto, que proceder a uma imediata pesquisa das venerandas cinzas do poeta: homenagear Camões era «uma desafronta pública, uma quasi litação religiosa a um morto de três séculos, tão mesquinho e desvalido, nos dias da sua existência, quão grande e celebrado hoje pelo mundo».

Da sessão histórica saiu o plano da procura dos ossos de Camões, na Capela do Convento de Santana, segundo os dados históricos que Castilho apresentava, e o da trasladação solene dessas relíquias para o cemitério de honra.

Para o efeito da pesquisa os «Amigos das Letras» nomearam uma comissão constituída por: António Feliciano de Castilho; Francisco Assis Rodrigues, escultor; João Maria Feijó, engenheiro; Gonçalo José de Carvalho, que viria a ser o Visconde de Monção; o morgado de Assentiz e os irmãos do poeta — Augusto Frederico e José Feliciano.

Metidas as mãos à obra, três linhas de orientação foram seguidas pelos pesquisadores: — cotejar na Biblioteca Pública as biografias antigas de Camões, que disseram com minúcia do enterro do poeta; convidar as monjas a deporem sobre se havia alguma tradição conventual escrita ou oral, que ajudasse a orientar a pesquisa.

Colhidos os informes e por eles orientados, passar-se-ia à pesquisa directa.

---

2 Vidè — Revista Universal Lisbonense, tomo IV, pág. 563.

3 Memórias de Castilho — Livro III — de 1834 a 1840 págs. 140 e segs.

4 *Convento de Santana* à data da morte de Camões no ano de 1570 o templo de que as religiosas se serviram era a Ermida fundada pelos sapateiros da Padaria.

Manuel Severim de Faria (1624), diz: «Foi Camões sepultado na igreja do mosteiro de Santana, sem letreiro, ou campa alguma, que mostrasse o lugar de sua sepultura». E o biografo continua: «Pouco depois do seu falecimento, movido Dom Gonçalo Coutinho de zelo da Pátria, a quem o poeta tinha tanto merecido, lhe mandou cobrir o lugar da sepultura com uma campa de mármore com honroso epitáfio».

Entretanto, Manuel Faria e Sousa (1639) relata: — aquando da colocação da lápide de mármore, se removeram os restos do poeta, desde o canto à mão esquerda da porta principal, para o meio quase do templo: «Fue enterrado con toda miseria en la Iglesia de Sant'Ana, luego al entrar de la puerta, casi al rincon de la mano izquierda de la puerta . . . . Don Gonçalo le passó a la mitad de la Iglesia puniendole una losa de marmol rasa, con esta inscripcion.

Aqui jaz Luis de Camões

Principe

Dos poetas do seu tempo;

*Viveu pobre e miseravelmente:*
*E assim morreu*

ano *MDLXXXIX* [5]»

Esta campa lhe mandou aqui por D. Gonçalo Coutinho na qual não se enterrara pessoa alguma.

---

[5] Martins Gonçalves da Câmara, escrivão da puridade de el-rei D. Sebastião, com autorização de D. Gonçalo Coutinho mandou gravar na mesma lápida o epitáfio em dísticos latinos, composição do padre jesuíta Mateus Cardoso. A lápida está irregularmente transcrita, pois, lá não estava: — «viveu pobre e miseràvelmente».

O depoimento das monjas pouco adiantou: resumiu-se a um confuso e mal redigido pequeno documento em que se fala do coval de Camões situado ao *lado esquerdo da primitiva porta de entrada.*

Ia passar-se à pesquisa. Em resposta ao ofício dirigido pela comissão à Rainha D. Maria II, pedindo autorização para se proceder aos trabalhos, o ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Joaquim António de Aguiar, oficia ao Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Patrício da Silva, dizendo: «A mesma Augusta Senhora deseja que V. Exma. não só não ponha estorvo algum à pretensão da dita Sociedade, mas antes a auxilie no emprego dos meios que julgar conducentes a este objecto». Da indagação dos restos mortais de Camões.

Habilitada a comissão com a autorização do Patriarca, os pesquisadores iniciaram os trabalhos no dia 7 de Setembro (1836), trabalhos de exploração que se alargaram até ao dia 12, seguinte.

Foi António Feliciano de Castilho quem, apoiado por seus irmãos — Augusto Frederico e José Feliciano — estabeleceu o plano de operações, com zelo e alvoroço; como quem procura minas de oiro, dirigiu o poeta cego, a tarefa de rebuscar nas sombras da morte a sombra do grande morto ...

Seguindo os depoimentos dos prestigiosos autores invocados, houve a preocupação de determinar o preciso lugar da primitiva porta principal que as freiras haviam fechado, ao fazerem o coro baixo. Desde aquele momento passara a ser entrada principal da igreja a que até então fora travessa.

Como a primitiva porta de acesso marcava a linha do centro do templo, e porque Faria e Sousa não nos indica concretamente a posição da campa para onde, segundo o seu depoimento, haviam sido trasladados os restos mortais de Camões, isto é se esta ficava junto dos altares se isolada na linha central do pavimento, as atenções dos exploradores dirigiram-se para o centro do templo na direcção do seu eixo maior, importando portanto, procurar alguma campa, com inscrição ou sem ela, *casi a la mita de la iglesia.* Da investigação resultou encontrar-se quase a meio do templo uma campa semi-encoberta com o estrado e balaustrada do coro baixo; devia ser esta a jazida de Camões. Abriram o túmulo e nele encontraram «mais ossos que de uma pessoa só»; viram-nos, tocaram-nos, haviam de estar ali

os restos mortais do Épico; emocionadamente reuniram aquelas espécies e sobre elas deixaram descer a lousa sepulcral muda. Castilho [6] nas suas já citadas «Memórias» refere que no dia 12 de Setembro recomeçaram as pesquisas, pelas 7 horas: «Os membros da comissão já, porém, tinham começado ou formado o seu juízo; só compareceu Castilho Antonio; dos sócios agregados Castilho Augusto.

Movido pelas reflexões das monjas trataram de escavar ou mantear profundamente o chão da esquerda da porta que fora entaipada. Dessolhou-se todo o coro baixo, rasgou-se nele uma manta de quatro palmos. Reconheceu-se então haver-se chegado abaixo do antigo pavimento que tinha menos profundidade que as anteriores sondagens. Apareceram ossos dispersos e nada mais.

Desenganados de que nada havia a esperar do coro, passaram os investigadores «por escrupulo de zelo» a examinar o pavimento dos claustros da igreja, da sacristia e dos corredores, isto é, sem escavações, limitando-se apenas os estudiosos, a ler inscrições do pavimento e a copiar algumas por curiosidade. Nada se encontrou que abrisse qualquer caminho novo na conquista da verdade procurada com tanto zelo e patriótica devoção.

Júlio de Castilho afirma: «... deram-se por convencidos (os da comissão) de que era exacta a asserção de Faria e Sousa; de que as preciosas cinzas de Camões tinham sido removidas por piedade de Dom Gonçalo Coutinho, do primeiro lugar do enterramento». E logo a seguir «... ficou para eles (como parece ficara para os outros companheiros da investigação) claro e corrente que a tal campa, situada quase a meio da igreja, semi-encoberta com o estrado e a balaustrada, do coro baixo, devia ser a de Camões. A sincera convicção de António Feliciano de Castilho levou-o a exclamar: «... dois séculos e meio depois da morte de Camões pude dizer à minha consciência: — «Achei-; a sua sepultura — ei-la aqui»!

Conforme era curial e estava determinado, tudo foi convenientemente reposto.

---

[6] Castilho em nota ao drama Camões de sua autoria, diz: «Verdade é que esses ossos, bem examinados, não davam um esqueleto completo, e aliás se encontrou entre eles alguns de mais, como bem verificou o Sr. Assis Rodrigues.

Entretanto, no mês seguinte dá-se a revolução «Setembrista». Das perturbações consequentes dos acontecimentos políticos resultou a dispersão dos componentes da «Sociedade dos Amigos das Letras». O resfriamento dos entusiasmos de Castilho devidos a desgostos e transtornos de família e a preocupações absorventes de carácter profissional — o seu método repentino — fizeram com que, durante quase duas décadas se não falasse do assunto: sobre as pesquisas dos restos mortais de Camões desceu uma espessa cortina.

## NOVAS PESQUISAS EM BUSCA DAS CINZAS DE CAMÕES (1854-1855)

O Visconde de Juromenha, todavia, continuou investigando e escrevendo: grande apaixonado da memória de Camões, fiel a estes nobres sentimentos, entre 1860 e 1869, produziu seis volumes sobre a biografia de Camões. A Juromenha ficaram devendo as letras pátrias a vulgarização do documento que Freire de Oliveira, organizador do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, publicou nos «Elementos para a História do Município de Lisboa», documento que fez a prova, definitiva, do óbito de Luís de Camões haver ocorrido em 1580 e não em 1579, como a lápide que cobriu seus restos mortais assinalava e autores seguiram.

As pesquisas de 1836 tinham sido sobremaneira orientadas pelo depoimento de Faria e Sousa, dados históricos contra os quais Juromenha aparecia a combater, argumentos de autor de quem aliás era muito respeitador.

1.º argumento: Sendo Faria e Sousa tão indagador não podia ser absolvido de descuido, por não visitar o lugar, o que se manifesta por apresentar o epitáfio errado, com a edição de Pedro Mariz (1613) que diz: ... «um fidalgo português lhe mandou fazer sepultura própria» ... [6], das expressões de *viveu pobre e miseravelmente, e assim morreu,* que lá não estava, erro que foi emendado logo na edição subsequente, de 1614.

---

[6] Prólogo de os «Lusíadas» comentados pelo licenciado Manuel Correia.

2.º argumento: Faria e Sousa aparece-lhe contradito «por um estimavel escritor seu contemporâneo que visitava a sepultura do Poeta e que nos deixou a colecção mais copiosa de todos os epitáfios que ali se reuniam. Este autor foi Diogo de Mouro de Sousa [7] que escrevia em 1638, pelo mesmo tempo dê Faria e Sousa e trasladara os epitáfios no próprio local, situando o da sepultura de Camões, junto à porta principal, à mão esquerda.

3.º argumento: O autor da «História Seráfica», Frei Fernando da Soledade, que foi capelão de Santana, escrevia na 1.ª ed. da obra, 1709:

— «Foi deposto seu cadaver (de Camões) na igreja deste mosteiro (de Santana) em uma sepultura ordinária, da qual o mudou para outra mais espaçosa D. Gonçalo Coutinho e nela mandou abrir o seguinte letreiro: «na parede que fica da parte esquerda, ao entrar pela porta principal desta Igreja, junto da sua sepultura, se vê outra memória de Luís de Camões que lhe mandou fazer em azulejo Miguel Leitão de Andrade», memória que dizia:

*O grão Camões aqui jaz,*
*Em pouca terra enterrado.*
*Nas terras tão nomeado,*
*De espada tão eficaz*
*Quanto na pena afamado.*

Na segunda edição, 1739, acrescenta: — «Hoje existem estas memórias dentro da clausura em coro inferior deste mosteiro o qual há poucos anos se fez (1729), tapando-se para esse fim a porta principal ... que ficava debaixo do coro superior».

Outro aspecto do problema — Diogo Barbosa Machado, não querendo duvidar da asserção de Faria e Sousa diz que D. Gonçalo Coutinho o transferiu (aos ossos de Camões) no ano de 1595, dezoito anos depois da sua morte ... para parte mais decorosa qual foi ao lado esquerdo da porta principal da dita igreja. Barbosa Machado

---

7 Manuscrito casualmente encontrado na Biblioteca da Ajuda, pertencera à Livraria da Casa dos Oratorianos das Necessidades.

admite a hipótese de Camões haver sido sepultado fora do templo, para dentro do qual o trasladou D. Gonçalo Coutinho.

Faria e Sousa, recordemos, afirmava ser a campa de Camões a que estava a meio da igreja, e depois ficou dividida pela grade do coro; uma parte alargava-se pelo coro debaixo e a outra pelo templo, sepultura para onde D. Gonçalo Coutinho fizera trasladar os restos mortais de Camões que fora sepultado ao lado esquerdo da porta principal do templo.

Quando do terramoto de 1755 a igreja de Santana sofreu muito com o terramoto e o convento também: paredes caídas, freiras mortas, a igreja foi abandonada pela Irmandade dos Sapateiros da Padaria, indo instalar-se na Igreja de S. Crispim, próximo da Sé de Lisboa. Durante vinte e três anos aproximadamente esteve em ruinas. D. Maria I determinou a reedificação do templo que foi levada a efeito em 1779. A rainha D. Maria I, por provisão de 17 de Março de 1785, concedeu aos irmãos Escravos do Santíssimo Sacramento e aos irmãos de Santana o poderem agremiar-se debaixo daquela denominação.

Para os que seguiam Faria e Sousa o terramoto apresenta-se como o destruidor da lousa sepulcral de Camões. Frei Nicolau da Conceição, em 1818 (Memórias de Vária História), afirma que o epitáfio sepulcral de Camões, estava ilegível — as letras haviam desaparecido «gastadas» com o tempo e que as memórias haviam desaparecido no caos provocado pelo terramoto. Memoralistas há que depõem pouco haver sofrido o templo, com a violência do terramoto, todavia o facto da Irmandade proprietária tê-lo abandonado, depois do cismo, leva-nos a aceitar como mais verdadeira a informação de Fr. Nicolau da Conceição: Caos provocado pelo terramoto, a que Almeida Garrett se refere do seguinte modo: — «No Terramoto de 1755 o tecto da igreja, que era de ababada, caiu com todo o peso sobre o centro dela e completamente arruinou toda a linha média do pavimento» e mais adiante: — «José Agostinho de Macedo por vezes foi ouvido dizer de várias pessoas ainda vivas, que a sepultura (de Camões) não estava perdida, e que o terramoto só destruira a lousa, não o jazigo [8].

---

[8] Leia-se em «Camões» poema de Almeida Garrett, — 3.ª Edição, 1844 — Nota E.

Encaminhado pela argumentação exposta o Visconde de Juromenha levou-se do desejo de estudar o intrincado caso e, em 1854, pediu particular autorização ao Patriarca de Lisboa, D. Guilherme para examinar em Santana os locais presumíveis, segundo os dados históricos, da sepultura de Camões [9].

Em coincidência, a 3 de Dezembro de 1854 o governo da presidência do Duque de Saldanha, nomeou uma comissão ad-hoc para proceder a novos estudos e pesquisar os restos mortais de Camões.

Portanto, próximo de vinte anos decorridos sobre as tentativas de achamento das cinzas de Camões voltava-se ao intrincado problema.

Exigindo o decoro nacional que se não poupem deligências para descobrir o lugar onde repousam as cinzas do exímio poeta Luís de Camões, a fim de se recolherem e depositarem em jazigo digno da sua fama e dos seus serviços às letras pátrias, Sua Majestade El-rei Regente em nome do Rei (D. Fernando em nome de D. Pedro V) houve por bem nomear aos Viscondes de Monção e Juromenha e aos deputados da nação portuguesa José Tavares de Macedo e Carlos da Silva Maia, ao Chantre da Sé Patriarcal de Lisboa, Manuel Fernandes Cicouro e ao lente da Escola do Exército João Maria Feijó, para que, reunidos em comissão, sobre a presidência do Visconde de Monção, que os convocará, entre todos acordem no procedimento às investigações, que julgarem necessárias, na igreja e coro do Convento de Santana, desta cidade, onde consta haver sido sepultado o referido poeta e existiram seus despojos mortais; propondo, pelo ministério das Obras Públicas, todas as providências que careçam para o desempenho desta importante comissão. Datada do Paço das Necessidades de 1854 — Rodrigo da Fonseca Magalhães.

António Feliciano de Castilho de partida para o Brasil a fazer a propaganda do «Método Repentino», de sua autoria, não pôde tomar parte nos novos trabalhos que Juromenha capitaniaria e de que foi relator o Conselheiro Tavares de Macedo.

Passada a face crítica das novas explorações, por Outubro de

---

[9] Leia-se «Memórias de Castilho» — Por J. de Castilho — 2.ª Ed. — Tomo III (Livro III) — pág. 156.

1858, o Visconde de Juromenha dirigiu-se a Castilho justificando os seus pontos de vista, considerações que levaram António Feliciano de Castilho a escrever ao seu oposicionista: «Pelo que pertence à actual jazida de Camões, confesso que as ponderações e provas por V. Ex.ª apresentadas, singularmente abalaram a persuasão em que eu estava e da qual, ainda bem, acabo de sair».

Perdido o conhecimento certo do lugar da sepultura de Camões desde o terramoto de 1755 conhecedores dos esforços praticados no sentido do achamento da sepultura do Épico em 1836, esperavam os comissionados de 1854 ser mais felizes do que aqueles.

Lançaram-se os investigadores a examinar o cartório da freguesia da Pena, sem qualquer resultado; rebuscaram o arquivo da antiga Irmandade dos Sapateiros da Irmandade dos Escravos de Santana. Por último foram investigar no cartório do convento no qual nada se achou relativo à sepultura de Camões.

Vencida, voltou-se a comissão para a recolha de tradições orais que houvesse entre as freiras da comunidade; fracas foram as informações; relêem os biografos de Camões: tudo em vão.

Todavia, nos ouvidos têm a tradição das monjas generalizada: Camões sepultado à entrada da igreja, à parte esquerda. A comissão pareceu mais que provado que no assoelhamento do coro baixo e às obras piedosas praticadas pelas freiras teriam sido sacrificadas as memórias e a lousa sepulcral do Épico.

Perante o vasio, que fazer? Ou deixar tudo no antigo repouso ou juntar os ossos que haviam encontrado à entrada do templo, à mão esquerda. Com o desejo que a Comissão tinha de reunir os ossos do poeta, e bem convencida de que todos quantos esforços se fizessem, seriam inúteis para inteiramente os estremar, preferiu o último arbítrio. Escreveram (Relatório da Comissão de 1856, da autoria de José Tavares de Macedo) — «Confessamos que é isto penoso, que talvez com os ossos de Camões estejam misturados os de pessoas de bem pouco valor; mas assim já eles estavam, e o oiro dos seus ossos não deixa de o ser por estar junto com outro metal de pouca estimação.

«À Pátria, ao Governo como representante do Estado, cumpre

agora dar honrada sepultura aos ossos do mais ilustre dos escritores portugueses.»

Em vista dos grandes trabalhos de escavação realizados, sentia-se a Comissão escusada de concluir, dizendo que julga superior a toda a dúvida que nos ossos que-coligiu estão os ossos de Camões.

Dados por concluídos os trabalhos, o conde presidente da Comissão convidou o ministro para assistir à sessão solene, final, que teve lugar a 15 de Maio, pelas 10 horas.

O caixão, onde haviam sido recolhidas as cinzas, foi deposto no centro do templo.

As religiosas do convento rezaram o ofício de defuntos. O Chantre da Sé Patriarcal, Fernando Cicouro, rezou missa, a que se seguiu a absolvição pelo repouso eterno dos fiéis, cujos despojos mortais haviam sido encontrados no coro baixo da mesma igreja.

Terminada a exposição do conde presidente ao ministro foi aberta a urna que, seguidamente fechada, foi solenemente colocada no coro baixo, sobre o local onde havia sido feita a extracção; o féretro foi coberto com um pano preto e entregue à guarda da abadessa do convento.

De tudo se lavrou auto, que foi assinado por todos os assistentes no número dos quais avultavam deputados da Nação.

## NA CELEBRAÇÃO DO TRICENTENÁRIO DA MORTE DE CAMÕES EM 1880

Saúda a Pátria a memória imorredoira do homem singular que, na sua inspiração genial, lhe ergueu o nome e as glórias acima da corrente dos séculos.

Saúda o Povo aquele espírito gentil e valoroso que arrancou às evoluções dos tempos e aos cataclismos da história, a grande alma nacional, ligando-a, na sua colossal epopeia, aos assombros das idades e à honra da família portuguesa.

A Real Academia das Ciências de Lisboa, sob a presidência de Latino Coelho associou-se à celebração do tricentenário de Camões. Fazendo-o, propõe ao Governo, que anui, que se faça solenemente a

trasladação dos restos mortais de Camões e de Vasco da Gama para o templo de Santa Maria de Belém.

Procurava-se reparar a falta de gratidão nacional para com os dois maiores vultos da história de Portugal.

O governo da presidência de Anselmo José Braancamp, atendendo à representação da Academia das Ciências de Lisboa determina: — Igualmente e com a mesma pompa serão trasladados para a dita igreja de Santa Maria de Belém os restos mortais do grande Épico Luís de Camões, depositados no convento de Santana, da freguesia da Pena, da cidade de Lisboa.

Na referida igreja de Belém serão erigidos monumentos funerários que sirvam de sepultura condigna aos restos mortais dos dois assinalados varões.

Da comissão nomeada para o efeito fizeram parte: Tomaz de Carvalho, Latino Coelho e Teixeira de Aragão.

Aprovado pelo governo (18-5), o plano elaborado pela comissão nomeou este a Teixeira de Aragão, comissário régio para lhe dar cumprimento. Entretanto a Academia nomeou para receber, em Santana, a urna ali depositada, a comissão que foi constituída por José Silvestre Ribeiro, Vilhena Barbosa e Silva Túlio.

## DO CONVENTO DE SANTANA PARA BELÉM

A 8 de Junho, próximo do meio dia, por ordem da autoridade eclesiástica e com o cumprimento das necessárias formalidades, abriram-se as portas do convento de Santana. A comunidade das religiosas, que, em regime de clausura, ainda ali existia, recebeu de cruz alçada, o solene cortejo que, em triunfo, ia resgatar os restos mortais recolhi dos em 1854, como referimos, na área do templo em que se afirmava estar compreendida a sepultura «de que Gonçalo Coutinho fizera caridoso presente ao corpo do seu pobre amigo Luís de Camões»: pesquisadores eruditos, dedicados cidadãos, haviam proclamado estarem ali naquelas cinzas recolhidas e guardadas no coro de baixo do decrépito convento, os restos mortais do Épico.

O cortejo da Academia não era numeroso. Comissões populares e os alunos das escolas fizeram alas ao préstito.

Feita a requisição da urna, o capelão fez dela entrega, lavrando-se um auto de recepção que foi assinado, com pena de oiro, pelos académicos e pessoas presentes.

Criados da casa real de libré, conduziram para a igreja o caixão; rezados os ofícios do ritual foi o féretro transportado para um coche, sendo coberto com a bandeira nacional; outros coches transportaram os académicos membros da comissão; um esquadrão de lanceiros abre o préstito que um regimento de cavalaria fecha. Desde o alto de Santana até ao Arsenal estendem-se alas de povo, engrossadas na baixa devido à grande afluência de gentes que das províncias haviam acorrido à capital, para assistirem aos festejos populares promovidos pela Imprensa.

Ao chegar ao Arsenal da Marinha o cortejo foi recebido pela corporação da armada e representantes das várias associações populares. Procedeu-se ao embarque da urna numa galeota.

Entretanto na outra margem do rio procedera-se ao embarque da urna que se afirmara conter os restos mortais do almirante-mór das Índias. As galeotas, enquadradas no vistoso cortejo náutico, seguiram rio abaixo, até Belém.

Nos Jerónimos aguardavam os féretros o rei D. Luís, a rainha D. Maria Pia e o rei D. Fernando, o marquês de Ficalho, Rodrigues Sampaio, Fontes Pereira de Melo e muitos outros vultos da governação, da corte e da política.

As urnas foram colocadas no centro do templo e ledeadas por archeiros da casa real; a guarda de honra foi feita por guardas-marinhas com a espada ao alto.

Nas tribunas tomou lugar a família real, o governo, a corte e o corpo diplomático. Cantaram-se ofícios fúnebres. Por determinação de SS. MM. a música da Real Capela abrilhantou as solenidades religiosas.

Terminadas as orações rituais foram as urnas conduzidas e a imagem de S. Rafael, para a capela do cruzeiro do lado da epístola, em cujo fundo D. Pedro II mandou construir o mausoléu para nele recolher os restos mortais de D. Sebastião, si vera est fama ... Aí se

procedeu à abertura das urnas, lavrando-se o auto de entrega que foi assinado pelas majestades e altos funcionários presentes [10].

El-rei D. Luís e a rainha D. Maria Pia depositaram em cada uma das urnas uma coroa de prata. As chaves das urnas foram entregues ao ministro do reino.

A realeza engrandece-se quando espontânea e generosamente coroa o génio — escreveu-se.

Enquanto a tais cerimónias se procedia, eram seis horas da tarde, a artilharia salvou, ouvindo-se, seguidamente, as descargas da ordenança, dadas pela infantaria.

Completavam-se naquela glorificação aos heróis mais representativos da nossa história: 383 anos, quase, sobre que Vasco da Gama partira para a sua grande jornada de descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia; completavam-se três séculos sobre que Camões, com as agonias da Pátria, havia pobremente desaparecido do mundo dos vivos.

## INTERVENÇÃO ESPECTACULAR DO PADRE SEBASTIÃO DE ALMEIDA VIEGAS, CAPELÃO DAS FREIRAS DO CONVENTO DE SANTANA

O Padre Sebastião de Almeida Viegas [11], além doutras individualidades, descreu da autenticidade dos ossos que, da igreja de Santana, de Lisboa, foram triunfalmente levados para Santa Maria de Belém, como sendo os verdadeiros do Poeta Luís de Camões.

Por entre grandes manifestações públicas, como acabamos de recordar, no dia 8 de Junho de 1880 fizera-se a trasladação para os Jerónimos, diz o sacerdote: — «... *de uns ossos que a comissão de 1854*

---

[10] As trasladações dos féretros deram motivo ao desafrontamento da capela que de longa data estivera ocupada por um presépio de grande vulto e discutível valor artístico, que aparecia emoldurado por pesada armação de madeira entalhada, da qual pendiam grandes sanefas de veludo vermelho. Por detrás do referido presépio estavam colocadas as urnas contendo os restos mortais dos filhos de D. João IV. Foram transferidos em 1914 pelo Governo do Dr. Bernardino Machado para o panteão de S. Vicente.

*encontrou do lado esquerdo da entrada da antiga porta principal da igreja conventual de Santana. Essa comissão julgava autênticos esses ossos por serem encontrados no sítio onde alguns escritores dizem fora sepultado Luís de Camões, e acreditava que nesse mesmo sítio lhe fizera D. Gonçalo Coutinho sepultura decorosa, no ano de 1595, negando por conseguinte opiniões de diferentes escritores que dizem terem os ossos de Camões sido trasladados para sepultura mais decorosa, para o meio da igreja».*

Dias antes da dita trasladação o Dr. José Maria Feijó, que fez parte da comissão nomeada em 1854, oferecera ao Padre Sebastião de Almeida Viegas o relatório daquela Comissão [11] que só foi publicado naquele ano de 1880, por determinação do governo, na Imprensa nacional.

O Reverendo leu o documento, que achou bem escrito, mas, em presença doutros que consultara, discordou da argumentação, constante do referido relatório. Almeida Viegas entendia que a documentação encontrada destruia inteiramente as teses sobre que se fundamenta a referida Comissão.

Na Vidigueira, Teixeira de Aragão estava tratando da trasladação dos restos mortais (que o não eram) de Vasco da Gama. Por intermédio da mulher daquele ilustre académico, fez o Padre Viegas, por telegrama, saber a Teixeira de Aragão a sua opinião. Eis o texto do documento: — «Capelão de Santana encontrou no cartório das Religiosas documentos que provam não serem aqueles ossos os verdadeiros de Camões».

Só depois do dia 10 Teixeira de Aragão procurou o Padre Almeida Viegas dizendo-lhe ter na verdade recebido o telegrama, mas que se lhe tornara impossível dar novas providências, em razão do pouco tempo que restava para a anunciada trasladação oficialmente programada — seria um escândalo cancelar tão imponente manifestação.

---

[11] Júlio de Castilho dá-nos este retrato do P.e ... um peninsular entusiásta, nascido na Serra da Guardunha; de inteligência muito sagaz tinha pouca cultura literária; beirão dos quatro costados era um apaixonado pelos assuntos portugueses. Baixo, gordo, muito mexido, muito sincero, com um falar perentório e torrencial, a que dava certo realce agradável a sua pronúncia serrana.

Não se limitou, porém, o capelão das freiras em comunicar o resultado das suas investigações a Teixeira de Aragão. Apressou-se em levá-las ao conhecimento do Prelado e do Governo de Sua Majestade, dando todas as explicações que lhe haviam sido solicitadas, à vista de documentos. O ministro Saraiva de Carvalho, no conhecimento do que se passava, quiz ouvir o sacerdote.

O Padre foi desembaraçado no argumentação, em diálogo com o Ministro.

Dando ouvidos às razões eruditas do capelão das freiras, o Ministro das Obras Públicas, Saraiva de Carvalho mandou pôr à disposição do capelão de Santana o pessoal competente, sob a direcção de José de Oliveira Garção de Carvalho Campelo de Andrade, engenheiro e director das Obras Públicas de Lisboa. O resultado das pesquisas foi reduzido a auto.

No referido auto datado de 30 de Junho diz-se terem sido seguidas as indicações do cronista Manuel Faria e Sousa, e do bibliógrafo José Maria da Costa e Silva [12] pelo que se procedera ao levantamento da campa situada na linha média da igreja, junto às grades do coro, e da parte de fora da clausura. Numa sepultura, que a lousa cobria, formada de paredes de alvenaria, e com o fundo ladrilhado de tijolo, encontrou-se reunida uma ossada contida dentro de um cesto de vime em grau adiantado de potrefacção e dispersos e envolvidos em terra vários ossos. Tratava-se da sepultura que fora pesquisada em 1836, que o Padre Viegas afirmou ignorar haver sido feita. Mais se diz que, dentro de uma urna, foram colocados todos os ossos que se cobriram, ficando na parte superior, postos sobre um pano preto, e separados dos restantes, os ossos que se encontraram dispersos. Seguidamente foi fechada a urna, lacrada e selada com o selo da Direcção das Obras Públicas; em seguida dela se fez entrega à Madre abadessa, que do féretro ficou depositária.

---

[12] José Maria da Costa e Silva foi poeta e escritor — Em 1850 começou a publicação do «Ensaio biográfico — crítico sobre os melhores poetas portugueses, obra que, formando dez volumes, concluíu em 1855.

O auto foi assinado por José de Oliveira Garção de Carvalho Campelo de Andrade, pelo Padre Sebastião de Almeida Viegas, Rafael da Silva Castro, José Luís da Conceição e Joaquim Pedro Xavier da Silva.

## NOVA COMISSÃO É NOMEADA PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS CINZAS DE CAMÕES

Atento o eco provocado pelas alegações do Padre Viegas no momento preciso das comemorações do tricentenário da morte de Camões e da trasladação para Santa Maria de Belém da urna que se encontrava no coro baixo do convento de Santana, o governo, por portaria de 3 de Julho de 1880, firmada por José Luciano de Castro, ministro do Reino, nomeou uma comissão constituída pelos académicos Carlos Ribeiro, presidente; Augusto Carlos Teixeira de Aragão; José Tavares de Macedo; João Pedro da Costa Basto, oficial maior aposentado do Real Arquivo da Torre do Tombo e sócio da Academia das Ciências; Visconde de Juromenha, sócio da Academia Real das Ciências; Sebastião de Almeida Viegas, capelão das freiras do Convento de Santana e Sebastião Filipe Martins Estácio da Veiga, sócio da Academia Real das Ciências, secretário. Em face do exame que o capelão das freiras do Convento de Santana havia representado ao governo, baseado em documentos pertencentes ao Cartório do mesmo Convento, estava persuadido de que a verdadeira sepultura de Camões na Igreja daquele mosteiro, ainda não fora descoberta, e convindo que se proceda, com o maior escrúpulo ao estudo e averiguações necessárias sobre tão importante assunto, à comissão indicada caberia examinar os aludidos documentos e fazer as pesquisas que julgar convenientes na dita Igreja, dando depois conta dos seus trabalhos, o que Sua Majestade muito recomenda ao zelo e ilustração das pessoas nomeadas.

A comissão foi instalada numa sala do antigo convento de Jesus, onde funciona a Academia das Ciências. Em presença das autoridades académicas o Padre Viegas sentiu-se de início intimidado.

Carlos Ribeiro, presidente, desfechou-lhe: — consta-nos que V. Rev.ª tem sobre o assunto das pesquisas dos ossos de Camões, opinião for-

mada contrária à formulada pela comissão de 1854. Desfeita a timidez do reverendo, bateu-se este vigorosamente: declarou que na verdade não se conformara com os argumentos da comissão de 1854 e, naquele momento muito menos, depois dos estudos dos documentos que compulsara, com licença da reverendíssima abadessa Soror Maria da Conceição de S. Francisco de Assis, encontrados no cartório conventual. Mostravam eles positivamente a impossibilidade de ter sido feita junto da parede da parte esquerda de quem entrasse pelo porta principal, ora entaipada, a sepultura decorosa mandada fazer por D. Gonçalo Coutinho.

Teixeira de Aragão pede ao Padre Viegas que sendo possível, se lance um véu sobre as dúvidas e incertezas das quais poderia resultar descrédito para a Nação. Não teria sido possível voltar atrás depois da apoteose que Portugal presenciara. À solicitação de Teixeira de Aragão respondeu o sacerdote não ser possível voltar atrás na sua actuação, depois dos artigos publicados no «Diário Popular», em 30 de Junho e 2 de Julho, a respeito da autenticidade dos ossos encontrados na sepultura situada na linha média da igreja a que se seguiu a troca de alguma correspondência no mesmo periódico, nos dias 3, 4 e 5 daquele mês de Julho.

Estácio da Veiga por seu turno requerer que o Padre Viegas nada mais voltasse, entretanto, a publicar sobre o assunto e que os cartórios das religiosas de Santana e da freguesia da Pena fossem postos à disposição dos comissionados.

Na segunda sessão o Padre Viegas propõe a necessidade de serem examinados por peritos idóneos os dois crâneos e mais ossos extraídos da sepultura da linha média, e metidos na urna, conforme o auto de 30 de Junho. Teixeira de Aragão respondeu: — na minha qualidade de médico declaro que a ciência ainda se acha em muito atrazo a tal respeito,, e nada se adiantava com esse exame.

Na terceira sessão, não presente, há a assinalar o parecer sensato do Visconde de Juromenha em face da posição empatada a que o problema chegava. Feitas as indagações convenientes, conforme as indicações já estudadas ou se acha ou não a sepultura do poeta. Se se acha está o problema resolvido. Não se achando, obtida autorização eclesiástica, parece-nos dever proceder-se à reunião de todas

as ossadas que se encontrem no local com as que foram para Belém, que podem ser conduzidas sem pompa, e todos juntos em um decente carneiro de cantaria, sobre ele levantar um mausoléu, ao lado esquerdo do templo, no sítio, pouco mais ou menos, onde estivera a primeira sepultura, juntando-se ao lado ou como conviesse, os antigos epitáfios e aquele que se designasse.

Dizia Juromenha que a memória de Camões pedia que o mosteiro de Santana fosse exceptuado da Lei da desamatização — se o poeta pudesse surgir da sepultura, seria ele o mais zeloso procurador dessa causa; o destino do mosteiro era vir a ser profanado, para ele aquela junção dos ossos, que a muitos resignará, tem para nós uma mui diferente significação ... «este mosteiro deve ser exceptuado do anátema geral que pesa sobre as comunidades religiosas. Este mosteiro não é nosso, é de Camões; por mais que façamos, por mais que descriminemos os ossos, sempre aí ficará o que a terra comeu, e o que ela não pode comer — a tradição do seu nome. Mas não podemos dar uma passada neste mosteiro, que não pisemos uma pegada do Poeta. Ali, junto ao Santíssimo, onde ainda hoje adoramos a Deus no Augusto Mistério da Eucaristia, e se adora há três séculos, com louvor perene, se curvam o poeta para o adorar; ali assistia, como paroquiano.

«E havemos de arrazar estas paredes, e com as suas ruínas, como campa de sepulcro, cobrir todas estas tradições? Não acreditamos.

«Entreguemos, pois, a estas religiosas sucessoras daquelas que em vida comunicaram com o poeta, o responsaram ao baixar à sepultura, conservaram por três séculos o depósito dos seus restos mortais ou isolados se tivermos a fortuna de assim os encontrar, ou aglomerados com os de outros fiéis, católicos e portugueses e por isso caros à nossa memória.

Assim, levantar-lhe-emos o mais erguido monumento que, tendo os alicerces na terra, terá a cúpula no Céu a cujas abóbadas chegará o incenso e perfume das orações das virtuosas virgens, do Senhor. Não venham considerações mundanas (partidárias talvez) e passageiras considerações, contraditar o que nos parece que a razão, a Reli-

gião, o Patriotismo pedem e pode afrontar os séculos, contentando gregos e troianos.

«Então poderá o católico e português vir orar junto à sepultura real do poeta, e inspirar-se de patriotismo; e o estrangeiro visitar sem vergonha o local onde repousa aquele a quem já deu carta de naturalidade.»

E fechava afirmando que aquelas considerações minuciosamente conciliatórias, sinceras e leais, poderiam servir à Comissão para ulteriores decisões.

Em 22 e 23 de Julho fizeram-se pesquisas infrutíferas no coro onde actuara a Comissão de 1854-55 e donde foram recolhidas as espécies transferidas para Belém. Em 4 de Agosto procedeu-se a uma exploração geral do coro infrutuosa também.

As sessões decorreram e atingiram o número de dezanove, sem resultados. Na décima nona sessão, a 5 de Maio de 1881 compareceram no coro inferior da igreja de Santana os Doutores médicos Francisco de Paula Oliveira e os vogais da comissão Estácio da Veiga e Padre Sebastião Viegas, tratava-se, por fim, de proceder ao estudo dos ossos contidos na urna em poder da Reverenda Abadessa das freiras de Santana. Depois de aberta a urna, e feito o exame, que só findou às 7 horas da tarde, tornaram-se a meter os ditos ossos na urna que, depois de fechada, tornou-se a entregar à vigilância da senhora abadessa, ficando entregue da chave o vogal Estácio da Veiga. Declararam os peritos levarem os apontamentos necessários para por eles escreverem o resultado do seu exame, com todas as formalidades.

Concluiram os peritos declarando que: «— dos carácteres por nós observados em todos os ossos, nada se nos depara que nos permita supor haver entre estes alguns pertencentes a Luís de Camões. Tal é a conclusão a que a insufiência dos médicos nos conduz; e como nada mais se nos oferece digno de menção para completar a satisfação do pedido que nos foi feito deixamos consignado no presente relatório o resultado do nosso exame. 10-7-1881 a) Francisco Augusto de Oliveira Feijão, Francisco de Paula e Oliveira».

Aos argumentos dos peritos o Padre Sebastião Almeida Viegas obtemperou: — Do exame dos peritos não se conclui que entre os ossos observados se não acham os de Luís de Camões. Deduz-se ape-

nas faltarem provas para dentre eles extremar ossos do Poeta ... os peritos reconheceram ter examinado ossos de oito indivíduos pelo menos, duas crianças e seis adultos. Entre os seis adultos bem podia achar-se o Poeta ...

«Se tivesse aparecido, naquela cova central, um crâneo inteiro, com grande largura de frontal, pelo ângulo facial e sinais de vasta caixa encefálica, então poderiam crescer as probabilidades de ter pertencido ao cantor dos Lusíadas.

«Na falta dessas induções tiradas do exame «craneoscópico» limitemo-nos ao que fica everiguado quanto ao lugar da sepultura, e assentemos que nada prova que entre os ossos ali amontoados de oito indivíduos pelo menos, não estejam restos de Camões.»

Os membos foram rereando na presença às sessões e a Comissão dissolveu-se por si: Carlos Ribeiro, presidente, faleceu em 13 de Dezembro de 1882, sendo substituído por Teixeira de Aragão; o secretário, Estácio da Veiga e o Visconde de Juromenha despediram-se, porém, ainda existia em 1884.

Os comissionados não chegaram a opinião unânime; os argumentos de Viegas não dominaram a situação. As actas das sessões não foram publicadas, contudo, uma parte dos estudos da Comissão ficou sendo conhecida pelo relatório de João Pedro da Costa Basto que, mais tarde, veio a ser publicada no «Instituto». Este situou-se em posição deliberadamente contrária à opinião de Faria e Sousa.

## SECULARIZAÇÃO DO CONVENTO DE SANTANA

A última religiosa, a abadessa do Convento de Santana, Madre Maria da Conceição faleceu no dia 4 de Maio de 1884, segundo declaração feita à Fazenda Pública, pelo que fora confessor e capelão das freiras o Rev.º Padre Sebastião de Almeida Viegas.

Pelas forças do ofício rogatório expedido para o Bairro pelo Delegado do Tesouro do Distrito de Lisboa, na data de 15 de Maio de 1884 lavrou-se o auto de posse, do Convento e Igreja de Santana, para a Fazenda Pública, e inventário dos bens pertencentes ao supri-

mido convento, situado na freguesia da Pena, limite do extinto Bairro Oriental.

Teor do ofício [12]:

Lugar do selo branco da Repartição da Fazenda do Distrito de Lisboa n.º 711.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor:

Acaba de chegar a esta Repartição um ofício com a data de ontem e expedido pela Direcção Geral dos Próprios Nacionais, em consequência de ter falecido a abadessa madre Maria da Conceição, última religiosa do Convento de Santana de Lisboa, em o qual se determina sejam inventariados os haveres do mencionado convento; vou portanto rogar a Vossa Excelência se sirva dar as providências que tiver por convenientes para que do mesmo convento não saia objecto algum enquanto o Governo não resolver sobre o destino a dar aos valores que porventura existam na sobredita casa religiosa. É necessário que sejam desde já inventariados todos os bens existentes no dito convento, de acordo com o Eminentíssimo Cardeal Patriarca e Vossa Excelência lhe rogará que nomeie e lhe indique o eclesiástico a quem no mencionado convento devem ser, por depósito, entregues as alfaias, vasos sagrados e mais objectos pertencentes do culto; bem como para que marque o destino que devem ter as pessoas existentes na clausura. Nesta data se expedem também as ordens necessárias ao escrivão de Fazenda desse Bairro para que ele, de acordo com Vossa Excelência e a autoridade eclesiástica superior do Patriarcado, se leve a efeito o inventário de que se trata. E rogo a Vossa Excelência queira enviar-me a certidão do falecimento da mencionada religiosa para ter o destino conveniente. Deus guarde a Vossa Excelência. Lisboa, quinze de Maio de 1884. Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Administrador do

---

[12] Arquivo Histórico da Ministério das Finanças — Direcção Geral da Fazenda Pública — Repartição do Património — pasta n.º 94 — IV-10 — Assunto — Convento de Santana.

O Patriarca de Lisboa de acordo com os termos do ofício acima transcrito, nomeou para assistir aos termos do inventário o capelão Padre Viegas já muito do nosso conhecimento.

Eis os termos em que o fez:

Devendo proceder-se à verificação e arrecadação de todos os bens pertencentes ao Convento de Santana desta Capital visto ter falecido a última Religiosa ali existente; e competindo-nos, pelo Artigo décimo, dar instruções que acompanham o Decreto de trinta e um de Maio de mil oitocentos e sessenta e dois, a nomeação dum eclesiástico que, de acordo com a respectiva autoridade administrativa, proceda à verificação e arrecadação de todos os objectos pertencentes ao culto religioso do mesmo convento: Havemos por bem nomear para este fim o Reverendo Presbítero Sebastião de Almeida Viegas, capelão confessor que foi do referido convento. Esperando do seu zelo e inteligência o bom dsempenho desta comissão pelo qual fica responsável. Este nosso Decreto, depois de registado na Câmara Patriarcal, seja enviado ao Reverendo Presbítero Sebastião de Almeida Viegas para seu título e devidos efeitos. Dado na nossa residência Patriarcal de São Vicente de Fora, sob o nosso Sinal e Selo grande das nossas Armas, aos catorze de Maio de mil oitocentos e oitenta e quatro (assinado) J. Cardeal Patriarca (com rubrica).

O Padre Viegas ficou como depositário dos objectos de culto de vária natureza existentes em Santana, cujo inventário se fez como veremos, no ano imediato.

Dois dias decorridos sobre o acto de posse a mesa da Irmandade da «Senhora Santana» que se denominava Real Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento e Irmãos da Senhora Santana, afirma-se proprietária da igreja da mesma invocação citada, anexa ao Convento de Santana:

Constando à Irmandade de Santana que pelo falecimento da última religiosa daquele mosteiro — o Governo de Sua Majestade tem de tomar posse do dito convento e suas dependências, vem desde já declarar que a Igreja, sacristia e casa do despacho existentes junto ao dito convento pertencem à referida Irmandade desde tempo imemorial o que provam pelos documentos que desde já apresentam certificando estes, não só a nunca contestada posse da dita Irmandade, mas

também que esta posse é muito anterior à edificação do convento, que foi construído junto da referida igreja — com licença concedida pela Irmandade nos termos da escritura celebrada nas notas do tabelião Gaspar Faleiro desta cidade em 21 de Junho de 1571, celebrada entre as religiosas do Mosteiro das Penitentes de Santo Agostinho e o Juiz Escrivão, Mordomos e Procurador da então ermida da Bem-aventurada Santa Ana [13]. Portanto a Irmandade no desempenho do seu rigoroso dever, vem fazer a presente declaração e protesto para no futuro evitar qualquer erro em que por falta de devidos esclarecimentos possa incorrer o Governo de Sua Majestade, pelo facto de não tomar posse do que não pertencendo ao dito convento é propriedade da dita Irmandade. Em tais termos pede que este protesto ou rectificação de propriedade seja inserto no acto de posse do convento se por acaso o Governo de Sua Majestade, ainda assim entender não dever, desde já, reconhecer a propriedade da Irmandade de que a usufrue há mais de três séculos ,sem nunca lhe ser contestada, o que tudo provará documentadamente, quando for mister e oportuno. A declaração e protesto datados de 17 de Maio de 1884 da Casa do Despacho da Real Irmandade de Santana foi assinada pelo Juiz Visconde da Azaruginha e restantes mesários.

Em 1 de Julho seguinte a Irmandade insiste porque a igreja, sacristia e alfaias lhe sejam entregues; manobrava por forma a obter por etapas o que primeiramente lhe fora negado. Deste modo: Por despacho ministerial de 22 de Agosto de 1884 foram entregues provisòriamente à Irmandade a igreja, a sacristia e as alfaias; por despacho de 28 de Janeiro de 1886 a casa do despacho e habitação do capelão e, finalmente, por despacho de 18 de Novembro de 1887 foram à Irmandade concedidos os coros de baixo e de cima da igreja — no de baixo estava sepultada a urna contendo os restos humanos que alguns defendiam serem de Camões.

No ano seguinte, aos três dias do mês de Fevereiro, no edifício do extinto Convento de Santana, «onde veio o administrador do Bairro Oriental o Doutor João Carlos Pessoa de Amorim, comigo escrivão

---

[13] A Primeira Irmandade denominou-se da «Senhora Santana» e foi organizada pelos da corporação dos sapateiros.

*ad hoc* para todas as deligências do inventário do mesmo Convento, e achando-se aí presente o Reverendo Sebastião de Almeida Viegas depositário de todos os paramentos e alfaias e vasos sagrados pelo Eminentíssimo e Reverendíssimo Prelado desta diocese . . . . . passei à avaliação dos aludidos objectos abaixo descritos e designados pelo seu número de ordem e valor».

Claro está que não vamos transcrever as verbas constantes do inventário. Pelo interesse que se reveste para o assunto de que tratamos referiremos apenas a verba n.º 10.º — Caixões, dois muito grandes, de madeira de casquinha pintados de preto feitos por ocasião da exumação dos ossos de Camões, parece que pertencem ao Ministério das Obras Públicas, avaliados em 2$400 réis.

Foi moroso o trabalho do arrolamento das alfaias e papéis do extinto Convento. Aos dois dias de Maio de 1885 no referido edifício que deixara de ser conventual, procedeu-se ao arrolamento de todos os papéis: escrituras e quaisquer títulos ou documentos que no cartório fossem encontrados.

Dos documentos classificados consta o Decreto do Cardeal Patriarca permitindo a entrada no Convento aos sócios da Sociedade dos Amigos das Letras a fim de investigarem da sepultura de Camões — Ano 1836 Março 8 — documento n.º 78.

E ainda o despacho do Prelado Diocesano para que a empresa do Jornal Ocidente Ilustrado pudesse entrar no Convento a fim de desenhar o coro de baixo (Ano de 1880 — Março 8 — documento 88) onde se encontrava a urna contendo os despojos humanos recolhidos em 1884-1885. A gravura é bastante conhecida, vem publicada no número dedicado às celebrações do tricentenário da morte de Camões.

Em 6 de Novembro de 1884 Rosa Araújo presidente da Câmara Municipal de Lisboa pede ao ministro da Fazenda que não tome resolução àcerca do edifício de Santana, pois, a vereação está na ideia de ali estabelecer o Asilo Municipal, ideia que não foi por diante.

À Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida de Lisboa foi concedida uma parte do extinto Convento.

Em Novembro de 1888, sendo reconhecida a vantagem de desenvolver a educação de missionários para o ultramar e usando a faculdade conferida ao Governo pelo parágrafo 1.º do artigo 5.º da Carta

de Lei de 12 de Agosto de 1855 ordenava o ministro da Fazenda — Mariano de Carvalho que fosse provisòriamente posto à disposição do Ministério da Marinha e Ultramar o edifício e cerca do suprimido convento de Santana, desta capital, com exclusão das partes do mesmo convento já concedido às Casas do Asilo da Infância e à Irmandade, para nele se estabelecer um colégio filial do de Sernache do Bom Jardim, ficando a conversão definitiva, dependente do Poder legislativo.

Em 28 de Julho de 1894 a Inspecção da Academia de Belas Artes de Lisboa representou sobre a conveniência de serem recolhidos ao Museu Nacional, quadros, azulejos e doze baixos relevos de madeira, com figuras pintadas a cores e dourado.

Pelos finais do ano de 1895 ocupou as salas do Convento a Cooperativa dos Empregados dos Correios e Telégrafos.

No referido ano parte do convento, onde estavam albergadas treze famílias, ameaçava ruína, ao passo que a Irmandade pedia obras urgentes para a Igreja.

Em umas casas térreas do extinto Convento distribuía a Santa Casa da Misericórdia, duzentos e quarenta jantares de caridade, não sòmente a uma parte das famílias que viviam pobremente no edifício do antigo convento mas ainda a outros que ali iam receber essa esmola de alimentação. Na mesma dependência da Misericórdia se davam consultas médicas, fornecendo-se gratuitamente os receituários.

Em face da ruína iminente da igreja e do edifício resultou ordem de despejo para as famílias nele moradoras e para a dependência da Misericórdia que transitou para o convento de Santa Joana. Ante o aspecto de ruína iminente houve a preocupação de salvar magníficos azulejos que de Santana foram transferidos para o Convento da Madre de Deus, extinto também.

## SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO E O SARCÓFAGO DE LUÍS DE CAMÕES ERGUIDO EM SANTA MARIA DE BELÉM

Luz Soriano, que fora cursado em medicina pela Casa Pia de Lisboa, faleceu em 18 de Agosto de 1891, deixando testamento que teve larga divulgação por conter disposições realmente merecedoras

dessa publicidade e entre elas algumas que bem reveladoras são do seu civismo e acendrado espírito patriótico. Homenagem ao benemérito e famoso publicista praticou-a Brito Aranha, dando publicidade a documentos de merecimento que a Soriano se referem e, ainda, passos do seu testamento, documento último que reafirma as virtudes do varão ilustre [14].

Como já referimos o Governo legislara no sentido da transferência dos restos mortais de Luís de Camões se Vasco da Gama para o templo dos Jerónimos de Belém, determinando-se a construção de condignos mausoléus em que aqueles «sagrados» despojos ficassem jazendo pelos séculos.

Fez-se a transferência mas adensaram-se, entretanto, dúvidas sobre a verdade dos despojos transferidos e depositados em modestas urnas na capela, já por nós indicada, da igreja de Belém.

Simão José da Luz Soriano doía-se do facto que considerava indecoroso para o brio nacional de se não levarem a efeito os mausoléus propostos.

Depois de indicar verbas e legados particulares no testamento com que morreu, datado de 11 de Março de 1891, Soriano determina que os dois primeiros testamenteiros João Gonçalves da Costa Novais e Dr. Alfredo das Neves Holtreman, aos quais se reuniriam os demais nomeados, formando uma comissão administrativa de seis membros da qual foi presidente Henrique de Barros Gomes e vice-presidente o Dr. Francisco Frederico Hoppfer, determinem que se executem os túmulos de Vasco da Gama e Luís de Camões, quando se tenha por provável que os ossos vindos do extinto convento das freiras da Vidigueira, situado ao lado da epístola no respectivo cruzeiro, são com efeito no todo ou em parte de D. Vasco da Gama, reputando-se também serem de Luís de Camões os que igualmente na dita capela se recolheram, os que vieram do extinto convento das freiras de Santana, tomo por

---

[14] Leia-se Tomo XIX (12.º do Suplemento, págs. 216 e seguintes) do utilíssimo Dicionário Bibliográfico de Inocêncio — Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil, continuados e ampliados por Brito Aranha.

patriótica empresa o destinar a quantia de 3.800$000 a 4.000$000 réis, para com esta verba se guardarem, uns e outros ossos, em dois modestos túmulos que se erigirão na sobredita capela.

Metódico, o testador continua: O risco deles (dos mausoléus) já os amigos da comissão administrativa o acharão feito a págs. 120 e 121 do estudo histórico, intitulado Vasco da Gama e a Vidigueira, interessante obra da pena do sr. Augusto Teixeira de Aragão, publicada pela Sociedade de Geografia de Lisboa. A realizar-se a sobredita erecção, dar-se-á de empreitada aos srs. José Guilherme Correia e irmão, e com loja de canteiro e escultura na rua do Corpo Santo números 20 a 22 artista com quem já ajustei pela citada quantia de 3.800.000 réis, indivíduos que tenho na conta de honrados e verdadeiros, e não falsearem os seus contratos, como sucedeu com outros de maior nome e fortuna. Segue-se a verba relativa à construção do monumento a Afonso de Albuquerque que a Soriano é devido.

A complexidade que envolvia a clausula da autenticidade dos restos mortais de Vasco da Gama e de Luís de Camões levou o Conselheiro Barros Gomes presidente a reunir à Comissão testamenteira de Luz Soriano: Luciano Cordeiro, em representação da Sociedade de Geografia e que fora uma das figuras mais activas aquando da celebração do tricentenário da morte de Camões e Pinheiro Chagas em representação da Academia das Ciências de Lisboa.

Por Setembro de 1894 o presidente da Comissão testamentária comunica ao ministro do Reino João Franco acharem-se concluídos os sarcófagos destinados a Belém, à recolha dos ossos guardados nas toscas urnas. Os mausoléus foram colocados no lugar que Soriano indicara, todavia a comissão, assistida dos novos vogais e sobre a presidência áustera de Barros Gomes, não se sentiu, em consciência, autorizada a recolher nos sarcófagos, os restos mortais contidos nas urnas e que pelo tempo o estariam, e estavam em 1906, ano em que o Provedor da Casa Pia de Lisboa Jaime Artur da Costa Pinto escreveu o ofício dirigido a João Franco, então Presidente do Conselho de Ministros e, simultâneamente, Ministro do Reino, documento que apelidamos de ponto de partida para este nosso estudo.

## GOMES DE AMORIM OPINA PELA CONSAGRAÇÃO DA IGREJA DE SANTANA À MEMÓRIA DE CAMÕES

Em 1889 Francisco Gomes de Amorim trouxe à publicidade — «Os Lusíadas» de Luís de Camões, edição crítica e anotada em todos os lugares duvidosos, restituindo, quanto possível, o texto primitivo pela correcção dos erros que nunca se tinham expungido. No tomo II — Última verba — págs. 329 e segs., Amorim reflecte — Em 1880 a imprensa sentiu-se sùbitamente atacada de entusiasmo delirante por Camões. Comunicou sua febre à capital, ao país inteiro. Facto único na história de todas as admirações e entusiasmos: levaram-se em procissão com a máxima solenidade desde o velho convento de Santana até ao Arsenal e dali numa esquadrilha de vapores, ao Cais de Belém e meteram-se no venerando templo dos Jerónimos dentro de um caixão ossos com que se poderiam compor vários esqueletos (veja-se VIII — Suplemento ao Diccionário de Inocêncio, pág. 88, pelo Sr. Brito Aranha, ali se prova que os ossos não couberam no caixão e outras muitas coisas interessantes) e dizia-se em voz alta, que não eram os restos do imortal autor dos Lusíadas! Pela boca pequena, afirmavam todos serem despojos de sapateiros e de freiras! Que tantos milhares de pessoas, de todas as classes, que ajudaram a fazer e a representar essa farça, nenhuma ignorava a verdade. Deixaram o rei e a rainha pôr coroas no caixão das madres de Santana e dos confrades de S. Crispim ...; e ninguém na imprensa ergueu a voz para impedir isto. Ainda mais: negou-se lugar a quem quis impedi-lo! Apenas uma sociedade científica por instâncias que eu fiz a um dos seus membros, encetou a questão mostrando a necessidade de se examinarem os ossos, antes da procissão, a outra corporação sábia. Esta achou prudente abafar o negócio dizendo que deixassem ir tudo na fé dos padrinhos! ...

Passada a onda de papelão pintado, pareceu conveniente nomear-se uma comissão para ir procurar os ossos de Camões, ao convento de Santana! E nomeou-se. E ela cônscia da imensa responsabilidade que lhe cabia depois dos estupendos factos qua acabo de narrar, procurou, trabalhou com zelo, consciência e probidade, com todas as qualidades e virtudes de que se vêem já tão raros exemplos nesta

terra. Findos os seus estudos, fez deles extenso e perfeito relatório [16], provando à luz da mais sensata e rigorosa crítica, que os restos do imortal cantor das nossas glórias tinham sido tirados, talvez até com intuitos criminosos, do lugar onde fora a sua verdadeira sepultura; e que estavam perdidos para sempre.

Amorim declarou a propósito do mausoléu que Alberto Nunes estava trabalhando [16]: «apresso-me a declarar lealmente que se for vivo quando se inaugurar o projectado túmulo, não deixarei de protestar com a minha débil voz contra esse facto que nos coloca aos olhos da posteridade como uma geração de embusteiros».

«A única ideia razoável se alguma querem que haja nisto, depois da declaração oficial e sincera, da perda dos ossos de Camões, é consagrar à sua memória o convento (aliás a igreja) de Santana, onde o sepultaram. Dêem-lhe exteriormente as formas monumentais que se julguem apropriados para bem expressar a gratidão nacional e conserve-se o interior tal qual existia no tempo da sua morte. Reunam-se então ali, único lugar onde poderão ficar sem vergonha nossa, os ossos que levaram para o mosteiro dos Jerónimos; gravem-se no pórtico do edifício estas palavras ou outras semelhantes, que se possam escrever com verdade: Lugar onde foi sepultado Luís de Camões, convertido em templo pela admiração e reconhecimento de todos os portugueses, etc., etc. E juntem-se nesse lugar de amor e saudade todos

---

16 Amorim por certo refere-se ao relatório da autoria de João Costa Basto. O documento deu origem ao largo estudo de Júlio de Castilho que o impugna nos pontos essenciais, não tendo havido tréplica: adiante nos referimos ao caso. O estudo de João Costa Basto é opinião individual, não traduz, portanto ,o pensar da comissão.

17 «A propósito do túmulo de Camões» — art.º publicado no «Comércio de Portugal» — primeiros de Agosto de 1885 — assinou «um português». António Alberto Nunes respondeu ao mesmo periódico em 12-8-1885 sob a epígrafe «Projecto de um túmulo a Camões» — «... segundo o ilustre anónimo afirma não são os ossos verdadeiros. O que é facto, e isto é quanto me basta, é que a pomposa trasladação a que eu chamo apoteose, se verificou, e que nela tomaram parte corporações científicas e altos funcionários e dignitários do país, sancionando por este modo a autenticidade dos festejados despojos.

os testemunhos de respeito e de patriotismo: livros, quadros, estátuas, etc.: quanto exista consagrado aquele

*... cuja lira sonorosa*
*Será mais afamada que ditosa.*

Então, sim; teremos cumprido, nobre e dignamente o nosso dever; e só então poderemos mostrar ao mundo que éramos merecedores da glória de possuir tão igrégio vate.

O ministro do reino que tomasse a inciativa de consagrar o velho edifício de Santana à memória do imortal poeta a exemplo do que se fez na nação vizinha, em caso semelhante — Cervantes. Sepultado no mosteiro de trinitárias descalças de Madrid perdeu-se nele o lugar da sepultura; o governo espanhol consagrou o convento à «memória querida do honrado Miguel de Cervantes que como Luís Vaz de Camões morreu pobremente».

## NOVA POLÉMICA — JÚLIO DE CASTILHO - JOÃO DA COSTA BASTO

Em 1891, Júlio de Castilho tomou conhecimento das opiniões de um empregado da Torre do Tombo — João Pedro da Costa Basto, que fizera parte da terceira comissão, nomeada em 1880. Júlio de Castilho afirma: «as actas das sessões não se publicaram; contudo, uma parte dos estudos da ilustre Comissão é hoje conhecida, pelo escrito de um dos vogais, e dos mais competentes»: — «Esse escrito, opinião pessoal, não está assinado é seu autor o sr. João Pedro da Costa Basto ... Ninguém mais do que o sr. Basto presa a verdade, que todos procuramos», e passa a expor o que pensa sobre a matéria [15].

Basto segue a opinião de Mouro de Sousa: sepultura de Camões à esquerda da porta principal. Intitula o primeiro capítulo do seu trabalho «Se D. Gonçalo Coutinho encontrou, ou não, o verdadeiro jazigo

---

15 Memórias citadas págs. 203.

de Camões, — às dúvidas apresentadas por Basto resolutamente Júlio de Castilho obtempera: — Não duvida, ninguém pode duvidar, da autenticidade do esqueleto exumado pelo neto dos Marialvas; o que digo é que Faria e Sousa, tão *indagador,* e a quem a memória de Camões tanto ficou devendo, tinha os seus motivos fortes para escrever: *fue bien dificil el hallarle.* Foi áspera a empresa; venceu-as, porém, a mão piedosa de D. Gonçalo, e recolheu aquelas cinzas venerandas; e recolheu-as tão conscenciosamente, que ninguém nunca jamais se lembrou de duvidar da autenticidade daquelas palavras singelas: *Aqui jaz Luís de Camões.*

É o segundo capítulo do estudo de Costa Basto — *A igreja de Santana em 1580* — valioso esboço histórico que nos diz da fundação da igrejinha de Santana em 1543, que vinte anos decorridos passaria a ser a igreja do Mosteiro da Penitência, que junto lhe foi construído. Quanto ao terceiro capítulo — «*Se houve trasladação do cadáver*» — Casta Basto, seguindo a mesma linha de raciocínios, de Juromenha e Tavares de Macedo pretende demolir a asserção de Faria e Sousa, que Júlio de Castilho, com argumentação válida, pretende fortalecer.

Acerca do desaparecimento das memórias e dos ossos de Camões, de determinadas reticências de Costa Basto saem suspeitas de roubo, ao que Júlio de Castilho obtempera: — «O roubar uns ossos, fazê-los desaparecer *intencionalmente e com perfeito conhecimento de causa* (palavras do sr. Basto) é profanar a paz da morte; por outra: é crime».

«Numa igreja pertencente a um Mosteiro, abrir uma sepultura, e roubar de lá os ossos, e tirar e fazer desaparecer uma campa, quando esse depósito se acha dentro da clausula monacal, inteiramente confiado à guarda das madres, só se pode fazer com a perfeita conivência furtiva de capelães e da comunidade toda.

«Logo, a admitir-se o roubo, acusam-se os capelães, acusam-se centenares de senhoras, e acusa-se talvez o Ordinário, se permitiu a entrada dos oficiais indispensáveis para tal desacato.

«Parece-me evidente — Conclusão: tal roubo não houve.

«Para se supor uma torpeza daquela ordem é indispensável aventar-lhe um motivo fortíssimo, ainda mais torpe do que ela; não vejo quem lucrasse directa ou indirectamente em fazer desaparecer aqueles azulejos e aqueles ossos.»

E Júlio de Castilho nobremente concluiu: «o grande vandalo foi o terramoto! É Amador Patrício que o conta nas suas «Memorias das Principais Providências»: o que padeceram as monjas de Santana «fora do ninho, distraídas, foragidas, atormentadas de terror e saudade, com a clausura rota e sem futuro». Castilho, em face do quadro dramático que foi o terramoto e as suas consequências que duramente se estenderam por muitos anos diz: era impossível acorrer com brevidade e qualidade a tudo que de arruinado ficara e exclama: como é que a essas pobres náufragas podia vir a lembrança de recomendar que se conservasse com o seu letreiro a campa de Camões, e se não tirassem os azulejos quando andassem vinte anos decorridos sobre o cismo as obras em Santana.

Júlio de Castilho conclui:

«Em três corolários resume o snr. Basto toda a sua argumentação: [18]

1.º A verdadeira e única sepultura de Camões era a que examinamos nos dias 22 e 23 de Julho passado».

Quanto a mim, essa asserção caduca pela base. Camões não teve uma sepultura *única;* teve duas.

2.º «Os ossos do poeta, e as memórias que as autenticavam, foram intencionalmente, e com perfeito conhecimento de causa, tirados daquele lugar entre 1729 e 1734, isto é, depois de se tapar a porta principal, e antes da Patente circular do Provincial».

Está sobejamente respondido. Ficou provado a todas as luzes que os azulejos e a campa existiam intactos e respeitados ainda em 1752.

3.º «Serão baldados todos os esforços que se empregarem para os encontrar na igreja de Santana».

Isso justamente é que estava por demonstrar; e *ficou demonstrado que os ossos lá estão»* (pesquisa e recolha em 1880 — Padre Viegas).

O escrito analisado, da autoria de Costa Basto, não representava, a de toda a Comissão. Castilho publicou a réplica no «Instituto», de Coimbra; não houve tréplica. Entretanto Costa Basto falece.

---

18 Memórias citadas, pág. 252.

## A CAMPANHA DE JÚLIO DE CASTILHO PROSSEGUE

Júlio de Castilho, domiciliado ao Lumiar, entregue aos seus estudos, ignorava, segundo conta, o que sucedera em 1880, isto é as atitudes do Padre Sebastião de Almeida Viegas, a resolução do ministro, a nomeação da 3.ª Comissão.

Quando em 1891 concluia a sua resposta a Costa Basto alguém pôs Júlio de Castilho ao corrente do que sucedera em 1880. Castilho pôs-se em contacto com o Padre Viegas, que morava na rua do Prior Coutinho, a Santa Marta, e era capelão da Misericórdia. Confraternizaram.

O Padre Viegas mostrou a Castilho a papelada que reunira acerca do assunto ossos de Camões, documentos que confiou para leitura e estudo, a Castilho. O filho de António Feliciano de Castilho ficou encantado ao verificar que as pesquisas do sacerdote coincidiam nos seus resultados com aquelas a que chegara seu pai. Devorou o manuscrito e tratou de o pôr em forma legível, dada a má caligrafia do antigo capelão das Freiras de Santana. Castilho assegurou ao sacerdote que ou pela Academia das Ciências, ou pela Imprensa Nacional ou por qualquer outro meio, o trabalho de investigação do Padre havia de ser publicado.

Entregue ao trabalho de cópia estava Castilho quando Braamcamp Freire lhe entrou pela casa dentro. Veio à conversa o assunto que prendia as atenções de Júlio Castilho, Braamcamp interessou-se pelo caso proclamando: — «O editor sou eu. Quero ligar o meu nome ao de Camões. Dize ao Padre que pode contar comigo». O livro saiu, e intitula-se: — «A verdade acerca dos ossos de Luís de Camões» — à descrição Castilho ajunta — É irrespondível. E depois: Quem quiser acabar de se convencer, leia o livro do Padre Sebastião de Almeida Viegas. A doutrina é toda dele; a cópia e os desenhos anexos são de meu punho.

«Tristes vicissitudes humanas! Os ossos de Camões ficaram para muitos um problema. A bárbara demolição de Santana ainda o cerrou mais.»

## A IGREJA E O CONVENTO DE SANTANA EM ESTADO DE RUÍNA, SÃO CONDENADOS À DEMOLIÇÃO PARA NO TERRENO SE CONSTRUIR O REAL INSTITUTO BACTERIOLÓGICO

Na escolha do local para o estabelecimento do Instituto Bacteriológico, em edifício próprio, houve várias opiniões, contudo a Rainha D. Amélia e Câmara Pestana entendiam que, para o estabelecimento do Instituto, se apresentava, sobremaneira propício, o terreno, para o caso de uma construção de raíz ou o edifício do convento extinto, no caso do seu aproveitamento, colocado a dois passos do futuro edifício da Escola Médica-Cirúrgica e do Hospital de S. José. Procurava-se por este meio tornar mais próximas e íntimas as desejadas relações entre a Escola, o Instituto e o Hospital.

A breve trecho passou-se ao plano de demolição do convento e igreja de Santana e para a construção de um edifício a realizar sob os mais modernos requisitos. A execução do projecto foi entregue ao Eng.º Hugo Pedro Romano Folque que se apresentou desde logo partidário da indispensabilidade da igreja, com reserva das homenagens devidas à memória de Camões.

A Rainha D. Amélia impressionou-se com a ideia de ser demolido um templo aberto ao culto, e ao qual se ligava a tradição histórica do nosso grande Poeta Camões. Romano Folque fez ver à Rainha o estado de ruína da igreja que fatalmente cairia se não fosse a tempo demolida. O governo não ia, com certeza, ordenar a reconstrução do templo pelo facto de ali haver sido enterrado Camões, cujos ossos haviam sido, efectiva ou virtualmente, removidos para o Panteão dos Jerónimos. Demais, a própria demolição permitiria desfazer as dúvidas de quem supunha que os verdadeiros ossos de Camões deviam ali existir, procedendo-se cuidadosamente a pesquizas, assim facilitadas.

Por despacho ministerial de 27 de Setembro de 1896 foi cedido o edifício de Santana para instalação do Real Instituto Bacteriológico e, em 18 de Dezembro seguinte, entregue à Direcção Especial dos Edifícios Públicos e Faróis o edifício do suprimido convento. Por portaria do Ministério e Secretaria de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria, datada de 28 de Maio de 1897, Sua Majestade

houve por bem determinar que fosse indemnizada, pela quantia de três contos a Irmandade dos Escravos do Santíssimo e Irmãos da Senhora Santana, pela cedência ao Estado, da igreja do extinto convento de Santana, desta cidade e determina que o Director dos Edíficios Públicos e Farois tome posse e faça aplicar a respectiva igreja à ampliação do Instituto Bacteriológico.

Todavia, o Ministro das Obras Públicas não quis ordenar a demolição sem ouvir a Comissão dos Monumentos Nacionais.

## O PROJECTO DE DEMOLIÇÃO DA IGREJA DE SANTANA GERA POLÉMICA

### Parecer de Luciano Cordeiro

O Governo pretendia, pela pasta das Obras Públicas, sobraçada ao tempo, por Campos Henriques, ultimar o assunto da demolição da igreja de Santana, considerada espaço indispensável à racional ampliação do projecto de construção do Instituto Bacteriológico.

«O interesse que o assunto despertou em muitos espíritos ilustrados, receosos de que sem maior reflexão, se deitasse abaixo mais um monumento histórico que devesse conservar-se» levou o Ministro das Obras Públicas a solicitar a Luciano Cordeiro, Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais, historiador e crítico, um relatório sobre o assunto (ofício de 4-8-96): queria informar-se do valor da velha igreja meio abandonada, que parecia indispensável demolir para a execução do projecto do Instituto.

Sem delongas e com corajosa dedicação patriótica Luciano Cordeiro elaborou o relatório que datou de 15 de Setembro (1896).

O Instituto Bacteriológico e um hospital próprio dele, era generosíssima iniciativa de Sua Majestade a Rainha D. Amélia, obra altamente humanitária e boa e de económica administração, à vista do que todos os dias a imprensa registava acerca dos socorros que o Estado tinha de prestar a muita gente pobríssima, para ir receber o tratamento, de que precisava urgentemente, a Paris.

Especiais vantagens oferecia, de facto, para a construção, o local do derrocado convento de Santana junto do futuro edifício da Escola Médico-cirúrgica que ia ser construído, e do Hospital de S. José.

Oiçamos em resumo Luciano Cordeiro:

— Quanto à igreja de Santana apresentava-se-lhe de valor artístico francamente insignificante, de arquitectura banal. Pobre de nascença, restaurada sem ostentação depois do grande terramoto, tinha alguns objectos decorativos que se lhe apresentavam de um certo valor histórico e artístico. Um lanço de parede ameaçava ruína; a chuva penetrava por vários pontos do telhado o que lhe apressava a queda.

— Todavia, embora arruinada e dispensável às necessidades do culto paroquial, poderia ser um verdadeiro monumento nacional, cuja conservação se sobreleve à conveniência do aproveitamento do seu local para construção diversa: naquela igreja foram sepultados e existem, seguramente, os restos de um homem que se chamou Luís de Camões.

— Historiando os vários episódios da empresa, por três vezes tentada, do achamento dos ossos de Camões, Luciano Cordeiro dá-nos a sua douta opinião:

— Foram certamente tentativas generosas, bem intencionadas, cheias de boa e honesta vontade e direi até, de mais em mais proficientes, pois, se a segunda, a de 1854, foi já menos exclusivamente literária do que a primeira de 1836, a terceira, a de 1880, foi mais autenticamente erudita do que a segunda; terminou com o incrível disparate, que foi talvez o seu malogro e foi em todo o caso a sua vergonha, de não querer ensaiar o alargamento da pesquisa como lhe propunha o mais experiente e idóneo dos seus promotores, o investigador arqueólogo Estácio da Veiga, mas, todas elas foram deficientíssimas na preparação e no processo, e essa deficiência se acentua irrecusàvelmente nas falhas e hesitações do resultado: «a comissão nomeada, talvez um pouco embaraçada pelas responsabilidades daqueles dois seus vogais que tinham pertencido à comissão de 1854 e à trasladação de 1880, não chegou a estabelecer doutrina ou a formular conclusões decisivas.

— Reportando-se aos resultados das investigações levadas a cabo

pelo Padre Sebastião de Almeida Viegas e que autorizavam a pesquisa do capelão das freiras, praticado em 1880, diz:

— Poucos anos antes de 1580 as freiras, de acordo com a Irmandade fundadora da ermida, ampliaram esta, facto de que resultou o prolongamento da nave que ficou cortada pelo alto, pelo coro até então inexistente. Esse espaço conquistado, sob o coro, ficou pertencendo à igreja, isto é, à Irmandade e por esta foi destinado a jazida pública, comum, ao enterramento dos paroquianos e dos confrades que não deixavam espólio ou parentes que lhes pagassem e reservassem os covais. Era o lugar das sepulturas — «pobres, plebeias», segundo a expressão literária do tempo.

Segundo os obituários de Santana, que passaram para a paroquial de Nossa Senhora da Pena, até fins do século XVI se fizeram enterramentos de pobres, no indicado espaço do templo, sob o coro.

O pavimento desafrontado da nave do templo era o cemitério dos remediados e dos ricos, dos que deixavam com que pagar o terreno e a reparação do lajeado ... era a «sepultura honrada» em suma; nesse espaço da nave teria D. Gonçalo Coutinho dado sepultura honrada ao seu chorado amigo Luís de Camões.

— O número de espécies encontradas, quando da pesquisa realizada em 1836, divergia das que foram recolhidas em 1880 — entre as duas datas haviam aumentado os restos humanos contidos na sepultura. Em 1836 fora observada a existência de uma só ossada, com alguma terra pouca: — ossos que bem examinados não davam um esqueleto completo; em 1880 os peritos, professores de antropologia encontraram recolhidos na urna já referida, restos humanos correspondentes a oito ossadas, pelo menos; ossos dos quais um grupo foi encontrado dentro dum cesto de vime [19].

---

[19] A explicação do caso é feita por este modo:

— Em 1837, 1854 e 1858 houve obras em Santana: no último indicado ano a Câmara Municipal mandara colocar uns degraus precisos, em frente da porta da Igreja do mosteiro; a fim de reparar o dano causado pela obra de rebaixamento que se fizera na calçada, pode bem ser uma causa o facto de, na frente da dita porta, onde era o antigo adro e onde alguma gente se sepultou, aparecerem ossadas. O pessoal da obra teria recolhido o monte, num cesto e, com licença verbal ou sem licença, da comunidade, depositou o cesto naquela cova sem letras.

Luciano Cordeiro conclui o seu relatório referindo:

— «Se as pesquisas tivessem ido mais além, se a exploração, saindo do espaço restrito do coro de baixo e da sepultura junto a ele encontrada, no centro da igreja; se se tivesse estendido a toda esta, e ao cabo dessa exploração mais larga, resoluta, decisiva, nada mais se tivesse encontrado, do que as investigações de 1836, de 1854 e de 1880, realmente deram, não poderia dizer-se ainda, precisamente: — *aqui estão os ossos de Camões», mas, com regular segurança poderia afirmar-se que estariam entre os recolhidos da sepultura, da linha média da igreja.*

«Dada, porém, a limitação das pesquisas e a deficiência do seu resultado, as apreensões dubitativas de que essa sepultura fosse a mandada fabricar em 1595, são perfeitamente razoáveis e legítimas.

«Não está regularmente autenticada essa sepultura, como o não estão, e o não podem ser, os despojos encontrados nela.

«Pode de certo, não se chegar a resultado melhor definitivo. Não é razão para deixar de procurá-lo ainda, visto que a investigação não foi completa, exaustiva, tendo ficado por explorar até, um espaço maior do que aquele a que se têm limitado as pesquisas.

E quando nada se adiante e consiga melhor do que o resultado obtido já, longe de inteiramente se ter perdido o esforço generoso, culto, patriótico, ter-se-á com ele firmado a consciência do dever cumprido, e reunido piedosamente todo o assuário encontrado como queria a Comissão de 1880 (Prof. V. de Juromenha) podermos dizer então: — Tanto quanto humanamente se pode assegurar, estão aqui os restos do imortal Poeta.

«Eis, pois, porque entendo que não sòmente a igreja do extinto convento de Santana não deve ser demolida — o que me parece uma simples questão de senso comum e de dignidade nacional — mas deve entrar completamente na posse e administração directa do Estado, procedendo-se nela, urgentemente, às obras de concerto e segurança indispensáveis, e, competentemente à continuação das pesquisas relativas à sepultura para onde, em 1595, foram, por D. Gonçalo Coutinho transferidos os restos de Camões, sepultura que não está suficientemente provado que não exista já ou que seja a que foi aberta em 1880.

«Acrescentarei ainda que se nessa igreja — independentemente do

culto e sem prejuízo dele — se estabelecesse, pois que tem anexos adequados, um museu e uma biblioteca camoneanos teríamos erigido à memória de Camões um dos mais gloriosos monumentos que poderiam honrar o País e o Estado, perante a história e o mundo.»

Preparando-se para a execução do relatório Luciano Cordeiro fizera uma visita de exploração ao templo de Santana, fazendo-se acompanhar por Júlio Mardel e pelo condutor, ao serviço da Comissão, O'Sullivan. Por feliz acaso e (caloroso pedido amàvelmente deferido), acompanhou Luciano Cordeiro, Júlio de Castilho. Luciano Cordeiro fecha as suas linhas afirmando ser a responsabilidade do seu relatório exclusivamente sua, pois, os membros da Comissão da sua presidência estavam ausentes de Lisboa.

## «BREVES COMENTÁRIOS ÀCERCA DAS OPINIÕES NOVÍSSIMAS SOBRE OS OSSOS DE LUÍS DE CAMÕES»

Reacção ao relatório-parecer de Luciano Cordeiro.

Conseguida a necessária autorização foi o relatório de Luciano Cordeiro publicado no jornal «A Tarde» dos dias 28 a 30 de Setembro e 1 de Outubro (1896) [20]. A reacção produzida pelo escrito do Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais foi extensa: em Santana deu-se a paralização das obras de demolição já iniciadas; na imprensa Júlio de Castilho publica no «Comércio de Portugal» uma série de artigos — 13 a 21 de Outubro — sob a epígrafe «*Breves comentários àcerca das opiniões novíssimas sobre os ossos de Luís de Camões*», havendo, ainda, a registar dois artigos atribuídos ao Padre Sebastião de Almeida Viegas, no jornal «A Tarde», de Outubro do indicado ano.

Júlio de Castilho «extractou, em síntese, o parecer de Júlio de Castilho por esta forma:

«1.º Nenhuma das três comissões, a de 1836, a de 1854 e a de 1880, procedeu às buscas de modo completo e exaustivo.

---

[20] Foram estes artigos reunidos num folheto: «A Igreja de Santana e a Sepultura de Camões. Lisboa. Imprensa Nacional 1897 faz parte da colecção da Sociedade de Geografia — Vesperas do centenário.

2.º A sepultura achada pela comissão de 1836, e tornada a autenticar em 1880, pode ser, e pode não ser, a de Camões; não se prova que o seja.

3.º Entre os ossos que foram para Belém, e que eram os que os membros da comissão de 1854 juntaram, à parte esquerda da antiga porta principal, não estão os de Camões.

4.º É conveniente proceder a novas buscas ao centro da igreja actual.»

E Júlio de Castilho, acrescenta: — analisarei as duas primeiras e a última dessas opiniões; da terceira não me ocuparei sequer; concordo com ela, reforçaria se tanto fosse preciso os argumentos»:

— «Sinto-me cansado do assunto, e vou terminar, resumindo em duas palavras o que penso:

1.º Para mim, os ossos de Camões estão, entre alguns outros, no caixãozinho preto, hoje contido (desde 1880) no ossuário ao centro do antigo coro de baixo.

2.º São supérfluas, em vista dos dados históricos, quaisquer outras buscas; no entanto, não seriam prejudiciais nem inúteis; confirmariam provàvelmente o achado; e se trouxessem novidade irrecusável, benvinda ela.

O que todos procuramos desde 1836 é a verdade.

## «O SÉCULO» OCUPA-SE DA IGREJA DE SANTANA

O Ministro das Obras Públicas convocara para uma Conferência Luciano Cordeiro, Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais e o Eng.º Pedro Romano Folque, Director dos Edifícios Públicos. Assunto: demolição da igreja de Santana considerada indispensável à construção do Instituto Bacteriológico. Luciano Cordeiro mantém o parecer que em tempo lhe fora pedido e dera contrário em absoluto à demolição da histórica igreja, apostando que no caso de ser demolida ou cair, o terreno que ocupa dever constituir sítio defeso a aplicações que não sejam de veneração a Camões. A sepultura de Camões não foi ainda encontrada e pode sê-lo pelo que convém continuar as pesquisas.

O Snr. Folque participando do patriótico culto a Camões no crê que seja essencial a conservação da arruinada igreja quando se decretou que os restos de Camões fossem recolhidos nos Jerónimos. Enntede que aquele terreno é necessário à obra do Instituto Bacteriológico que está encarregado de construir.

Luciano Cordeiro continua a dar ao seu parecer um carácter individual considerando não comprometido o voto da Comissão que não pudera reunir.

Em face do exposto o Ministro resolveu que a Comissão fosse consultada, pois, não desejava autorizar a demolição contra o voto ou sem o voto terminante dela — . Para nós é muito duvidoso que a igreja não seja demolida.

CARTA DO ENGENHEIRO DIRECTOR HUGO PEDRO ROMANO FOLQUE AO SECRETÁRIO DA COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS LUCIANO CORDEIRO:

Il.$^{mo}$ Ex.$^{mo}$ Sr.

Se o amor da tradição histórica é virtude cívica que deve cultivar-se no espírito de todos que presam a sua Pátria, não é menos para desejar que essa virtude se não isole do bom senso prático que deve predominar em todos os actos de administração pública. Reedificar sobre um chão de recordações interessantes uma coisa, que pelo seu estado de ruína se não podia conservar, e cujo valor artístico era de si nulo e apenas atestava o local de uma sepultura que encerrou os ossos de um grande homem na história Pátria, e para os quais a geração moderna destinou mais distinto sarcófago, reedificar só pela razão de haverem sido recolhidos esses venerandos despojos sem que da velha construção nada se pudesse aproveitar e obrigasse ou a dispender avultado capital em obra monumental injustificada, mesmo quando não estivessem por fazer tantos monumentos que a gratidão nacional deve a tantos dos mais ilustres portugueses, ou a levantar cousa insignificante, que seria tão inútil quanto em desarmonia com

a própria ideia comemorativa, afigura-se-me que seria um acto tão insensato quanto inadmissível em país pobre, e onde faltam levantar as edificações úteis para o bem do povo, que os progressos da civilização vão felizmente criando, perdoe V. Ex.ª o arrojo da minha modesta crítica.

A Igreja de Santana tinha fatalmente de cair, tal é o seu estado de ruína, e dos seus escombros há apenas uns belos azulejos a aproveitar. Para uma perfeita busca, se não está feita, dos ossos do nosso grande Épico, os trabalhos de demolição permitem fazê-la por uma forma completa, e a possibilidade de recolher tudo que de interesse histórico, arqueológico e dos hospitais especiais para a difteria e para a raiva — em de Sua Majestade, e a meu ver muito bem, aproveitar aquele excelente local para a construção de um melhoramento que interessa à vida da população do país inteiro: a criação de um instituto Bacteriológico e dos hospitais especiais para a difteria e para a raiva — em frente da nova Escola de Medicina. Para comemorar a passada existência ali da sepultura de Camões qualquer coisa se pode fazer que nos recorde e aos seus vindouros esse facto interessante.

É meu instante desejo e firme propósito, facilitar as pesquisas que ali desejem fazer os estudiosos e sobretudo aqueles que tão distintamente como V. Ex.ª têm manifestado o seu grande amor, por tudo que se relaciona com o grande poeta, cuja obra é documento sempre vivo da inteligência, do sentir artístico da grandeza moral, da força civilizadora, da energia, de carácter e do vasto domínio e preponderância que exerceu na história moderna deste velho Portugal, cuja deslumbrante epopeia devia ser razão sugestiva para nunca se deixar abater, desculpe V. Ex.ª esta expansão de entusiasmo.

Tenho pois a honra de convidar V. Ex.ª a proceder como queira e entenda para que se realizem todas as buscas sensatas, certo que V. Ex.ª não desprezará a necessidade que se impõe de apressar os trabalhos, obsquiando-me com o seu conselho, e dispondo desta direcção e de mim em especial para tudo que quiser em tão patriótico fim.

Dei as ordens precisas para que V. Ex.ª tenha franca entrada no recinto dos trabalhos, e para que seja ajudado pelo respectivo pessoal nas investigações a que desejo proceder, lembrando eu a conveniência de que V. Ex.ª porventura se entendesse com outros seus

colegas beneméritos em semelhantes propósitos para que os esforços de todos convirjam para os resultados desejados.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Lisboa, 8 de Junho de 1897.

Il.mo Snr. Júlio Mardel

O Engenheiro Director

Pedro Romano Folque

A SESSÃO DE 23 DE JUNHO (1897)

Em face do referido e do conhecimento que toma da ultimação de negociações com a Irmandade para a aquisição, pelo Estado, da igreja de Santana, Luciano Cordeiro escreve ao Secretário da Comissão da sua presidência, Júlio Mardel, nesta conformidade:

— Folque insiste em deitar abaixo Santana e creio que o consegue. Mas não será sem protesto. Precisamos reunir a Comissão esta semana. Lembro-me que pode ser na sexta-feira. Peço-lhe que fale ao Lima para termos a sala e tenha os papéis à mão. Para sexta, podendo ser, lembro que expeça já os avisos todos, não esquecendo o Adolfo Loureiro e o Braamcamp Freire. Ordem do dia pode ser — Projectada demolição da igreja de Santana — Consultas e assuntos pendentes.

Peço-lhe que se não demore. Isto tem hibernado demais.

Amigo

Luciano Cordeiro

## A COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS EM LUTA COM AS OBRAS PÚBLICAS — SANTANA NÃO CAIRÁ

A 23 de Junho reúne a Comissão dos Monumentos Nacionais sob a presidência de Luciano Cordeiro, secretariado por Júlio de Mardel, coma presença do Visconde de Mangualde, General Raimundo Valadas, Ramalho Ortigão, Ventura Terra, Zacarias de Aça e Lino da Assumpção; presente também Pedro Folque, que fora nomeado vogal da Comissão. Aberta a sessão o presidente reafirma as opiniões contidas no relatório que resumimos. Pedro Folque, entrando no uso da palavra, pergunta a Mardel as impressões que este colhera na visita que havia feito a Santana, na companhia de Luciano Cordeiro e dele; respondendo, Mardel concordava em que a igreja estava muito arruinada, mas que sempre mantivera firme a opinião de que, por caso algum, se deveria demolir; Ramalho Ortigão, por seu turno, louva Pedro Folque pelas atenções que sempre houvera para com a Comissão, no tocante à procura dos ossos de Camões e as deligências empregadas para o referido fim, convidando, por circular, os admiradores de Camões a participarem nas pesquisas. Todavia, quanto ao projecto de demolição da igreja votava contra; Ventura Terra abstem-se da discussão e da votação por ignorar efectivamente qual o estado da igreja [21]; Zacarias de Aça vota, também, contra o projecto Folque, de demolição da igreja de Santana: nada justificava um desacato de tal ordem, à memória do grande poeta nacional, sendo raras, raríssimas

---

21 Em carta a Júlio de Mardel de 1 de Julho de 1897 Ventura Terra informado de que a igreja estava em completo estado de ruína escreve: — A ser assim, entendia que não havia restauração possível, e que se tornaria necessária uma reconstrução empregando-se naturalmente outros materiais e caindo-se na construção duma igreja moderna o que tiraria ao recinto o seu interesse histórico; demais a reconstrução dessa igreja importaria em muitos contos de réis — Caso se deixasse a igreja no seu estado de ruína ou apenas com alguns concertos que assegurassem a sua existência por mais alguns anos, quem sabe o que mais tarde se faria e se aquele solo depois de uma derrocada não viria a ter outra aplicação — Entendia eu, portanto, e proponho que a Comissão dos monumentos pro-

infelizmente, as recordações incontestàvelmente históricas do sublime Épico, seria leviandade suma e indesculpável e de grande responsabilidade para a Comissão se esta transigisse nesse sacrilégio e concluia: — Estão ali os seus restos, dizem-no todos que conhecem os últimos capítulos da história *post mortem do Poeta* — conserve-se, pois, o templo e restaure-se se for necessário; deixemos, portanto, ali tranquilos e respeitados os restos e memórias de Camões um dos Santos da religião da Pátria.

Do resultado da sessão, apressou-se o Presidente da Comissão a informar o Ministro das Obras Públicas pelo seguinte modo:

Cumprindo as instruções verbais de S. Ex.ª o Ministro, reune imediatamente na quarta-feira 23, a Comissão da minha presidência, na sala do Conselho de Obras Públicas.

Depois de larga discussão, e da comunicação de alguns documentos do respectivo processo pelo Sr. Director dos edifícios públicos que, como vogal, assistia, a Comissão foi de parecer que a igreja não devia ser demolida, antes cumpria conservá-la, repará-la, reparando-a convenientemente como piedosa e cívica homenagem à memória de Camões que ali foi sepultado.

Oportunamente terei a honra de enviar a cópia da respectiva acta. Creio ainda cumprir um dever de cargo e de consciência informando que da discussão e votação respectiva entendi:

1.º que em face das afirmações ofiicais de ameaçar ruína iminente a referida igreja, a Comissão é de parecer que se deve proceder, sm demora, às necessárias reparações, sem a ideia ou intenção de res-

---

pusesse ao Sr. Ministro que ordenasse que no projecto em elaboração do Instituto Bacteriológico se reservasse o espaço ocupado pela igreja para um dos necessários jardins do referido Instituto — que esse jardim fosse inteiramente vedado a qualquer serviço que não fosse em homenagem de Camões; que nele se construísse um monumento sobre o qual se historiasse aquele local não só no que existe mas no que existiu, preservando-se, desta forma, de futuros vandalismos como aqueles que de tempos a tempos se repetem.

Entendia Ventura Terra: — ... assim se preservaria para sempre o solo sagrado onde foi enterrado Camões e se auxiliaria a construção dum edifício destinado a prestar grandes serviços humanos.

Aqui tem V. Ex.ª o que me recorda ter dito na última reunião da Comissão.

tauração, àcerca da qual, em todo o caso, a comissão teria de ser naturalmente ouvida;

2.º que por ocasião dessas reparações conviria continuar as pesquisas àcerca da sepultura do Poeta, mas é claro que com a cautela e competência com que tais investigações devem sempre ser feitas;

3.º que ainda no caso de completa ruína da igreja a Comissão é contrária a que qualquer aplicação ou destino do respectivo recinto que não seja à consagração dele, à memória de Camões.

Deus guarde V. Ex.ª.

Comissão dos Monumentos Nacionais, 25 de Junho de 1897.

O Presidente

Luciano Cordeiro

Os da Comissão proclamavam: Santana não cairá! A sessão foi um protesto.

A imprensa fez-se eco das resoluções assumidas na reunião da Comissão dos Monumentos Nacionais. O «Diário de Notícias» referiu: «A Comissão resolveu que fosse conservada a igreja de Santana, onde foi sepultado e onde se julga que existem os restos de Luís de Camões»; «O Século» foi mais extenso: «A Comissão regeitou inteiramente a ideia da demolição da igreja em que fora enterrado Camões e pedindo a conservação e reparação da igreja.

O Sr. Folque explicou e defendeu a sua ideia, sustentando que a igreja ameaçava iminente ruína, que pela demolição melhor poderiam fazer-se as pesquisas sobre os restos de Camões, que a demolição era essencial à construção naquele sítio do Instituto Bacteriológico, e que poderia com um padrão ou lápida assinalar-se piedosamente o local. A irmandade anuira, já cedera a igreja ao Estado mediante a indemnização de 3 contos, e se a demolição não começara já fora por que S. Majestade (a Rainha D. Amélia) por sua exclusiva iniciativa, quisera que os camonistas a visitassem e dessem parecer sobre as pesquisas a fazer. Por votação nominal resolveu a Comissão que a igreja

não deveria ser demolida entendendo-se que deveria receber os necessários reparos para ser conservada. Votaram neste sentido os Senhores Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Lino da Assumpção, Zacarias de Aça e Júlio Mardel.

O Sr. Valadas declarou votar porque se proceda a pesquisas e até ao resultado delas se conserve intacto e defeso o terreno; o Sr. Ventura Terra, apreensivo com o que se dizia do estado da igreja, disse abster-se ...

A Rainha D. Amélia, Câmara Pestana e Romano Folque, com a sua gente da medicina das recentes vitórias científicas — que mataram Câmara Pestana [22], herói da raça de Camões —, que vinham de Pasteur e seus pares, sem desmerecer Camões, opinavam pela demolição do templo para num terreno desempedido, tornado, por tal, mais vasto, construir o laboratório da nova idade médica, economizadora de vidas. A Comissão dos Monumentos Nacionais, núcleo de próceres cultores das letras, das artes e das tradições históricas nacionais, desejava ver mantida de pé, sòzinha, como quando em sua origem [23], a igreja modesta, humilde, a que davam graça as pequenas torres, que lembravam guaritas, onde Camões, vivo e pobre, visinho do templo, por certo, chorando as desgraças da Pátria por ela orara, e onde fora levado a sepultar chãmente, em local ignorado precisamente.

A polémica empenhada, empatada, atingia o seu termo.

As novas pesquisas realizadas no decurso de Julho, não se haviam traduzido em qualquer progresso sobre o achamento dos restos mortais do Épico.

Em 4 de Agosto seguinte, dimanado da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas Comércio e Indústria recebe o Conselheiro Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais, Luciano Cordeiro um ofício, concebido nos seguintes termos:

«— Determina Sua Ex.ª o Ministro que V. Ex.ª informe com brevidade possível, sobre o valor histórico e arquitectónico da igreja do extinto convento de Santana, que muito conviria demolir para instalação do Instituto Bacteriológico e hospital anexo.» Decorridos dois dias, sem que o Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais se dignasse responder, o Director dos Serviços de Obras Públicas, Leite de Bettencourt, por encargo do respectivo Ministro, em 11 de Setem-

bro, dirige novo ofício ao Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais, concebido nos seguintes termos:

«Encarrega-me S. Ex.ª o Ministro de rogar a V. Ex.ª se sirva dar as providências necessárias a fim de que a Comissão dos Monumentos Nacionais, preste sobre a obra de demolição da igreja do convento de Santana, a informação pedida em ofício desta Secretaria de 4 de Agosto último.»

A Comissão negou-se a uma declaração terminante, entretanto Folque foi demitido.

No Arquivo da Academia de Belas Artes, que me foi dado consultar [24], não encontrei qualquer documento, resposta aos referidos ofícios: penso que, dados os termos atingidos pela polémica foi resolvido ,pelo Presidente, não responder ao solicitado, pelo Ministro, atitude que, entretanto, penso, determinou a extinção da Comissão dos Monumentos Nacionais, determinando-se, simultâneamente, a demolição do templo, objecto da controvérsia, o que ocorreu pelo mês de Outubro de 1897.

A 30 de Outubro do ano referido o «Ocidente» publicou um artigo intitulado — Demolição do convento de Santana — Primeira sepultura de Camões. Nele se lê: «Ao sugestivo nome de Camões a menor cousa redobra de valor e de prestígio na imaginação de todos aqueles que prezam e conhecem as obras do sublime poeta português. A ligação por mais simples que seja inspira um interesse enorme aos espíritos cultos e tristíssimo seria que o contrário sucedesse. A memória do grande Épico revive poderosa na tradição, embora tantos anos nos separem na sua existência sobre a terra. Bem se poderá, pois, calcular quanto carinhosa atenção deverá merecer o local em que durante trezentos anos repousaram os restos preciosos do suavíssimo autor de Inês. A velha igreja do convento de Santana de Lisboa, foi esse movimento sagrado, e agora que o camartelo do progresso arrasa o edifício, dediquemos-lhe algumas linhas, reproduzindo em estampa o seu aspecto exterior, o coro antigo, a planta da igreja e a portaria da entrada. Segue-se uma resumida narração das sucessivas pesquisas

---

24 A Comissão dos Monumentos Nacionais sucedeu o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais que foi instalado em 10 de Janeiro de 1900.

já por nós referidas, não envolvendo qualquer matéria nova». Concluindo, o autor anónimo proclama: «Basta esta longa permanência de trezentos anos dos restos preciosos do grande poeta nacional na igreja do antigo convento de Santana, para que, agora que o convento está demolido, nos apressemos em conservar nas nossas páginas o coro antigo e especialmente a parte da entrada, cuja situação tantas controvérsias levantou, ajuntando-lhe uma vista ulterior do convento que dá ideia da sua modéstia».

Em data, que não pudemos precisar, foi trasladada da igreja de Santana, em demolição, para a igreja paroquial da Pena, a urna contendo os restos mortais recolhidos em 30 de Junho de 1880, pelo Padre Sebastião de Almeida Viegas da sepultura que pesquisara, situada na parte central do templo, tomada como sendo a sepultura que D. Gonçalo Coutinho mandara construir para nela serem depositados os restos mortais de Luís Vaz de Camões.

## TENTATIVA DE UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA PELO DOUTOR AURÉLIO DA COSTA FERREIRA, AUTOR DE «OS OSSOS DE CAMÕES»

Temos agora um novo quadro e a tese de Teófilo Braga.

— O professor Agostinho Fortes [25], pelos primórdios do ano de 1912, visitando, na companhia da alguns alunos seus, da Faculdade de Letras, o templo dos Jerónimos, junto da urna, a que Costa Pinto aludira a João Franco, dizia-lhes que dentro daquele invólucro não podiam estar recolhidos os restos mortais de Camões, por os ossos que lá existiam haverem sido extraídos da Igreja de Santana, onde o Poeta não fora enterrado: Camões — segundo Agostinho Fortes, aluno e seguidor de Teófilo Braga — [26], [27], morrera em um hospital e, por tal motivo, fora inumado na vala comum de um cemitério ...

---

[25] Leia-se — A. Aurélio da Costa Ferreira, da Sociedade Portuguesa de Ciências Históricas — «Os Ossos de Camões» — tentativa de uma investigação histórica — 29 de Fevereiro de 1912.

[26] Em 1904 concorreu à cadeira de História Antiga, Medieval e Moderna do Curso Superior de Letras, tendo sido aprovado. Em 1911 substituiu Consiglieri Pedroso, que havia falecido, na regência da cadeira de História Geral. Extinto

O guarda da igreja e cicerone fora ouvindo a palestra do professor Agostinho Fortes, com grande estupefacção; subida esta de ponto, interveio rudemente, contradizendo as palavras do professor, opondo-lhes desmentido cabal no modo de seu saber: — sempre lhe haviam dito que naquela caixa estavam os despojos do autor dos Lusíadas, e essa verdade sempre a reproduzia aos visitantes do templo de Santa Maria de Belém, e a tinha por certa.

A troca de palavras entre Agostinho Fortes e o guarda-cicerone, veio a ter eco na Imprensa, no jornal «Intransigente», da direcção de Machado dos Santos e António Granjo.

O Dr. José Aurélio da Costa Ferreira era, ao tempo, Director da Casa Pia de Lisboa. Vivia na vizinhança dos Jerónimos. Teve o Director da Casa Pia conhecimento do que de insólito se passara no vetusto templo e decidiu-se a tomar parte no prélio que ficou recolhido nas páginas de um opúsculo de sua autoria, a que deu o título de

---

o antigo Curso Superior de Letras transitou para a Faculdade de Letras que secretariou e algumas vezes dirigiu interinamente.

27 Tese de Teófilo Braga sobre a sepultura de Camões no seu livro «Época sobre a sepultura de Camões» (1907). Teófilo Braga apoia a corrente dos que afirmam Camões haver morrido num hospital, apoiados no testemunho de Fr. José Indio que se afirma testemunha ocular do passamento de Camões. Diz o frade: — Yo lo vi morir en un hospital de Lisboa. A declaração está inscrita num exemplar dos «Lusíadas» que foi propriedade de Lorde Holland e que esteve na posse do Morgado de Mateus dele se ignorando o paradeiro. Teófilo Braga reforça a sua opinião na data da fixação do falecimenuto do poeta em 1580 feita através dos documentos encontrados no Arquivo Municipal de Lisboa, publicado por Freire de Oliveira.

Atribui Teófilo Braga a tradição de que Camões foi enterrado na igreja de Santana ao facto de, como era paroquiano da freg.ª, ser tornado Santana por Igreja e não adro do cemitério que tinha o mesmo nome e onde fazia o enterramento dos que faleciam no hospital. Segundo Teófilo Braga, foi Camões enterrado na vala comum do cemitério que ficava na encosta de Santana, que foi sagrado para *adro da peste*, administrado pelo Hospital Real e que tomou várias designações tais como: *cemitério dos pobres, cemitério do Hospital* e, ainda, *cemitério da Santa Casa*.

Para que a opinião de Teófilo Braga pudesse passar do terreno das hipóteses para o da realidade tornava-se necessário o encontro do livro de matrícula dos doentes que foram recolhidos nos hospitais em 1580, e nele se achasse registado o nome de Camões ou o livro de registo dos enterramentos no cemitério ou nos covais da Igreja de Santana. Nenhum dos livros foi encontrado.

*«Os Ossos de Camões»*, documento raro, de que nos passamos a socorrer resumidamente.

Oiçamos o Doutor Aurélio da Costa Ferreira: — «... há bastante tempo que eu já sonhava abordar, com os recursos da minha especialidade, este debatido e intrigante problema histórico de saber onde paravam os ossos de Camões. O escandaloso episódio da contestação feita pelo guarda da Igreja às afirmações do distinto professor da Faculdade de Letras, Agostinho Fortes, veio servir de excelente pretexto para eu me atirar à tarefa que sonhava, que neste momento já realizei, e de que quero aqui dar conta.

«Na capela do cruzeiro dos Jerónimos, do lado da Espístola, e à mão direita de quem se colocar em frente do topo da capela, onde se diz estarem os restos de D. Sebastião, encontrava-se, até há dias, uma feia urna de pau santo, da forma e tamanho de um caixote de latas de petróleo, com uma chapa metálica numa das faces maiores, onde se lia que ali estavam os restos mortais do grande poeta e português Luís de Camões. A urna é de tampo aparafuzado; foi mandada expressamente fazer pela antiga Academia Real das Ciências de Lisboa.

«Sucede, porém, que na Igreja da Pena e numa sala de arrecadação, existe, como eu tive ocasião de ver, uma outra urna, e esta em forma de baú, com fechos fortes de latão e uma cruz na tampa, onde consta que uma outra Comissão nomeada pelo Governo a instâncias do antigo Capelão de Santana que ali recolhera outros ossos entre os quais diziam encontrarem-se os de Camões. Há portanto, presentemente, duas urnas, cada uma delas em seu sítio, uma em Belém, outra na Pena, contendo ossos colhidos em pontos diferentes e distantes do chão da Igreja do antigo e demolido Convento de Santana, a quem duas correntes divergentes de tradição documental levaram, cada uma por sua vez, a considerar como contendo os ossos a quem D. Gonçalo Coutinho, em 1595, dera sepultura própria e decorosa, persuadido de que se tratava dos ossos de Camões.

«Conhecedor de todos estes factos, lembrei-me de tentar estudar a questão à luz da antropologia e tentar ver em qual das duas urnas a que me referi, existiam ossos que, por seus carácteres, mais probabilidades oferecessem de haverem pertencido ao poeta».

Estudada a econografia de Camões o Dr. Aurélio da Costa Fer-

reira dá-nos um Camões de fronte larga e saliente, de nariz comprido e levemente arqueado, os lábios finos, a face alongada, o mento alto e bem acentuado, porque apesar da barba, isso se pode adivinhar tudo, condizendo, com efeito, com o *loirismo* ou *ruivismo* de que reza o assento da Casa da Índia. Camões não era um loiro puro, com todos os carácteres dos loiros, as suas origens distantes eram: galaicas pelo pai, algarvias pela mãe.

«Senhor destes dados — diz Costa Ferreira — procurei conseguir do Sr. Prior da Igreja de Belém, a quem está confiada a urna dos Jerónimos, licença para examinar os ossos que nela estão guardados, licença que felizmente consegui e que eu aqui muito penhorado agradeço.

«Em presença do Reverendo Prior, na minha e na de mais algumas pessoas, foi aberta a urna e nela encontramos, cobertos por espessas capas de algodão: em cima, sobretudo restos de ossos chatos e em baixo montes de ossos longos. Nem uma só caveira. O mestre, deu-se então a apartar frontais e mandíbulas; seria este o material aproveitável para a delicada e atrevida tentativa de identificação.» E diz: — «Quinze frontais completos encontrei eu, mas francamente masculinos, só encontrei três. Dos três frontais masculinos um há na realidade que me parece oferecer probabilidades de ter sido de indivíduo de carácteres cefálicos identificáveis com os que o retrato de Camões me fez atribuir-lhe. É um frontal pesado, largo, com 8,4 centímetros de frontal mínimo, alto, com bossas frontais bem acentuadas e que, por tudo isto e pela linha do perfil, se parece com os dos crâneos dos loiros.

«Das mandíbulas uma há que, pelo seu peso, altura notável do seu mento, afastamento dos seus braços e grau de uzura dos seus dentes, pode atribuir-se à mesma caveira a que pertenceu o frontal que primeiro descrevi». E resume: — «... de todos os frontais e mandíbulas, únicos ossos que existem na urna dos Jerónimos, um osso há, de cada uma daquelas espécies, que possui carácteres que condizem com os que temos o direito de supor que existiam na caveira de Camões».

Com ufania de cientista e exaltação de patriota o Doutor Aurélio da Costa Ferreira marcou os dois ossos com a letra C, seguida de um ponto de interrogação, embrulhando-os depois em papel azul, com a

nota a lápis de talvez serem do Poeta, indicação que rubricou. Finalmente colocou essas espécies raras no meio dos ossos que estão logo abaixo da primeira capa de algodão que se encontra ao abrir a urna dos Jerónimos, urna que actualmente (1912) e para evitar que a vulgarização da dúvida redundasse em desrespeito, foi pelo Sr. Prior de Belém arrecadada atrás do altar-mor, num vão, onde estão dois caixotes com restos de princesas, dizem. (Filhos de D. João IV; em 1914 transferidos para o Panteão de S. Vicente).

Quanto à urna da igreja da Pena, e não obstante a amabilidade do prior desta igreja, não lhe foi possível abri-la, nem o então prior, nem o seu antecessor, com quem também o Dr. Aurélio da Costa Ferreira falou, nada lhe souberam dizer àcerca do paradeiro da chave do tal cofre (ficara, dizia-se, em poder de Teixeira de Aragão) pelo que àcerca do seu conteúdo se limita antropoloso a aludir ao exame feito pelo Professor Feijão e pela antropologista Paula de Oliveira. Contudo ao referir-se ao exame de um dos crâneos que os referidos professores excluem da possibilidade de ser de Camões, apenas porque tinha as órbtias rigorosamente iguais, proclama: — «O que só por si não basta para decidir se era de Camões ou não, visto que este perdeu um dos olhos na idade em que esta perda não devia influir no crescimento e arquitectura da órbita ... pelo que o crâneo observado não era de excluir da possibilidade de ter sido de Camões».

Do exame da urna de Belém e da existente na Pena, quando da demolição da Capela e Convento de Santana, Aurélio da Costa Ferreira chega a resultados positivos, isto é: — «Pode-se francamente admitir que em qualquer das duas urnas se encontrem restos mortais do poeta».

O Dr. Aurélio da Costa Ferreira referindo-se à tese de Teófilo Braga [1] e aos registos não encontrados, onde devia figurar o nome de Camões, diz: — «Eu como outros em vão busquei elementos nos cartórios da igreja de Santana, agora na Pena, no Hospital de S. José e até no arquivo do provimento de saúde, que se guarda na Câmara de Lisboa» e, seguidamente afirma: — «Mas mesmo que as opiniões do Sr. Professor Teófilo Braga tivessem o apoio dos mais autênticos, incontestáveis e claros documentos, e que por estes se visse com toda a certeza que Camões fora enterrado na vala comum do cemitério de

Santana, nem por isso se poderia afirmar que não se encontrassem os seus ossos no chão da igreja de Santa Ana *e que os dois ossos que eu apartei não lhe tivessem pertencido*». Seguidamente refere: — «Dizia Franco Barreto em 1669: — «D. Gonçalo Coutinho lhe trasladou seus ossos para a igreja de Santana, e muito bem podia ser que os tivesse trasladado do *adro da peste* para a igreja. Além disso Faria e Sousa diz que, quando D. Gonçalo Coutinho procurou os restos de Camões, lhe foi bem difícil achá-los. Pode, portanto, muito bem ter sucedido que D. Gonçalo os fosse procurar no cemitério e que por ignorância e na dúvida fazendo coisa semelhante à que fizeram as Comissões de 1854 e 1880, trouxesse ossos a monte, duma vala onde existiam vários, em vala cavada a eito e sem cuidado.

«Assim se poderia explicar que cavando na igreja e no sítio onde era de esperar houvesse sepulturas e nelas ossos inteiros e ordenados se fossem encontrar como se encontrou, nem uma só caveira, mas apenas uma miscelânia, onde muito bem poderiam encontrar-se ossos de Camões.

«Pouco terei adiantado com esta minha atrevida exploração. Faça-se-me, porém, justiça de acreditar que a fiz, com cuidado, e no bom desejo de trazer mais alguns elementos para a discussão de um dos problemas mais embrulhados da história de Camões.

«Só teremos sempre muito e muito a ganhar acordando as paixões pelo estudo da nossa história no desejo de glorificá-la, remexendo nas cinzas dos que mais a enriqueceram e enalteceram.

«De tudo isso sempre resultará lição de respeito para estranhos e de vergonha para portugueses que andem esquecidos de suas glórias.

«Em tudo isto pensei quando à luz da ciência, comovidamente, e no dia 15 do corrente mês de Fevereiro, examinei os ossos que, com notável ignorância osteológica, mas com admirável carinho patriótico, foram recolhidos numa urna que existe no templo dos Jerónimos, o nosso Pauteon, ossos a que esta notícia se refere.

«Lisboa, 29 de Fevereiro de 1912».

E assim termina o seu notável depoimento o ilustre cientista e homem de bem o Doutor Aurélio da Costa Ferreira que, amigo e colega de meu Pai, eu tive a felicidade de conhecer no seu Instituto Psiquiátrico de Santa Isabel, onde se praticava com tanta utilidade,

saber e devoção humana e patriótica a reeducação dos nossos mutilados da guerra; estávamos em guerra!

## MORTE E ENTERRAMENTO DE CAMÕES, POR JORDÃO DE FREITAS (1925)

— Novo subsídio

No valioso estudo «Morte e enterramento de Camões» dá-nos Jordão de Freitas o depoimento de Diogo de Couto, extraído do manuscrito que lhe é atribuído — a década VIII — existente, segundo informa, na Biblioteca Municipal do Porto. Fechando as referências que Diogo de Couto faz àcerca de Camões, na década referida, diz: — «Deixei-o no Reino pobre e sem remédio e em tal estado que, quando morreu o enterrou a confraria dos Cortezãos [28] e o depositaram à porta do mosteiro de Santana da banda de fora chãmente e porque a todo o tempo houve Mecenas que favoreceram as letras não faltou ao Camões, porque depois de Dom Gonçalo Coutinho, por sua fidalguia, e pelo que devia à Ciência, lhe mandou pôr uma Campa sobre sua cova com o Letreiro que declarava quem era e as obras que compôs. Lá no Reino correu a mesma fortuna que na Índia e não é de espantar que quem nasceu triste já não pode ser contente».

Comentando os dizeres atribuídos a Diogo de Couto, Jordão de Freitas reflecte: — «A informação de que o cadáver foi primitivamente enterrado ou depositado no mosteiro não constituira novidade; de facto repete e confirma o que, sobre o local do enterramento nos haviam dito já o licenciado Manuel Correia e o livereiro Estevam Lopes.

«No começo do comentário da 1.ª estância do Canto 1.º dos Lusíadas, aquele licenciado escreveu que — O autor deste livro ... *está* sepultado no Mosteiro de Sant'Ana ... De presumir é que os seus comen-

---

28 Jordão de Freitas presume que a «Confraria dos Cortezãos, a que Diogo de Couto se refere, será aquela «Confraria da Côrte» que deu enterramento a António Galvão, no mês de Março de 1557.

tários dos Lusíadas, concluídos, porventura, bastantes anos antes da sua morte tivessem sido começados alguns anos antes de 1569, ou seja algum tempo antes de D. Gonçalo Coutinho haver dado sepultura honrada aos restos do poeta. O autor da «Morte e enterramento de Camões» não vê outra explicação ao tempo do verbo — está — empregado pelo comentador no seu primeiro comentário do poema, ao referir-se ao local do enterramento de Camões. E continua: — «Que a ossada do Poeta se achava no Mosteiro *antes de 1595*, di-lo também Estevam Lopes muito clara e terminantemente na Dedicatória da 1.ª edição das «Rimas», feita neste ano, quando encomiando o acto de D. Gonçalo Coutinho — a quem a mesma edição era dedicada — afirma que este fidalgo «fez» «heroica obra» em dar sepultura honrada aos ossos deste admirável varão que pobre e plebeiamente *jaziam* no Mosteiro de Santana».

Jordão de Freitas diz-nos seguidamente: — «De notar é todavia que nenhum dos autores, críticos ou biógrafos, que posteriormente escreveram a começar no próprio Pedro Mariz, que editou os comentários do licenciado Manuel Correia, tornou a fazer referência ao *Mosteiro* de Sant'Ana, mas sim à respectiva *Igreja*, quando nos mencionam o local da sepultura».

Jordão de Freitas, sustentando a sua arguição continua:

— «Eis o que se lê, em 1613, no prólogo biográfico de Mariz: «Ao estudioso da lição poética», quanto ao local da sepultura de Camões: «Hora morto elle en tanta miseria, que o enterrarão na Igreja de Sant'Ana desta cidade, de modo que custou muyto trabalho atinarem com o lugar de sua sepultura, quando hum fidalgo portuguez (Dom Gonçalo Coutinho), que só neste reyno deu o primeyro balanço a sua curta ventura, lhe mandou fazer sepultura própria mas tão raza como as do mais povo mas com este epitáfio, nela esculpido . . . .

«Em 1624 escreveu Severím de Faria» ... lhe mandarão o lençol em que o amortalharão e assi foi sepultado na Igreja de Sant'Ana sem letreiro ou campa algũa, que mostrasse o lugar de sua sepultura» ... poco depois do seu falecimento, movido Dom Gonçalo Coutinho do zelo da Pátria, a quem o poeta tinha tanto merecido, lhe mandou cobrir o lugar da sepultura com uma campa de marmore com este honroso epitáfio ...»

«Faria e Sousa, em 1639, também não menciona *Mosteiro*, mas sim, Igreja, quando escreve: «Dom Gonçalo Coutinho ... fue el primero que despues de muerto nuestro Poeta trató de honrarle, quando yá no se atinava con el lugar de su entierro, que era en la Iglesia de Sant'Ana de Lisboa, de monjas de san Francisco: y enterraronle alli, porque vivia junto a esta Iglesia en la callejuela que buelve a la Compañia, o Jesuitas ... Pososele una losa de marmol con letrero (bien quisiera yo poder le llamar Epitafio) que dize assi ...». (Cap. XXX da 1.ª «Vida»). E ainda: «Fue enterrado con toda la miséria en la Iglesia de Sant'Ana, luego al entrar de la puerta casi al rincon de la mano izquierda». (Cap. XXXI). O mesmo vem repetido na 2.ª «Vida», publicada postumamente, em 1685, mas escrita entre 1646 e 1649 «... fue enterrado en la Iglesia de aquel Convento ... fue sepultado en ella, y tan sin señal de sepultura (este fue al rincon de la mano izquierda) que quando Dom Gonçalo quiso darle la que le dio, fue bien dificil el hallarle). (Cap. 37).

Das transcrições, que de Jordão de Freitas acabamos de fazer, vê-se que, a não serem Manuel Correia, Estevam Lopes e Diogo do Couto — que localizam o enterramento de Camões no Mosteiro de Santana — todos os outros autores que ao local da inumação se referem (Maris, Severim de Faria, Faria e Sousa, Fr. Fernando da Soledade e Barbosa Machado) afirmam que os restos mortais do Poeta foram transportados do leito de morte para um coval aberto na Igreja daquele mosteiro.

Em qual dos dois grupos de escritores estará a verdade? pergunta Jordão de Freitas que, entretanto, observa: os dois modos de dizer, equivalem-se, sendo portanto indiferente escrever-se que Camões fora enterrado no mosteiro, com dizer-se que o fora na respectiva igreja contígua ou mística com aquele.

O referido autor atendendo à época em que o licenciado Manuel Correia e Estevam Lopes escreveram e ao que diz Diogo do Couto, inclina-se a querer que o primitivo enterramento se efectuou no exterio *do Mosteiro e não dentro do templo, e que a trasladação apontada pela maioria dos autores citados se realizou do exterior do edifício, de junto deste, para dentro da Igreja e não de um para outro ponto do chão desta ...*, a obra heroica de Dom Gonçalo Coutinho terá con-

sistido em trasladar para dentro da Igreja os ossos que «pobre e plebeiamente jaziam no mosteiro», da banda de fora da porta respectiva, dando-lhe dentro do templo a «sepultura honrada» de que nos fala Estevão Lopes, — essa sepultura «própria», a que Mariz se refere, cobrindo-a com uma lousa em que se fez inscrever um epitáfio.

«Os escritores e biógrafos que se lhe seguiram (Pedro Mariz, Severim de Faria e Faria e Sousa) passaram a deixar de fazer referência ao mosteiro e indicaram a Igreja de Santana como primeiro local do enterramento do poeta.

«Mais tarde (depois de 1644-45) começou a lançar-se a versão (Faria e Sousa, na segundo «Vida del Poeta», Fr. Fernando de Soledade e Barbosa Machado), de que enterrado primitivamente na igreja, foram os seus ossos trasladados por D. Gonçalo Coutinho para outro local da mesma que os investigadores da Comissão nomeada em 1880 presumiam que fosse no eixo longitudinal do templo, por baixo do murete da grade que separava o coro de baixo do corpo da ermida.

Vieira da Silva, ocupando-se do mesmo problema, adopta a versão já nossa conhecida do Dr. Jordão de Freitas e diz:

— Nas edições da sua história Seráfica de 1709 e 1737 assegura Fr. Fernando da Soledade que ainda então lá se encontrava a sepultura de Camões com a lápida, à esquerda da entrada principal da igreja, daí em diante perde-se-lhe o rasto.

«Não tendo sido encontrados, com visos de certeza os ossos do poeta, pelas comissões oficiais para esse fim nomeadas em 1836 e 1854 e em 1880, e não havendo a certeza de que os que foram oficialmente, em 1880, para os Jerónimos fossem autênticos, do que não pode haver dúvida é que a ossada de Camões esteve enterrada na Igreja de Santana pelo menos desde o ano de 1595 até o do 1737, são datas precisas, e suficientes para a nobilitação do local.

A redacção que Vieira da Silva deu para a lápida a colocar e que depois o foi, no local exacto do cunhal sudeste do pavilhão do Instituto, destinado ao tratamento da raiva, era esta:

— Neste local existiu a Ermida de Sant'Ana na qual estiveram enterrados, pelo menos de 1595 até o de 1737, os ossos de Luís Vaz de Camões, o grande Cantor das glórias portuguesas, as quais, ou

outros supostos do poeta, foram transportados para a Igreja dos Jerónimos em 8 de Junho de 1880.

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, para recordação do local e do acontecimento, mandou pôr esta lápida em ...

DESDE 1935 UMA LÁPIDA, MANDADA COLOCAR PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, NO EDIFÍCIO DO INSTITUTO BACTERIOLÓGICO CÂMARA PESTANA, ASSINALA O LOCAL EM QUE EXISTIU A ERMIDA DE SANTANA, NA QUAL ESTEVE SEPULTADO LUÍS DE CAMÕES

— A Câmara Municipal de Lisboa, em 1935, mandou colocar junto do cunhal do edifício do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, ao Campo de Santana, hoje Campo dos Mártires da Pátria [29], uma lápida no local onde existiu a Ermida de Santana onde esteve sepultado Luís de Camões. A lápida reza assim:

Foi aqui
a Ermida
de Sant'Ana
onde estiveram
enterrados os ossos de
*Luís de Camões*
durante os anos
de 1595 a 1737
depois trasladados,
sem segura identificação,
para a igreja de
Santa Maria de Belém
a 8 de Junho de 1880 [30]

---

[29] Biblioteca de Estudos Olisiponenses — Dispersos de Augusto Vieira da Silva — vol. II — pág. 269 — Sobre Luís de Camões.

[30] Não se faz qualquer referência à urna que em 1912, como referimos, estava guardada numa dependência da paroquial da Pena.

Para memória do Poeta
a Câmara Municipal
de Lisboa
mandou pôr esta lápida
no ano de 1935

Explicando as datas de 1595 e de 1737 Vieira da Silva refere:

— «Do que dizem os autores contemporâneos do poeta e os mais antigos que se referem ao seu enterramento (Manuel Correia, o livreiro Estevão Lopes e Diogo do Couto), deduz-se que ele foi sepultado à porta do mosteiro de Sant'Ana da banda de fora" chãmente.»

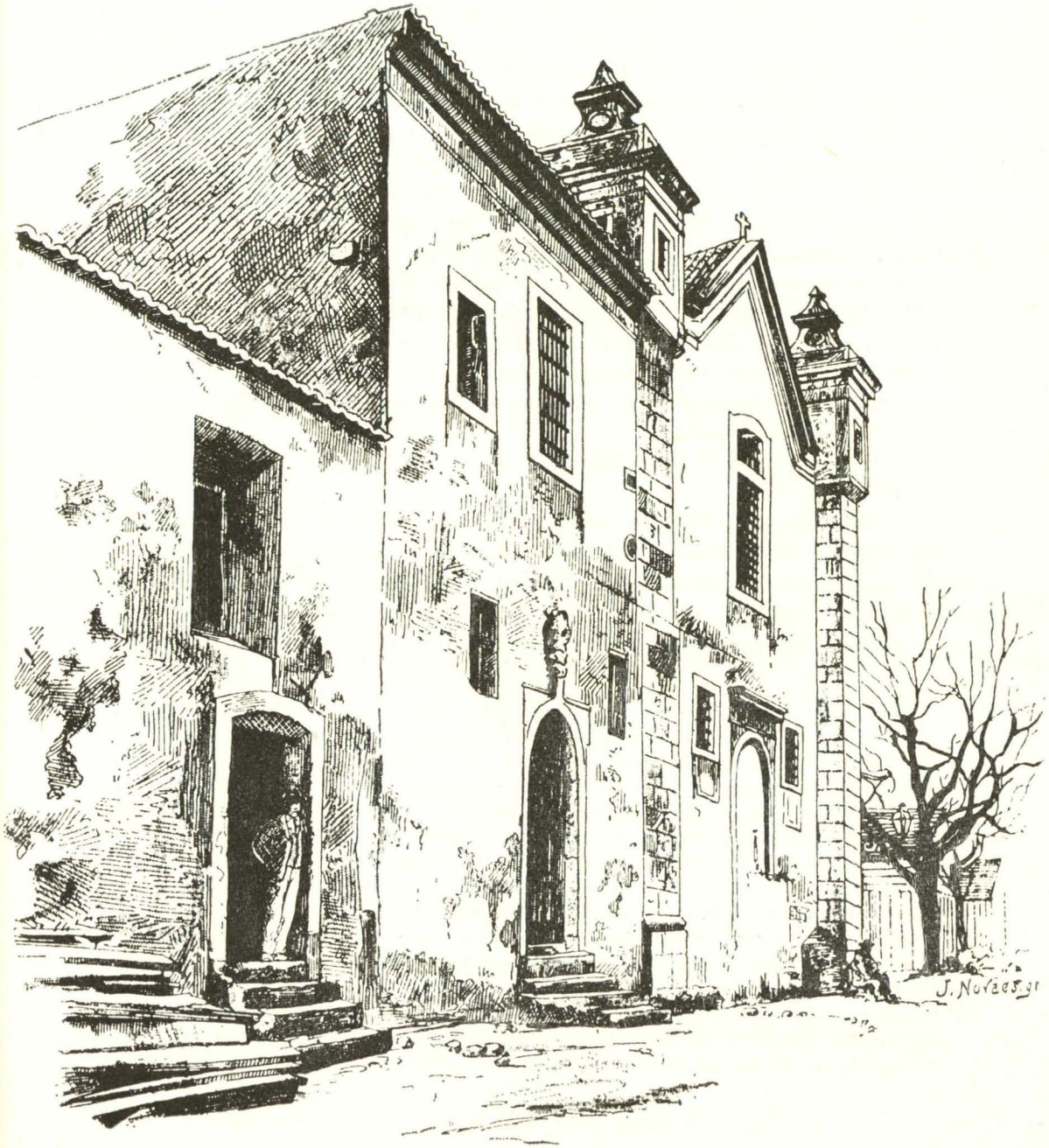
Aí esteve até cerca da 1595, em que D. Gonçalo Coutinho lhe deu sepultura honrada, trasladando-lhe os ossos para o interior da igreja, à mão esquerda da porta principal, e colocando uma lápida no pavimento com uma inscrição muito vulgarizada.

## PALAVRAS FINAIS — O PROBLEMA DAS CINZAS DE CAMÕES NÃO ESTÁ ULTIMADO

O Visconde de Juromenha, devem estar lembrados, pois, o dissemos, comunicou aos seus pares da Comissão (1880) o seguinte modo de ver: — «Feitas as indagações convenientes, conforme foi estudado, ou se acha ou não, a sepultura do Poeta. Se se acha, o problema está resolvido, caso contrário — e foi o que sucedeu — deverá proceder-se à reunião de todas as ossadas que se encontrem no local, com as que foram para Belém; todas se juntarão em um decente carneiro de cantaria, sobre o qual se levantará um mausoléu, na capela de Santana».

Minhas Senhoras e meus Senhores:

— O programa traçado por Juromenha é actual. O templo de Santana foi demolido; sobre o terreno foi construído o beneficente Instituto Câmara Pestana — edifício mudo do nome de Camões. Desde 1935, todavia, uma lápida ficou contando a história do local, no tocante à



Convento de Sant'Anna, hoje demolido. Fachada principal

sepultura de Camões, segundo a opinião de alguns notáveis investigadores.

Em Santa Maria de Belém existe o mausoléu solene de Camões, mandado construir por Simão José da Luz Soriano, onde devem estar, por fim, recolhidos os restos mortais que foram transferidos de Santana, triunfalmente para Santa Maria de Belém, e que, em 1912, se encontravam recolhidos debaixo do altar-mór, por sugestão do Dr. Aurélio da Costa Ferreira, feita ao prior da freguesia de Belém; lembramos que, no mausoléu de Camões, seja recolhida a urna, a que aludimos no decurso do nosso trabalho, e que foi transferida, quando da demolição da Igreja de Santana, para uma dependência da igreja paroquial da Pena, e que ali existia em 1912 [31]. Far-se-ia a transferência (sem qualquer aparato); junto do mausoléu seria colocada uma reconstituição da lápida sepulcral de Camões e das memórias de que a sua sepultura esteve rodeada.

O que se não fez em Santana, faça-se no templo de Santa Maria de Belém!

Estes nossos desejos, sinceros desejos, não se revestem só do pensamento de exaltação da figura universal de Camões, neste momento de comemoração; revestem-se, também, do desejo de homenagear os devotados cultores da memória de Camões que, como vimos, em momentos vários da nossa história contemporânea, lutaram amorosa

---

[31] Que destino teve a urna que em 1912, como o Dr. Aurélio da Costa Ferreira tão terminantemente refere, existiu numa dependência da igreja da Pena?

No intuito de me esclarecer subi à igreja da Pena e dirigi-me a um empregado do templo, a quem perguntei se tinha conhecimento de existir ali, nalguma dependência, a urna a que Costa Ferreira se refere no seu opúsculo «Os ossos de Camões». À minha pergunta o empregado respondeu negativamente, ajuntando que nunca ouvira falar em tal. Procurei seguidamente, em sua casa, o Rev. Prior da Pena Sr. P.e Carlos Alberto de S. Ribeiro Guimarães a quem perguntei se alguma coisa me podia dizer do caso da urna. Atenciosamente me respondeu o Sacerdote que nunca ouvira falar em tal e que quem, por certo, me saberia responder, era o antigo Prior Cónego Martins do Rego já há anos falecido... — Lembrou-me, porém, o Sr. Prior da Pena que procurasse a Senhora D. Lídia Cabeça antiga e muito esmoler paroquiana frequentadora assídua da igreja da Pena e uma das últimas escravas da Irmandade da Senhora Santana. Sem detença dirigi-me a casa da viúva do que foi ilustre operador — o Dr. Custódio Cabeça, cujo bom

e raivosamente, contra um destino que o separou, teimosamente, do objecto dos seus anseios — as relíquias do Épico.

Dando-se execução ao plano alvitrado passaria Santa Maria de Belém a ser recanto de mais acendrada meditação, no qual o gelo do mármore se converteria em labareda alta de pátrio amor — Luís de Camões em diálogo com D. Sebastião!

Ermegeira

Agosto de 1972

---

acolhimento muito agradeço; perguntada a ilustre senhora sobre o assunto da urna disse nada saber da existência de tal, em qualquer tempo, na igreja da Pena, e mesmo que nunca ouvira falar no caso. Disse-me, sim, que, quando seu marido fez construir o palacete do Campo de Santana, no qual vive, ao abrirem os caboucos do terreno foram extraídas carradas de ossos — o palacete donde se desfrutam lindas vistas e é de requintado sabor 1900, levanta-se no terreno por onde se estendeu o cemitério das vítimas da peste grande.

A urna por certo existe: perderam-lhe o lugar. Procurem-na — quem teria o arrojo de fazer desaparecer o documento provativo das exaustivas investigações praticadas por um grupo de sinceros portugueses que, amantes da memória de Camões e das pátrias glórias, raivosamente procuraram extrair da terra muda as cinzas do Épico?

A referida ilustre senhora disse-me saber existirem na igreja da Pena telas que pertenceram à igreja de Santana. O. M.

# ESTAÇÃO MUSTIERENSE DA QUINTA DA ROSA (RIO MAIOR)

por

*G. Zbyszewski, O. da Veiga Ferreira, M. Leitão e C. T. North*

## INTRODUÇÃO

A região de Rio Maior, cujas formações miocénicas são extremamente ricas em silex, deu em todas as épocas a matéria prima necessária para o fabrico de instrumentos de pedra.

Assim, indústrias do Paleolítico inferior e médio, incluindo bifaces acheulenses, tinham sido encontradas esporàdicamente nas proximidades da mina de lignito do Espanadal; outras do Paleolítico superior e do Mesolítico foram colhidas pelo Prof. Manuel Heleno nas áreas de Senhora da Luz, de Bocas, do Vale Comprido, de Boiças, etc.; e indústrias Neo-Eneolíticas foram encontradas pelo mesmo arqueólogo nas Bocas do Rio Maior, em abrigos, grutas e mesmo num povoado situado num cabeço sobranceiro.

Finalmente, até ao princípio do Século XX, existiram na região de Rio Maior e nas áreas circundantes, verdadeiras oficinas de preparação de pederneiras cujos vestígios ainda subsistem em grande abundância e, por vezes, podem enganar arqueólogos desprevenidos. Um dos principais centros de preparação de pederneiras situava-se dentro da

povoação de Azinheira onde é possível observar, ainda hoje, grandes amontoados de lascas residuais de silex.

Algumas peças de silex de aspecto solutrense, existentes nas colecções do Museu Etnológico, são susceptíveis de levantar dúvidas; parecem ter sido fabricadas por especialistas de talhe de pederneiras na esperança de receber boas gratificações.

O estudo das colecções reunidas pelo Prof. Manuel Heleno, e agora do material proveniente da Quinta da Rosa, permite afirmar que a região de Rio Maior é extremamente rica em indústrias mustierenses.

A jazida agora estudada está situada a cerca de 500 m a NE da Quinta da Rosa, no bordo de um terraço quaternário encostado a uma zona de alturas constituídas por afloramentos pliocénicos que se estendem até Azinheira. O local está marcado pela presença de diversas barreiras em via de desaparecimento, com ocorrências de lignito e de diatomito.

Os primeiros objectos foram encontrados em 1970 por dois dos signatários do presente trabalho (G. Z. e O. V. F.), no decurso de trabalhos de cartografia e de reconhecimentos mineiros. Recentemente, com a colaboração dos dois outros signatários (M. L. e C. T. N.), foi possível recolher material melhor e mais abundante.

Na ocasião da segunda visita ao local, um tractor tinha lavrado parte do terreno e tinha posto a descoberto, numa encosta a E das barreiras, um nível argiloso cinzento lenticular cheio de material pré-histórico. As peças paleolíticas estavam concentradas numa área de cerca de 20 m de comprimento e de cerca de 15 m de largura. No conjunto, parece tratar-se dos restos de uma oficina de preparação de instrumentos, o que se pode concluir pela presença de muitos núcleos (37) e de numerosas lascas residuais (182).

## DESCRIÇÃO DAS INDÚSTRIAS

Comparando o conjunto das indústrias provenientes da Quinta da Rosa e da região de Rio Maior em geral, com o das outras regiões, verifica-se que existem muitas semelhanças com o material encontrado em outras jazidas situadas também na superfície dos afloramentos

miocénicos do mesmo tipo, desde a região de Carregado, Alenquer, Ota e Alcoentre ,até Alcanede, Monsanto, Alcanena e Torres Novas. Em contrapartida, o material da região de Lisboa parece um tanto diferente e mais variado.

### Série mustierense IA

A - OBJECTOS DE QUARTZO

*Raspador convexo*

— Um raspador convexo sobre fragmento de núcleo, com retoques bifaciais em cerca de metade da periferia.
Dimensões: 60 mm × 48 mm × 25 mm.

B - OBJECTOS DE SILEX

*Raspadeiras nuceliformes*

— Um núcleo mustierense com planos de percussão preparados, retocado em uma das extremidades, em raspadeira com forte bico aburilado.
Dimensões 66 mm × 51 mm × 30 mm.

*Raspadeiras*

— Duas raspadeiras de formas diferentes, bastante irregulares devido à qualidade do silex e apresentando manchas de cortex esbranquiçado.
Dimensões de uma, subrectangular, retocada em um dos bordos do anverso e em dois bordos do reverso:
36 mm × 30 mm × 19 mm (Est. I, fig. 14).
Dimensões da segunda, muito irregular e com uma das extremidades afocinhada, em forma de «museau»:
40 mm × 32 mm × 18 mm (Est. I, fig. 1).

*Raspadores simples rectilíneos*

— Uma pequena lasca leigeiramente encurvada, retocada no bordo esquerdo do anverso para servir de raspador rectilíneo.
Dimensões: 24 mm × 18 mm × 8 mm (Est. I, fig. 3).

*Raspadores simples convexos*

— Quatro lascas apresentando ligeiros retoques em um dos bordos laterais convexos. Entre elas, 3 têm planos de percussão lisos e 1 um plano de percussão facetado.
Dimensões da maior, com plano de percussão com facetas: 60 mm × 45 mm × 15 mm (Est. I, fig. 20).
Dimensões da mais pequena: 32 mm × 18 mm × 11 mm.

*Raspadores simples convexos, com bico em um dos bordos*

— Duas lascas retocadas para servirem de raspadores convexos. A maior tem o bordo esquerdo do anverso ondulado e ligeiramente denticulado por pequenos retoques. Um bico aburilado observa-se na parte inferior daquele bordo. Bordo superior oposto à base, formando um gume natural inclinado da esquerda para a direita.
Dimensões: 30 mm × 30 mm × 8 mm (Est. I, fig. 4).
O segundo objecto, retocado no bordo direito do anverso e na extremidade superior, é afeiçoado em raspador convergente terminado por um bico aburilado.
Dimensões: 35 mm × 25 mm × 9 mm (Est. I, fig. 5).

*Raspador simples convexo, com bicos aburilados nas duas extremidades opostas*

— Uma lasca espessa utilizada, em um dos bordos laterais, como raspador convexo e terminado nas duas extremidades opostas por bicos aburilados, com finos retoques.
Dimensões: 54 mm × 30 mm × 22 mm (Est. I, fig. 8).

*Raspadores simples convexos inclinados («racloirs déjetés»)*

— Duas lascas retocadas em raspadores simples convexos, ambas com plano de percussão preparado.
Uma delas apresenta um bico proeminente em um dos bordos. Dimensões: 35 mm × 33 mm × 11 mm (Est. I, fig. 2).
A segunda apresenta um bordo convexo denticulado com pequeno bico central. O bordo oposto tem uma concavidade. Dimensões: 44 mm × 32 mm × 14 mm (Est. I, fig. 12).

*Raspadores duplos, convexos e rectilíneos*

— Uma lasca comprida e de certo modo patinada, afeiçoada em raspador duplo, convexo num bordo e rectilíneo no outro, por meio de pequenos retoques alternos. Extremidade inferior estreita, ocupada por uma faixa de cortex. Extremidade superior larga, retocada em raspadeira.
Dimensões: 97 mm × 54 mm × 10 mm (Est. III, fig. 50).

*Raspadores duplos convexos*

— Seis raspadores de formas diversas, com retoques que abrangem por vezes toda a periferia das lascas, todas com plano de percussão preparado.
Dimensões do maior: 63 mm × 51 mm × 15 mm (Est. I, fig. 21).
Dimensões de outro: 50 mm × 34 mm × 10 mm (Est. I, fig. 15).
Dimensões de um terceiro: 46 mm × 34 mm × 12 mm (Est. I, fig. 17).
Dimensões do mais pequeno: 32 mm × 29 mm × 11 mm (Est. III, fig. 41).

*Raspadores duplos concavo-convexos*

— Sete lascas de formas diversas, retocadas em raspadores convexos em um dos bordos laterais e em raspadores côncavos no outro. Entre elas, 3 têm planos de percussão lisos e outras duas os planos de percussão preparados.

Dimensões de quatro:
55 mm × 33 mm × 16 mm (Est. I, fig. 16).
63 mm × 27 mm × 13 mm (Et. I, fig. 6). O raspador é terminado por um bico na parte superior.
53 mm × 43 mm × 16 mm (Est. I, fig. 19).
42 mm × 27 mm × 10 mm (Est. I, fig. 7).

— Uma lasca de forma subtriangular arredondada, com plano de percussão liso. Bordo direito do anverso retocado em raspador convexo. Bordo esquerdo côncavo, sem retoques mas com indícios de utilização. Extremidade superior arrendondada, apresentando duas coches mais modernas, uma na parte central e outra no bordo esquerdo. Base mais estreita do que a extremidade superior.
Dimensões: 43 mm × 30 mm × 9 mm (Est. I, fig. 9).

*Raspadores duplos convergentes*

— Uma lasca subtriangular retocada nos dois bordos laterais de ambas as faces, bem como na extremidade superior em ponta. Reverso de plano de separação, com bolbo e plano de percussão de cortex na parte inferior do bordo esquerdo. Anverso dividido em dois por uma aresta irregular que segue o bordo esquerdo. Metade direita do anverso relativamente larga e plana, e metade esquerda estreita, formada por uma truncatura longitudinal mais ou menos abrupta.
Dimensões: 85 mm × 42 mm × 13 mm (Est. I, fig. 18).

*Pontas de estilo «Tayac»*

— Duas lascas irregulares devido à qualidade do silex, terminadas na parte superior por bicos afiados inclinados para a esquerda. Reverso de plano de separação com vestígios de bolbo e de plano de percussão na base. Anverso convexo de secção transversal subtriangular. Pequenos retoques raros e irregulares nos bordos

laterais, os quais são bastante irregulares e denticulados.
Os objectos descritos lembram, sob certos aspectos, as «pontas de Tayac».
Dimensões do maior: 71 mm × 42 mm × 16 mm.
Dimensões do mais pequeno: 57 mm × 36 mm × 20 mm.
(Est. III, fig. 43).

*Lâminas retocadas em raspador duplo*

— Uma lâmina com reverso de plano de separação, com pequeno bolbo e plano de percussão liso na base. Anverso separado em duas faixas por uma aresta longitudinal. Bordo esquerdo do objecto retocado nas duas faces e apresentando na sua parte superior uma coche bem marcada. Bordo direito retocado apenas na sua parte inferior, no reverso.
Dimensões: 53 mm × 29 mm × 12 mm (Est. I, fig. 11).

**Série mustierense IB**

A - OBJECTOS EM QUARTZO

*Núcleos*

— Um pequeno núcleo poliédrico.
Dimensões: 39 mm × 32 mm × 23 mm.

*Lâminas*

— Uma lâmina alongada com pequenos retoques nos bordos direitos do anverso e do reverso. Reverso de plano de separação, com bolbo em uma das extremidades. Anverso de superfície primitiva de seixo.
Dimensões: 57 mm × 30 mm × 12 mm.

*Lascas retocadas diversas*

— Cinco lascas retocadas de quartzo, apresentando retoques nos bordos e indícios de utilização como pontas, raspadeiras, raspadores, etc.
Dimensões da maior, afeiçoada em ponta: 56 mm × 31 mm × 17 mm.
Dimensões da mais pequena: 33 mm × 28 mm × 13 mm.

*Lascas residuais*

— Onze lascas de formas diversas, das quais 4 com planos de percussão lisos.
Dimensões da maior: 54 mm × 45 mm × 7 mm.
Dimensões da mais pequena: 28 mm × 23 mm × 9 mm.

B - OBJECTOS EM QUARTZITO

*Seixos truncados por talhe unifacial em uma das extremidades («choppers»)*

— Sete seixos de formas diversas, truncados em uma das extremidades por talhe unifacial, por meio de lascas geralmente muito inclinadas, por vezes subverticais. Um deles, um pouco mais antigo, apresenta uma ligeira patina eólica.
Dimensões do maior: 150 mm × 93 mm × 69 mm (Est. II, fig. 30).
Dimensões do mais pequeno e mais patinado: 80 mm × 66 mm × 40 mm (Est. II, fig. 24).

*Seixos raspadores*

— Um calhau raspador trabalhado por talhe unifacial em mais de metade da periferia, de 4 lascas realizando um gume convexo. Reverso e base do anverso, de superfície primitiva do seixo.
Dimensões: 60 mm × 54 mm × 27 mm (Est. II, fig. 22).

*Calotes de seixo*

— Duas calotes de seixos, das quais a mais pequena, com ligeira patina eólica, pertence a uma série mais antiga (provàvelmente a série IA). Ambas são trabalhadas de lascas mais ou menos inclinadas.
Dimensões da maior: 104 mm × 83 mm × 64 mm (Est. II, fig. 28).
Dimensões da mais pequena, com patina eólica: 89 mm × 64 mm × 35 mm.

*Raspadores*

— Dois raspadores, dos quais um sobre lasca alongada com reverso de superfície primitiva de seixo. Bordo esquerdo do anverso denticulado.
Dimensões: 61 mm × 28 mm × 10 mm.
A segunda lasca, de forma subrectangular, está afeiçoada em raspador convexo num dos bordos e em raspador transversal na extremidade superior.
Dimensões: 39 mm × 29 mm × 8 mm.

*Lascas retocadas*

— Três lascas retocadas, das quais duas maiores com aspecto de pequenos discos mustierenses.
Dimensões de uma delas: 41 mm × 31 mm × 11 mm.

*Lascas residuais*

— 15 lascas residuais, das quais 6 apresentam planos de percussão lisos.
Dimensões da maior: 60 mm × 50 mm × 8 mm.
Dimensões da mais pequena: 32 mm × 24 mm × 7 mm.

Quatro outras têm planos de percussão preparados.
Dimensões da maior: 70 mm × 61 mm × 19 mm.
Dimensões da mais pequena: 38 mm × 26 mm × 6 mm.
As 5 lascas restantes são atípicas.

## C - OBJECTOS EM SILEX

*Núcleos e fragmentos de núcleos*

— 20 núcleos poliédricos, dos quais 8 de tons avermelhados, que parecem mais antigos que os outros.
Dimensões do maior: 57 mm × 43 mm × 36 mm (Est. II, fig. 26).
Dimensões do mais pequeno: 42 mm × 40 mm × 17 mm.
Os 12 restantes são menos patinados e mais modernos.
Dimensões do maior: 98 mm × 92 mm × 62 mm (Est. II, fig. 31). Pertence possìvelmente a uma série mais moderna.
Dimensões do mais pequeno: 43 mm × 37 mm × 20 mm.

*Núcleos mustierenses com planos de percussão preparados*

— 14 núcleos, dos quais alguns discoidais são tìpicamente mustierenses, mostrando preparações de planos de percussão na sua periferia.
Dimensões do maior: 65 mm × 65 mm × 27 mm (Est. II, fig. 25).
Dimensões do mais pequeno: 45 mm × 32 mm × 20 mm (Est. II, fig. 27).

*Raspadeiras*

— Cinco lascas retocadas afeiçoadas em raspadeiras de diversas formas. Quatro têm planos de percussão com facetas.
Dimensões da maior: 63 mm × 39 mm × 15 mm.
Dimensões da mais pequena: 29 mm × 19 mm × 6 mm.

*Raspadores simples direitos*

— Um exemplar de forma oval, afeiçoado em raspador no bordo direito do anverso, por finos retoques desde a base até à extremidade superior.
Dimensões: 50 mm × 27 mm × 9 mm (Est. III, fig. 38).

*Raspadores simples convexos*

— São representados por 24 peças de várias formas, das quais 10 com planos de percussão lisos e 6 com planos de percussão preparados com facetas.
Dimensões da maior: 87 mm × 47 mm × 22 mm.
Dimensões da mais pequena: 29 mm × 17 mm × 7 mm.
Dimensões de outras seis:
61 mm × 41 mm × 15 mm (Est. II, fig. 29), com bordo esquerdo retocado.
53 mm × 52 mm × 15 mm (Est. III, fig. 44), com bordo direito do anverso denticulado.
51 mm × 29 mm × 11 mm (Est. III, fig. 40), com bordo direito do anverso retocado e bordo esquerdo côncavo.
46 mm × 41 mm × 13 mm (Est. II, fig. 23), com bordo esquerdo retocado.
43 mm × 39 mm × 14 mm (Est. III, fig. 45), com bordo esquerdo do anverso retocado.
41 mm × 28 mm × 13 mm (Est. III, fig. 39), com bordo esquerdo retocado, fracturada na extremidade superior por uma truncatura inclinada da esquerda para a direita.

*Raspadores diversos com bicos*

— Cinco lascas retocadas, afeiçoadas em raspadores convexos, direitos ou côncavos, munidos de um bico em um dos bordos ou numa das extremidades. Os retoques são geralmente unifaciais.
Dimensões da maior: 37 mm × 29 mm × 12 mm.
Dimensões da mais pequena: 26 mm × 16 mm × 5 mm.

*Raspadores transversais*

— Cinco exemplares, dos quais 2 com plano de percussão liso e os outros com plano de percussão preparado ou, por vezes, retocado. Todos apresentam cuidadosos retoques unifaciais do bordo convexo.
Dimensões do maior, inclinado para a esquerda e possìvelmente mais moderno: 75 mm × 48 mm × 13 mm (Est. III, fig. 42).
Dimensões do mais pequeno: 36 mm × 23 mm × 9 mm.
Dimensões de um terceiro, com plano de percussão preparado rebaixado: 59 mm × 46 mm × 15 mmm (Est. III, fig. 49). Possìvelmente de uma série mais moderna.

*Raspadores duplos convexo-rectilíneos*

— São em número de dois, cujas dimensões são as seguintes:
71 mm × 44 mm × 20 mm (Est. III, fig. 47).
67 mm × 35 mm × 16 mm (Est. III, fig. 46).

*Raspadores duplos convexos*

— São em número de quatro, dos quais dois com planos de percussão lisos e um com plano de percussão preparado.
Dimensões do maior: 41 mm × 35 mm × 10 mm.
Dimensões do mais pequeno: 29 mm × 22 mm × 17 mm.
Dimensões de um terceiro: 43 mm × 26 mm × 11 mm (Est. I, fig. 10).

*Raspadores duplos convexo-côncavos*

— Três, com planos de percussão lisos. Reverso de plano de separação, com pequeno bolbo e plano de percussão na base. Anverso com faixas de cortex conservadas e apresentando pequenos retoques, em geral alternos, num dos bordos laterais e, por vezes, na extremidade superior.
Dimensões: 56 mm × 30 mm × 12 mm (Est. III, fig. 37).
54 mm × 29 mm × 13 mm (Est. III, fig. 32).
44 mm × 40 mm × 13 mm (Est. III, fig. 48).

*Raspadores duplos côncavos*

— Um raspador duplo côncavo com uma das extremidades terminada em ponta. Reverso de plano de separação, com pequeno bolbo e plano de percussão liso na base. Anverso com faixa de cortex branco cobrindo a metade esquerda do objecto.
Dimensões: 50 mm × 21 mm × 10 mm.

*Raspadores duplos convergentes*

— São quatro exemplares, dos quais um com pequeno bico em um dos bordos.
Dimensões do maior: 38 mm × 28 mm × 10 mm.
Dimensões do mais pequeno: 30 mm × 22 mm × 8 mm.
Dimensões de um terceiro, com bico na base: 44 mm × 39 mm × 14 mm (Est. I, fig. 13).

*Lâminas*

— Cinco lâminas ou fragmentos de lâminas, geralmente sem retoques.
Dimensões da maior: 48 mm × 31 mm × 7 mm.
Dimensões da mais pequena: 26 mm × 25 mm × 9 mm (fragmento).

*Lascas residuais*

— Foram colhidas no total de 152 lascas residuais, entre as quais 46 apresentam planos de percussão lisos.
Dimensões da maior: 76 mm × 50 mm × 18 mm.
Dimensões da mais pequena: 32 mm × 24 mm × 18 mm.
— 29 lascas têm planos de percussão preparados.
Dimensões da maior: 68 mm × 38 mm × 15 mm.
Dimensões da mais pequena: 30 mm × 24 mm × 8 mm.
— 77 lascas residuais são atípicas.
Dimensões da maior: 96 mm × 51 mm × 21 mm.
Dimensões da mais pequena: 23 mm × 22 mm × 7 mm.

**Série IIA - com patina branca, encontrada na periferia da jazida principal**

Mais patinada que as séries IA e IB, parece mais antiga. Provém dum ambiente diferente do da oficina mustierense. É constituída pelas seguintes peças, todas em silex:

— Uma lasca de forma subtrapezoidal, afeiçoada no anverso, por talhe unifacial, em raspador transversal com uma ponta lateral. Bordo direito do anverso coberto pelo cortex. Reverso do plano de separação.
Dimensões: 34 mm × 37 mm × 90 mm (Est. III, fig. 34).

— Um raspador convergente de forma triangular, com base obliqua e retoques unifaciais de um dos bordos do anverso. Reverso de plano de separação, com pequeno bolbo e plano de percussão de cortex na base. Secção transversal subtrapezoidal.
Dimensões: 53 mm × 27 mm × 17 mm (Est. III, fig. 33).

— Uma lasca mais antiga que a série, com patina eólica. Apresenta ligeiros retoques e indícios de utilização como raspador convergente de forma subtriangular.
Dimensões: 12 mm × 41 mm × 18 mm (Est. III, fig. 35).

**Série IIB - trabalhada sobre lascas da série IA e mostrando planos de separação, bem como retoques, mais modernos**

Está representada pelas seguintes peças em silex:

— Um raspador convexo preparado por talhe unifacial num dos bordos de uma lasca achatada da série I, cujo reverso é de plano de separação com bolbo e plano de percussão liso na base.
Dimensões: 56 mm × 40 mm × 9 mm (Est. III, fig. 36).

— Quatro lascas residuais, das quais 3 com planos de percussão lisos, de cortex. Uma das lascas apresenta um ligeiro retoque lembrando os do solutrense.
Dimensões da maior: 69 mm × 45 mm × 14 mm.
Dimensões da mais pequena, retocada e apresentando um bico aburilado: 50 mm × 24 mm × 10 mm.

## CONCLUSÕES

Considerando as diversas peças encontradas é possível apresentar o seguinte quadro estatístico:

### Série IA

*Quartzo*

| | |
|---|---|
| Raspador convexo sobre fragmento de núcleo | 1 |

*Silex*

| | |
|---|---|
| Raspadeira nucleiforme sobre núcleo mustierense, com bico aburilado | 1 |
| Raspadeiras | 2 |
| Raspadores simples (10) | |
| rectilíneos | 1 |
| convexos | 4 |
| convexos, com bico em um dos bordos | 2 |
| convexos, com bicos aburilados nas duas extremidades | 1 |
| convexos inclinados («racloirs déjetés») | 2 |
| convexo e rectilíneo | 1 |
| convexos | 6 |
| côncavo-convexos | 8 |
| convergentes | 1 |
| Pontas de estilo «Tayac» | 2 |
| Lâminas retocadas em raspador duplo | 1 |
| TOTAL | 33 |

## Série IB

*Quartzo*

Núcleo poliédrico . . . . . 1
Lâminas com retoques . . . . . 1
Lascas retocadas diversas . . . . . 5

Lascas residuais (11)

com planos de percussão lisos . . . . . 4
diversas . . . . . 7

*Quartzito*

Seixos truncados, por talhe unifacial de uma das extremidades . . . . . 7
Seixos raspadores . . . . . 1
Calotes de seixos . . . . . 2
Raspadores . . . . . 2
Lascas retocadas, das quais 2 de técnica mustierense . . 3

Lascas residuais (15)

com planos de percussão lisos . . . . . 6
com planos de percussão preparados . . . . . 4
diversas . . . . . 5

*Silex*

Núcleos poliédricos . . . . . 20
Núcleos com planos de percussão preparados . . . . . 14

Raspadeiras (5)

| | |
|---|---|
| com planos de percussão preparados | 4 |
| diversas | 1 |

Raspadores simples (35)

| | |
|---|---|
| direitos | 1 |
| convexos, com planos de percussão lisos | 10 |
| convexos, com planos de percussão preparados | 6 |
| convexos, diversos | 8 |
| diversos, com bicos | 5 |
| transversais, com planos de percussão lisos | 2 |
| transversais, com planos de percussão preparados | 3 |

Raspadores duplos (14)

| | |
|---|---|
| convexo e rectilíneo | 2 |
| convexos, com planos de percussão lisos | 2 |
| convexos, com planos de percussão preparados | 1 |
| convexos, diversos | 1 |
| convexo-côncavos, com planos de percussão lisos | 3 |
| côncavos | 1 |
| convergentes | 4 |

| | |
|---|---|
| Lâminas e fragmentos de lâminas | 5 |

Lascas residuais (152)

| | |
|---|---|
| com planos de percussão lisos | 46 |
| com planos de percussão preparados | 29 |
| diversas | 77 |
| TOTAL | 293 |

**Série IIA**

*Silex*

Raspadores simples (1)

transversais . . . . . 1

Raspadores duplos (2)

convergentes . . . . . 2

TOTAL . . . 3

**Série IIB**

*Silex*

Raspadores simples (1)

convexos . . . . . 1

Lascas residuais (4)

com planos de percussão lisos . . . . . 3
diversas . . . . . 1

TOTAL . . . 5

TOTAL GERAL DAS PEÇAS ESTUDADAS . . . . . 334

O estudo da tipologia das peças mostra que se trata essencialmente de uma indústria mustierense em que os instrumentos de silex predominam, embora associados com alguns seixos trabalhados em quartzito e com diversas lascas de quartzo.

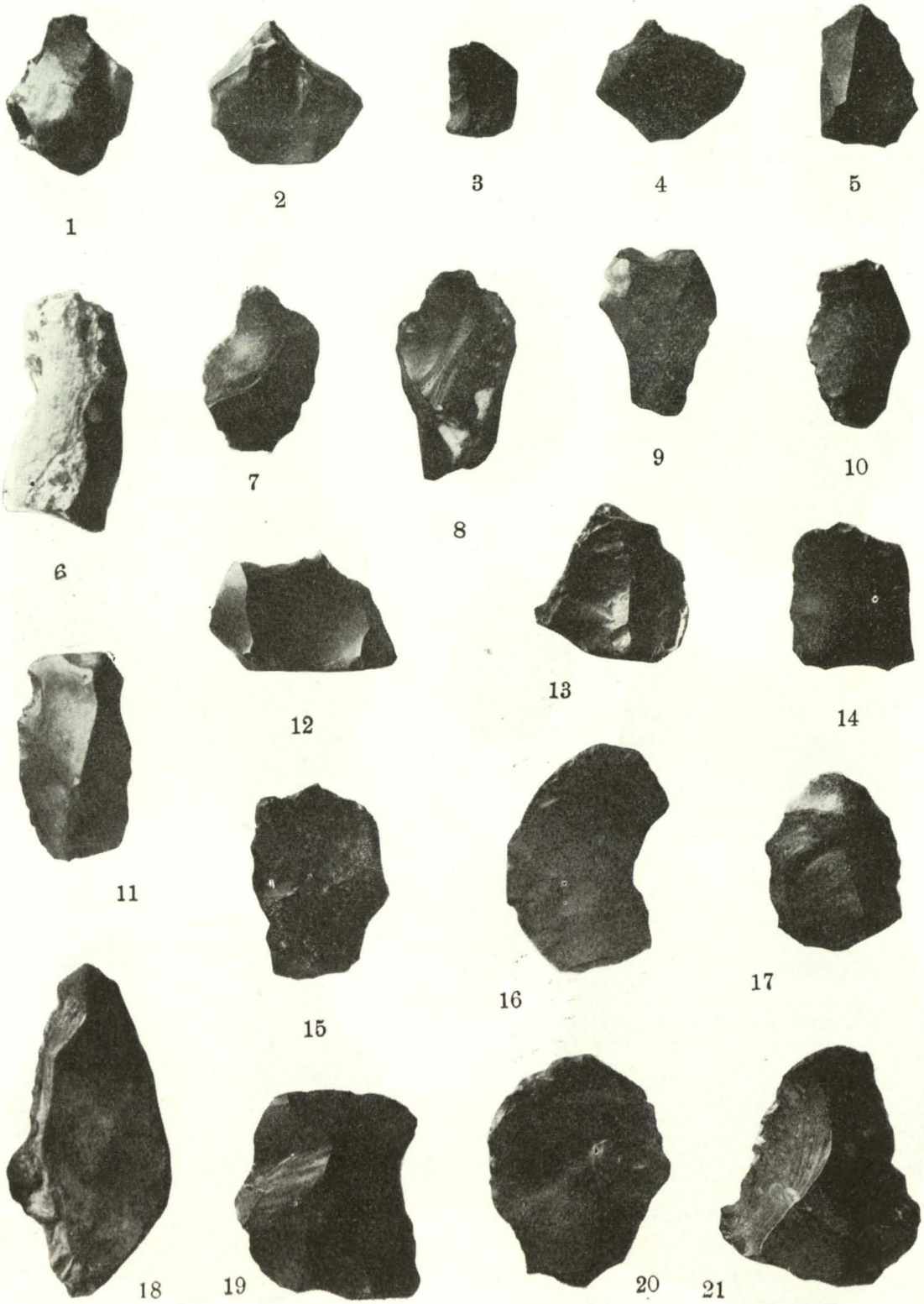
Num total de 334 peças colhidas, os instrumentos são representados por muitos exemplares inacabados ou fragmentados, predominando nìtidamente os raspadores simples ou duplos, principalmente convexos, cujo número eleva-se a 85. As outras peças são representadas por raspadeiras, lâminas e diversas lascas retocadas, das quais algumas com bicos ou pequenos denticulados.

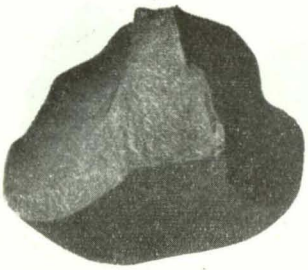
Dos 37 núcleos representados, 15 são de técnica mustierense com planos de percussão preparados. A preparação dos planos de percussão observa-se também em 49 instrumentos ou lascas residuais.

Considerando o estado físico das indústrias colhidas, bem como a sua tipologia, torna-se possível separá-las em dois conjuntos de duas séries cada um.

Teremos assim um primeiro grupo com duas séries mustierenses, das quais uma (série IA) de tradiço mais antiga, com peças patinadas e ligeiramente polidas por desgaste eólico, e a outra (série IB) com menos brilho, caracterizada pela abundância de peças mustierenses típicas.

O segundo grupo de peças paleolíticas foi encontrado na periferia da oficina mustierense e por vezes no interior das barreiras, escorregado da parte superior das vertentes; provém de um ambiente um tanto diferente do mustierense da oficina descrita. Divide-se em duas séries com pouco material, das quais uma mais antiga (série IIA) apresentando um patina branca bastante pronunciada e contendo alguns objectos com aspecto de Paleolítico superior, e a outra (série IIB) preparada sobre lascas da série anterior, apresentando retoques mais modernos, possìvelmente Neo-Eneolíticos.

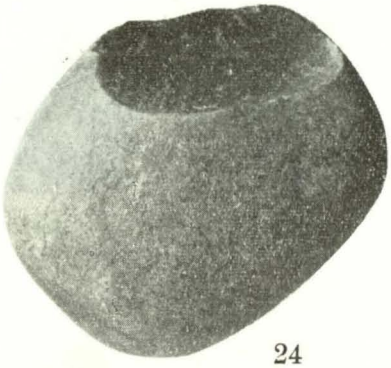

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21



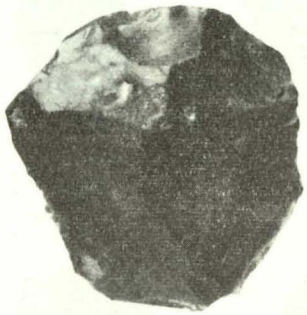
22



23



24



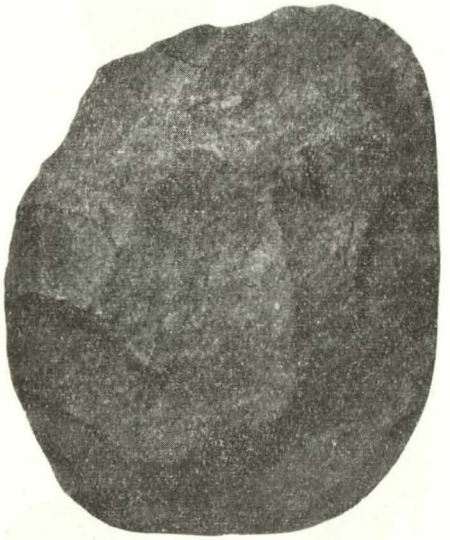
25



26



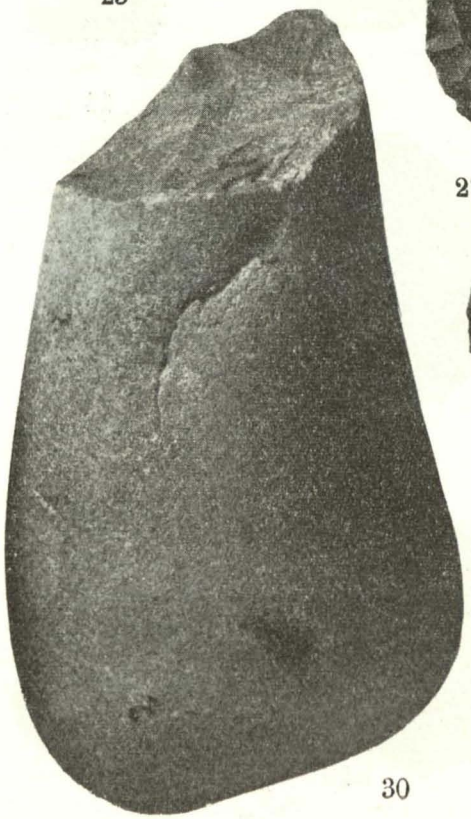
27



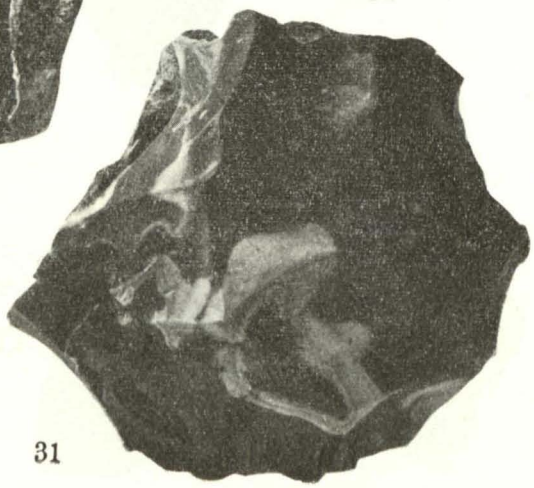
28



29



30



31



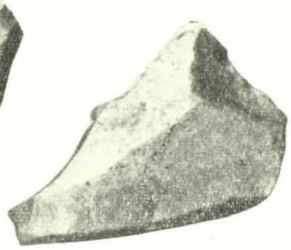
32



33



34



35



36



37



38



39



40



41



44



42



43



45



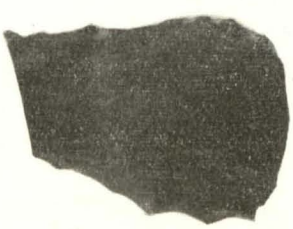
46



47



48



49



50

# O ÚLTIMO COMBATE DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO, NA FRONTEIRA DE CHAVES (20/11/1667)

pelo sócio efectivo

*J. T. Montalvão Machado*

## A) *OPERAÇÕES ANTERIORES*

A Guerra da Restauração, com suas lutas e sofrimentos, trabalhos, despesas e apreensões constantes, começou no dia da revolução redentora, em 1.º de Dezembro de 1640, e só veio a findar em 13 de Fevereiro de 1668. Teve por conseguinte os mesmos 28 anos de duração que teve a Guerra da Independência, começada em 1383 e concluída em 1411, no tempo de D. João I. Em vários aspectos, aquelas duas guerras patenteiam um flagrante paralelismo, quando nos dispomos a reflectir nas suas causas e efeitos, na sua duração, nos efectivos guerreiros, nas consequências políticas.

A Guerra da Restauração, longa fase de lutas e lutos, trabalhos e riscos, despesas e sacrifícios, abrangeu três ordens de operações bélicas.

Em 1.º lugar devem inscrever-se oito verdadeiras batalhas ou operações militares, com elevados morticínios, em que as tropas portuguesas saíram vitoriosas, com excepção da Batalha de Badajoz: Mon-

tijo, em 1644; Arronches, em 1653; Badajoz, em 1658; Linhas de Elvas, em 1659; Ameixial ou Canal, em 1663; Castelo Rodrigo, em 1664; Montes Claros, em 1665; e Monterrei, em 1667.

Mencionem-se em 2.º lugar as numerosas escaramuças e razias, em que as tropas, de cada lado da fronteira, caíam, em segredo e abruptamente, em território estranho, para destruir, queimar e arrasar, com pouco efeito para o prestígio militar, com o único resultado prático de apreender mantimentos e gados, sobretudo do ambicionado gado cavalar. Estas pequenas operações assumem no entanto, acentuada importância, pelo seu muito elevado número, ao longo de 28 anos, e pela constante apreensão, em que viviam as populações raianas.

Finalmente, citaremos, em 3.º lugar, vários episódios, como, por exemplo, a tomada do castelo de Alconchel (Estremadura Espanhola), em 1643, os quais, não assumindo o aspecto de grandes batalhas, nem por isso se desenrolaram sem o sacrifício de muitas vidas.

De tais operações militares, de grande, média ou pequena importância, quisemos realizar um esboço, que fica assinalado num mapa de toda a nossa fronteira terrestre, cuja consulta aconselhamos. Também não queremos passar à frente, sem dizer que aquelas escaramuças e razias, que começaram a proliferar em 1641, se não dignificaram o prestígio militar, nem por isso deixaram de produzir um efeito benéfico sobre os oficiais e soldados portugueses. Constituíram uma forma de os adestrar na arte da guerra, de que andaram bastante alheios durante o cativeiro de 60 anos, com excepção duns tantos que lutaram no Brasil, na Índia, ou na Catalunha.

É da oitava e última daquelas operações militares mais importantes, que aqui nos queremos ocupar, já que ela anda tão esquecida dos historiadores, já que sobre ela podemos patentear um documento inédito.

Para submetermos a *parte* ao *todo*, relembremos num quadro sintético, que aqui juntamos, as características mais importantes daquelas oito principais acções militares, que assinalaram, para todos os séculos, a Guerra da Restauração.

Perdiam-se já nos fastos da nossa história militar os combates de Montijo e Arronches, travados no tempo de D. João IV, nos quais os Generais Matias de Albuquerque e André de Albuquerque mostra-

## Batalhas principais da Guerra da Restauração

| *Reinados* | *Datas* | *Nomes* | *Principais comandantes* |
|---|---|---|---|
| D. João IV | 26/5/1644 | Montijo | Matias de Albuquerque, elevado a Marquês de Alegrete<br>Conde de Soure |
| » | 8/11/1653 | Arronches | André de Albuquerque |
| Regência de D. Luísa | 22/7/1658 | S. Miguel-Badajoz | João Mendes de Vasconcelos |
| » | 14/1/1659 | Linhas de Elvas | D. Sancho Manuel, elevado a Conde de Vila Flor<br>André de Albuquerque<br>Conde de Cantanhede, elevado a Marquês de Marialva |
| D. Afonso VI | 8/6/1663 | Canal ou Ameixial | Condes de Vila Flor e da Ericeira<br>Conde da Torre, elevado a Marquês de Fronteira<br>Conde de Schomberg |
| » | 7/7/1664 | Castelo Rodrigo | Pedro Jaques de Magalhães, elevado a Visconde de Fonte Arcada |
| » | 17/6/1665 | Montes Claros | Marquês de Marialva<br>Conde de Schomberg<br>Condes da Ericeira e de S. João |
| » | 20/11/1667 | Monterrei | Conde de S. João, elevado a Marquês de Távora |

ram que os Portugueses estavam dispostos a fazer valer os seus direitos de nação livre, independente e civilizadora.

Para trás ficavam igualmente o combate de S. Miguel, às portas de Badajoz, e a brilhante vitória das Linhas de Elvas, no tempo da Regência de D. Luísa de Gusmão, operação esta em que o inimigo sofreu as mais pesadas baixas, infligidas pelo mesmo André de Albuquerque, por D. Sancho Manuel e pelo Conde de Cantanhede, elevado a Marquês de Marialva.

Já no tempo de D. Afonso VI, finalmente, em 3 anos sucessivos, em 1663, 64 e 65, feriram-se as batalhas do Canal ou Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros, nas quais o mesmo D. Sancho Manuel, já então Conde de Vila Flor, o Conde de Schomberg, o Marquês de Marialva e os Condes de S. João e da Ericeira mais categòricamente afirmaram que os nossos exércitos sabiam defender o território nacional.

A Batalha de Montes Claros sobretudo foi, naquela época, uma operação militar de acentuada envergadura, em que se defrontaram cerca de 50 mil homens, ou sejam aproximadamente 25 mil homens, em cada um dos dois exércitos. O que se passou naquele dia 17 de Junho de 1665 constituiu uma das páginas mais brilhantes da história multissecular do exército português, e faz lembrar aquele outro dia, 14 de Agosto de 1385.

A este respeito, assim opinou um reputado historiador alemão: «Esta segunda grande vitória (Montes Claros) segurou completamente a coroa de Portugal na cabeça dos Braganças, e fez aos espanhóis perderem toda a esperança de reconquistar aquele reino» [1]. Por sua vez, um dos nossos escritores militares assim se manifesta: «A batalha de Montes Claros e a surtida de Vila Viçosa, aniquilavam, em 17 de Junho de 1665, o grandioso exército de Caracena, em que a Espanha pusera as suas melhores esperanças» [2].

Ia-se já no 25.º ano da guerra, sem que os exércitos da poderosa e orgulhosa Espanha houvessem submetido o seu vizinho do Ocidente, nem mesmo após a *Paz dos Pirenéus*, em 7 de Novembro de 1659, pela

---

[1] Henrique Schaefer — *História de Portugal*, Porto, 1898, Vol. IV, pág. 507.

[2] General Ferreira Martins — *História do Exército Português*, Lisboa, 1945, pág. 169.

qual a França nos abandonou. Mas agora, concertada a paz entre a Espanha e a França, chegaria a vez de Filipe IV saciar os seus ódios, abatendo o pequeno reino dos Braganças. Para tanto, tratou de organizar um exército bem adestrado, acrescido de milhares de soldados experimentados, chegados da Alemanha e da Itália, tudo sob o comando do Marquês de Caracena, chamado da Flandres, onde se notabilizou em várias batalhas.

Demos a palavra ao 3.º Conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, ao tempo combatente no nosso exército, como general de artilharia: «Achava-se em Flandres (como referimos) e chegando-lhe a ordem de passar a Espanha, fazendo jornada por França, constou que afirmara, a vários cabos daquele reino, «que *lhe dava pouco cuidado a conquista de Portugal,* porque todos os infortúnios, que Castela havia passado naquela guerra, se originaram mais na ignorância dos cabos, que mandaram os exércitos, que no valor dos portugueses, porque todos se empenharam em conquistar praças fronteiras, havendo de ser o principal e o único objecto a empresa de Lisboa, porque só cortando-se a cabeça, acabava dum golpe o corpo duma monarquia ...» [3].

Esta e outras quejandas fantasias passaram da cabeça de Caracena para a de Filipe IV, pensando talvez ambos na marcha militar do Duque de Alba, em 1580, sobre um país gravemente enfermo, pela dor, pelo luto, pela miséria e pela venalidade dos poderosos.

Era preciso acabar de vez com a veleidade de independência, por parte dos pequenos. Para tanto, bastava eliminar os grosseiros erros de estratégia militar, cometidos pelos anteriores cabos de guerra, o último dos quais fôra o famoso D. João de Áustria, filho natural de Filipe IV. Para garantia de êxito e do paralelismo com a jornada de 1580, nem faltaria o apoio duma armada, que se organizaria em Cádis, sob o comando do traidor português, D. Raimundo de Lencastre, 4.º Duque de Aveiro [4]. Era este homem descendente em linha recta do *Príncipe Perfeito!* ...

---

[3] Conde da Ericeira — *História de Portugal Restaurado,* ed. de A. A. Doria, Vol. IV, pág. 274.

[4] Do autor — *Casa e Ducado de Aveiro e sua representação actual,* Lisboa, 1971, pág. 27 e 28.

Mas não nos espraiemos mais, porque queremos falar principalmente do *último combate*, e estes esforços de Madrid constituiram apenas os preparativos para o *penúltimo combate*, que veio a travar-se em Montes Claros, entre Estremoz e Vila Viçosa. Digamos apenas que um exército espanhol de 25 mil homens, superiormente comandados pelo veterano Marquês de Caracena, cognominado de *Marte Espanhol*, e pelos generais D. Diogo Caballero, D. Diogo Correia, D. Luís Ferrer e o italiano Alexandre Farnesio, atravessou a fronteira ao Sul de Elvas, ocupou a vila de Borba e investiu contra Vila Viçosa, cuja ocupação ambicionava, por ser o feudo da Casa de Bragança.

Foi nesta altura que o exército português, com um efectivo idêntico, se concentrou em Estremoz, sob o comando do Marquês de Marialva, secundado por valorosos cabos de guerra: o Conde de Schomberg, famoso estratego e veterano de outras campanhas na Europa; o General Pedro Jaques de Magalhães, que havia um ano comandara a magníifica acção de Castelo Rodrigo; o 3.º Conde da Ericeira que dirigia batalhas com a espada e as descrevia com a pena; e o 3.º Conde de S. João, que fora chamado de Trás-os-Montes, onde, como Governador das Armas, cometera já actos de valor e viria ainda a ser o comandante português no *último combate*.

Não quis Marialva assumir, por si só, toda a responsabilidade da grande batalha, que se aproximava. Chamou a conselho os oficiais superiores e dirigiu uma consulta a El-Rei D. Afonso VI e ao Ministro Conde de Castelo Melhor. Obtida a plena aquiescência das entidades consultadas, saiu o exército de Estremoz, a procurar os castelhanos, que se esforçavam por tomar Vila Viçosa. Deu-se o encontro no lugar de Montes Claros, que dista uma légua de cada uma das povoações indicadas.

Sem querermos entrar em detalhes desta notável operação militar, há todavia duas circunstâncias, que convém acentuar: a 1.ª foi a boa escolha de posições estratégicas, ocupadas pelo nosso exército e preferidas pelo prático e intrépido Conde de Schomberg; a 2.ª foi a bravura dos nossos oficiais e soldados, acrescida duma competência militar, que não possuíam anteriormente, mas foram adquirindo, em batalhas e escaramuças, ao longo de 26 anos.

Ali, em Montes Claros, no dia 17 de Junho de 1665, lutou-se

desesperadamente, desde as 8 horas da manhã até às 3 horas da tarde, matando e chacinando, à espada e baioneta, durante 7 longas horas, até que os espanhóis começaram a dar indícios de retirada. Embora fosse um tanto hábil na retirada, o inimigo deixava, no campo da batalha, 4.000 mortos, 6.000 prisioneiros e 3.500 cavalos, vendo-se o próprio Marquês de Caracena em grandes apuros para não ser aprisionado. Rebrilhava naquele dia de Primavera o sol de 14 de Agosto de 1385, e os soldados portugueses escreviam uma das páginas mais brilhantes da nossa história militar. Um escritor alemão assim viria a exprimir-se: «Os portugueses mostraram nesta batalha, onde se deram pouquíssimos tiros e onde, depois da primeira ou segunda descarga, se recorreu à arma branca, que, sendo bem conduzidos, igualavam todas as outras nações em valor pessoal» [5].

Foi uma operação decisiva para a independência de Portugal e a nação regressava definitivamente ao curso da sua rota secular, conforme reconhecem os autores espanhóis: «Tal fué la batalla de Villaviciosa o de Montes Claros (junio, 1665), en la qual suele decirse que España perdió definitivamente el territorio portugués peninsular y su imperio colonial, aunque en realidad, desde 1640 bien perdidos estaban» [6].

Tal foi a Batalha de Montes Claros, um dos pontos culminantes da nossa História, cuja efeméride nunca soubemos comemorar condignamente. Tal foi o penúltimo combate da Guerra da Restauração.

## B) *COMBATE DE MONTERREI*

Conquanto possamos admitir que a Batalha de Montes Claros fora de efeitos decisivos, tanto mais que, passados três meses, falecia Filipe IV, o mais figadal dos nossos inimigos, certo é todavia que a guerra não findou naquele dia 17 de Junho de 1665.

---

5 Hagner — *Vida de Schomberg*, cit. por General Ferreira Martins — *História do Exército Português*, pág. 169.

6 Pedro Aguado Bleye — *Manual de Historia de España*, Madrid, 1959, Tomo II, pág. 819.

As incursões em território estranho, as extorsões de gados e mantimentos, as agressões e enxovalhos dos moradores de pequenos burgos, os incêndios e as razias continuaram, dum lado e doutro da extensa fronteira, o que trazia em constante apreensão as populações raianas.

Entre todas essas operações, sobressai, pela sua relativa importância, o *Combate de Monterrei,* travado além fronteira, a cinco léguas da vila de Chaves, no dia 20 de Novembro de 1667. Este combate é que representa efectivamente a última operação militar da Guerra da Restauração, conforme nos relata o Conde da Ericeira, que foi bravo combatente, mas não na fronteira de Trás-os-Montes: «... e esta foi a *última acção memorável da guerra* entre as duas coroas, por suceder no ano de sessenta e sete, sendo recompensa da Providência Divina premiar as singulares virtudes do Conde de S. João com o triunfo de clausular o seu valor (segundo Hércules) as heroicas acções sucedidas em guerra tão formidável e dilatada, devendo aos dois cabos desta empressa grande parte da sua glória [7].

Historiemos.

Reinava em Portugal D. Afonso VI, que não devia ser tão hemiplégico, como alguns pretendem, porque montava o cavalo e corria touros [8]; nem devia ser tão falto de entendimento, como outros afirmam, porque, numa época de notórias dissenções, invejas, ódios e intrigas, ele soube escolher e manter, como escrivão da puridade (ou Presidente do Conselho dos tempos actuais), o Conde de Castelo Melhor, um dos estadistas de mais alta envergadura, que apareceram neste País.

Logo que se obteve a brilhante vitória de Montes Claros, em 17 de Junho de 1665, o Conde de Castelo Melhor, com o sentido das oportunidades e com um pensamento reservado, que adiante exporemos, quis aproveitar o êxito alcançado no Alentejo para obter idênticas vitórias na fronteira do Entre-Douro-e-Minho, fronteira esta que vinha

---

[7] Conde de Ericeira — *História de Portugal Restaurado,* Vol. IV, pág. 366.

[8] António de Sousa de Macedo — *D. Afonso VI,* ed. de Eduardo Brazão, Porto, 1940, págs. 250 e 251.

sendo defendida pelas tropas minhotas, sob o comando do Conde do Prado.

Ordenou por isso Castelo Melhor que o Conde de Schomberg, comandante das tropas estrangeiras auxiliares, se deslocasse imediatamente, do Alentejo para o Norte, e levasse consigo dois regimentos da infantaria inglesa, um regimento de infantaria alemã e um regimento de cavalaria francesa. Para a mesma fronteira do Minho convergiram também contingentes de tropas da Beira, de Trás-os-Montes e do Porto, sob os comandos respectivamente de Pedro Jaques de Magalhães, Conde de S. João e Conde de Miranda. Com todos, unidos às tropas minhotas, se constituiu um exército de 12 mil infantes e 2 mil e quinhentos cavaleiros.

Atravessou este exército o rio Minho, acima de Caminha, junto ao forte de Gaion, que não ofereceu resistência, no dia 28 de Outubro daquele mesmo ano de 1665. E, avançando pela Galiza, foi tomando e saqueando Vale de Rosal, Minhós, Fragoso, Bouças, Gondomar, S. Colmado, Porrinho e outras povoações, acabando por cercar a vila de La Guardia, cuja fortificação era defendida por alguns milhares de infantes e alguns cavaleiros. Ao cabo de alguns dias de luta, esta praça rendeu-se às tropas portuguesas no dia 20 de Novembro. Cumpre no entanto confessar que, desta campanha, não resultou grande utilidade, porque apenas detivemos, durante alguns meses, a praça de La Guardia, não logrando alcançar os desíginos do Conde de Castelo Melhor, a que aludiremos mais adiante.

Que se passava entretanto em Trás-os-Montes, donde se ausentara, para servir no Minho, o Conde de S. João?

O Capitão-General da Galiza, D. Inhigo Velasco, vendo que não lhe era fácil retomar a praça de La Guardia, resolveu efectuar uma *digressão,* e ordenou ao General Baltazar Pantoja, que fosse atacar a fronteira de Trás-os-Montes. Alguns dias depois, atravessaram as tropas galegas a fronteira de Barroso; e um troço de infantes e cavaleiros, sob o comando de D. Jerónimo de Quinhones, tentou ocupar, saquear e incendiar a nossa povoação de Pitões. Defenderam-se os paisanos barrosões, com tais bravura e tenacidade, que o inimigo se retirou, com perda considerável. Isto levou Ericeira a afirmar: «A província de Trás-os-Montes, pela grande actividade do Conde de S. João, se

achava tão abundante de prevenções, que até os paisanos mostravam espíritos belicosos» [9].

Regressando ao seu comando de Trás-os-Montes, o Conde de S. João ordenou ao seu Tenente-General Domingos da Ponte Galego que, como revindicta da incursão de Pitões, empreendesse uma série de incursões em Espanha. Foi o que se fez, pela fronteira de Bragança, sob o comando dos capitães de cavalos, Duarte Teixeira e João Cardoso Pizarro, que tomaram e ocuparam as povoações de Vila Velha, Peredo, Sedais e Salas, tendo transportado para Chaves uma grande quantidade de cereal, que existia na última daquelas povoações.

Ocorriam estes acontecimentos na Primavera de 66, depois do que o Conde de S. João se ausentou para Lisboa, onde acabava de falecer a rainha-viúva, D. Luísa de Gusmão, onde se assistia ao casamento de El-Rei com D. Maria Francisca de Saboia, e onde se adivinhavam já graves dissenções no campo político. Mas, por enquanto, prendamo-nos apenas aos problemas militares.

A 11/7/66, D. Baltazar Pantoja, à frente dum exército galego, entrou pela fronteira de Montalegre, saqueou e queimou várias povoações de Barroso, passou à vista de Chaves, investiu contra Faiões, derrotou e matou a pequena guarnição do castelo de Santo Estevam, e, seguindo a margem do Tâmega, regressou a Monterrei. E, de Monterrei voltou a sair alguns dias depois para investir contra Monforte de Rio Livre e continuar a saquear e queimar muitas das nossas povoações raianas até perto de Vinhais. Todavia não conseguiu entrar nesta vila, porque se lhe opôs Estevam de Mariz, tendo retirado durante a noite para a povoação espanhola da Mesquita.

Enquanto isto se passava para os lados de Vinhais, o General Diogo de Brito, que substituia o Conde de S. João, ainda ausente, saía de Chaves com 4 terços e 6 companhias de cavalos, atravessou a fronteira, entrava no vale de Verin, queimava Vilaça e outras 12 povoações, travava luta com a guarnição de Monterrei, aprisionava 40 cavalos e regressava a Portugal.

Mas tudo isto era *guerra lânguida*, como lhe chamavam os espanhóis ...

---

[9] Ericeira — *Ob. cit.*, Vol. IV, pág. 325.

Chegara-se entretanto ao ano de 1667 e o Conde de S. João, tendo conhecimento em Lisboa destes sucessos, ora felizes, ora infelizes, aquém e além fronteiras de Trás-os-Montes, regressou a esta província, resolvido a pôr fim a estas pelejas fronteiriças. Aconteceu que entretanto assumiu o comando da importante praça de Monterrei o General D. Diogo Gasconha, antigo e bravo combatente da Flandres, animado de intenções diametralmente opostas às de S. João.

Era entre os dois valorosos cabos de guerra que ia derimir-se esta prolongada e tenaz pendência entre as tropas de Trás-os-Montes e as da Galiza. Gasconha pretendia confirmar e robustecer o seu nome de bravo militar, submetendo definitivamente o pequeno país, que bordejava a poderosa Espanha; o Conde de S. João desejava igualmente demonstrar o valor já evidenciado e acabar de vez com a cobiça espanhola.

No dia 19 de Novembro de 1667 saiu de Chaves o Conde de S. João, à frente de mil infantes e oitocentos cavaleiros, divididos em dois troços, comandado um pelo General de Cavalaria, Pedro César de Menezes, e outro pelo Tenente-General de Cavalaria, D. Miguel da Silveira, cunhado do Conde. Não nos informa Ericeira acerca do lugar em que este exército atravessou a fronteira, mas deve ter sido na margem direita do Tâmega, talvez em Vilarelho da Raia, porque o dia 20 lhe raiou no Vale de Laça, pelo lado de Monterrei.

Poucas horas depois, sabia-se em Monterrei da entrada dos portugueses, e logo D. Diogo de Gasconha saía para o campo, à frente de 19 companhias de cavalos. Tinha ordenado o Conde de S. João que apenas se mostrasse ao inimigo o troço do General Pedro César, enquanto o troço do General Silveira se conservaria oculto nas dobras do terreno.

Numa primeira fase da luta, as tropas de Pedro César foram recuando para atrair as tropas galegas ao vale de Límia, e só depois lhes fizeram frente, para abrir verdadeira luta, que foi difícil e indecisa nas primeiras horas. Depois, começou o ataque por parte do troço do General Silveira, e então Gasconha, reconhecendo o logro em que se deixara cair, verificou o melindre da situaçã°o. Prosseguiu a luta, ora favorável aos espanhóis, ora com vantagem para os portugueses, até que o fiel da balança começava a inclinar-se a favor das tropas incur-

sionistas. Muitos cadáveres juncavam já o terreno, aqui e além, quando as tropas galegas, carregadas pelas baionetas, começaram a recuar, deixando atrás numerosos feridos e prisioneiros. Nesta terrível conjuntura, duas circunstâncias vieram em auxílio dos vencidos: a escuridão da noite e o bom conhecimento do terreno. Todavia, além de deixarem muitos mortos, feridos e prisioneiros, também não puderam salvar 327 cavalos, que as nossas tropas aprisionaram e trouxeram para Chaves [10].

Em documento, que adiante juntamos, veremos mais pormenores deste combate, cuja narrativa, pela pena do Conde de Ericeira, assim termina: «Retirou-se o Conde (de S. João), e esta foi a última acção memorável da guerra entre as duas coroas, por suceder no ano de sesenta e sete».

E foi realmente o último combate daquela prolongada guerra, porque se feriu no dia 20 de Novembro de 1667, e, à parte pequenas escaramuças na fronteira da Beira, não houve mais verdadeiras batalhas, até à celebração da paz em 13 de Fevereiro de 1668.

Já dissemos que este combate caíu bastante no olvido, a ponto de ser inteiramente omitido por alguns historiadores. Porquê?

Porque era precisamente naquele momento que se desenrolavam no nosso país acontecimentos da mais alta importância política, que deixaram na penumbra o Combate de Monterrei. São esses acontecimentos que vamos citar de seguida, começando por relembrar as principais

## C) *EFEMÉRIDES DA ÉPOCA*

19/ 3/1604 — Nascimento de D. João IV
24/10/1613 — Nascimento de D. Luísa de Gusmão
19/12/1632 — Casamento de D. João IV
1/12/1640 — Revolução da Restauração
15/12/1640 — Coroação de D. João IV

---

10 Ericeira — *Ob. cit.*, Vol. IV, pág. 365.

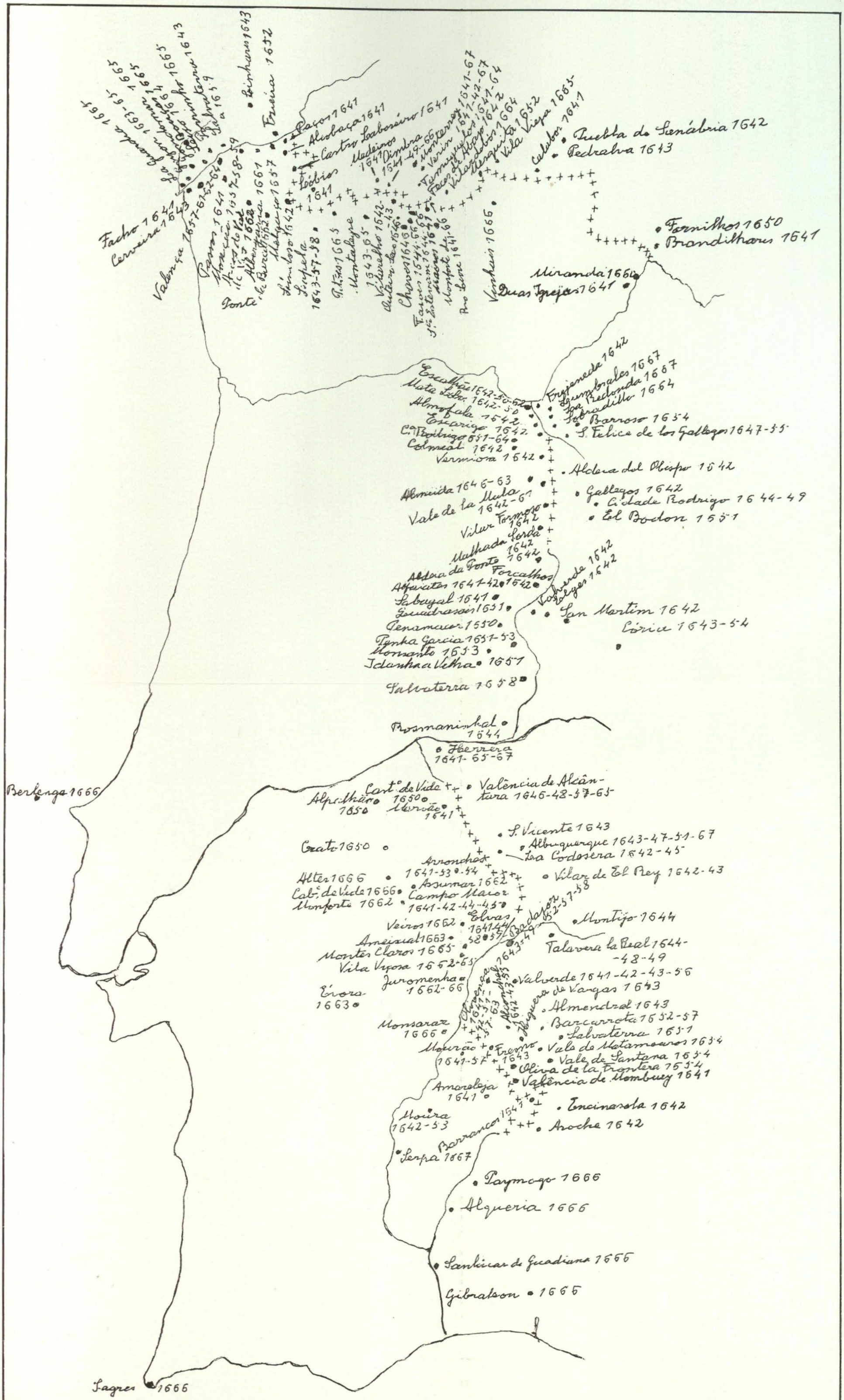
21/ 8/1643 — Nascimento de D. Afonso VI
26/ 5/1644 — Batalha de Montijo
26/ 4/1648 — Nascimento de D. Pedro II
11/10/1652 — Rendição de Barcelona e paz entre Espanha e Catalunha
15/ 5/1653 — Morte do Príncipe D. Teodósio
8/11/1653 — Batalha de Arronches
6/11/1656 — Morte de El-Rei D. João IV
22/ 6/1658 — Batalha de S. Miguel (Badajoz)
14/ 1/1659 — Batalha das Linhas de Elvas
17/11/1659 — Paz dos Pirenéus
25/ 4/1662 — Partida da Infanta D. Catarina, nova Rainha da Inglaterra
21/ 6/1662 — Fuga de D. Afonso VI para Alcântara
23/ 6/1662 — Coroação de D. Afonso VI
17/ 3/1663 — A Rainha viúva D. Luísa refugia-se no Convento de Xabregas
23/5 /1663 — Perda de Évora
24/ 5/1663 — Tumultos em Lisboa, pela perda de Évora
8/ 6/1663 — Batalha do Ameixial
24/ 6/1663 — Recuperação de Évora
7/ 7/1664 — Batalha de Castelo Rodrigo
17/ 6/1665 — Batalha de Montes Claros
7/ 9/1665 — Falecimento de Filipe IV
24/ 2/1666 — Contrato de casamento de D. Afonso VI com D. Maria Francisca Isabel de Saboia
27/ 2/1666 — Morte da Rainha viúva, D. Luísa de Gusmão
2/ 8/1666 — Casamento de D. Afonso VI
2/ 9/1666 — Arma-se o Paço de D. Afonso VI
25 /3/1667 — Assinatura da Liga de Portugal com a França
16/ 9/1667 — Demissão do Conde de Castelo Melhor
5/10/1667 — Demissão forçada do ministro Dr. António de Sousa de Macedo
20/11/1667 — Combate de Monterrei
21/11/1667 — Fuga da Rainha D. Maria Francisca para o Convento da Esperança

22/11/1667 — A Rainha requer a anulação do seu casamento
23/11/1667 — D. Afonso VI é forçado a assinar a desistência da coroa e fica prisioneiro
13/ 2/1668 — Tratado de paz entre Portugal e a Espanha
24/ 3/1668 — É decretada a anulação do matrimónio de D. Afonso VI
2/ 4/1668 — Casamento do Regente D. Pedro com D. Maria Francisca
10/12/1668 — Clemente IX concede dispensa ao Infante D. Pedro e D. Maria Francisca para matrimónio
18/ 6/1669 — Entra D. Afonso VI na sua prisão de Angra, na Ilha Terceira
1673 — Descobre-se uma conspiração espanhola para libertar D. Afonso VI e este é transferido para o Palácio de Sintra
12/ 9/1683 — Morte de D. Afonso VI
27/12/1683 — Morte de D. Maria Francisca
28/ 2/1684 — O Conde de Castelo Melhor solicita licença para regressar ao Reino, o que lhe é negado
1687 — D. Pedro II autoriza o regresso do Conde de Castelo Melhor, que se fixa em Pombal
9/12/1706 — Morte de D. Pedro II
1/ 1/1707 — Aclamação do Rei D. João V, o qual chamou o Conde Castelo Melhor ao Conselho de Estado
15/ 8/1720 — Morte do Conde de Castelo Melhor

D) *DEPOSIÇÃO DE D. AFONSO VI*

Poucas vezes a História Nacional ressuma tantas intrigas e invejas, ódios e vinganças, como na parte em que se descreve este período da Guerra da Restauração, no qual, mais que nunca, era preciso manter a homogeneidade da raça. Eram as acusações dos políticos aos militares e destes àqueles, sobre a forma como se devia organizar a defesa da nação; eram as intrigas entre os cortesãos, mutamente se acusando de entendimentos com o inimigo; eram as rivalidades entre

Principais teatros da Guerra da Restauração (1640-1668)


Valença 1643
Caminha 1665
Vianna 1644
Barcellos 1661
Chaves 1640
Bragança 1640
Miranda 1640
Moncorvo 1640
Almeida 1640
Castello Branco 1640
Portalegre 1640
Elvas 1640
Olivença 1640
Campo Maior 1640
Juromenha 1640
Jurumenha 1640
Monsaraz 1640
Serpa 1640
Moura 1640
Mourão 1640
Ourique 1640
Mertolla 1640
Beja 1640
Villa Viçosa 1640
Extremoz 1640
Monforte 1640
Arronches 1640
Portalegre 1640
Castello de Vide 1640
Marvão 1640
Alpalhão 1640
Crato 1640
Thomar 1640
Abrantes 1640
Santarem 1640
Almeirim 1640
Alcantara 1640
Lisboa 1640
Setuval 1640
Palmella 1640
Alcacer do Sal 1640
Sines 1640
Villa Nova de Milfontes 1640
Odemira 1640
Aljezur 1640
Lagos 1640
Tavira 1640
Castro Marim 1640
Villa Real de Santo Antonio 1640
Faro 1640
Loulé 1640
Albufeira 1640
Silves 1640
Portimão 1640
Lagoa 1640
Monchique 1640
Aljezur 1640
Odemira 1640
Villa Nova de Milfontes 1640
Sines 1640
Alcacer do Sal 1640
Palmella 1640
Setuval 1640
Lisboa 1640
Alcantara 1640
Almeirim 1640
Santarem 1640
Abrantes 1640
Thomar 1640
Castello Branco 1640
Portalegre 1640
Arronches 1640
Castello de Vide 1640
Marvão 1640
Alpalhão 1640
Crato 1640
Portalegre 1640
Extremoz 1640
Villa Viçosa 1640
Beja 1640
Ourique 1640
Mertolla 1640
Moura 1640
Serpa 1640
Monsaraz 1640
Juromenha 1640
Campo Maior 1640
Olivença 1640
Elvas 1640
Badajoz 1640
Valverde 1640
Almendral 1640
Barcarrota 1640
Salvaterra 1640
Valencia de Alcantara 1640
Herrera 1640
Portalegre 1640
Castello Branco 1640
Thomar

os chefes militares, com recíprocas censuras por inabilidade de comandos.

A toda esta vozearia de recriminações e malquerenças, pôs termo, com um tacto admirável, o 3.º Conde de Castelo Melhor, quando D. Afonso VI tomou conta do poder. Era este Luís de Vasconcelos e Sousa um militar experimentado nos primeiros anos da guerra, um grande patriota e um espírito superior. Foi à custa do seu génio organizador e do seu talento político, que ele conduziu a nação às vitórias decisivas do Ameixial e de Montes Claros, em 63 e 65.

D. Afonso VI era física e mentalmente inferior, desde a idade de 3 anos, em que deve ter sofrido duma meningo-encefalite [11]. A uma certa paralisia dos membros direitos, juntava-se a instabilidade de carácter, com assomos de cólera, uma inteligência atrasada e pueril e um gosto depravado, que o levava a práticas, indignas duma criança da sua estirpe. A tudo isto, somara-se ainda uma educação defeituosa, porque seus pais, condoídos das insuficiências do seu filho, não queriam contrariá-lo e permitiam-lhe o contacto com a ralé. Tornou-se célebre a sua convivência íntima com os irmãos Conti, que a Rainha Regente, D. Luísa, acabara por desterrar para o Brasil.

Para fazer face a todas estas desgraças, D. Luísa prolongou a sua Regência e montou casa a seu filho D. Pedro, parecendo que ela preferiria entregar o trono a seu filho segundo. Assim se começou e engendrar a existência de dois partidos: o de D. Afonso e o de D. Pedro. Estes dois irmãos que, durante alguns anos, se detestaram cordealmente, passaram depois a odiar-se de morte.

O desterro dos irmãos Conti levou D. Afonso a exigir a entrega dos selos do Estado; e as responsabilidades do governo foram principalmente atribuídas ao Conde de Castelo Melhor, e mais tarde também a um notável político e escritor, António de Sousa de Macedo, que à Nação prestara os mais assinalados serviços, na corte de Londres, no tempo de D. João IV.

Os três, Afonso VI, Castelo Melhor e Sousa de Macedo, tinham conseguido resolver o problema da guerra e haviam obtido para o

---

[11] Joaquim e António Pires de Lima — «*A doença de D. Afonso VI e a anulação do seu matrimónio, in Portugal Médico,* 1927, N.º 1, pág. 11.

primeiro o cognome de *Vitorioso,* mas, como não é impunemente que se faz o bem, resultou que, a breve trecho, tudo se conluiava contra eles, desde a mulher e o irmão do rei, passando pelo clero e nobreza, até se atingir a burguesia e o povo.

Do Infante, disse um autor da época:

> «Tinha o Infante com o seu sequito determinado matar o Conde de Castelo Melhor, em uma salla dentro do Palacio onde dava audiencia [.....] Tomada a resolução para o dia assignalado, que se havia de contar dous de Setembro de 1667, a ordenaram assim: que o Infante com D. Sancho Manuel Conde de Vila Flor e Luiz de Mendonça Furtado, conselheiro de Guerra, General que tinha sido na India Oriental, com tanto credito que era procurado para as ocasiões maiores, entrasse onde estava o Conde de Castelo Melhor e que o matassem [.....] e a mim me mandou chamar o Conde de Vila Flor na quinta-feira, e fallando-me em diversas materias muito tempo me disse que na sexta-feira de manhã me achasse junto da casa do despacho, e que tudo o que visse fazer, antes o ajudasse que o impedisse, pois me seria conveniente. Nesse mesmo dia me chamou tambem o Conde da Ericeira, e como tinha mais confiança comigo por ter sido seu Alferes, sendo elle capitão de cavalos da Guarda do General e passando depois a Mestre de Campo me fez logo Capitão do seu terço, em que servi por atenções que lhe devi, se declarou mais, dando-me quasi a saber o que estava disposto para se obrar, disse-me que aonde eu o visse no dia seguinte em palacio me chegasse para elle e lhe guerdasse as costas, porque alem de merecer-me esta fineza, o que eu obrasse da sua parte naquella occasião me seria bem agradecido ...» [12]

---

[12] *Anti-Catastrofe,* de autor anónimo, suposto companheiro de D. Afonso VI, ed. de Camillo Aureliano da Silva e Sousa, Porto, 1845, págs. 402 e segs.

Parece que este original foi escrito em 1791 para contrabater a *Catastrofe,* a que nos referiremos, a qual fazia o panegírio do rei D. Pedro II.

Ambas estas obras, *Catastrofe* e *Anti-Catastrofe,* foram escritas apaixonadamente. Mas, ao passo que a primeira representa a adulação dum sacerdote e professor, D. Fernando Correia de Lacerda, elevado a Bispo do Porto, por D. Pedro II, a segunda representa um preito de homenagem a um vencido, D. Afonso VI, condenado a prisão perpétua. O historiador não pode crer piamente em nenhuma delas, sendo todavia de notar que a defesa de D. Afonso VI é mais objectiva e assente em acontecimentos, descritos com mais ou menos verosimilhança.

E acerca da Rainha, diz-nos um consciencioso historiador moderno:

> «Pouco tempo havia decorrido após a chegada da rainha francesa a Lisboa, os seus conselheiros e os sequazes do Infante urdiram o plano de depor o monarca. Por ordens emanadas de França, Schomberg, que dirigiu superiormente o exército, apoiava tal plano, que teve a sua eclosão, vindo a traduzir-se em factos a 23 de Novembro de 1667 [.....] A rainha era uma mulher extremamente ambiciosa e apesar de ter sido informada de que o rei era um pobre doente, não duvidou aceitar o casamento, porque esperava vir a exercer uma influência dominante nos negócios públicos. De facto, ainda não estava ha duas semanas em Portugal, já começava a encaminhar os seus passos, para assumir esse predomínio, no que era ajudada pelos agentes que tinha trazido na sua comitiva. Logo de começo porém encontrou oposição da parte de Castelo Melhor, e por isso, de combinação com o Infante, tratou de o derrubar, o que conseguiu em 1667, sendo esta queda preliminar necessário para a deposição do Rei, a quem ele amparava, e que se seguiu logo dois meses depois ...» [13]

Tais eram as ajudas que o pobre D. Afonso VI recebia da consorte e do mano. Mas os nobres não levantavam menor oposição, salientando-se em suas rebeldes atitudes o Duque de Cadaval, os Távoras, os Marqueses de Sande e de Cascais, os Condes de Aveiras, Sarzedas, Torre e Vila Verde. E também não faltaram à chamada, por ressentimentos mal contidos, os próprios cabos de guerra, que vinham defendendo a nação, tais como o Marquês de Marialva, os Condes de Soure, S. João e Ericeira, Pedro Jaques Magalhães e D. Miguel da Silveira.

Toda esta gente desrespeitava o rei, porque ele era física e mentalmente inferior; detestava o Conde de Castelo Melhor, porque este precisava de se revestir de grande autoridade; odiava Sousa de Macedo, porque era homem de grande personalidade e trato rígido.

Na verdade, a natural ignorância do rei era compensada pela superioridade dos seus ministros, e uma vez que, sob o domínio dos mesmos três, se tinham alcançado as vitórias decisivas do Ameixial,

---

[13] Edgar Prestage — *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*, trad. de Amadeu Ferraz de Carvalho, Coimbra, 1928, págs. 94 e segs.

Castelo Rodrigo e Montes Claros, mais valia não modificar o governo da nação, pelo menos enquanto durasse o estado de guerra, para que a Espanha se não apercebesse das nossas dissensões.

Ninguém acusava Castelo Melhor de erros, vícios ou crimes, porque Ericeira, apesar de ser um dos seus maiores inimigos não lhe faz quaisquer acusações concretas, ao longo da sua extensa exposição de 4 volumes. E a própria *Catastrofe* não vai além de acusações como esta: «Como resolveu (o Conde de Castelo Melhor) estabelecer-se no throno da valia, buscou todos os meios para fazer supremo o seu poder & insuperavel a sua pessoa da de el-Rei ...» [14].

Triunfaram as rivalidades, as invejas, os ódios e as ambições. À pretensão do Infante D. Pedro, hipòcritamente escondida, de vir a ocupar o trono, juntou-se a influência dos franceses, compatriotas da rainha: o embaixador, Abade de Saint Romain, e o secretário da Rainha, Padre Verjus, os quais, em nome de Luís XIV, desejavam tratar com Portugal, mas não por intermédio de homens tão duros e patriotas como eram Castelo Melhor e Sousa de Macedo.

Assim se organizou a mais famosa cabala, que nos apresenta a História Nacional. O Conde da Ericeira confessa ser partidário do Infante D. Pedro, porque, tendo sido desterrado por El-Rei para a vila de Santarém, logo, às ocultas, regressou a Lisboa. Consegue explicar a mediocridade de D. Afonso VI, o que aliás não era difícil, mas, apesar de todas as minúcias descritivas, nem tenta aludir a quaisquer erros, destemperos ou provas de incompetência, que pudessem assacar-se ao Conde de Castelo Melhor. Todavia, a cabala foi até ao fim.

Declarada a guerra aberta a Castelo Melhor e Sousa de Macedo, o Infante, mau e sem valor, acusou o Conde de o querer matar, embora, nem ele, nem ninguém, apresentasse a mínima prova ou indício daquela acusação. Por sua vez, Sousa de Macedo era acusado de não respeitar certas precedências, fútil motivo, que em todos os séculos deu azo a guerras entre o alecrim e a manjerona.

---

[14] Leandro Dórea Caceres e Faria — *Catastrofe*, Lisboa, 1669, pág. 83. Innocêncio Francisco da Silva, em seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, 1858, Tomo Segundo, 272, diz que o sobredito Leandro é anagrama de D. Fernando Correia de Lacerda, doutor em Cânones, que D. Pedro II fez Inquisidor Geral e Bispo do Porto.

De toda a forma, D. Afonso VI era um homem fraco e sem vontade, e por isso se mostrou pouco inclinado a segurar os seus valorosos ministros. Então, Castelo Melhor, querendo evitar uma guerra civil, demitiu-se e abalou para o Estrangeiro, mas jamais patenteou uma atitude condenável ou menos respeitadora, durante muitos anos de exílio.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa, secção de *Reservados* lê-se uma carta de Castelo Melhor para D. Pedro II, em que lhe envia condolências pela morte de D. Maria Francisca e pede que o deixe regressar à Pátria [15], o que o rei só mais tarde concede. Castelo Melhor, era acusado de autoritário e prepotente, mas só o tinha sido na medida em que precisava de se fazer respeitar, porque afinal dava exemplos de grandeza moral e até de humildade cristã. Quis porém o destino que o Conde de Castelo Melhor ainda sobrevivesse a D. Maria Francisco e a D. Pedro II, e, tendo vivido 20 anos no exílio, ainda chegasse a fazer parte do Conselho de El-Rei D. João V, vindo a falecer com 84 anos [16].

D. Afonso VI bem sabia que não se podia sustentar no trono, sem o apoio forte de Castelo Melhor, mas não teve forças para reagir e sucumbiu às exigências dos seus inimigos. Fê-lo contudo contrariado, porque, «indo Sua Alteza, depois de retirado o valido, lançar-se aos pés de el-Rei, para lhe beijar a mão, elle o não recebeu de braços abertos ...» [17].

Deu-se a demissão do Conde em 16 de Setembro de 1667, e, a partir deste momento, a derrocada era inevitável. Em 1.º de Outubro seguinte era demitido o Secretário de Estado, António de Sousa de

---

15 Na B. N. L. — *Reservados,* Caixa 208, N.º 33, carta datada de Londres, 28 de Fevereiro de 1684.

16 Quem se quiser elucidar acerca do patriotismo de Castelo Melhor, da sua correcção, da sua lealdade de português, sempre demonstradas nos 20 anos de desterro em França, na Saboia, na Itália e na Inglaterra, deve ler a obra de Fernando Palha **O** *Conde de Castel Melhor no Exílio,* Lisboa, 1883.

Entretanto, afixavam-se, nas paredes de Lisboa, epigramas e pasquins imundos contra o brilhante e valoroso estadista, como se pode ver na Secção de *Reservados,* da Biblioteca Nacional de Lisboa, N.º 10 563, a folhas 114, e N.º 589, a folhas 76.

17 Leandro Dores Caceres e Faria — *Catastrofe,* pág. 194.

Macedo, e os acontecimentos precipitaram-se, de momento a momento, como vamos ver.

No dia 20 de Novembro do mesmo ano dava-se o combate de Monterrei, além fronteira de Chaves, que atrás referimos.

No dia seguinte, 21, a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, participante da cabala, abandona a corte e refugia-se no Convento da Esperança.

No dia seguinte, 22, a mesma rainha requereu a anulação do seu casamento, com fundamento na falta de consumação do matrimónio.

No dia seguinte, 23, o Infante D. Pedro, acompanhado dos seus partidários, invadiu o Paço Real, forçou as portas e obrigou El-Rei, seu irmão, a assinar um termo de abdicação do trono e de todo o poder real, em favor do mesmo Infante. A partir deste momento, o infeliz D. Afonso VI ficou relegado à prisão perpétua.

A magnitude destes acontecimentos e as suas consequências sobre as nossas políticas, interna e externa, deixaram na sombra do esquecimento o combate de Monterrei, tanto mais que, desde logo, começaram a activar-se as combinações de tréguas com a Espanha. Mas daqui a pouco nos referiremos à questão da paz.

Por agora, não queremos passar adiante, sem nos referirmos a outro acontecimento da época, que atesta o pouco entendimento de Afonso VI, a vileza de Pedro II e o impudor dos cortesãos, que os rodeavam.

É sabido que D. Luísa de Gusmão, 8.ª Duquesa de Bragança e 1.ª Rainha Brigantina, foi modelo de rainhas, pela sua dedicação ao país adoptivo, pelas atitudes varonis que tomou durante a Regência, pela sua simplicidade, pelo amor que votava ao marido e aos filhos [18] e [19].

---

[18] No Arquivo Municipal de Coimbra — *Provisões e Capitulos das Cortes — 1426-1660*, a folhas 219 a 226, vêem-se 4 cartas régias, de D. Luísa de Gusmão, pedindo insistentemente recrutas para a guerra, e fustigando o Juiz, Vereadores e mais oficiais da Comarca de Coimbra por *não apresentarem recrutas bastantes*.

Idêntica revelação se encontra no Arquivo da Casa Alcáçovas, em *Soberanos de Portugal*, Doc. n.º 18.

[19] Hipólito Raposo — *Dona Luisa de Gusmão*, Lisboa, 1947, págs. 135, 136, 188 e seguintes.

Contudo, desgostosa com tantos acontecimentos, que se desenrolavam à sua volta, resolveu abandonar o Paço e refugiar-se no convento das carmelitas descalças, ao Grilo, em Xabregas. Ainda ali viveu perto de três anos, completamente abandonada e desprezada pelos filhos, desde 1663 até 1666.

Neste último ano, a 26 de Fevereiro, sentindo a morte próxima, escreveu uma carta a cada um dos seus três filhos — o Rei D. Afonso, o Infante D. Pedro e a Rainha de Inglaterra, D. Catarina — a lançar-lhes a última bênção. Diz Ericeira, com uma maneira de ver segundo os seus propósitos políticos, que, lidas estas cartas, «el-rei fez gala de não sentir a sua morte e o infante luto de sentimento» [20]. Porém, da própria narrativa do autor se conclui que, nem D. Afonso, nem D. Pedro, sentiram verdadeiramente a morte da mãe. Com efeito, estando os Reais Senhores em Salvaterra, onde receberam as cartas, poucas horas lhes bastavam para percorrer, a cavalo, uma distância de 9 léguas, que os separava de Xabregas. Sucedeu porém que não mostraram muita pressa em visitar sua mãe, no leito de morte. Só no dia seguinte o fizeram de fugida, não esperando pelo desenlace fatal, que se verificou algumas horas depois!

Perante estes factos, minuciosamente narrados por Ericeira, podemos admitir, como atenuante, a falta de entendimento na pessoa do Rei D. Afonso, mas somos obrigados a averbar a ruindade de alma do Infante D. Pedro.

Pelas razões que deixamos apontadas, o Combate de Monterrei ficou esquecido e oculto, perante acontecimentos mais sensacionais, desenrolados na corte. Por isso, alguns historiadores não se referem a tal combate, encarando-o talvez como uma das numerosas escaramuças, que, por aquela época, se travavam aquém e além fronteira. Não foi esta porém a opinião do Conde da Ericeira, como vimos atrás, sendo certo que este autor, sendo aliás um brilhante combatente no Alentejo, não lutou na fronteira de Trás-os-Montes, cujas operações podia apreciar imparcialmente.

---

20 Ericeira — *Ob. cit.*, Vol. IV, pág. 413.

## E) *NOVO REGENTE E NOVA POLÍTICA*

Dum lado e doutro da fronteira, não faltavam cabos de guerra, animosos de sacrifícios e sangueiras, desejosos de patentear bravura e conhecimentos estratégicos, e estes clamavam que uma guerra, com 27 anos de duração, devia ainda prosseguir. Todavia, tanto em Portugal, como em Espanha, uma grande parte do povo desejava que se entrasse em negociações de paz, para que os dois povos, e sobretudo as suas populações fronteiriças, pudessem viver em sossego, amanhando as suas terras e criando os seus gados.

Foi sob esta atmosfera que o Infante D. Pedro usurpou, a seu irmão, o trono e a mulher. Para contrapor a tão feias acções e conquistar certa popularidade, entendeu o novo soberano que devia aproveitar a sugestão da Inglaterra, para entrar em negociações com a Espanha e obter a paz.

Portugal viu-se então sob duas pressões diametralmente opostas: a Inglaterra pretendia que negociássemos a paz, para que ela e os dois povos peninsulares caíssem sobre a França; a França pretendia que continuássemos a guerra, para que lhe fosse mais fácil vencer os exércitos espanhóis. Mas aqui temos necessidade de retroceder um pouco.

Estamos em 1667 e vimos que o Conde de Castelo Melhor, o Dr. Sousa de Macedo e D. Afonso VI foram sucessivamente apeados nos meses de Setembro, Outubro e Novembro. Antes disto, porém, o Conde de Castelo Melhor, optando pela continuação da guerra, tinha mandado um hábil diplomata, Francisco Ferreira Rebelo, às cortes de Inglaterra, França e Holanda, para obter mais seguras informações. Do relatório que apresentou o mesmo diplomata, concluia-se a vantagem de não depormos as armas, visto que a França estava disposta a auxiliar-nos [21]. Retrocedamos ainda um pouco mais.

Desde o princípio da guerra, ano de 41, Portugal tivera a felicidade de ver a França e a Catalunha em luta com o inimigo comum — a Espanha.

---

21 *Revista de Historia,* Lisboa, 1921, págs. 115 e seguintes.

A Catalunha revoltara-se, porque «Olivares tenia una idea histórica y política equivocada del problema de Cataluña, como de todo el reino de Aragon y de Portugal, y no una *instintiva hostilidad* ...» [22] Porém, após um longo cerco feito a Barcelona, esta cidade rendeu-se em 11 de Outubro de 1652 e toda a Catalunha entrou em paz depois de 13 anos de guerra.

Por sua vez, a França, tendo obtido da Espanha a cedência dos condados pirenaicos do *Roussilhão* e da *Çardanha*, do *Artois* ao Norte e ainda várias praças na Flandres e no Luxemburgo [23], assinava a *Paz dos Pirenéus*, em 17 de Novembro de 1659.

A partir deste momento, Portugal encontrava-se isolado na luta contra a Espanha, o que provocou entre nós um certo descontentamento contra a França. Todavia, é de notar que, graças aos esforços desenvolvidos em Paris pelo nosso diplomata Conde de Soure e à simpatia que sempre nos demonstrou o notável Marechal de Turenne, a ajuda da França não cessara, agora expressa no envio de 600 oficiais e soldados, comandados pelo valoroso estratego Conde de Schomberg, bem digno de todos os louvores [24].

Como dissemos atrás, depois da batalha de Montes Claros, o Conde de Castelo Melhor, com o sentido das oportunidades, empenhou-se num ataque maciço à Galiza, efectuado no Outono de 65 e Inverno de 65-66, embora esta operação não alcançasse o resultado que se esperava.

Todavia, Castelo Melhor não desistira do seu intento de ocupar a Galiza, para o que mandava também trabalhar em França os seus diplomatas, como veremos daqui a pouco, numa transcrição do *Quadro Elementar*, do Visconde de Santarém. Em Lisboa, Castelo Melhor encarregava os Marqueses de Nisa, de Gouveia, de Marialva e de Sande de procurarem Saint Romain e com ele concertarem uma amigável combi-

---

22 Pedro Aguado Bleye — *Manual de História de España*, Madrid, 1959, Tomo II, pág. 779.

23 A. Malet & J. Isaac — *XVII^e & XVIII^e Siècles*, pág. 57.

24 Angelo Ribeiro — *História de Portugal*, ed. de Barcelos, 1934, Vol. VI, pág. 87.

nação [25]. Com tal fito, fez assinar, em Março de 67 uma *Liga* com a França, para, longe de se negociar a paz, tratar de continuar a guerra com a Espanha, a fim de se obterem condições mais vantajosas.

Julgamos que o combate de Monterrei, ferido em 20 de Novembro daquele mesmo ano de 67 obedecia àquele plano ofensivo, gizado por Castelo Melhor e apoiado na combinação com a França, como se depreende do relato do Visconde de Santarém. Não se pôde ir mais longe, porque entretanto se operava a viragem de D. Afonso para D. Pedro.

Em abono destas considerações, começamos por invocar o relato de Edgar Prestage, que tão laboriosamente se dedicou ao estudo da nossa História Diplomática [26]:

> «Quando os artigos do tratado (entre Portugal e a França, estávamos em 66) começaram a ser discutidos ,entre Saint Romain e Castelo Melhor, surgiram sérias divergências sobre vários pontos, especialmente quanto ao auxílio que devia ser dado por Luís XIV a Portugal, e em Janeiro de 1667 foi enviado a Paris, onde ficou como residente até 1668, Francisco Ferreira Rebelo, para solicitar maiores socorros do que os que a França havia dado outrora à Holanda e à Suécia, e ao mesmo tempo oferecer, em nome de D. Afonso VI, a mediação entre a oposição do enviado inglês, Sir Robert Southwel [.....] Logo que este tratado (entre Portugal e a França) foi siderável a despesa de duas campanhas, todos estes pontos dependeriam do subsídio que se ajustasse e, no tocante à remessa de tropas francesas para invadir a Galiza, objectou que era empresa que exclusivamente devia competir à sua nação. Saint Romain achou desabridas as condições do Conde, atribuindo-as ao seu mau humor e à sua altivez, mas em grande parte mercê dos esforços da Rainha e do Marquês de Sande, o tratado foi finalmente assinado a 31 de Março, não obstante a oposição do enviado inglês, Sir Robert Southwel [.....] Logo que este tratado (entre Portugal e a França) foi assinado, logo a Espanha e a Inglaterra se concertaram para se rom-

---

25 Theresa M. Schedel de Castelo Branco — *Vida do Marquês de Sande*, Lisboa, 1972, pág. 522.

26 Edgar Prestage — *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, tradução de Amadeu Ferraz de Carvalho, Coimbra, 1928, pgs. 103 e segs.

per e torna-lo sem efeito; a primeira dava indícios de transigir nas suas exigências, mostrando-se disposta a reconhecer a independência de Portugal, ao mesmo tempo que Carlos II instava vivamente com seu cunhado (Afonso VI) para que este aproveitasse o ensejo de concluir a paz. Sob a direcção de Lord Sandwich foram reatadas as negociações, que tiveram o melhor êxito, e, apesar dos inauditos esforços de Saint Romain, foi finalmente assinado o tratado de paz entre Portugal e Espanha a 13 de Fevereiro de 1668 ...»

Para reforçar todas as nossas considerações, já feitas ou ainda por fazer, não queremos passar à frente sem nos abonarmos com um relato do Visconde de Santarém [27]:

«Neste estado ficarão os negocios com a França no fim do anno de 1667. No que se lhe seguio de 1668 logo no principio se collige das transacções diplomaticas que os Gabinetes Inglez e Hespanhol trabalhavão activamente para romper o Tratado de Alliança e de Liga que em Março do anno precedente a França tinha alcançado ultimar com Portugal, e buscando por todos os meios levar o nosso Gabinete a concluir a paz com a Hespanha em separado, e sem o concurso e intervenção da França, o que com effeito conseguirão. Fez o Enviado Francez incriveis diligencias para obstar à conclusão do Tratado; mas as Cortes, o Povo, os Tribunais, os Pregadores no pulpito, todos exigião do Governo que concluisse a paz com a Hespanha [..... .....] O Juiz do Povo de Lisboa assistido de quatro deputados dos misteres foi rogar a M. de Saint Romain que se não opposesse à satisfação e regozijo que o Reino se promettia da paz, ajuntando o dito Juiz do Povo que se elle continuasse a tramar intrigas para procrastinar a paz, a sua pessoa se não acharia segura, não da parte do Governo, que sabia o que era devido ao direito das gentes, mas da parte do povo que perdia muitas vezes o respeito àquelles que se oppunhão aos seus interesses e mesmo às suas paixões. Aproveitou o mesmo Juiz do Povo esta ocasião para fazer a M. de Saint Romain curiosissimas observações acerca da conducta que a França tinha tido para com Portugal no Tratado dos Pyrineos [..... .....] Em 11 de Fevereiro escreveo o Príncipe a Luís XIV, dizendo-lhe que quando estava para nomear um Embaixador Extraordinario para assistir às conferencias para a paz, se recebera uma carta

27 V. de Santarém — *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal,* Paris, 1844, Tomo Quarto, Parte II, págs. 235 e seguintes.

do Marquez del Carpio, dizendo que tinha em seu poder despachos d'El-Rei de Castella para a celebração da paz com Portugal, e expor todas as circunstancias d'este caso, concluindo que Duarte Ribeiro lhe referira tudo, pedindo-lhe que lhe desse inteiro credito. Foi pois o principal ponto da missão de Duarte Ribeiro o justificar os motivos que tivera o Principe Regente para ajustar a paz com Castella sem ser d'acordo com a França, e portanto em oposição às estipulações do Tratado da Liga, celebrado no anno antecedente.»

Tudo isto quer dizer que D. Afonso VI e o Conde de Castelo Melhor pretendiam continuar a guerra, para obter melhores condições de paz, mas o Infante Regente resolveu adoptar uma política oposta. D. Pedro começou por isso a dar menos acolhimento ao embaixador francês, Abade de Saint Romain, mais tarde Barão e Marquês de Saint Romain, ao mesmo tempo que se desenvolviam os esforços dos embaixadores ingleses: Sir Robert Southvvell, em Lisboa, e o Conde de Sandvvich, em Madrid.

A todos estes factores a favor da paz, juntava-se ainda a ânsia de liberdade, por parte dum poderoso fidalgo espanhol, o Marquês de Eliche, «herdeiro de dois validos e cinco vezes grande de Espanha», que ficara nosso prisioneiro na Batalha do Canal, ou do Ameixial [28].

Assim, foi possível chegar-se a um acordo, e o tratado de paz foi realmente assinado em Lisboa, no dia 13 de Fevereiro de 1668, pelo mesmo Marquês de Liche, pelo Duque de Cadaval, Marqueses de Nisa, Marialva e Gouveia, Conde de Miranda, pelo Secretário de Estado Pedro Vieira da Silva e ainda pelo Conde de Sandvvich, como mediador [29].

Ocorre perguntar: se D. Maria Francisca, o Abade de S. Romain, Verjus e outras personagens vieram de França para Portugal, a fim de zelar pelos interesses do seu país natal, como se comportou a Rainha perante esta negociação de paz, entre Portugal e Espanha, que era manifestamente desfavorável à França?

---

28 Ericeira — *Ob. cit.*, Vol. IV, págs. 143 e 528.

29 António Caetano de Sousa — *Hist. Geneal. da Casa Real*, Lisboa, 1740, Tomo VII, pág. 466.

Diz a *Anti-Catastrophe* que «a Rainha foi esposa *impúdica* e *adúltera*» [30]. Não aceitando o 2.º adjectivo, concordamos com o 1.º, e por isso supomos que D. Maria Francisca se desquitou de compromissos assumidos, para se conformar com a política do seu segundo marido. Por isso, ela escrevia longas cartas a Luís XIV e por isso S. Romain «se queixava da Rainha, dizendo que ela só cuidava dos interesses de Portugal e desprezava os da França» [31].

De toda a forma, Luís XIV, de acentuada educação política, não se mostrou muito contrariado, como muito bem observa Damião Peres: «A atitude de Portugal durante os últimos anos da Guerra da Restauração grangeara para o nosso País uma excelente situação na política internacional; e o monarca francês, a braços com sérias dificuldades entendeu ser preferível manter amistosas relações com Portugal [32].

Alguns historiadores insurgem-se contra este tratado de paz, pelas condições pouco honrossas com que o assinámos [33]. Na verdade, não se pode dizer que a paz não correspondesse aos desejos da nação; mas Portugal, como país vitorioso de tantas batalhas travadas, não devia ser colocado em pé de igualdade com o país vencido, e ainda por cima condenado a perder a praça de Ceuta, que tantos sacrifícios nos custara, durante dois séculos e meio. Sobejavam razões para perguntar se Portugal devia ser tão generoso. Façamos uma reconstituição cronológica dos acontecimentos.

Em 1663 e 65, Portugal obteve as vitórias, consideradas decisivas, do Ameixial e de Montes Claros, sobretudo a segunda.

Em 20 de Novembro de 67, obtivemos igualmente a vitória de Monterrei, e entrámos no Inverno de 67-68, quando se retomou a discussão sobre as negociações de paz entre Portugal e a Espanha.

Cumpre ainda lembrar que naquela mesma época se reacendera a guerra entre a Espanha e a França. Assim, em Junho de 67, já os

---

30 Camillo Aureliano da Silva e Sousa — *A Anti-Catastrophe*, Porto, 1845, pág. IX.

31 Visconde de Santarém — *Quadro Elementar*, Paris, 1844, Tomo Quarto, Parte II, págs. 325 e seguintes.

32 Damião Peres — *Hist. de Portugal*, ed. de Barcelos, 1934, Vol. VI, pág. 120.

33 Manuel Pinheiro Chagas — *Hist. de Portugal*, Lisboa, 1902, Vol. 6.º, págs. 72 e seguintes.

franceses tinham batido os espanhóis na Flandres, arrebatando-lhes Lile e outras praças. Era fácil de prever que, tanto o Rei Sol, como o Marechal de Turenne e o Príncipe de Condé, haviam de querer ir mais longe, como foram, conquistando e ocupando o Franco-Condado, precisamente naquele mesmo mês de Fevereiro de 68, em que Portugal assinou o seu pouco honroso tratado de paz [34] e [35].

Ora, se em 1580 a Espanha abusara da nossa dor e da nossa miséria, causadas pela derrota de Alcácer Quibir, não era exorbitância nenhuma que nós, em 1668, como nação vencedora, quiséssemos e exigíssemos que nos fosse entregue tudo quanto era nosso, e portanto a cidade de Ceuta, que nos pertencia havia 253 anos, e que ainda hoje usa no seu brasão as armas de Portugal.

Este tratado de paz foi a primeira obra infeliz do cobiçoso D. Pedro II, mas outras haviam de suceder: Guerra da Sucessão, prisão perpétua do pobre Afonso VI, tratado de Metuem, expulsão dos cristãos novos, etc.

Regressemos ao assunto essencial.

## F) *DOCUMENTOS ACERCA DO COMBATE DE MONTERREI*

Pelas razões acima apontadas, também o obelisco erguido na Praça dos Restauradores, da cidade de Lisboa, não mostra qualquer alusão ao combate de Monterrei.

O testemunho mais interessante, ainda que modesto, que nós conhecemos, relativo ao Combate de Monterrei, é aquele que se encontra na Sala das Batalhas, do palácio dos Marqueses de Fronteira, em Benfica, arredores de Lisboa, o qual foi descrito pelo Dr. José Cassiano Neves [36].

Ali se encontram representadas as oito principais acções militares durante a Guerra da Restauração, em outros tantos painéis de azulejos,

---

34 Pedro Aguado Bleye — *Manual de Hist. de España,* 1959, Tomo II, páginas 825 e seguintes.

35 A. Malet & J. Isaac — *XVII^e et XVIII^e Siècles,* págs. 242 e seguintes.

36 J. Cassiano Neves — *Jardins e Palácio dos Marqueses de Fronteira,* Lisboa, 1954, págs. 31 e seguintes e estampa 12.

que prendem a nossa curiosidade e a nossa admiração, pelo vigor da acção combatente, pela situação das localidades, pela disposição das tropas e até pela inclusão dalguns comandantes militares.

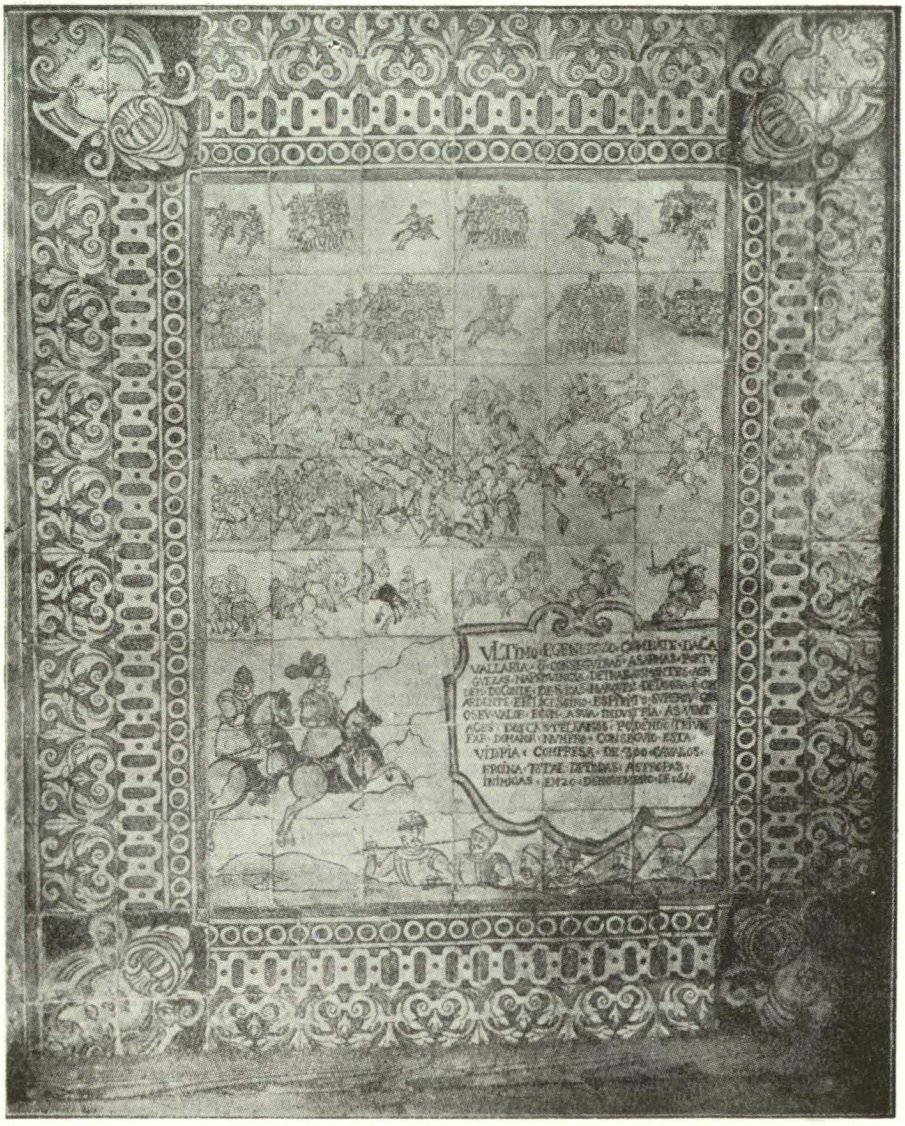
Estes painéis teem dimensões variáveis, mas aquele que mais nos interessa, que retrata o combate de Monterrei, além fronteira de Chaves, mede 1,10 m. de altura e 0,75 m. de largura, com uma cercadura de 0,23 m. de largo. Cada um dos painéis contém uma legenda explicativa da respectiva batalha, mas há uma certa contradição entre as legendas respeitantes às batalhas de Montes Claros e Monterrei.

Assim, a primeira termina por estas palavras: «... com perda de 3 000 cavalos e seis mil infantes entre mortos e prizioneiros e preza de toda a sua artelharia *ultimo e memoravel combate entre as duas coroas*», o que está em contradição com as seguintes palavras da segunda: «*Ultimo e generozo combate* da Cavallaria q. conseguirão as armas portuguezas ...»

Dando-se a batalha de Montes Claros em 17 de Junho de 65 e a de Monterrei em 20 de Novembro de 67, não resta dúvida que o combate de Monterrei foi a última operação militar da Restauração, visto que o tratado de paz foi assinado em 13 de Fevereiro de 68.

O painel de Monterrei mostra-nos, em cima, os infantes e os cavaleiros espanhóis, longe de qualquer fortificação, marchando no campo razo do Vale de Laça; na parte média, nota-se a nossa cavalaria carregando sobre a cavalaria inimiga, já dividida, com alguns cavalos já sem cavaleiros; ao fundo, destacam-se dois cavaleiros, comandantes das hostes portuguesas. O da direita representa certamente o comandante-chefe do combate, Luís Álvares de Távora, 3.º Conde de S. João da Pesqueira, General Comandante das Armas de Trás-os-Montes. Vinha da antiga e nobre família dos Távoras e arrumara a Trás-os-Montes, onde era o General Comandante das Armas da Província, Senhor de Miranda e Mogadouro, mais tarde 1.º Marquês de Távora.

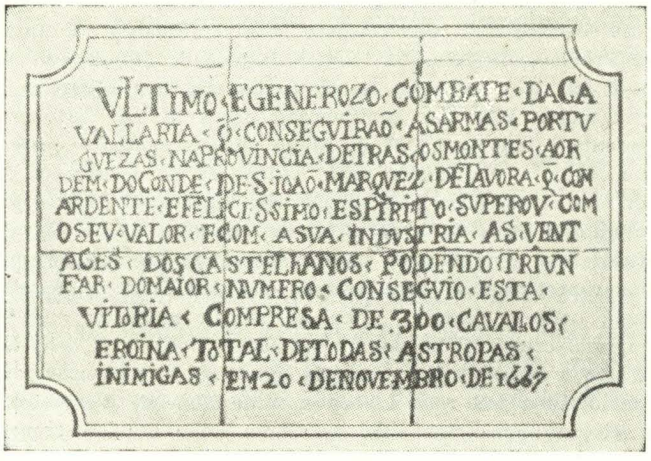
Tomou parte no cerco de Badajoz e na Batalha das Linhas de Elvas. Operou depois na fronteira do Minho, como General de Cavalaria, e depois, a partir de 63, como Governador Militar de Trás-os-Montes, onde gozava de grande popularidade, estabelecendo o seu quartel general na vila de Chaves. Nesta qualidade, tomou parte em várias campanhas, aquém e além da nossa fronteira sententrional,



Painel relativo ao combate de Monterrei,
no palácio dos Marqueses de Fronteira

sendo a mais importante a que se feriu no Vale de Laça, perto de Monterrei e da actual vila de Verin.

O outro cavaleiro, que se encontra ao fundo do mesmo painel, deve ser um dos dois sub-chefes, que comandaram a cavalaria portuguesa: o General Pedro César de Menezes ou o Tenente-General, D. Miguel da Silveira, cunhado do Conde de S. João.




Legenda incorporada no painel de Monterrei

Resta dizer que este Conde de S. João e Marquês de Távora foi o confidente mais certo e mais leal de D. Pedro II; isto não impediu que o mesmo rei o desterrasse para longe da corte... porque a Marquesa de Távora cometera uma pequena indelicadeza para com uma aia da pequena Infanta D. Isabel Josefa! ... [37] A humildade cristã pairava pouco naquela corte de rei *Pacífico*. Diga-se ainda que este mesmo Conde de S. João foi ascendente de ambos os 3.os Marqueses de Távora (marido e mulher), condenados à morte no tempo de El-Rei D. José,

[37] *Nobreza de Portugal,* Lisboa, 1961, Vol. III, págs. 424 e 425.

por suspeitas de cumplicidade na tentativa de regicídio, de 3 de Setembro de 1758 [38].

Em referência ao mesmo combate de Monterrei, vimos na Torre do Tombo uma carta régia, que abona a relativa importância da mesma operação militar [39]:

> Dom Pedro, por graça de Deos, Principe de Portugal e dos Algarves & como Regente e Governador dos ditos Reynos e Senhorios faço saber aos que esta minha Carta de Padrão virem que tendo respeito a os serviços que João Cardoso Pizarro, Fidalgo da minha Caza obrou na Provincia de Tras os Montes despois de despachado pelos primeiros no Posto de Comissario Geral da Cavallaria por espaço de tres annos hum mez e sete dias continuados, desde 21 de Abril de seis centos e cessenta e cinco athé 27 de Mayo de seis centos e cessenta e oito em que se fez a reformação geral achandose no decurso do tempo referido em muitas estradas e assolação dos lugares de Galiza particularmente de muitas vilas em que o Inimigo alojava a sua Cavallaria junto a Monte Rey e na derrota da Cavallaria do Inimigo de que se lhe aprizionaram trezentos cavallos indo elle por Cabo de aquella facção pela parte onde a segunda linha aprizionou mais de oitenta, procedendo em tudo com grande valor e resolução, houve por bem fazer-lhe mercê de que a promeça de Comenda que tem de trezentos mil reis seja de quatrocentos mil reis. Lisboa a vinte hum de Fevereiro de seiscentos e setenta annos. Sebastião da Gama Lobo a fes escrever. O Principe.

Esta carta do Príncipe Regente sugere-nos várias observações, que passamos a expor.

1.ª — Alude esta carta às numerosas escaramuças, que então se travavam nas terras fronteiriças, mas refere-se particularmente àquele combate de Monterrei, em que se aprisionaram, além de muitos homens, trezentos cavalos ao inimigo (Ericeira fixa precisamente em 327 o número de montadas aprisionadas).

2.ª — Entre a data do mesmo combate e a data da carta régia, decorreu um prazo de dois anos e três meses, o que nos confirma ser

---

38 Veja-se a última Árvore de Gerações, no trabalho do autor *Casa e Ducado de Aveiro e sua representação actual*, Lisboa, 1971.

39 No Torre do Tombo — *Chancelaria de D. Afonso Sexto*, Livro 29, folha 106 v.

tão grande o tumultuar das paixões políticas, com ódios, intrigas e vinganças, que ficava relegada para plano secundário a apreciação dos serviços, prestados pelos nossos valorosos cabos de guerra.

3.ª — O contemplado por esta carta régia foi o Comissário da Cavalaria, João Cardoso Pizarro. *Comissário* não queria significar o oficial que tinha a missão ou comissão na remonta ou aquisição de gado cavalar para o exército, como se poderia ser levado a crer pelo actual significado do termo *comissário*. Não, *Comissário* era o oficial geral de todos os regimentos de cavalaria, responsável pelo cumprimento dos seus oficiais e pelo valor dos mesmos regimentos [40]. Era pois um oficial superior da arma de cavalaria.

4.ª — Este mesmo Comissário, João Cardoso Pizarro, era descendente dos gloriosos Pizarros, de Espanha. Era neto da espanhola D. Brites Pizarro de Vargas e do português Capitão António Cardoso Machado, mas, nascido na Baía de Todos os Santos, em terras portuguesas do Brasil, veio para Lisboa com 14 anos e quis amar e defender Portugal contra a Espanha [41]. Era afinal contemporâneo de D. Luísa de Gusmão, nascida e criada na Andaluzia, tornada portuguesa pelo seu casamento, que a elevou a 8.ª Duquesa de Bragança e a Rainha de Portugal.

Outro dado curioso da vida deste João Cardoso Pizarro consiste em saber que ele fez parte da comitiva que acompanhou o infeliz D. Afonso VI, já destronado, ao seu cativeiro de Angra, na Ilha Terceira. É o que nos conta Francisco Ferreira Drummond [42]:

> «No dia seguinte (18-6-1669) lançou a Capitania ferro, em cujo tempo sahio do posto batal; e por hora se não disse mais do que era armada que sahira a correr a costa; e a pouco tempo desembarcou nas terras o doutor Antonio Velez Caldeira, secretario da embaixada, e juntamente o Comissario Geral da Cavallaria, João Cardoso Pizarro. Este, logo que sahio a terra, caminhou ao Castello, com aviso do Marquez das Minas, ao Governador, Sebastião Correia de Lorvella.

---

40 D. Rafael Bluteau — *Diccionario da Lingua Portugueza,* Lisboa, 1789, pág. 292.

41 Para mais detalhes, pode-se consultar a obra do autor *Dos Pizarros de Espanha aos de Portugal e Brasil,* Lisboa, 1970, págs. 135 e seguintes.

42 F. F. Drummond — *Annaes da Ilha Terceira,* Novembro de 1918, pág. 188.

Ficou na Alfandega, com o Governador da Fazenda, Agostinho Borges, o desembargador secretario, e como em semelhantes casos, mais se inclina a diligencia dos curiosos, solicitos todos, attendendo ao fim da novidade, a breve espaço se veio a divulgar em como naquella armada estava embarcada a pessoa de el-rei D. Afonso VI, que vinha aposentar-se na ilha.»

Não admira que João Cardoso Pizarro fosse chamado para desempenhar a ingrata missão de acompanhar o rei deposto ao seu cativeiro. Com efeito, nós sabemos que o Conde de S. João era agora o principal confidente e homem de confiança do Príncipe Regente. Por outro lado, devemos lembrar que o Conde e Pizarro viveram ambos em Chaves, sendo o primeiro comandante do segundo, e por isso era natural que, daquele convívio, resultassem mútuas estima e confiança.

## G) *IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO COMBATE DE MONTERREI*

Conquanto este combate não haja sido uma operação militar de grande envergadura, há contudo razões para lhe concedermos uma certa importância política, como vamos ver. Já dissemos que a Batalha do Ameixial, e sobretudo a Batalha de Montes Claros constituíram vexames para Filipe IV e para os principais comandantes militares espanhóis, como D. João de Áustria e o Marquês de Caracena.

O Marquês de Castelo Melhor, ardente patriota, de grande espírito esclarecido e vontade ousada, foi o grande organizador daquelas vitórias. Bravo combatente dos primeiros anos da guerra, ele já não pretendia apenas fazer cessar as hostilidades, em condições mais ou menos satisfatórias. Agora, depois de Montes Claros, escudado no valor das nossas tropas e das tropas aliadas, e possuindo, como bom político, o sentido das oportunidades, ele encarava a hipótese de tentar alargar o nosso território, estendendo-o até ao Mar Cantábrico.

Não sabemos se ele terá algum dia exteriorizado abertamente este propósito, mas há razões para crermos que aquele desejo povoou o seu espírito. Era aliás uma aspiração de muitos portugueses de tempos idos, como El-Rei D. Fernando, o qual, durante a sua primeira guerra com Castela, ocupou Tui, Orense, Corunha e outras terras da Galiza.

Na verdade, havia razões históricas para aproximar os habitantes de todas as regiões ao Norte do rio Douro: a unidade étnica da raça; a divisão, em Conventos Jurídicos, da antiga *Gallaecia,* dos romanos; o *Reino dos Suevos,* do tempo dos bárbaros; o *Reino da Galicia* dos primeiros tempos da Reconquista; a semelhança de idiomas, de usos, costumes e práticas religiosas, tudo aproximava os minhotos e transmontanos dos galegos, que habitavam o extremo Noroeste da Península. Este desejo parece ter animado o Conde de Castelo Melhor, após a derrota do exército espanhol, comandado em Montes Claros pelo Marquês de Caracena. Pelo menos é o que transparece da descrição dos historiadores, a começar pelo coevo e interveniente Conde da Ericeira [43].

Segundo este autor, que viveu os acontecimentos da época, El-Rei D. Afonso VI, logo após a vitória de Montes Claros, ordenou ao Conde de Schomberg e aos comandantes militares das diversas províncias que operassem uma forte concentração de tropas na fronteira do Minho, conforme já dissemos atrás. Ali foram chegando: mil e quatrocentos infantes e quinhentos cavalos, que Pedro Jaques de Magalhães conduzira, desde a fronteira da Beira, após o triunfo de Castelo Rodrigo; dois terços de infantaria, saídos do Porto, sob o comando do Conde de Miranda [44]; as tropas da Estremadura, sob o comando do 2.º Conde da Torre, mais tarde Marquês de Fronteira, ínclito varão, a que já aludimos, porque foi ele que aumentou e opulentou os Jardins e Palácio de Fronteira; e finalmente três mil infantes e oitocentos cavalos que o Conde de S. João transportou da fronteira de Trás-os-Montes.

---

43 Ericeira — *Ob. cit.*, Vol. IV, págs. 316 e seguintes.

44 Este 3.º Conde de Miranda do Corvo, Henrique de Sousa Tavares, mais tarde 1.º Marquês de Arronches, foi homem notável, insuficientemente lembrado na nossa História. Tendo ainda 14 anos, vivia com seu pai, em Madrid, em 1640. Teve de vencer grandes dificuldades para sair de Espanha, depois do que teve de lutar com corsários, naufragou e chegou finalmente a Portugal. Começou a lutar no Alentejo, em 1645, e prestou à nação, na guerra, no governo civil e militar do Porto e na diplomacia relevantes serviços. Como embaixador na Holanda, assinou, em 1661, um Tratado de Paz, pelo qual nos eram restituídos, íntegros, o Brasil e Angola.

É evidente que não se operava, naquele Outono de 65, uma tal concentração de tropas, para se realizarem apenas escaramuças de fronteira. Não, corria-se o risco de desguarnecer a fronteira oriental, para efectuar provàvelmente uma operação de maior envergadura, na fronteira setentrional, que nos pudesse trazer vantagens duradouras.

Tal operação iniciou-se em 28 de Outubro, como já relatámos atrás, não tendo surtido o efeito desejado, por efeito de desinteligências nos comandos, nada mais se alcançando do que a tomada e ocupação de La Guardia. Todavia, é bom acrescentar que a ocupação da vila fortificada de La Guardia produziu o melhor efeito em França e vivo contentamento no Marechal de Turenne, nosso amigo. Com efeito, muitos franceses desejavam também que Portugal estendesse o seu domínio às rias da Galiza, não sòmente para facilitar as comunicações entre a França e Portugal, mas também para aumentar as dificuldades militares da Espanha [45] [46] [47].

Devemos ainda lembrar que, desde o Outono de 65 até ao Outono de 67, em que se operou o combate de Monterrei, foi sobretudo na fronteira do Norte que as nossas tropas desenvolveram maior esforço. Isto leva-nos a crer que a ocupação da Galiza era realmente o pensamento dominante de Castelo Melhor.

Assim, foi neste tempo que D. Jerónimo de Quinhones, atravessando a fronteira veio atacar a nossa povoação de Pitões, sendo repelido pelo povo barrosão, como atrás dissemos. Foi pouco depois que os nossos capitães de cavalos Duarte Teixeira e João Cardoso Pizarro fizeram uma incursão pelo lado de Vinhais, com devastação de Vila Velha e outras povoações galegas [48]. Foi em Julho de 66 que uma incur-

---

[45] *Relatorio* do diplomata Francisco Ferreira Rebelo, in *Revista de Historia*, 1921, 10.º Vol., págs. 115 e seguintes.

[46] Edgar Prestage — *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, trad. de A. Ferraz de Carvalho, Coimbra, 1928, pág. 105.

[47] C. A. da Silva e Sousa — *A Anti-Catastrophe*, Porto, 1845, págs. 348 e seguintes.

[48] Ericeira — *Hist. de Port. Rest.*, Vol. IV, págs. 325. Este autor merece mais crédito quando expõe operações militares do que quando narra acontecimentos políticos. Leia-se a este respeito Gastão de Melo de Matos — *Sobre o valor historico do «Portugal Restaurado»*, in *História*, Vol. I, série *a*, págs. 67 e 68.

são de tropas galegas atacou as nossas povoações de Santo Estevam e Faiões, do Vale de Chaves; arrasando, destruindo e queimando, não ficou por ali o inimigo; como a pequena guarnição do castelinho de Santo Estevam opusesse tenaz resistência, os espanhóis, uma vez vencedores, mataram, um a um, todos os sobreviventes soldados da guarnição [49].

Foi justamente neste ano de 66 que o Conde de S. João, governador militar de Trás-os-Montes, se ausentou da mesma província, para advogar em Lisboa a causa do Infante D. Pedro, fazendo causa comum com o Conde da Ericeira, o Conde de Soure, o Marquês de Marialva e outros chefes militares e políticos, que não queriam suportar o feitio autoritário e disciplinador dos ministros Castelo Melhor e Sousa de Macedo, como dissemos atrás.

Em 16 de Setembro do ano seguinte, 67, mercê de forte oposição e da fraqueza do rei e ainda para obstar a uma guerra civil, Castelo Melhor demitia-se, mas era fácil de prever que, vencido o ministro, vencido ficava o rei.

Então, o Conde de S. João, por estas razões e porque se continuava a lutar, com sucessos variáveis, na fronteira setentrional, regressou a Trás-os-Montes, onde, depois de várias escaramuças, aqui e além, preparou o combate de Monterrei, que veio a ferir-se em 20 de Novembro, nas condições já expostas. Também já dissemos que dois dias depois, em 22 de Novembro, D. Afonso VI renunciava à coroa.

Estes são os acontecimentos, narrados pela História. Pode agora perguntar-se: uma vez que D. Afonso VI e o Conde de Castelo Melhor tinham preparado e ordenado uma ofensiva geral contra a Galiza, e não obstante a tentativa fracassada de 65, o Combate de Monterrei não quereria significar o propósito duma nova ofensiva, a qual, alargando-se e ampliando-se com o auxílio francês, poderia conduzir à ocupação total ou parcial do Noroeste de Espanha?

---

[49] Ericeira — *Hist. de Port. Rest.*, Vol. IV, págs. 363.

Nós pensamos que uma certa má vontade, que ainda hoje, por vezes, se nota entre as populações de aquém e além fronteira, provém tradicionalmente destes excessos, cometidos por uns e por outros, durante a Guerra da Restauração.

Sucedeu porém que, pela mesma ocasião, eram apeados Afonso VI, Castelo Melhor e Sousa de Macedo, e o novo Regente, como já vimos, entrara num campo de fraquezas e transigências, perante nacionais e estrangeiros, de que resultou a paz de 13 de Fevereiro de 1668, bem pouco honrosa, pelas cláusulas que continha.

Este sonho ou ambição do Conde de Castelo Melhor não é mencionado geralmente pelos nossos historiadores, mas ele está bem patente nos relatórios dos nossos diplomatas, já mencionados. Por outro lado, a ele se refere, bem concretamente Pinheiro Chagas, quando diz [50]:

> «As vitórias dos últimos anos não nos davam direito a obtermos simplesmente da Espanha o reconhecimento da nossa independência. O Conde de Castelo Melhor alimentava mais ambiciosos pensamentos. Devemos avaliar os homens pelas ideias do seu tempo, e não pelas ideias do nosso. O tempo, em que o Conde de Castelo Melhor vivia, era aquele em que a ampliação do território se julgava que devia ser a suprema aspiração dum país, e enfim essas ideias não são por tal forma obsoletas que não tenhamos assistido a lutas sangrentas, que teem por causa única princípio fatal.
>
> O Conde de Castelo Melhor alimentava o ambicioso pensamento de ampliar com a Galiza o território português, e nesse tempo, quando ainda não estavam profundamente caracterizadas, com raras excepções, as diversas nacionalidades, nada seria mais fácil do que fundir na unidade portuguesa essa província limítrofe, cuja língua se irmanara outrora completamente com a nossa. Ficaria assim menos desproporcionada a divisão do território peninsular [.....] O Conde de Castelo Melhor desejava pois fortificar Portugal com a Galiza, e fôra esse o principal motivo que o fizera aderir à liga ofensiva e defensiva que a França lhe propusera. Só com esse poderoso aliado conseguiria satisfazer a sua ambição.»

É por todas estas razões que nós atribuímos ao combate de Monterrei uma importância, que poucos autores lhe reconhecem; além da sua realidade militar, ele abrange também um transcendente significado político, que anda esquecido na prosa das narrativas, mas aqui quisemos salientar.

---

50 M. Pinheiro Chagas — *História de Portugal,* Lisboa, 1902, Sexto Vol., págs. 74 e 75.

*RESUMO*

O combate de Monterrei, com vitória para os portugueses, teve lugar em 20 de Novembro de 1667, além fronteira de Chaves, e foi a última acção militar, de certa envergadura da Guerra da Restauração.

Este combate, que anda bastante esquecido dos historiadores, não revestiu apenas um aspecto militar. Teve também um significado de mais vasto alcance, porque o Conde de Castelo Melhor, secretário de Estado, após as vitórias de Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros, pretendeu fazer a ocupação militar da Galiza.

Com tal fim, D. Afonso VI e o Conde de Castelo Melhor concertaram um novo entendimento com a França.

A operação de Monterrei foi a segunda tentativa para realizar aquela ocupação, mas tudo resultou baldado, não obstante a vitória de Monterrei, porque entretanto era destronado D. Afonso VI e o Príncipe Regente D. Pedro, para se tornar popular, aceitou um tratado de paz, aliás pouco honroso.

*RÉSUMÉ*

Le combat de Monterrei, dont les portugais remporterent la victoire, eut lieu le 20 Novembre 1667, au delà de la frontière de Chaves, et fut le dernier evénement militaire remarquable de la Guerre de la Restauration.

Ce combat qui bien oublié par les historiens, en outre d'un aspect militaire, il eut aussi une signification plus importante, car le Comte de Castelo Melhor, sécrétaire de l'Etat, après les victoires d'Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros, a prétendu faire l'occupation militaire de la Galize.

Dans ce but, D. Afonso VI et le comte de Castelo Melhor eurent une nouvelle entente avec la France.

L'opération de Monterrei fut la seconde tentative pour réaliser l'occupation, mais tout a échoué, malgré la victoire de Monterrei, car entre-temps le roi Afonso VI laissa de régner et le Prince Régent D. Pedro, pour devenir populaire, accepta une convention de paíx, malgré peu honorable.

# QUELQUES CARATÈRES DE L'INDUSTRIE DE L'AMAS COQUILLIER MÉSOLITHIQUE DE MOITA DO SEBASTIÃO (MUGE)

*par l'abbé Jean ROCHE* *

L'industrie de l'amas coquillier mésolithique de Moita do Sebastião (Muge) comprend un petit outillage en silex, relativement abondant, des outils en os et des galets de quartzite aménagés. C'est l'analiyse des deux premières séries qui permet de dégager les traits caractéristiques de cette industrie car la technique utilisée pour tailler les galets de quartzite était déjà employée au Paléolithique et devait se perpétrer par la suite sans évolution notable jusqu'à une époque récente (par exemple( pour fabriquer des poids de filets).

## A — PETIT OUTILLAGE EN SILEX

Le petit outillage en silex, qui compte 5.000 pièces ou éclats de taille, présente à la fois des caractères négatifs et des caractères positifs.

En premier lieu, ou peut observer deux caractères négatifs:

1 — *Absence de pointes tardenoisiennes.* Les pointes tardenoisiennes se recontrent de façon constante, en proportions variables,

* Comunicação apresentada em 29-11-1972 na Sessão inaugural do ano de 1972-1973 da Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

dans les divers faciès du tardenoisien français (Tardenoisien typique de l'Ile de France, Tardenoisien d'Aquitaine ou du Bas-Rhône). Elles sont rares dans le Mésolithique côtier breton et absentes dans les cultures méditérranéennes ou du Levante espagnol. Présence ou absence qui permettent de distinguer deux faciès du Mésolithique du Sud-Ouest européen.

2 — *Absence de segments de cercle.* Cette absence parait caractéristique d'une phase ancienne du Mésolithique ibérique. En effet, elle s'observe également dans le niveau inférieur de la grotte de la Cocina [1]. Par la suite, dès que les industries évoluent les segments de cercle apparaissent d'abord en faible proportion (Cabeço da Amoreira I: 0,94%. Cocina II: 1,14%) puis progressent ensuite selon des modalités différentes (Cabeço da Amoreira III: 4,39%. Cocina III: 20,51%) [2].

En second lieu, ou peut noter comme caractères positifs:

1 — *Abondance des outils communs (56%) répartis très inégalement suivant les groupes.*

Certains groupes qui ont joué un rôle important durant le Paléolithique moyen ou supérieur sont maintenant mal représentés: grattoirs, perçoirs, encoches en bout, racloirs, burins.

Les denticulés latéraux et pièces à retouches continues se recontrent selon des pourcentages analogues (12 et 15%) et dans les deux cas les proportions relatives des lames et des lamelles par rapport aux éclats sont voisines (72 et 65%).

Chacun de ces deux groupes est caractérisé par la prédominance d'un type de retouche. Ainsi 80% das pièces à retouches continues portent des enlèvements très fins, parfois uniquement perceptibles à la loupe, le plus souvent semi-abrupts, quelques fois presques abrupts.

---

[1] FORTEA PEREZ (J.). La cueva de la Cocina. Ensayo de cronología del Epipaleolitico (Facies Geométricas). *Servicio de Investigacion Prehistorica, Diputacion Provincial de Valência, num. 40, Valencia. 1971.*

[2] ROCHE (J.). L'industrie de l'amas coquillier mésolithique de Cabeço da Amoreira. Muge (Portugal). *C. R. Actes du VIIème Congrès Intern. des Sc. Préhist. et Protohist., Prague, 1966 (1970), vol. I, pp. 368-373.*

Les denticulés latéraux portent des enlèvements beaucoup moins réguliers, plus allongés, souvent semi-abrupts, parfois plats et écailleux.

Ces types de retouches correspondraient à des modes différents d'utilisation des lames et des lamelles brutes. Ainsi M. Parent a observé que quelques passages obliques du tranchant d'une lame ou d'une lamelle sur du bois dur provoquent de fines retouches régulières sur l'une ou l'autre face suivant l'inclinaison donnée à la pièce [3].Un tranchant et provoque des retouches du type de Fère. Un reclage plus appuyé sur une baguette de noisetier durcie au feu ou sur de petits fragments osseux permet d'obtenir les enlèvements qu l'on observe sur les denticulés latéraux.

Enfin, certains types d'outils directement liés à la fabrication des microlithes se rencontrent en proportions variables: lames et lamelles tronquées (5,6%), lames et lamelles à encoches semi-circulaires (14,6%).

Ces proportions ne deviennent significatives que si l'on y joint celle des microburins (12,7%). Ils n'ont pas à être décomptés dans les outils car ce sont des déchets mais qui sont le produit de la confection des pièces géométriques.

Le pourcentage global (tronqués + encoches semi-circulaires + microburins) est de 33%. Il est légèrement supérieur à celui des microlithes géométriques (29%). Les proportions des pièces à encoches semi-circulaires et des microburins sont voisines alors que celle des tronqués est bien plus faible. Cette disparité peut s'expliquer si l'ont pense que les encoches semi-circulaires ont été talllées pour permettre la section d'une lame ou d'une lamelle en un point choisi en utilisant la technique de section oblique sur enclume qui provoque la fabrication des microburins comme déchets. Par contre, la troncature d'une lame ou d'une lamelle parait avoir été employée pour éliminer l'extrémité proximale de la pièce.

Les lamelles à bord abattu sont rares (1,30%) mais leur présence, même discrète, peut fournir une indication intéressante sur l'origine de cette culture des *concheiros*. M. Escalon de Fonton a noté que

---

[3] PARENT (R.) Le gisement tardenoisien de l'Allée Tortue à Fère-en-Tardenois (Aisne). *Bull. de la Soc. préhist. fr., Etudes et Travaux, 1967, pp. 187-207.*

l'un des critères que permet de différencier entre eux les divers groupes du Mésolithique français est la présence ou l'absence le lamelles à bord abatu associées à des microlithes géométriques [4]. Les groupes où constate cette association (Tardenoisien classique du Tardenois, Tardenoisien d'Aquitaine, tardenoisien rhodanien) sont issus du Magdalénien à travers la succession Azilien-Sauveterrien. Dans la mesure où il est possible de transposer cette observation à la Péninsule ibérique, elle pourrait se vérifier à Moita do Sebastião. Nous savons, en effet, que la province d'Estremadura a connu une occupation magdalénienne à la grotte de Casa da Moura et, peut-être à la grotte de Furninha, dans des gisements qui ne sont distants que d'une cinquantaine de kilomètres au Nord-Ouest de Muge [5]. L'héritage magdalénien a fort bien pu se maintenir localement par le canal de cultures épipaléolithiques qui ne sont pas encore connues.

Les *triangles* sont des pièces de petites dimensions et de facture médiocre. Ils sont rares (0,75%). A la différence de Cabeço da Amoreira où l'on peut établir que les triangles sont les produit de l'évolution des trapèzes, ici il est bien difficile de définir un lien de dépendance entre ces deux types.

3 — *Abondance (28,05%) et variété typologique des trapèzes.* Ce sont les pièces caractéristiques du gisement mais leur distribution à l'intérieur des sous-groupes est très variable.

Il n'y a pas de trapèzes à bases décalées (rhomboïdes).

Certains sous-groupes sont mal représentés: trapèzes symétriques à troncatures rectilignes, trapèzes rectangles, trapèzes symétriques à troncatures concaves.

Par contre, trois sous-groupes sont suffisamment nombreux pour caractériser l'industrie du gisement. Ce sont par ordre d'importance croissante:

*a — Les trapèzes asymétriques à grande troncature convexe.* Ils représentent 15% des trapèzes déterminables. Ce type se rencontre dans

---

[4] ESCALON DE FONTON (M.). Tardenoisien et Castelnovien. *Bull. de la Soc. préhist, fr., t. XLIX, 1967, pp. CCXIX-CCXXIII.*

[5] ROCHE (J.). Le Paléolithique supérieur portugais. *Bull. de la Soc. préhist. fr., t. XLI. 1964, pp. 11-27.*

diverses cultures mésolithiques de l'Europe occidentale mais il est toujours suffisament rare pour que le G. E. E. M. n'ait pas jugé utile de l'inclure dans se liste typologique des microlithes géométriques. Par contre, il semble bien que dans la Péninsule ibérique il s'agisse d'une type relativement abondant et dont il faut tenir compte. C'est ainsi que l'on observe environ 10% de ces trapèzes dans la niveau I de la grotte de la Cocina [6].

*b — Les trapèzes asymétriques à grande troncature concave.* Ici, le type Téviec (24,4% des trapèzes déterminables) est tout à fait prédominant par rapport au type Montclus (1%).

*c — Les trapèzes asymétriques à grande troncature rectiligne.* Ils prédominent 53% des trapèzes déterminables).

Le groupe des trapèzes est aussi caractérisé par la *tendance à l'allongement des pièces* qui est très remarquable dans l'industrie des amas coquilliers de Muge. Ainsi, à Moita do Sebastião, elle affecte 50% des trapèzes: 40,6% de trapèzes longs, 8,8% de trapèzes très longs et 0,7% de trapèzes allongés. Cette tendance se développera au cours de l'évolution de la culture des *concheiros,* en particulier dans les niveaux supérieurs de Cabeço da Amoreira.

Cette fréquence des trapèzes à Moita do Sebastião ne nous autorise pas à inclure cette industrie dans le Tardenoisien. On a longtemps considéré que les trapèzes étaient les fossiles-types de ce groupe de cultures: toute industrie mésolithique où ils étaient abondants était qualifiée de «tardenoisienne» et Moita do Sebastião n'y a pas échappé [7].

Or, les fouilles récentes faites dans les gisements classiques du Tardenoisien nous obligent à reviser ce point de vue [8]. Dans le Tardenoisien ancien et moyen les trapèzes sont rares et atypiques, ils deviennent plus frèquents dans le Tardenoisien supérieur mais leur importance s'amenuise au début du Néolithique. Le Tardenoisien ne peut donc pas être considéré comme un ensemble culturel où les trapèzes forment un élément caractéristique de l'industrie.

---

6 FORTEA PEREZ (J.) *op. laud.*

7 MENDES CORREA (A. A.).Novos elementos para a cronologia dos concheiros de Muge. *Anais da Fac. de Ciências do Porto, t. XVIII, 1934, pp. 154-159.*

8 ROZOY (Dr. J.-G.). Tardenoisien et Sauveterrien. *Bull. de la Soc. préhist. fr., t. LXVIII, 1971, Etudes et Travaux, pp. 345-374.*

Le pourcentage élevé de trapèzes, la faible proportion de lamelles à bord abattu, l'absence de pointes du Tardenois, qui sont caractéristiques de l'industrie de Moita do Sebastião, nous interdisent de rattacher la culture des *concheiros* de Muge au cycle tardenoisien et l'apparenterait plutôt à l'Epipaléolithique du littoral méditérranéen.

C'est ainsi que la comparaison avec l'industrie do niveau I da la grotte dela Cocina permet de déceler des équilibres comparables entre les proportions des divers groups typologiques et même des analogies intéressantes à l'intérieur du groupe des trapèzes, ainsi qu'en témoignent les deux tableaux suivants:

| GROUPES | M. do S. | COCINA I |
|---|---|---|
| Grattoirs | 0,75 | 4,44 |
| Tronqués | 5,60 | 7,40 |
| Denticulés + Encoches | 31,00 | 29,62 |
| Burins | 0,50 | 1,48 |
| Lamelles à bord abattu | 1,30 | 2,96 |
| Triangles | 0,75 | 0,74 |
| Trapèzes | 28,05 | 34,81 |
| Microburins | 12,70 | 2,22 |

On peut constater que les proportions entre les différents groupes sont voisines, si l'on excepte les microburins qui sont rares dans le niveau inférieur de la Cocina, alors qu'ils sont très abondants dans le niveau moyen (46,2%) dont l'industrie présente des analogies avec celle du niveau inférieur de Cabeço da Amoreira [8].

| SOUS-GROUPES DES TRAPÈZES | M. do S. | COC. I [9] |
|---|---|---|
| Trapèzes symétriques à troncatures rectilignes | 1,64 | 0 |
| Trapèzes asymétriques à grande troncature rectiligne | 48,02 | 7,89 |
| Trapèzes rectangles | 0,65 | 2,63 |
| Trapèzes à bases décalées | 0 | 0 |
| Trapèzes asymétriques à grande troncature convexe | 13,48 | 10,52 |
| Trapèzes asymétriques à grande troncature concave | 23,02 | 71,05 |
| Trapèzes symétriques à troncatures concaves | 3,61 | 2,63 |
| Trapèzes indéterminables | 9,53 | 5,26 |

Ici, les sous-groupes absents (trapèzes à bases décalées) ou mal représentés (trapèzes symètriques à troncatures rectilignes, trapèzes rectangles, trapèzes symétriques à troncatures concaves) sont les mêmes dans les deux séries.

Les proportions voisines et relativement importantes des trapèzes asymétriques à grande troncature convexe sont particulièrement importantes à noter. Elles démontrent qu'il s'agit d'un sous-type bien caractéristique du Mésolithique ibérique.

Par contre, il existe une très grande disparité entre les proportions respectives des trapèzes asymétriques à grande troncature rectiligne et, à un moindre degré, entre les trapèzes à grande troncature concave.

Ainsi, dans les deux cas, on note des similitudes entre les pourcentages de sous-groupes absents ou mal représentés et des disparités pour deux qui sont abondants, les trapèzes asymétriques à grande troncature convexe étante relativement fréquents dans les deux industries.

Les industries de Moita do Sebastião et de la Cocina I présentent en même temps des similitudes incontestables et des disparités. Ces dernières auront tendance à s'accentuer avec l'évolution postérieure de ces deux faciès du Mésolithique ibérique Cabeço da Amoreira et Cocina II), tendance qui s'explique par des contextes écologiques différents.

Les niveaux inférieurs dela Cocina sont-ils plus anciens ou contemporains de ceux de Moita do Sebastião? Peut-on parler soit d'une souche commune ou d'une influence qui se serait diffusée de l'Est ver l'Ouest? Autant de questions fort importantes qui, pour le moment, restent sans réponse.

## B — OUTILLAGE EN OS

L'outillage en os, très original, se retrouve dans les autres *concheiros* de Muge, en particulier à Cabeço da Arruda [10]. Il n'a pas son

---

[9] Les pourcentages de la Cocina ont été établis en se basant sur les dessins du livre de M. J. FORTEA PEREZ.

[10] ROCHE (J.). Les collections mésolithiques du Musée des Services Géologiques du Portugal. Cabeço da Arruda. Muge. *Comunicações dos Serv. Geol. de Port., t. LI, 1967, pp. 221-242.*

équivalent dans d'autres gisements de la Péninsule ibérique. Par ses techniques de fabrication, par son mode d'emploi, il s'apparente avec celui d'autres cultures épipaléolithiques géographiquement éloignées.

La technique de préparation des bois de Cervidés pour faire des «haches» rappelle celle des Arhensburgiens d'Europe occidentale. De son côté, l'abbé Breuil avait été frappé par les analogies qu'il pouvait constater entre les «haches» de Muge et celles de Lyngby [11].

Il est encore difficile d'expliquer cette similitude dans les techniques de préparation des bois de Cervidés, ou'il s'agisse du Renne pour les populations vivant dans les toundras du Dryas récent ou du Cerf Elaphe pour celles habitant les bords du Tage durant la période atlantique. Dans les deux cas, il semble que ces «haches» ne devaient pas servir à fouiller le sol (l'examen des biseaux des pièces portugaises n'est guère favorable à cette hypothèse) mais plutôt pour décharner des carcasses et détacher des peaux.

Cette technique de l'utilisation de l'os est-elle une survivance de traditions anciennes qui son maintenues dans des contextes géographiques et chronologiques différents ou faut-il y voir un phénomène de diffusion qui s'est opéré durant l'Epipaléolithique parmi des populations de l'Europe occidentale dont les modes de subsistance présentaiente des analogies?

---

[11] BREUIL (abbé H.) et ZBYSZEWSKI (G.). Révision des industries mésolithiques de Muge et de Magos (collections des Services Géologiques do Portugal). *Com. dos Serv. Geol. de Port., t. XXVIII, 1947, pp. 149-196.*

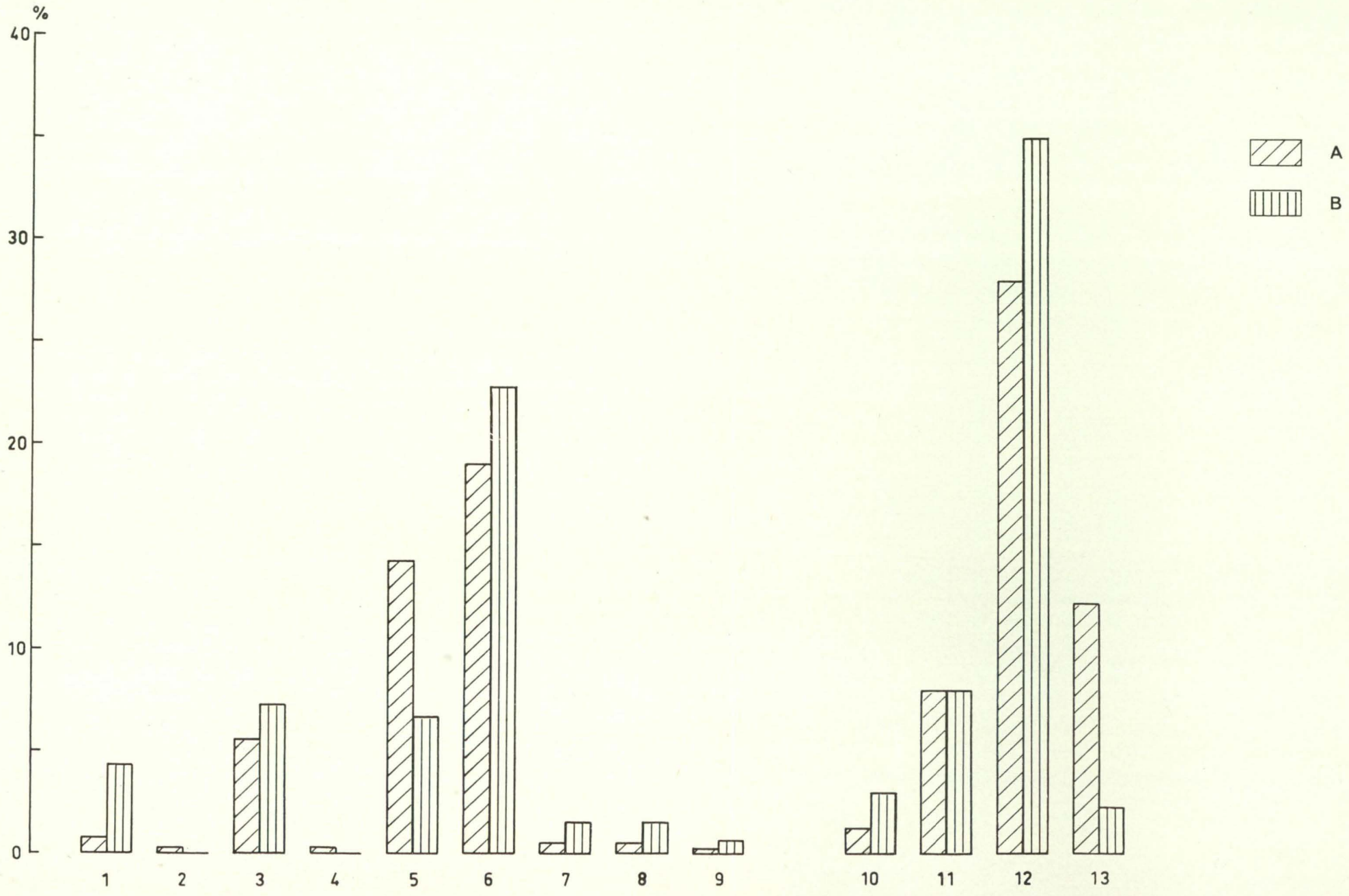



*Fig. 1* - POURCENTAGES COMPARÉS DES PRINCIPAUX GROUPES TYPOLOGIQUES DE L'INDUSTRIE DE MOITA DO SEBASTIÃO (A) ET DE CELLE DE LA COCINA I (B).
1: grattoirs. 2: perçoirs. 3: tronqués. 4: encoches en bout. 5: denticulés. 6: encoches. 7: racloirs. 8: burins. 9: pièces esquillées. 10: lamelles à bord abattu. 11: triangles. 12: trapèzes. 13: microburins.

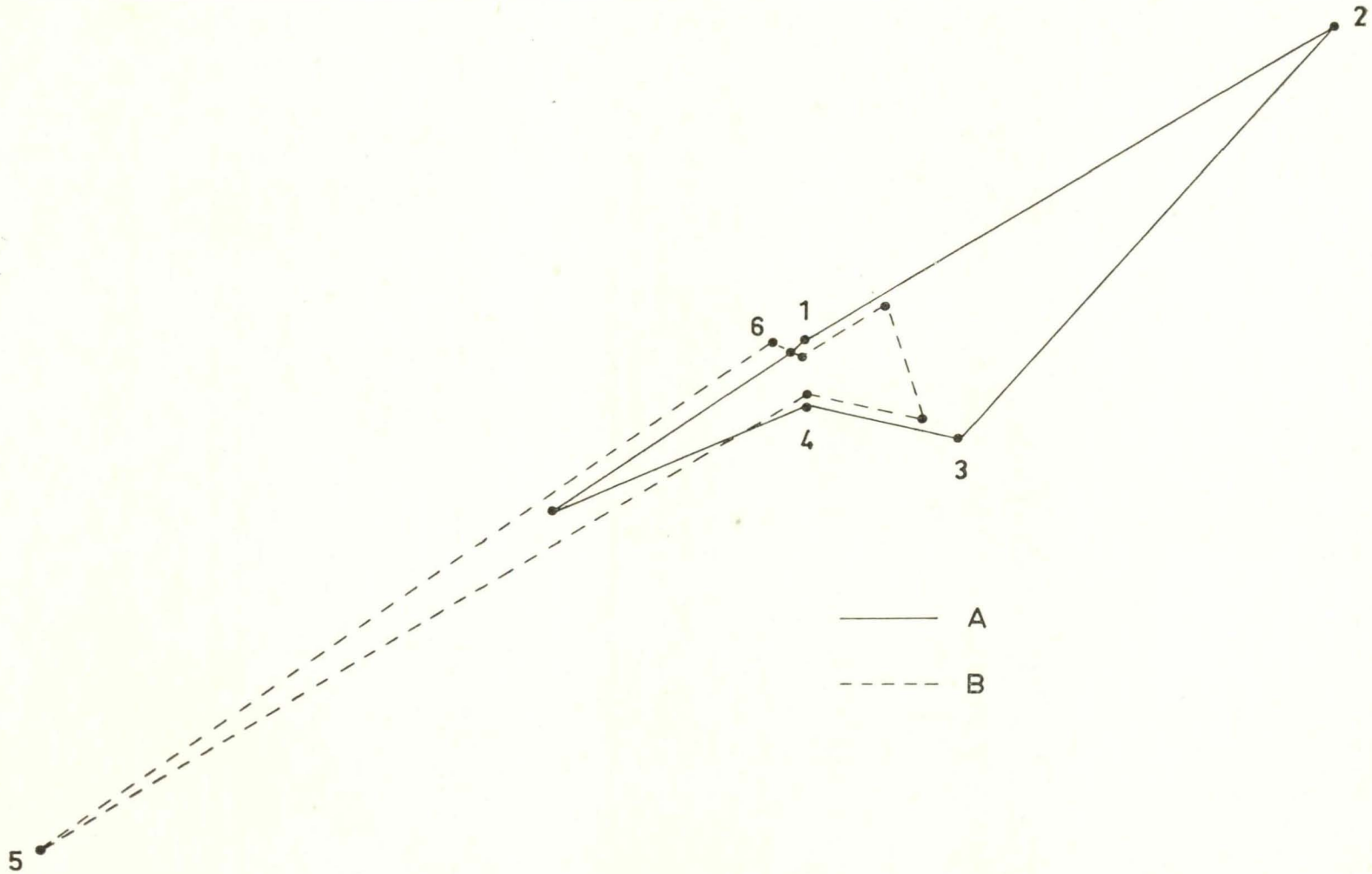



*Fig. 2* - PROPORTIONS RELATIVES DES SOUS-GROUPES DE TRAPÈZES DANS L'INDUSTRIE DE MOITA DO SEBASTIÃO (A) ET DANS CELLE DE LA COCINA I (B).
1: trapèzes symétriques à troncatures rectilignes. 2: trapèzes asymétriques à grande troncature rectiligne. 3: trapèzes asymétriques à grande troncature convexa. 4: trapèzes symétriques à troncatures concaves. 5: trapèzes asymétriques à grande troncature concave. 6: trapèzes rectangles.

# MOVIMENTO
# DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
# NO ANO DE 1971-1972

# RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Em cumprimento do Artigo 86.º do Regulamento Interno, trazemos à Assembleia Geral o presente Relatório, em que se condensam as actividades da nossa Associação durante o ano de 1971-1972. Dado que os trabalhos das diversas Secções e Comissões, da Biblioteca, do Museu e da Tesouraria serão relatados pelos seus diversos presidentes, limitar-nos-emos aqui a falar das iniciativas ou resoluções que foram tomadas pela Direcção ou pela Assembleia Geral.

Para pôr uma certa ordem nos assuntos a que vamos referir-nos, trata-los-emos separadamente nas seguintes alíneas:

1 — Reuniões da Direcção
2 — Sessões da Assembleia Geral
3 — Sócios falecidos
4 — Sócios admitidos
5 — Prémio General França Borges
6 — Publicações
7 — Jornadas Arqueológicas
8 — Obras na sede

## 1. REUNIÕES DA DIRECÇÃO

A Direcção, durante o ano que ora finda, reuniu 9 vezes, para tratar de assuntos de expediente habitual, como relações com outras entidades, oficiais ou particulares,

apreciação de candidaturas para novos sócios, programação de trabalhos, compra de móveis, aquisição de livros, apreciação dos serviços dos funcionários, actualização dos seus vencimentos, etc.

Também a Direcção teve ocasião de tratar de outros assuntos da maior importância para a nossa vida associativa. Todavia, resolvemos guardar a exposição de tais assuntos para outras alíneas,, que inserimos adiante.

## 2. SESSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral reuniu 11 vezes durante o ano associativo que finda agora.

*Na sessão de 30 de Outubro,* o Sr. Presidente Prof. D. Fernando de Almeida lembrou a recente criação da filial em Lisboa do Instituto Arqueológico Alemão, para o que concorreu principalmente o persistente esforço do Prof. Helmut Schlunk, cujo elogio fez. O mesmo orador propôs e foi aprovado que se enviasse um telegrama de saudação ao mesmo professor alemão por ser atingido pelo limite de idade. Seguidamente foi dada a palavra ao Dr. Leonel Ribeiro que discorreu sobre o tema «Origens e dispersão do europeu indiviso». Afirma que o grande problema das línguas indo-europeias tem sido abordado por filólogos e arqueólogos, mas, até agora, com resultados práticos nulos. Nos tempos neolíticos houve, por muitos séculos, uma organização político-religiosa que chefiou e dominou, pràticamente, toda a região mediterrânica e quase toda a costa atlântica da Europa Ocidental. Nela se falava, pràticamente, e por isso, uma só língua, muito pobre e simples: o europeu primitivo. A classe dirigente, muito fechada em colégios secretos, criou o alfabeto em fases sucessivas e foi criando um europeu erudito. Por último, disse que, em seu entender, nunca houve um povo indo-europeu, conquistador, a impor a sua língua pela força, o que aliás a Arqueologia nunca comprovou.

*Na sessão de 11 de Novembro,* presidida pelo Exmo. Sr. Eng.° Fernando dos Santos e Castro, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Sr. Prof. D. Fernando de Almeida, depois de saudar o Presidente da Sessão, começou por se referir aos trabalhos de desnudamento do Teatro Romano de Lisboa. A propósito, fez entrega ao Sr. Presidente da Câmara duma pedra, que representa parte duma cabeça humana e que se julga significar a mulher do Imperador Marco Aurélio. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Prof. Jorge Borges de Macedo, que falou sobre *«O debate, no Século IX, sobre a origem de Portugal e a intervenção da Arqueologia».* O orador lembra a opinião de Alexandre Herculano, o qual, sobre a fundação da nossa nacionalidade, sustentava o primado do factor político. Ora, acrescentou, entre 1850 e 1870 vários acontecimentos provaram a exiguidade da definição política. Por outro lado, a Arqueologia ia chamando a atenção para a importância das provas, que vinham aparecendo sobre a existência duma antiga vida local portuguesa e do valor social e cultural dos povos, que habitaram o Ocidente da Península. José Leite de Vasconcelos aceitou

esta orientação que veio a dominar os próprios estudos históricos no final do Século XIX.

*Na sessão de 17 de Dezembro,* foi orador da noite o Sr. Dr. Francisco Santana, que deu à sua exposição o título *«Nótulas à margem dum processo célebre».* Citando uma petição que Salvador Durão, testemunha do processo dos Távoras, fez em 1792 ao Príncipe D. João, mais tarde D. João VI, o orador abordou várias considerações, que se prendiam com a tentativa de assassínio do rei D. José. Na mesma sessão o Sr. António Machado de Faria referiu-se aos Registos Paroquais e sua importância, como fonte de conhecimentos úteis à História e afirmou que foi após o Concílio Tridentino que tais Registos começaram a fazer-se com mais regularidade.

*Na sessão de 28 de Janeiro,* o Sr. Cónego Isaías da Rosa Pereira desenvolveu o tema *«Dois compromissos de Irmandades de homens pretos».* Começa por afirmar que a dilatação da Fé foi um dos motivos do nosso empreendimento ultramarino. O convívio dos brancos com homens de cor fez com que estes fossem criando hábitos da vida cristã. Foi assim que, já no Século XV, nos aparece pelo menos uma irmandade de homens pretos. Irmandades idênticas tornaram-se depois numerosas no Brasil, no Século XVIII e seguidamente fala dos compromissos de duas Irmandades de homens pretos, que existiram em Lisboa, uma das quais teve longa vida com o nome de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que ainda no Século passado tinha a sua sede na Capela da Senhora das Almas do antigo hospício de S. Domingos. Todos os confrades desta Irmandade eram de cor e só excepcionalmente se admitiam alguns irmãos brancos.

*Na sessão de 25 de Fevereiro,* o Sr. Dr. Veiga Ferreira referiu-se à descoberta e exploração duma *tholas* no sítio do Pai Mogo, concelho de Lourinhã, dizendo que os tipos de *tholoi,* encontrados na península de Lisboa, são diferentes dos que se encontram no Sudoeste Espanhol, no Alentejo e Algarve. Descreveu a escavação da necrópole de Pai Mogo e a sua técnica construtiva, comparando essa técnica com a usada no castro de Vila Nova de S. Pedro. Apresentou seguidamente a lista do material encontrado, de riqueza e raridade excepcionais.

*Na sessão de 24 de Março,* o Sr. Presidente Prof. D. Fernando de Almeida lembrou e justificou que as próximas Jornadas Arqueológicas incidissem sobre a Idade do Ferro e que para a efectivação das mesmas Jornadas a Assembleia votasse a concessão duma verba de 100 mil escudos.

O Sr. Dr. Isaías da Rosa Pereira disse também que em relação à sua comunicação, realizada no mês anterior, terá de juntar mais alguns esclarecimentos que encontrou em vários Compromissos de Irmandade, arquivados na Torre do Tombo.

*Na sessão de 28 de Abril,* foi aprovada a verba de 100 mil escudos, proposta pelo Sr. Presidente, para a realização das II Jornadas Arqueológicas. Nesta sessão

foi orador da noite o Sr. Dr. Fernando Castelo Branco, que desenvolveu o tema *«Troia de Setúbal, uma cidade industrial da época lusitano-romana»*. Começou por fazer a história dos estudos sobre Troia, aludindo à Sociedade Arqueológica Lusitana, que em Setúbal se fundou e viveu alguns anos, no meado do Século passado, e de cujas cinzas surgiu esta mesma Associação em que hoje vivemos. Depois, explana-se em várias considerações para se crer que Troia era menos um entreposto de transacções comerciais e mais uma cidade votada à indústria da pesca e conserva de peixe. Como tal, Troia deve ter sido fundada pelos Romanos no Século I, para fazer o abastecimento de peixe aos povos da Itália.

*Na sessão de 26 de Maio,* foi orador da noite o Presidente da Associação, Prof. D. Fernando de Almeida que falou sobre *«O Tesouro Fenício de Baião»*. Começou por falar da permanência de velhos povos na nossa Península, como Gregos, Fenícios e Cartagineses, aludindo a possíveis viagens de périplo de África, que foram atribuídas aos Fenícios. Em seguida detendo-se sobre o objecto da sua comunicação, falou sobre o rico tesouro de Baião, de valiosas peças que se encontram expostas na Casa Forte, do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de Lisboa.

*A sessão de 19 de Junho,* foi consagrada à comemoração do IV Centenário da publicação dos Lusíadas. Nesta sessão extraordinária, presidida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foi orador da noite o sócio Sr. Professor Francisco de Assis de Oliveira Martins, que foi apresentado pelo Sr. Prof. D. Fernando de Almeida, depois do que começou a desenvolver o tema: *«Na celebração do IV Centenário dos Lusíadas — Recordemos as cinzas de Camões»*. O orador começou por acentuar que o ponto de partida para a realização do seu trabalho consistiu na leitura duma carta, que, em 1906, o Provedor da Casa Pia enviou ao Conselheiro João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, então Presidente do Ministério e Ministro do Reino. Nessa carta, o Provedor Costa Pinto manifestava o seu desagrado por ver que, junto dos mausoleus de Camões e Vasco da Gama, continuavam jazendo duas toscas urnas com ossos, mostrando uma o nome de Camões e a outra o de Vasco da Gama.

Referiu-se depois a toda uma vasta série de trabalhos, que em diversas épocas se realizaram, na tentativa de encontrar um esqueleto, do qual se pudesse dizer com segurança que havia pertencido ao imortal poeta. E assim historiou a tentativa de António Feliciano de Castilho, realizada na Igreja de Santana, em 1836, e depois à tentativa de 1855, ordenada por D. Pedro V e realizada pelos Viscondes de Monção e Juromenha. Foram os ossos encontrados nesta tentativa que foram transportados triunfalmente para os Jerónimos, em 1880, por ocasião da comemoração do tricentenário da morte do poeta. Referiu-se ainda à opinião contraditória do Padre Sebastião de Almeida Viegas, que levou o Ministro Saraiva de Carvalho a ordenar nova devassa no chão da mesma Igreja de Santana. Desta devassa resultou a recolha de outros ossos, que foram encerrados noutra urna, a qual, depois da demolição da Igreja de Santana, para edificação do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, foi recolhida na próxima Igreja da Pena. Por último referiu-se ao trabalho realizado pelo Dr. Aurélio

da Costa Ferreira, que examinou as ossadas contidas nas duas urnas, na dos Jerónimos e na da Pena, não podendo aliás chegar a conclusões certas.

*Na sessão de 23 de Junho,* o Sr. Dr. Octávio da Veiga Ferreira falou sobre «A extraordinária contribuição das prospecções sub-aquáticas para o conhecimento da Pré e Proto-História do Mundo Mediterrânico». Frisou as largas vantagens que resultarão das prospecções que de há anos se vem fazendo debaixo de água no nosso e noutros países, exibindo a propósito uma colecção de diapositivos de muitas peças valiosas que têm sido descobertas e vêm enriquecer a Arqueologia.

Finalmente *nesta sessão de 14 de Julho* vão ser lidos à Assembleia Geral os relatórios relativos ao ano associativo, que fecha nesta data, e bem assim o relatório que diz respeito à Direcção do triénio 1969-1972. Vai também proceder-se à eleição da nova Direcção para o triénio de 1972-1975.

## 3. SÓCIOS FALECIDOS

Cumprimos agora o doloroso dever de lembrar uma vez mais os sócios desaparecidos durante estes últimos doze meses, lamentando que não possam mais concorrer para a actividade da nossa casa.

Foram eles:

- Em 27 de Outubro, o Visconde de Santarém, sócio efectivo da Secção de História;
- Em 8 de Novembro, Luís Pastor de Macedo, sócio efectivo das Secções de História e Pré-História;
- Em 2 de Janeiro, o Capitão Gastão de Melo de Matos, sócio efectivo da Secção de História e antigo Presidente da Direcção;
- Em 11 de Fevereiro, Leandro Quintas Neves, sócio correspondente das Secções de História e Pré-História;
- Em 15 de Fevereiro, o Eng.° João dos Santos Simões, sócio efectivo da Secção de História;
- Em 9 de Abril, o Dr. António Meireles do Souto, sócio efectivo da Secção de História;
- Em 29 de Abril, o Prof. Luís de Pina, sócio correspondente das Secções de História e Pré-História;
- Em 2 de Junho, o Arquitecto Emmanuel Ribeiro, sócio correspondente da Secção de História;
- Em 22 de Junho, a Dr.ª Vera Veisner, sócia efectiva da Secção de Pré-História.

Ás famílias de todos, esta Associação exprimiu o seu pesar e aqui uma vez mais consigna a sua mágoa por ver findas tão úteis colaborações.

## 4. SÓCIOS ADMITIDOS

Também no último ano foram admitidos os seguintes novos sócios:

- Em 30 de Outubro, a Dr.ª Maria Luísa Estácio da Veiga Afonso da Silva Pereira, como sócia efectiva da Secção de Pré-História;
- No mesmo dia, Antero Rodrigues Furtado, como sócio correspondente da Secção de Pré-História; António Joaquim da Silva Maurício e Vasco dos Santos Côrtes, ambos também como sócios correspondentes da Secção de Pré-História;
- Em 28 de Novembro, o Dr. José Pedro da Costa, como sócio efectivo da Secção de Pré-História;
- Em 28 de Janeiro, o Eng.º Christopher Thomas North, como sócio efectivo da Secção de Pré-História;
- No mesmo dia, o Dr. José Domingos Garcia Domingues, como sócio efectivo da Secção de História;
- No mesmo dia, Jorge de Almeida Monteiro, como sócio correspondente da Secção de Pré-História;
- No mesmo dia, o Dr. José Luís Martins de Matos, como sócio efectivo da Secção de Pré-História;
- Em 25 de Fevereiro, o Eng.º João Botelho Moniz Borba, como sócio efectivo da Secção de História;
- No mesmo dia, o Dr. Fernando Castelo Branco, como sócio efectivo das Secções de História e Pré-História.

## 5. PRÉMIO GENERAL FRANÇA BORGES

Como nos anos anteriores, abriu-se concurso para a concessão do Prémio General França Borges, que este ano competia ao melhor trabalho sobre assuntos de Pré-História. Houve três concorrentes, tendo a Direcção resolvido atribuir o mesmo prémio ao trabalho apresentado pelo sócio efectivo, Dr. Octávio da Veiga Ferreira, e subordinado ao título «O Monumento Pré-Histórico de Pai Mogo (Lourinhã)».

## 6. PUBLICAÇÕES

Continuou a actividade editorial dos anos anteriores. Assim, publicou-se o Vol. III, da 9.ª série, da revista «Arqueologia e História» e estão bastante adiantados os trabalhos para a publicação do Vol. IV.

Está já no prelo o Vol. II da «Arqueologia Romana do Algarve», da Dr.ª Maria Luísa Estácio da Veiga, cujo Vol. I foi já publicado no ano transacto.

Também da mesma forma foi publicado o Vol. II das «Actas das I Jornadas Arqueológicas» de que o Vol. I saiu também no ano passado.

Está também para sair o Vol. I das «Obras Completas de Afonso do Paço», o reputado e incansável arqueólogo, que há poucos anos a morte levou desta Associação, a que ele tanto quis.

## 7. JORNADAS ARQUEOLÓGICAS

A Direcção marcou as «II Jornadas Arqueológicas», para os dias 13, 14 e 15 do próximo mês de Outubro, a realizar na sede da nossa Associação. Foi mandada uma circular a todos os sócios, efectivos ou correspondentes, a fim de enviarem os seus trabalhos, sobre quaisquer matérias de História, Pré-História ou outras ciências afins, até 30 de Setembro.

Na devida altura será enviado a todos os sócios um programa circunstanciado.

## 8. OBRAS NA SEDE

Bem contra os nossos desejos, somos obrigados a reconhecer que ainda não podemos utilizar a sala chamada *da Sacristia,* que há tempos nos foi cedida pela Guarda Nacional Republicana.

A doença e a morte do Eng.°, que estava incumbido do arranjo da mesma sala, retardou as obras necessárias. Todavia, há poucos dias recebemos a visita de outros engenheiros da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, os quais nos asseguraram que as obras começariam no próximo mês de Agosto. Ao mesmo tempo proceder-se-á à reparação dos pavimentos, que se encontram deteriorados, no Altar-Mor e na 2.ª Capela da Epístola.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 14 de Julho de 1972

Pela Direcção:

O Secretário-Geral

J. T. MONTALVÃO MACHADO

# RELATÓRIO DA SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA

Em cumprimento das disposições regulamentares desta Associação, apresenta-se o relatório das actividades da Secção de Pré-História da mesma Associação, no ano académico de 1971-1972.

Durante esse período, isto é, de Outubro de 1971 a Julho do ano corrente, nas datas e meses a seguir indicados; tiveram lugar as seguintes comunicações.

Em reunião de 27 de Outubro, o Dr. Pires Gonçalves apresentou uma comunicação intitulada «Arte rupestre de Monsaraz», ilustrada com diapositivos, com a presença de dez associados.

Comentaram elogiosamente a comunicação o Presidente da Secção e o sócio Dr. Manuel Leitão.

Em reunião mensal de 24 de Novembro o Dr. Carlos Tavares da Silva fez a comunicação do mês intitulada «A estação pré-histórica de Galapos — Arrábida —, sua distribuição e sondagens de emergência».

A comunicação foi comentada por vários associados, entre os oito que a ela assistiram, felicitando o conferente pelo excelente trabalho apresentado.

Em reunião de 22 de Dezembro o Dr. Octávio da Veiga Ferreira fez a comunicação do mês intitulada «Resenha histórica das grutas portuguesas que deram indústrias mustierenses». Felicitaram o conferente, pela sua comunicação, os Drs. Farinha dos Santos Leonel Ribeiro e o Sr. Antero Furtado.

Em reunião de 21 de Janeiro do ano corrente o Dr. Manuel Leitão, em seu nome e no dos companheiros de trabalho, Eng.° Tom North e Reinoldes de Sousa, falou sobre «Prospecções arqueológicas que os mesmos realizaram em Portugal, nos últimos cinco anos». A comunicação foi ilustrada com excelentes diapositivos, merecendo os mais rasgados elogios de parte dos associados que assistiram à reunião em que estiveram presentes nove associados.

Em reunião de 23 de Fevereiro o Sr. António Maurício, do grupo do Bombarral, fez a comunicação do mês, falando sobre «Um método de escavação e estudos de arqueologia pré-histórica». Assistiram 12 associados, tendo alguns felicitado o conferente pelo seu trabalho.

Em reunião de 9 de Março, o Dr. Carlos Ferreira de Almeida fez a comunicação do mês, intitulada «Problemas da cultura castreja», ilustrada com diapositivos. A comunicação, à qual assistiram nove associados, foi comentada por diversos associados que levantaram problemas de interesse, sobre o assunto, tendo o conferente dado várias explicações sobre os problemas expostos.

Em 27 de Abril o Dr. Octávio da Veiga Ferreira apresentou uma nova comunicação intitulada «Acerca dos monumentos megalíticos de planta quadrada ou rectangular encontrados em Portugal».

Comentaram a comunicação, levantando problemas sobre o assunto exposto os Srs. Drs. Leonel Ribeiro, Luís de Matos e por fim o Dr. Farinha dos Santos que

felicitou o conferencista e fez observações sobre a classificação de alguns monumentos megalíticos, feita pelo Dr. Veiga Ferreira. Assistiram nove associados.

Em reunião de 29 de Maio o grupo de trabalho constituído por Dr.ª Maria Querol, Susana Lopes e Drs. Eduardo Serrão, Vítor Jorge, Sande Lemos e Jorge Monteiro, apresentou os resultados dos seus «trabalhos sobre a estação de arte rupestre em Fratel-Beira-Baixa». A comunicação foi comentada pela Dr.ª Manuela Alves Dias, pelo Prof. D. Fernando de Almeida e pelo Dr. Farinha dos Santos, que felicitaram os autores da comunicação pelo interesse que o mesmo tem para os estudos da pré-história neste domínio.

Em 27 de Junho o Dr. George Zbyszewski, fez a comunicação do mês intitulada «A estação mustierense da Quinta da Rosa (Rio Maior). Assistiram nove associados, tendo no final feito comentários de elogio para o conferencista os Drs. Fernando Castelo Branco, Oliveira Jorge e Eduardo Serrão.

E em 11 do corrente o Dr. Morais Arnaud fez a comunicação do mês intitulada «Coroa de Frade: - Uma fortificação do bronze final dos arredores de Évora. Escavações de 1971».

Assistiram catorze associados. Comentaram a comunicação os Drs. Leonel Ribeiro, Eduardo Serrão e Dr.ª Maria Manuela A. Dias.

Em várias reuniões fez-se a recensão de publicações que interessavam à arqueologia pré-histórica ou com ela relacionadas, aparecidas durante o ano académico, em Portugal e no estrangeiro.

Foram ainda apreciadas e aprovadas, para serem presentes à Assembleia Geral da Associação, as candidaturas para sócios da Secção dos Srs. Antero Furtado, Vasco Côrtes, António Maurício e Dr.ª Maria Luísa Estácio da Veiga Afonso dos Santos.

Foi ainda aprovado um voto de pesar pelo falecimento da sócia Sr.ª D. Vera Leisner, que muito prestigiou a Associação dos Arqueólogos Portugueses, pelos trabalhos realizados em colaboração com seu marido e com outros arqueólogos portugueses.

Lisboa, 11 de Julho de 1972

O Secretário da Secção

MÁRIO PIRES BENTO

# RELATÓRIO DA SECÇÃO DE HISTÓRIA

Ao abrigo do Artigo 83.° do nosso Regulamento Interno, apresenta a Secção de História o relatório dos seus trabalhos durante o ano de 1971-1972.

Esta Secção reuniu nove vezes, tendo sido apresentadas várias comunicações, que despertaram bastante interesse e serviram de pretexto a sucessivas discussões.

*Na 1.ª sessão,* realizada a 28 de Outubro de 1971, Montalvão Machado lembrou que no ano seguinte, 1972, passaria o II Centenário da instituição oficial da Instrução Primária, centenário que devia ser homenageado, para o que andava coligindo os materiais necessários. Sobre o mesmo assunto abordou úteis considerações o Sr. Machado de Faria.

*Na 2.ª sessão,* que teve lugar a 20 de Novembro, o Sr. Francisco de Assis de Oliveira Martins relatou a sua conferência no XIII Seminário de Estudos Portugueses da Universidade de Recife, e do discurso que proferiu, subordinado ao título: *«Na celebração do Centenário das Farpas e evocação do grupo dos cinco - Antero de Quental, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão».* Montalvão Machado fez uma exposição subordinada ao título *«Camões e o povo»,* dizendo que, nas vésperas do Centenário dos Lusíadas, era preciso ler uma vez mais a Bíblia da nossa Raça. Acrescentou que, da leitura duma edição fac-similada da 1.ª edição, publicada em 1572 e sob a inspecção do autor, resultou a observação de muitos termos, ainda hoje empregados pelo povo, tais como: *reposta, despois, algua, emparo, escuitar, alifante, Lianor, Federico, contrairo,* etc.

*A 3.ª sessão,* no dia 22 de Janeiro, foi dedicada à exposição do Dr. Almeida Langhans sobre *«Perspectiva actsal da História em face da Pré-História e da Proto-História».* Depois de falar sobre antigas civilizações letradas, diz que existiu uma outra megalítica, voltada para o grande e grosso mar oceano, documentada pelos menires, cromleques, dolmens e tiermuli, do 3.º milénio A. C. e que se estendeu de Creta às Orcades, passando pelas costas da Península Ibérica. Ora as revelações neste sentido é que nos farão compreender o modesto dolmen de Antela, no Vale do Vouga.

A 19 de Fevereiro teve lugar a *4.ª sessão,* para a qual estava reservada uma comunicação do Sr. Rogério de Figueiredo Rego, subordinada ao título *«Uma Inscrição Tumular da Igreja de Turcifal».* Começando o orador por fazer uma ligeira história da dita povoação e sua igreja, no concelho de Torres Vedras, alude a várias campas ali existentes e fixa a sua atenção sobre uma com esta epígrafe: *Aqui jaz dona filipa decça a qual decemde de bõ sâgue real deste reyno».* Referindo-se às dificuldades que encontrou para identificar a dama ali sepultada, chegou à conclusão de que devia tratar-se de D. Filipa de Eça, freira no Convento das Donas de Santarém, filha de D. João de Eça, companheiro de D. Sebastião em Alcácer Quibir, ambos descendentes do Infante D. João e por conseguinte de D. Pedro I e de Inês de Castro.

*Na 5.ª sessão,* a 18 de Março, o Sr. Dr. Rocha Souto fez uma exposição sobre *«Colecção de armas, equipamentos, modelos e miniaturas militares».* Falando sobre os soldadinhos de chumbo e as miniaturas de artigos militares, feitos com vários materiais, diz que grandes figuras de militares e políticos se têm consagrado às colecções destes artigos, como aconteceu com o estadista de nossos dias Winston Churchil.

*A 6.ª sessão,* realizou-se a 22 de Abril. O sócio Montalvão Machado referiu-se à viagem ao Brasil do Chefe do Estado, e os Drs. Fernando Castelo Branco, Domingos Maurício e Prof. Oliveira Martins tiveram palavras de enaltecimento para a Comunidade Luso-Brasileira. O Sr. Dr. Domingos Maurício teve ainda ocasião de referir a luta que tem sustentado em reuniões realizadas no Estrangeiro, para defender o bom nome do nosso País, atacado por missionários de outros países. A Secção de História aprovou um voto de louvor ao Dr. Domingos Maurício. Depois o sócio Montalvão Machado faz a sua comunicação sobre *«O último combate da Guerra da Restauração».* Este combate teve lugar em 20 de Novembro de 1667, às portas de Verin e Monterrey, povoações galegas, fronteiras a Chaves. As tropas portuguesas, comandadas por Luís Álvares de Távora, 3.° Conde de S. João da Pesqueira e 1.° Marquês de Távora, derrotaram as tropas espanholas, aprisionando-lhes muitos homens e cavalos. A paz foi assinada em Fevereiro do ano seguinte. Alguém viu neste ataque, através da fronteira de Trás-os-Montes um propósito do Conde de Castelo Melhor querer ocupar a Galiza, mas este propósito ficou sem efeito, pela imediata deposição do rei D. Afonso VI e do seu Ministro Castelo Melhor.

*Em 13 de Maio,* teve lugar a *7.ª sessão,* reservada a uma comunicação do Sr. Dr. Garcia Domingues, intitulada *«A Arquitectura Hispano-Árabe - Aspectos cronológicos e regionais».* O orador referiu-se primeiro à Mesquita Máris, construída em Cordova por Abderranman I e depois reconstruída por Alhaquesur II. Ocupa-se depois da arte dos Taifas e dos Almorávidas e fez referência aos palácios da Alhambra, de Comares e dos Leões. Antes de terminar, sublinhou que na região, hoje portuguesa, a arte devia ter sofrido a influência da arte de Sevilha e de Mérida, mas que talvez fosse possível descobrir-lhe características próprias.

A *8.ª sessão,* em 17 de Junho, por falta de comparência do sócio inscrito para apresentar uma comunicação, foi preenchida com uma troca de impressões acerca dos Colégios Universitários e outros estabelecimentos de ensino no Século XVI.

Em 8 de Julho tteve lugar a *9.ª e última sessão* da Secção de História, do ano que ora finda. Foi lido o relatório da Secção que foi aprovado, depois do que foi dada a palavra ao sócio eefctivo, Sr. Dr. Leonel Ribeiro, para falar sobre *«As moedas de Vaiamonte - Realidades e fantasias».* Depois de se referir à importância do achado de Vaiamonte, explicou que não podia concordar com o significado que se deu a algumas palavras encontradas em certas moedas.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 14 de Julho de 1972

Pela Secção de História

(servindo de Secretário)

JOSÉ TIMÓTEO MONTALVÃO MACHADO

# RELATÓRIO DO CONSERVADOR DO MUSEU

No ano associativo de 1971-1972 que ora finda, a minha actividade como Conservador do Museu do Carmo foi a seguinte:

1. Consegui que se concluisse, no laboratório do Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia, o delicado restauro das estatuetas pré-columbianas, oferecidas em fins do século passado pelo Conde de S. Januário.
2. Expus a referida colecção pré-columbiana numa vitrina da sala grande, aberta ao público.
3. Dediquei-me à inventariação de alguns dos numerosos materiais arqueológicos depositados neste Museu.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 6 de Julho de 1972

O Conservador

MANUEL LUÍS DE MACEDO FARINHA DOS SANTOS

# RELATÓRIO DO CONSERVADOR DA BIBLIOTECA

Para satisfazer ao disposto no Artigo 84.° do nosso Regulamento Interno, cumpre-me dar parte à Assembleia Geral das obras entradas, por oferta, na nossa Biblioteca, durante o ano associativo, que agora finda.

Essas obras foram as seguintes:

OUTUBRO - 1971

- José Carro Otero, *Restos óseos de «O Modorro» de San Pedro (Incio-Lugo).*
- Marcello Caetano, *Razões da presença de Portugal no Ultramar.*
- Godofredo Ferreira, *Rafael Bordalo Pinheiro e o correio.*
- A. Barros e Carvalhosa e A. M. Galopim de Carvalho, *Carta Geológica de Portugal - Folha de Moura.*
- Carlos Teixeira e C. Torre de Ascensão, *Carta Geológica de Portugal - Folha de Vilar de Perdizes.*
- Ayres de Carvalho, *As Obras de Santa Engrácia e os seus artistas.*
- António Carlos Leal da Silva, *Antigos povos da nossa terra.*
- Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira.*

- Idem, *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro.*
- José Carro Otero e Maria Luís Varela Ogando, *Hallazgo en la Galicia Bajo Romana.*

NOVEMBRO - 1971

- José Pedro da Costa, *Estudo da fauna malacológica no espólio da gruta natural de Ibne Amar.*

DEZEMBRO - 1971

- Baeta Neves, *A Natureza e a Humanidade em perigo.*
- J. T. Montalvão Machado, *Casa e Ducado de Aveiro e sua representação actual.*
- Eurico Gama, *O Prof. Manuel Heleno e Elvas.*
- José da Encarnação, *O conceito de divindade indígena sob o domínio romano na Península Ibérica.*
- Faculdade de Letras de Coimbra, *Subsídios para o estudo do Acampamento Romano de Antanhol.*

*Sumário das decisões do Conselho de Ministros — 1-10-1968 a 22-9-1971*

- Abílio Mendes do Amaral, *Fernão Teles de Menezes, o emparedado da Cotovia.*
- Idem, *Dr. Albino Francisco de Figueiredo e Almeida.*
- Idem, *Serpa Pimentel, nas letras, na política e na engenharia.*
- Ministério da Educação Nacional, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia.*

JANEIRO - 1972

- Fernando Castelo Branco, *Lisboa Seiscentista.*
- Idem, *As Cabeceiras Sepulcrais Discoides.*
- Idem, *O Lendário de D. Afonso Henriques.*
- Idem, *Planearam os Franceses apoderar-se de Fernando Pó, no fim do Século XVIII?*
- Idem, *A Navegação da Metrópole para S. Tomé nos meados do Séc. XVI.*
- Idem, *O Comércio Externo de S. Tomé no Séc. XVII.*
- Idem, *Borba e Vila Viçosa na crise de 1383.*
- Idem, *Aparição e Milagre Marianos na vida de D. Afonso Henriques.*
- Idem, *Eugénio de Castro, historiador.*
- Idem, *Aspectos e problemas da crise de 1383.*
- Idem *Sobrevivência de Cultos Pagãos em Portugal.*

- Idem, *A Exportação de Vinhos durante a Primeira Dinastia.*
- Idem, *A entrada dos Liberais no Porto e os serviços dos Correios.*
- Idem, *Duas Décadas de Arqueologia Sintrense.*
- Idem, *A fama de santidade do primeiro missionário do Tibete.*
- Idem, *Os moinhos na economia portuguesa.*
- Idem, *Os Franceses e as Ilhas do Golfo da Guiné.*
- Idem, *Talleyrand projectou desterrar Napoleão para os Açores.*
- Idem, *A Igreja da Boa Nova de Terena.*
- Idem, *Lisboa e a Viagem de Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia.*
- Idem, *O Poeta Le Brun e o terramoto de 1755.*
- Idem, *Presépios de Lisboa nos Séculos XVI e XVII.*
- Idem, *Pragança terá sido um castro?*
- D. Fernando de Almeida e José Luís de Matos, *Frescos da Capela Visigótica de Troia, Setúbal.*
- José Luís de Matos, *Notícia duma colecção de cerâmica medieval do Museu Hipólito Cabaço, de Alenquer.*
- Idem, *Subsídios para um catálogo de escultura Luso-Romana.*
- António dos Santos Rocha, *Memórias e Explorações Arqueológicas.*
- Isaías da Rosa Pereira, *Subsídios para a História da Igreja Eborense, Séculos XVI e XVII.*

Universidad de Oriente (Santiago)

- Livraria Portugal, *A terceira década.*
- José Garcia Domingues, *Silves - Guia Turístico.*
- Idem, *O místico louletano Al-Oriani.*
- Idem, *Novos aspectos da Silves Arábica.*
- Idem, *Os objectivos do Dar Al-Islam e os seus reflexos na África e no Oriente.*
- Idem, *Património Cultural Arábico-Algarvio.*
- Marcello Caetano, *Boas vindas nos Açores.*
- José Carro Otero, *Los Esqueletos bajo-romanos de San Vicente de «O Grove».*
- Manuel Maria da Fonseca Andrade Maia, *Arqueologia Romana no Ribacôa.*
- Maria Adelaide de Figueiredo Garcia Pereira, *Subsídio para o estudo da terra sigilata de Mirobriga.*
- Antero Furtado, António da Silva Maurício, Vasco Côrtes e Jorge de Almeida Monteiro, *Lapa do Suão (Bombarral).*
- Hermanfrid Schuabrt, O. da Veiga Ferreira e Jorge de Almeida Monteiro, *A Fortificação Eneolítica da Columbeira (Bombarral).*

FEVEREIRO - 1972

- Heitor Lyra, *Efemérides Luso-Brasileiras - 1807-1970.*
- Linneu de Camargo Schützer, *História das Ideias.*
- Meyrelles do Souto, *Elogio do Professor Doutor Reinaldo dos Santos.*
- Lereno Barradas, *Sobre o roteiro de Sofala do piloto árabe Hamad Ibn-Madjid.*
- Marcello Caetano, *Terceiro Ano de Governo.*
- Alfred Bouzon, *La Nouvelle Critique et Racine.*
- Vítor Ramos, *Rotron. um Universo Equivoco.*
- João Moniz Borba, *Azulejos do Mosteiro de Jesus.*
- Francisco Santana, *Locais de funcionamento da Aula de Comércio.*

MARÇO - 1972

- Isaías da Rosa Pereira, *Sínodo Diocesano de Évora de 1534.*
- Baeta Neves, *A Natureza e a Humanidade em perigo.*
- Ministério da Economia, *Carta Geológica de Barcelos.*
- Idem, *Carta Geológica de Torres Novas.*
- Idem, *Carta Geológica da Ilha Terceira.*
- Câmara Municipal de Lisboa, *Anais do Município de Lisboa.*
- Marcello Caetano, *Pela Segurança, Bem-Estar e Progresso do Povo Português.*

ABRIL - 1972

*Anais do Município de Tomar*

- Edson Motta, *Restauração de Pinturas em Descolamento.*
- Eurico Gama, *Vitorino de Almada, Cronista-mor de Elvas.*
- Godofredo Ferreira, *Casas do Correio — no sítio de Santa Marta em Lisboa.*

MAIO - 1972

- Marcello Caetano, *A Lição do Brasil.*
- Ministério das Obras Públicas, *Lista de instrumentos aplicáveis no Arquivo Histórico.*
- Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, *O Arqueólogo Português.*
- Antero Nobre, *Do Logo do Olham à Vila do Olhão da Restauração.*

- Idem, *As Justiças de Olhão.*
- Câmara Municipal de Faro, *Anais do Município de Faro.*
- Universidade de Luanda, *Ciências Biológicas.*
- Ministério da Economia, *Mina de Liguito Guimarota.*
- Idem, *Subsídios para o conhecimento geológico do Nordeste Alentejano.*
- Marquês de Abrantes e de Fontes, *Pereiras Titulares e Titulares Pereiras.*
- Carlos Ervedosa, *A Estação Paleolítica de Samuane (Moçambique).*
- Robert B. Fox, *The Tabon Coves.*
- Eurico Gama, *Os Ex-Votos da Igreja do Senhor Jesus da Piedade de Elvas.*
- Ministério das Obras Públicas, *Paço Episcopal de Castelo Branco.*
- Correia de Campos, *Arqueologia Árabe em Portugal.*
- Santos Júnior e Carlos Ervedosa, *As pinturas rupestres do Caninguiri.*

JUNHO - 1972

- Gaspar Frutuoso, *Livro Terceiro das Saudades da Terra.*
- Claudette Belchior, *Lucernas Romanas de Conimbriga.*
- J. A. Alarcão, *Vidros Romanos de Conimbriga.*
- P. Rubem Neis, *Porto dos Casais*
- G. Pradalié, *Saint-François de Santarém.*

Universidade de Varsóvia — Muzeum Archeologiczne

- Monumentos Nacionais de Moçambique, *Monumenta.*
- Leonel Ribeiro, *Lisboa e a Base Romana da Linha do Tejo.*

JULHO - 1972

- Secretariado de Informação e Turismo, *O Teatro Português no pós-guerra.*
- Associação Portuguesa para o Progresso da Ciência, *Geologia Económica.*
- Estado Maior do Exército, *Normas de Heráldica do Exército.*
- J. A. Pinto Ferreira, *Pesos arcaicos de tear encontrados em Numão.*

Também por compra, se adquiriram algumas obras, cuja falta mais se fazia sentir na nossa biblioteca, tais como: Cristovam Alão de Morais — *Pedatura Lusitana,* em 12 vols. encadernados; *João Couto - In Memoriam,* da Fundação Gulbenkian; Vol. XXIII do *Dicionário Bibliográfico,* de Inocêncio da Silva.

Como dissemos em anos anteriores, muitas das obras recebidas não puderam ser devidamente catalogadas, pela razão de não termos salas e estantes, para as instalarmos e ficarem bem arrumadas. Vamos a ver se, com o arranjo da Sala da Sacristia, se poderão instalar novas estantes, onde se possam guardar, devidamente catalogadas, tantas espécies que esperam ver satisfeito o seu direito a domicílio.

Tem aumentado o número de permutas da nossa revista com outras revistas nacionais e estrangeiras. Na hora actual, estamos a receber cerca de 50 publicações periódicas portuguesas e cerca de 60 publicações periódicas de quase todos os países do Mundo.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 14 de Julho de 1972

O Conservador da Biblioteca,

JOSÉ TIMÓTEO MONTALVÃO MACHADO

# RELATÓRIO DA DIRECÇÃO RELATIVO AO TRIÉNIO 1969-1972

Em cumprimento do Artigo 86.º do nosso Regulamento Interno, venho trazer ao conhecimento da Assembleia Geral o relatório sucinto da actividade durante o triénio de 1969-1972, cuja Direcção finda nesta data.

A Associação dos Arqueólogos Portugueses, fiel à sua tradição secular continuou a dedicar-se ao estudo de problemas históricos e pré-históricos, aproveitando para tanto o resultado de numerosas escavações e pesquisas, que se vem fazendo na Metrópole e no Ultramar. A súmula desta actividade encontra-se relatada na nossa revista «Arqueologia e História», da qual se publicou um volume em cada ano.

Manteve-se o melhor contacto com outras colectividades científicas, nacionais e estrangeiras, com as quais estabelecemos regime de permuta de revistas e livros editados.

Referindo-nos aos trabalhos de rotina realizados na nossa Associação, não quero passar à frente sem mencionar a constante actividade que tem manifestado a Secção de Pré-História.

Três ordens de factos marcam particularmente a actividade da Direcção, que nesta altura termina o seu mandato: as Jornadas Arqueológicas, a ampliação da sede e a actividade editorial.

Realizadas as I Jornadas Arqueológicas em Outubro de 1969, elas decorreram com o maior interesse, a elas tendo acorrido alguns dos mais eminentes arqueólogos estrangeiros. Lançados os primeiros trabalhos para a realização das II Jornadas Arqueológicas para o próximo mês de Outubro, esperamos que elas despertem idêntico interesse.

Pelo que diz respeito à ampliação da sede, conseguiu a Direcção que lhe fosse atribuído um salão, que ainda não está sendo utilizado, porque aguardamos que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais execute as indispensáveis obras de adaptação, que devem estar concluídas durante o corrente ano civil.

Também a Associação entrou numa fase de acentuada actividade editorial, tendo publicado durante o seu triénio 10 volumes, a saber: 3 volumes da revista «Arqueologia e História»; 2 volumes com as «Actas das I Jornadas Arqueológicas»; 2 volumes sobre «Arqueologia Romana do Algarve»; 1 volume sobre o «Rei D. Sebastião, na Igreja dos Jerónimos»; - e mais 2 volumes que se encontram no prelo, ou sejam o 1.° volume das «Obras Completas de Afonso do Paço» e mais «O Monumento Histórico de Pai Mogo (Lourinhã)».

Tal foi, nas suas linhas gerais, o trabalho realizado pela Direcção, cujo mandato agora termina.

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 14 de Julho de 1972

*Pela Direcção:*

*O Secretário-Geral,*

JOSÉ TIMÓTEO MONTALVÃO MACHADO

# ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

## Receitas e Despesas durante o Ano Associativo de 1971-1972

### RECEITAS

| | | |
|---|---|---|
| **Sócios:** | | |
| Quotas cobradas (pelo correio) | 12 300 00 | |
| Quotas cobradas (na sede) | 3 290 00 | |
| | 15 590 00 | |
| Joias | 650 00 | |
| Cartões de identidade | 65 00 | 16 305 00 |
| **Museu:** | | |
| Visitantes (12.317) | 61 585 00 | |
| Entrada de máquinas fotográficas (845) | 8 450 00 | |
| Venda de livros-guias (445) | 2 225 00 | |
| Venda de postais ilustrados (889) | 2 667 00 | 74 927 00 |
| **Publicações:** | | |
| *Vendas na sede:* | | |
| De «Arqueologia e História» | 5 896 50 | |
| De «Actas das I Jornadas Arqueológicas» | 1 403 50 | |
| De «Arqueologia Romana do Algarve» | 2 290 50 | |
| De Diversas | 540 00 | |
| | 10 130 50 | |
| Recebido de vendas na Livraria Portugal (do ano de 1971) | 8 293 25 | 18 423 75 |
| **Subsídios:** | | |
| Da Câmara Municipal de Lisboa | 100 000 00 | |
| Do Instituto de Alta Cultura | 10 000 00 | 110 000 00 |
| **Juros de Depósitos Bancários:** | | |
| Creditado pelo Banco Fonsecas & Burnay e Monte-Pio Geral | | 13 328 00 |
| **Diversas:** | | |
| Venda de medalhas do I Centenário | 2 610 00 | |
| Recebido de Coral Poliphonia | 572 80 | |
| Recebido para desenhos heráldicos | 1 800 00 | |
| Recuperação de gastos de remessa de publicações e de quotas | 311 50 | 5 294 30 |
| Total de receitas | | 238 278 05 |
| *Saldo existente em 16/7/971* | | 354 797 20 |
| | | 593 075 25 |

### DESPESAS

| | | |
|---|---|---|
| **Aquisições:** | | |
| BIBLIOTECA: | | |
| Compra de obras diversas e encadernações | 7 160 10 | |
| BIBLIOTECA E MUSEU: | | |
| Compra de 1 extintor de incêndios | 1 287 60 | 8 447 70 |
| **Publicações:** | | |
| «Arqueologia e História» — Vol. III e separatas | 43 024 00 | |
| «Actas das I Jornadas Arqueológicas» — Vol. II e separatas | 94 270 00 | |
| «Arqueologia Romana do Algarve» — I Vol. | 55 578 70 | |
| «O Rei D. Sebastião, na Igreja dos Jerónimos» | 9 079 50 | 201 952 20 |
| **Subsídios:** | | |
| Para «Armas e Troféus» | | 10 000 00 |
| **Museu:** | | |
| Restauro de peças | 5 000 00 | |
| Compra de postais ilustrados | 3 120 00 | 8 120 00 |
| **Despesas Gerais:** | | |
| Cobrança de quotas pelo correio | 1 249 00 | |
| Correios e telégrafos | 3 997 50 | |
| Transportes | 840 00 | |
| Água | 238 00 | |
| Luz e Aquecimento | 3 090 40 | |
| Telefones | 2 558 50 | |
| Contribuições e Impostos | 975 50 | |
| Estampilhas fiscais | 114 00 | |
| Serviços prestados à Associação | 71 800 00 | |
| Expediente (Papelaria e Impressos) | 2 406 90 | |
| Limpeza e Higiene | 190 10 | |
| «Recortes» | 925 00 | |
| Fardamentos para o pessoal | 2 200 00 | |
| Seguros (pessoal e incêndio) | 1 314 40 | |
| Diversas (desenhos, etc.) | 3 932 60 | |
| Renda de casa no Castro de V.ª Nova de S. Pedro | 1 320 00 | 97 151 90 |
| Total | | 325 671 80 |
| *Saldo que transita para 16/7/972* | | 267 403 45 |
| | | 593 075 25 |

Lisboa, 6 de Julho de 1972

*O DIRECTOR-TESOUREIRO*

Acabou de se imprimir
no dia 5 de Fevereiro de 1973
nas oficinas gráficas
da Livraria Editora Pax, Lda.,
Braga (Portugal)